

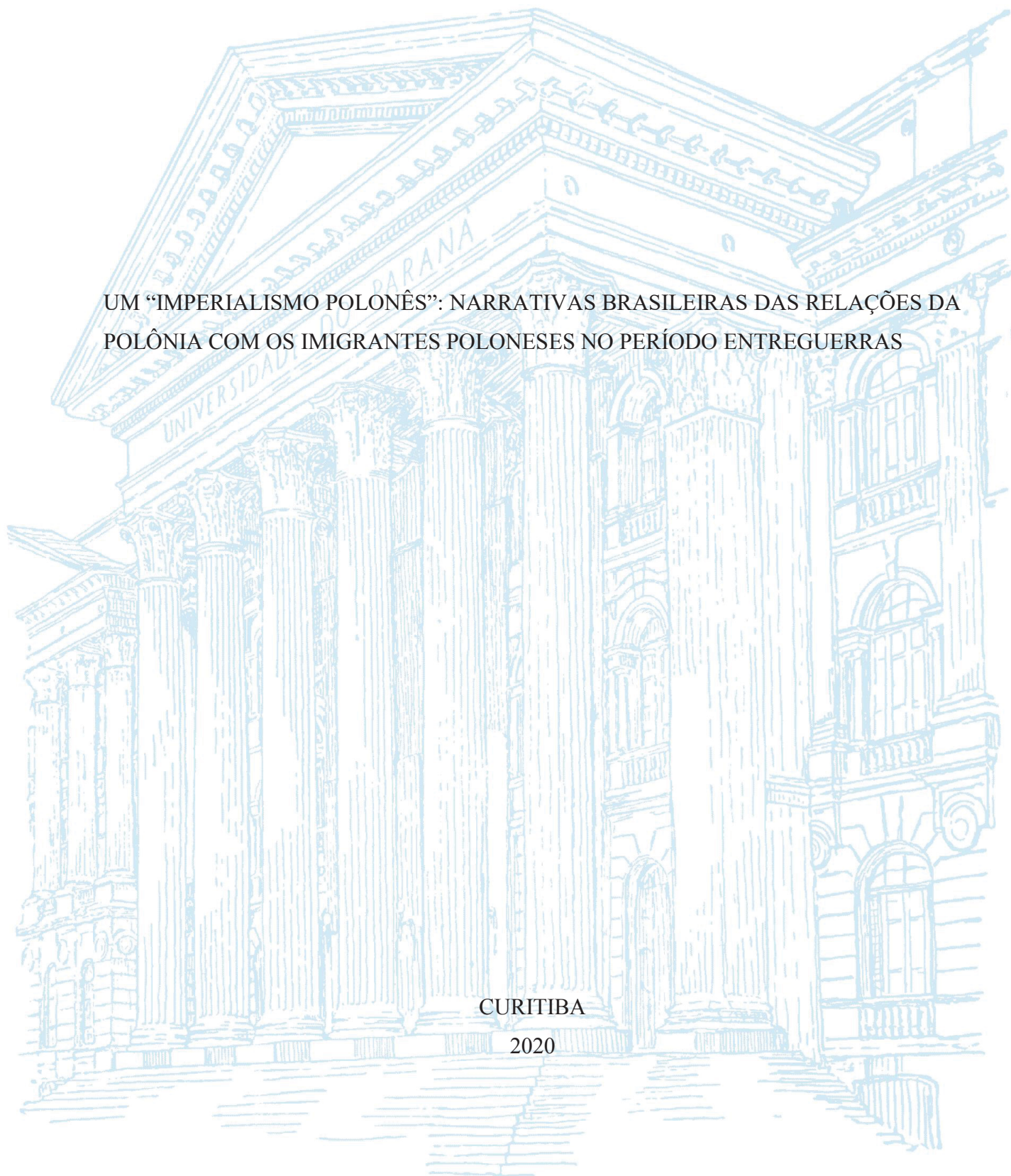
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RHUAN TARGINO ZALESKI TRINDADE

UM “IMPERIALISMO POLONÊS”: NARRATIVAS BRASILEIRAS DAS RELAÇÕES DA  
POLÔNIA COM OS IMIGRANTES POLONESES NO PERÍODO ENTREGUERRAS

CURITIBA

2020



RHUAN TARGINO ZALESKI TRINDADE

UM “IMPERIALISMO POLONÊS”: NARRATIVAS BRASILEIRAS DAS RELAÇÕES DA  
POLÔNIA COM OS IMIGRANTES POLONESES NO PERÍODO ENTREGUERRAS

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em  
História, Setor de Ciências Humanas, Universidade  
Federal do Paraná (UFPR) como requisito parcial à  
obtenção de título de Doutor em História.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Roseli Boschilia

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Trindade, Rhuan Targino Zaleski

Um Imperialismo Polonês : narrativas brasileiras das relações da Polônia  
com os imigrantes poloneses no período entreguerras. / Rhuan Targino  
Zaleski Trindade. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Profª. Drª. Roseli Boschilia

1. Imigração polonesa - Brasil. 2. Nacionalismo brasileiro. 3. Imperialismo -  
Polônia. 4. Imigrantes poloneses. 5. Entreguerras, 1919- 1939. I. Boschilia,  
Roseli, 1952-. II. Título.

CDD – 325.8162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -  
40001016009P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **RHUAN TARGINO ZALESKI TRINDADE** intitulada: **Um Imperialismo Polonês: Narrativas brasileiras das relações da Polônia com os imigrantes poloneses no período entreguerras.**, sob orientação da Profa. Dra. ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica  
26/08/2020 14:31:40.0  
ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
26/08/2020 15:55:27.0  
IZABELA MARIA DROZDOWSKA BROERING  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica  
26/08/2020 11:45:05.0  
MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
26/08/2020 11:50:51.0  
RENATA SIUDA-AMBROZIAK  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE VARSÓVIA)

Assinatura Eletrônica  
26/08/2020 14:31:40.0  
MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D. Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.  
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 50782

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 50782



Para meus avós, Júlio e Carolina, meus pais Antônio e Marli e para Letícia, minha  
companheira.

## AGRADECIMENTOS

O desafio de escrever esta tese significou mudanças centrais em minha experiência de vida. Mudar de cidade, sozinho, e com o objetivo de buscar desenvolver minhas possibilidades acadêmicas não foi uma tarefa fácil. Esta situação se somou ao confronto de construir este trabalho, cumprindo minhas exageradas expectativas, atravessando uma série de dificuldades em planos distintos. Sendo assim, agradecer, como uma possibilidade de sublimar internamente, parece ser um ato de importância central, embora o espaço seja curto para incluir todos que colaboraram a seu modo com a construção deste trabalho.

Inicialmente, somente através da crença em um ser superior, que foi possível garantir certa segurança buscada em noites de insônia e ansiedade. Assim, gostaria de agradecer por esta forte base moldada desde sempre e que me acompanhou ao longo destes anos.

Agradeço a uma das colunas de sustentação nessa trajetória moldada, um grande amigo/irmão, Gustavo e sua companheira Deise e família, os quais criaram um espaço importante de intimidade. Ao meu amigo devo não apenas a estadia de vários meses, e constantes dias depois de trocar mais uma vez de cidade, mas a amizade sincera e o trato harmônico.

Outra pessoa a quem reservo agradecimento, é ao colega desde o primeiro dia, Gilvani, junto com sua família (esposa, sogros e pais), que me ajudou a (re)conhecer a ideia de um espaço de compartilhamento essencial como base para qualquer desafio.

Agradeço outra amiga a quem nunca faltou parceria e diálogo, sendo minha cicerone no ambiente polônico curitibano, Schirlei Freder, quem muito ajudou compartilhando angústias e trabalho ao longo do tempo. Ademais das colegas polonesas Kataryzna Porada e Agata Błoch, que me assistiram ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Como parte desta estrutura montada, agradeço à minha orientadora profa. Dra. Roseli Boschilia, sempre com uma palavra de conforto e de compreensão nas nossas reuniões e diálogo constante, assim como, nas possibilidades de trabalho conjunto, em eventos desafiadores, ao longo deste período. Junta-se a todos os professores que tive na Universidade Federal do Paraná, essenciais para a conformação desta tese e ao PPGHIS, para o qual também dedico meu agradecimento, assim como à secretária Maria Cristina Parzowski, pelo apoio nas demandas necessárias. Também à universidade, cujo acolhimento me fez sentir parte de um todo e à Capes.

A sustentação deste trabalho foi fundamentada também numa série de pessoas que contribuíram fortemente na busca de fontes ou nos conselhos. Um agradecimento especial ao padre vicentino Lourenço Bienarski, sempre pronto a me atender e conversar, figura que acompanha meu desenvolvimento desde muitos anos. Agradeço também os padres da Sociedade de Cristo (Zdzisław Malczewski, Kazimierz Długosz e Józef Wojnar). Ainda à parceria estabelecida com o Consulado Geral da República da Polônia em Curitiba. Ao qual aproveito para agradecer igualmente à professora Renata Siuda-Ambroziak, contribuinte importante, apoiando diversos trabalhos conjuntos.

À professora Lilian Wachowicz pelo apoio na busca dos documentos do professor Ruy Wachowicz. Às funcionárias do Arquivo Público do Paraná, especialmente Marina e Maureen, pelo apoio nas incessantes buscas virtuais ou presenciais. Aos funcionários do Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro e demais acervos pesquisados. Agradeço também a uma série de pessoas, que seja através de dicas, seja conversas e troca de mensagens, compartilharam do desenvolvimento deste trabalho: os professores Regina Weber, Fábio Koifman, Maria L. T. Carneiro, Fabio Bertonha, Jerzy Mazurek, Piotr Puchalski, entre outros. Especialmente Marcos Gonçalves e Marion Brepohl pela participação na banca de qualificação e desta última, por voltar para a banca final, assim como pela interlocução o prof. Márcio de Oliveira e Izabela Drozdowska-Broering. Além destes, ao colega Adriano Malikoski, pelas conversas e troca de documentação. Pelo suporte na tradução do resumo agradeço ao amigo Marcin Raiman e aos colegas de trabalhos conjuntos Paulo Sérgio de Souza de Azevedo, Rodrigo Luis dos Santos, Evander Ruthieri da Silva, Fernanda Trentini e Fabiana da Silva.

Agradecer também à minha família, nominando em meus pais, Antônio e Marli, minha irmã, Cássia, mas também meus avós e tios, que mesmo distantes, sustentaram através das conversas ao longo de minhas caminhadas noturnas e da contínua relação de carinho e amor intensos quando nos reencontrávamos, o chão sob o qual se construiu essa estrutura. Especialmente, minha companheira Letícia, essencial pelo companheirismo e suporte incondicionais nos momentos mais duros.

Em suma, agradecer nos permite rememorar, no sentido positivo, as etapas e desafios para a escrita da tese, lembrando que ela não é feita de forma solitária, mas, na verdade, por muitas pessoas que contribuem de diferentes formas na sua construção ao longo dos anos. Sendo assim, aqueles que de alguma maneira deixaram suas marcas em mim e consequentemente em meu trabalho, deixo meu mais profundo agradecimento.

## RESUMO

O trabalho que desenvolvemos procura analisar como durante o período entre as duas guerras mundiais (1918-1939), os ideais de potência da Polônia renascida, sobretudo, a partir de processos de aproximação para com os seus emigrantes e descendentes no país e a ação de colonizadoras polonesas com o fito de, de modo planejado, obter territórios no exterior na forma de “colônias” polonesas, foram reinterpretados à luz de uma “perspectiva brasileira”. Isto é, membros da intelectualidade, da ambiência política oficial (diplomática) e de autoridades públicas do país, através, especialmente, das fontes do Ministério das Relações Exteriores, dos periódicos curitibanos, particularmente o *Correio do Paraná*, e da DOPS-PR, construíram e definiram um “imperialismo polonês” imaginado, na medida em que o denunciavam como um perigo para a integridade do país na forma de representações e construção de mitologias conspiracionistas específicas dentro de um amplo contexto de emergência do nacionalismo brasileiro, configurado sobretudo nos anos 1930 da Era Vargas. Nossa hipótese é que o programa polonês moldado com base na população polonesa que continuava emigrando e as aproximações com o grupo já estabelecido no Brasil através de amplo patrocínio estatal, geraram hostilidades e denúncias, a partir de discursos excludentes, os quais delataram as ações polonesas como prática de invasão ou infiltração, bem como de colonialismo pacífico pela aquisição de terras. No contexto de desenvolvimento de ideais de brasilidade e questões de identidade, as quais geraram um movimento anti-imigrante ou anti-estrangeiro, no caso particular, certa “polonofobia”, a qual foi embasada em ódios, ressentimentos, paixões mobilizadas através de sentimentos nacionalistas, oposições de identidade, incluindo questões internas à comunidade polonesa. A imagem negativa vincula-se ao conflito de identidades e configuração de alteridades, construídas desde o século XIX, lastreado em preconceitos e imagens desabonadoras atinentes ao contexto do “racismo científico”, mas também visões positivas sobre os poloneses, que colidiram posteriormente com a (re)criação/reforço da brasilidade, do início dos anos 1930 até a Segunda Guerra Mundial. Estas imagens permitem a emergência de representações, imaginários, discursos e (res)sentimentos sobre os poloneses por parte de diversos âmbitos da sociedade brasileira, configurando aspectos particulares em momentos específicos de ebulição de lutas simbólicas e de representações a partir da presença estrangeira no Brasil, na sua relação com o espectro social envolvente.

Palavras-chave: Imigração Polonesa. Nacionalismo Brasileiro. Imperialismo Polonês. Entreguerras. Representações/Mitos. (Res)sentimentos.



## ABSTRACT

The work we developed seeks to analyze how during the period between the two world wars (1918-1939), the reborn Poland's ideals of power, above all, from the approximation processes towards their emigrants and descendants in the country and the action of Polish colonizers with the aim of, in a planned way, obtaining territories abroad in the form of Polish “colonies”, were reinterpreted in the light of a “Brazilian perspective”. That is, members of the country's intellectuality, official (diplomatic) political ambience and public authorities, especially through sources from the Ministry of Foreign Affairs, from Curitiba newspapers, particularly the *Correio do Paraná*, and DOPS-PR, built and defined an imagined “Polish imperialism”, insofar as they denounced it as a danger to the country's integrity in the form of representations and the construction of specific conspiracy mythologies within a broad context of the emergence of Brazilian nationalism, configured mainly in the years 1930 from the Vargas Era. Our hypothesis is that the Polish program molded based on the Polish population that continued to emigrate and the approximations with the group already established in Brazil through extensive state sponsorship, generated hostilities and denunciations, based on Brazilian exclusive speeches, which denounced the Polish actions as a practice of invasion or infiltration, as well as peaceful colonialism for land acquisition. In the context of the development of Brazilian ideals and identity issues, which generated an anti-immigrant or anti-foreign movement, in the particular case, a certain “polonophobia”, which was based on hatreds, resentments, passions mobilized through nationalist feelings, oppositions of identity, including issues internal to the Polish community. The negative image is linked to the conflict of identities and configuration of otherness, built since the 19th century, based on prejudices and disparaging images referent to the context of “scientific racism”, but also positive views on Poles, who later collided with (re)creation/strengthening of Brazilianness, from the beginning of 1930s until to World War II. These images allow the emergence of representations, imaginary, speeches and resentiments/feelings about Poles from different spheres of Brazilian society, configuring particular aspects at specific moments of boiling of symbolic struggles and representations from the foreign presence in Brazil, in its relationship with the surrounding social spectrum.

Keywords: Polish immigration. Brazilian Nationalism. Polish imperialism. Between wars. Representations / Myths. Resentiments/feelings.

## STRESZCZENIE

Niniejsza praca ma za zadanie przeanalizować jak w okresie międzywojennym (1918-1939) dokonana się reinterpretacja z „brazylijskiej perspektywy” ideałów potęgi odrodzonej Polski, wyrażających się głównie poprzez procesy zbliżenia z emigrantami i ich potomkami w Brazylii oraz działalność polskich towarzystw kolonizacyjnych, które miały za zadanie pozyskać w sposób planowany zagraniczne terytoria w postaci polskich „kolonii”. Przedstawiciele inteligencji, oficjalnych środowisk politycznych (dyplomatycznych) i państwowej władzy publicznej stworzyły i zdefiniowały wyimaginowany „polski imperializm” rozpowszechniany głównie przez środki brazylijskiego Ministerstwa Spraw Zagranicznych, kurytybską prasę, a w szczególności *Correio do Paraná*, oraz za pomocą Wydziału Porządku Politycznego i Społecznego (po portugalsku Departamento de Ordem Política e Social, w skrócie DOPS). Imperializm ten wskazywano jako zagrożenie dla integralności państwa w formie społecznych reprezentacji i budowania szczególnych konspiracyjnych mitologii w ramach szerszego kontekstu nacjonalizmu brazylijskiego pojawiającego się głównie w latach 30 tzw. ery Vargasa. Nasza hipoteza zakłada, że polski program opierający się na emigrujących ówczesnie mieszkańcach Polski oraz zbliżeniu z grupą już osiadłą w Brazylii oraz czerpiący z obszernego finansowania państwowego doprowadził do pojawienia się wrogości i oskarżeń pod postacią wykluczających wypowiedzi, które donosiły o polskich działaniach, przedstawiając je jako inwazję lub infiltrację oraz pokojowy kolonializm mający na celu pozyskanie ziemi. W kontekście rozwoju idei brazylijskości i kwestii tożsamości wytworzył się ruch skierowany przeciw imigrantom czy też przeciw cudzoziemcom, a w badanym przypadku można mówić o pewnej „polonofobii”, która miała za swoją podstawę nienawiść, urazę, burzliwe uczucia wzbudzone przez poglądy nacjonalistyczne, opozycje tożsamościowe, włączając w to także wewnętrzne kwestie społeczności polskiej. Ten negatywny obraz łączy się z układem budowanych od XIX wieku odmienności i z konfliktem tożsamościowym obciążonym uprzedzeniami i zniesławiającymi obrazami związanymi z „rasizmem naukowym” jak również z pozytywnymi poglądami nt. Polaków, które zderzyły się z (prze)tworzeniem/wzmocnieniem brazylijskości w okresie od początku lat 1930 do drugiej wojny światowej. Z powodu tego wizerunku pojawiają się wśród różnych grup społeczeństwa brazylijskiego wyobrażenia, dyskursy, żywienie urazy i inne uczucia dotyczące Polaków. To wszystko tworzy szczególne okoliczności w specyficznych momentach gorączkowej walki o symbole i reprezentatywność, walki spowodowanej obecnością obcokrajowców w Brazylii i stosunkami z otaczającym ich społeczeństwem.

Słowa kluczowe: Imigracja Polska. Nacjonalizm Brazylijski. Polski Imperializm. Międzywojnie. Reprezentacje społeczne/Mity. Uraza/uczucia.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MICHAŁ PANKIEWICZ, CONSELHEIRO DE EMIGRAÇÃO. 1932 .....	110
FIGURA 2 - FOTO DA CHEGADA DO CÔNSUL GŁUCHOWSKI.....	162
FIGURA 3 - FACHADA DO CONSULADO POLONÊS EM CURITIBA, 1925. ....	165
FIGURA 4- FOTOGRAFIA DOS INSTRUTORES .....	179
FIGURA 5 - CAPITÃO STANISŁAW SKARŻYŃSKI NO RIO DE JANEIRO, 16 DE MAIO DE 1933.....	206
FIGURA 6 - RECORTE DA CAPA DO O DIA DE 30 DE MAIO DE 1933 .....	208
FIGURA 7 - CAPA DO <i>CORREIO DO PARANÁ</i> 01 DE ABRIL DE 1934. ....	254
FIGURA 8 - CAPA CORREIO DO PARANÁ, DE 07 DE ABRIL DE 1934. ....	258
FIGURA 9 - IMAGEM DO PROTESTO DOS ESTUDANTES.....	259
FIGURA 10 - IMAGEM ILUSTRANDO O ARTIGO DO <i>CORREIO DO PARANÁ</i> .....	263
FIGURA 11 - IMAGEM DE CAPA MOSTRA AÇÃO POLONESA ENTRE OS UCRANIANOS.....	265
FIGURA 12 - PRIMAZ HLOND E BISPO KUBINA, 1936.....	303
FIGURA 13 - PRONTUÁRIO “RESERVADO” 743 COM LISTA DE “POLACOS PERNICIOSOS”.....	377
FIGURA 14 - CAPA LIVRO LEPECKI.....	384

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - JORNAIS PESQUISADOS SISTEMATICAMENTE .....	31
QUADRO 2 - EMPRESAS DE COLONIZAÇÃO ATUANDO COM IMIGRANTES POLONESES (1935-36) .....	115
QUADRO 3 - FICHADOS PELO PRONTUÁRIO 1379 DOPS/PR.....	373
QUADRO 4 - FICHADOS SOB PRONTUÁRIO 743 DOPS/PR.....	374



## LISTA DE ABREVIATURAS

AEG – Arquivo Edmundo Gardolinski.

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty.

ANC – Assembleia Nacional Constituinte – 1933-1934.

APV – Acervo dos Padres Vicentinos.

APW – Arquivo Privado Ruy Wachowicz.

B.I.T. – Bureau Internacional do Trabalho.

CIC – Conselho de Imigração e Colonização.

CP – Correio do Paraná.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

DEAP – Departamento de Arquivo Público do Paraná.

DOPS – Departamento/Delegacia de Ordem Política e Social.

DTC – Departamento de Terras e Colonização.

HBN – Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná.

LDN – Liga das Nações.

LMiK – *Liga Morska i Kolonjalna* – Liga Marítima e Colonial.

MJNI – Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

MSZ – *Ministerstwo Spraw Zagranicznych* – Ministério de Assuntos Exteriores da Polônia.

MT – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

MTO - *Międzynarodowe Towarzystwo Osadnicze* - Sociedade Internacional de Colonização.

PAT - *Polska Agencja Telegraficzna* - Agência Telegráfica Polonesa

SDN – Sociedade das Nações.

TK – *Towarzystwo Kolonizacyjne we Warszawie* – Sociedade de Colonização em Varsóvia Ltda.

ZP – *Związek Polski* – União Polonesa.

ZPK – *Związek Pionierów Kolonialnych* – União dos Pioneiros Coloniais.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. A “EMIGRAÇÃO DIRIGIDA”: COLONIALISMO INTERNO E O IMPERIALISMO POLONÊS COMO CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA E/IMIGRATÓRIA NO BRASIL .....</b>	<b>44</b>
2.1. A IMIGRAÇÃO POLONESA NO BRASIL (1869-1918) .....	45
2.1.1. Os poloneses, o preconceito e a sociedade brasileira: observações negativas iniciais...	47
2.2. A IMAGEM POSITIVA DA POLÔNIA E DOS POLONESES NO BRASIL .....	57
2.2.1. Poloneses e Polônia enaltecidos .....	60
2.3. O IMPERIALISMO EUROPEU NA AMÉRICA LATINA: OS PERIGOS CONSTITUÍDOS .....	69
2.3.1. Emigrantes para o Império .....	73
2.3.2. O “perigo polonês” e o “imperialismo polonês”: primeiras acepções.....	77
2.4. “O IMPERIALISMO POLONÊS”? : DEFINIÇÕES INICIAIS.....	90
2.4.1. Um imperialismo “à polonesa” .....	91
2.4.2. “Emigração dirigida” e o “colonialismo emigrantista” .....	98
2.4.3. A tutela através das terras e colonizadoras .....	113
2.5. A SOCIEDADE DE COLONIZAÇÃO DE VARSÓVIA .....	119
2.5.1. O Espírito Santo .....	120
2.5.2. O Paraná .....	124
<b>3. A BRASILIDADE NASCENTE: ENTRE RESENTIMENTOS E NACIONALISMO (1930-1934).....</b>	<b>128</b>
3.1. “ARTIGOS NA IMPRENSA PAULISTA CONTRA A POLÔNIA” E O ATENTADO A KOSSOBUDZKI.....	128
3.2. O GOVERNO VARGAS E A RESTRIÇÃO À IMIGRAÇÃO (1930) – NACIONALISMO E CONFLITO DE IDENTIDADES .....	136
3.2.1. O nacionalismo defensivo brasileiro .....	143
3.3. APROXIMAÇÕES DA POLÔNIA E OS POLONESES NO BRASIL – PROTAGONISTAS DOS CONFLITOS DE IDENTIDADE .....	148
3.3.1. A institucionalização polonesa no entreguerras .....	152
3.3.2. O consulado e a legação polonesa no Brasil: as relações diplomáticas .....	159

3.3.3. A União Mundial dos Poloneses do Exterior - <i>Światpol</i> e A União Central dos Poloneses no Brasil - <i>Centralny Związek Polaków w Brazylii</i> .....	167
3.3.4. Os emissários poloneses: agentes de identidade.....	174
3.3.5. Sociedade de Educação Física - <i>Junak</i> .....	181
3.4. “A CONQUISTA DO PARANÁ PELA SOCIEDADE DE VARSÓVIA”: A POLÊMICA DO CORREIO DO PARANÁ DE 1933 .....	186
3.4.1. O Ressentimento fomenta uma crítica moral .....	188
3.4.2. O Ressentimento estimula uma crítica imperialista .....	196
3.5. O ANO DE 1933 E A VISITA DE <i>SKARZYŃSKI</i> , <i>RACZKIEWICZ</i> E <i>DAR POMORZA</i> AO BRASIL – “EXPLOSÕES DE POLONIDADE” .....	203
3.5.1. “O voo glorioso do intrépido aviador polonês Stanislaw Skarzyński” .....	204
3.5.2. “Ilustre visitante” – Władysław Raczkiewicz .....	210
3.5.3. O navio-escola <i>Dar Pomorza</i> .....	216
<b>4. A LIGA MARÍTIMA E COLONIAL E A CRISE DE 1934: PROJETO COLONIAL POLONÊS E A EMERGÊNCIA DE UMA REAÇÃO BRASILEIRA .....</b>	<b>219</b>
4.1. O PROJETO POLONÊS EM PRÁTICA E O DEBATE DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL.....	220
4.1.1. A instituição polonesa: a fundação de colônias e as ações da Liga Marítima e Colonial em território brasileiro .....	226
4.1.1.1. A colônia do Faxinal dos Catanduvas: <i>Morska Wola</i> .....	231
4.1.2. O <i>Correio do Paraná</i> e seus personagens .....	235
4.2. O CORREIO DO PARANÁ X LIGA MARÍTIMA E COLONIAL .....	238
4.2.1. A “triste memória”: a herança da Sociedade de Colonização .....	245
4.2.2. A “marcha polonesa para o Rio Paraná”; a denúncia do “Imperialismo polonês” .....	248
4.2.3. “Ucrânia Mártir, Ucrânia sublime” .....	262
4.2.4. “Os Instrutores Polacos no Sul do Brasil” .....	266
4.2.5. “Queremos colonos mas abasileirados que produzam como os que se encontram entre nós”: Assimilação, nacionalismo e imigração polonesa.....	271
4.2.6. “Menos desejável”: As questões étnicas – sírios, judeus, poloneses, alemães e italianos em Curitiba.....	277
4.3. A DEFESA DOS POLONESES .....	287
4.4. REVERBERAÇÕES DA CRISE .....	295
4.5. KUBINA E GRABOWSKI E A NOVA POSITIVAÇÃO DA IMAGEM POLONESA.....	302

<b>5. “DE PACATOS AGRICULTORES” À “POLACOS PERNICIOSOS”: A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO, O AUGO E O FIM DA AMEAÇA POLONESA NO BRASIL (1936-1939) .....</b>	<b>307</b>
5.1. ENTRE “GASES ASFIXIANTES” E “POLÍCIAS SECRETAS”, CONFORMA-SE UMA CONSPIRAÇÃO: “O ATENTADO MILITAR DA POLÔNIA CONTRA O BRASIL” .....	307
5.2. O “PRURIDO EXPANSIONISTA DA POLÔNIA” E A DIPLOMACIA BRASILEIRA (1936-1938) .....	324
5.3. O ESTADO NOVO: A IDENTIFICAÇÃO DE ALTERIDADES .....	337
5.3.1. A emergência do Estado Novo na configuração do imperialismo polonês .....	343
5.3.2. A campanha de nacionalização e os perigos estrangeiros .....	346
5.4. A NACIONALIZAÇÃO DOS POLONESES .....	350
5.4.1. As sociedades colonizadoras e a questão das terras .....	358
5.4.2. Os padres e as mulheres: os “baluartes da polonidade” .....	362
5.5. A DOPS E OS POLONESES: SUSPEITOS E INIMIGOS .....	367
5.5.1. “Propagandista da causa polonesa” .....	372
5.5.2. Os “polacos perniciosos” .....	374
5.5.3. Outros personagens .....	379
5.6. MIECZYSLAW LEPECKI E OS DOCUMENTOS DE COLONIZAÇÃO .....	382
5.7. KONRAD SADOWSKI, UM INSTRUTOR MILITAR .....	387
5.7.1. Outros personagens .....	390
5.8. OS ANOS FINAIS DA NACIONALIZAÇÃO E O FIM DOS PROJETOS POLONESES .....	399
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>405</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>415</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>422</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>448</b>



## 1. INTRODUÇÃO

*“A Liga Marítima e Colonial de Varsóvia prepara-se para conquistar o Paraná”*<sup>1</sup>

*“[No Congresso da União Mundial dos Polonos] foi decidido, [...], criar no Estado do Paraná uma Nova Polônia, recorrendo às forças armadas se isto for necessário”*<sup>2</sup>.

No dia 06 de julho de 2017, o *Gazeta do Povo*, jornal da cidade de Curitiba, publicou um artigo traduzido do *New York Times*, do investidor indiano Ruchir Sharma, o qual se intitulava: “MILAGRE POLONÊS: A próxima potência econômica mundial? A Polônia”, completando a apresentação: “Esqueça China e Índia, Rússia e Brasil. A Polônia, crescendo à moda antiga, através da manufatura, tem grandes chances de se tornar a próxima nação rica do mundo”<sup>3</sup>. O texto, enfocando na economia política polonesa dos últimos 25 anos, desde o fim do regime comunista, anunciava o crescimento contínuo e desenvolvimento do país a partir de diferentes pontos de vista. Por fim, anunciava-a como tendo a capacidade de ascender ao grupo das potências mundiais.

O ideal polonês de potência, como imaginário interno e externo, não é novo, seus desejos ou “imagens de grandeza” nacionais permearam o período entreguerras (1918-1939), quando da emergência da II República Polonesa, tanto por parte de teóricos e ideólogos, como por parte do Estado, de pensadores e analistas internacionais. Naquele período, diante de sua política emigratória desenvolvida, se conformaram projetos e planos de caráter colonial e até com vieses ou interesses claramente inspirados em proposições imperialistas. Tais fatos se somavam ao contexto europeu do período, distinto do anterior (1875-1914), mas que ainda fomentava ideias coloniais práticos ao redor do mundo. Essa conjuntura se configura em elemento constante na História Mundial Contemporânea e com seus efeitos sentidos nas relações entre os diferentes países e regiões do planeta até os dias de hoje.

Ao partir da baliza temporal, portanto, deste período entre as duas guerras mundiais, especialmente a década de 1930, este trabalho objetiva analisar como foram interpretados, à luz das narrativas de uma “perspectiva brasileira”, os ideais de potência da Polônia, os quais foram colocados em prática a partir de dois projetos intrinsecamente associados. O primeiro deles, visava a aproximação com os emigrantes e descendentes radicados em países estrangeiros, como forma de garantir a conservação ou (re)criação da identidade polonesa. O segundo de

<sup>1</sup> Correio do Paraná, 01 de abril de 1934.

<sup>2</sup> PARANÁ. Departamento do Arquivo Público do Paraná. PT 117. Atentado Militar da Polônia Contra o Brasil, 1939 (DOPS), p. 1.

<sup>3</sup> *Gazeta do Povo*, 6 de julho de 2017. <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/a-proxima-potencia-economica-mundial-a-polonia-dzrc4yv5lfur361ss80i65oyb/>

caráter mais intervencionista, tinha como objetivo a aquisição de áreas territoriais em países que contavam com a presença de poloneses a fim de abrigar novos contingentes de emigrantes acompanhando os fluxos contínuos de saída de pessoas<sup>4</sup>.

Tal esquema problematizante parte da premissa que membros da intelectualidade, da ambiência política oficial (diplomática) e de autoridades públicas do Brasil, construíram na mesma medida que definiram, uma alegoria de um imperialismo polonês imaginado, igualmente conforme o denunciavam como um perigo em diversos sentidos para a integridade nacional. Estas perspectivas se assomaram através de representações e construção de mitologias conspiracionistas específicas dentro de um amplo contexto de emergência do nacionalismo brasileiro e múltiplos (res)sentimentos pessoais e coletivos atrelados àquela conjuntura.

Nossa tese é que o programa polonês constituído gerou hostilidades e denúncias, a partir de discursos excludentes e nacionalistas brasileiros, os quais delataram o “imperialismo polonês” como prática de invasão ou infiltração, bem como de um certo “colonialismo pacífico”. Sendo construções narrativas no contexto de desenvolvimento de ideais de brasilidade e questões de identidade, as quais geraram um movimento anti-imigrante ou anti-estrangeiro, no caso particular, certa “polonofobia”, a qual foi embasada em ódios, ressentimentos, paixões mobilizadas, oposições de identidade, alteridades e construção de mitos que ameaçavam o Brasil.

Como exemplo, encontramos no arquivo da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) do Paraná, em Curitiba, um documento com o seguinte título: “O Atentado Militar da Polônia contra o Brasil”, datado, segundo Levine (1980), de 1935, mas provavelmente de 1938. Esta é uma fonte da qual partimos para construir esse trabalho. Um documento, no mínimo “curioso”, que para Levine era muito “minucioso” ao arrolar diversos nomes e instituições associadas a atividades da Polônia, não obstante, para ele “é de cunho sensacionalista e deve ser avaliado com cautela” (LEVINE, 1980, p. 62). Aparentemente informado apenas por aquele documento, sem se deter de maneira mais demorada, para além da inferência para o caso polonês, em suas afirmações, agrupamentos fascistas e nazistas de alemães, italianos e poloneses no sul do Brasil e em São Paulo, junto aos japoneses, através das organizações de imigrantes, recebiam ajuda governamental de seus países e das comunidades locais. A presença de escolas de estrangeiros, sua imprensa e empresas, bem como da diplomacia e ampliação dos

---

<sup>4</sup> Identificamos essa apreciação dupla nas fontes, assim como alguns autores que tem trabalhado nos últimos anos com o período entre as duas guerras mundiais e a perspectiva da ação da Polônia frente os imigrantes e seus descendentes, como Łepkowski (1978), Smolana (1996), Walaszek (2003), Nalewajko (2014), Mazurek (2016), entre outros.

partidos políticos do país de emigração, teriam desencadeado reações do governo brasileiro, como os decretos-lei de nacionalização em 1938. Para o autor, o “Atentado Militar da Polônia contra o Brasil” é um reflexo importante do contexto do período dos anos 1930, da Era Vargas, de construção e exacerbação do nacionalismo brasileiro. Mobilizações identitárias e de sentimentos, que compõe a sociedade brasileira daquele momento, ademais de fatores que se somavam à questão da imigração e presença estrangeira no país, mais detidamente, o caso dos poloneses, o qual pretendemos analisar. Em tempo, voltaremos a este documento.

Apesar do título ambicioso desta tese, seus objetivos e problemas, quando especificados, são mais modestos. Ao se tratar de temas que perpassam imigração, identidades, imperialismo, representações, mitologias e (res)sentimentos no Brasil, nos remetemos a amplos aspectos de considerações, variações, fatos e minudências, as quais conduzem a diferentes possibilidades. Pretender mencionar todos os aspectos ressaltados ao longo da pesquisa documental, as suas contextualizações e fontes referidas seria inconveniente e, mesmo assim, deixariam o trabalho incompleto. Por esta razão, buscamos fios condutores para nossa temática mais abrangente, selecionando tanto com relação às fontes, como para com as temáticas privilegiadas.

Buscamos, assim, pensar um panorama geral das intenções imperialistas polonesas, dado que, aparentemente, a narrativa discursiva daquele país e algumas ações efetivadas ou tentadas de fato, por vezes, incidem na narrativa discursiva brasileira. Com base nestes elementos, sopesar este aspecto ao pensar o construto da nacionalidade brasileira a partir do ideal imigratório seletivo lastreado em ideologias raciais e eugênicas ou restricionista de proteção do trabalhador nacional. Assim como, um conflito de intensões e interesses, com a observação de ações objetivas polonesas de aproximação e tutela: como a implantação, em 1920, do Consulado da Polônia no Brasil; atividades reforçadas, a partir do final dos anos 1920 e início dos anos 1930, através das sociedades colonizadoras como a Sociedade de Colonização em Varsóvia (*Towarzystwo Kolonizacyjne we Warszawie* – 1926 - TK) e a Liga Marítima e Colonial (*Liga Morska i Kolonjalna* – 1930 - LMiK) objetivando a compra de terras no Brasil para alocação de imigrantes; o aumento no número de intelectuais poloneses enviados (os diversos emissários); a fundação de instituições que visavam congregar ou se aproximar das associações étnicas já pré-existentes (como a União Central dos Poloneses no Brasil – CZP) criadas pelos colonos poloneses emigrados e seus descendentes, sob a tutela efetiva do Estado Polonês e interferência de grupos supranacionais (como a União Mundial dos Poloneses no Exterior - *Światpol*).

Pretendemos verificar a imagem ambivalente construída de um “perigo polonês” ao longo do tempo, numa paranoia contra o outro, na mesma medida em que se desdobra uma

representação de “inferioridade” da Polônia e seus habitantes, as quais se somavam paradoxalmente com as primeiras ações do país independente, mas incluso de seus múltiplos problemas internos na construção da recente nação. Todos elementos protagonistas para as apreciações das fontes nacionais e avaliações sobre os poloneses por parte de uma espécie de “lógica brasileira”, as quais exacerbam o nacionalismo brasileiro no meio da intelectualidade e das autoridades públicas oficiais.

O aspecto discursivo/narrativo é constituído nos textos em momentos específicos de conflito e mobilização de (res)sentimentos, tendo, por vezes, razões pragmáticas de fundo e mobilizadores identitários simbólicos. Desenvolve-se um imperialismo de polêmicas e difamações jornalísticas, bem como de alertas e documentos confidenciais. Em alguns momentos semelhante, em outros, totalmente distinto de outros países que possuíam imigrantes, especialmente o Japão, a Itália e a Alemanha. Nesse sentido, investigamos situações particulares e momentos de relaxamento e tensão, em que procuramos verificar “explosões de polonidade” através da imprensa e as disputas com o crescente nacionalismo brasileiro, na forma de embates, sobretudo em meados da década de 1930, conformador de representações e imaginários individuais e coletivos, lastreados em diferentes querelas, que constroem e definem as ações polonesas, na medida em que as acoimam, expõe, adjetivam e rotulam.

Temos em mente que as fronteiras do ficcional e daquilo que se concorda denominar de real, por vezes se tornam indistinguíveis nas fontes (TRONCA, 2002, p. 275). Para isso, é importante atentar que a Polônia, apesar de não ter a força para colocar em prática, efetivamente, o seu projeto imperialista conformado, incutiu com suas ações, a partir do discurso no Brasil, um “perigo” que representava, ou seja, o discurso polonês de potência imaginado instituiu o “real” no campo psicológico e simbólico da narrativa, o qual reverbera na configuração e instituição discursiva brasileira, ao descrever as atividades e possibilidades daqueles que a ameaçavam pragmático ou imaginariamente.

Neste contexto, observamos os impactos do pensamento formulado durante a Era Vargas, a emergência de um forte nacionalismo brasileiro constituído no âmbito intelectual e político, desde o período republicano (ou quiçá, em desenvolvimento desde a independência). Esta nacionalidade é formada em oposição contrastiva ao grupos étnicos estrangeiros, como os poloneses, o que pode ser somado à emergência de governos autoritários (a exemplo do nazifascismo) como o de Piłsudski na Polônia, que ajudam no estabelecimento da visão ou antinomia sobre o estrangeiro, dada a significativa presença de imigrantes e instituições destas nacionalidades no país, onde já eram animadas por mobilizações identitárias. Um nacionalismo exacerbado e defensivo que contrapõe à visibilidade construída pelos poloneses nos anos 1920



e 1930, através de suas instituições, aproximações com a Polônia e das sociedades colonizadoras, que fez emergir atenções e ressentimentos sobre eles. Com isso, observamos a evolução do discurso brasileiro diante do desenvolvimento da *polonidade* no Brasil, inicialmente nos anos 1920, mas especialmente, ao longo dos anos 1930, perpassando momentos particulares, como a ascensão de Vargas e as restrições imigratórias; as mudanças entre 1933 e 1934 com a Constituinte; a ação das sociedades colonizadoras e o embate com os periódicos; a Lei de Segurança Nacional de 1935; o Estado Novo, em 1937; a “Campanha de Nacionalização”, a partir dos decretos-lei de 1938-1939; e o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939. Neste período final, momentos específicos ao longo dos anos 1930 foram reinterpretados e investigados sob novos vieses, demandando a apresentação dos múltiplos protagonistas destas produções ao longo do tempo, sem imiscuir de divergências e querelas internas aos grupos envolvidos.

Nosso trabalho, portanto, não versa sobre o processo imigratório polonês, sua configuração de identidade ou sobre a história de uma presença polonesa no Brasil, tampouco sobre a definição de um possível imperialismo polonês ou exatamente como ele se configurou. Embora estes temas permeiem a tese, têm sido trabalhados por pesquisadores poloneses e brasileiros. Nosso objetivo, com base em fontes específicas, é relacionar e avaliar as representações, formas de se referir, ojerizas, repúdio, apoios e discursos nacionalistas sobre o imperialismo polonês dentro de algumas instituições governamentais reiterados por outros setores da sociedade (periódicos e intelectualidade), dialogando com a bibliografia e teoria, mais que a simples descrição dos documentos. Nessa configuração, eventualmente de um “perigo real”, balizado em questões políticas e raciais vinculadas aos poloneses (somado ao anticomunismo e antissemitismo); e de um “perigo imaginário” (imperialismo)<sup>5</sup>, eram elementos (re)inventados dentro de um contexto de disputas identitárias, conspirações e da emergência autoritária (tanto na Europa como na América Latina). Um momento de projetos nacionais, de nacionalismos e identidades étnicas, mobilizadores de sentimentos e representações acerca do outro e de si, do ser brasileiro, da brasilidade, do estar no Brasil, do que era ser polonês, estrangeiro ou da própria presença daquela população e seus representantes. Um espaço real de disputas e lutas, simbólicas (BOURDIEU, 1989) ou de representações (CHARTIER, 2002). Era um embate pelo encaixe da população polonesa naquele Brasil, de um lado, e a pressão externa colonialista, quiçá, superdimensionada (mas que de fato existiu), por

---

<sup>5</sup> Ver Lenharo (1986), Carneiro (1999) e Dietrich (2007).

outro. Uma história a ser contada, a partir de múltiplos recortes, temporais, espaciais, de perspectiva temática ou referentes a nossas escolhas e potencialidades de execução.

O que podemos observar, inicialmente, é que pode ter ocorrido certa inflexão de pensamento e da construção da imagem sobre o polonês no Brasil, flutuações relativas à estereótipos positivos e negativos, os quais pairam entre uma ocupação territorial das áreas rurais e branqueamento do país, para um imperialismo conformado em ações determinadas. Essas considerações indicam mudanças paradigmáticas fluídas, pois existiam vários “defensores” dos poloneses entre a intelectualidade, nos jornais e documentos diplomáticos, tanto com relação à imigração e colonização polonesa, como a própria Polônia e seus representantes. Na maior parte do período, contudo, é importante alertar que os poloneses são geralmente bem vistos como agricultores desejáveis para o processo emigratório.

Concentramos, assim, nossos questionamentos, de modo geral, no período entreguerras: de 1918, quando a Polônia renasce independente, até 1939, quando é invadida pela Alemanha e fica ocupada por seis anos. Identificando, especificamente, dentro deste recorte cronológico, o início a partir de 1930, quando é criada a colonizadora Liga Marítima e Colonial (LMiK) e a Polônia se reorganiza com ações mais sistemáticas para com o Brasil, sendo o momento intenso da abertura das atividades polonesas, que serão concretas até 1939, quando do apogeu discricionário do governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, e o desenrolar da “Campanha de Nacionalização”. O trabalho inicialmente pretendia uma visão panorâmica de conjunto do Brasil, mas como a imigração polonesa se concentrou, sobretudo, na região sul do país e esteve vinculada a *Misiones* na Argentina, bem como algumas pequenas regiões do Paraguai e intenções no Espírito Santo, as fontes remetem a várias localizações. No entanto, o foco central permaneceu o estado do Paraná, aquele foi o de maior ocupação polonesa, onde os casos analisados tiveram maiores repercussões e onde as intenções imperialistas e suas releituras derrogaram maiores impactos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Santa Catarina, em função do processo colonizador polonês nessa região, não aparece diretamente com especificidades nas fontes, sendo mais uma continuidade das questões do Paraná, enquanto o Rio Grande do Sul teria particularidades em razão de sua conformação diferenciada.

## DA REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

Inicialmente, ao concluirmos nossa dissertação de mestrado, em 2015<sup>7</sup>, identificamos, a partir de nossas pesquisas, uma série de professores e intelectuais poloneses enviados ao Brasil, nos anos 1930. Estes chegavam a fim de estabelecerem vínculos com a “comunidade” polonesa emigrada (desde o século XIX) e potencializar o desenvolvimento econômico e social daquele grupo. Desenvolve-se uma ação do Estado polonês da II República com o envio de emissários às comunidades polonesas para estimular as colônias. Alguns destes emissários eram conhecidos como “instrutores”.

Inspirado nestas descobertas e na leitura do texto póstumo do historiador da imigração e presença polonesa no Brasil, professor Ruy Wachowicz, intitulado *Messianismo, polonidade e Nova Polônia no Brasil*, na revista *Projeções*, de 2001, passamos a investigar as possíveis relações imperialistas da Polônia com o Brasil, durante o período entre o século XIX e o intervalo das duas grandes guerras mundiais (TRINDADE, 2016, 2018). No trabalho de Wachowicz são expostos alguns resultados das pesquisas que acabaram interrompidas devido a sua morte. Primeiramente, descreve os ideais nacionalistas messiânicos poloneses durante a ocupação estrangeira e depois a constituição da noção de “Nova Polônia” do século XIX, conformada por intelectuais poloneses com relação ao Brasil, as quais incluem um forte pensamento político ligado aos emigrantes. Menciona ações da LMiK, o *Correio do Paraná*, a atuação de militares poloneses com objetivo de criação de colônias e manutenção de uma *polonidade* imaginada. Wachowicz adverte sobre o fim das propostas devido ao movimento nacionalizador do regime do Estado Novo no Brasil e o advento da Segunda Guerra Mundial.

Referente às relações dos estados europeus e seus imigrantes no Brasil para a formulação de noções de “perigos”, assim como para o caso dos poloneses, identificamos a situação pioneira dos alemães. Giralda Seyferth em artigo intitulado *A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis* (1989) procura estabelecer a relação mais ou menos dialética entre a ação da Liga Pangermânica, uma entidade correlacionada com o imperialismo alemão, nacionalista radical e baseada em ideais racistas, em oposição ao emergente nacionalismo brasileiro. Os imigrantes alemães, diante desta contradição, conformam uma identidade teuto-brasileira, diferente tanto da pátria-mãe como do país receptor, ou seja, vinculando pertencimento étnico/nacional (*deutschum*) com o Estado

---

<sup>7</sup> TRINDADE, Rhuan T. Z.. **Um cientista entre colonos**: Ceslau Biezanko, educação, associação rural e o cultivo da soja no Rio Grande do Sul no início da década de 1930. Porto Alegre, RS. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

brasileiro (cidadania). Ao mesmo tempo, a autora evidencia casos específicos em que essa contradição ganhou força, com aproximações entre a Alemanha e seus imigrantes no Brasil, reverberados entre a imprensa e as autoridades do período.

Magalhães (1993), em sua tese intitulada *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no sul do Brasil*, a partir dos relatos de jornalistas, políticos e escritores afinados com a doutrina da Liga Pangermânica, somados aos periódicos teuto-brasileiros, permite estabelecer o modo como esta foi importante dentro da colônia alemã. A autora focaliza desde finais do século XIX até uma apropriação mais rígida feita pelo governo nazista. Demonstra, também, algumas ações alemãs de cunho “imperialista” no Brasil, ainda que tenham sido lidas, segundo a autora, de maneira exagerada por parte da elite brasileira, que acaba conformando a noção de “perigo alemão”. Já em seu livro *Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo (1880-1945)*, Magalhães (2010) demonstra que os grupos interessados no expansionismo econômico de ultramar da Alemanha, no período entreguerras, com o fim do imperialismo direto, como aquele aludido por Hobsbawm (2002), em razão da divisão das suas colônias após a Primeira Guerra Mundial, igualmente encontram na América Latina um potencial para a concentração das suas ações, com a noção de Nova Alemanha como projeto de emigração e colonização.

Com relação aos italianos, Bertonha em sua tese de 1998, *Sob o signo do Fascio: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*, estabelece a relação da presença massiva dos imigrantes com a política externa fascista italiana, demonstrando a criação de instituições no exterior com o objetivo de fomentar a *italianità*. O projeto italiano era desenvolvido a partir da presença de oficiais diplomatas e de instrutores para organizar os imigrantes e difundir a ideologia fascista<sup>8</sup>.

De modo mais específico, para o caso dos poloneses, o sociólogo Márcio de Oliveira em *Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914* (2009a) também elucida a existência de práticas imperialistas polonesas, a partir da reconquista da independência. O autor propugna análise desde a conformação da população polonesa no século XIX, até a sua institucionalização no século XX, tendo a volta do Estado polonês remontado com a instauração consular e produção de reflexões intelectuais, a possibilidade de transformar seus, por eles considerados, “emigrantes-colonos”, em colonizadores, tal como outras potências europeias haviam realizado em outras partes do mundo, partindo da existência de uma comunidade assentada desde vários anos.

---

<sup>8</sup> No seu trabalho, o autor já alerta para os projetos poloneses nas fontes pesquisadas.

A historiadora Regina Weber vem se debruçando, igualmente, sobre a temática a partir da ótica dos agentes diplomáticos atrelados às ações do clero, especificamente os padres vicentinos. Estes dados foram expostos notadamente no artigo *Agentes e intelectuais étnicos entre os poloneses* (2015). A autora adverte para os diferentes modos de “agir etnicamente” dos cônsules e sacerdotes em meio à colônia polonesa, estendendo-se desde o Paraná até o Rio Grande do Sul, onde se destacam as disputas entre os *clericais* e os *anticlericais* pela tutela da colônia polonesa de maneira bastante concreta.

No âmbito central do ideal de imperialismo polonês, sob um aspecto empírico, a professora Maria Luiza Tucci Carneiro (1994) foi pioneira no assunto, em *República, Identidade nacional e Anti-Semitismo (1930-1945)* e o capítulo *Os poloneses judeus como Grupo de Risco* (2010). Ela identificou, através das fontes do Itamaraty, ainda que tendo em vista a população judia e os objetivos institucionais brasileiros antissemitas (a fim de evitar a vinda daquela população), as formas de se referir aos poloneses como elementos expansionistas ou imperialistas na fala de membros de diferentes órgãos governamentais. Contemplava desde funcionários do próprio MRE, mas também do exército e outros ministérios. Parte destes documentos será evidenciada a partir de novas perspectivas e conteúdos ao longo deste trabalho.

Em 2017, Piotr Puchalski, em *The Polish Mission to Liberia, 1934-1938: constructing Poland's colonial identity*, investigou a constituição de uma “identidade colonial” polonesa e as ações da Polônia num sentido colonial na Libéria, onde os objetivos poloneses se assemelharam e diferenciaram daqueles desenvolvidos no Brasil, no que se incluía relações entre as sociedades coloniais e o Estado polonês e suas autoridades. Posteriormente, o autor identificou a política colonial do entreguerras polonês, ampliando o espectro de ações em outras partes do mundo, das quais se incluía o Brasil, e os múltiplos personagens envolvidos nestes objetivos, desde o retorno da independência do país até os momentos imediatos do pós-Segunda Guerra Mundial em *Polityka kolonialna międzywojennej Polski w świetle źródeł krajowych i zagranicznych: nowe spojrzenie (1918-1945)*, de 2018.

Recentemente, Malikoski (2019), na área da educação e focalizando a nacionalização das escolas polonesas, em sua tese de doutorado *Nacionalização das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul*, parte de análises de fontes semelhantes, a partir da documentação do Itamaraty e do Arquivo das Atas Novas de Varsóvia, buscando compreender o desenvolvimento de uma *polonidade* no Brasil durante o entreguerras, e o consequente imperialismo, as quais culminam com as ações repressivas do Estado Novo, inicialmente das sociedades mais amplas, até as escolas no estado mais meridional do país. O período da Nacionalização tem sido tema

recorrente nos últimos anos, mas enveredando para as questões do ensino e das escolas étnicas (RENK, 2009, MALIKOSKI, 2014, 2016, 2019) ou instituições (SILVA, 2019).

Em suma, o problema de pesquisa aqui enunciado se justifica pela análise dos efeitos e da produção do nacionalismo, processos de outrificação/estranhamento, perigos constituídos e sua temporalidade, enfocando o entreguerras, sobretudo, os meados dos anos 1930, ainda esparsamente pesquisados. Ademais de incluir uma discussão conceitual para pensar a lógica da construção discursiva de um “imperialismo polonês” no Brasil, assim, pretende e permite contribuir para os estudos sobre o grupo polonês no país sob o ponto de vista das suas relações com o nacionalismo brasileiro e sua configuração diante das alteridades, como as identidades nacionais. Ademais, projetando a conjugação de temas como imperialismo e (res)sentimentos com as representações, mitologias e a imigração.

## DAS FONTES E DA METODOLOGIA

A fim de explicitar a forma da construção deste trabalho, nos dedicamos às fontes e aos métodos aplicados de maneira mais detida, incluindo perspectivas múltiplas que guiaram nossa análise. Primeiramente, é importante mencionar que utilizaremos periódicos, documentos oficiais, livros, textos das instituições e funcionários do governo, de forma a articularmos às fontes oficiais de Estado alguns relatos e a perspectiva da imprensa. Temos claro que trabalhar com tamanha variedade documental implica diferentes tipos de metodologias, em que cabe o efetivo questionamento e problematização. Nesse sentido, um dado importante, é que o processo de arquivamento, as transferências de locais, as trocas de mídias (digitalizações), a acídia, a perda, o mal estado de conservação, a deterioração, o tempo, assim como problemas na produção, preservação e catalogação dos acervos, permite evidenciar que alguns documentos podem estar ausentes da pesquisa, de forma que tal processo são elementos que fazem parte do esquecimento social e da própria construção do campo da História. Como já alertaram Braggio e Fiuza (2013), com base em diferentes autores, alguns documentos mencionados nas fontes ou, quiçá, importantes para o desenvolvimento do trabalho, podem não ter sido notados, efetivamente encontrados ou mesmo produzidos. Entretanto: “essas são dificuldades que devem fazer parte da rotina dos pesquisadores sobre a história do passado recente”, de forma que a pesquisa, por esta razão, não perde sua efetiva contribuição para o campo do saber (BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 441).

Com base nestes pressupostos, entre as nossas fontes primárias, partimos de três conjuntos principais e norteadores do processo: a) as diplomáticas, b) os periódicos e c) da



DOPS-PR. Primeiramente, portanto, no âmbito nacional e internacional, àquelas do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Rio de Janeiro, em que identificamos as fontes do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em segundo lugar, os jornais com bases nos dados indiciários mencionados, casos apontados em outras fontes e bibliografia que nos conduziram a identificar momentos para avaliar construções sobre o imperialismo polonês. Os jornais curitibanos se concentram em nível regional, isto é, de amplitude estadual e local, voltados para a cidade de Curitiba e o estado do Paraná, sendo pesquisadas junto à Hemeroteca da Biblioteca Nacional (HBN). Por último, analisamos a documentação da DOPS-PR, do Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP/PR), posteriores cronologicamente, mas como nível regional e, mesmo, nacional devido ao amplo diálogo entre as polícias e delegacias<sup>9</sup>. O que podemos desde já anunciar é que os primeiros a observar negativamente as ações polonesas foram os jornais, desde 1930; depois o MRE, que focalizou suas críticas a partir de 1935. A DOPS vai concentrar sua ação após 1937 e, sobretudo, 1938.

Além dos arquivos e fontes mencionados, múltiplos outros foram pesquisados ao longo deste trabalho, subsidiariamente, sendo o volume desse material extremamente grande e denso para ser compreendido em apenas uma tese de doutorado ou análises mais sistemáticas. De modo que faremos referências para algumas destas fontes, indicaremos suas possibilidades e, no caso particular de algumas, nos deteremos com mais atenção, na medida em que nos ajudem a compreender o problema de pesquisa e a temática geral.

Analisamos, assim, documentos do Arquivo dos Padres Vicentinos, do Acervo Pessoal de Ruy Wachowicz, Arquivo da Sociedade de Cristo, dados do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná, todos em Curitiba. Encontramos documentos do Arquivo Edmundo Gardolinski, em Porto Alegre e de acervos do CPDOC, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional, todos no Rio de Janeiro<sup>10</sup>. Além do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do *Narodowe Archiwum Cyfrowe* (Arquivo Digital Nacional), da Polônia. Nesses espaços nos deparamos com fontes governamentais, livros, manuscritos não publicados e textos inacabados de pesquisadores sobre os poloneses, como o padre vicentino Jan Pitoń ou do próprio Ruy Wachowicz. Examinamos informações e propagandas sobre sociedades colonizadoras, muitos recortes de jornais, recortes de notícias de revistas, diversos

---

<sup>9</sup> Atualizamos a ortografia das fontes do período analisado, quando esta não prejudicasse a análise mais detida das citações.

<sup>10</sup> Entramos em contato com a Sociedade União Juventus, mas o prédio sede da instituição sofreu com incêndios que destruíram parcialmente os acervos. Outro conjunto documental foi o do padre Gogulski, o qual foi disperso e também teve perdas causadas pelo incêndio. As fontes do *Centralny Związek Polaków* (União Central dos Poloneses - CZP), de Curitiba, no Arquivo dos Padres Vicentinos, são baseadas em uma série de atas de reuniões e relatórios, bem como publicações.



materiais isolados, como propagandas, cartas, bilhetes, anotações, fotografias, imagens, entre muitas outras fontes.

Foram buscadas obras dos *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*, com traduções de documentos primários realizadas nos anos 1970; textos da Liga Marítima e Colonial, outros do Sindicato de Emigração como de Żabko-Potopowicz, de 1936; a obra de Kazimierz Głuchowski, sobre os poloneses no Brasil, de 1927, traduzida em 2005; os Fastos da União Juventus, de 1978; as atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934; a obra de Assis Chateaubriand, *Alemanha Dias idos e vividos* (1922); e textos de literatura brasileira sobre a Polônia compilados em 1927. Verificamos também alguns volumes da *Revista de Imigração e Colonização* do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) dos anos 1940.

Os documentos polono-brasileiros dos jornais escritos em polonês no Brasil, como o *Lud* (o Povo), o *Gazeta Polska w Brazylii* (Gazeta Polonesa no Brasil) ou o *Świt* (Aurora), do Paraná; ou, ainda, do *Odrodzenie* (Renascimento), do Rio Grande do Sul, no Arquivo dos Padres Vicentinos, no Acervo Edmundo Gardolinski e no acervo digital da Universidade de Varsóvia<sup>11</sup> foram eventualmente traduzidos e examinados, ainda que não de maneira sistemática<sup>12</sup>. Ademais de uma série de outras instituições polono-brasileiras que deixaram acervos sobre este período. Estes, no entanto, foram apenas tangencialmente<sup>13</sup> evidenciadas<sup>14</sup>.

O trabalho, assim, vinculou Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e a Polônia. Nossa pesquisa totalizou milhares de fotografias e levantamentos, os quais ficaram apenas parcialmente contemplados nesta tese, sendo mobilizadores para pesquisas futuras. Nesse contexto, os materiais sofreram escolhas e seleções, a fim de garantir a exequibilidade produtiva e sua construção, mas que podem servir para investigar novas perspectivas da comunidade polonesa e da Polônia sobre o ideal imperial ocorrido no período entreguerras e sua consecução em terras brasileiras.

Sistematicamente analisamos as fontes do MRE, os quais nos permitiram uma visão mais panorâmica e ampla cronologicamente. Todos os documentos enviados e recebidos pela legação em Varsóvia, entre 1930-1939, disponíveis no AHI, foram verificados. Ademais de fontes referentes ao período 1920-1929 também, ainda que subsidiariamente. Examinamos os documentos disponíveis em pastas temáticas, como aqueles que se referiam à Polônia e

<sup>11</sup> Disponível em <http://www.pbc.uw.edu.pl>.

<sup>12</sup> Há ainda muita documentação nos arquivos poloneses, como os documentos oficiais no Arquivo de Atas Novas em Varsóvia e outros acervos naquele país. Passíveis de serem analisados em outra oportunidade.

<sup>13</sup> Investigamos o acervo do DESPS e DOPS do Rio de Janeiro a partir de verbetes.

<sup>14</sup> A documentação bibliográfica de Ruy Wachowicz foi doada para a Universidade Tuiuti. Outra parte, recente, de fontes sobre a História do Paraná e as colônias dos arredores de Curitiba foi doada para a Casa de Cultura Polônia-Brasil, de Curitiba.

poloneses, estas, dispostas em outros métodos de pesquisa, sendo algumas referenciadas por Carneiro em seus trabalhos (1994 e 2010). Analisamos também os documentos dos consulados de Varsóvia e Gdynia e alguns encontrados de outros consulados para o período anterior a 1930 (Lwów e Katowice). Os ofícios enviados pela legação polonesa no Rio de Janeiro foram buscados, de forma a complementar informações. Em resumo, mais de 50 volumes e pastas, contabilizando mais de três mil documentos fotografados constituíram o *corpus* documental desse perfil de fontes produzidas.

O MRE foi um dos principais órgãos envolvidos, que faziam parte da administração pública, cujas tarefas em parte, delegavam responsabilidades acerca do processo seletivo imigratório (tendo vínculos diretos nos países de saída) no período (LESSER, 2001, KOIFMAN, 2012), embora outros órgãos e ministérios igualmente se envolvessem com o processo<sup>15</sup>, de modo que preferimos focalizá-lo dado o aspecto nacional de sua abrangência e de diálogo com o governo polonês. Em especial, é importante destacar a comunicação interministerial, que congregava troca de documentos de múltiplos órgãos e administrações governamentais, trazendo pareceres e opiniões de diferentes setores da administração pública federal e estadual (diálogo com secretarias e interventorias), além de cartas, recortes de jornais, fotografias, relatórios, etc. Os documentos do MRE servem como fio condutor temático, o qual é capaz de contextualizar as condições referentes ao imperialismo polonês indicando momentos de efervescência temática para que pudéssemos aprofundar em determinados assuntos. Ademais, como base para entender suficientemente a compreensão do período das dimensões da brasilidade, de forma conflitiva e diametralmente interrelacional com as condições de identificação internas das populações do país. Nesse sentido, como parte das fontes oficiais, as quais buscamos analisar, temos em mente que tiveram com a redemocratização (com a Constituição de 1988), conforme Carneiro, as possibilidades de serem acessadas pelas pesquisas em História, com a “abertura parcial de alguns arquivos ditos confidenciais (DOPS e Itamaraty, por exemplo) [...]” (CARNEIRO, 1998, p. 39).

Com relação ao MRE, o “principal equívoco cometido pelos historiadores [...] é a propensão de alguns a ver nos arquivos diplomáticos uma fonte exclusiva para os historiadores

---

<sup>15</sup> Como apontam Carneiro (2010) Mendes (2011), Koifman (2012), Lesser (2001) e outros, diferentes ministérios foram responsáveis pela imigração (disputando proeminência) e discussões sobre poloneses, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou o Ministério de Justiça e Negócios do Interior (MJNI), sobretudo após 1941. As secretarias estaduais de agricultura, os departamentos de povoamento, tanto em nível federal como estadual, as secretarias de obras públicas, o Comando do Exército, o Serviço de Vistos, o Conselho de Imigração e Colonização - CIC, o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério da Guerra, o Estado-Maior do Exército, a Polícia Marítima, o Conselho de Segurança Nacional, ademais dos interventores estaduais, o Serviço de Registro de Estrangeiros, a Comissão de Permanência, o Departamento Nacional de Imigração, entre outros.

das relações internacionais, o que os impede de utilizar uma fonte riquíssima também para outros ramos da História” (BERTONHA, 1999, p. 149). Sobretudo, nesse sentido, nosso foco, com base nestas fontes privilegiadas, foi investigar e pensar os atores que as produziram e de forma prioritária, para as construções discursivas e representacionais dos personagens envolvidos na produção documental. Avaliar o conjunto de informações e assertivas desenvolvidas pelos diplomatas e outros funcionários brasileiros vinculados aquele ministério ou seu diálogo sobre diferentes temáticas destacadas ao longo do período com outros órgãos e setores sociais – particularmente imigração e colonização. A verificação desta fonte torna possível estabelecer as múltiplas disputas referentes também na imprensa curitibana e na polícia política, dado que os temas reverberavam entre os diplomatas e outras instituições, quando tomavam amplitude para além de querelas regionais. Esta troca de informações e leituras, com ecos múltiplos de assuntos da imprensa para a diplomacia, permite o acompanhamento da continuidade dos temas e sua relevância dentro de determinadas conjunturas.

Estas fontes, como nos demonstra Rahmeier (2009), no uso do acervo diplomático alemão a partir de diferentes perspectivas, mais que as relações entre Estados, permitem analisar um amplo espectro teórico, fugindo à tradicional História Política, englobando outros processos em diferentes âmbitos, além do político ou econômico, abordando “identidades representadas” através de expressões e ações específicas dos personagens e Estados envolvidos. O que podemos ser capazes de demonstrar assim, são as múltiplas personalidades, figuras, personagens e suas opiniões ou ponderações, as suas representações construídas, tanto narrativo quanto discursivamente, articuladas e moldadas ao longo do tempo em diferentes suportes escritos, bem como com o apoio de imagens e documentos (KOIFMAN, 2012, CARNEIRO, 2010) acerca da Polônia e poloneses, naquilo que se referia aos perigos e ameaças imperiais desta nação e a presença de seus habitantes no país ao longo das décadas investigadas.

A diplomacia brasileira fornecia informações sobre o país europeu, acontecimentos variados (comemorações, viagens, projetos, leis, eventos, cartas, vistos, etc.), expondo diferentes situações, intrigas e informes sobre as condições políticas, sociais, econômicas, militares, etc. (através do “mês político”), além do processo imigratório, para o qual as atenções derogadas eram amplas e detidas. A análise da Polônia e sua exposição para o MRE na capital federal foi recorrente ao longo da década examinada e a legação e o consulado podiam ser espaços de promoção de ideias nacionalistas, a partir da produção oficial e de relatórios de pesquisa, lugar para a recepção de visitantes, que se encaminhavam ou chegavam do Brasil, de personalidades, negociações econômicas, suporte para empresas brasileiras na Polônia e para a própria imigração. Um local de fiscalização, em especial quanto a judeus e comunistas, mas

também de apoio aos poloneses católicos e agricultores, conforme as diretrizes recebidas. Nesse sentido, é importante destacar a divisão dos documentos no Arquivo do Itamaraty:

1) os Ofícios recebidos pela Chancelaria – que são remetidos pelas Embaixadas, Consulados e Representações brasileiras no exterior; 2) os Despachos (ou ofícios expedidos) emitidos pela Chancelaria para as Missões diplomáticas no exterior; 3) os Telegramas e as Cartas-telegramas expedidos e recebidos tanto pela Chancelaria quanto pelas Embaixadas e Missões junto a Organismos Internacionais (como a ONU, a OEA etc.); 4) as Notas trocadas entre a Chancelaria brasileira e as Missões estrangeiras credenciadas no Brasil – e no exterior, entre as Missões diplomáticas brasileiras e o Governo local (PENNA FILHO, 1999, p. 118).

Outro apontamento, é quanto ao grau de sigilo e prazos de restrição de acesso conferido aos documentos: 1) ultrassecretos, máximo de trinta anos; 2) secretos, máximo de vinte anos; 3) confidenciais, máximo de dez anos; 4) reservados, máximo de cinco anos (PENNA FILHO, 1999, p. 128). Como nossa pesquisa se concentrou na década de 1920-1930, todos os documentos sigilosos conservados deveriam estar disponíveis, sendo assim, muitos ofícios estavam rotulados com base nesta divisão.

O acervo diplomático, como aludimos, ajudou na condução de nossa pesquisa entre os jornais. Dentre os quais, selecionamos o *Correio do Paraná*, o *Diário da Tarde* e o *O Dia*, todos entre os mais lidos de Curitiba como demonstram diversos autores. Assim como Pereira (2010, p. 20), identificamos nos jornais curitibanos pesquisados, publicados diariamente, a importância dos artigos, notícias, manchetes, figuras, entre outros aportes veiculados para a constituição da pesquisa. Afora o *Correio do Paraná*, já destacado por Bethlem (1939) e Wachowicz (2001) nas suas disputas com os poloneses, elencamos aqueles disponíveis digitalmente na Biblioteca Nacional e buscados mais sistematicamente, sobretudo, quando ressaltados nas fontes do MRE e da DOPS.

Nosso foco foi, portanto, no Paraná e Curitiba, em que pretendemos aprofundar os assuntos para chegar no âmago das disputas entre poloneses x brasileiros naquele período, para os casos que tiveram ressonância naquele estado, ainda que, eventualmente, observássemos jornais de outras unidades federativas de forma secundária e complementar<sup>16</sup>. O texto do

<sup>16</sup> O Rio Grande do Sul fazia parte, lateralmente, dos projetos poloneses e seria local de ação para intelectuais e políticos brasileiros (mas na documentação aparece de maneira muito menos intensa), embora tenhamos verificado alguns jornais de Porto Alegre também. Procuramos investigar os de maior tiragem e acesso no Estado, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. No entanto, ambos eram da capital, onde a comunidade polonesa era menor, ainda que eventualmente interessasse os editores e diretores. Focalizamos as datas específicas de eventos voltados ao Rio Grande do Sul. A imprensa carioca ou paulista também poderia examinada nos casos específicos que a ela diziam respeito, de forma sistemática, como chegadas de intelectuais e personalidades, que aportavam ou aterrissavam no Rio de Janeiro, onde tinham recepção dos governos brasileiros e da comunidade polonesa local. Contudo, foi excluída da análise sistemática, pois não faziam parte do caminho do geral para o específico, de nossa

“Atentado Militar da Polônia contra o Brasil” articulou boa parte dos indícios para as buscas dos casos localizados nos jornais, evidenciando alguns momentos que poderiam ser importantes em nossa análise. É central, contudo, ressaltar que alguns aspectos evidenciados naquele documento não “viraram notícia”, eram construções posteriores e não estão nos jornais. De outra parte, selecionamos os casos com muitos artigos, discussões e manchetes, compreendendo a importância atribuída naquele momento para que um tema fosse transformado em notícia. Partindo, assim, do nível macro para o micro e do micro para o macro, entrecruzando as fontes mencionadas, trabalhando em questões pontuais, que demandavam idas e retornos. Outro exemplo importante, é que alguns casos evidenciados nos periódicos pouco apareciam nas fontes do MRE e vice-versa, contudo, no momento em que esses elementos se somavam, é que constituímos atenção especial, sobretudo com o ano de 1933 e 1934<sup>17</sup>. Assim, como Seyferth (1989) e Gertz (2008b) analisam eventos particulares para pensar fatos que poderiam criar/exemplificar/desenvolver a ideia de imperialismo alemão no Brasil, nós também evidenciamos estas situações para os poloneses. Os casos escolhidos apontam a conformação do “perigo” ou “imperialismo” polonês no país em que momentos pontuais afloraram a oposição de nacionais brasileiros contra os poloneses numa imagem imperial. Os meses privilegiados sistematicamente são os que se seguem:

QUADRO 1 - JORNAIS PESQUISADOS SISTEMATICAMENTE

ANO	MESES	JORNAIS
1929	Dezembro	O Dia
1930	Janeiro	O Dia, Diário da Tarde
1933	Fevereiro, Março	Correio do Paraná, O Dia, Diário da Tarde, Correio do Povo (março) e Diário de Notícias (março)
	Maior, Junho, Julho, Agosto, Dezembro	Correio do Paraná, O Dia, Diário da Tarde, Correio do Povo e Diário de Notícias
	Novembro	Correio do Povo e Diário de Notícias
1934	Janeiro	Correio do Paraná, Diário da Tarde, O Dia, Correio do Povo, Diário de Notícias

pesquisa, sendo deixadas para uso subsidiário. As buscas por verbetes na Hemeroteca e remissões de outras fontes permitiram, entretanto, algumas referências.

<sup>17</sup> Quando da crise de 1934, entre a Liga Marítima e Colonial e o *Correio do Paraná*, reverberada em diferentes fontes e observada, inicialmente, por Wachowicz em seu texto de 2001. Um caminho de aprofundamento da análise (tanto de fontes como para o local) e de ampliação da visão para o âmbito maior (para o nacional e outras fontes mais generalizantes).

1934	Janeiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro	Correio do Paraná <sup>18</sup>
1934	Março, Abril, Maio	Diário da Tarde, O Dia, Correio do Povo, Diário de Notícias
	Dezembro	Correio do Paraná, Diário da Tarde, O Dia, Correio do Povo, Diário de Notícias
	Novembro	Correio do Paraná, Diário da Tarde, O Dia, Correio do Povo, Diário de Notícias
1935	Janeiro	Correio do Paraná, Diário da Tarde, O Dia, Correio do Povo, Diário de Notícias.
1936	Março, Abril, Maio, Agosto, Setembro	Diário da Tarde, O Dia (CP não dispõe esse ano)
1937	Agosto, Setembro, Outubro	Correio do Povo, O Dia e Diário de Notícias
	Novembro	Diário de Notícias (CP não dispõe esse mês)

FONTE: O autor

Constatamos que muitos períodos, eventualmente, não estavam disponíveis na Hemeroteca, bem como levamos em conta que os jornais tinham periodicidades distintas: *Correio do Paraná*, a partir de 1932, o *Diário da Tarde*, a partir de 1899 e o *O Dia*, desde 1923. Buscamos, ainda, notícias isoladas e baseadas em averiguações de verbetes específicos, possibilitado pelas ferramentas digitais na Hemeroteca, naqueles três jornais de Curitiba. Graças às múltiplas ferramentas de busca e a visita aos variados arquivos mencionados, demonstramos em nossa pesquisa a presença e o exame de outros jornais como<sup>19</sup>: *A Batalha* (RJ), *A Federação* (RS), *A República* (SC), *A Gazeta* (SP), *Correio da Manhã* (RJ), *Correio Paulistano* (SP), *Diário Nacional* (SP), *Diário dos Campos* (PR), *O Paiz* (RJ), *Jornal do Commercio* (RJ), *O Estado de São Paulo* (SP), *Jornal do Brasil* (RJ), *Semana Policial* (PR), *A Tarde* (PR), *Gazeta do Povo* (PR) – presente em quase todos os debates -, *Paraná Jornal* (PR) e *O Imparcial* (PR), muitos também encontrados na forma de recortes nos arquivos<sup>20</sup>. Entre jornais da Polônia, alguns foram traduzidos e anexados junto aos documentos do MRE.

<sup>18</sup> Sobre o *Correio do Paraná* seria oportuna uma análise também dos meses de outubro e novembro, no entanto, não estão disponíveis na Hemeroteca Nacional, encontramos, contudo, alguns recortes no Acervo dos Padres Vicentinos.

<sup>19</sup> As fontes remeteram a outros periódicos e notícias. Nem todas foram possíveis de ser buscados, dado a impossibilidade de acesso aos acervos ou os documentos não estarem disponíveis para pesquisa, ainda que pretendemos apontar suas indicações. Alguns jornais referidos, como o *La Defesa* (11/01/1931) e *A Platea* (06/01/1931) de São Paulo, *A Vanguarda* (27/04/1934, 16/03/1934) e *A Offensiva* (06/04/1934), do Rio de Janeiro, podem ter informações sobre casos das disputas evidenciadas nos jornais curitibanos.

<sup>20</sup> Caso do *Gazeta do Povo*, frequentemente transcrito por Wachowicz, em seus cadernos de pesquisa.



Nas temáticas as quais entrecruzam relações da história com a imprensa<sup>21</sup>, é importante destacar o campo da “história através da imprensa” (ZICMAN, 1985), ou, no caso específico dos jornais, “nos” e “por meio” deles (DE LUCA, 2006). Neste campo de estudos, lastreado nestas fontes, rastreamos dados, elementos para análise de um determinado acontecimento, situação pontual ou fato histórico, a “imagem” deste fato na imprensa e seus veículos ou uma comparação entre diferentes meios, com suas apreciações (distintas ou não) sobre um mesmo tema, isto é, as tendências e formas de representação sobre um fato ou temática particular, em outras palavras, a sua “codificação”, estabelecida na conformação da “presença, frequência e orientação” (ZICMAN, 1985, p. 96-98). Poderia ainda somar como possibilidade de um estudo de uma temática específica, uma particularidade sistemática ao longo do tempo ou de um período particular, identificando, eventualmente, representações dele em jornais de posicionamentos semelhantes (ZICMAN, 1985, p. 98).

A imprensa não é neutra, pois atua num “campo político e ideológico” (ZICMAN, 1985, p. 90), envolve interesses, contextos, demandas, entre outros elementos referentes a uma época e suas condições. Ademais, as perspectivas, por exemplo, de seus personagens atrelados: redatores, jornalistas, propagandistas, patrocinadores, leitores e editores influem na conformação e construção e dos motivos pelos quais os fatos são expostos ou não nos jornais (CRUZ, PEIXOTO, 2007). Estes, tomam determinadas vertentes de interpretação sobre os múltiplos assuntos e acontecimentos, compondo elementos objetivos, intencionalidades, mas também, subjetividades (CRUZ, PEIXOTO, 2007). Temas específicos, portanto, capazes de serem referidos nos periódicos estão atrelados a seu posicionamento e na forma como podem e pretendem influenciar os leitores, o público ao qual se direcionam e pretendem atingir. No contexto curitibano do período, as classes médias (PEREIRA, 2010, p. 132), geralmente urbanas, que tinham maior acesso aos jornais. É importante também ter em conta a forma como determinado assunto é referido, sua localização no periódico, ilustrações, a tendência de sua repetição, a tipificação da matéria (artigo ou editorial) e do texto (CRUZ, PEIXOTO, 2007). Essa apreciação significa identificar os objetivos, conceitos, recursos de expressão do jornal, a partir de seus aspectos também da “materialidade”, a qual não é igualmente neutra (DE LUCA, 2006), ou seja, avaliar o projeto gráfico/editorial (CRUZ, PEIXOTO, 2007) – através das capas, partes, cadernos, seções, manchetes, etc.; históricos, origem, proprietários, propostas,

---

<sup>21</sup> Para Araújo (2008, p.1-2) “fundamental para o entendimento das metamorfoses do campo jornalístico: a distinção entre jornalismo e imprensa. A primeira categoria deve ser entendida como “conjuntos de técnicas, saber e ética voltado para a captação de informações”. Já a segunda refere-se à divulgação sistemática de notícias, geralmente veiculada por jornais e revistas”.



campanhas, corpo editorial, etc., que podem se somar a aspectos econômicos de manutenção (anunciantes, publicidade, etc.), divulgação e destinatários, tendo vários elementos que podem/devem ser levantados, a fim de compreender os diversos aspectos para a análise temática “por meio” ou “através” da imprensa, bem como as relações com o público e identificação de suas “campanhas gerais” e “posições políticas” (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 264).

Nos anos 1930, os jornais já buscavam certa “objetividade”, se afastando do momento anterior de pertencimento a grupos específicos vinculados a movimentos ou partidos (ZICMAN, 1985, p. 92). Aos poucos as empresas vão crescendo e grandes grupos aparecem para ocupar espaços dos pequenos jornais políticos. Surgem os “jornais de temática livre” (SILVA, FRANCO, 2010), sob o qual se enquadram a maioria dos periódicos que analisamos. Com periodicidade diária, diversidade temática, tamanho considerável (cerca de 8 páginas), várias colunas, artigos, notícias, propagandas, anúncios, opiniões e análises quanto à política, cultura e economia (SILVA, FRANCO, 2010).

Para Pilotto (1976, p. 56), a revolução de 1930 “havia de modificar o rumo da imprensa no Paraná, pelo menos no sentido de uma unilateralidade do pensamento político livremente expresso”, de maneira que certo “alinhamento” com o governo, teria sido um processo tanto sob protagonismo da intervenção estatal, como dos eventuais produtores (PILOTTO, 1976). Soma-se isso, o fato de que o elemento étnico/nacional ter sido motivo de ampla construção discursiva naquele período (LESSER, 2001, p. 214-215), isto é, os jornais eram espaços de diálogo entre a intelectualidade sobre as questões de imigração. Em alguns jornais, eram analisados os grupos particulares com posições por parte de analistas, como pretendemos mostrar na comparação entre *Correio do Paraná*, *Diário da Tarde* e *O Dia* e sua opinião nos momentos polêmicos com relação aos poloneses<sup>22</sup>. Assim, analisando os diversos periódicos, selecionando artigos e compreendendo seu estudo atrelado ao contexto dos anos 1930 podemos pensar sua contribuição para a criação de uma imagem sobre os poloneses, um imaginário particular para este grupo.

Para completar as fontes primárias, os documentos da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) foram averiguados por verbetes no âmbito digital do Arquivo Público do Paraná e com base no cruzamento de dados, em que buscamos nomes de personagens e instituições em *pastas individuais* e *temáticas*, bem como nas *fichas nominais*. Os nomes poloneses, por vezes, tinham grafias de maneiras distintas ou bastante errôneas, e exigiram

---

<sup>22</sup> Lesser (2001) fez um levantamento do posicionamento de periódicos de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Campinas, com relação à imigração japonesa, verificando aqueles que eram favoráveis e os contrários, ademais daqueles sem claro posicionamento.

atenção na busca. É importante mencionar também que nem todos os personagens foram fichados e nem todos os fichados apareceram nas demais fontes, portanto, fizemos o esforço de levantar o maior número possível de personagens evidenciados.

Dado a troca de informações entre as polícias estaduais (BRAGGIO, FIUZA, 2013), os múltiplos dados das DOPS de cada local, há fontes referenciadas a outros departamentos. O de São Paulo (DEOPS) e do Rio de Janeiro podem ter documentos semelhantes, geralmente quando referidos ao Paraná, eram repassados àquele estado, assim como houve o envio de personagens presos para quarteis no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul<sup>23</sup>. Em resumo, foram dezenas de *fichas nominais* evidenciadas, várias *pastas individuais* e *temáticas*, além de outros documentos isolados, com centenas de páginas analisadas ao longo do trabalho. Nesse contexto, a documentação da DOPS faz parte do conjunto dos “Arquivos de Repressão” (BAUER, GERTZ, 2011), abertos com a redemocratização, junto ao do Itamaraty, documentos geridos e conformados pelo Estado e seu aparato de segurança e informação, nos períodos “não democráticos” (BAUER, GERTZ, 2011). Os “documentos repressivos” eram variados, sendo desenvolvidos, conforme Padrós, durante as ações repressivas múltiplas, como tortura, interrogatórios, prisões e outras formas de atividades. Deles eram decorrentes outros documentos, sendo que a informação, obtida por vezes arbitrariamente, poderia estar “carregada de falsidade” (PADRÓS, 2009, p. 40). A partir desta verificação, é importante ter em mente a “cautela”, especialmente com os “depoimentos e testemunhos”, pois apesar da sedução que elas possam fazer emergir, “é fundamental perceber o quanto elas podem ser produto da aplicação consciente de filtros “corretores” ou que podem estar marcadas por “lapsos” que incidem nessa complexa dimensão que é a memória” (PADRÓS, 2009, p. 38).

Para Braggio e Fiuza (2013, p. 440) “este tipo de documentação está eivado de parcialidade, e voltado diretamente à construção e invenção do inimigo político do Estado, devendo ser frequentemente colocado em suspeição, mas em momento algum deve ser desconsiderado”, pois as informações deste acervo, “apesar de terem sido produzidas pela polícia política, devem ser levadas em consideração, já que esta as selecionava, arquivava e classificava como subversivas. Desconsiderá-las seria negar a primazia da contradição existente

---

<sup>23</sup> O DOPS do Rio Grande do Sul está em condições difíceis de pesquisa. Segundo Sodré (2016, p. 116-117) “No Rio Grande do Sul a situação do acervo DOPS do estado é um pouco mais complicada. Ilha [...] menciona uma possível incineração do acervo da DOPS-RS, que outrora era grande e repleto de informações detalhadas. Por isso, em 1991, foi instituída uma Comissão de Sindicância responsável por localizar e resgatar o acervo constituído de 42 caixas-arquivo do Serviço de Ordem Política e Social – SOPS, recolhido ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS. Entretanto, tal documentação frustrou as expectativas de alguns consulentes por possuir inexpressiva documentação individual”. Ainda assim, tivemos acesso a essas fontes e pesquisamos as referências que existiam aos poloneses, mas eram posteriores aos anos 1940.

nas relações sociais”. Não apenas descrever as informações, “e ter a ilusão de que elas são fidedignas aos fatos tais como aconteceram. O procedimento para com elas deve ser de desmistificação e de questionamento do seu caráter” (BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 440). Ela é também uma fonte eivada de silêncios, “significações implícitas”, que pela ausência, carregam todos os documentos<sup>24</sup> (BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 440-441).

Com base nas metodologias expostas, foram feitas diversas escolhas, seleções e recortes. Intentamos enviesar o olhar em algumas fontes e casos específicos, a partir de um “paradigma indiciário” conforme aludido por Ginzburg (1990), e entrecruzamento de dados, exemplos por amostragem e intenções de explicar um fenômeno complexo, mas, na maior parte das vezes, latente. As evidências mais claras estiveram presentes em alguns momentos de explosão discursiva crítica, através dos jornais e parte da burocracia motivada por ações de um país estrangeiro, mas também das condições de pensamento e reflexão internas e das configurações do entendimento do “outro” e da alteridade. Um momento contextual propício (nacionalismo da Era Vargas) de condições de ingerência da Polônia sobre os poloneses no exterior. Nesse sentido, se não estão mencionados todos os casos e personagens importantes, são aqueles passíveis de serem evidenciados pelo cômputo de dados e o fôlego das possibilidades de estudos mais sistemáticos.

## DO DEBATE TEÓRICO

Com base nas assertivas anteriores, podemos perceber que este trabalho tem diferentes inserções teóricas, na medida em que envolve aspectos da História Cultural e Política lastreada por múltiplas e variadas fontes. Mais especificamente, nosso trabalho concentra-se nos estudos de conformação das identidades, alteridades, aos quais se atrelam os (res)sentimentos e representações/mitologias. Assim sendo, são prementes algumas especificações teóricas, as quais atravessam a problemática enunciada. De um lado, a Polônia do entreguerras, embasada no nacionalismo estatal, renasce impregnada de “alucinações de grandeza” como trata Snyder (1983) para o caso do nacionalismo, as quais desembocam em políticas coloniais ambiciosas conformando um projeto de “imperialismo” ou “colonialismo polonês”. De outro, o

---

<sup>24</sup> Quanto aos problemas: “o material não foi transferido na íntegra, pois a polícia ficou com parte do acervo. O segundo é a destruição da organização original do arquivo, que quando em posse do Departamento de Arquivo Público, ganhou uma nova organização arquivística, tornando difícil, senão impossível, compreender como era feito o armazenamento das informações pela própria polícia. E o terceiro é a desorganização temporal e temática em que se encontram os documentos nos dossiês, tendo documentos fora de ordem e em pastas trocadas” (BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 441).

nacionalismo brasileiro se desenvolve diante da imagem negativa e defensiva de uma ocupação de estrangeira e de ideais reconfigurados ao longo das décadas.

O conceito de *Identidade Cultural e Social*, elementos atrelados como evidencia Cuche (2002), permite analisar tanto na mesma medida a formulação de uma *identidade nacional* como a evidência da emergência do ideal de brasilidade no território nacional, assim como da *polonidade* (e sua vertente étnica). As diversas versões de identidades, em boa medida, fundamentadas em atributos semelhantes, mas ao mesmo tempo contrastivos, vão entrar em contato nas primeiras décadas do século XX. Portanto, como pode ser observado na espacialidade determinada, são possíveis entreter, com certa clareza, estas múltiplas identidades, que são construções sociais, de representações e oposições grupais justamente num contexto relacional de interação e alteridades (CUCHE, 2002).

A proeminência dos atores sociais (*agency*), a qual pode ser organizada em um “espaço emocional próprio” (PROCHASSON, 2005, p. 311), baliza a nossa compreensão de identidade, bem como da noção de *representações sociais* (CHARTIER, 2002). Essa imagem se solidifica se entendermos o mundo, o real, como um campo de lutas, lutas estas simbólicas (BOURDIEU, 1989) que envolvem o poder de enunciação e de nomeação, ademais de aspectos de pertencimento, conformando grupos. Nesse sentido, as representações tornam o mundo inteligível ao mesmo tempo que são formas de dominação e estereotipização, sendo eminentemente sociais (JODELET, 2001). Elas são classificações, delimitações e divisões, as quais organizam a apreensão do mundo social através de categorias de apreciação e apreensão do real, que o dão sentido e inteligibilidade, num campo de lutas de imposição das concepções, com base em múltiplos interesses e disputas de poder dos grupos que as constituem (CHARTIER, 2002, p. 17).

Dentre as identidades representadas, segundo Gil (1986), o nacionalismo é uma identificação (social) do indivíduo com a “nação” (portanto, também coletiva) através de uma linguagem que a fundamenta (a partir de diferentes critérios), por sua vez, esta fundamentação está atrelada ao Estado, apresentando-se como um povo unido, uma língua, uma cultura, uma história, entre outras unidades (como a territorial), através da promoção do nacionalismo pelas classes interessadas em poder político, ainda que com base na cultura popular reconfigurada, mesmo que por uma parcela da população. O nacionalismo, portanto, liga o indivíduo ao Estado, de diferentes formas, mas, em especial, pelo discurso. Segundo Hobsbawm, (2008, p. 110-111) “[...] o nacionalismo poderia se tornar um instrumento enormemente poderoso para o governo, caso conseguisse ser integrado no patriotismo estatal, para torna-se seu componente emocional central”, sendo, assim o Estado o predecessor do nacionalismo. Sob o viés das

identidades, como as nacionais, os imigrantes configurados em estrangeiros, no caso de nossa pesquisa, os poloneses, são, por vezes, uma contradição inerente, uma diferença a ser extirpada ou assimilada, de maneira que nos remetemos ao elemento da alteridade, sob ponto de vista psicanalítico.

A questão do estrangeiro atravessa o tema freudiano da inquietante estranheza ao discutir a noção de *Unheimlich* e sua raiz na palavra *Heimlich* somando elementos de proximidade e familiaridade com sentidos negativos como elementos ocultos e escondidos (FREUD, 2010 [1919]) em que Kristeva adapta o pensamento identificando o “estrangeiro para nós mesmos” (1994). Enriquez (1998), ao tratar do judeu como este paradigma do estrangeiro, enquanto figura da alteridade, do estranho, aponta ser ao mesmo tempo gerador da repulsa e fundamental para a constituição da identidade. De forma que seria base para a alteridade, como contraste e oposição na conformação identitária. Para o autor “Todo o encontro com o outro é semeado de obstáculos. O laço social se apresenta, desde o início, como um laço trágico”, pois “Ele nos obriga a compreender que os outros existem não como objetos possíveis da nossa satisfação, mas como sujeitos de seus desejos e de seus atos” (1998, p. 37). Isto significa que

O estrangeiro provoca, sempre, movimentos de alma: amor, ódio, temor, “amódio”, e, em nossos dias, oscilamos entre o fascínio que ele exerce – é o caso do exotismo – e o horror que provoca em nós – é o caso do racismo. Objeto identificatório e contra-identificatório, o sujeito nunca permanece indiferente perante o estrangeiro, como se tivesse de fazer existir fora de si algo que lhe é interior (KOLTAI, 2008, p. 66).

Este “outro”, estrangeiro, está suscetível a nos rejeitar ou odiar quanto a nos amar, de nos contrariar e apresentar perigos ao nosso narcisismo e até nossa sobrevivência (ENRIQUEZ, 1998). O outro, torna-se o suspeito de invasão em nosso interior, ocupando o “lugar do *diabólico*” ao ser aquele que abrange espaços interiores de emulação de sensações de culpa e vergonha em nós (ENRIQUEZ, 1998, p. 37). As construções de alteridade e estranheza remetem aos conflitos das configurações de identidade e narrativas acerca das alteridades, sobretudo, na relação entre os poloneses e os nacionais, no contexto que analisamos dos anos 1930, no Brasil. A rejeição ao estrangeiro, portanto, garantiria uma segurança da identidade e coerência própria, pois o papel do outro seria de questionar nossas certezas, o que pode criar nas mentes fechadas, uma “perturbação do pensar” para Enriquez (1998, p. 40), parafraseando Tocqueville. De forma que conviria “não esquecer que o pensamento freudiano chamou nossa atenção para o fato de que nossas diferenças singulares servem de pretexto para a agressividade que atinge tudo aquilo que é diferente, particularmente quando essas diferenças têm suas raízes em terreno cultural ou social” (KOLTAI, 2008 p. 69). Estas condições de ódio ao outro, aquilo

que representa, o outro questionador e que emergiria nossas próprias estranhezas, reverbera junto às identidades e aos ressentimentos.

A partir destas afirmações, que vinculam identidade, alteridade, ódios e paixões que as envolvem junto ao questionamento do estrangeiro, Pierre Ansart, nos permite apontar a importância da noção dos sentimentos e das emoções atreladas aos fatos políticos (ANSART, 2004)<sup>25</sup>. As manifestações dessas perspectivas<sup>26</sup>, são dimensões da subjetividade tanto quanto os pensamentos, as escolhas e atitudes tomadas como racionais, “pois remetem a um ordenamento do mundo anterior aos atos e que fornece um modelo de atuação para os homens. Em outras palavras, as pessoas não escolhem atuar no teatro social ligando ou desligando a ‘chave geral’ das paixões” (ATHAIDES, 2012, p. 47). Mesmo nos períodos não-revolucionários, os quais seriam menos propensos ao desenvolvimento das paixões, a preponderância dos sentimentos sobre os argumentos é observável em muitas reflexões (PROCHASSON, 2005, p. 308), as emoções seriam a matéria-prima, o alimento ou combustível que mobiliza a história política, equiparável a “ideias” e “interesses” (2005, p. 312).

Apesar das dificuldades de estudar as paixões, o potencial para entender as evoluções nas relações (intersubjetivas) entre brasileiros e poloneses no período entreguerras e notadamente durante o Estado Novo, permitem avançar para além das “sociabilidades entretecidas pelo pensamento organizado” (MAGALHÃES, 2010, p. 30), visto serem tão fundamentais quanto. Ao enfatizarmos a presença polonesa no Brasil e seu projeto imperialista levado cabo no período entreguerras na ótica brasileira, observamos ângulos da importância de conferir atenção às paixões, aos sentimentos e às sensibilidades<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> Conforme Prochasson (2005, p. 308) a História Política contemporânea vem se desenrolando a partir do que o autor chama de “dialética” entre a razão e a paixão, além dos “interesses”, cujo jogo conviria esclarecer.

<sup>26</sup> Prochasson (2005, p. 312) esclarece que: “É preciso, em primeiro lugar, tentar esclarecer o que entendemos por emoção, antes de aplicar essa noção no exame da política contemporânea. Emoção encontra seu equivalente no velho sentido da palavra paixão, que designa o conjunto de movimentos afetivos, mais ou menos estáveis, engendrados pelo choque de um estado individual com a análise de uma situação. Isto implica em duas consequências importantes: as emoções não resultam de um encaminhamento puramente individual, mas se inscrevem em uma perspectiva social e cultural; elas não se opõem à cognição”. O autor prefere o termo emoção a sentimento e também aquilo que entende como práticas emocionais, diferenciando as emoções em “as que se animam a partir da comparação com os outros (motions of comparison) e aquelas que resultam de uma interação (motions of interaction)” (2005, p. 313), analisando o “complexo emocional” que interage com os indivíduos, mais que seu perfil psicológico. É possível os seus modos de inserção em um “universo emocional singular”, bem como a “gestão das paixões que lhe é própria” (2005, p. 313).

<sup>27</sup> Para Ansart existiriam cinco condições fundamentais para o estudo dos sentimentos na política: “a) não realizar dicotomias entre o subjetivo e o objetivo; b) abandonar o preconceito de que as paixões só emergem em momentos de crise; c) evitar analisar as atitudes passionais como fanatismo (neste contexto que compreendemos o fenômeno patriótico e nacional); d) desfazer-se da ideia de que as paixões sejam mais atinentes às classes populares, enquanto que as elites assumem posições eminentemente racionais; e) de que as sociedades tradicionais sejam comunidades regidas por afetividades enquanto que as sociedades por critérios de ordem do racional” (MAGALHÃES, 2007, p. 3).



O ângulo para observação dos sentimentos pode ser analisado na própria constituição da identidade, em especial, do nacionalismo brasileiro, na conformação de unidades, como no sentimento nacional e de patriotismo como política de Estado. O sentimento de pertença a um grupo, a “comunidade de sentimento” como explorado por Haroche (2002), em que uma comunhão do sentir e experimentar unem os homens através da experiência comum e do patriotismo, são importantes delineadores para a conformação da ideia de expansão como salvação nacional, como a xenofobia e o ódio ao “outro”, ao “estrangeiro”. O sentimento de pertença e de “identidade societária” (de vários tipos) não poderia ser amparado apenas em “argumentos racionais”, de forma que vínculos entre as identidades e as afetividades vinham sendo demonstradas nas “experiências cotidianas” analisadas (BRESCIANI, ANSART, 2002, p. 8). A afirmação identitária é favorecedora da confiança (em si) ou agressividade em relação ao outro, ideias de superioridade ou inferioridade, ambos mobilizadores de violência ou seu desencorajamento, hostilidade e dominação, em conflitos de identidade, os quais são marcados por ódios ou ressentimentos coletivos, com sinais de dor e sofrimento (BRESCIANI, ANSART, 2002, p. 9).

Toda a identidade, individual ou coletiva, ganha espessura e sentido mais profundo por meio de um componente afetivo, e é transformada incessantemente pelas alterações das emoções, dos sentimentos e das paixões. Mais ainda, as construções e desconstruções das identidades acarretam consequências para a vida política e engendram paradoxos particulares. As identificações e as identidades fazem parte das ações políticas e ajustam-se às situações específicas (BRESCIANI, ANSART, 2002, p. 8-9).

O nacionalismo, a identidade nacional, está lastreado no sentimento de pertencimento coletivo, que é “constitutivo de exclusão ou exclusividade”, que impregnaria a noção de “identificação” sobre a qual ele repousaria (KOUBI, 2004, p. 534), ademais de permitir a mobilização de ressentimentos, dos quais derivam ódios, medos, humilhações, vergonhas, invejas, rancores, desejos de vingança entre outros (res)sentimentos e emoções. Uma “melhor compreensão dos sentimentos, uma insistência nos sistemas afetivos, ajudar-nos-ia a compreender as identidades, sua transformação e, mesmo, suas eventuais contradições internas” (ANSART, 2002, p. 200). A provocação de um “ressentimento nacional” (ATHAIDES, 2012), construído com base nas ligações dos sentimentos com o nacionalismo, é moldada dado ser este, por si só, “um sentimento identitário avesso à reflexão, capaz de sobrepujar na subjetividade humana quaisquer outras identidades que não as relacionadas a um constructo particular de nação” (ATHAIDES, 2012, p. 51).



Podemos observar, então, estes processos constitutivos, no ressentimento brasileiro, num período igualmente de conformação do nacionalismo unificador durante a Era Vargas (1930-1945), frente os imigrantes e descendentes estrangeiros, notadamente, os poloneses no sul do país. Tais sentimentos afloraram e foram motivados através dos personagens ligados ao Estado e autoridades, mas também foram coletivizados a partir de outros ressentimentos pessoais por meio de periódicos e seus editores e redatores, ademais da recepção e ação da população em geral, a chamada “opinião pública”. Neste jogo de identidades, luta de representações e conformação de imaginários específicos, dentro da perspectiva da construção de sentimentos particulares, um elemento discursivo que permite emergir, são os “mitos” e “conspirações”, como narrativa explanadora e nominadora a qual busca dar sentidos e organicidade para uma realidade, a exemplo, do mito de um “imperialismo polonês”, que envolve o jogo de identidades das relações entre brasileiros e poloneses no Paraná e suas representações.

Para Girardet (1987), os mitos se conformam particularmente nos períodos de crise ou inquietação, com base no imaginário, constroem sua lógica própria, a qual pode dialogar com situações mais amplas, ainda que dentro de um contexto particular. O mito da conspiração parte da noção de instituições organizadas, secretas, clandestinas, com projetos e planos de dominação subterrâneos, nas sombras, aquilo que está na escuridão, envolvida em mistério e desconhecimento (de dominação mundial e de impérios). Por meio de ações “criminosas” como a infiltração, a espionagem, o controle, a manipulação, entre outras, a partir de influências específicas em diversos setores da sociedade, inclusive, através da cooptação (por exemplo, das crianças, pela educação, e das mulheres), ademais de interferir nos costumes e tradições. O estrangeiro, é, nesse sentido, parte desta construção, encarnando o ideal conspiratório do mito, na forma de um mal. Este mito, na medida em que se desenvolve, permite a mobilização para assimilar, difundir medos, receios e outros sentidos negativos, como a ameaça, igualmente expondo a sua devida contradição, seu par antitético, os ideais de superação do período de crise, de controle e organização, que impediriam a consecução daquilo que se imagina nas ações comportadas pelo complô conspiracionista.

## DA DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

Diante do exposto, o trabalho foi dividido cronologicamente e tematicamente, a fim de compor os princípios básicos da ocupação polonesa no Brasil, a construção representacional de um “imperialismo” tanto pragmático, como imaginado ao longo do tempo por parte da

Polônia e do Brasil, no período entreguerras. Buscamos contextualizar e retomar aspectos teóricos e metodológicos, na medida de sua necessidade para a análise mais detida das fontes. Os dois primeiros capítulos apresentam a temática e a desenvolve por meio dos seus aspectos mais gerais e conformadores do problema. Os dois últimos demonstram de maneira mais específica como as fontes permitem analisar as construções efetivas do assunto, sob a análise e problematização das narrativas acerca dos poloneses no Brasil e a questão colonial/colonizadora.

O primeiro capítulo versa sobre a presença polonesa no Brasil, recuperando as questões sobre imigração e colonização desta etnia no país junto a ideais de um “colonialismo interno” brasileiro e perspectivas de construção nacional. Estas foram base para avaliação dos que ponderaram sobre os imigrantes a partir de determinadas características e os ideais de povoamento do solo, em que não escaparam a asserções adjetivadas a população polonesa emigrada, especialmente, enveredando a análise para os anos 1920 e a contradição entre posituação e preconceito com relação aos poloneses. Examina, assim, a conjunção política desses interesses com as condições da II República Polonesa, a configuração de um imperialismo desenvolvido localmente, uma revisão com base nos projetos de outros países com imigrantes no Brasil ao longo do século XIX e as próprias noções desenvolvidas sob perspectivas polonesas. Busca apontar, assim, as mudanças nas relações da Polônia com seus imigrantes, especialmente com a configuração de uma “emigração dirigida” (SMOLANA, 1996, NALEWAJKO 2014), no contexto colonial de compra de terras no Brasil, de forma que investigamos a partir de definições a construção do ideal de “imperialismo à polonesa”. Lastreado na constituição do tema no Brasil e na Polônia, como forma de estabelecimento de um ideal colonial atrelado à política emigratória polonesa, tanto interna, como externa em razão do processo e/imigratório.

Uma aproximação da constituição da *polonidade* no Brasil e da *brasilidade* conformada na Era Vargas de forma defensiva, junto aos primeiros confrontos através dos periódicos entre estas duas versões de identidade, são tema do segundo capítulo. Enfocando os atores protagonistas que vão se envolver no período através das aproximações da Polônia com os imigrantes. A constituição de processos de institucionalização e sociabilidade, bem como as “explosões de polonidade” ao longo de 1933, a partir da chegada de personalidades polonesas em Curitiba e os primeiros conflitos práticos e discursivos encabeçados pelo *Correio do Paraná* contra a Sociedade de Colonização de Varsóvia (TK) e os seus objetivos de “emigração dirigida” poloneses, dentro de conflitos internos moldados na comunidade polonesa emigrada.

No terceiro capítulo enfocamos a crise de 1934, as ações da Liga Marítima e Colonial e as relações com os periódicos curitibanos, o MRE e as diferentes avaliações sobre os poloneses no Brasil, sob o contexto de uma ameaça imperial difundida na sociedade civil pelo jornal *Correio do Paraná* e seus personagens, como conformador de representações, mensagens comoventes e (res)sentimentos específicos no período atrelados ao contexto nacionalista e anti-imperialista da época. Enfocando nos problemas políticos e de negociações de terras diante das ações colonizadoras poloneses, bem como nas disputas aquele grupo que se configurava etnicamente. Buscamos avaliar as opiniões de outros periódicos e reverberações do caso ao longo do tempo e outras instâncias, ademais de iniciar as discussões em meados da década de 1930 a partir dos visitantes poloneses e das autoridades brasileiras.

O quarto capítulo pretende avaliar o período próximo a emergência do Estado Novo e depois o contexto da nacionalização dos estrangeiros e as relações dela com o ideal de imperialismo polonês, em especial, sob a ótica do MRE, entre 1936-1939, e do DOPS, após 1938, como protagonistas destas configurações. Esta temática, por si só, é mobilizadora de muitos estudos e teses, de forma que nos centramos em fontes específicas a fim de traçar um panorama da relação que conduz ao Estado Novo como resposta e reação brasileira ao ideal configurado de uma ameaça polonesa militar ao longo dos anos 1930. O que se fomenta a partir da construção de conspirações desde meados para o fim da década que conformam as formulações e representações sobre as ações da Polônia na forma de diferentes denúncias, as quais buscam alarmar o Estado brasileiro, conduzindo a repressão na forma de prisões, processos de expulsão e depoimentos no aparato policial.

## **2. A “EMIGRAÇÃO DIRIGIDA”: COLONIALISMO INTERNO E O IMPERIALISMO POLONÊS COMO CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA E/IMIGRATÓRIA NO BRASIL**

No quadro geral da imigração e colonização europeia no Brasil, os poloneses foram um dos grupos importantes numericamente, que ocuparam majoritariamente colônias agrícolas espalhadas pelo sul do país. Essas colônias se constituíram dentro do projeto imigratório brasileiro que, por sua vez, fazia parte de um “projeto civilizatório”. Este se balizou na ocupação territorial, interiorização, expansão do setor agrícola, criação de um “campesinato europeu”<sup>28</sup>, de urbanização, branqueamento e consolidação das fronteiras nacionais, numa espécie de “colonialismo interno” nacional.

A imigração polonesa conforma uma espécie de “comunidade” configurada no Brasil, é o lastro que permite a projeção de ideais coloniais ou colonizadores poloneses nas Américas e é o foco de ação do Estado polonês no entreguerras. Ao mesmo tempo, no contato interacional e consequentes avaliações, passa a ser examinada pela sociedade de acolhida e referenciada tanto etnicamente, como também, através de estigmas e estereótipos conformadores de marcadores específicos, tanto negativos como positivos, desde os primórdios do processo imigratório. Observado pelos articuladores nacionais, portanto, é importante destacar a construção da diáspora polonesa no Brasil, a partir da própria configuração da imigração e das políticas brasileiras, dos aspectos relacionados à imagem dos poloneses pela intelectualidade e autoridades do Brasil, especialmente, na década de 1920, atrelada ao contexto internacional de disputas decorrentes da Primeira Guerra Mundial.

Nesse sentido, o Brasil, na América Latina, continente marcado pelas independências no início do século XIX e protegido, através dos interesses estadunidenses, pela Doutrina Monroe, desde 1830, se tornava espaço de disputas por mercados, para afluxo de capitais e excedentes populacionais por parte de diferentes nações estrangeiras. Era uma região de “esferas de influência econômica” (HOBSBAWM, 2002), “domínios honorários” (HOBSBAWM, 2002), de um “imperialismo informal” ou “indireto” (HOBSBAWM, 2002, MAGALHÃES, 1993), ou seja, não eram territórios disponíveis à conquista, mas sim para concorrência entre as nações imperialistas, sobretudo aquelas com vínculos através da emigração para possibilidade de conquistar mercados, cada vez mais monopolizados dentro da ideia de um “imperialismo possível” (GONÇALVES, 2011). Sendo, portanto, um fator

---

<sup>28</sup> Um classe de agricultores entre os latifundiários e a escravidão.

preponderante na negociação de espaços entre imigrantes e elites nacionais, de conjugação entre o colonialismo interno brasileiro e o imperialismo estrangeiro. Tais perspectivas se dão no contexto, a grande população europeia (e depois japonesa) formada pela imigração a partir do período imediatamente posterior à independência do país.

Nesse contexto, os poloneses também estimularam o fluxo emigratório e aproximações com o país de origem, conformando projetos desde o período de dominação, no século XIX, mas, especialmente, a partir de 1918, chegando com largo atraso, mas em vários aspectos de maneira similar ao caso italiano, alemão e japonês. Estabelece, assim, seu próprio projeto de “emigração dirigida” (SMOLANA, 1996, NALEWAJKO 2014) atrelada a ideais coloniais e mesmo imperialistas efetivos, ainda que apenas planejados num sentido mais amplo e de forma pragmática junto aos interesses do país acolhedor. Estes foram desde muito cedo identificados como ameaças ao Brasil, bem como no contexto europeu e mundial, como ideais de potência, fatores estes que ajudam na construção de uma imagem do “Imperialismo polonês” no sentido atribuído ao longo do tempo e particularmente visualizado na década seguinte, a partir de 1930.

## 2.1. A IMIGRAÇÃO POLONESA NO BRASIL (1869-1918)

A imigração polonesa está configurada entre os grandes fluxos imigratórios massivos do século XIX, em especial, das populações europeias para as Américas, neste caso, maiormente, a do Sul e o Brasil. Ocorrido, principalmente, com o impulso do final do século XIX até 1930, quando tanto nos locais de saída, como de recepção, ocorre processos de desaceleração, seja por restrições, seja por aspectos sociais, políticos e econômicos. A mobilidade polonesa (inserida em processos internos e externos) é parte de uma política e/imigração em razão da oferta de trabalho e terras<sup>29</sup> nos países americanos, bem como da necessidade de garantia das fronteiras, suprimento de mão de obra, ocupação rural e, de outro lado, do aumento demográfico e da pressão social nos países europeus (somado a conjunturas como conflitos étnico-religiosos, fome, crises agrárias, urbanização, aumento demográfico, proletarianização e guerras) e do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação ao longo

---

<sup>29</sup> Oferta de terras problematizada (ZARTH, 1998), em especial no Paraná (BONETI, 1998) que desconsiderou os lavradores nacionais, chamados “caboclos”. Estes foram geralmente expulsos de diversas regiões que viriam a ser ocupadas por imigrantes europeus, favorecidos pela política nacional. Para Mendonça (2015, p. 221), é permitido “relativizar a existência do tão propalado “vazio demográfico” com que se dizia nominar a região”, para a autora: “O “vazio demográfico” serviria para desqualificar a população local - cabocla, mestiça, com ascendência indígena e africana –, porque considerada incapaz de promover uma ocupação compatível com o progresso idealizado, para o qual os estrangeiros estariam mais bem preparados”.

do século XIX. Ou seja, do avanço do capitalismo tanto em nível europeu, quanto americano (LANDO, BARROS, 1996).

A imigração e colonização estiveram acompanhadas do avanço das estradas de ferro, interiorização das cidades e das lavouras, expansão do comércio rural, sobretudo, de alimentos para as cidades e manufaturas para as lavouras. Serviu como uma espécie de “colonialismo interno” brasileiro, dentro de um projeto civilizador, consolidado na hierarquia racial e no avanço econômico e material do país. O processo iniciado pelo Império, em 1824, teve diversas legislações e passou às províncias durante a República (1889 e definitivamente em 1896) e para entidades privadas e particulares responsáveis pelo assentamento dos imigrantes, que chegavam em fluxos massivos, sobretudo a partir de 1890. Nessa última fase, são especialmente sociedades privadas de imigração que promovem a colonização nos estados sulinos, atrelada à necessidade de obras públicas, como estradas de ferro e a ocupação de suas margens (NADALIN, 2001, MENDONÇA, 2015).

Para o caso da chegada dos poloneses, é necessário perpassar um dos fatos mais importantes para história da Polônia e consequentemente de sua população, sendo marca indelével dos acontecimentos identificados na sua relação com o Brasil ao longo do período entreguerras e o próprio contexto da imigração polonesa para o país, desde o século XIX. Este foi o fato de o país ter deixado de existir por 123 anos (1795-1918)<sup>30</sup>, ocupado pelos vizinhos, os impérios alemão, austríaco e russo, dos quais sofreu com processos nacionalizadores compulsórios (*russificação* e *germanização*), somente retornado à independência após a I Guerra Mundial. No Brasil, a imigração dos poloneses inicia nesse contexto, oficialmente em 1869, quando chegam os primeiros poloneses em Santa Catarina, estes mesmos imigrantes, diante de problemas de instalação e conflitos com a população local de alemães, se deslocam para o Paraná, em 1871, na região conhecida por Pilarzinho, nas proximidades de Curitiba (WACHOWICZ, 1974). São formadas, com poloneses ao longo dos anos 1870, diversas colônias rurais de pequena propriedade com sistemas próprios de configuração interna, mas as quais tinham relações com a sociedade envolvente. É justamente o entorno curitibano e toda a região sudeste paranaense, a partir de novos processos migratórios e reimaginações nascidas das colônias antigas, o principal setor ocupado pela população polonesa no Brasil. Aquele estado

---

<sup>30</sup> Em 1795, a Polônia, em razão de sua história complexa de enfraquecimento estrutural ao longo da História Moderna (POLAK, 1966, ANDERSON, 2004), é partilhada pela terceira vez (depois de 1772 e 1792) e tem fim a chamada República das Duas Nações (como era conhecida desde 1569, a união da Polônia com a Lituânia, também referida como a República dos Nobres), sendo o país desconstituído e ocupado por seus vizinhos, o Império Russo (região que ficou conhecida como Reino ou Congresso da Polónia), o Prussiano (Província da Posnânia e a Prússia Ocidental) e o Austríaco (região da Galícia) (MAZUREK, 2016, p. 35).

se torna o maior receptor de atenção da Polônia renascida após 1918, e não é de estranhar, também, ter sido o epicentro das polêmicas coloniais e das ações nacionalizadoras brasileiras nos anos 1930, dada a amplitude numérica e influência da população polonesa na região.

Quanto aos números dos poloneses, sobretudo para o período anterior a 1918, os dados são complexos. Os imigrantes chegavam com passaportes alemães, austríacos e russos, ademais de muitas reemigrações para outros países terem ocorrido, além dos retornos para a Europa. Gluchowski, em sua análise em 1927, traz os dados com possibilidades aproximadas de contabilizar a emigração polonesa, ainda que possivelmente dilatados. Para ele, entre 1889 e 1914, 104.196 poloneses teriam chegado no Brasil. O Paraná seria responsável por atrair 41.646 desse total<sup>31</sup>. Podemos, apesar disso, lastreados por diferentes apontamentos (PITÓN, s/d, GLUCHOWSKI, [1927] 2005, WACHOWICZ, 1974), afirmar de forma genérica e aproximativa que mais de 100 mil poloneses vieram para o Brasil, do período 1869 até 1930, quando medidas mais restritivas ou de desestímulo começam a imperar na legislação nacional durante o início da Era Vargas<sup>32</sup>. Para Oliveira (2009, p. 3), quando da transformação dos emigrantes em potenciais colonizadores, o “objetivo “imperialista”, [...] estava lastreado em uma comunidade que havia se espalhado e se consolidado, mostrando-se particularmente organizada nos planos social, cultural e educacional”. Com base nestas informações iniciais, podemos compreender a importância numérica da população polonesa no Paraná, estado destinatário da maior parte dos colonos poloneses e onde constituíram suas múltiplas relações, visibilidade, mobilizações desde os primórdios, com a criação de escolas, associações de ofícios e trabalhadores, instituições, igrejas e associações católicas, grupos teatrais, sociedades esportivas, entre outras, fenômeno trabalhado por diferentes autores (WACHOWICZ, 1974, 2002, FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, WEBER, 2008, OLIVEIRA, 2009a, 2009b, TRINDADE, 2015, SILVA, 2019, entre outros).

#### 2.1.1. Os poloneses, o preconceito e a sociedade brasileira: observações negativas iniciais

*“em comparação com outros grupos, principalmente italianos, alemães e japoneses, o sistema adotado pelos imigrantes poloneses se encontrava num nível inferior. Por isso, apesar da significativa participação dos pioneiros poloneses no programa da colonização do Brasil, o seu baixo status de partida – em comparação com outros grupos – projetava-se na sua posição no país. Além dessas causas, a posição dos nossos emigrantes era também determinada por circunstâncias sociopolíticas. Sendo pouco numerosos, eram*

<sup>31</sup> GLUCHOWSKI, Kazimierz. **Os poloneses no Brasil**: Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005, p. 45

<sup>32</sup> Para Jeffrey Lesser (2015 p. 73), a imigração polonesa foi o “exemplo mais notável” de expansão migratória no Brasil, quando de 1860-1940, “cerca de 150 mil” se estabeleceram no país, ainda que contabilizando vários imigrantes judeus - que teriam chegado em maior número após 1920.



*tratados desdenhosamente como “imigrantes sem bandeira”. Essa ausência de um estado (até 1918) e a ausência de representantes diplomático-consulares projetava-se de forma negativa no relacionamento com as autoridades em situações de conflitos” (KLUZA, 2011, p.25).*

O fim do Império Brasileiro, a consequente emergência da República, no final do XIX, promove, a partir de diferentes setores, discussões sobre a imigração, de maneira mais sistêmica, englobando a importância seletiva e a necessidade de desenvolvimento do país com base nos fluxos de chegada. Este pensamento sobre a questão imigrante tinha como objetivo garantir sua modernização e, com eventual sucesso, aproximação com os países tomados como exemplos civilizatórios do hemisfério norte, maiormente, o elemento da construção de uma raça brasileira permitia que o corpo físico influísse no corpo social (MARQUES, 2002, p. 188). A “questão racial” partia de ideais polissêmicos, sendo que foi importante no país, a partir das teorias do evolucionismo social (racismo científico – darwinismo, eugenia, etc.) e positivismo comtiano, que impregnam os intelectuais (através de autores como Gobineau, Galton, Lamarck, Ratzel e outros), de forma adaptada às necessidades ideológicas do país marcado por sua formação racial da escravidão e indígena. A intelectualidade brasileira de diversas áreas, que influenciam o debate com a publicação de suas opiniões a respeito do Brasil em variados suportes de divulgação (encontros, revistas, jornais, debates legislativos, etc.) de forma distinta nas suas acepções (grupos preferíveis, tipo ideal de formação, assimilação ou miscigenação, etc.), mas convencionando elementos semelhantes quanto aos projetos de idealização de imigrantes.

A construção nacional tomava como processos de atavismo, os elementos indígena e negro, representados negativamente, em que se flutuava entre a necessária eliminação, embora pudessem ser recuperados diante do pensamento romântico (caso do indianismo) ou miscigenados. Portanto, a vinda de europeus depuraria da sua presença degeneradora ou atávica através de um processo de branqueamento e miscigenação, tomados como ideais. Branquear era modernizar o país, melhorar e trazer progresso (LESSER, 2015), no sentido do desenvolvimento e civilização (MARQUES, 2002, p. 191) e na medida em que constituía um perfil do brasileiro particular, um tipo modelado com a soma dos elementos e atributos positivos das ádvenas, tanto sob o ponto de vista social e comportamentos, como sob aspectos materiais e de trabalho, tornando-se de ideologia em política estatal (LESSER, 2001). Marques, ao analisar a questão da eugenia, como processo de intervenção direta no estabelecimento do aspecto racial nacional pela biologia e homogeneização, aponta como elementos importantes no período o branqueamento, a disciplina e organização (2002, p. 183). Assim, propunha-se, mais que selecionar o imigrante, localizar os grupos em espaços sugeridos por controles

governamentais, constituindo uma espécie de “imigração dirigida” no Brasil (MENEZES, 1999, RAMOS, 1996, SEYFERTH, 1996)<sup>33</sup>. Conforme Lesser, conformava-se um jogo duplo de assimilação: de abasileiramento dos imigrantes e europeização do Brasil (2001, p. 25-26).

As noções configuradas por pensadores no século XIX, pregavam que “a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças”, de maneira que, “a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando da base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias” (SEYFERTH, 1996, p. 43). Mesmo entre os brancos eram evidenciadas desigualdades, especialmente por questões de classe e função social, evitando ativistas políticos e não agricultores (de forma que mesmo os portugueses tinham restrições, dado a imagem de menor presença no campo), conforme Seyferth (1996).

A imigração e colonização eram, assim, elemento central para estes processos de branqueamento, se voltando, como política, para a Europa, de maneira que há uma posituação do ideal de mestiçagem, descolando de uma visão negativa de degeneração racial para uma de construção de um “tipo” ou “raça” brasileira, um povo nacional com o avanço geracional (SEYFERTH, 1996). Ao mesmo tempo que contribuía para o branqueamento, a partir do período republicano, os imigrantes deveriam também ser assimilados, portanto, uma miscigenação tanto racial como cultural, melhorando o país economicamente, racialmente e elevando os aspectos de costumes, social e moralmente (SEYFERTH, 1996). Seyferth (1996) ao analisar autores das primeiras décadas do século XX, comenta, portanto, como a palavra “colonização” se aproximava como sinónia de “colonialismo”, assim como aquelas ocorridas na Ásia, África e Austrália pelos Estados imperialistas, dada a superioridade branca frente os habitantes locais.

Constitui-se, com base nestes argumentos, uma “unidade nacional vinculada ao povoamento do território por imigrantes brancos encarregados de civilizar uma população considerada inferior, sem destruir aquela outra base da nacionalidade que é a cultura latina e a língua portuguesa” (SEYFERTH, 1996, p. 55), numa ambiguidade em que os trabalhadores nacionais, embora considerados inferiores, seriam responsáveis por abasileirar os imigrantes. A imigração era, assim, elemento visto como civilizador, de progresso e modernização, ainda

---

<sup>33</sup> Cf.: SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, 1991. SCHWARCZ, Lilia Moritz, **Espetáculos das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração São Paulo: Editora Unesp, 2015.

que exigisse uma aproximação com uma ideia de identidade nacional emergente, a brasilidade. O estrangeiro, inicialmente, portanto, era símbolo justamente deste progresso e civilização idealizados de aproximação com a Europa, no entanto, ao longo do tempo, era capaz de adquirir novas imagens, as quais poderiam ser negativas, balizadas em diferentes características (raça, língua, religião, etc.) (MENEZES, 2017, p. 9) formalizadas e selecionadas como ideais desde o período imperial do Brasil.

Os poloneses, como grupo específico, estão praticamente fora das discussões das ciências raciais, como as eugênicas que englobam a imigração no Brasil<sup>34</sup>. A Eugenia, como movimento social e científico (STEPAN, 2004), atinge a América Latina, particularmente o Brasil, mais fortemente no século XX, ainda que com adaptações de interpretação e pensamento, tendo origem em diferentes vertentes (sobretudo a francesa), e entre seus temas elementares de discussão, a imigração, os quais reverberaram na política, mas também em diversos aspectos do meio intelectual. A noção de uma “identidade eugênica”, particularmente “antidemocrática”, perpassa a construção racial da identidade brasileira nos ideais lombrosianos, de Galton e Bertillon, assim como outros autores, que configuraram a eugenia brasileira dos anos 1920 (MARQUES, 2002)<sup>35</sup>. A criação de um “tipo” brasileiro passava pela ideia de selecionar o imigrante, preferencialmente branco, europeu, agricultor (camponês), católico, entre outros afeitos físicos (nos quais geralmente os poloneses se encaixavam), mas também morais (morigerados, laboriosos, sem vínculos com movimentos políticos, potenciais de higiene, etc.), o que influenciava as políticas migratórias e a legislação acerca da presença estrangeira, sobretudo nos anos 1930.

Os poloneses, sob nosso ponto de vista, estão numa posição intermediária, pois poderiam sofrer preconceitos, apesar da branquitude representada pelo cromatismo da sua pele e de carregar certas características consideradas positivamente. Este elemento não parece fundamental, sua condição de branco, capaz de trazer desenvolvimento pretendido pelas posições raciais da política migratória, pois era fluída e estava vinculada a posicionamentos provindos do ambiente europeu e suas hierarquizações próprias. Ocorre a construção de um “estereótipo” ou de estigmas, baseados em diferentes pressupostos, somados à dominação da Polônia pelos países vizinhos, a chegada tardia em relação a outros grupos imigrantes (em

---

<sup>34</sup> Para não dizer totalmente, pois eram quase sempre incluídos num grupo geral dos “eslavos”, não são claramente particularizados pela intelectualidade ou políticos interessados na temática.

<sup>35</sup> Conforme Marques, a “eugenia realçava as diferenças da população através da raça baseada em pressupostos ditos científicos, redimensionando uma preocupação das elites brasileiras dos anos 1920 acerca da periculosidade das classes pobres”, em que imaginava, fontes de contágio, degeneração racial e degradação moral (2002, p. 182-183).

relação aos alemães, especialmente), a essencialidade de uma imigração com a marca do rural. Ou seja, um preconceito antipolonês fruto de diversos marcadores específicos que emergiram, na conformação das nacionalidades e etnicidades, a hierarquização étnica fruto de estudos eugênicos, do evolucionismo e darwinismo social e a não adaptação inicial. Esta foi a primeira manifestação, que podemos considerar, “antipolonesa”, por parte de intelectuais, agentes administrativos e outros grupos de brasileiros, assim como imigrantes de outras nacionalidades.

Inicialmente, para Doudstar (1990), ao investigar a emergência do preconceito para com os poloneses, propugna que sua conformação e estabelecimento no Brasil teria sido na base de um identificável ou típico “germanismo antipolonês”, junto à inserção na produção agrícola (um antiurbanismo) daquela população. Para a autora, a própria constituição da Prússia e depois da Alemanha, suas diferenças regionais, entre outros processos, contribuíram para essa conformação particular<sup>36</sup>, o que trataremos por “perigo polonês” mais tarde, tendo em vista aspectos de socialização e assimilação. No Brasil, pioneiramente o sociólogo Octávio Ianni questionou-se: “[...] a discriminação vigente em Curitiba contra o polonês teria sido incorporada, pela comunidade, a partir de elementos da ideologia racial dos alemães que a trouxeram da Europa, ou desenvolveu-se, desde o início, por meio da influência do meio social interno?”, mas não chegou responder à questão (IANNI, 1961, p. 388 apud OLIVEIRA, 2015, p. 811), segundo Oliveira (2015). Muito provavelmente, a confluência dos fatores elencados acima, compondo o preconceito alemão pré-configurado à situação social do estabelecimento dos poloneses no Brasil, contribui para a disseminação de imagens desabonadoras sobre aquele grupo no meio social e intelectual nacional, particularmente paranaense.

Como explica Cuche (2002, p. 84) para a identidade social, a relevância da “auto-identidade” ou “hetero-identidade” dependeria da situação das relações de força entre os grupos que interagiriam, em que numa “situação de dominação caracterizada, a hetero-identidade traduz pela estigmatização de grupos minoritários”, uma “identidade negativa” capaz de gerar a interiorização dessa imagem construída pelos outros sobre si. A estigmatização, como fenômeno coletivo, conforme Elias e Scotson (2000, p. 22) poderia servir aos processos excludentes: “a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (2000, p. 22) este processo está calcado em

---

<sup>36</sup> Oliveira (2014) demonstra como Max Weber entrega atenção especial aos trabalhadores poloneses que se deslocariam para a Alemanha, sazonalmente, identificando um “perigo” para a nação. Para ele, “pequeno agricultor polonês ganha terreno porque ele, de certo modo, come a própria grama, não apesar, mas por causa dos seus hábitos de vida mesquinhos tanto física quanto espiritualmente” (WEBER, 1979, p. 64 apud OLIVEIRA, 2014, p. 81).

disputas de poder (posições) afirmado pelos primeiros sobre os segundos (2000, p. 24) nas buscas por manutenção de situações de dominação e exclusão, marcado, justamente por um diferencial no acesso ao poder e alocação social.

A relação “nós” e “eles”, marcada contrastivamente na emergência das identidades (sejam elas nacionais ou étnicas) pode ser elemento condicionante para a construção de marcadores de identidade específicos, os quais compõe diferenças entre o que o “outro” representa, distinguindo, diametralmente do “si”, pensando em posições de poder específicas na sociedade e oposições de representações. Nesse sentido, conforme os autores, diferentes conceitos e categorias poderiam ser acionados para estigmatizar conforme as situações e os grupos, “ferindo” o grupo para o qual se emprega o estigma, pois encontraria ressonância interna no processo de inferiorização. Os “próprios nomes dos grupos” podem ser mobilizados, pois, quando vinculados aos *outsiders*, envolvem processos de “inferioridade” e “desonra”, que se fomentam também os elementos inerentes, ainda que geralmente interponha na conceptualização noções de sujeira, desonra, indisciplina, pobreza, inferioridade humana, baixo padrão de vida, entre outros elementos (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 30). Este processo de estigmatização, por envolver diferentes relações de poder, portanto, não é perene, permitindo alterações com o passar do tempo (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 26-27), sobretudo, quando as relações se estabilizam ou, até mesmo, invertem.

O preconceito com o grupo polonês, nesse sentido, tem sido largamente estudado<sup>37</sup> ou mencionado. A designação “polaco”<sup>38</sup>, utilizada em diferentes contextos<sup>39</sup> de contato interétnico, marcou a base deste fenômeno como processo de nomeação negativa<sup>40</sup> carregada de sentidos estereotipados. Segundo Oliveira (2015, p. 809), com base nos estudos de Ianni, “Essa nova categoria social”, poderia significar, “talvez mesmo com certo ineditismo, para a existência de um preconceito contra brancos, contra um grupo de imigrantes europeus brancos”

<sup>37</sup> Vários autores se dedicaram à temática tangencialmente (SEYFERTH, 1987, 1993, 1997, ROCHE, 1969, SOLHEID DA COSTA, 1995) ou de maneira mais detida (GRITTI, 2004, WACHOWICZ, 1974, DOUDSTAR, 1990, SEYFERTH, 2000, OLIVEIRA, 2009c, 2015, MARQUETTI, 2015, GERTZ, 2015, TRINDADE, AZEVEDO, 2016).

<sup>38</sup> O termo tem sido motivo de debates e positavações (IAROCHINSKI, 2000, 2010).

<sup>39</sup> O termo “polaca” também foi cercado de estereótipos (WACHOWICZ, 1974, p. 74, SMOLANA, 1979, p. 5, RAGO, 1991, MENEZES, 1992, WOLNY, 2012, etc.), vinculadas à noção de prostituta e o tráfico de mulheres brancas, em especial judias, para o Brasil, onde o Rio de Janeiro foi um dos locais centrais de definição. No sul, os estereótipos eram outros, articulados ao posicionamento social das mulheres polonesas e descendentes, em especial, na região de Curitiba onde eram vinculadas à empregabilidade como domésticas (BUENO, 1999).

<sup>40</sup> Wilson Martins, ainda em 1955, apontava criticamente a contraposição entre a superioridade populacional polonesa e sua influência menor, concentrada nas zonas rurais e menos dinâmica no Paraná em comparação aos alemães. Destaca o isolamento no interior e o fato de serem “Procedentes [...] de atrasadíssimas regiões rurais da Polônia, esses imigrantes pouco avançaram aqui em idade cultural” (1989, p. 174).

mas a “diferença da tradicional acusação feita aos descendentes de alemães no Brasil, sem nunca ter oficialmente atentado contra a soberania nacional, era marginalizado”.

Para Wachowicz, o polonês era considerado um agricultor com características positivas, de superioridade técnica, portanto, de desenvolvimento do setor e adequada para constituir dinamicidade das experiências nas colônias, mas as dificuldades de adaptação à nova terra e uma mentalidade arcaica, ligada, para ele, ao medievo das aldeias de onde eram provenientes. Somava a esse aspecto, o fato de que os imigrantes camponeses sofriam com os processos conduzidos pelos países ocupantes, de colonização e arcaísmo. Estes seriam motivadores dos ressentimentos e estereótipos<sup>41</sup> a serem replicados na terra de acolhida opondo o que ele considera “nacionalismo polonês” ou *polonidade* ao “nacionalismo crioulo”, a brasilidade. Encontrando, ainda, os povos que os oprimiam, potencializados pela falta de estado, até 1918, e pelas relações hierárquicas rural-urbano que se estabelecem (os poloneses cada vez mais adentrariam o sertão, virando as costas às cidades – um processo de sertanização) com o avanço da indústria na grande Curitiba (1974, p. 10-14).

Smolana (1979) adiciona o fato da falta de informação sobre os poloneses e seu país, assim como de a Polônia estar (junto com a Europa do leste), em hierarquicamente inferior ao ocidente europeu e mais alternante. Tais fatores se juntaram à fraqueza estatal, mesmo após a independência polonesa (somado com as posturas coloniais negativadas ao longo do tempo) e a propaganda imigrante antipolonesa, por parte da população germânica e ucraniana no país (SMOLANA, 1979), conflitos étnicos e rivalidades igualmente identificados por Wachowicz (1974, p. 16). Smolana, também alertava e aludia para um preconceito oficial, balizado pelo estado brasileiro, ainda que indiretamente em razão das diferentes opiniões que surgiam e as próprias ideias coloniais, discordando também de Wachowicz, quanto ao fato de o polonês ser tomado como um bom agricultor. Uma vez que traria justamente as marcas de certo atraso, pois a “atividade dos emigrantes poloneses era mais primitiva do que a economia dos imigrantes de outras nacionalidades em razão das experiências trazidas do país (1979, p. 8-9).

A interpretação de Gritti (2004), para o caso do Rio Grande do Sul, demonstra ideias negativas sobre os imigrantes poloneses perpetradas pelos administradores brasileiros dos núcleos coloniais, tendo em vista a experiência colonizadora. Para a autora, no Rio Grande do Sul, onde a doutrina positivista era importante, a Polônia também estava relegada a condições de inferioridade na “hierarquização dos povos” (2004, p. 13), assim como seus imigrantes, sendo desabonados junto ao seu país.

---

<sup>41</sup> Encontraram na terra de acolhida grupos rivais, como alemães e ucranianos (carregados de estereótipos) (WACHOWICZ, 1974).



Os “estereótipos”, as “imagens” criadas sobre os poloneses no sul do Brasil estão dentro, portanto, de um espaço de “lutas simbólicas” (BOURDIEU, 1989) ou também de “lutas sociais” e de “classificações” (CUCHE, 2002) entre diferentes grupos, os quais, em alguma medida, podem ter múltiplos interesses distintos e buscando alocação em espaços sociais, incluindo espaços de poder como apregoa Elias e Scotson (2000), pois permite para além da capacidade de se autoidentificar, também evitar conjunturas de marginalização ou de minorias (CUCHE, 2002). Curitiba, onde são estabelecidos os rótulos sobre aquele grupo imigrante, tanto de inferioridade, como de ameaça, torna esse espaço de jogos de poder e contato interétnico particular para a conformação destas lutas de rotulações. Para Elias e Scotson (2000, p. 20-21) “praticamente todas as sociedades estigmatizam outros grupos como sendo grupos de status inferior e de menor valor”, balizado em variados “estereótipos”, usando como seu conjunto o conceito de “preconceito” um “símbolo unificador para o desprezo de grupos em palavras e atos”. Assim, os estabelecidos intentariam manter sua posição de superioridade, para isso utilizam “as crenças estigmatizantes sobre o grupo inteiro, com base em observações sobre seu pior setor, os estereótipos verbais degradantes e, tanto quanto possível, a exclusão de qualquer oportunidade de acesso ao poder” isto significava que “as características que costumam ser abstraídas da configuração em que ocorrem sob rótulos como ‘preconceito’ e ‘discriminação’”.

Dentro do jogo de lutas simbólicas, assim, e sua consequente dominação simbólica, os estigmas serviriam como representações sobre a identidade dominada, fruto da dominante, aceita pelo primeiro ou motivo de repulsa e unificação grupal em contra esse processo estigmatizante pelo segundo (BOURDIEU, 1989). As identidades são partes dessa luta classificatória e seus princípios de “di-visão”, apregoados pelo autor, dos agentes capazes de impor – legitimamente - (“fazer ver e fazer crer” ou “dar a conhecer e de fazer reconhecer”) sua definição sobre o mundo social, o qual faz e desfaz grupos (1989), na forma do seu (re)conhecimento, ou seja, um “poder simbólico” (autoridade) de dar existência aquilo que é enunciado através das palavras – um ato “mágico” (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido que os estigmas servem como unificadores da identidade grupal, seja pelo rótulo aceito a ser eliminado pelo grupo nominado ou na forma de uma recusa, “o estigma produz a revolta contra o estigma” para a quebra do jogo de poder, em que pode ser reivindicado publicamente (BOURDIEU, 1989, p. 125) como uma espécie de posituação e afirmação categorial.



Mais que o estigma, portanto, temos a emergência dos conjuntos de estereótipos<sup>42</sup> acerca dos poloneses, seja pelo aspecto da inferioridade enunciada, seja pela constituição de uma ameaça particular, étnica ou militar. Uma construção de mais longa duração, que para Bhabha (1998) é marcado pela “fixidez” na configuração da alteridade e pela sua incessante “repetição”, produtor de uma ambivalência que o define e dá validade. Isto significa que

ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individuação e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilística e predictibilidade que, para o estereótipo, deve estar em *excesso* do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente” (1998, p. 106).

Assim, para além dos processos de objetificação enunciados, devemos pensar os de subjetivação através deste discurso identificador e sua eficácia relacionados a jogos de poder e resistência, dominadores e dependentes (BHABHA, 1998). Como “práticas discursivas” e de discriminação, a “ambivalência produtiva” do estereótipo, para Bhabha, é parte do discurso colonial e criação de uma identidade nesse sentido, a qual permite a ação imperialista ou colonialista como “aparato de poder” num discurso de diferença; ela garante as condições para um discurso dominador legítimo de superiores sobre os inferiores, colonizadores e colonizados (BHABHA, 1998). Processos de outrificação, neste caso, colonizado visível e apreensível narrativamente construído, isto é, “um sistema de representação, um regime de verdade, que é estruturalmente similar ao realismo” (1998, p. 111). Uma definição do estereótipo seria um “modo de representação, ambivalente e contraditório” (1998, p. 110), em que reconhece e repele a diferença, ao que se propõe sua leitura junto ao fetichismo freudiano (BHABHA, 1998), como um substituto ou sombra, sempre presentes, buscando fixar imagens congeladas pela sua repetição. Dessa forma, o “estereótipo não é uma simplificação por ser uma falsa representação de uma dada realidade” e, sim, ele seria uma “simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação, que ao negar o jogo da diferença [...], constitui um problema, para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais” (1998, p. 117).

Como uma construção lastreada como significação bem sucedida, que pela repetição (de outros estereótipos atrelados) amplia a legitimação, mascara identidades, ocultando uma falta, daqueles rotulados, fixando-o e apregoando suas propriedades, assim como emergência do imaginário como forma de identificação, no esquema lacaniano por ele apregoado a partir de

---

<sup>42</sup> Estereótipos que podem ser constituídos nas rivalidades entre poloneses e alemães, como apontam autores como Hubert Orłowski e Walter Lipmann. Como marcas de longa duração, de emergência eventual em situações concorrenciais e oportunas.

Fanon. A diferença é reconhecida, assim, para criar jogo de hierarquias marcadas pelos rótulos específicas dos etiquetados, junto as suas identificações e sua ambivalência, seja racial ou colonial. Para Bhabha, portanto

O ato de estereotipar não é o estabelecimento de uma falsa imagem que se torna o bode expiatório de práticas discriminatórias. É um texto muito mais ambivalente de projeção e introjeção, estratégias metafóricas e metonímicas, deslocamento, sobredeterminação, culpa, agressividade, o mascaramento e cisão de saberes “oficiais” e fantasmáticos para construir as posicionalidades e oposicionalidades do discurso racista (1998, p. 125).

O que adaptamos como estereótipos negativos étnicos ou, se quisermos, preconceitos e discriminação contra um grupo descolado da condição da branquitude positivadora e marcadora do seu cromatismo epidérmico. Como demonstra Lesser (2015), a branquitude dos imigrantes (no seu caso, os não-brancos) era maleável, sendo um conceito em constante transformação ao longo do tempo e dos autores investigados. Tendo em vista tal perspectiva, é “reconhecidamente verdade que a cadeia de significação estereotípica é curiosamente misturada e dividida, polimorfa e perversa, uma articulação da crença múltipla” (BHABHA, 1998, p. 126).

Uma positivação da imagem dos poloneses no âmbito oficial e da intelectualidade, sobretudo no período entreguerras, vai surgir, contudo, muitas vezes, como contraponto aos estereótipos e estigmas negativos, ou seja, dos esforços das críticas anti-imperiais que aos poucos eram levantadas e na comparação com outros grupos. O paradoxo entre o imigrante branco civilizador e capaz de melhorar a raça brasileira é contrabalançado pelo do imigrante “perigoso” pelos seus aspectos relacionados ao país de origem, militarismo ou ideais coloniais. Os termos, nos anos 1920, são voltados às suas características como bons agricultores, “colônia laboriosa”, as quais são reiteradas intensamente nas fontes. Depois, na *Revista do Conselho de Imigração e Colonização* (CIC), por exemplo, vinculada ao governo, nos anos 1940, essas adjetivações são novamente potencializadas. Todo esse contexto, é um fator gerador de uma imagem ou representação ambígua do polonês, circulando entre a inferioridade, a capacidade civilizatória para o trabalho na agricultura e o potencial de ameaça real, similar, por vezes, ao caso japonês, por outras se aproximando de outros países com imigrantes no Brasil.

Nesse meio tempo, particularmente os anos 1930, o governo polonês (e consequentemente seus emigrantes) foi acusado de imperialista, mas somente é desautorizada a sua imigração, de modo mais oficial, em razão do arraigado antissemitismo das autoridades (CARNEIRO, 2010) ou do receio eventual de atividades comunistas (ou outros movimentos de esquerda). O preconceito contra os poloneses, a constituição de uma espécie de processo de

ameaça racial (inferioridade), apesar de ser uma primeira manifestação de oposição, parece ter contribuído para a emergência das imagens sobre os poloneses, compondo a tese da ameaça militar (imperialismo), muito menos para seu reforço do que para uma caricaturização, mas importante para articular as representações e discursos que emergem sobre essa população ao longo do tempo.

## 2.2. A IMAGEM POSITIVA DA POLÔNIA E DOS POLONESES NO BRASIL

Em 1918 quando ocorre a recuperação da independência da Polônia depois dos 123 anos de dominação, o país renascia sob o nome de Segunda República Polonesa (uma referência a República das Duas Nações da Idade Moderna). A partir de distintos estudos (WANDYCYZ, 1962, CIENCIALA, 2011, DVORAK, 2013, DAVIES, 2013), podemos assumir que a Polônia se reergue como uma nação dividida politicamente (entre o grupo do Marechal Józef Piłsudski; o de Roman Dmowski e o general Józef Haller - comandante do “exército azul”<sup>43</sup> na França; ademais do pianista Ignacy Paderewski), culturalmente e economicamente (fruto das diferenças das três partições). Esta divisão iria se replicar no Brasil, entre distintos grupos pró-Dmowski e pró-Piłsudski, a *Endecja* da *Narodowa Demokracja* e os *legioniści*, este último, compondo os elementos considerados “progressistas”, por vezes, anticlericais ou “esquerdistas”, enquanto a primeira compunha porções da Igreja Católica. Para Wandycz (1962), os meios ligados a Piłsudski, considerados de uma esquerda política, pensavam uma Polônia que negociasse com os vizinhos e demais nações, mais multicultural e voltada para as fronteiras orientais. Enquanto Dmowski, como representante de uma direita nacionalista, queria uma “Polônia étnica” na forma de uma nação monolíngue e monorreligiosa, voltada ao Ocidente e reforçada diante dos vizinhos. Ambos, apesar destas diferenças, imaginavam uma nação forte militarmente e culturalmente, e eram permeados pelo federalismo de Paderewski e o anexionismo, por vezes tomado como imperialista pelos países da fronteira. As práticas políticas sob a liderança de Piłsudski, no entanto, levaram em conta o nacionalismo exacerbado polonês em busca de certa nacionalização interna e expansão externa. Assim, surgia como um Estado médio, para Wandycz, de certa forma uma contradição, pois muito grande para ser satélite e muito pequeno e fraco para grande potência (1962, p. 16).

Além disso, ademais das divisões, o país como sugere Davies (2013), surge com imagens negativas por parte de observadores internacionais, diante das questões que envolviam

---

<sup>43</sup> O “exército polonês” sob o comando do general Haller constituído na França.

o Tratado de Versalhes. Molotov a considerava o “Monstro Bastardo” do tratado, Lloyd George a chamou de “falha histórica”, ademais de muitos outros críticos entre as lideranças europeias – Stalin, Hitler, Carr, etc. (DAVIES, 2013, p. 291).

A Polônia surge diante também de múltiplos conflitos políticos com os vizinhos e com as minorias nacionais intrafronteiriças<sup>44</sup>. Acontecem, como identifica Smolana (1996), querelas com os ucranianos, insurreições na Silésia, no oeste do país, ambas contra os grupos de nacionais alemães. Ademais dos confrontos fronteiriços polono-tcheco e polono-lituano, que se estendem ao longo do entreguerras (com a Lituânia pela cidade de Vilnius – ocupada em 1922 - e com a Tchecoslováquia pela região de Cieszyn (Zaolzie), que seria ocupada em 1938). Era, portanto, uma “cortina de sangue e chamas” (SMOLANA, 1996, p. 35). O país, logo se envolve também em um conflito militar com a Rússia (WANDY CZ, 1962, 2009, CIENCIALA, 2011). Estas disputas com os vizinhos geravam também um “revisionismo” alemão e soviético (antigos países dominadores), com relação às fronteiras polonesas, fator constituinte de uma ameaça permanente à segurança da Polônia, com um clima bélico latente ao longo do entreguerras (WANDY CZ, 2009, CIENCIALA, 2011). Em 1921, após o Tratado de Riga, finalizando o conflito com os bolcheviques, a República Polonesa se estabilizou com relação à política interna e territorialmente (WANDY CZ, 2009). A primeira Constituição foi adotada e, em 1922, inicia a construção do porto de Gdynia (fundado em 1926), na região do “Corredor Polonês”, que dava acesso ao mar Báltico, importante iniciativa para a expansão comercial do país (WANDY CZ, 2009, CIENCIALA, 2011) e também base para a marítima. Józef Piłsudski, liderança fundamental da reconquista da soberania política, em 1926 promove um golpe de Estado. O chamado de “Golpe de Maio”, que depôs o então presidente, impondo um governo autoritário, conhecido como regime *Sanacja* (Saneamento) (DAVIES, 2013).

A Polônia e o Brasil estabelecem relações diplomáticas prontamente à recuperação da independência polonesa (MAZUREK, 2012). Assim como identifica Mazurek (2012), nesse contexto, na imprensa brasileira, em nosso caso, curitibana, e na literatura, o país mantém uma imagem geralmente positiva e uma boa avaliação. Essa positividade se configura desde as lutas pela independência e são expressivas no fim da Primeira Guerra Mundial, tendo na imigração, mas também sob o ponto de vista político, ambos os países um passado de relações harmoniosas

---

<sup>44</sup> A Polônia pensava a emigração como um processo nacionalizador em seu país, enfocando no deslocamento das minorias como judeus e ucranianos, considerados elementos indesejados, num processo de depuração nacional. Em 1931, os ucranianos eram 13,9% da população polonesa, enquanto os judeus 8,7%, aos quais juntavam-se 3,1% de bielorrussos e 2,3% de alemães, todos somados eram um terço da população polonesa (DAVIES, 2013, p. 299). Estas minorias vão ser um problema constante para a Polônia, com várias reivindicações para desembocar estas nacionalidades, seja na Liga das Nações (LDN), bem como tentativas de emigrar essa população a partir de programas de instituições privadas e apoio governamental.

(MAZUREK, 2012, SMOLANA, 1979). Os anos 1920 e o início dos anos 1930 são marcados por um “clima de simpatia e amizade” (MAZUREK, 2012, p. 243) entre as nações. Isto era observável na correspondência diplomática, durante as visitas alertadas por Mazurek (2012), e criação de associações e instituições que conformavam vínculos entre intelectuais e políticos de ambos os países, dos quais podemos destacar tratados, a criação das câmaras de comércio, intercâmbios militares e científicos, sociedades culturais, acordos bilaterais em diversas áreas, bem como troca de condecorações, comemoração de datas nacionais de ambos os países e visitas diplomáticas, as quais, em alguma medida, buscaremos recuperar ao longo deste trabalho.

Um exemplo da melhora da imagem polonesa como país renascido, é observável no texto de Leoncio Correia, um escritor “polonófilo”, se assim podemos dizer, que em 1921, no *Diário da Tarde*<sup>45</sup>, publica o texto: “A Polônia”, em que o autor lembra “a agonia polonesa durante a dominação e a luta pela liberdade”, declarando que as batalhas continuavam, agora contra a “selvageria das hordas vermelhas”, em referência à Guerra polono-bolchevique (1919-1921), vencida em março daquele ano. A Polônia, nesse sentido, aparece como país marcado pela luta em busca da liberdade, recorrentemente sendo rememorado seus anos de dominação aos quais são atrelados novos momentos de conflito e, certa glória, ao mencionar que naquela conjuntura “salva a civilização do mundo, ameaçada pelo bolchevismo, que vitorioso, destruiria a harmonia da ordem humana como já subvertera a própria Rússia”. Os “dez séculos de história da Polônia seriam de uma incessante luta pela civilização contra o militarismo alemão, contra a insaciável tirania czarista”, mas sobreviveu, deixando “os produtos magníficos do seu próprio valor moral”<sup>46</sup>. Correia descreve alguns nomes de destaque como Nicolau Copérnico, Paderewski e outros, afirmando que apesar de ter recebido a independência, o país não recebera o ressarcimento necessário, mas que o “Povo cujas qualidades de trabalhador e de ordeiro o Brasil de tão perto aprecia e preza”, resistia à “anarquia russa”, apesar da proximidade, sendo vitorioso, podendo construir e organizar a base do Estado. Para o autor, contudo, pairava a ameaça da revanche russa, dos “soviets”, devendo o Brasil, para além de um olhar simpático, ter uma atitude de interesse para com a situação polonesa<sup>47</sup>.

Seria impossível rastrear todas as menções ou referências à Polônia nos jornais curitibanos. No entanto, numa perspectiva de amostragem, as imagens eram frequentemente positivas, como o exemplo acima. A presença de visitantes poloneses, chegada de cônsules,

---

<sup>45</sup> Diário da Tarde, 31 de janeiro [maio] de 1921. APV.

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> Ibidem.

notícias de referências ao país permitem identificar uma representação afirmativa, lastreado pela presença imigrante constituída sob a perspectiva do trabalho dignificante ou proveitoso para o Brasil. Ao contrário, por exemplo, do caso japonês, em que a vitória contra a Rússia em 1905 anunciou no meio intelectual a construção da tese de certo “perigo japonês” e seu militarismo (SAKURAI, 2001). A guerra, vista como “polaco-bolchevique”<sup>48</sup>, em 1920-1921, não criou uma noção imperial ou militarista polonesa, pelo menos não naquele período inicial no Brasil. Ela não estimulou apreensões contra seu imperialismo no Brasil, apesar de ter sido a Polônia a iniciadora do conflito ao invadir a Ucrânia (STYRNA, 2013, ZAMOYSKI, 2013). É possível, pois, que a luta “contra o comunismo”, inimigo maior que pairava no ar desde a revolução russa de 1917, positivasse o conflito.

A norma dos discursos era voltada a características, portanto, menos desabonadoras quando da retomada como nação independente. Em 1922, por exemplo, os poloneses dedicam ao Brasil o monumento “O Semeador” em Curitiba (a fim de comemorar o cinquentenário da imigração polonesa e o centenário da independência brasileira)<sup>49</sup> (MAZUREK, 2016, WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000), sendo um exemplo da conjunção entre a comunidade instalada no Brasil e os pressupostos de relações positivadas com o país de acolhida. Tais fatores reverberam na diplomacia, para além dos periódicos, sendo, assim, instituintes de pareceres que são a baliza do entendimento da presença polonesa no Brasil.

### 2.2.1. Poloneses e Polônia enaltecidos

Em Varsóvia, a Legação do Brasil foi estabelecida a partir de 1920<sup>50</sup>, se vinculavam a ela os consulados em Varsóvia e Gdynia – este último criado apenas em abril de 1939 (e até 1931 havia agências consulares em Lwów, Katowice e Poznań - Posnânia<sup>51</sup>, ademais de um em Łódź na década de 1920). Na documentação diplomática, a imagem é especialmente positiva

---

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> A obra foi realizada por Jan Żak (Zaco Paraná), em 1923. A estátua foi instalada na Praça Eufrásio Correia em 1924 e inaugurada em 15 de fevereiro de 1925. <http://www.curitiba-parana.net/urbanismo/eufrasio-correia.htm>.

<sup>50</sup> Entre os legados brasileiros, estiveram em Varsóvia 1920 – Reinaldo de Lima e Silva; 1923 – Alcebíades Peçanha; 1931 – José Francisco Barros Pimentel; 1937 – Jeronymo de Avelar Figueira de Mello; 1939 – Joaquim Eulálio do Nascimento Silva.

<sup>51</sup> Despacho MRE, G. Pecegueiro, em nome do ministro, para Legação brasileira em Varsóvia, 14 de fevereiro de 1931. Sobre a supressão de consulados: Katowice, Lwów e Poznań - Posnânia de acordo com o Decreto 19.650 de 03 de fevereiro de 1931. Havia também um consulado brasileiro em Dantzig com fortes relações com a legação em Varsóvia, e amplamente envolvidos com a emigração, por se tratar de uma região portuária, mas por conta da distinção legal, não utilizamos as documentações existentes sobre ele disponíveis no Arquivo do Itamaraty.



ao longo dos anos 1920. Com relação ao “Semeador”, por exemplo, Alcebiades Peçanha<sup>52</sup> (irmão do presidente Nilo Peçanha, que havia reconhecido a Polônia em no final da I Guerra Mundial), legado do Brasil em Varsóvia, demonstrava que as autoridades governamentais polonesas estavam satisfeitas com os resultados da emigração e cogitavam expandi-la, evitando o deslocamento para os Estados Unidos<sup>53</sup>. O legado marcava a aproximação diplomática, em razão do apoio brasileiro à independência polonesa, a afinidade religiosa católica e a adequada colocação de parte da população fora do território nacional, preferindo o Brasil, nesse momento, objetivando fortemente atrair aquele grupo como bons imigrantes. A presença de polono-brasileiros retornados revelavam a “compleição moral” de acordo com “espírito nacionalista e cristão” polonês, aproveitando para criticar os judeus que atrapalhavam os interesses da Polônia<sup>54</sup>. O legado pedia que se enviassem notícias pela imprensa sobre o Paraná, suas minas, erva-mate, extração de pinho e outras potencialidades, a fim de aproveitar o “ambiente favorável”, fomentando também a troca de correspondências entre os parentes imigrados com os que estavam na Polônia<sup>55</sup>.

Peçanha seria um dos grandes defensores da imigração polonesa no período, através dos despachos e ofícios enviados ao MRE, ao longo de seu tempo como legado em Varsóvia (entre 1923 e 1931), não deixava de elogiar os poloneses, as relações com a Polônia e a necessidade de sua mão de obra para o país. Destacava mensagens sobre o Brasil na imprensa polonesa, como no período do centenário da Independência, em 1922, ou da morte de Ruy Barbosa, em 1923, dado que o político era considerado um defensor da independência polonesa. Naquele mesmo ano, o navio-escola polonês *Lwów* visitara o Brasil, aportando em Paranaguá e é motivo de certa repercussão na imprensa curitibana, em razão dos vínculos com a comunidade polonesa e também nas fontes do MRE, que anuncia sua partida<sup>56</sup>. Além disso, o período deve ser visto a partir das suas ambiguidades, entre o preconceito que aos poucos era construído e a aceitação

<sup>52</sup> Nascido em 1869, formado em direito, exerceu cargos públicos, incluindo no poder executivo. Tornou-se diplomata em 1910, sendo embaixador em Madrid, Buenos Aires, Varsóvia e Roma. Fonte: CPDOC <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pecanha-alcebiades>.

<sup>53</sup> Ofício n. 23 Reservado, Legação Brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Félix Pacheco, 29 de setembro de 1923.

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> Ibidem. Curiosamente, as cartas com conteúdo convidativo ou positivo acerca do Brasil, dos imigrantes poloneses, no século XIX, teriam sido censuradas pelo governo russo (KULA, 1977).

<sup>56</sup> Ofício n. 9 Legação Brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Félix Pacheco, 29 de abril de 1923. O navio Escola *Lwów* foi recebido pelo consulado (Miszke), com excursões para Paranaguá, missas, banquetes e festividades, junto aos marinheiros, tripulantes e estudantes. Com a liderança de Kossobudzki, jornalistas, tanto brasileiros como do jornal polono-brasileiro *Lud* (O Povo), dentre outros convidados. Foi momento importante para a “colônia polaca aqui domiciliada”, com presença de banda de música e notícias, em que se aproximavam também, Brasil e Polônia, com várias autoridades brasileiras presentes. Gazeta do Povo, 15 de outubro de 1923, APW.



dos poloneses agricultores católicos, mais que pelo possível imperialismo apregoeado posteriormente.

Vários estudiosos observaram corretamente que os estereótipos negativos dos poloneses católicos existiam no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Havia, no entanto, uma grande quantidade de sentimentos pró-católicos poloneses também. Em 1864, houve várias tentativas de trazer colonos poloneses para os estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e, em 1865, o governo imperial brasileiro forneceu terras a um Conde Jazienski para fins de colonização. Em seu estudo de colonização de 1876, Francisco Augusto de Carvalho expressou surpresa com o apoio recebido pela imigração polonesa no Brasil. Mais tarde, na década de 1920, houve tentativas regulares por parte dos governos federal e estadual de assinar contratos formais de colonização com o governo polonês, em parte porque “os imigrantes seriam católicos e principalmente fazendeiros”. De fato, o governo polonês se esforçou para garantir que os emigrantes que enviariam não fossem judeus, muitas vezes usando linguagem não muito sutil como “bolcheviques”, elementos “indesejáveis” de centros industriais e ocasionalmente até “judeus que emigram com sua própria despesa”. Apesar do desejo declarado dos católicos poloneses entre os líderes federais e estaduais, cerca de sessenta por cento dos poloneses que entraram no Brasil entre 1924 e 1934 eram judeus (LESSER, 1994, p. 174-175, tradução nossa).

Lesser (1994) utiliza frases de Peçanha de 1924 para sua avaliação<sup>57</sup>, no ofício reservado para Félix Pacheco, então ministro das Relações Exteriores. A avaliação positiva dos poloneses tinha relação com seu potencial para colonizar o Estado de São Paulo. O legado admitia os “excelentes prodromos de colonização que d’ella [Polônia] recebeu o Paraná” e que “a sua participação regular e ampla na obra do nosso povoamento interessa superiormente ao futuro da Nação”<sup>58</sup>, destacando as facilidades internas na Polônia para a emigração ao Brasil (como a intermediação de Kazimierz Warchałowski, liderança polonesa no Brasil antes da guerra e então diretor do Departamento de Emigração). Em 1927, Peçanha reiterava, em ofício reservado, que a “emigração polonesa não é a de molde a despertar receios de ordem política [...]”<sup>59</sup>, isto é, não ofereceria riscos, fosse em razão dos problemas relacionados a movimentos como o socialismo e comunismo, fosse quiçá, já investigando o caso de um imperialismo. Peçanha, assim, aproveita para repassar mensagens positivas sobre o Brasil na imprensa polonesa, destacadamente no período do desenvolvimento de um acordo de imigração com São Paulo, através do Sr. Gawronski - Stanisław Gawroński, então diretor do Departamento de Emigração (WALASZEK, 2003, p. 10) - e também o contrato que se estabelecia com o Espírito

<sup>57</sup> Ofício Reservado Legação Brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Félix Pacheco, 16 de abril de 1924.

<sup>58</sup> Para o legado, a indiferença às disputas ibero-americanas e a sua adversidade pela Alemanha, também seriam elementos positivos.

<sup>59</sup> Ofício n. 105 Reservado Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 27 de outubro de 1927.

Santo e a TK, inicialmente apenas mencionado<sup>60</sup>, mas o qual envolveria o diretor, assim como suas tentativas posteriores no Paraná.

Na legação, o acordo para imigração de poloneses para São Paulo, em 1927<sup>61</sup>, tinha como receios apenas evitar “comunistas” e “judeus”, vistos como indesejáveis. Muitos já advertiam do “perigo comunista”, que representava a imigração polonesa nessa época (incluindo representantes italianos). Peçanha discordava demonstrando o espírito rural polonês, “sem distinção de classe, região ou fortuna” (em comparação aos problemas com italianos, por exemplo, e suas “lutas sociais”)<sup>62</sup>. O ministro brasileiro alertava que “precisamente para esclarecer as condições especiais quando todos os países europeus lutam com o êxodo dos campos, tenho informado, seguidamente, essa Secretaria de Estado, da atividade agrícola da Polônia, em seus ramos principais, e das possibilidades que ela oferece”, segundo o legado, “sem veleidades de **imperialismo econômico e político**, aos nossos interesses de produção e povoamento”<sup>63</sup> (grifos nossos). Esta citação marcava o contexto das relações diplomáticas polonesas na primeira década do entreguerras, quando um ideal imperialista polonês não era sequer imaginado fora das intrigas territoriais europeias, fosse pela fraqueza econômico, social ou militar do país, seus múltiplos problemas internos, fosse em razão de seu protagonismo imigrantista rural, importante para o Brasil (preocupado ainda com a formação contínua de colônias no interior rural e de uma população mais branca). Ao passo que, provavelmente, outros países, como a Alemanha, que tem seu perigo militar e de infiltração já constituído desde o século XIX, ou os japoneses, com críticas raciais, poderiam representar esses males de maneira mais contundente, que a presença polonesa.

As palavras de Peçanha servem de base para verificarmos as modificações ocorridas na década seguinte, moldadas pela ampliação das ações polonesas e das denúncias brasileiras. Nesse período, contudo, o Brasil recebia visita de comerciantes, industriais e cientistas

---

<sup>60</sup> Sobre os acordos de imigração com São Paulo nesse período Cf.: LESSER (1994), DVORAK (2013), MAZUREK (2016). “O diretor do Serviço de Emigração da época — estabelecimento que funcionava junto ao Ministério do Trabalho e da Assistência Social e que centralizava as decisões quanto às questões da emigração nos anos vinte — Stanisław Gawroński, no outono de 1921, viajou para o Brasil, a fim de pessoalmente orientar-se quanto às possibilidades de emigração para o estado de São Paulo e entabular os correspondentes contatos. O efeito dessa viagem foi a assinatura, em 19 de fevereiro de 1927, do acordo quanto à questão da emigração entre o Departamento do Trabalho do Secretariado do Estado para as questões da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas do Estado de São Paulo e o Serviço de Emigração” (IGNATOWICZ, 1980, p. 171). O Conde Stanislaw Gawronski aparece discutindo questões relativas aos processos migratórios poloneses, com objetivo de estudar as condições no país com a colonização de poloneses no Paraná e Rio Grande do Sul, a partir da restauração da Polônia e suas condições em 1924. *Gazeta do Povo*, 15 de setembro de 1924. APW.

<sup>61</sup> Ofício n. 43 Reservado Legação brasileira de Varsóvia, Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 14 de maio de 1927.

<sup>62</sup> *Ibidem*.

<sup>63</sup> *Ibidem*.

poloneses. Várias viagens eram destacadas nas trocas de documentação diplomática, incluindo personagens com intenções colonizadoras e de estabelecimento de acordos para implantar colonos poloneses no país. Em 1928, diversos documentos da legação brasileira em Varsóvia dão destaque à visão positiva sobre o Brasil na imprensa local. Eventualmente, algumas críticas mais fortes poderiam ser identificadas, ainda que não relacionadas diretamente a questões imperiais, mas à evidência de certas atividades polonesas interpretadas com receio pelo legado brasileiro. Em 1926, Peçanha alerta para o estímulo do Consulado polonês em Curitiba de atrair intelectuais para o Paraná, através do periódico *Wychodźca* (Emigração), da Sociedade Polonesa de Emigração, na visão do legado, “elementos de imigração inaptos para a agricultura”, anexando o texto traduzido do referido convite<sup>64</sup>. Tais críticas poderiam estar relacionadas à política polonesa de atração de uma *inteligencja* para o país ou, quiçá, a possibilidade negativa dos não-agricultores serem de origem polonesa, mas sim judeus. Comunistas e judeus, ora tratados em conjunto, ora separadamente, vão se constituindo como um perigo muito mais “real”, se assim quisermos denominar, que os poloneses, como caráter imperial de suas ações, ao longo das décadas pesquisadas. Uma noção de certo conservadorismo rural polonês, nesse sentido, poderia ser melhor avaliada, contrapondo o aspecto desabonador de sua imagem anteriormente configurada.

No mesmo ano, em ofício reservado da legação (que queria ver repassado ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Agricultura), levava a conhecimento do MRE, a vinda de deputados poloneses acompanhados de membro do clero, em caráter não oficial, para investigar as questões econômicas e facilitar correntes emigratórias para algumas regiões do país, conforme projeto do governo polonês do período, em especial São Paulo, Paraná e Minas Gerais<sup>65</sup>. Apesar de analisar com ressalva a vinda em vapores separados e sem vistos diplomáticos, sustentava que se deveria demonstrar os “progressos da nossa agricultura e comércio” e das “instituições de ensino e assistência social”, pois poderia repercutir na Polônia, “em favor do Brasil”, a fim de fomentar a emigração, conforme explicava o autor<sup>66</sup>.

A ampliação do vínculo do Brasil com a Polônia e desta com os imigrantes é fomentada em 1929 e início de 1930, quando o jornal *O Dia* e o *Diário da Tarde*<sup>67</sup> anunciam a criação da Sociedade Polono-Brasileira Ruy Barbosa<sup>68</sup>, em Varsóvia, sob os augúrios do presidente do

<sup>64</sup> Ofício n. 22, Legação brasileira de Varsóvia, Peçanha para ministro Félix Pacheco, MRE, 02 de agosto de 1926.

<sup>65</sup> Ofício n. 17. Reservado Legação brasileira de Varsóvia, Peçanha para ministro Félix Pacheco, MRE, 10 de agosto de 1926.

<sup>66</sup> Ibidem.

<sup>67</sup> *Diário da Tarde*, 11 de janeiro de 1930.

<sup>68</sup> Cf.: TRINDADE, Rhuan T. Z, SZYMANSKI, Konrad. Juliusz Szymanski: um polonês entre dois continentes. Boletim TAK, n. 3, pp. 8-9, 2017.

senado polonês entre 1928 e 1930, Juljusz Szymański<sup>69</sup>, que convidou o legado Alcebiades Peçanha para participar<sup>70</sup>. O legado destaca também a criação da Sociedade Polonesa-Brasileira do Rio de Janeiro<sup>71</sup>, na capital federal, esforço particular do ministro plenipotenciário polonês Tadeusz Grabowski, conhecida como a Sociedade Polono-Brasileira Tadeusz Kosciuszko<sup>72</sup> (em 1934 teria uma filial em Porto Alegre, através do esforço do mesmo legado polonês<sup>73</sup>), fundada em julho de 1929<sup>74</sup>. Foi editada como órgão, através do contumaz apoiador da Polônia, Leoncio Correia, a revista em português “Brasil – Polônia” ao longo de vários anos (MALCZEWSKI, 1998, SILVA, 2019)<sup>75</sup>.

Até mesmo o I Congresso dos Poloneses residentes no estrangeiro<sup>76</sup> (o qual, em sua segunda edição, em 1934, vai causar furor nos jornais curitibanos), ocorrido em 14 de julho de 1929, foi bem avaliado, com o legado Peçanha destacando a formação e o fato de Juljusz Szymański, então presidente do senado polonês e coordenador do evento, ter vivido no Brasil. Nesse ano de 1929, Peçanha alerta para casos de amizade e opiniões políticas positivas do país na Polônia e assuntos de emigração, com boa imagem nacional para que estimulasse a vinda dos poloneses. Muitos intelectuais e professores brasileiros também visitam a Polônia ao longo dos anos 1920 e 1930.

Outro exemplo que demonstrava o quanto o legado era preocupado com a imagem brasileira na Polônia, a fim de garantir a continuidade da emigração polonesa, é observável quando Peçanha questiona reportagens que indicavam dificuldades econômicas no país, bem como literatos que tinham escrito sobre os problemas da colonização polonesa no Brasil (chegou a pedir a recusa do visto para o autor do livro *Zielone Piekło – Inferno Verde* –

---

<sup>69</sup> O Dia, 22 de dezembro de 1929. Szymański migrou em decorrência da Revolução de 1905, se instalando primeiramente nos EUA e depois no Brasil, em 1912, participando da fundação e da área médica da Universidade do Paraná. Retornou para a Polônia em 1919, onde atuou no ensino superior e na política. TRINDADE, SZYMANSKI, op. cit.

<sup>70</sup> Ofício n. 10 Reservado Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha, para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 18 de janeiro de 1930.

<sup>71</sup> Ofício n. 76 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha, para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 09 de agosto de 1929.

<sup>72</sup> WACHOWICZ, s/d b. Diário de Notícias, 30 de novembro de 1934. Destaca membros da Sociedade Polono-Brasileira do Rio de Janeiro, Tadeusz Kosciuszko, seriam Melo Vianna, que assinou o pacto na Conferência de Versalhes, Rodrigo Otávio, Raul Fernandes, Aloisio Castro, Melo de Carvalho, Candido Mendes de Almeida, Fernando de Magalhães, Gustavo Barroso, Cardoso Fontes e Souza de Araújo, da Sociedade Osvaldo Cruz, Rodolfo Josetti, presidente da Sociedade Cultural e Artística, Afrânio Peixoto, coronel Alfredo Severo, baronesa Bonfim e membros do Itamaraty.

<sup>73</sup> Correio do Povo, 04 de novembro de 1934.

<sup>74</sup> MALCZEWSKI, Zdzisław. Editorial, 1998.

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> Ofício n. 46 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha, para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 06 de maio de 1929. Cf.: Malikoski (2019).

Zaniewicki, por suas críticas às condições dos poloneses no país, enviando foto do autor, a fim de evitar sua entrada novamente e a possibilidade de uma outra obra de tom crítico)<sup>77</sup>.

De outro lado, a legação polonesa, através do ministro plenipotenciário no Brasil, Tadeusz Grabowski<sup>78</sup>, também fazia questão de defender seus imigrantes e a Polônia. Em 1929, o ministro atesta “prioridade conferida ao Brasil na colocação dos emigrantes do país” e que sobre esta população “não há, na Europa, melhores elementos para a formação de núcleos coloniais no Brasil” conforme observação direta de sua vida rural<sup>79</sup>, propagandeando seus patrícios num período ainda de liberdade imigratória no Brasil<sup>80</sup>.

Por fim, cabe sobressair que a Polônia e os poloneses eram alvo também da literatura brasileira em vários momentos ao longo dos anos 1920. Em 1927, por exemplo, foi publicado o texto “A Polônia na Literatura Brasileira. Uma anthologia” em Curitiba, escrita pelo “polonófilo curitibano”<sup>81</sup> H. E. Humphreys<sup>82</sup>. Este texto foi base para que o intelectual polonês radicado no Brasil Józef Stańczewski, escrevesse um artigo intitulado *Polska w Brazyliji i Polska i Polacy w Piśmiennictwie Brazylijskim: Propaganda Kultury Polskiej w Brazyliji* (Polônia no Brasil e Polônia e poloneses na Literatura Brasileira: Propaganda da Cultura Polonesa no Brasil), em Cracóvia, em 1928. Ambos os textos destacam obras relacionadas à Polônia e poloneses até o final dos anos 1920 no Brasil.

Para Józef Stańczewski, o grande obstáculo para a propagação da cultura polonesa no Brasil seria a Alemanha. Ela teria ao seu serviço uma grande parte da intelectualidade, como o professor da Politécnica Rio-União, Dr. Backheuser, “um feroz inimigo da Polônia”<sup>83</sup>. Aquele país teria desenvolvido uma enorme ação no Brasil com vasta literatura nesse sentido. Além disso, teriam “para seus propósitos vários escritores brasileiros que - provavelmente não são gratuitos! - [...] dedicam suas penas a assuntos alemães”<sup>84</sup>. Como exemplo maior, menciona o

<sup>77</sup> Ofício n. 49, Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha, para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 05 de agosto de 1930.

<sup>78</sup> Advogado, nomeado embaixador no Rio de Janeiro, desde julho de 1927, e ao longo de 11 anos visitou as colônias polonesas no Brasil. Em 1937 no Rio de Janeiro teria contribuído para a criação de um escritório da *Polska Agencja Telegraficzna* (Agência Telegráfica Polonesa - PAT), a agência teria sido instalada em 1936, conforme Ofício N. 69, 13 de junho de 1938. Tadeusz Skowroński o substituiu na embaixada em 1938 (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 131-132).

<sup>79</sup> Ofício n. 50 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha, para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 10 de maio de 1929.

<sup>80</sup> Peçanha destaca palestra de Grabowski sobre a Emigração polonesa para o Brasil, na Sociedade de Emigração. Teria destacado as impressões sobre as condições dos trabalhadores poloneses nos estados brasileiros. Manifestou, assim, favoravelmente à corrente emigratória para o Brasil. Ofício n. 105 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha, para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 11 de dezembro de 1929.

<sup>81</sup> STANCZEWSKI, Józef. *Polska w Brazyliji: Polska i polacy w piśmiennictwie brazylijskim*, Cracóvia: Frederencis, 1928.

<sup>82</sup> Era filho do cônsul inglês (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 195).

<sup>83</sup> STANCZEWSKI, op. cit., p. 12.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 13.

livro de Assis Chateaubriand, intitulado *A Alemanha*, no qual “acentuadamente atacou a Polônia” ou o “germanófilo” paulista Mario Pinto Serva<sup>85</sup>, que para combater o mesmo sentido, teria anunciado uma série de volumes sob títulos: *Um crime de Versalhes, a Alemanha saqueada* e *A próxima guerra* (“Guerra futura”), entre outros. Sendo assim, os poloneses teriam “fortes inimigos no Brasil, com quem a luta não é fácil. Afinal, somos apenas 150 mil, e os alemães, quase meio milhão” (tradução nossa). As disputas étnicas com os alemães, como movimentos de opressão e de dominação rememorados da Europa, somados ao encontro destes grupos no Brasil, são marcas indeléveis das relações de interação, mas também de relações estabelecidos e *outsiders*, conformadoras dos estigmas negativos (ELIAS, SCOTSON, 2000). Mesmo assim, aludindo à publicação de 1927, Stańczewski destaca que Gustavo Barroso, sob pseudônimo João do Norte, teria escrito o texto *Grunwald*, rememorando à batalha da Polônia medieval contra os cavaleiros teutônicos, como analogia à derrota alemã na guerra e remetendo positivamente em favor da Polônia para o caso conflituoso da Silésia, no final da década anterior e início dos anos 1920.

Nessa coletânea organizada e publicada por Humphreys, são evidenciadas uma série de poesias, relatos, excertos de vários autores brasileiros, divididos em “Depois de 1863”, com referência ao período após a revolta polonesa daquele ano, no Congresso da Polônia, então território pertencente ao Império Russo; “A Ressurreição”; “A arte polonesa”; e “A colônia polonesa no Brasil”. Os textos incluem autores como Machado de Assis, Castro Alves, Ruy Barbosa, Monteiro Lobato, Visconde de Taunay (com a carta para os poloneses em que identifica a “Nova Polônia”) e vários outros, como o próprio Chateaubriand (com passagens positivas sobre a Polônia). Todos os excertos apresentados na obra traziam mensagens elogiosas sobre o país e seus habitantes ou imigrantes. No Prefácio, se destacava a reunião de “todos os pedaços de papel em que estava escrito o grande nome da Polônia”<sup>86</sup>, dos “literatos patricios

---

<sup>85</sup> Segundo Oberacker Jr (1988, p. 606) “O último amigo da cultura alemã em geral que não podemos deixar de mencionar neste relance sobre os amigos da Alemanha espiritual no Brasil foi Mário Pinto Serva (1881—1962), um fanático do direito, que não entendia o alemão e que nunca chegou a visitar a Alemanha, mas que a amava como o país de grandes cientistas, poetas e, de preferência, de eminentes juristas. Pinto Serva publicou numerosos ou, melhor dito, inúmeros artigos em defesa da Alemanha que somente em parte foram posteriormente editados em livros. Deles mencionamos os seguintes, cujos sugestivos títulos falam da gigantesca luta que este varão travou - sobretudo por amor à justiça - a favor da Alemanha: *A Alemanha Calumniada* (Monteiro Lobato & Cia., S. Paulo s.a.), *A Alemanha Saqueada* (2 edição., Monteiro Lobato & Cia., S. Paulo 1921), *A próxima Guerra* (Casa Editora “O Livro”, S. Paulo 1922) e *a Felonía de Versalhes* (S. Paulo 1923). Mário Pinto Serva exigia a abolição do ditado de Versalhes não somente em benefício da Alemanha, mas sim em nome de uma justiça superior, convencido de que uma injustiça como aquele tratado imposto à força deveria desembocar fatalmente numa catástrofe. Hoje sabemos em que medida se realizou essa visão profética de 1921/23 de Mário Pinto Serva”.

<sup>86</sup> FREDECENSIS. *A Polônia na Literatura Brasileira*: uma anthologia. Curitiba: Placido e Silva & Cia Ltda., 1927., p. V.



mais queridos do povo e o polaco porque esses mesmos escritores não são menos queridos da vasta colônia polaca aqui domiciliada”<sup>87</sup>.

O texto era ofertado ao “público polono-brasileiro”. Os excertos remontavam a história polonesa, com o “doloroso crepúsculo com o sangrento ocaso do século XVIII” do país “asilo de todos os perseguidos” e de “todas as usurpações das liberdades”, “heroica e infeliz”, como afirma o texto de Leoncio Correia<sup>88</sup>, relembrando acontecimentos do país ao longo dos séculos, destacando o seu heroísmo, violências sofridas e vitórias. Correia e Humphreys eram colaboradores do líder polonês progressista Szymon Kossobudzki<sup>89</sup>, assim como do médico Vítor Ferreira do Amaral<sup>90</sup>, próximo de Szymański (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 195), personagem que se destaca através de textos elogiosos sobre a Polônia e os poloneses no Brasil ao longo do período analisado, colaborando com a comunidade polonesa e suas lideranças.

Ao observar essa coletânea e os dados trazidos anteriormente, podemos concordar que são múltiplas as obras mencionadas, as quais destacam o olhar positivo na literatura brasileira e entre vários políticos e intelectuais no país sobre a Polônia e os poloneses, tendo sido tal elemento reiterado na diplomacia e periódicos nacionais. Conformando a noção de uma “amizade” entre as duas nações e seus imigrantes no Brasil, sendo movimento reiterado mesmo nos momentos de disputas pontuais. A imagem e o discurso sobre os poloneses nos periódicos e na diplomacia na maior parte do entreguerras, parte, portanto, de representações positivas como bons agricultores, mão de obra necessária e sem prerrogativas de ameaças políticas<sup>91</sup>. Ela se dinamiza, sobretudo, antes de 1933, e nos anos 1920, com apoio à comunidade assentada nas colônias agrícolas, os representantes oficiais e membros de “destaque”, assim como certa elite que intercambia com a elite brasileira, pelo menos, a intelectual, capaz, assim, de cumprir com os ideais de colonialismo interno do Brasil apregoados pelas noções de colonização agrária.

---

<sup>87</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>88</sup> Ibidem, 1927, p. 3.

<sup>89</sup> Kossobudzki (1869 -1934) foi um médico, jornalista e professor. Sendo um importante ativista e liderança entre os poloneses, particularmente do grupo mais progressista. Chegou ao Brasil em 1907, colaborando com a conformação da Universidade do Paraná a partir de 1912 e tendo apoiado a recuperação da independência do país (WACHOWICZ, MALCZEWSKI 2000, p. 192-196).

<sup>90</sup> Médico, fundador da Universidade do Paraná e deputado paranaense. Apoiou o socorro às vítimas da guerra na Polônia na Segunda Guerra Mundial (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 211), esteve em contato com muitos poloneses, como Lachowski, Lukaszewski, Szymanski, os dois últimos participaram da faculdade de medicina da Universidade do Paraná (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 239, 372), ademais de ter viajado à Polônia em 1928, a convite de Szymanski (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 374).

<sup>91</sup> Departamento do Trabalho Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo para o MRE, 18 de setembro de 1931, Frederico V. L. Werneck, diretor daquele departamento teria enviado um “ligeiro estudo histórico” sobre a imigração polonesa para o Brasil, “certo do interesse que merece ao Governo do País o concurso do braço polonês”.



Entretanto, para Smolana (1979), a opinião brasileira sobre a Polônia e o leste Europeu, de maneira geral, sofria “flutuações”, as quais não eram observáveis para o caso dos países da Europa Ocidental, quase sempre bem posicionados no meio intelectual.

Apesar de uma imagem positiva da Polônia no Brasil, seja pelo histórico de apoio à independência da nação europeia; a imigração ocorrida desde a segunda metade do século XIX<sup>92</sup>, de agricultores bem avaliados e o desenvolvimento do sertão sob o ponto de vista agrícola; fosse a contínua imigração, ainda requerida pelos estados brasileiros e sociedades particulares; ou ainda a troca de diplomatas e estabelecimento de relações oficiais a partir de 1919, as críticas para um possível “perigo” ou “imperialismo” por parte da Polônia, são iniciadas nos meios intelectuais brasileiros desde muito cedo, tendo em vista o contexto europeu e o difícil encaixe das fronteiras polonesas do pós-guerra.

### 2.3. O IMPERIALISMO EUROPEU NA AMÉRICA LATINA: OS PERIGOS CONSTITUÍDOS

A “Era dos Impérios”, para qual alude Hobsbawm (2002), foi relativamente curta, tendo seu ápice entre 1875-1914, mas de marcas patentes mesmo após o processo das independências das antigas colônias, sendo vinculada ao “império” atribuído do adjetivo “colonial”. O processo mobilizou as potências europeias, além do Japão e dos Estados Unidos, a fim de garantir a dominação direta ou indireta de mercados e territórios em diferentes partes do mundo. A África, a Oceania e a Ásia foram retalhadas entre os países da Europa ou administradas indiretamente, e as economias como da Argentina e Uruguai, que em boa medida, dependiam da Inglaterra, eram chamados “domínios honorários” ingleses (HOBSBAWM, 2002), quanto ao seu fluxo de capital, bem como o comércio. Isto é, divisão do mundo em colônias formais e informais (HOBSBAWM, 2002). Hobsbawm destaca, no entanto, que embora não causasse impressão, as Américas estavam divididas em repúblicas livres, sob influência norte-americana através da doutrina Monroe.

---

<sup>92</sup> As relações entre ambos os países tinham um histórico de harmonia. Mazurek (2010, 2012) demonstra o apoio do Imperador D. Pedro I ao retorno da Polônia, em visita a Paris, numa comemoração do Levante de Novembro de 1831. D. Pedro II também teria apoiado uma associação patriótica polonesa no exterior. “No período da partilha a atitude em relação a Polônia era positiva ou, antes diria, favorável” (SMOLANA, 1979, p. 79). O Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a Polónia ressurgida, através de uma nota do ministro das relações exteriores Nilo Peçanha, já no dia 17 de agosto de 1918. No dia 16 de abril de 1919 de modo oficial. Em 1907, na II Conferência Internacional da Paz em Haia, Ruy Barbosa, defenderia o retorno independente da Polónia, igualmente (MAZUREK, 2010, 2012). Para Kluza (2011), o Brasil era o mais importante parceiro da Polónia na América Latina, em especial, comercialmente.

O movimento de expansão imperial, em busca de mercados e certa globalização, com a aquisição de territórios delegou distintas apreciações temáticas, as quais envolviam características inseparáveis. Com base em autores como Hobson (1902) e Schumpeter (1910) e os marxistas como Luxemburgo (1913) e Lênin (1916), podemos sopesar que o termo imperialismo, ao ser categorizado, deve ser considerado sob dois aspectos importantes e interconectados, primeiramente o econômico, o que vincula diretamente com o desenvolvimento do capitalismo, interpretado pelo viés da constituição da expansão de capital e pessoas; e, em segundo lugar, o aspecto da cultura, com a noção de superioridade racial branca/europeia, a “missão civilizadora”, ou o termo cunhado por Kipling do “fardo do homem branco”, como justificativas e uma avaliação positiva (inclusive econômica) para o incremento do colonialismo. Portanto, não se pode negar também a importância dos motivos políticos, ideológicos, patrióticos, nacionalistas, raciais os quais se associam à expansão imperialista<sup>93</sup> (HOBBSAWM, 2002, p. 60-61).

Hannah Arendt (2012) permite avaliações vinculadoras entre o imperialismo, nos seus aspecto econômicos e políticos com aqueles envoltos à temática da cultura. A autora interpreta estes elementos desde os finais dos anos 1940 e o início dos anos 1950, ao avaliar o racismo, atrelado tanto ao antissemitismo, mas também a concepção de “nacionalismo tribal”<sup>94</sup> (importante na Polônia ocupada) nos países meridionais e do oriente europeu. Tal imagem é particularmente vinculada posteriormente ao pangermanismo e pan-eslavismo, constituidores como prefácio, através do imperialismo continental, do nazismo e o bolchevismo como regimes totalitários. As necessidades econômicas e o papel da burguesia na sua luta emancipacionista pelo poder político estatal, ocupavam proeminência no uso do imperialismo e as exportações e expansões do capital como política burguesa. A questão racial, no entanto, ocupa papel predominante, especialmente, se vincularmos os eslavos como elementos que se descondicionam como “brancos” (eram considerados eurásianos), isto é, na hierarquia das raças, ocupariam uma posição inferior, por exemplo, ao ariano pensando no nazismo. Inclusive,

<sup>93</sup> Sobre as múltiplas teorias acerca do imperialismo ver MARIUTTI, Eduardo Barros. Interpretações clássicas do imperialismo. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 216, pp. 1-43, fev. 2013.

<sup>94</sup> “O nacionalismo tribal, a força motora do imperialismo continental, tinha pouco em comum com o nacionalismo do Estado-nação ocidental plenamente desenvolvido. O Estado-nação, com a sua reivindicação de representação popular e soberania nacional, tal como havia evoluído desde a Revolução Francesa até o século XIX, resultava da combinação de dois fatores que, ainda separados no século XVIII, permaneceram separados na Rússia e na Áustria-Hungria até 1919: nacionalidade e Estado. As nações adentravam a história e se emancipavam quando os povos adquiriam a consciência de serem entidades culturais e históricas e a de ser o seu território um lar permanente marcado pela história comum, fruto do trabalho dos ancestrais, e cujo futuro dependeria do desenvolvimento de uma civilização comum. Onde quer que surgissem, os Estados-nações cessavam quase que por completo os movimentos migratórios; enquanto na Europa oriental e meridional, onde fracassou a fundação de Estados-nações, isso ocorreu porque faltava ainda o apoio de classes rurais firmemente enraizadas” (ARENDR, 2012, p. 322).

o leste europeu, sendo tomado como espaço a ser colonizado, assim como a África funcionaria para a Europa Ocidental, tendo na liquidação daquela população, já inferiorizada, uma alternativa (ARENDT, 2012). As vinculações de Arendt nas concepções de raça e imperialismo tem sido avaliadas recentemente<sup>95</sup>, sendo capazes de atrelarmos com a perspectiva de uma cultura do imperialismo.

A consciência para a conquista de outras nações provinha para o Estado-Nação da convicção de que estavam impondo uma “lei superior” a um povo bárbaro (mesmo que essas leis fossem restritas nacionalmente), e, assim, gerassem uma contradição entre o corpo político da nação e a conquista como mecanismo político (ARENDT, 2012, p. 194). O sucesso da conquista de outros povos somente poderia permanecer como forma de poder se destruísse as instituições nacionais de seu próprio povo. O controle da nação-mãe era visto pelos imperialistas como uma ameaça à dominação, sendo, portanto, a estrutura do Estado-nação incapaz de construir impérios, o que não deveria ser confundido com o imperialismo (ARENDT, 2012). Para Said (2011) existiam “potentes formações ideológicas” com emergentes noções de que “territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação [...]”, com base em experiências que moldam a “cultura do imperialismo”, como Trindade (2018) alerta para o caso dos intelectuais poloneses do século XIX. Tais noções são conformadoras de “estruturas de sentimento” elaboradoras e consolidadoras do imperialismo no nível ideológico (SAID, 2011, p. 49). Uma diferenciação, no entanto, se faz importante entre os termos “colonialismo” e “imperialismo”. Edward Said pensava o imperialismo envolvendo “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante”, enquanto o colonialismo refere-se à “implantação de assentamentos em território distante”, quase sempre uma consequência do imperialismo (SAID, 2011, p. 42). O fundamental é termos em conta que apesar de fenômenos distintos, em muitas ocasiões se coadunam para conformar a dominação política e econômica e o assentamento de população em um território longínquo, isto é, uma “colônia”.

Nesse sentido, de uma “cultura do imperialismo”, a qual para além dos potenciais elementos econômicos, compõe os elementos sociais, políticos e as imagens raciais mobilizadas, o nacionalismo igualmente contribui para o desenvolvimento de uma perspectiva de glorificação para o país gerador de busca das conquistas além-mar. Soma-se a glória da conquista através de um patriotismo exacerbado atrelado aos ideais de superioridade (HOBSBAWM, 2002), que conformam também o anti-imperialismo. Conforme Li (2014, p.

---

<sup>95</sup> Trabalhos recentes que nos balizam desenvolvem este aspecto (FRANCISCA, 2012, VICENTE, 2012).

671), os nacionalismos e os imperialismos poderiam formar uma antítese, nas lutas de independência, ao mesmo tempo que estariam interrelacionados, pois o primeiro molda o segundo na sua busca por territórios e extensão do domínio político ao redor do planeta.

É significativo repensar a dicotomia de Kohn em *The Idea of Nationalism* (1946) acerca do nacionalismo duplo (cívico e étnico) baseado na presença do terceiro estado e seu nível de desenvolvimento, pensando o nacionalismo ocidental, em que teria nascido das ideias de democracia e liberalismo e o nacionalismo oriental (no que se inclui a Polônia), com um terceiro estado mais tardio, lastreado nos princípios de etnia ou sangue. O primeiro seria mais progressista, racional e democrático, estabelecido em correntes teóricas que alimentaram o racionalismo, já o último seria reacionário, irracional, inspirado pelas idéias do romantismo da filosofia alemã, onde se desenvolve o que Hans Kohn chama de nacionalismo cultural, repudiado pelo autor por estar ligado ao autoritarismo e supressão dos direitos individuais. Este seria representado pela Alemanha, a Itália e os povos eslavos (próximo ao nacionalismo tribal que Arendt alude como uma novidade da Europa central e oriental). Gil (1986) contesta tal posição ao demonstrar que o nacionalismo é agressivo ou opressivo e defensivo dependendo da condição de poder das nações. Para Arendt, do ponto de vista político, a expansão imperialista era limitada, pois “sempre que um Estado-Nação surgia como conquistador, despertava a consciência nacional e o desejo de soberania no povo conquistado, criando com esse ato um obstáculo para a execução de sua tentativa de construir um império” (ARENDT, 2012, p. 194), emergindo um nacionalismo de caráter defensivo. Conforme definição do CPDOC de Sobrinho (2010, p. 9)<sup>96</sup>, existiria “uma distinção clara entre dois nacionalismos, o defensivo e o opressivo. Poder-se-ia dizer o nacionalismo dos fortes e o dos fracos. Mesmo quando se chama imperialismo, o nacionalismo das grandes potências é opressivo”, ao mesmo tempo, “enquanto o das nações fracas nunca poderá deixar de ser defensivo, para não incorrer na imprudência ou na temeridade”.

Com base nestas asserções, concomitante ao desenvolvimento do imperialismo e, justamente, do nacionalismo étnico e político assunto desenvolvido por Hobsbawm (2008), com a expansão tecnológica dos transportes e a expansão capitalista no campo europeu e nas Américas, se desenvolvem os processos migratórios massivos na Europa ao longo do século XIX. Os imigrantes seriam, então, protagonistas das ações de seus países como no caso brasileiro, dado que a mobilidade foi um fato demográfico importante durante a era do nacionalismo na Europa e justamente, a construção dos Estados Nacionais, sobretudo, àquelas

---

<sup>96</sup> <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/nacionalismo>.

que se configuraram tardiamente, como Alemanha, Itália e, posteriormente ainda, Polônia (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 64). Apesar da existência, de fato, de intenções imperialistas diretas por parte destes países com base nos emigrantes no Brasil, há a construção de perigos específicos, vinculados a populações estrangeiras particulares, moldadas no século XIX e desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX. Estas constroem as ameaças imperialistas sob uma perspectiva nacional interna, no âmbito intelectual e na prática da convivência entre os diferentes grupos, sob ponto de vista de configurações de identidade e alteridades particulares.

Nesse amplo contexto, conceituar o imperialismo parece menos fundamental, uma vez que a noção desse termo, aludido com o composto adjetivo pátrio polonês, funciona melhor como metáfora do que como categoria analítica. Ela permite evidenciar os processos de estranhamento e outrificação, as disputas por fidelidades nacionais, mais que um imperialismo real ou imaginário. A emigração dirigida, como política estatal, a qual alude a concepções nos nacionalistas poloneses, sob o ponto de vista do planejamento, bem como dos brasileiros, pela perspectiva defensiva, compõe melhor o tipo de perfil das ações polonesas como prática, embora não necessariamente como narrativa. Especificaremos estas disjunções ao longo deste trabalho, propugnando a existência de uma emigração direcionada como prática política na mesma medida em que era lida como um pragmatismo imperialista, fosse pacífico, emigrantista, informal, indireto ou, até mesmo, polonês.

### 2.3.1. Emigrantes para o Império

Alemães, italianos, japoneses, portugueses e espanhóis<sup>97</sup>, principalmente, assim como também os poloneses e seus descendentes, são populações imigrantes constituídas no Brasil durante o período de imigração, os quais se tornam parcialmente objetos de ação dos seus Estados de origem, especialmente no final do século XIX e início do século XX, como motivadores do melhoramento das condições diplomáticas, geradores de políticas econômicas (comerciais ou de transferência de capitais/demografia), políticas (GONÇALVES, 2011) e, eventualmente, estratégias imperiais militares, denunciadas na diplomacia, literatura, imprensa, burocracia e outras instituições ou estruturas administrativas brasileiras ao longo das primeiras décadas do século. Eram responsáveis também pela emergência de “perigos”, reais ou

---

<sup>97</sup> Sobre a ideia de um “imperialismo possível”, que marca diferentes grupos no Brasil, ver: GONÇALVES, Paulo C. Um Imperialismo Possível Fluxos migratórios e estratégias colonialistas na Europa mediterrânea (1870-1914). **História**. São Paulo, v.30, n.2, pp. 335-358, 2011.

imaginários, raciais e/ou militares, os quais conformaram políticas de restrições imigratórias, nacionalizações/assimilações e mobilização de sentimentos múltiplos de repúdio, medo, ódio, inveja, vingança, etc., os quais apareceram ao longo do tempo no meio brasileiro. Os anos 1930 e 1940, durante a Era Vargas, são os exemplos mais acabados destas situações, mas a aproximação dos países imperialistas com seus imigrantes ocorria desde o século XIX, sendo reiteradas concomitantemente a reafirmação e reconfiguração do nacionalismo brasileiro, e também dos recentes países europeus, conduzindo aos embates intelectuais de configuração nacional.

Gabaccia, Hoerder e Walaszek fazem uma comparação de Itália, Alemanha e Polônia, apesar das suas singularidades, temporalidades e números distintos quanto à emigração, pois “nacionalistas em todos os três casos exigiram que a nação “protegesse” seus membros móveis” (2007, p. 64, tradução nossa). Ao analisar a imigração e os discursos nacionalistas por parte da intelectualidade e políticos daqueles países, refletem a ligação entre a construção nacional na literatura e o vocabulário sobre a emigração. As perspectivas eram de refletir sobre a importância do fenômeno e sua “retenção”, “reprodução” e “proteção cultural”, especialmente para as Américas, isto é, onde ocorriam aquelas emigrações consideradas como “permanentes”, o que diferia da terminologia para a migração intraeuropeia (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 80)<sup>98</sup>. As intervenções, entretanto, não vieram sem embates. Alemães, italianos e poloneses, “raramente responderam com algum entusiasmo aos esquemas coloniais estatais diretos”, ao contrário, geralmente rejeitaram os destinos dirigidos no Brasil ou na África, os quais poderia ocorrer a partir de uma intervenção governamental (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 82), optando por escolhas próprias<sup>99</sup>, como alude para o caso dos portugueses, italianos e espanhóis também Gonçalves (2011).

Um pensado “imperialismo indireto” (MAGALHÃES, 1993) em que a existência de uma população, neste caso, emigrante e de descendentes, por vezes, permitiria a conformação nos planos de alguns intelectuais, teóricos nacionalistas ou na perspectiva de membros dos

<sup>98</sup> Para os autores, há uma mudança de uma visão predominantemente cultural para entendimentos mais raciais sobre a nacionalidade, nas três nações, com ideias de *Polonia* (no sentido de diáspora), *Auslandsdeutsche* e *italiani all'estero* (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 81).

<sup>99</sup> A bibliografia demonstra que todas as ações imperialistas no Brasil das potências estrangeiras com população emigrada, no entanto, foram infrutíferas, incluindo a polonesa. Os imigrantes procuraram estabelecer relações mais próximas com o país de acolhida, buscaram se atrelar à sociedade envolvente (economicamente, politicamente, culturalmente, etc.). O que não impedia a manutenção e reconfiguração de uma identidade étnica, ainda que por termos próprios e, muitas vezes, em atrito com as proposições e influências dos países de origem. As tentativas de tutela foram mal recebidas pelas lideranças étnicas locais e as instituições pré-existentes, gerando conflitos entre velhos e novos imigrantes, emissários estatais e serviços consulares com os emigrados e seus descendentes estabelecidos por décadas no Brasil (SAKURAI, 2000, MAGALHÃES, 1993, BERTONHA, 1998, MASKE, 2014, entre outros).



governos europeus, portanto, do pensamento ou uma justificativa ou mesmo uma perspectiva imaginada de ocupação, conquista e dominação de eventuais regiões dos países independentes sul-americanos (onde existiria uma localização mais ou menos concentrada de expatriados) como possibilidades pragmáticas. De outro lado, estas perspectivas eram potencializadas e imaginadas no país de acolhida, utilizando para isso, da construção da aproximação das potências estrangeiras com os emigrantes como elemento potencial de ação para o país de origem, ou seja, uma “porta de entrada”, “cintos de transmissão”, “trampolim” para objetivos nacionalistas (econômicos, militares, culturais, etc.) e mesmo aproximações com a política brasileira através da diplomacia (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, LISBOA, 2008, MASKE, 2014, NALEWAJKO, 2014, entre outros). Com esse fim, mantiveram investimentos e esforços em que trabalhavam na manutenção entre a população previamente estabelecida, com criação ou recuperação da identidade nacional/étnica, mas também na “direção” e “tutela” da emigração e concentração dos imigrantes em regiões específicas e estratégicas, com presença de intelectuais e profissionais enviados, ademais de, eventualmente, planos de invasão imaginados por movimentos conspiracionistas (muitas vezes de caráter meramente ilusório). A preocupação ou investimento dos países de emigração com as populações no estrangeiro desde muito cedo causava receios na intelectualidade brasileira, com a emergência dos ideais, por exemplo, de “perigo alemão”, ainda no XIX, e do “perigo amarelo”, no século XX.

Gertz (2005) considera a emergência do “perigo alemão”<sup>100</sup> desde o século XIX, tendo relação especial com a questão da França, onde esse sentimento havia sido produzido e difundido. O desenvolvimento ocorre após a emergência do Império Alemão em 1870, dentro da perspectiva da busca pela obtenção de colônias, sendo a América Latina e a população alemã dotadas como possível alvo dessa lógica, somada à imagem dos imigrantes e descendentes

---

<sup>100</sup> Cf.: MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Alemanha, mãe-pátria distante**: a utopia pangermanista no Sul do Brasil. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 1993. GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1991. PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. Coleção Teses e Monografias. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas**: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2007. LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a Imigração no Brasil: Imperialismo, identidade nacional e germanismo. **Revista Espaço Plural**, n. 19, 2008, pp. 95-104. VOGT, Olegário Paulo. O Alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo**, v. 32, n. 53, 2007, pp. 225-258. GERTZ, René. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha. **Revista Espaço Plural**, v. 9, n. 19, 2008, pp. 67-73. LIMA, Solange de. **O “perigo alemão”**: a comunidade teuta e a DOPS em Curitiba. Trabalho de Conclusão de Curso em História- UFPR, Curitiba, 2009. FERNANDES, Leonardo Nunes Pereira. **“Perigo alemão ou germanofobia”?** Os alemães em São Paulo entre 1889 e 1918. Mestrado em História Social – PUCSP, São Paulo, 2011. MASKE, Wilson. **Brasil e Alemanha**: Imigração e Imperialismo. **História: Debates e Tendências**, v. 14, 2014, pp. 182-192. PEREIRA, Márcio José. **Sentimentos, ressentimentos e violência**: a ação da polícia política no Paraná em relação aos indivíduos de origem germânica (1942-1945). Tese de doutorado em História – UFPR, Curitiba, 2017.



como pouco assimilados o que se juntava aos discursos nacionalistas alemães, como demonstra Magalhães para o contexto pangermanista e, depois, nazista (1993). Para Gertz (2005), também emerge, no final do século, devido à grande presença italiana em quantidade numérica, igualmente uma mentalidade entorno de um possível “perigo italiano”. Alguns grupos intelectuais e políticos italianos pretendiam em menor medida certas atitudes colonialistas em relação ao Brasil, mas as ações e “pretensões italianas em relação ao país sempre foram bastante modestas, o que permitiu que a transfusão de população entre os dois países se desse sem que – ao contrário do caso alemão – preocupações de um “perigo italiano” à soberania e à independência brasileira estivessem presentes” (BERTONHA, 1997, p. 107). A Itália se tornava um episódio intermediário e comparável com Polônia, a diferença, é que em todos estes casos (se quisermos somar também Portugal e Espanha), os países tinham colônias de fato, na Ásia e África, além dos possíveis objetivos para com seus emigrantes. Mesmo conflitos com os portugueses são observados por Gertz (2005). Esses sentimentos teriam sido reforçados com a I Guerra Mundial e pela a ampliação concomitante de movimentos nacionalistas brasileiros.

As preocupações assimilacionistas no país se voltaram, por exemplo, com relação também à população japonesa, tingidas pelo “medo nacionalista” de o Brasil ser obrigado a se curvar ao “Novo Japão”, “expansionista e imperialista” (LESSER, 2001, p. 179), gerando ampla campanha antinipônica em diversos âmbitos, desde a intelectualidade, imprensa e o poder público (LESSER, 2001, SAKURAI, 2000, TAKEUCHI, 2008) contra a presença japonesa e sua imigração contínua. No caso japonês, havia a mescla de imperialismo e raça na discussão (LESSER, 2001, p. 168, LENHARO, 1986), quanto ao uso da imigração sob o viés da expansão econômica da potência asiática. Uma “minorias modelo”, dado seus avanços sociais e econômicos, a qual se somava o “perigo amarelo”, em que as colônias seriam, no sentido imaginado pela política brasileira, “postos avançados” para a colonização japonesa (LESSER, 2001).

Os japoneses e os alemães eram os principais alvos de críticas dos “perigos” como adjetivos pátrios ou estereótipos específicos, pois ambos são vistos como imperialistas, expansionistas e mantenedores do isolamento, enquistamento, endogamia, língua e cultura próprias, sendo marcados como inassimiláveis e necessitando de ações particulares ou atenções mais diretas por parte da intelectualidade ou autoridades públicas (GERALDO, 2007), devendo ser levada em conta, igualmente, a efetiva caracterização de potência e mobilização imperialista de suas nações de origem. A diferença estava sob o ponto de vista racial, enquanto os alemães estavam no topo da hierarquia eugênica e do racismo científico, os japoneses tiveram opiniões

ambíguas ou distintas ao longo do tempo, ora racialmente desconsiderados, ora positivamente observáveis (LESSER, 2001, TAKEUCHI, 2008).

Alemães, japoneses e italianos investiram nos vínculos com seus expatriados e os países de origem, estimularam a criação de instituições e o desenvolvimento ou interferência daquelas já pré-existentes no país, enviaram intelectuais, profissionais e técnicos, verificavam a emigração junto ao ideal político de colonização e criaram serviços consulares, vinculações diretas com instituições governamentais (ministérios, associações ou agências), privadas, bem como uma política emigratória específica para seus compatriotas. As bases eram construídas por intelectuais nacionalistas, desde o século XIX ou início do XX e ademais, se coadunaram com vínculos políticos importantes, como o nazismo alemão (com bases do pangermanismo), o fascismo italiano ou o niponismo, muitas vezes potencializados por questões religiosas e elementos culturais específicos.

Com vasta população polonesa no Brasil configurada por décadas, a Polônia também volta seu olhar para o país e sua diáspora criando uma política própria, a diferença dos poloneses com relação aos grupos anteriores era, por exemplo, o atraso, dado que apenas em 1918 iniciam as propostas, a falta de colônias efetivas de domínio político e os menores vínculos governamentais, pois não tinham uma formação como o nazismo ou o fascismo, a despeito do fato de Piłsudski e o seu governo *Sanacja*, para Walaszek (2003) e Wachowicz (2009), fosse um regime importante e propagandeado pelos emissários enviados pelo governo polonês e com o qual buscavam atrelar os imigrantes. Diferentemente ainda de outros imigrantes como os alemães, os poloneses não eram os preferidos racialmente, nem os mais assimiláveis como os italianos, tampouco, apesar dos preconceitos, eram tão desqualificados como os japoneses, ficando, portanto, num meio termo, entre perigo racial e o do “enquistamento” e consequente ameaça militar ou imperialista.

### 2.3.2. O “perigo polonês” e o “imperialismo polonês”: primeiras acepções

Trindade (2018), baseado em McClintock (2010), aponta para a conformação já no século XIX de “tropos” simbólicos e “representações” imperiais entre os membros da intelectualidade polonesa frente o Brasil e os brasileiros. Através dos relatos de viagem, identifica a emergência da noção de “missão civilizadora”, “terra vazia”, “terra virgem” e “racismo científico”, os quais ajudavam a conformar um ideal imperial, baseado numa “cultura do imperialismo” (SAID, 2011), moldada na Europa. Analisa, assim, as ações da Sociedade

Comercial e Geográfica de Lwów (o *Grupo de Lwów*)<sup>101</sup> na Galícia Austríaca (instituição formada por intelectuais nacionalistas poloneses), no final do século XIX e que começou a se preocupar com o tema da emigração, a qual se tornava massiva nos territórios da Polônia partilhada<sup>102</sup>. Ela tomou para si as funções de racionalizar, organizar e promover a emigração polonesa naquele momento, tendo no envio de intelectuais para estudos e reflexões, parte da estrutura de suas projeções, que diferenciavam de um período crítico à imigração anteriormente.

Cichocka (2002), que também observa certo olhar imperial sobre o Brasil por parte dos poloneses (incluindo os colonos), identifica as reflexões nacionalistas de criar a “Nova Polônia” na América do Sul<sup>103</sup>. Os primeiros ideais vinculados aos poloneses se baseiam nessa imagem. Como exemplo direto, o envolvimento da Sociedade Comercial e Geográfica de Lwów com a criação do consulado austro-húngaro em Curitiba, com funcionários de língua polonesa (WEBER, TRINDADE, 2016). Conforme Wachowicz (2001, p. 53-54), outras situações como a formação do *Batalhão Polaco*, organizado por Antônio Bodziak durante a Revolução Federalista (1893-1895); a fundação da Sociedade Imigratória [Emigrantista] Pró-Paraná, sob protagonismo do pe. Józef Anusz<sup>104</sup>, Michał Pankiewicz e Michał Sekuła<sup>105</sup>, com intenções de concentração dos poloneses no Paraná em certas regiões (em especial no sudeste paranaense) e atração de intelectuais para manutenção da *polonidade*. Sekuła, por exemplo, teve amplo trabalho como instrutor educacional nos anos 1920 e 1930, sendo ativo nas aproximações da Polônia com os imigrantes. A criação da colônia *A Fazendinha* por Witold Roguski, outro

---

<sup>101</sup> O grupo de Lwów iniciou uma grande e intensa atividade no Brasil. Vinculados a este grupo estiveram: Stanisław Kłobukowski, Antoni Hempel, Józef Siemiradzki e outros (Antônio Z. Bodziak, Stanisław Zielinski, Józef Okołowicz, Witold Łaźniewski, Wiktor Ungar), muitos dos quais foram patrocinados para vir ao Brasil (MAZUREK, 2016, WEBER, TRINDADE, 2016, TRINDADE, 2018).

<sup>102</sup> Em Lwów também se desenvolveu o *Związek Kolonialny Wydawniczo-Wywozowy* (União Colonial Para Edição e Exportação), acompanhando o jornal *Prawda* (A Verdade) em Curitiba (DVORAK, 2013, p. 76).

<sup>103</sup> Como exemplo, o intelectual do século XIX, Józef Siemiradzki tinha por objetivo que a emigração camponesa fosse alocada de forma centralizada no Paraná (publicando diversos artigos sobre o tema da emigração), (MAZUREK, 2016, p. 138, MALIKOSKI, 2019). O autor, inclusive, nomeia o Paraná como *La Nouvelle Pologne* (A Nova Polônia), em livro de 1899, ao mesmo tempo que considera também Santa Catarina como a Nova Alemanha e São Paulo como a Nova Itália, tendo em vista que o Brasil, dada a fraqueza política, se desintegraria (WALASZEK, 2002, p. 3).

<sup>104</sup> Sacerdote ligado ao desenvolvimento da agricultura dos camponeses na Polônia. No Brasil, atendeu comunidades polonesas e teria influenciado Sekuła a escrever sobre o Paraná no jornal *Dziennik Ludowy* (Diário do Povo), de Chicago, tal fator conduziu à chegada dos médicos Juljusz Szymanski e Józef Czaki ao Paraná, além do próprio Sekuła, João Chorośnicki e outros. Anusz objetivava ampliar a presença de intelectuais poloneses no Paraná (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 15-21).

<sup>105</sup> Figura de destaque, que em 1908 viaja para o Brasil, onde permaneceu, afora os anos de 1919-1926 (MAZUREK, 2016, p. 242). Retorna da Polônia concursado como Instrutor Escolar no Brasil, sendo nomeado pelo consulado como inspetor escolar na região da Lapa e Araucária e depois em Ponta Grossa, Ivai e Castro. Após desentendimento com Jerzy Ostrowski, Inspetor Geral das escolas polonesas no Brasil, do consulado, pede demissão e se torna comerciante. Posteriormente retornou para o consulado e se envolveu na criação do CZP e em 1934 foi delegado do Congresso dos Poloneses no Exterior. Mais tarde, foi enviado para o Rio Grande do Sul. Em 1939 se demitiu novamente e se concentrou no comércio em Guarapuava (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 339-342).

“arauto da ideia de Nova Polônia” (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 319), na região do Contestado, em 1914, no vale do rio do Peixe, próximo a Catanduvas, é outro exemplo do contexto, contando com o recrutamento de “expoentes da colônia polonesa, sobretudo radicados no Paraná”: intelectuais, industriais, professores, escritores, entre outros (WACHOWICZ, 2001, p. 53-54).

O tema da “Nova Polônia” já foi amplamente debatido na bibliografia<sup>106</sup>. As configurações dessa perspectiva do país conformado no ultramar envolveram diferentes políticas de emigração, capitaneadas pela Sociedade Comercial e Geográfica de Lwów, pois a partição austríaca da Polônia dominada era uma região de maior liberdade em relação às contrapartidas russas e alemãs, permitia os primeiros projetos de aproximação, garantindo a presença de intelectuais nos países de acolhida, sobretudo o Brasil, apoio aos colonos, a criação de vínculos culturais intracomunitários e extracomunitários, estabelecimento de sociedades coloniais, ademais de objetivos amplos de consecução de terras em regiões de fronteira, a serem destinadas aos poloneses, fosse, sob ponto de vista colonial/imperial, fosse apenas para colonização agrícola compacta, a fim da manutenção da identidade polonesa. Muitos intelectuais se dedicaram a este fenômeno, como Stanisław Kłobukowski, Antoni Hempel e Józef Siemiradzki (TRINDADE, 2018)<sup>107</sup>, mas também, o inicialmente crítico, Roman Dmowski, futuro líder de um dos lados políticos da Polônia independente (WALASZEK, 2003, MAZUREK, 2016, MALIKOSKI, 2019).

Moldadas desde o século XIX, portanto, estas configurações complexas poderiam ser fatores promotores de alertas, construtores de “perigos”, mesmo de emulação de sentimentos divergentes com relação aos poloneses nas décadas seguintes. Podemos dizer que havia um lastro histórico de interesses territoriais, que funcionaram justamente no bojo do imperialismo europeu, o qual olhava para a América como região de múltiplas possibilidades, de renovação cultural, de domínio, de desenvolvimento econômico. Ainda que provenientes de uma “nação” dominada e com seus habitantes tomados por estereótipos desfavoráveis, o que poderia ser fator gerador de menores atenções negativadas no sentido imperial. A imagem do potencial de criar “colônias” para a Polônia e se aproximar dos emigrantes na América do Sul, no entanto, foi realizada mais fortemente durante o período entre as guerras, quando o país teve apoio de

<sup>106</sup> Se destacam escritos de Wachowicz (1974, 2001), mais antigos, e muitos trabalhos recentes (CICHOCKA, 2002, TAZBIR, 2005, OLIVEIRA, 2009b, FIKTUS, 2012, WEBER, TRINDADE, 2016, MAZUREK, 2016, ZAHRA, 2017, TRINDADE, 2018, MALIKOSKI, 2019).

<sup>107</sup> Outros personagens se envolveram nesta temática, dentre eles Józef Okołowicz, Witold Łaźniewski, Wiktor Ungar, Estanislau Zielinski, entre outros. Conforme Tazbir (2005), a noção de refletir sobre uma “Nova Polônia” perpassou diferentes perspectivas além do Brasil, sendo formulada desde o século XVIII e sobrevivendo após a Segunda Guerra Mundial.

múltiplos elementos formadores de ideais coloniais, como membros do próprio Estado renascido, intelectuais e instituições privadas. Nos anos 1920, a tese do “imperialismo polonês” começa a aparecer no Brasil, tendo relação com a história conflituosa desse período inicial de independência polonesa e a defesa de interesses alemães por parte de diferentes intelectuais brasileiros.

A noção de “imperialismo” e “perigo”, portanto, com relação a presença de poloneses são relativamente antigas, já no próprio continente europeu. Na Prússia, e depois Alemanha, o *Kulturkampf* (luta pela cultura) e os processos de *germanização*, a partir de 1871, atingiram especialmente os poloneses, vistos, a partir de então, como um “problema” (LUCASSEN, 2005) ou “questão” (HEIN, 2010). Havia a criação de uma propaganda, que propugnava um dito “perigo polonês que ameaçava o Estado alemão”<sup>108</sup> (MAZUREK, 2016, p. 267), sobretudo diante da advertência de um possível retorno do Estado polonês, sendo necessário exterminar àquela “nacionalidade”. As políticas antipolonesas (LUCASSEN, 2005) se deram no leste, região onde havia vasta população em razão da partilha do final do século XVIII. As políticas de germanização pensavam possibilidades de evitar revoltas nacionalistas polonesas e ocupar a região com agricultores alemães, lastreadas em ideais imperialistas e “civilizadores”<sup>109</sup>. Já no oeste do Império Alemão, em razão das migrações internas do país de polonesas das outras partilhas para várias regiões economicamente importantes (sobretudo nas colheitas, indústria e para a mineração), conduzem a políticas repressivas voltadas à população polonesa (MAZUREK, 2016, LUCASSEN, 2005) e a emergência de preconceitos.

A construção desta imagem “alemã” sobre os poloneses, como “ameaça” (LUCASSEN, 2005) aparece com relação aos perigos da “polonização” do vale do Ruhr, justamente devido àquela migração interna no Império, de leste para oeste. A partir daí, ocorre a emergência de movimentos nacionalistas poloneses baseados em intelectuais e padres, bem como um associativismo regional-religioso (com uso da língua polonesa e sentimento nacional – através da criação de periódicos)<sup>110</sup>, eventos os quais são reiteradas em vários estudos (KULCZYK, 1986, LUCASSEN, 2005, HEIN, 2010). Nesse contexto, a noção de “perigo polonês” era

<sup>108</sup> Ribeiro (2012, p. 90) comenta do uso, em 1886, da expulsão em massa de poloneses da Prússia.

<sup>109</sup> *Kulturkampf* significava também uma missão cultural de civilizar o leste do Império Alemão, a Europa Oriental. Os povos eslavos eram, desde o século XIX, considerados atrasados e como possibilidades de um espaço imperial. Tais fatores elencavam uma série de estereótipos negativos sobre aquela população e poderiam ressurgir no Brasil, replicando os jogos de identidades intraeuropeus, particularmente para o caso dos poloneses, enquadrados pelos alemães naquela perspectiva. Sobre o espaço colonial do leste, ver Cf.: KOPP, Kristin. **Germany's Wild East: Constructing Poland as Colonial Space**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012.

<sup>110</sup> Como o movimento *Sokół* (Falcão), que vai se replicar no Brasil aproximadamente no mesmo período, mas também a *Zjednoczenie Zawodowe Polskie* (União Profissional Polonesa), que ficou conhecida como ZZP (LUCASSEN, 2005).

disseminada pelos oficiais e membros do governo prussiano, depois alemão, se mantendo esta visão até o início da Primeira Guerra Mundial (KULCZYK, 1986). A construção daquele discurso era também permeada pela caracterização de forte preconceito com a população polonesa, em razão do consumo de álcool, violência, acidentes nas minas, falta de higiene e doenças, entre outras características com as quais se marcava a sua presença na região (KULCZYK, 1986). No entanto, assim como vai se replicar no Brasil, ocorre um superdimensionamento das reais ameaças polonesas em diferentes âmbitos<sup>111</sup>.

Ao contrário do ideal imaginado, era mais comum que os migrantes poloneses se assimilassem à população germânica, numericamente, culturalmente, socialmente e economicamente dominante, do que ocorresse a efetiva *polonização* de porções do Império (KULCZYK, 1986, p. 603). O “perigo polonês” ou “questão polonesa” são criados, portanto, já durante o Império Alemão, no final do século XIX, como oposição ao crescente nacionalismo polonês e reforçado por políticas antipolonesas regionais (KAUFFMANN, 2015), mas ainda assim, como demonstra Kulczyk (1986), havia uma sobrevalorização do potencial polonês e sua ameaça. Essa tese era lastreada por um embate do processo constituído com base na *germanidade*, isto é, na identidade nacional alemã, em oposição à *polonidade*, como identidade polonesa protonacional, se tomarmos a expressão de Hobsbawm (2008). Um processo similar de conflito de identidades e lutas, principalmente simbólicas ou de representação, como aquele no Império Alemão, é o que identificamos no Brasil, como parte das configurações de pressupostos negativos sobre a população polonesa.

Bueno demonstra que o número de poloneses no Paraná construía “preocupações nacionalistas” desde o início do século, com exemplo dos jornais *Diário da Tarde* no artigo “Imigração polaca para o Paraná, existe o perigo polaco”, de 1911, no qual, se questiona: “Existe um perigo polaco?” referindo-se às colônias de poloneses “isoladas”, se perguntando se “não há perigo em se aglomerar assim num determinado ponto do território colonização de nacionais de um só país?” (1999, p. 153). Em 1921, contrapondo a imagem geral, o jornal *A República*, do Paraná, anunciava pequena nota provinda de Washington, em que, o “ministro do exterior Sr. Hughes recebeu uma comunicação do representante lituano nos Estados Unidos,

---

<sup>111</sup> “[...] As políticas prussianas em relação aos poloneses do Ruhr não diferiam daquelas em relação aos poloneses no leste. Autoridades prussianas no Ruhr não conseguiram tirar vantagem das circunstâncias mais favoráveis que enfrentaram do que seus colegas do leste. Ao exagerar o suposto perigo da Polonização do Ocidente e colocá-lo em pé de igualdade com a Polonização do Oriente, eles atribuíram aos poloneses do Ruhr mais poder do que jamais tiveram. Ao contrário dos poloneses do leste da Prússia, os poloneses do Ruhr não representavam a ameaça de secessão no caso da ressurreição de uma Polônia independente. Além disso, enquanto permaneceram uma minoria na região do Ruhr, especialmente uma minoria predominantemente da classe trabalhadora, eles não colocaram em perigo o caráter alemão da população local (KULCZYK, 1986, p. 603, tradução nossa)”.



declarando que o **imperialismo agressivo** da Polônia está ameaçando causar uma guerra entre Lituânia e a Polônia”<sup>112</sup> (grifos nossos). Em referência à ocupação polonesa da cidade de Vilnius, onde nascera, inclusive, Piłsudski.

Nos anos 1920, somava-se o alarde do Inspetor Geral César Prieto Martinez quanto ao fato de os poloneses não saberem falar português e o problema de suas escolas no Paraná (WACHOWICZ, 2002, p. 41)<sup>113</sup>, discutidos eventualmente na imprensa e documentos oficiais. Ademais da emergência, em parte, anti-estrangeira das ambivalências da Primeira Guerra Mundial, tiveram como resultado as primeiras ações nacionalizadoras em 1917 e 1922, no âmbito do ensino, no Paraná (WACHOWICZ, 2002, OLIVEIRA, 2009, BONÇOEN, 2016, VIECHNIESKI, 2017, MALIKOSKI, 2019)<sup>114</sup>.

O termo “imperialismo polonês”, já em 1919, era mencionado na Europa fruto da propaganda reativa russa diante da invasão polonesa à Ucrânia, que iniciou a guerra polono-bolchevique (STYRNA, 2013). Também na Alemanha, o termo fora utilizado para designar a permanência da Silésia sob domínio polonês após o Tratado de Versalhes (STYRNA, 2013). Este discurso era formulado justamente pelos dois países que não aceitaram as fronteiras polonesas no pós-guerra, Alemanha e Rússia (depois URSS), e com os quais as relações internacionais polonesas tinham maior preocupação, uma vez que eram vizinhos que por séculos tiveram objetivos predatórios sobre as terras polonesas, objetivos estes latentes que eram com frequência avaliados pelos observadores brasileiros, tanto na diplomacia, como entre a intelectualidade. Em abril de 1920, os poloneses atacaram<sup>115</sup> os bolcheviques na Ucrânia, desencadeando a guerra com a Rússia, conflito mobilizador, portanto, de avaliações internacionais (STYRNA, 2013, p. 4). Segundo Styrna,

Os comunistas imediatamente retrataram o impulso polono-ucraniano para Kiev como agressão imperialista pelos senhores poloneses, supostamente decididos a recuperar suas propriedades. Alguns historiadores ocidentais também descreveram a Ofensiva de Kiev como um tiro de abertura na Guerra Polono-Bolchevique, apesar do fato de que os poloneses e os soviéticos estavam lutando pelo controle das terras entre o Bug e os rios Berezyna por mais de um ano (STYRNA, 2013, p. 3, tradução nossa).

<sup>112</sup> A República, 08 de junho 1921. APV.

<sup>113</sup> Sobre a temática, ver também Bonçoen (2016) e Malikoski (2019).

<sup>114</sup> Analisado por alguns autores recentemente (BONÇOEN, 2016, TRINDADE, MALIKOSKI, 2018, MALIKOSKI, 2019). No documento “Missão Polaca” de Chmielewski, destaca-se esse período, deixando claro o fato de o Rio Grande do Sul ser mais liberal na aplicação dos processos nacionalizadores naquele período (TRINDADE, MALIKOSKI, 2018).

<sup>115</sup> Para Halecki (1952), a agressão polonesa de 1920 foi uma guerra defensiva contra o histórico avanço dominador russo. Naquela altura, surgia um “novo imperialismo” representado pelo avanço do Exército Vermelho. As aspirações russas eram retomadas desde o século XVII, de forma que resistir contra o comunismo seria forma de resistir ao conquistador histórico, ou seja, garantir a manutenção da própria independência.

A partir do desenvolvimento do conflito, ao analisar a imprensa dos EUA, Bélgica, URSS e Polônia, Styrna (2013) identificou que a criação da imagem do avanço polonês por parte dos adversários russos, seria representada na ação dos magnatas (grandes latifundiários) poloneses somada à uma atividade de caráter imperialista, que se aproveitaria da fraqueza da recente Rússia pós-revolução, embora o olhar simpático à Polônia fosse predominante entre os impressos. Ao mesmo tempo, naquele contexto, poucas ações práticas foram tomadas em sua ajuda (STYRNA, 2013).

No bojo destas disputas, o escritor paraibano Assis Chateaubriand, em 1920, publicou o mencionado livro *Alemanha (dias idos e vividos)*. Era fruto de uma série de entrevistas e ensaios do jornalista, ainda jovem, recém-formado professor da Faculdade de Direito do Recife, girando pela Europa a serviço do jornal *Correio da Manhã* (MENEZES, 1987, p. 88). Chateaubriand é considerado um autor “germanófilo”, defensor, portanto, da Alemanha e da sua cultura, em oposição sobretudo à França<sup>116</sup>. Além disso, era um apoiador da imigração japonesa (LESSER, 2001, p. 214), por exemplo, como destacou no *Correio do Paraná*, em 1934, com seu forte “pensamento racial”, ao refletir “O problema da desigualdade das raças”<sup>117</sup>.

A obra sobre a Alemanha destaca os primeiros problemas das fronteiras polonesas do entreguerras. Em especial, sobressaía as disputas na Alta Silésia, uma região rica em hulha, fundamental para o desenvolvimento industrial, bem como ocupada por uma população em parte alemã, em parte polonesa, mas que etnicamente também contava com identidades regionais fortes<sup>118</sup>. A Alta Silésia teria ficado, por pressões francesas, sob domínio da Polônia, ao fim da então Grande Guerra, e seria um dos mobilizadores de disputas diplomáticas entre os países europeus ao longo do período, bem como, fomentador de amplos ressentimentos centro-europeus, base para o conflito seguinte.

Em 1920, a região estava dividida entre forças pró-alemãs e pró-polonesas, com predomínio da influência dos primeiros (STYRNA, 2013), uma vez que o primeiro-ministro

---

<sup>116</sup> Para Godoy (2007) “O paraibano Assis Chateaubriand, a quem Fernando Moraes deu o epíteto de Rei do Brasil, viveu relação de amor de ódio com Getúlio Vargas; fora um dos primeiros a apoiar o golpe de 1930, alcançou dramaticamente as forças rebeldes no Rio Grande do Sul. Chateaubriand passava por germanófilo (até onde lhe interessou). Chateaubriand conhecia o idioma alemão, fizera viagem glamorosa à Alemanha do IIIº Reich, registrando a excursão em curioso livro de divulgação”.

<sup>117</sup> *Correio do Paraná*, 01 de junho de 1934. Peres (1997) identifica Chateaubriand como uma exceção da Revista do CIC acerca das visões sobre os imigrantes, sendo menos negativo, defendendo, inclusive, a livre imigração. Embora fosse simpático aos governos fascistas, numa relação contraditória com Vargas e acusado de antissemitismo, dado baliza para publicações anti-imigrantes em seus veículos de informação.

<sup>118</sup> Wilson na Conferência de Paz propugnava junto a outros membros que a região deveria ser concedida à Polônia, enquanto George a delegava aos alemães, determinando o plebiscito. Este ocorrido em 1921, acompanhado das revoltas que determinaram a concessão para a Polônia em 1922, embora tivesse sido vencido pelos alemães (CIENCIALA, 2011, p. 122).

britânico, David Lloyd George, apoiava a Alemanha. A despeito da proposição de um plebiscito, a fim de solucionar os conflitos, três revoltas foram provocadas: a primeira em agosto de 1919, a segunda em agosto de 1920 e a terceira em maio-julho de 1921 (STYRNA, 2013, p. 20).

Para Chateaubriand, nesse contexto, no oriente europeu, teria sido a França, que teria perdido a medida e, em razão do abandono da Rússia da guerra, que “fez ressurgir a Polônia, com um **espírito agressivo e imperialista intolerável**” (grifos nossos), a fim de manter o “Reich entre dois fogos”<sup>119</sup>. A criação de um “imperialismo polonês”, diante da situação na Alta Silésia partia também da comunidade germânica local, em grande medida, vinculada com a Alemanha pós-guerra, com publicações em jornais da região (POLAK-SPRINGER, 2015). Partidos regionais e da Polônia também criticaram essa noção imperialista (WANDYCZ, 1962), assim como a imprensa dos EUA, preocupada com a questão ucraniana no leste (WANDYCZ, 2009) e da Inglaterra através de Lloyd George (WANDYCZ, 1962). A não aceitação da perda dos territórios ao leste para a Polônia, no pós-guerra (incluindo, além da Alta Silésia, a Posnânia), ademais da separação do “corredor polonês” da cidade de Danzig (tornada livre), geraram reações por parte da Alemanha ao longo de todo o entreguerras, e foi um dos fatores que culminariam com a invasão da Polônia em 1939 (WANDYCZ, 1962, CIENCIALA, 2011).

Chateaubriand tece críticas, principalmente, ao Tratado de Versalhes, “um verdadeiro tratado de guerra”, que teria feito Georges Clémenceau, primeiro-ministro francês na Conferência, fruto do verdadeiro vencedor da guerra, o “imperialismo econômico”<sup>120</sup>. Vincula este tema à utilização do nacionalismo e da divisão dos despojos alemães, o que teria sido influenciado por Lloyd George e a Grã-Bretanha. “O Sr. Lloyd George se limitará a defender o princípio das nacionalidades, contra a Tchecoslováquia, que devora três milhões de teutos, e contra a Polônia, a quem a França procura entregar outros dois milhões”, criticando nesse cenário, também o presidente dos EUA, mas ambos, Wilson e Lloyd, por terem sido mais espectadores das ambições de Clémenceau<sup>121</sup>.

Para Hehn (2002), a Polônia podia ser pensada como um “satélite” francês, dada as amplas relações entre os dois países. Os seus vínculos, durante e após a I Guerra Mundial, foram muito próximos, quicá fundamentais para a independência polonesa, particularmente opondo a Alemanha e sua eventual ameaça. A aliança estabelecida por Piłsudski em 1921 (o denominado

<sup>119</sup> CHATEAUBRIAND, Assis. **Alemanha (dias idos e vividos)**. Rio de Janeiro: Tipographia do Anuário do Brasil, 1921, p. 17.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 24.

acordo franco-polonês<sup>122</sup>) foi um dos cânones da diplomacia daquele país (depois da busca do equilíbrio com a Alemanha e URSS) para o historiador polonês Wandycz (1962). Segundo Hehn, “A Polônia e suas relações com a França podem ser consideradas em dois níveis: o primeiro como uma pequena potência capturada nas marés e disputas pelo domínio entre a Alemanha, a União Soviética e as potências ocidentais” e a “Existência material da Polônia após a Primeira Guerra Mundial, suas circunstâncias econômicas e viabilidade como estado e sua determinação em estender o complexo industrial da Alta Silésia, o Corredor e o acesso ao mar através de Danzig, conferido pelo Tratado de Versalhes” (2002, p. 63, tradução nossa). Apesar de tensões eventuais ao longo do entreguerras, a aliança com a França (desde antes da independência), era um suporte para manter a economia e existência polonesa

Na sequência do seu texto, Chateaubriand escreve um capítulo dedicado apenas sobre a região da Alta Silésia. Para o autor, a figura de Lloyd George é marcada como sendo o aspecto de uma problemática política interna inglesa assomada às propostas francesas, embalados por um “nacionalismo econômico”, propondo o esvaziamento das matérias-primas da Alemanha<sup>123</sup>. Isto é, o impedimento do desenvolvimento de um novo Império Alemão. Um ideal que teria sido promovido por mais de “três décadas”, mas colocado em prática pela aliança anglo-francesa ao fim da guerra<sup>124</sup>. Segundo Chateaubriand, a “Polônia pode viver sem a Alta Silésia”, enquanto a Alemanha não, sendo o imperialismo inglês o peso na decisão do pertencimento daquela região, a fim de não permitir o protagonismo alemão no continente. Ainda assim, considerava o “nacionalismo agressivo” francês como predominante na despossessão dos alemães sobre territórios na Europa Central<sup>125</sup>. De forma geral, para Chateaubriand, os ingleses queriam apenas enfraquecer a Alemanha, enquanto os franceses, destruí-la. Desta forma, a pressão maior pela entrega da região partiria da França, que do Reino Unido. Já a luta na Silésia, entre Alemanha e Polônia, seria pela posse das minas de hulha. Acreditava que a região

deverá sentir-se mais unida à Alemanha que à Polônia. O sistema econômico, a organização política, o alto nível da vida social e moral, os métodos liberais da legislação operária alemã, todos esses fatores contribuíram para que os silesianos decidissem o seu destino, votando pelo Reich. No conglomerado de germanos,

<sup>122</sup> Aliança franco-polonesa e convenção militar assinada em Paris, 19 de fevereiro de 1921 (CIENCIALA, 2011).

<sup>123</sup> Para o autor, “de uma comunidade de 60 milhões de habitantes à qual o tratado de Versalhes já arrebatou três quartos do mineral de ferro, indispensável a sua indústria metalúrgica; reduziu um terço da produção de combustível; privou de reservas consideráveis de potássio de zinco, um quarto dos cereais e batatas; tomou as colônias do ultramar, os vapores de navegação transoceânica, grande parte do material ferroviário; obriga durante anos a construir navios para os aliados; confisca a propriedade privada, nas províncias anexadas e nas colônias; coloca o comércio externo sob o controle da “Entente”, e ainda exige uma indenização de guerra monstruosa [...]”. CHATEAUBRIAND, op. cit., 1922, p. 110.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 112.

polacos e tchecos, prevaleceu a raça intelectualmente mais apta, a fim de vencer, na luta pela existência. É um imperativo sociológico que se cumpriu<sup>126</sup>.

O autor tinha por base uma série de estereótipos negativos de inferioridade em relação a Polônia, considerando que não teria condições de manter o padrão de vida silesiano obtido durante a sua presença junto aos alemães, que teria desenvolvido a região em diferentes aspectos. Nas palavras do jornalista, a “diferença intelectual e moral entre os mesmos polacos que habitam a Alta Silésia e os naturais das outras províncias da jovem República, é tão marcada, que basta tomar a estatística um ou dois coeficientes, para sentir o elevado *standard of life* daqueles e o baixo padrão destes”<sup>127</sup>. Chateaubriand não para nesse ponto, evidenciando os estigmas e estereótipos que marcavam a Polônia e os poloneses, seja inspirados por seu vínculo com a Alemanha ou mesmo pelas construções internas dentro do Brasil, incluía sua “cultura”, com o exemplo da literatura, em que adianta o ponto de vista de uma crítica sob o ponto de vista moral, já que para ele: “quem ler as páginas da melancólica tristeza do ilustre campeão da liberdade nacional, Sienkiewicz, não terá dúvida em reconhecer a inferioridade dos índices morais da raça polaca”<sup>128</sup>.

Nesse contexto, para ele “a Polônia, desde os prodromos do seu advento como Estado, com intervenção nos negócios da Europa Central e Oriental, vem sendo perseguida pela mais atroz incapacidade, a fim de exercer o governo dos seus próprios destinos”, mais que isso, o “mais exaltado admirador do heroísmo, da resistência cívica, do espírito de sacrifício, que a Polônia tem dado prova, no curso de sua história, não pode dissimular a inferioridade dos padrões jurídicos, técnicos e morais da nação polaca, em cotejo com a Alemanha”<sup>129</sup>. Apesar de considerar a resistência polonesa diante da dominação, de maneira mais positiva, a sua inferioridade é exposta na comparação com o potencial alemão e é denominador para deslegitima-la da posse territorial, de forma que, do contrário, suas iniciativas se tornavam caráter de ambição e imperialismo, numa contradição inerente entre inferioridade e agressividade imperial.

Chateaubriand exprime que na questão do plebiscito, agentes munidos com instruções do quartel general da “Grande Polônia”, teriam tentado criar um ambiente de “terror branco”<sup>130</sup>, em referência aos levantes poloneses de Korfanty<sup>131</sup>. Diferenciando as conquistas territoriais de

---

<sup>126</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>131</sup> Líder dos levantes da Silésia entre 1919 e 1921, dos poloneses.

Versalhes, como a Posnânia, que não teriam sido violentas. Nesse sentido, o que seria definitivo para o autor, ainda que os agentes poloneses tenham usado de diferentes argumentos, quanto à derrota militar alemã e a ligação secular da região com a Polônia, preponderou a vinculação com a Alemanha no plebiscito.

Na sua crítica à anexação da Alta Silésia pelos poloneses, o autor questiona “Que é a Polônia hoje, depois de restaurada no mapa da Europa?”, parafraseando um jornalista estadunidense, que respondeu: uma “completa insuficiência [...], total incapacidade para self-government, egoísmo e intriga, ausência de sentimento nacional, exceto em limitados círculos, mas culminando tudo isso, o estado medieval da mentalidade da maioria dominante”<sup>132</sup>. A organização polonesa não seria desenvolvida: a “distinção de classes entre o senhor e as camadas proletárias é tão severamente traçada como há um século atrás. A muitos nobres polacos, o camponês se lhes afigura sua propriedade particular, e por eles limitada a todos os respeitos”, sendo muito marcada a diferença do nível intelectual e moral da Alta Silésia, com a quase “medieval e desorganizada” Polônia, não sendo, para o autor, a anexação à Varsóvia, aconselhada<sup>133</sup>.

Chateaubriand indicava que os “estudiosos imparciais dos problemas do oriente europeu alimentam dúvidas muito sérias quanto à sobrevivência política do Estado polaco”, pois “Fisicamente, a Polônia se acha na maior miséria, e o que estamos assistindo na Rússia – a irrupção do cólera e da fome – não é mais do que uma sinistra advertência dos dias trágicos que se vão abrir, para aquele trecho da Europa Oriental”<sup>134</sup>. E num momento de quase “premonição” das situações futuras, Chateaubriand afirma que espremido entre Alemanha e Rússia, “que o odeiam”, o “destino do Estado polaco será esmagamento, entre esses dois tenazes, que só esperam a hora de se por de acordo, para a vingança das humilhações recebidas, nestes dois anos de governo independente da Polônia” e essa ameaça caberia grande responsabilidade aos “dirigentes de Paris”, da nação, “cujo único epílogo, verdadeiramente romântico desta guerra”, foi o “martírio”<sup>135</sup>. Assim, os problemas territoriais que balizam o entreguerras, para além de conjurar possíveis dramas futuros, constituíam o perfil polonês na ótica do germanófilo.

A Polônia teria comprado o papel de ser “sentinela” da França no Oder e no Vístula<sup>136</sup>, assim como havia no Reno, o que, “sem experiência política” estaria a nação polonesa “comprando um amanhecer trágico”. Segundo dados do autor, a “Polônia é considerada, pela

<sup>132</sup> CHATEAUBRIAND, op. cit., p. 119.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>134</sup> Ibidem.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>136</sup> Rios poloneses.



imprensa liberal britânica, **o mais agressivo poder militar da Europa**, e, por isso, ela sugere o seu desarmamento” (grifos nossos). O objetivo francês, portanto, seria espremer a Alemanha entre a Polônia e a França, com um poderio capaz de resistir a possível agressão da vizinha à oeste<sup>137</sup>.

Em resumo, para Chateaubriand, uma “política sábia e moderada, com os seus vizinhos, lhe teria permitido viver a existência tranquila, preocupada com a solução das dificuldades internas, que a assoberbam [...]”. Uma “orientação reacionária da política oficial francesa lançou-a na **aventura imperialista**, para a qual faltam a Varsóvia as qualidades e os elementos de que dispõe, hoje, a França, e com que, antes de 1918, contava a Alemanha” (grifos nossos)<sup>138</sup>. Para o autor, as “amputações feitas à Prússia e à Rússia, a fim de constituí-la, eram ainda assaz dolorosas para que uma terapêutica benigna não se impusesse aos dois feridos. À maneira tolerante com os antigos com os antigos dominadores, a Polônia preferiu a maneira forte e brutal”<sup>139</sup>. Sendo assim o

futuro vai responder se ela resistirá, com a aliança francesa, à pressão russo-germânica. Se os polacos agissem mais pelo sentimento do que pelo raciocínio, em vez de desempenhar, no oriente, o papel de sentinelas da França contra a Alemanha, eles procurariam Berlim o apoio necessário para o aproveitamento das riquezas latentes do seu solo e do seu subsolo. Varsóvia amanhã poderá encontrar-se boicotada pelo ódio pan-eslavista e a inimizade alemã, com a sua independência posta em cheque mais uma vez, em face da *entente* dos Estados que já partilharam, em tempos que não vão longe, o seu território<sup>140</sup>.

Ao observar com atenção os dois momentos particulares do início dos anos 1920, a guerra com a Rússia e a questão da Silésia, podemos constatar ambivalências, de um lado, a luta contra o comunismo e pela liberdade enaltecidas, de outro, o ideal imperialista nascente. Os fortes vínculos da Polônia com a França atrelavam o imperialismo e colonialismo francês ao possível imperialismo polonês representado, analogia que servirá como forma de criticar as ações polonesas na década de 1930, especialmente, tendo uma aproximação da ocupação francesa no Oriente Médio, motivadora de querelas identitárias no seio da intelectualidade dos periódicos curitibanos, sobretudo, a questão síria. Na visão de Chateaubriand, a partilha territorial e a anarquia interna seriam reveladores, passando a explicar a história polonesa, a fim de deslegitimá-la<sup>141</sup>. Apesar de a Polônia ser “incontestavelmente uma nação mártir, digna de

<sup>137</sup> CHATEAUBRIAND, op. cit., p. 120.

<sup>138</sup> Ibidem.

<sup>139</sup> Ibidem.

<sup>140</sup> Ibidem.

<sup>141</sup> Para Chateaubriand: “A Polônia era uma República à maneira do Império fundado por Augusto. À frente das instituições republicanas havia um rei eletivo. Mas o arcabouço constitucional se tornara uma estrutura demasiado

simpatia, pelos seus sofrimentos”<sup>142</sup>, era considerada como impondo sua vontade sobre a população silesiana.

O autor tenta demonstrar que a Silésia era germânica, miscigenada, e os poloneses forçavam justificativas para legitimar suas demandas. Para o autor, o “*uti possidetis*” se configuraria suficiente após 600 anos de domínio germânico, tal como apregoavam os britânicos, mas os planos de desintegração franceses da Alemanha não levavam em consideração esses argumentos e estaria, com “medidas brutais”, colaborando para reacender, acima de tudo, o nacionalismo alemão. Nesse sentido, as bases para próximo conflito estavam lançadas pelo autor dentro do contexto de um imaginado “imperialismo polonês” através de suas novas possessões fronteiriças e problemas continentais. A “germanofilia” de Chateaubriand compunha uma “francofobia”, a qual desembocou em uma contrapartida de “polonofobia”, se assim podemos afirmar, em que um país marcado pela dominação estrangeira passava a ser motivo de críticas de ações num sentido das nações imperialistas.

O polonês somaria como perigoso, nos aspectos do imperialismo/militar e de enquistamento ou perigo étnico ou racial, às imagens de inferioridade. Desta forma que a nacionalização, o assimilacionismo, presente na intelectualidade desde o século XIX e no papel estatal a partir do XX, e a questão racial, por igual período animada, complementam a constituição de uma população como perigosa sob este sentido ambíguo e duplo, atribuído também a judeus e japoneses, junto ao nacionalismo em processo de exacerbação. O que não pode ser descontextualizado dos desejos imperiais dos países com imigrantes no Brasil.

---

débil, porque os grãos senhores da nobreza só tinham uma preocupação absorvente, que era o enfraquecimento do poder central. O poder executivo era um farrapo, nas mãos dessa aristocracia ciosa das suas franquias locais e disposta a fazê-las passar adiante de todo o interesse nacional. Até a última partilha da Polônia, em 1795, debalde o estudioso dos acontecimentos que conduziram o país à catástrofe, procurará a consciência de uma pátria, a ideia de uma nacionalidade. Os vínculos de coesão e a unidade nacional não existem. O individualismo político é o veneno sutil e corrosivo do esplêndido organismo dessa raça conquistadora, que nunca soube transfundir o seu sangue no dos povos vencidos, por ela dominadas à espada. A Polônia até a data dos seus sucessivos desmembramentos é a única nação que se presumindo disciplinada por um regime democrático, não faz contudo respeitar o princípio da vontade da maioria. Na Dieta Nacional basta a voz de um deputado para levá-la à dissolução. Sigismundo III tentou restabelecer a ordem nesse caos, criando um verdadeiro parlamentarismo, e a sua boa vontade teve como efeito desafiar a guerra civil. Esta vivia sempre em estado latente, no ânimo dos magnatas feudais, que, ainda com o país em luta com o inimigo estrangeiro, pegavam das armas contra a coroa. Com os poderes executivo e legislativo destituídos de autoridade, a ordem interna em permanente comoção, estraçalhada por ambições individuais, a Polônia foi presa fácil da cobiça estrangeira, que a espreitava”. CHATEAUBRIAND, op. cit., 1922, p. 121.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 126.

## 2.4. “O IMPERIALISMO POLONÊS”? : DEFINIÇÕES INICIAIS

Com base nas informações até aqui descritas, pretendemos fazer uma caracterização do que seria e quais os elementos definidores do que denominamos “imperialismo polonês”. Primeiro, é importante ter em conta que está afirmado com base numa “política emigratória” e uma “política colonial” do estado ressurgido no período entreguerras. Os dados retirados da bibliografia permitem evidenciar a existência de planos efetivos associados a imagens ilusórias, os quais, em várias medidas, permitem corroborar as formas como os poloneses foram identificados nos anos 1930 pela imprensa e pela diplomacia brasileira, criando perspectivas internas ao país sobre as ações da Polônia.

As colunas de sustentação desse processo, a partir da recuperação da independência polonesa, tinha em vista a prerrogativa da manutenção e fomento da identidade polonesa no exterior (seja sob ponto de vista étnico, seja nacional) – incluindo envio de intelectuais e mobilização da institucionalização - e de aproveitar o potencial demográfico do processo imigratório das décadas anteriores como recurso para diferentes objetivos nacionalistas, políticos e econômicos, quiçá, colonizadores, a partir de diferentes métodos. Ao mesmo tempo, direcionar os emigrantes de fluxo contínuo ao longo do entreguerras, buscando auxiliá-los para o deslocamento e alocação em países e regiões selecionados previamente com apoio de entidades privadas, públicas e sociedades colonizadoras. Assim sendo, conforma-se um ideal “imperialista” polonês com diferentes perspectivas, em que o Brasil surgia como raio de ação particular.

Deste modo, pensamos as relações da Polônia com os seus imigrantes e o Brasil no período entreguerras, a partir da “lógica imperial”, uma “cultura imperialista” representada na forma de um “imperialismo” ou “colonialismo pacífico” polonês fundamentado na emigração e manutenção identitária, isto significava uma ação objetiva, instrumentalizada mais em âmbitos culturais e de assentamento populacional. Focado na compra de terras e criação de assentamentos através de colonizadoras privadas e vínculos com o país de origem. Esta política, que nos anos 1920, como analisamos, em parte era observada positivamente na visão dos diplomatas brasileiros, movimenta um processo para além dos termos econômicos ou políticos de dominação efetiva do “imperialismo tradicional” do pré-Primeira Guerra, ainda que este pudesse ser fonte de inspiração para os projetos dos nacionalistas poloneses.

#### 2.4.1. Um imperialismo “à polonesa”

No período de auge da conquista imperial entre 1875-1914, podemos dizer, é a Polônia que sofre com as agruras do imperialismo, devido ao fato de estar dominada (desde 1795) e à promoção de medidas de *germanização* (*Kulturkampf*), *russificação* e deslocamentos populacionais promovidas pelo Império Alemão e Russo. Após sua independência, é um dado interessante que o recente Estado ou instituições sociais polonesas quisessem subjugar outros povos assim como ocorrera com os poloneses nos 123 anos anteriores<sup>143</sup> (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 76), convertendo dessa maneira, oprimidos em opressores, uma das contradições fundamentais do nacionalismo (GIL, 1986). Entretanto, assim como manteve também regulamentos particulares para as minorias nacionais, como os ucranianos, os quais eram parcialmente encarados sob perspectivas coloniais (MICK, 2014, BAKUŁA, 2014, BALOGUN, 2017), tais objetivos imaginados e construídos ao longo do tempo estavam balizados em noções de superioridade racial, o “fardo do homem branco”, uma “lógica imperial” ou “cultura do imperialismo” e, justamente, nos poloneses já saídos do país, sobretudo, aqueles localizados mais ou menos de modo homogêneo em determinadas regiões<sup>144</sup>.

Como um país marcado por um grande período de dominação e com múltiplos problemas internos e fronteiriços, “Las autoridades estatales polacas, en forma delicada y moderada, pero algunas organizaciones políticas y asociaciones sociales de derechas, en forma clara, exigían colonias para Polonia, pronunciándose de que el Estado marítimo debía ser un Estado colonialista” (ŁEPKOWSKI, 1976, p. 226), embora uma política colonial de fato não estivesse bem construída e o apoio estatal fosse muito pontual (ŻAK, 2017). Em geral, se imaginaram múltiplos planos, incluindo alguns financiamentos de projetos na África, porém,

<sup>143</sup> Para Gabaccia, Hoerder e Walaszek. (2007, p. 76) “It may seem odd that nationalists who sought to escape colonial status under Germany, Austria and Russia would then link their more positive evaluation of emigration to the “colonial potential” they saw in the Polish nation. Polish nationalists proved as concerned with cultural retention and international influence as their Italian or German counterparts and like them, they saw South America as holding particularly good prospects for emigrants to succeed economically while preserving their Polishness”.

<sup>144</sup> Halecki, em 1952, descreve o que entende por “Imperialism in Slavic and East European History”, construindo a ideia de um *continuum* do imperialismo russo desde a Idade Moderna. No seu texto, a Polônia é a principal vítima deste ideal imperial de expansão russa para o oeste, objetivando o fim da nação polonesa, particularmente a partir do século XVII. O que teria sido atingido no século XVIII com aliança com a Prússia, assim como em 1939, na aliança com a Alemanha. A própria partição teria sido uma ideia prussiana embora os russos almejassem o controle completo do que seriam os territórios poloneses (1952, p. 16). As divisões da Polônia são analisadas indistintamente do contexto pelo autor, como ideal russo, além de 1772-1795, mas também em 1815, 1939 e também 1945 (com prerrogativas da URSS sobre a Polónia), com apoio alemão e protagonismo no leste russo. Envolviam-se Alexandre I e Napoleão, Stalin e Hitler, ademais de Yalta. Nesse sentido, uma corrente cooperação da Rússia com a Alemanha teriam no imperialismo o ideal de dominação da Polónia ao longo do tempo. A Polónia seria, portanto, a vítima da expansão destes dois impérios. Tais perspectivas de Halecki podem ser pensadas segundo o ideal de expansão continental, do imperialismo russo e alemão, conforme analisado por Arendt (2012), desde o século XIX até a emergência dos totalitarismos.

as ideias executadas pelas instituições polonesas na América Latina buscaram a necessária adaptação dos interesses poloneses em razão da falta de uma possibilidade real de conquista direta das nações independentes americanas, em especial no caso do Brasil, defendido pelo monroísmo dos EUA e independente desde 1822. Ocorre a conformação da tentativa de um “imperialismo indireto” (cultural e emigrantista) mais que militar ou econômico, atrelado, em boa medida à própria política emigratória polonesa do período.

Como explica Neumann (1992), a Polônia retorna independente tendo ambições territoriais e o espectro potencial de uma “potência regional”, incluindo, o resgate do protagonismo do século XVIII, buscando a perspectiva de um grande poder, o que, em alguns termos, parecia viável diante da força do país renascido, que poderia garantir uma posição intermediária entre as disputas do período. Łukowska e Stępień (2013) identificam três tendências do pensamento político polonês ao longo do tempo com relação ao “mar” e às colônias para além da importância de uma expansão continental europeia. A primeira tendência seria composta de tentativas que poderiam ser classificadas como reais, mas denominadas “inconscientes” no século XVII ao XIX; a segunda, um “colonialismo utópico” por iniciativas individuais no século XIX<sup>145</sup>; e a terceira, os “projetos coloniais institucionais”, depois de 1918 – no qual inclui o Paraná. Interessa-nos a última, durante a II República da Polônia, em que busca uma concorrência imperialista por colônias e mercados para o comércio, ambicionando aquele país a posição de potência com base, inclusive, no esforço estatal (ŁUKOWSKA, STĘPIEŃ, 2013). Para Łukowska e Stępień (2013), no entreguerras, ocorre o “último sonho colonial”. Em outubro de 1918, funda-se a organização *Polska Bandera* (Bandeira Polonesa), objetivando promover a participação em “expedições ultramarinas” (ŁUKOWSKA, STĘPIEŃ, 2013, p. 166). Com apoio de políticos, ela se desenvolveu e em maio de 1919 foi renomeada *Liga Żeglugi Polskiej* (Liga da Navegação Polonesa), tendo publicações sobre a temática marítima (*Morze – O Mar* - em 1925 e *Morze i Kolonie – O Mar e Colônias* - em 1939) (ŁUKOWSKA, STĘPIEŃ, 2013, p. 166).

Desde 1918, um dos pioneiros defensores da expansão polonesa era Kazimierz Głuchowski, futuro primeiro cônsul da Polônia no Brasil. Naquele mesmo ano, junto com Michał Pankiewicz, funda a *Polskie Towarzystwo Kolonialne* (Sociedade Colonial Polonesa) (MAZUREK, 2016), com intenções de apoio aos imigrantes, depois o desenvolvimento da *Polskie Towarzystwo Emigracyjne* (Sociedade Emigrantista Polonesa) em 1924 (PUCHALSKI,

---

<sup>145</sup> Sobre a relação do colonialismo polonês no período da dominação germânica, ver UREÑA, Lenny A. Valerio. **The Stakes of Empire: Colonial Fantasies, Civilizing Agendas, And Biopolitics in the Prussian-Polish Provinces (1840-1914)**. Tese de doutorado em Filosofia – Universidade de Michigan, 2010.

2018, p. 70). Kazimierz Głuchowski foi um dos fundadores também, em 1928, do *Związek Pionierów Kolonialnych* (União dos Pioneiros Coloniais), do qual foi presidente (HUNCZAK, 1967, BALOGUN, 2017) e tinha ideias para uma colonização em Angola (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, PUCHALSKI, 2018). Esta instituição foi base para o surgimento posterior da LMiK. Nessa perspectiva, Głuchowski tinha apoio de Apolonjusz Zarychta<sup>146</sup>, Bogdan Lepecki<sup>147</sup>, Kazimierz Warchałowski<sup>148</sup> e Franciszek Lyp<sup>149</sup> (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 124-126), personagens que vão estar ligados de diferentes modos à emigração polonesa e os ideais colonizadores.

Sob este ponto de vista, as perspectivas de Głuchowski eram claras, dado, por exemplo, em seu livro sobre a presença polonesa no Brasil, de 1927 (fruto do seu trabalho consular), a sugestão dentro da colonização no Brasil, para uma saída para o mar “polonesa” em Paranaguá, com a instalação de colônias no local, assim como em centros importantes como São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca também suas perspectivas para os ideais de colonização privada polonesa, desde o século XIX, com noção de “Nova Polônia” e a construção de uma Sociedade Colonizadora Polonesa (junto a Kazimierz Warchałowski e Leon Bielecki<sup>150</sup>), mas sobretudo propagada por Kłobukowski<sup>151</sup>. Objetivava concessões no Paraná, em regiões como no caso do Contestado e no Iguaçu, ou seja, zonas fronteiriças e de disputa já imaginadas por Kłobukowski (TRINDADE, 2018). Também sobressaía ações de Józef Anusz, Michał Pankiewicz e outros

<sup>146</sup> Em 1922 chega ao Paraná vinculado a questões de colonização. Foi professor no colégio Nicolau Copérnico em Mallet, sendo também redator do *Nasza Szkoła* (Nossa Escola - órgão dos professores poloneses no Brasil). Em 1924, retorna à Polônia com objetivos militares e em 1928 participa dos projetos poloneses no Peru (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 437-439), sendo, mais tarde, secretário da LMiK (WACHOWICZ, 2001).

<sup>147</sup> Dirigi de 1928 a 1930 a Revista *Wychodźca* (O Imigrante) e em 1932 a *Polak Zagranica* (Os poloneses no Exterior). Emigrado como diretor do Patronato Polonês no Rio de Janeiro. Em 1933 acompanhou Władysław Raczkiewicz, em visita aos estados meridionais do Brasil. Foi vice-cônsul em Curitiba, entre 01 de julho de 1936 até 1940. Ainda teve participação como redator no jornal de caráter progressista *Świt* (Aurora) (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 224-225).

<sup>148</sup> Warchałowski (1872-1943) durante o entreguerras teria sido chefe da Seção Ultramarina do Departamento de Emigração (MAZUREK, 2016, 159). Considerado por Peçanha, um “amigo do Brasil” para ocupar cargos ligados à imigração. Ofício Reservado Legação Brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Félix Pacheco, 16 de abril de 1924.

<sup>149</sup> Participante da Revolução de 1905 se envolveu na construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e trabalhou no jornal *Świt* (Aurora), sendo inclusive redator. Ajudou na organização da colônia Amola Faca para o consulado polonês. Tendo sido membro da ZPK e presidente entre 1932-1933 e entre 1931 e 1932, membro do Conselho Geral da LMiK. Posteriormente foi enviado pela LMiK para Angola, com objetivo de “detectar a possibilidade de instalar uma colônia polonesa na África”. Em 1930 era contribuinte no caderno *Przegląd Kolonialny* da revista *Morze* (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, 243-245).

<sup>150</sup> Comerciante chegado ao Brasil em 1901 e atuando com os jornais poloneses do Paraná, como *Gazeta Polska* e *Prawda*, sendo um dos grandes adversários de Warchałowski e defensor da vinda do clero polonês (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 30-33).

<sup>151</sup> GŁUCHOWSKI, Kazimierz. op. cit., p. 106.



ativistas<sup>152</sup> com a ideia de concentrar e promover a imigração dos poloneses no Paraná<sup>153</sup>. Para Gluchowski, a “necessidade de uma colonização polonesa privada existe e terá apoio na fome de terra do colono polonês, que até agora ocupou em massa, sozinho, sem a ajuda de nenhuma organização, pagando às vezes preços exagerados, todas as áreas que despertaram seu interesse”<sup>154</sup>. Olhando dados e estatísticas o autor conclui que “Nossos patrícios devem ser concentrados no Paraná”, pois era o estado que melhor se aclimatizaram e onde a população é importante e supera outros imigrantes, sendo fundamental uma reemigração no sentido sul-norte, isto é, do Rio Grande do Sul para aquele estado<sup>155</sup>. Posteriormente, com as companhias colonizadoras, parte de suas ideias seriam colocadas em ação.

Para Puchalski, a proposição colonial polonesa se desenvolveria ao longo da década de 1920, tendo apoio de integrantes do regime *Sanacja* (2017, p. 4-5), a partir de 1926, quando o golpe de estado é perpetrado por Piłsudski.

Após o golpe de estado em maio de 1926, pequenas mudanças ocorreram nas políticas de emigração. A emigração permanente foi considerada a mais vantajosa no primeiro estágio da luta polonesa pelos territórios ultramarinos. Essa mudança na política de emigração da Polônia ocorreu sob a influência da depressão econômica mundial, que atrasou o movimento. Tendo em conta as possibilidades limitadas de emigração para os países tradicionais, foi criada uma nova política de emigração (DVORAK, 2013, p. 86, tradução nossa).

Entre 1925-1939, as colônias fruto da diáspora passam a ser utilizadas para os “grandiosos planos nacionalistas e coloniais” poloneses com ampliação do aspecto da expansão da cidadania, tendo objetivo de realizar os objetivos “políticos e ideológicos” governamentais (WALASZEK, 2003, p. 11, tradução nossa). Existe um retorno das ideias de “Nova Polônia” no entreguerras, embasadas em contatos com os colonos naquele período com o renascido estado polonês. Fiktus (2012), analisando as obras de Michał Pankiewicz<sup>156</sup>, demonstra que era importante salientar que da concepção de “Nova Polônia” emergia a configuração de “colonização” (*kolonizacja*), que no período teria novas apreciações.

Este momento é marcado por diferentes ações estatais com o fito de garantir a proteção do país frente os vizinhos e também a expansão territorial através de múltiplos acordos no continente europeu, portanto, com perspectivas de expansão tanto “ultramarina” como

<sup>152</sup> Janina Jahołkowski, Konrad Jeziorowski, Roman Paul, Kazmierz Rysinski, Romualdo Krzesinarski e Julian Bagniewski. GLUCHOWSKI, Kazimierz. op. cit., p. 106.

<sup>153</sup> GLUCHOWSKI, op. cit., p. 106. Dvorak (2013, p. 117) chama estes intelectuais entre outros de “Paranámen”.

<sup>154</sup> GLUCHOWSKI, op. cit., p. 107.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>156</sup> Mazurek (2016) demonstra diversas ações de Pankiewicz ao longo do século XX como promotor da emigração polonesa para o Brasil.

“continental”, no sentido atribuído por Arendt (2012), atrelando ao pan-eslavismo. A Polônia ressurgida embasada no nacionalismo exacerbado de promoção estatal, nasce, portanto, impregnada pelas noções de “alucinações de grandeza” como Snyder (1984) atribui ao nacionalismo<sup>157</sup>. Ocorre, inclusive, um conflito do apregoador pan-eslavismo (identificado com a proeminência da Rússia) com o nacionalismo polonês aliado ao sentimento antirrusso, construído desde séculos anteriores. Havia uma disputa com outro ideal macronacionalista, identificado por Snyder (1984), o chamado ideal “pan-polonês” que pensava uma *Polonia Magna*, que iria do Báltico ao Mar Negro, assim como a o uso da memória nacional do século XVII, quando a República das Duas Nações (União Polaco-Lituana) ocupava esse território.

Esta imagem vai ser reacendida com a perspectiva do *Intermarium* (Entre os Mares), uma federação de estados da Europa centro-oriental e indicava pretensões de *imperialismo continental* polonês, baseado na política externa de Piłsudski (WANDYDZ, 1962, 2009). A Polônia junto a outros 13 países, o “cordão sanitário” da Europa, ficaram independentes entre os futuros estados totalitários da URSS e da Alemanha, sendo todos pressionados até o início da guerra em 1939 (HALECKI, 1952, p. 23) e buscando, assim, proteção mútua<sup>158</sup>, embora a Polônia por vezes fosse encarada como imperialista por estas ações (HALECKI, 1952)<sup>159</sup>. A perspectiva colonial, no entanto, apesar das mesmas bases nas “alucinações de grandeza” e de fortalecimento do país frente seus inimigos, seguiu outro caminho. A ZPK juntou-se em 1928, à Liga Marítima e Fluvial (*Liga Morska i Rzeczna*), criada em 1924 (HUNCZAK, 1967). Essa se desenvolveria na Liga Marítima e Colonial, em 1930, com o esforço de diversos generais e maior apoio estatal, ainda que indireto, consolidando as perspectivas imperialistas polonesas com viés mais oficial, incluindo vínculos difusos a ministérios como o MSZ e o regime *Sanacja* (BALOGUN, 2017, PUCHALSKI, 2017, 2018).

---

<sup>157</sup> Hobsbawm (2008) considera o ápice do nacionalismo o período entreguerras, em razão das questões de nacionalidade e da divisão de fronteiras na Europa.

<sup>158</sup> Segundo Smygala (2014, p. 30) “The term *Międzymorze* (Intermarium) officially refers to the geopolitical doctrine coined in Poland during the Interwar period. It was supposed to stand for be the federation of the Central Eastern European states, from Estonia (or even Finland) in the North to Yugoslavia in the South, Czechoslovakia in the West to proposed Ukraine in the East. It was supposed to be a sort of reincarnation of the Commonwealth of Poland-Lithuania, which between the 16th and 18th centuries built a powerful state capable of resist [...] the political and military influence from the East (Russia), West (Germany) and South (Ottoman Empire)”.

<sup>159</sup> Segundo Halecki os países eslavos e outros da Europa Central tinham medo “of any appearances and possibilities” de imperialismo, que rejeitaram os projetos federativos (1952, p. 23), isto é, da possibilidade de um protagonismo polonês numa possível união.

Os “projetos imperialistas” e “colonialistas”<sup>160</sup> poloneses poderiam, então, ser baseados temporalmente conforme os autores e fontes analisados<sup>161</sup>, como tendo sido criados desde 1918, mas se desenvolveram nos anos 1920, especialmente após 1926, ganhando proeminência com a LMiK em 1930; angariando maior apoio governamental a partir de 1936; e chegando ao seu auge na esfera diplomática entre 1938-1939. Focalizam, assim, de um lado, projetos para a América Latina, balizados em fluxo contínuo de imigrantes e a comunidade instalada, mas também, objetivos centrados na África e outras partes do mundo. Diversas regiões foram observadas para assentamentos poloneses, sob essa ótica colonial emigrantista, segundo Walaszek (2003, p. 10) “no sul da França, Turquia Europeia, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Argentina, Uruguai, Peru, Chile, Angola, Argélia, Marrocos, Madagascar e Índias holandesas”.

Uma vez tendo sofrido com o imperialismo devido a dominação pelos vizinhos e o impulso a perseguições ao longo deste período, emerge a noções positivas sobre as ações polonesas, a propaganda de um ideal “messiânico” de Cristo das Nações<sup>162</sup> do período das partilhas, como a nação que lutava pela liberdade de si e dos outros povos (WACHOWICZ, 2001, PUCHALSKI, 2017, p. 8). O país, inclusive, clamava por um colonialismo “melhor” que o da contrapartida ocidental, sendo capaz, por exemplo, de criar uma “irmandade” com as populações africanas, devido a esse histórico de dominação, estimulando a comunidade internacional para aceitar suas propostas e demandas (PUCHALSKI, 2017, p. 9). Para Balogun (2017), no entanto, as intenções e ações polonesas, por exemplo, na Libéria, teriam o mesmo caráter que a dos alemães em outras partes da África, uma espécie de colonialismo de

---

<sup>160</sup> Para Smolana (1996, p. 36), os ideólogos e executantes das ideias colonizadoras e dos programas de assentamento se baseavam em “doutrinas do século anterior”. Para Taras Hunczak (1967, p. 648), as ambições e demandas polonesas por colônias no contexto do entreguerras eram um “anacronismo político”, pois a Polônia teria confundido o desejo de poder com a base para a formação de uma “Grande Potência”. Em contrapartida, Puchalski (2017), que analisa as ações polonesas na Libéria em 1934, apoia o fato de as intenções polonesas se configurarem baseadas nas novas condições impostas ao imperialismo pela Liga das Nações, com o fim da I Guerra Mundial. O conflito teria alterado a relação imperial colônia-metrópole através do sistema de “mandatos”, não necessariamente impondo domínio colonial direto, assim, permitiu uma “terceira via” de desenvolvimento de países como a Polônia (PUCHALSKI, 2017, p. 26). Imperavam as iniciativas diplomáticas, comerciais e científicas, típicas daquele contexto político, isto é, o ideal polonês “deve ser considerado historicamente “normal” em vez de ‘anacrônico’” (2017, p. 2, tradução nossa).

<sup>161</sup> Existiram projetos poloneses para colonização na Libéria, Angola, Madagascar, Camarões, além de outras antigas colônias alemãs (HUNCZAK, 1967, PUCHALSKI, 2018).

<sup>162</sup> O que Wachowicz (2001, p. 49-52) chama de *messianismo polonês* como noção vinculada à *polonidade*, na luta contra opressões estrangeiras e invasões. Ou ideal de “Prometeu polonês” de emancipar povos da URSS ou para s povos africanos, como aponta Puchalski (2017, p. 8): A ideia de Piłsudski do “Promethean movement was an instrument in his grand scheme of creating the ‘Intermarium Confederation’ (Międzymorze) of nations located between Berlin and Moscow. The Promethean movement was supposed to activate and support national movements within the Soviet Union to make that empire implode. In this struggle for other nations’ freedom, Poland was to assume the role of a Prometheus, a messianic figure similar to Poland as Christ of Nations, popularized in Romantic, partitions-era literature” (PUCHALSKI, 2017, p. 8).

assentamento, voltado à dominação e exploração efetiva de um território a ser conquistado e da sua população<sup>163</sup>. Todos estes aspectos conformavam um ideal de exploração da mão de obra e busca de matérias-primas (os chamados “produtos coloniais”), regulações jurídicas, um ideal civilizador (herdado do século XIX) e inferiorização do “outro” colonial baseado no contexto de raça, eugenia e, mesmo, *Lebensraum* (BALOGUN, 2017).

É importante, reforçar, no entanto, que até aquele momento, as relações exteriores polonesas estavam mais preocupadas na manutenção de um *equilibrium* com a Alemanha e URSS<sup>164</sup> (CIENCIALA, 2011), além das políticas do *Intermarium*, assim como de garantir o reconhecimento das fronteiras e as questões com a Lituânia e a Czechia. Em resumo, impedir a invasão estrangeira, para o recém-estabelecido estado polonês, era a prioridade, mais que a conquista de colônias. Ao pensar este período, Hunczak (1967) aponta que, em vista da desvantagem militar da Polônia em relação à Alemanha e a União Soviética, a propaganda colonial surgia entre alguns pensadores mais como uma necessidade psicológica, a fim de elevar a moral e confiança nacionais. Para o autor, era a única alternativa para evitar uma sensação de “futilidade” e “derrotismo” durante a década de 1930 (HUNCZAK, 1967, p. 655).

A “utopia imperialista” da política polonesa, que configurava emigração em perspectivas coloniais, de antemão, como pretendemos demonstrar, foram projetos que não se confirmaram em nenhuma situação, sendo a política polonesa pouco efetiva ou repelida, muitas vezes, com ampla visão negativa por parte da imprensa estrangeira, como no caso brasileiro, mas também, por exemplo, na Argentina e na Libéria (ŁEPKOWSKI, 1976, PUCHALSKI, 2018). Finalizada tanto pelas múltiplas debilidades internas do país recém independente (problemas econômicos, políticos, fronteiriços, populacionais, etc.), quanto pela ação estatal

<sup>163</sup> Para Balogun, “Colonial practices, as parts of processes of colonialism, were based on exploration of space and expropriation of land with cheap labour as its aim. Because of the strong desire for cheap labour, the colonizer sets out a forceful labour which ensures that the indigenous workers work harder than those in the European metropole. Poland’s attempted colonization in Liberia was not different. The country’s engagement with coloniality parallels an acquisition of territories, which comes with a privilege that allows the imperial powers to go to any land where the opportunity presents itself and behave as they wish. This would include occupying the territory, acquiring its control, and subsequently exploiting its resources. On the other hand, the colonized, predominantly, coloured man is confined to those parts of the world where life is historically, economically, and politically difficult. It is all part of the processes of keeping the Negro in his place, which would prevent him from taking control of things. In the process, the histories of colonization, racism, and migration become closely entangled” (BALOGUN, 2017, p. 10).

<sup>164</sup> Piłsudski protagonizou as relações exteriores entre 1918 e 1935, seguida por Józef Beck, até 1939. A política do *equilibrium* foi então conduzida por Beck, vice-ministro das Relações Exteriores, 1930-1932, e ministro de 1932-1939. A busca da política externa era maior por acordos bilaterais (WANDYCZ, 1962, p. 17-19), portanto as duas bases concentradas por Piłsudski eram o balanço com Alemanha e Rússia e o apoio francês e romeno. O suporte da aliança francesa mantinha o cuidado com os vizinhos alertas aos processos poloneses e também o diálogo internacional (WANDYCZ, 1962). A política do “equilibrium” com URSS e a Alemanha (CIENCIALA, 2011) foi um dos cânones da diplomacia polonesa, especialmente após 1926 e após 1930 (WANDYCZ, 1962, p. 20). Dois acordos sustentaram a política com “dois grandes vizinhos predadores”: “(a) O pacto de não agressão polonês-soviético de 25 de julho de 1932, válido por três anos, e (b) a declaração polonesa-alemã de não-agressão, de 26 de janeiro de 1934, com validade de dez anos” (CIENCIALA, 2011, p. 115).

dos países alvos e suas políticas repelentes ou ainda por pressões externas (WALASZEK, 2003, NALEWAJKO, 2014, PUCHALSKI, 2017). Não passou daquilo que procuramos chamar de uma “ilusão”, uma “parataxe”, simples “intenções” para a conformação do país em potência mundial, mas que foram reconfiguradas como elementos centrais para o pensamento nacionalista brasileiro, de defesa do território nacional ante possíveis ameaças estrangeiras.

Por mais ilusório, irrealista ou caricata, que tenha sido a execução dos projetos poloneses, a realidade é que existiu um discurso político e social imperialista e colonialista (KULA, 1976, WALASZEK, 2003, OLIVEIRA, 2009b) com ações práticas/pragmáticas de cunho estatal através da política emigratória, externa e privada com as sociedades coloniais polonesas, balizadas nas concepções econômicas e ideológicas colocadas à disposição naquele contexto. O forte nacionalismo promovido pelo Estado polonês entre 1918 e 1939, bem como ideais de “potência” e “ilusões de grandeza”, permitiam a emergência de projetos imperiais na esteira da concorrência e inspiração em outras nações, mas de uma maneira própria do país, atentando para a ideia de um “imperialismo à polonesa”. Balizada em por suas características particulares e especificidades de análise, que podem ser entendidas a partir da perspectiva de uma emigração fortemente direcionada pelo estado e outras entidades.

#### 2.4.2. “Emigração dirigida” e o “colonialismo emigrantista”

A partir do fim da I Guerra Mundial, a emigração polonesa, então interrompida durante o conflito, foi retomada com especial destino para a América Latina. No entanto, essa retomada, durante o período de 1918 a 1939 foi construída na forma de uma “emigração dirigida”, apoiada pelo Estado polonês (SMOLANA, 1996, p. 23, NALEWAJKO, 2014, p. 130)<sup>165</sup>, em que deveria ser planejada a fim de dar suporte de diferentes maneiras aos emigrantes que saíam do país. Smolana (1996) aponta essa retomada da emigração, ainda que num outro sentido, incluindo as minorias étnicas, trabalhadores urbanos e intelectuais. Contudo, essa emigração não cumpria com o mesmo volume anterior à Primeira Guerra Mundial, ainda que tendo por base os mesmos elementos, como o desemprego nas cidades e grande quantidade de camponeses sem terra nas aldeias (superpopulação), isto é, caracterizada fortemente pelo aspecto econômico (KICINGER, 2005, p. 23, MAZUREK, 2016, p. 153). Klein adverte que para a realidade brasileira, a imigração também não atingiu os índices referentes ao pré-Guerra,

---

<sup>165</sup> Os fluxos na América Latina, nesse período, direcionaram um número maior de emigrantes para a Argentina, que o Brasil (SMOLANA, 1996, p. 23, NALEWAJKO, 2014, p. 131).



tanto pelos aspectos econômicos mundiais, como pela emergência do sentimento anti-estrangeiro e consequente restrições à imigração (KLEIN, 1999).

Conforme Mazurek (2016, p. 171), a Polônia tinha pequeno desenvolvimento urbano e industrial, os camponeses seguiam com dificuldades de acesso à terra (assim como no século XIX), o que se somava à alta natalidade, fatores que serão potencializados pela crise de 1929. Assim, a emigração como fenômeno constante, apensar de reduzido neste período entre as guerras, desemboca na necessidade de certo protagonismo estatal (de eficácia relativa) e criação de uma série de instituições oficiais voltadas aos assuntos emigratórios junto aos ministérios designados para cuidar daquelas questões (MAZUREK, 2016). Entre elas o Departamento de Emigração (*Urząd Emigracyjny*), como parte do Ministério do Trabalho e da Assistência Social, em abril de 1920 (MAZUREK, 2016, p. 155), além da mencionada Sociedade Colonial Polonesa, de 1918 (e sua sucessora, Sociedade Polonesa de Emigração, em 1924)<sup>166</sup>. Este Departamento, até 1932, foi importante nas relações com os países de imigração, particularmente na América Latina, estabelecendo múltiplos acordos, além de se responsabilizar por recrutar e garantir assistência aos emigrantes, atuando junto às empresas colonizadoras polonesas (NALEWAJKO, 2014, MAZUREK, 2016). Em meados da década, ainda como parte desse processo, foi fundado o Instituto de Pesquisa sobre Emigração e Colonização – funcionando entre 1926 e 1932 (*Instytut Naukowy do Badań Emigracji i Kolonizacji* – vinculado à Sociedade Polonesa de Emigração) e o Sindicato de Emigração (*Syndikat Emigracyjny*), de 1930 uma “sociedade acionária, com a participação do Tesouro do Estado e das linhas marítimas com concessão na Polônia” (MAZUREK, 2016, p. 158). O Sindicato e sua influência no processo imigratório polonês vai ter cobertura ampla por parte dos observadores brasileiros.

A partir de 1920, a Polônia então observou a emigração como um “mal necessário” em razão da concepção de perda (por critérios nacionais –étnicos – e econômicos) que significava para o país, ao mesmo tempo que indicava possibilidade de resolução de problemas internos, e para a promoção externa de sua cultura (WALASZEK, 2003, MAZUREK, 2016)<sup>167</sup>. Mazurek

<sup>166</sup> Esta cooperou também na organização dos reemigrados, que aproveitavam o retorno da independência política para retornar à Polônia (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 77). O assunto é tratado em Dvorak (2013), quando os retornos eram acompanhados de denúncias de experiências ruins daqueles provenientes do Brasil.

<sup>167</sup> Várias regulações foram pensadas a fim de lidar com a proteção dos emigrantes e pensar sobre sua importância para o país (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007), passado a ser vinculada à colonização. A partir de 1925, o governo polonês considerava maneiras de enviar seus emigrantes para países em que pudessem manter sua *polonidade* e, ao mesmo tempo, expandir sua influência a partir de múltiplas perspectivas, sobretudo, através de associações oficiais (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 78). Depois do golpe de 1926, os diplomatas poloneses ampliaram e politizaram suas atividades na Polônia, criando o “cinturão de transmissão ideológica” (*ideological transmission belt*) (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 79).



(2016) diferencia a *emigração colonizadora* da *emigração econômica* para o caso polonês. A primeira, centrada na criação de colônias (rurais), onde o camponês recebia terras para o cultivo próprio, estava atrelada aos fluxos para a América Latina. É para este perfil de emigração que política de Estado polonês se volta, com a utilização dela com fins coloniais. A segunda caracteriza os movimentos para a América do Norte e também outros países europeus, como a Alemanha, podendo ser uma emigração individual e sazonal, focada em trabalhos urbanos ou então para períodos de colheitas (incluindo os cafezais paulistas).

Segundo Nalewajko (2014, p. 131), cerca de 2 milhões de poloneses emigraram entre 1918 e 1939, preferencialmente para a Alemanha, através da emigração sazonal e de trabalhadores rurais; um grupo de *inteligencja* para a Rússia; e outro grupo que se dirigiu para a América, sobretudo, do Norte, sendo que para a autora, o Brasil teria recebido no período entreguerras cerca de 42 mil poloneses (grande parte composto de minorias étnicas)<sup>168</sup>. Ao final do período, para termos uma dimensão da população polonesa no país no entreguerras, nos baseamos no relatório do Consulado Geral polonês em Curitiba, de março de 1939 (SMOLANA, 1980). Os dados estabelecem 191.977 pessoas nos três estados do sul. Józef Gieburowski, então cônsul polonês em Curitiba, assomava em 220.000 pessoas com os outros estados (SMOLANA, 1980, p. 166)<sup>169</sup>. Os dados provavelmente contabilizam os descendentes de imigrantes, contudo, podemos afirmar com base nestes pressupostos, que o Brasil se torna um alvo importante dos projetos de emigração e imperialismo naquele momento, dada essa grande presença da população polonesa<sup>170</sup>.

<sup>168</sup> Segundo Mazurek (2009, p. 31) “A maior parte dos emigrantes foram os representantes das minorias, principalmente os judeus e ucranianos. Segundo o *Mały Rocznik Statystyczny* (Pequeno Anuário Estatístico), nos anos 1927-1938 saíram da Polônia para o Brasil 32,1 mil pessoas, dos quais a religião judaica declararam 13 mil (40,5% do total dos emigrantes), a religião greco-católica 2,8 mil pessoas (8,73%), a religião ortodoxa 5,9 mil pessoas (18,4%), a religião evangélica 1,9 mil pessoas (5,92%), e cerca de 100 pessoas (0,31%) declararam outra religião. Esses dados comprovam que – considerando que os que declararam a religião judaica eram judeus, e os greco-católicos e ortodoxos eram ucranianos – a grande maioria dos emigrantes eram os representantes das nações minoritárias da Polônia, ou seja, cerca de 70%. Certamente não seria um erro admitir, que também no período anterior – para o qual não dispomos dos respectivos dados – a estrutura da emigração teve uma composição nacional parecida à dos anos 1927- 1938. A crise financeira do Estado nos anos 1922-1924, e depois as reformas monetária e econômica de Władysław Grabski, atingiam diretamente também os judeus. Incentivado nos anos 1929-1935 pelos meios nacionalistas o boicote das lojas dos judeus, e também a crise econômica, levaram muitas empresas familiares de comércio a falência. Muitos judeus, em consequência das manifestações anti-semitas na Polônia, e também da pobreza, emigravam [...]”.

<sup>169</sup> Malikoski (2019) desenvolve um estudo sobre o censo de 1939, a partir do processo de escolarização polonês.

<sup>170</sup> Segundo Kicingier (2005), a política de emigração no entreguerras seguiu quatro processos: a) reforçar a emigração e proporcionar oportunidades para os emigrantes, no qual se objetivava: garantir o desfogo de questões internas (como desemprego); o estímulo a acordos de emigração com outros países; a participação em sessões multilaterais; e o projeto colonial; b) o controle estatal sobre o fenômeno da emigração, especialmente através do MSZ e do Ministério do Trabalho e Assistência Social; c) o cuidado dos emigrantes; e d) outros objetivos: como expulsar minorias, manter a identidade nacional dos emigrantes, usar os grupos poloneses no exterior para fortalecer a influência polonesa no mundo, ademais da expansão da frota marítima de passageiros.

O governo buscou redefinir, assim como para o caso dos italianos e alemães (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007), a situação dos emigrantes, emergindo a noção de “Polonia” no exterior, como exemplo da diáspora polonesa e, a partir daí, criar uma política em que as comunidades exteriores são então repensadas como potenciais mais positivos para o desenvolvimento do país (WALASZEK, 2003, p. 6). Esse processo de emigração e colonização “dirigida” e organizada se estabeleceu, então, desde os anos 1920 e com especial enfoque através de sociedades colonizadoras em parte privadas, em parte financiadas pelo governo. Primeiro, o objetivo seria o assentamento concentrado e compacto de poloneses, depois, a partir destes procedimentos, surgem os propósitos coloniais efetivos da Polônia (KICINGER, 2005, p. 61). Estes ideais projetados desta maneira, foram marcados especialmente até 1936, quando o estado polonês assume os planos com maior protagonismo diante das ações diplomáticas nos organismos internacionais como a LDN.

Os números de emigrantes se reduzem, no entanto, apesar dos investimentos das sociedades colonizadoras particulares polonesas que atuavam no período recrutando emigrantes e de todo o suporte estatal, sobretudo, na confrontação diante da restrição dos países de imigração com fim dos subsídios e o caráter de capitalização das companhias, que exigiam o custeio por parte do imigrante das passagens, instalação e da terra (NALEWAJKO, 2014, MAZUREK, 2016). Nesse contexto, são ainda assim formadas colônias no Brasil, mas também em outros países, como tentativas no Peru, marcadas pela participação de Pankiewicz, Lepecki, Zarychta e Warchałowski (MAZUREK, 2016, NALEWAJKO, 2014, 2015, 2018) e a prática de acordos bilaterais, como com a Bolívia (MAZUREK, 2016) ou ainda outros menos frutíferos com Paraguai, Venezuela e Equador (KICINGER, 2005, p. 58). A região das antigas missões jesuíticas, entre Paraguai, Argentina e Brasil (oeste do Paraná e noroeste do Rio Grande do Sul) foi avaliada como região propícia em meados dos anos 1930 (por intelectuais e incluindo a visão estratégica estatal), dada a presença polonesa anterior naquele espaço colonial desde o século XIX e por ser uma zona fronteira estratégica, sendo fundadas diversas novas colônias na região (WALASZEK, 2003, NALEWAJKO, 2014, MAZUREK, 2016, entre outros).

Como já aludido, junto aos objetivos econômicos e políticos, havia ainda a outra intenção das autoridades polonesas, que era manter o caráter “étnico” das colônias (NALEWAJKO, 2014, p. 132), isto é, a constituição ou fomento da *polonidade* no exterior. Para isso, era imaginado o isolamento em colônias homogêneas, preferencialmente rurais, o evitamento do processo de assimilação ou integração com a sociedade envolvente, ou seja, um eventual abasileiramento, o melhoramento das condições econômicas dos poloneses no Brasil, tudo isso somado como parte dos objetivos da configuração da política emigratória

(NALEWAJKO, 2014). Segundo Kicinger, havia a necessidade de evitar a desnacionalização dos poloneses, buscando apoiar organizações que os aproximassem da Polônia, especialmente através do MSZ (2005, p. 45-46), assim, iniciando uma “retórica colonial” específica (2005, p. 60).

A fim de explicitar esses vínculos entre o nacionalismo em desenvolvimento no estado polonês ressurgido com intenções particulares para com a emigração e os emigrados, somado à disputa por colônias, Zahra analisa como a emigração massiva no leste da Europa levou a construção de esforços para “canalizar a migração para formas intencionais de “colonização” que serviriam aos interesses coletivos” (2017, p. 167), isto é, um aproveitamento do potencial demográfico do contínuo fluxo emigratório desde o século XIX. A autora nos ajuda a compreender como as aspirações coloniais, portanto, teriam se levantado no leste europeu de maneira diferente daquela proposta pelo Império Britânico ou Francês: “Os defensores do leste europeu geralmente reconheciam que chegaram tarde demais à linha de partida na corrida por colônias” (ZAHRA, 2017, p. 167), portanto, não necessariamente voltando o olhar para uma efetiva anexação territorial. O objetivo central dos estados do leste da Europa seria criar “colônias autônomas” em determinadas regiões da América Latina, África e até mesmo Palestina, quando identifica vínculos dessa prática com o sionismo nascente no período. Os proponentes de uma pensada “política colonial”, imaginavam e objetivavam desenvolver uma mudança naquilo que consideravam ser uma emigração “caótica” e “não planejada”, que se desenvolvia no período, em um “colonialismo emigrante” (ZAHRA, 2017, p. 167). O que significava essa asserção? Para Zahra (2017, p. 167):

Defensores austro-húngaros do colonialismo emigrante e seus sucessores na Europa do leste do entre guerras especificamente esperavam redirecionar a emigração de cidades norte-americanas como Chicago e Nova York, onde os migrantes eram supostamente explorados e rapidamente assimilados (e, portanto, “perdidos” para o império ou nação), em direção a regiões menos desenvolvidas da América do Sul ou da África, onde se tornariam proprietários autossuficientes, fazendeiros ou gerentes. Como nas colônias de assentamento formais, essas “colônias de emigrantes” deveriam trabalhar para o benefício econômico e político da nação ou do império. Em vez de se assimilarem ao ambiente, os colonos deveriam viver em comunidades fechadas e manter seus laços culturais, linguísticos e emocionais com sua terra natal. Como outros projetos imperiais europeus, as colônias de emigrantes também eram justificadas pela convicção de que os colonos europeus teriam um papel “civilizador” vis-à-vis aos nativos, expandindo o prestígio ou o país de origem. No entanto, os europeus orientais não governariam anteriormente os territórios que colonizaram.

Esse domínio “informal”, se assim podemos dizer, marcava uma manutenção da emigração junto à concepção do colonialismo, de uma forma “dirigida”, para assentar populações que trabalhariam em prol da nação de origem, bem como mantendo laços com a

“pátria-mãe”, civilizando o país de acolhida, imaginado como selvagem ou inferior racialmente e estabelecendo uma “colônia emigrante” em um sentido próximo ao imperial, evitando regiões onde seriam assimilados mais facilmente, como Walaszek (2003) explora com relação aos poloneses nos Estados Unidos. Para Zahra (2017), essas ambições coloniais do leste teriam perdurado entre o auge do imperialismo desde 1880 e o início da II Guerra Mundial, em 1939, concomitantes o ápice da própria migração massiva. Nesse contexto, as concepções de emigração e política colonial (“colonialismo” se quisermos pensar no sentido de ocupação territorial) estavam vinculados como assertivas e (2017, p. 168) como respostas às condições internas e externas destes países, na conjuntura internacional e nas perspectivas de disfuncionalidades econômicas e políticas daquelas nações.

Conforme as aceções da sua análise, a confluência destes elementos permitia a edificação de um “colonialismo pacífico” ou “construção imperial pacífica”, o que a autora considera um “prêmio de consolação” na concorrência europeia por colônias (2017, p. 170). A ideia de “colonização pacífica” era baseada justamente nas configurações alemãs e italianas, retardatários na configuração nacional e consequentemente nas disputas imperialistas e que pensavam a emigração como “potencial substituto para conquista colonial”, em que a base estaria na “expansão das redes consulares, a revisão das leis de cidadania e a criação de bancos, escolas, até outras associações” (ZAHRA, 2017, p. 170) como justamente demonstram Magalhães (1993) e Bertonha (1998) para o caso alemão e italiano respectivamente.

Com suas próprias instituições, e o apoio daquelas do país natal, os imigrantes manteriam sua branquitude e evitariam a assimilação, sendo uma espécie de “mestres coloniais” (ZAHRA, 2017, p. 173), segundo a autora, a fim de manter, ou melhor, regenerar, ou até mesmo criar, lealdades, cultura e nacionalismos no exterior ou seja, somando uma “cultura do imperialismo”, como apregoado por Said (2011) à inevitabilidade do processo imigratório e objetivos coloniais em sentidos distintos: para os países de saída e chegada da população migrante. Isto valia tanto para aqueles grupos já emigrados de forma não planejada nas décadas anteriores, assim como para os novos fluxos em desenvolvimento e em constante planificação (ZAHRA, 2017, p. 179). Essa base era eminentemente rural, com ideais de manutenção de “valores” e a estrutura social através do campesinato em colônias de assentamento compradas, fechadas e isoladas, capazes de evitar a “degeneração” (ZAHRA, 2017, p. 180).

Além disso, as “fantasias coloniais” destes países são constituídas como espécie de instrumento positivo para evitar problemas internos diante da contínua saída massiva de emigrantes (ZAHRA, 2017, p. 171), isto é, uma “emigração controlada” e servia de “ferramenta para evitar conflitos sociais e políticos”, movendo população considerada supérflua dos campos

(ZAHRA, 2017, p. 177). Nesse contexto, o caso polonês é exemplar, a fim de especificar como era moldada a emigração para liberar elementos demográficos indesejados e obter lucros para uma metrópole idealizada como pátria-mãe dos emigrantes. Partindo de um ideal plenamente lastreado por uma cultura imperial de que indivíduos que sobravam, diante da conjuntura rural e problemas demográficos internos, ou seja, eram uma espécie de problema na Europa ou mobilizadores de tensões sociais, seriam “paradoxalmente” a potência nacional no exterior (ZAHRA, 2017, p. 177) e elementos civilizadores, protegendo (da exploração, desnacionalização e degeneração) seus nacionais (ZAHRA, 2017), os homens supérfluos na análise arendtiana.

Nesse contexto, enviar camponeses sem acesso à terra (NALEWAJKO, 2014, MAZUREK, 2016) para o exterior; ademais de minorias nacionais (como ucranianos e judeus) (NALEWAJKO, 2014, MAZUREK, 2016, ZAHRA, 2017), garantindo sua alocação especialmente de maneira esparsa e não concentrada, diferentemente dos poloneses<sup>171</sup>, era uma maneira de dar cabo dos problemas internos do país, em que objetivava-se homogeneizar, depurando racialmente, diminuir a população empobrecida nos campos e o grande aumento demográfico, além de ativar os portos (MAZUREK, 2016, p. 41), como o de Gdynia, enveredando o país para necessidades marítimas. Em resumo, para Mazurek (2016, p. 158-159)

No período de entreguerras as questões da política emigratória polonesa cabiam à competência da administração estatal. Sem a autorização das autoridades competentes, era proibida qualquer atividade de recrutamento e publicidade das agências particulares de emigração. A administração estatal cedeu uma parte das suas atribuições nas áreas da informação, do transporte, da realização de pesquisas e de sondagem de mercados de emigração, a instituições e associações autorizadas, tais como o Sindicato da Emigração, a Sociedade Polonesa de Emigração ou o Instituto Científico de Pesquisas da Emigração e Colonização, mas sempre procedimentos se realizavam sob o controle do Estado. De maneira geral, fora das fronteiras da Polônia a assistência aos emigrantes cabia ao Ministério das Relações Exteriores, e dentro do país essas questões cabiam – pelo menos até 1932 – à gestão do Ministério do Trabalho e da Assistência Social.

---

<sup>171</sup> Conforme aponta Mazurek (2016, p. 169) “Ao contrário do que se fazia com os poloneses, concentrados em núcleos compactos, os emigrantes recrutados dentre as minorias nacionais eram assentados preferencialmente em lugares dispersos. O país mais adequado para essas pessoas seria – como se julgava – a Argentina, naturalmente com exceção da província de Misiones, que havia anos estava reservada aos camponeses poloneses, assim como o Paraguai, com exceção da sua parte oriental, adjacente à província de Misiones e o estado do Paraná, no Brasil, onde também existia uma velha colonização polonesa. A Bolívia, originalmente prevista para a colonização das minorias eslavas, após a assinatura do acordo de emigração polono-boliviano, no dia 31 de dezembro de 1937, muito favorável aos emigrantes poloneses, foi destinada para a população mista, na medida do possível com certo grau de educação, o que permitirá formar nesse país núcleos poloneses compactos. Além disso, para as minorias nacionais decidiu-se procurar novas áreas de colonização, em países como o Peru, o Chile, o Equador e a Venezuela”, ou seja. “While attempting to discourage or to direct the emigration of Poles toward South America, some Polish nationalists by the 1930s also argued for forced migrations for Ukrainian and Jewish citizens of Poland, using terminology little different from Germany’s, they called them Poland’s “national minorities”.” (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 78).

Uma atenção maior é dada ao Brasil nestes “sonhos coloniais” (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 78), sendo a política percebida e vista com bons olhos pelos avaliadores no país de acolhida. Em 1929, o legado brasileiro Peçanha deixava claro como a Polônia pensava a questão emigrante em comunicações diretas junto ao MRE<sup>172</sup>. O legado explicava sobre os aspectos da emigração polonesa do pós-guerra, marcada pelo regresso de poloneses, especialmente dos EUA, para o país independente, mas que acabavam retornando para a América, uma “febril repatriação, seguida de forte reação reemigratória”, que se somava a um aumento da emigração sazonal para a Alemanha e ida para outros países europeus<sup>173</sup>. A emigração para ultramar aumentava, mas não estava entre as principais da Europa e em menor quantidade que os fluxos dentro do continente. Diante desta situação, o estado polonês impulsionaria a emigração de preferência para o Brasil, que, acreditava o legado, não tinha limitações<sup>174</sup>, pelo menos naquele período.

Segundo discurso do Ministro do Trabalho e Assistência Social da Polônia, descrito pelo legado atrelado ao documento, os “meios técnicos e práticos” para a realização dos resultados almejados seriam deputados à Sociedade de Colonização, a TK, citando a fala do ministro, que autorizou, junto aos Ministérios da Reforma Agrária e Negócios Estrangeiros, a Sociedade “a proceder o recrutamento das famílias que desejam transportar-se para o Espírito Santo, bem assim enfeixei em suas mãos os trabalhos de colonização em outros estados brasileiros”, garantindo a ação de um forte elemento estatal. As “extensas superfícies inabitadas da América do Sul” forneceriam “grandes perspectivas coloniais”, conforme complementava<sup>175</sup>.

Outro movimento foi também a criação do cargo de Conselheiro de Emigração (em Paris, Berlim e Buenos Aires<sup>176</sup>) em que se destacava a necessidade de desenvolver o serviço consular em “todos os países de além-mar” e organizar neles os “patronatos”, a fim de que “o Estado possa colaborar ativamente na obra colonial”<sup>177</sup>. Sobre a sua criação, com sede em Buenos Aires, o legado brasileiro em Varsóvia, Alcebíades Peçanha, informava o MRE, que era em razão do “crescente interesse que tem para a Polônia os países sul-americanos”, conforme informação em que teria parafraseado a explicação do então ministro do MSZ, August

<sup>172</sup> Ofício n. 50 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 10 de maio 1929.

<sup>173</sup> Ibidem.

<sup>174</sup> Ibidem.

<sup>175</sup> Ibidem.

<sup>176</sup> Gazeta do Povo, 26 de agosto de 1930. APW. Em Paris, Ivanowski e em Berlim, Mamrot (KICINGER, 2005, p. 34).

<sup>177</sup> Ofício n. 50 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 10 de maio 1929.



Zaleski<sup>178</sup>. Já os patronatos, como explica Potopowicz ao enviar trabalho sobre a emigração polonesa no Brasil ao Sindicato de Emigração em Varsóvia, em 1935, tendo o apoio de Pankiewicz e Zarychta, expõe que estavam na lógica de atenção aos emigrantes, a fim de garantir apoio na nova terra, sendo criados sedes em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre<sup>179</sup>. Ainda sobre o documento descrito pelo legado, atestava a “prioridade conferida ao Brasil na colocação dos emigrantes do país” e que sobre esta população, os poloneses, “não há, na Europa, melhores elementos para a formação de núcleos coloniais no Brasil” conforme observação direta de sua vida rural<sup>180</sup>. A troca de ofícios visa o objetivo de propagandear emigração para o Brasil e, igualmente, exemplifica a preocupação do Estado polonês com o destino dos seus patrícios.

A “emigração dirigida”, nesse sentido, poderia ser vinculada com a noção de uma “imigração tutelada”, que “caracterizou a imigração japonesa no Brasil” (SAKURAI, 2000, p. 85) e outros países da América Latina, assim como a imigração italiana do período fascista (SLOMP, 2017). Esse perfil de imigração seria aquela que “oferece amparo, orientação, ajuda e gerenciamento aos imigrantes” (SAKURAI, 1999, p. 202). Isto significava, por exemplo, que apoio do governo no Brasil através de ações que amparassem “os setores básico da vida dos imigrantes, entre elas, na educação, saúde mas sobretudo na vida econômica”, através “dos consulados e de empresas de colonização privadas ou semi estatais que o planejamento e execução são concretizados”, ou seja, se configura numa “política de Estado voltada para a imigração” (SAKURAI, 2000, p. 85). Estavam balizadas nos objetivos de alçar-se como nova potência, ainda que retardatária (SAKURAI, 2000, p. 85), o que, para nós, aproxima fortemente do caso polonês.

A presença dos imigrantes era concorrida como benefício para investir no Brasil de maneira mais racional, com o potencial econômico visto nas terras a serem ocupadas, tal e qual com relação às colônias políticas. O governo investia na compra de terras e introduzia benfeitorias, “a fim de produzir para exportar para o Japão”. As colônias eram administradas por companhias de colonização orientadas pelo Ministério do Interior e das Relações Exteriores e preocuparam as elites e governo brasileiros na década de 1930 (SAKURAI, 2000, p. 86).

---

<sup>178</sup> Ofício n. 18, Legação brasileira em Varsóvia, ministro Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 19 de fevereiro 1930. No ofício é mencionada a criação no Rio de Janeiro, mas esta não se confirmou na prática.

<sup>179</sup> POTOPOWICZ, Żabko. **Historja Osadnictwa Polskiego w Brazylii**. Varsóvia: Syndykat Emigracyjny Warszawa, 1936, p. 154-155. O patronato servia para colocação no emprego, facilitação de viagens e passagens, auxílio para colocação em hospitais, auxílio para questões legais e campanha para informação dos imigrantes e colonos, além de acomodação, apoio financeiro e alimentação.

<sup>180</sup> Ofício n. 50 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 10 de maio 1929.

Mesmo ao tratarmos de um “imperialismo sem colônias” imaginado, como o caso polonês, a expansão continua sendo um objetivo central das suas aspirações, pois é base de uma política ambiciosa e da objetivação de ideais imperialistas visando a obtenção de domínios ultramarinos ou a ampliação de mercados consumidores e exportadores de matéria-prima<sup>181</sup>. O caso estudado por Paulo Gonçalves (2008), em sua tese de doutoramento, sobre a presença italiana no Brasil, é importante como exemplo de um “imperialismo possível” baseado em um “colonialismo pacífico” e na “exuberância demográfica” da população emigrada como alternativas ao atraso econômico e escassez de capitais para exportação em mercados em monopolização<sup>182</sup>.

A emigração se tornava a alternativa *pacífica e indireta* do colonialismo, neste caso, italiano, para transformar trabalhadores, comerciantes e agricultores emigrados, a fim de defender os interesses do país de origem evitando sua perda para a nação e funcionando como instrumento de construção do ideal nacionalista. As regiões de antiga e grande presença italiana (como a região platina) eram consideradas uma extensão da península itálica, uma “colônia em potencial” (GONÇALVES, 2008, p. 301)<sup>183</sup>. As “colônias italianas” no estrangeiro, conformadas pela emigração, surgiam para alguns intelectuais como alternativas às colônias de domínio estatal do imperialismo europeu ultramarino. Essas colônias de assentamento populacional deveriam criar mercado para produtos da pátria de origem e ser fonte de renda e estímulo para o crescimento de sua indústria. Uma “via italiana” do colonialismo comercial: “quanto mais emigrantes, maiores seriam as exportações” (GONÇALVES, 2008, p. 307).

No caso polonês, a escassez de recursos, capitais, marinha ou exército grandes e capacitados, a falta de protagonismo na política mundial, enfim, o debilitamento e do atraso no desenvolvimento econômico do Estado polonês, legavam ao país, recorrer as suas colônias de assentamento agrícola já constituída na América Latina, com o fito de manter a *polonidade* e

---

<sup>181</sup> Para Arendt, ainda que por vezes identificada como “megalomania” (ARENDR, 2012, p. 191), a expansão e a política mundial para além das fronteiras nacionais era a base do imperialismo: “A expansão como objetivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo. Não implica a pilhagem temporária nem a assimilação duradoura, características da conquista. Parecia um conceito inteiramente novo na longa história do pensamento e ação políticos, embora na realidade não fosse um conceito político, mas econômico já que a expansão visa ao permanente crescimento da produção industrial e das transformações comerciais, alvos supremos do século XX” (ARENDR, 2012, p. 192).

<sup>182</sup> Kicinger (2005) aponta que os projetos italianos serviam de inspiração para os poloneses.

<sup>183</sup> Segundo Gonçalves (2008), ainda no final do oitocentos, diversos teóricos italianos do período preocupavam-se em como tutelar o fluxo migratório e transformá-lo em um aspecto importante do desenvolvimento da economia italiana. O desenvolvimento da marinha mercante e das sociedades de navegação, a importância das remessas de emigrantes no exterior, o desenvolvimento da “raça” italiana nas Américas, transformavam a emigração em uma mobilização nacional. Acordos comerciais com o Brasil e a Argentina, em que o emigrante italiano era parte da negociação se tornaram corriqueiras. As relações diplomáticas da Polônia com o Brasil também tinham na presença polonesa, uma “porta de entrada” para um maior envolvimento dos diferentes interesses comerciais, políticos e demográficos poloneses.

reaproximar os imigrantes que por décadas estiveram separados da mãe-pátria. A Alemanha também seguiu este exemplo<sup>184</sup>, mas o caso polonês era muito semelhante ao italiano de contrapor a escassez de capitais pela exportação de homens e mercadorias (GONÇALVES, 2008, p. 325). Com base nestes pressupostos, consideramos que o “colonialismo pacífico” ou “imperialismo possível”, no caso polonês, pressupunha, acima de tudo, um caráter de “emigração dirigida”, um “imperialismo” e “colonialismo emigrantista”, pragmático de assentamento de colonos, somado à manutenção da sua ligação com a Polônia dentro de um projeto imperial e colonial ambicioso, que estava embasado em ilusões de grandeza e no forte nacionalismo do Estado renascido.

Fiktus (2012b) demonstra o quanto as perspectivas em relação ao tipo de abordagem colonial polonesa conduziram ao próprio debate sobre os conceitos de colonialismo e colonização entre intelectuais poloneses, muitos dos quais pertencentes à LMiK e expondo suas ideias através da revista *Morze* (O mar). Os debates trouxeram à tona discussões que giraram em torno das noções distintas do idioma polonês de *kolonizacja* X *osadnictwo*. A primeira revelaria o objetivo de uma colonização como *dominium* político e jurídico no exterior (ultramar) ou até mesmo num território contíguo (como os ucranianos no leste), a qual constituiria efetivamente uma “colônia”<sup>185</sup>. O segundo (em português também traduzido como colonização) é muito mais relacionado com a ideia de “assentamento populacional”, isto é, colônias geradas por imigrantes sem vínculo político direto com o Estado de origem, como ocorria nas Américas. Esta noção estava intimamente vinculada com a emigração e a diáspora polonesa. Uma política focada na emigração e concentração populacional no ultramar, mais que na conquista direta, ou então, como um trampolim para uma possível dominação política.

Michał Pankiewicz era um dos entusiastas destes ideais colonizadores, esteve por diversas vezes no Brasil, sendo estudioso da emigração, motivo de exemplificação daquele contexto em nossa análise. Após a I Guerra Mundial, anos depois de ter retornado do Brasil,

---

<sup>184</sup> Magalhães (2010) aponta que os grupos interessados no expansionismo econômico de ultramar da Alemanha, no período entre guerras, com o fim do imperialismo direto em razão da divisão das suas colônias entre os vencedores da Primeira Guerra Mundial, igualmente encontram na América Latina um potencial para a concentração das suas ações. Estas atividades incluíam a emigração massiva de população alemã, que abrangiam a elite de funcionários pertencentes a bancos, empresas, departamentos do governo, dedicados a contatos comerciais e financeiros. Estas ações estavam articuladas à presença dos alemães já estabelecidos na América Latina por várias décadas, e assim sendo, para além de objetivos econômicos ou diplomáticos, comportavam uma política cultural de manutenção da germanidade.

<sup>185</sup> Havia inclusive o debate entre os termos *osadnikami* e *kolonjami*, em geral, no português traduzidos como colonos, mas com as especificidades da raiz das palavras que lhes dão origem. Para Kicingier (2005, p. 60) as aglomerações polonesas compactas foram chamadas “koloniami”, termo que denominava também às colônias no sentido tradicional, dominadas por outros países. Este fator poderia, para a autora, justificar que a demanda polonesa por colônias, não necessariamente estava condicionada à dominação imperial. Fiktus também faz uma discussão dos termos “kolonii” e “kolonia”, com base nas prerrogativas da LMiK (2012b).

onde esteve desde 1909<sup>186</sup> e 1912, criou o *Towarzystwo Przyjaciół Parany* (Sociedade Amigos do Paraná) e esteve vinculado à *Towarzystwo Kolonialne* (Sociedade Colonial), da qual teria sido presidente, e a sucessora *Polskie Towarzystwo Emigracyjne* (Sociedade Polonesa de Emigração)<sup>187</sup> (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 281)<sup>188</sup>. No período 1923-1925 esteve na redação do periódico *Wychodźca* (O Emigrante) revista daquele órgão (MAZUREK, 2016, p. 315). Desde 1923 integrou o *Państwowa Rada Emigracyjna* (Conselho Nacional de Emigração) e o *Komitet Organizacyjny Zjazd Polaków Zagranicą* (Comitê de Organização do Encontro dos Poloneses no Exterior), no final da década. Sendo que fez parte do *Związek Pionierów Kolonialnych* (União dos Pioneiros Coloniais) (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 281-282). Por fim, teria sido um dos ativistas da Liga Marítima e Colonial (FIKTUS, 2012, p. 117) e seu secretário (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 281). Em 1939, perto do fim dos projetos poloneses, era diretor da Sociedade Internacional de Colonização (*Miedzynarodowe Towarzystwo Osadnicze* - MTO)<sup>189</sup>, assim sendo, teve amplo envolvimento com colonizadoras e instituições emigrantistas polonesas ao longo do tempo.

---

<sup>186</sup> Em 1909 chegou ao Paraná e em 1910 participou da *Szkoła Ludowa* (Escola Popular). Com apoio de Jadwiga Jaholkowski e Sekuła buscou atrair imigrantes poloneses, objetivando a criação de uma “Nova Polônia”. De volta ao país natal, iniciou trabalho de propaganda pró-Paraná, recrutando novamente imigrantes. Em 1912, Pankiewicz retorna ao Brasil, indo estudar Direito em Curitiba e Porto Alegre (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 280-283).

<sup>187</sup> Ofício n. 19, Legação brasileira em Varsóvia, ministro Peçanha para Ministro Octávio Mangabeira, MRE, 07 de março de 1930.

<sup>188</sup> Gazeta do Povo, 26 de agosto de 1930. APW.

<sup>189</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 2722.432. Mieczysław Lepecki, 1939 (DOPS).

FIGURA 1 - MICHAŁ PANKIEWICZ, CONSELHEIRO DE EMIGRAÇÃO. 1932



FONTE: Narodowe Archiwum Cyfrowe 1-Z-4a.

Em 1930<sup>190</sup>, visita o Brasil, já ocupando o cargo de Conselheiro de Emigração em Buenos Aires, que teria a “incumbência de estudar, sugerir e propor ao governo polonês, medidas capazes de orientar e normalizar as correntes emigratórias que se destinam aos países de imigração, determinando as diretrizes da política emigratória da Polônia”<sup>191</sup>. O conselheiro explicou as novas diretrizes da política emigratória do governo polonês. Conforme argumentava, a emigração era de “absoluta importância para o meu país” e um dos “problemas mais complexos que preocupam o meu governo na atualidade”. Na sua opinião, a Polônia teria cuidado da questão “tardamente” em razão dos problemas de reconstrução “político-social” fruto da independência. O Brasil, então, era visto com “prioridade de sistematização e do interesse de mudar aspectos mais importantes da política emigratória”, com relação à colonização, buscando ampliar os espaços destinados àquela.

A carta de Grabowski em junho de 1932<sup>192</sup>, em conversa entre Afonso de Toledo Bandeira de Mello, diretor do Departamento de Trabalho e Jurkiewicz, ex-Ministro do Trabalho

---

<sup>190</sup> Gazeta do Povo, 26 de agosto de 1930. APW.

<sup>191</sup> Ibidem.

<sup>192</sup> Ofício da Legação polonesa no Brasil, Grabowski para Afonso de Toledo Bandeira de Mello, Departamento do Trabalho, 03 de junho de 1932. Outras conversas foram trocadas com A. Bandeira de Mello em 30 de junho e 06 de dezembro de 1932. Lata 622, maço 96.650.

e Assistência Social da Polônia, sobre a temática da imigração polonesa para o Brasil, também exemplifica esse tema. As visões do diretor brasileiro seriam as mesmas das autoridades de emigração polonesas. Para o polonês, “A Polônia tem um elemento de colonização de primeira linha e está muito interessada na possibilidade de direcionar a terra para terras de boa qualidade que estariam disponíveis no Brasil” (tradução nossa). Afirmar que esse movimento, de tradições bem antigas, seria proveitoso para ambos países, se organizado sobre um plano e um acordo mútuo. Era a marca de um espírito da “emigração dirigida” acordada com o estado brasileiro, a partir de um ponto de vista positivo para a consecução da emigração no país. Segundo os dados do parecer, para Jurkiewicz, “Acompanhamos essa visão assumindo sob nossa proteção o movimento migratório no Brasil, especialmente a emigração de colonos organizados segundo um determinado plano” (tradução nossa). Ao que parece, os objetivos propostos por Gluchowski, desde os anos 1920, começavam a ser colocados em prática com a anuência das autoridades brasileiras e mesmo da opinião pública com a exposição da temática nos jornais, como por Pankiewicz. As experiências já feitas na forma de ensaios, levariam a conclusão da necessidade de uma operação conjunta entre os dois países para organização do movimento migratório e proteção social dos colonos. Propõe, assim, um trabalho unido ao diretor brasileiro, dando a conhecer suas intenções e esperando retorno sobre a temática<sup>193</sup>.

Em 30 de Junho de 1933, o ministro Afrânio de Mello Franco, numa série de troca de documentos<sup>194</sup>, afirma ser a “formação de uma sociedade” para a “fixação de imigrantes poloneses, rigorosamente escolhidos entre as populações rurais” que, “merece, sem dúvida, toda a atenção das autoridades nacionais e este Ministério, dentro das suas atribuições” e encaminharia os projetos analisados pelo Ministério do Trabalho e seus órgãos técnicos. Encontramos informações nesse sentido ainda pra 1936<sup>195</sup> e 1938<sup>196</sup>, com o fito de promover um plano de colonização polonesa, através do questionamento sobre terras devolutas que poderiam ser compradas e uma imagem colonial sobre o Brasil.

Dever-se-ia, portanto, evitar a perda do polonês no exterior de modo a estar a serviço da cultura polonesa, bem como para expandir seus mercados, o que deveria estar articulado à educação, pensando o desenvolvimento econômico e cultural e relação com a Polônia numa emigração organizada e consciente, tendo, no Brasil, como exemplo os alemães, sobretudo pelo

---

<sup>193</sup> Ibidem.

<sup>194</sup> Ofício ministro A. de Mello Franco, do MRE, para ministro Joaquim Pedro Salgado Filho, do MT, 30 de janeiro 1933. Lata 622, maço 96.650.

<sup>195</sup> Legação polonesa no Rio de Janeiro, Grabowski para governador de Minas Gerais, Benedicto Valladares de Ribeiro, 14 de julho de 1936.

<sup>196</sup> Ofício N. 69, Legação Brasileira em Varsóvia, Figueira de Mello para ministro Oswaldo Aranha, MRE, 13 de junho de 1938.



aspecto das trocas econômicas, em que os assentamentos poloneses emigrados se tornaria um mercado consumidor para produtos poloneses e com potencial de abrir o mercado brasileiro<sup>197</sup>. Para Nalewajko (2014, p. 141), o desenvolvimento de novos assentamentos poloneses dirigidos deveria ser acompanhado da melhoria econômica, na indústria e agricultura “que se relacionarían con Polonia mediante un intercambio comercial intenso”. Os “enclaves poloneses” com suas próprias instituições, empresas, fábricas e agricultores “iban a ser extraídos de los territorios bajo la jurisdicción de sus Estados respectivos formando la extensión ultramarina del territorio soberano polaco” (NALEWAJKO, 2014, p. 141). Ocorre uma reconfiguração do novo perfil emigratório em relação aos das décadas anteriores.

Ao contrário dos seus predecessores, os imigrantes possuíam muitos direitos e obrigações. Por exemplo, tinham a obrigação de subordinar-se à administração da colônia, não podiam dedicar-se a outras tarefas além da agricultura (p. ex. ao comércio ou ao artesanato), e muito menos abandonar por conta própria o lote de terra que lhes era atribuído. O propósito era criar tópicos núcleos de colonização, cujos moradores – de acordo com o contrato – deviam adquirir as suas propriedades, geralmente em prestações. Em troca garantia-se às famílias o ensino gratuito, a assistência médica e a ajuda na instalação da propriedade (MAZUREK, 2016, p. 73).

Com base nestas aproximações, ao dirigir os camponeses, que saíam da Polônia, a compra de terras era uma questão central da configuração desse “imperialismo” ou “colonialismo” polonês, “emigrantista” e “pacífico” na América Latina, especialmente no Brasil, sendo as colonizadoras polonesas grandes protagonistas deste processo de direção dos emigrantes. Portanto, balizado no assentamento de população rural em pequenas comunidades mais ou menos homogêneas, se organizaria sua localização, com instituições, apoio de ampla infraestrutura e intelectuais, a fim de manter a *polonidade* e garantir seu desenvolvimento econômico. Conservando os laços com a “pátria-mãe”, tanto sob o ponto de vista comercial, como cultural e nacionalista, sendo uma força para a nação no exterior, com autonomia e não assimilação em relação ao país de acolhida e a sociedade envolvente. Esses temas vão replicar fortemente, frente ao *Correio do Paraná*, desde 1933 e em 1934 quando chegam no seu ápice, mas também tem reverberação no MRE, a partir de 1935.

---

<sup>197</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 212, 213 e 217.

#### 2.4.3. A tutela através das terras e colonizadoras

Dentro do contexto da “Emigração Dirigida” do entreguerras e das preocupações governamentais polonesas com a emigração e consequente colonização, as instituições estatais, como o Departamento de Emigração e também o Sindicato de Emigração (*Syndikat Emigracyjny*) (MAZUREK, 2016), ajudaram na consolidação e estímulo ao recrutamento de emigrantes para as sociedades colonizadoras e projetos de assentamento de poloneses através da compra de terras em países latino-americanos (NALEWAJKO, 2014). Este tipo de projeto marca o período e, embora, seja um dos grandes motivadores críticos a um atribuído “imperialismo polonês” configurado no debate brasileiro, essa política emigratória e colonizadora teve sucessos relativos. A América Latina foi privilegiada nos objetivos, devido à “abundância de terras”, a presença de núcleos poloneses pré-existentes (em diferentes regiões) e, assim como uma “atitude inicialmente favorável” das autoridades locais, em relação a esses colonos (NALEWAJKO, 2014, p. 140). As intenções eram, portanto, atrelar assentamentos e identidades<sup>198</sup>.

No Brasil, desde 1889, com a República, a colonização passada para responsabilidade dos estados, por sua vez, como o Paraná, foi atrelada à ação de Companhias Colonizadoras privadas para a expansão da imigração e colonização no interior, através de uma ampla concessão de terras para a instalação de colonos estrangeiros (PRIORI, 2012). Neste estado, mais precisamente a partir de 1907, e maiormente de 1916, até o início da década de 1930, estes movimentos se intensificaram e a ocupação das terras se realizou através de investimentos de empresas colonizadoras para as quais eram concedidas grandes glebas de terras do governo, as quais deveriam ser acompanhadas de projetos modernizadores e de beneficiamento (PRIORI, 2012). Eram propostos, nesse sentido, a vinda de imigrantes de outros estados do sul do país, como do Rio Grande do Sul, embora continuassem os fluxos europeus, aliados ao processo de capitalização da terra, formação de núcleos próximos às ferrovias, vínculos com empresas privadas e objetivos de ocupação de regiões afastadas, sobretudo, no oeste do estado.

---

<sup>198</sup> Ao mesmo tempo, a suposta “fraqueza” dos governos dos países americanos era igualmente avaliada. Para Nalewajko, este fato, “segundo as avaliações das autoridades polonesas, facilitaria o fortalecimento dos laços entre as colônias polonesas e a Polônia, como “pátria-mãe”, acima das lealdades devidas para com o país anfitrião” (NALEWAJKO, 2014, p. 140). Rosane Neumann (2009, P. 134) aponta para o caso das colonizadoras “uma das frentes do projeto de colonização de Hermann Meyer consistiu em proporcionar aos emigrantes alemães uma nova Heimat no Brasil, onde poderiam ser e permanecer alemães – no caso dos colonos nacionais, uma regermanização. A realização de um trabalho cultural nas suas colônias era apresentada como a marca registrada da Colonizadora, diferenciando-a dos demais empreendimentos da mesma natureza atuantes no país. É objetivo mapear como esse espaço colonial foi pensado – a utopia de Meyer – e construído, e a venda dessa imagem pela Colonizadora Meyer através de sua propaganda, fazendo-se lembrada pela imprensa, e como esse discurso foi recebido e apropriado pelos de fora”.

Nesse sentido, das colonizações privadas, o planalto de Guarapuava era idealizado como “território do amanhã” da colonização polonesa. Nessa região, imaginada positivamente por Gluchowski, de maneira mais efetiva, seriam as ações individuais de colonos, que promoveriam projetos colonizadores. Segundo Viechnieski (2017), a colonizadora “Empresa Mercantil Paranaense S/A” de Ladislau Romão Radecki, ou Władysław Radecki (quem depois teria problemas com a TK), com apoio do cônsul polonês, fez a intermediação para a compra e instalação de colonos poloneses na fazenda Amola Faca, adquirida do coronel Ernesto de Queiroz, de mais de 8 mil alqueires. As vendas ocorreram entre 1921 e 1929, mas a ocupação foi irregular, assim como os pagamentos<sup>199</sup>, ademais, a colônia concentrou a vinda de colonos de outras regiões do Paraná e Rio Grande do Sul, bem como diretamente da Polônia (VIECHNIESKI, 2017). As tentativas em Amola Faca, embora consideradas particulares, pelo apoio consular que tiveram, podem ser articuladas com a inauguração das tentativas colonizadoras dirigidas e sistemáticas, que vão ser levadas a cabo no final dos anos 1920 e durante os anos 1930 pelas empresas polonesas.

Após trocas de cessão de terras entre o estado do Paraná e sociedades privadas na década de 1920, uma série de companhias colonizadoras tiveram seu contrato colocado em caducidade no início da década de 1930, diante do descumprimento de itens, ou problemas de concessões indevidas, vendas irregulares, etc. A partir de então, auxiliado pelo Departamento respectivo, a colonização havia sido reiniciada executada diretamente pelo governo. Conforme Priori (2012, p. 143), o Decreto n. 300 de 03 de outubro de 1930 anulou diversas concessões de terras, as quais continuaram sendo revistas até 1935. A partir de então, foram substituídas pela compra de terras, conforme vai ocorrer com a LMiK no Paraná, diferente do caso da TK.

As colonizadoras polonesas (embora muitas vezes não restringissem judeus e outras minorias, os quais o governo polonês estimulava a saída) estavam voltadas ao recrutamento de camponeses na Polônia, ou descendentes de poloneses no Brasil, ou seja, para um grupo étnico particular de colonos. Um exemplo similar, no mesmo período, é o dos japoneses em São Paulo. Dentro do conceito de “imigração tutelada” (SAKURAI, 2000) o Japão fez várias compras e comércio de terras para reemigrantes, basicamente ao longo de ferrovias e feito por empresas privadas ligadas ao governo (Braztac, KKKK, etc.), as quais promoviam benfeitorias para os colonos<sup>200</sup>. O que significava, para além da capitalização da terra, a garantia de um variado

<sup>199</sup> Cf.: Sobre a colônia Amola Faca ver: VIECHNIESKI, Selma: **Tensões na construção identitária polonesa: o caso da colônia Amola-Faca/Virmond (PR)**. Tese de doutorado em História – UEPG, Ponta Grossa, 2017.

<sup>200</sup> O caso japonês explorado por Sakurai (2000) ilustrava a noção de criar uma colônia capaz de comerciar com a “metrópole” e para a consecução destes objetivos, enviava agrônomos e funcionários faziam o desmatamento e demarcação, com participação de agrimensores e engenheiros. Fundam casas bancárias para financiar agricultores.

espectro de ações que garantissem ao colono atendimento em relação a demandas para alocação e desenvolvimento das regiões que ocupavam através de funcionários e infraestrutura.

Nesse sentido, não apenas as já mencionadas Sociedade de Colonização (TK), em 1928, no Espírito Santo, ou 1930 no Paraná, e a LMiK em 1934 (as duas maiores colonizadoras e que tinham subvenção estatal direta da Polônia), estiveram presentes na questão de terras para a colonização com poloneses no Brasil, assim como existiam várias outras para distintos países da América Latina. Em 1935 e 1936, o cônsul brasileiro na Polônia, ao questionar empresas que angariavam judeus, considerados “indesejáveis” naquele período, informava aquelas que tinham permissão para recrutar imigrantes na Polônia. No entanto, essas empresas, para o cônsul, tinham o objetivo da “verdadeira colonização” com “excelentes famílias de agricultores de que tanto urgimos para que o Brasil possa atingir ao máximo a prosperidade e riqueza que lhe cabe como grande potência”. Na sua maioria teriam uma sede em Varsóvia, com exceção da companhia inglesa, sendo concessionárias ou proprietárias de terras no Brasil, que eram autorizadas pelo Governo polonês a angariar agricultores poloneses no país.

QUADRO 2 - EMPRESAS DE COLONIZAÇÃO ATUANDO COM IMIGRANTES POLONESES (1935-36)

COMPANHIA	ESTADO	OBJETIVOS
Dahne, Conceição e Cia	Rio Grande do Sul	Recrutamento de colonos
Companhia Itaquerê	São Paulo	Recrutamento de imigrantes para cafezais
A. Borba & Cia Ltda	São Paulo	Recrutamento de imigrantes.
Colônia Marquês de Abrantes	Paraná	Colônia pública para nacionais
Paraná Plantations Limited e Companhia de Terras Norte do Paraná	Paraná	Colonização <i>Gleba Orle e Warta</i>
Sociedade de Colonização	Espírito Santo	Colonização <i>Águia Branca</i> ,
Liga Marítima e Colonial	Paraná	Colonização <i>Morska Wola</i>
Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense AS	Paraná	Colonização <i>Nowa Wola e Jagoda</i>

FONTE: O autor<sup>201</sup>

Todo um esforço para garantir sucesso produtivo. Este tipo de suporte era igual ao que os poloneses tentavam fornecer, contudo não obtiveram o mesmo sucesso, os resultados estiveram mais próximos da simples exploração econômica dos colonos.

<sup>201</sup> Ofício n. 11, Consulado brasileiro em Varsóvia, Edgardo Barbedo para secretaria ministro José Carlos de Macedo Soares, MRE, 08 de março de 1935. Ofício n. 25, Consulado brasileiro em Varsóvia, Edgardo Barbedo para encarregado de negócios da legação brasileira Jorge Latour, 29 de outubro de 1936. Em 1930, vários debates sobre a Paraná Plantations são feitos na documentação do MRE, problemas com vistos de poloneses e necessidade de facilitar a emissão para chegada de colonos, a fim de permitir ao governo paranaense colonizar suas terras, através, justamente da compra de terras e uso de companhias colonizadoras. Assim como há também ampla documentação sobre a colonizadoras Dahne, Conceição e Cia e da Companhia Itaquerê, com discussões para recrutamento de poloneses, junto ao consulado e a legação em Varsóvia, ademais de debates sobre a Marquez do Abrantes, investigada como espaço para a recepção de colonos desgostosos com a colonização do Espírito Santo. A companhia Itaquerê, de São Paulo, fez esforços no mesmo sentido, os quais envolveram o meio diplomático, o

Carneiro (1994) demonstra como neste processo o consulado brasileiro em Varsóvia e funcionários da legação estavam preocupados com o uso das colonizadoras para a entrada de judeus não agricultores, entendendo as companhias como facilitadoras desse processo<sup>202</sup>. De fato, poderia existir um estímulo polonês para a saída daquela população, mas dentro do contexto dirigido, a preferência era por concentrar poloneses. Havia ampla predileção no Brasil por agricultores e, em menor medida, operários, sendo que aqueles que não se enquadrassem acabavam gerando debates entre os ministérios, sobretudo, a fim de fiscalizar as empresas e seu processo de recrutamento.

Entre as colonizadoras destacadas, em 1932 foi organizada a “Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense AS” ou *Parańska Spółka Kolonizacyjno-Handlowa AS*, com sede em Curitiba<sup>203</sup>. Era uma empresa constituída de polono-paranaenses, a qual tinha vínculos com o Estado polonês, tendo a colaboração da Comissão Emigratória Interministerial e depois passou a fazer parte da Sociedade Internacional de Colonização S. A. (MTO), criada em 1936 (MAZUREK, 2016, p. 166). Os militares que eram engajados na temática da emigração Mieczysław Lepecki, Mieczysław Fularski<sup>204</sup> e Apolonjusz Zarychta, o trio que ficou conhecido como LEFUZA (WACHOWICZ, 2000, p. 55)<sup>205</sup> por suas iniciais, teriam organizado

---

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o estado de São Paulo, e destacavam problemas em razão da presença de judeus entre os imigrantes. Mais importante, em 1937, a “colonização dirigida” polonesa, começa a ser mal vista pelos meios diplomáticos, a diferença, contudo, era o objetivo da Itaquerê de obter mão de obra para o café paulista, o qual não foi adiante. Sobre a ação destas colonizadoras ver também: MARTINS, Cláudia Regina Kawka. **A presença eslava na formação de Arapongas**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2007.

<sup>202</sup> Trocas de ofícios entre MRE e MT para parar de visar passaportes de imigrantes que tinham declarações de destino para núcleos coloniais firmadas pelo Sindicato de Emigração (*Syndikat Emygracyjny*), pois o consulado visava gratuitamente, eximindo dos gastos legais, o passaporte, dado que eram supostos agricultores que iam para a colônia, Marquez de Abrantes, mas que lá não permaneciam, retornando a Curitiba, pois eram “alheios ao cultivo da terra”. MRE repassa para o consulado em Varsóvia. Ofício n. 1228, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Diretor Geral, Dulphe Pinheiro Machado para ministro Maurício Nabuco, Secretário Geral do MRE, 09 de abril de 1934. Lata 622, maço 9650.

<sup>203</sup> Odrodzenie, 20 de março de 1934. AEG. A empresa tinha como logo, inclusive, o semeador – *Siewca*, Atestado de 14 de novembro de 1938. ITCG. Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense S. A. – *Parańska Spółka Kolonizacyjno Handlowa S. A.*, Rua Ermelino de Leão, 15, Kolonia Jagoda. Prospekt. Curitiba [s/d].

<sup>204</sup> Um oficial egresso das legiões de Piłsudski e da Guerra Polono-Bolchevique, chegou ao Brasil em 1922 como enviado dos MSZ e Ministério do Exército. Nos anos 1920 se envolveu com o *Junak*, escoteiros e a Associação de Professores. Com intenções em prol da manutenção da *polonidade*, atritos o conduzem de volta à Polônia em 1925, onde participa do *Światpol*, sendo vice-presidente. Estudou projetos de emigração polonesa na América Latina em vários países e, mais tarde, já na Polônia teria se dedicado às questões coloniais ultramarinas, sendo um dos fundadores do ZPK e posteriormente da LMiK. Ajudou Zarychta e Lepecki na política emigratória polonesa durante o entreguerras (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 114-116). Ele “foi o principal propagador e teorizador da possibilidade de tornar-se a Polônia uma potência colonial” (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 114).

<sup>205</sup> Os militares, experientes na temática da emigração, teriam sido fundamentais para a consecução das ações polonesas, sobretudo no Brasil, Mieczysław Lepecki, Mieczysław Fularski e Apolonjusz Zarychta (WACHOWICZ, 2001, p. 55). Segundo Kula (1976), Wachowicz e Malczewski (2000), sendo chegados após a I Guerra Mundial e sendo oficiais “legionistas”, isto é, alinhados a Piłsudski, eram organizadores dos primeiros

a Companhia (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 227). Além disso, o general Stefan Strzemiński, representante da Liga Marítima e Colonial, prestigiava as suas reuniões<sup>206</sup> – ela seria, inclusive, controlada pela LMiK, segundo Bethlem<sup>207</sup>, mas posteriormente, os alertas seriam aos vínculos com a futura MTO. Michał Sekuła também era um dos representantes, bem como outros personagens de destaque da “comunidade” polonesa nos anos 1930 (Rudolf Papla<sup>208</sup>, Zenon Kubiak, Jan Furmaniak, Stefan Wolski<sup>209</sup>, etc.). Tinha ainda o apoio do CZP, dada a adesão do conselho de administração daquela companhia.

Com base nestes pressupostos, a empresa apresentava ingerência de funcionários do governo polonês e poderia estar atrelada as suas ações colonialistas, as quais eram mais representativas por parte da LMiK (poderia, por ter capital local no Brasil entre os imigrantes, ser uma forma de deixar a Liga mais próxima para conseguir dar efeito aos seus pressupostos sem maiores críticas). A colonizadora iniciou em 1932, a criação da colônia *Nowa Wola*, localizada a 30 km da estação ferroviária “Barra Bonita” e comendo 2000 ha<sup>210</sup>. Em 1935, o capital da companhia foi aumentado de 100.000 mil-réis para 1.000.000 mil-réis e foram compradas, da Companhia Estadual de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, novas áreas em grande quantidade (63.000 ha) em Rio das Cobras perto Guarapuava<sup>211</sup>, com verbas do governo polonês (WACHOWICZ MALCZEWSKI, 2000, p. 227), dado que suas ações foram obtidas pelo MSZ (MAZUREK, 2016, p. 166). A colônia recebeu o nome de *Jagoda* e as áreas de colonização estavam localizadas no distrito de Laranjeiras, em Guarapuava, no estado do Paraná, na margem direita do rio Iguaçu<sup>212</sup>. Propagandas foram realizadas, por exemplo, no Rio Grande do Sul, e a colônia *Jagoda* passou a ser ocupada por reimigrantes poloneses. Muitas notícias eram veiculadas em jornais polono-brasileiros, como no *Odrodzenie* (Renascimento), de Porto Alegre, que trazia diversas propagandas sobre a criação e ocupação de *Nowa Wola*, de *Jagoda* e mesmo da colônia *Morska Wola* da LMiK, ou ainda, de outras colonizadoras, como a Companhia de Terras do Norte do Paraná, de capital inglês (com chamadas *Rezerwy Polski* ou “reservas polonesas”).

---

grupos do *Junak* e retornaram após a independência polonesa para o Brasil. Conforme Wachowicz (2001, p. 55), mobilizava de modo proeminente os projetos poloneses, especialmente, Zarychta (WACHOWICZ, 2001, p. 56).

<sup>206</sup> *Odrodzenie*, 20 de março de 1934.

<sup>207</sup> BETHLEM, Hugo. *O Vale do Itajaí*. Jornadas de Civismo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 56.

<sup>208</sup> Emigrado ao Brasil em 1928 como instrutor do consulado e professor no Colégio Nicolau Copérnico em Mallet. Era membro do CZP e comerciante (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 283-284).

<sup>209</sup> *Odrodzenie*, 20 de março de 1934.

<sup>210</sup> POTOPOWICZ, op. cit., 1936, p. 57.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>212</sup> Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense S. A. – Parańska Spółka Kolonizacyjno Handlowa S. A., Rua Ermelino de Leão, 15, Kolônia Jagoda. Prospekt. Curitiba [s/d]. APV.



Estes fatores estimularam a saída de poloneses do Rio Grande do Sul para o Paraná, na busca de novas terras, onde replicavam o aspecto colonial (NADALIN, 2001). O resultado destes movimentos poderia ser compreendido no contexto da “enxamagem” (ROCHE, 1969), como a movimentação de colonos de colônias velhas para colônias novas, sendo uma resposta ao esgotamento dos solos, o processo de minifundização por herança de famílias numerosas, a propaganda, entre outros fatores. Mas, a ocupação por essa reemigração também diz respeito aquilo que Wachowicz (1981) entende como a sertanização dos colonos poloneses, os quais optavam por adentrar as matas, ao invés de se urbanizarem, conforme avançavam as cidades nas antigas regiões de colonização. A última possibilidade, era a existência do próprio ideal “colonial/imperial” polonês de concentração dos poloneses no estado do Paraná<sup>213</sup>. Objetivava que os colonos optassem por aquele estado, onde pelo número maior, as condições para colonização seriam melhores, ou seja, a fim de agrupar e evitar a sua desnacionalização, era o que pregava Potopowicz para o que chamava de “colonização secundária”, por exemplo<sup>214</sup>.

Nesse contexto, a política emigratória e a nacionalidade caminhavam conjuntamente. As vinculações do Estado polonês com o mercado de terras no Paraná tem razão de ser naquele contexto de disponibilidade de áreas para compra e colonização no estado brasileiro, o estímulo dos entes públicos, a emigração contínua do território polonês, os interesses comerciais de entidades (inclusive financeiras) polonesas, da expansão dos imigrantes radicados na América do Sul para adquirir novas áreas e do próprio Estado da Polônia em concentrar os emigrantes, garantir a homogeneidade étnica e o apoio de infraestrutura e fornecimento de terra para seus patrícios. O que observamos, de maneira mais detida, foi a utilização do viés econômico da extensa continuidade do processo emigratório polonês do entreguerras por companhias e sociedades colonizadoras, tanto de capital privado e estatal da própria Polônia, como empresas estrangeiras e brasileiras, para a configuração de colônias baseadas na compra e concessão de terras a serem loteadas e revendidas para colonos poloneses.

Sobre essa forma de colonização, podemos adiantar que o governo polonês realizou importantes esforços para apoiar a emigração camponesa “colonizadora”, embora com poucos resultados, em “grande parte por culpa da incompetência das pessoas envolvidas nesses empreendimentos, bem como pelo irrealismo de alguns projetos, desde o início fadados ao insucesso” (MAZUREK, 2016, p. 171). Além disso, a emigração começava a diminuir, dificultando o recrutamento de colonos e o Brasil apertava o cerco de restrições através da legislação, cada vez mais xenófoba e a capitalização da terra dificultava a atração de novos

<sup>213</sup> POTOPOWICZ, op. cit., GLUCHOWSKI, op. cit.

<sup>214</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 65.

imigrantes. Os projetos acabaram com número reduzidos de colonos deslocados, reclamações, fugas e exposições críticas nos periódicos regionais. Com o avanço dos anos 1930, sobretudo a partir de 1936, vários outros acordos seriam estabelecidos ou tentados para a emigração de poloneses com diferentes estados do Brasil<sup>215</sup> e países na América Latina, todas ações interrompidas pela II Guerra Mundial e com resultados infrutíferos (KICINGER, 2005, NALEWAJKO, 2014, MAZUREK, 2016).

## 2.5. A SOCIEDADE DE COLONIZAÇÃO DE VARSÓVIA

Entre as colonizadoras e seus esforços no Brasil, destacamos com maior atenção àquela criada em 26 de março de 1926, a chamada Sociedade de Colonização ou Sociedade Colonizadora de Varsóvia Ltda (*Towarzystwo Kolonizacyjne we Warszawie* - TK). Apesar de objetivar o concessões de terra para a alocação de colonos poloneses na América Latina (como o caso peruano e capixaba)<sup>216</sup>, mantinha estudos e projetos para o Canadá, Norte da África, França<sup>217</sup> (NALEWAJKO, 2014, MAZUREK, 2016). Este foi o primeiro caso que identificamos de sociedades colonizadoras polonesas atuando no Brasil, de caráter mais oficial e vinculada, ainda que parcialmente, ao estado polonês, dentro do que identificamos como “emigração dirigida” e do “imperialismo” e “colonialismo emigrantista” pacífico. Tal argumento se baseia no fato de que a colonizadora foi fundada tendo amplo apoio por meio de empréstimos e capital do governo polonês, suporte do MSZ e do Ministério do Trabalho e

<sup>215</sup> Ofício Legação polonesa no Rio de Janeiro, Grabowski para governador de Minas Gerais, Benedicto Valladares de Ribeiro, 14 de julho de 1936.

<sup>216</sup> Segundo Mazurek (2016, p. 162): “Em janeiro de 1928 viajou ao Peru um grupo de delegados do Departamento de Emigração e do Banco da Economia Nacional (que devia financiar a emigração agrícola), com o objetivo de avaliar as condições de colonização nesse país. Kazimierz Warchałowski e o Sindicato Colonizador Polono-Americano possuíam uma concessão para colonizar alguns milhares de hectares de selva equatorial na bacia do rio Ucayali, na região da chamada Montania”. Segundo Nalewajko (2018, p. 111), foram 1 milhão de hectares a serem colonizados por 3 mil famílias e depois mais 350 mil hectares aos quais Warchałowski, então chefe da Seção de Emigração Ultramarina do Departamento de Emigração, recrutaria outros mil. Os “ambiciosos planos” foram expandidos com o envio pelo MSZ de Lepecki, que teve impressões negativas, assim como intelectuais poloneses, como Siemiradzki e a imprensa do país (2018, p. 112). A colônia *Sepa* (Cepa) e *Cumaría* foram os projetos tentados entre 1928 e 1934. Segundo Mazurek (2016, p. 162-163) “no final o governo polonês não se dispôs a subvencionar esse empreendimento, da mesma forma que o Banco da Economia Nacional. Diante disso, toda a colonização foi financiada com recursos particulares. A crise econômica dos anos trinta foi uma das causas de atraso do início da ação. Finalmente ela foi interrompida em 1933, visto que havia expirado o prazo da concessão para a colonização da área. O governo polonês, temendo um escândalo internacional, teve de retirar os colonos poloneses do Peru”. Poucas famílias foram alocadas e a ocupação foi marcada por seguidas fugas de colonos, em especial, em 1934, quando foram a Iquitos e protestaram conseguindo remoção para a colônia Águia Branca, no Espírito Santo (NALEWAJKO, 2018, p. 115 -116).

<sup>217</sup> BŁASZCZYK, Sylwester. *Sprawozdanie z podróży służbowej na kolonie Towarzystwa Kolonizacyjnego w Stanie Espírito Santo*, 1939. PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 2722.432. Mieczysław Lepecki (DOPS).

Assistência Social (KICINGER, 2005, p. 66). A instituição, dessa maneira, se configura com ação mais direta das colonizadoras polonesas no Brasil sob a égide da política estatal, assim como estimula os primeiros receios por parte dos agentes públicos e dos periódicos brasileiros.

Além do caso mais conhecido e acabado do estado do sudeste brasileiro, ela manteve averiguações na Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Pará<sup>218</sup>. No Paraná, sobretudo, depois de uma concessão de grande quantidade de terras com os mesmos objetivos através dos quais imaginava se estabelecer em outros lugares, teve problemas que conduziram a falta de continuidade do projeto e acabou como motivo da disputa com a imprensa paranaense, em especial o *Correio do Paraná*, em março e fevereiro de 1933, assunto que trataremos no próximo capítulo.

### 2.5.1. O Espírito Santo

A atuação da TK no Espírito Santo, exemplifica como aspectos dos projetos, os quais aproximavam as intenções polonesas dos objetivos brasileiros de ocupação do solo<sup>219</sup> se combinavam, ainda no início das ações da Polônia, bem como, configuram as suas perspectivas de ampliar as aproximações dos imigrantes com o país, garantindo uma série de relações, infraestrutura e propondo o assentamento compacto de poloneses em regiões específicas da América do Sul.

O governo do Espírito Santo assinou contrato com a TK em 6 de outubro de 1928, junto à presença de Walery Koszarowski<sup>220</sup>, então representante da instituição (MALACARNE, 2004, p. 51). A administração da colonizadora na região durou entre 1928 e 1939, objetivando um caráter mais racional e dirigido na ocupação emigrantista, em conformidade com as acepções do contexto político e colonial polonês. O ministro Grabowski (em 1928 e 1935<sup>221</sup>) e até parlamentares poloneses visitaram a colônia e estimularam a propaganda em território

<sup>218</sup> BŁASZCZYK, op. cit. Ofício n. 50 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha, para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 05 de janeiro de 1929. Ver também Malikoski (2019).

<sup>219</sup> Uma discussão ampliada deste processo pode ser observada em TRINDADE, Rhuan T. Z. Os poloneses no Espírito Santo e a política colonial polonesa (1928-1939). In: ARENDT, Isabel Cristina; CUNHA, Jorge Luiz da; SANTOS, Rodrigo Luis dos (Org.). **Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos**. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2019, v. 1, pp. 795-809.

<sup>220</sup> Posteriormente estaria vinculado à legação polonesa no Rio de Janeiro, como encarregado dos serviços de emigração e como gerente do Patronato Polonês. 05 de novembro de 1936, o MRE repassa o ofício para a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; Legação Polonesa no Rio de Janeiro para MRE, 11 de janeiro de 1938.

<sup>221</sup> Notas secretaria do MRE para Legação polonesa no Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1928 e 03 de setembro de 1935.

polonês, sobretudo em periódicos locais<sup>222</sup> e através de publicações ilustradas, assim como as outras colonizadoras realizavam.

A TK obteve a concessão inicial do estado de 50 mil hectares de terra e se propôs, conforme o contrato, a ocupar com 1.800 imigrantes no prazo de 8 anos<sup>223</sup>. Havia reservas de terrenos para a construções de benfeitorias públicas (ruas, praças, estabelecimentos administrativos de diferentes níveis), direito à área de 1000 hectares para estabelecimentos técnicos voltados à agricultura, assim como a obrigatoriedade de construir uma estrada<sup>224</sup>. Inicialmente era um projeto bem visto, de acordo com informações das boas condições de poloneses no Rio Grande do Sul, o legado brasileiro em Varsóvia, por exemplo, garantia um estímulo para a colonização do Espírito Santo, conforme contrato recém firmado<sup>225</sup>. Ou então pelo fato de alguns jornais noticiarem as “impressões favoráveis ao nosso país emanadas da primeira leva de colonos, chegados ao Estado do Espírito Santos” em 1930<sup>226</sup>. O Brasil, até aquela altura, estava sem limitações imigratórias claras, conforme anunciava Peçanha, “nem por isso a posição do nosso país deixa de ser a última nas estatísticas de saídas para as principais nações imigrantistas da América”. Não obstante aquela condição e uma “introdução irregular de braços poloneses”, o Governo persiste em “dar-nos preferência na distribuição dos seus emigrantes”, destacando justamente o trabalho da TK<sup>227</sup>. Estas disposições permitem observar a inexistência de uma imagem negativa dos empreendimentos, fosse pelas más condições coloniais, ou por alguma ameaça/perigo imperial/colonial, sendo os poloneses imigrantes desejados. A concessão foi inclusive ampliada em maio de 1936, bem como o prazo de ocupação estendido por 10 anos, diante das dificuldades para cumprimento das disposições do contrato de 1928 (em razão da crise de 1929 e Revolução de 1930), sendo concedidos mais 45.000 hectares (MALACARNE, 2004).

---

<sup>222</sup> Ofício n. 69, Reservado Legação Brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 06 julho de 1929.

<sup>223</sup> Contrato de colonização entre o Estado do Espírito Santo e a Sociedade de Colonização de Varsóvia, disponível em Malacarne (2004).

<sup>224</sup> Ibidem.

<sup>225</sup> Ofício 114, Legação brasileira de Varsóvia, Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 11 de dezembro de 1928.

<sup>226</sup> Ofício n. 18 Legação Brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 19 de fevereiro de 1930.

<sup>227</sup> Ofício n. 50 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha, para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 10 de maio de 1929. No texto, aparece a transcrição de um discurso do Ministro do Trabalho e Assistência Social polonês. Neste, o político propunha que o Estado “impulsione a emigração para o Brasil”, confiando os meios técnicos e práticos para a Sociedade de Colonização. A partir daí, Peçanha autorizava aquela instituição a proceder o recrutamento das famílias que desejassem se transportar para o Espírito Santo, bem como “enfeixava a colonização” dos outros estados brasileiros.

Conforme um relatório do representante da TK enviado para o Brasil, Sylwester Błaszczyk<sup>228</sup>, *Sprawozdanie z podróży służbowej na kolonie Towarzystwa Kolonizacyjnego w Stanie Espírito Santo* (Reportagem sobre uma viagem de negócios às colônias da Sociedade de Colonização no Estado do Espírito Santo)<sup>229</sup> de 1939, foram constituídos três núcleos: Águia Branca (*Orzeł Biały*), sede da colonizadora e Monte Claro (*Jasna Góra*), ambos da primeira concessão em 1928<sup>230</sup>; o terceiro núcleo, criado após a ampliação em 1936, era São Gabriel da Palha<sup>231</sup>. Quanto aos números da colonização, entre 1929 e 1939 vieram 361 famílias<sup>232</sup>. Em abril de 1935, a colônia Águia Branca recebeu famílias que se deslocavam do Peru (depois de uma série de protestos), junto ao pe. Francisco Sokół<sup>233</sup> (MAZUREK, 2016, p. 74) em razão das dificuldades com a colonização no local. Ademais, segundo Malacarne (2004), em razão das condições de saúde e clima, ocorreram diversas reimmigrações e fugas do Espírito Santo para colônias do Paraná e Rio Grande do Sul.

Relatos das dificuldades de assentamento aparecem com certa recorrência na discussão da diplomacia<sup>234</sup> e dos periódicos curitibanos<sup>235</sup>, que visualizavam famílias que iam até a capital

---

<sup>228</sup> Chegado ao Brasil em março de 1938. Ofício n. 35 Legação Brasileira em Varsóvia, Figueira de Mello para ministro Oswaldo Aranha, 02 de abril de 1938. Ele seria funcionário da Legação Polonesa, segundo informava para o MRE. Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 05 de maio de 1938.

<sup>229</sup> BŁASZCZYK, op. cit.

<sup>230</sup> Ibidem.

<sup>231</sup> Ibidem.

<sup>232</sup> Ibidem.

<sup>233</sup> Já em 1931, conforme nota MRE para Legação Brasileira em Varsóvia, 23 de junho de 1931. Secretaria do MRE anuncia pedido da legação polonesa para que 52 famílias polonesas em Iquitos, no Peru, tivessem os passaportes visados, ao que o Ministério já tinha autorizado o Consulado Brasileiro na cidade para assim proceder, a fim de que aqueles colonos pudessem adentrar o território nacional. Outras notas e ofícios são trocados no período, sobre o caso, que envolveu a diplomacia brasileira, a fim de proceder com a integração daqueles colonos em 1934.

<sup>234</sup> Correspondência de 02 de fevereiro de 1939, Legação polonesa no Rio de Janeiro para Ministério das Relações Exteriores. Sobre poloneses que se recusaram a ir para o Espírito Santo em razão de notícias negativas, permanecendo no Rio de Janeiro.

<sup>235</sup> Correio do Paraná, 14 de fevereiro de 1933: segundo o jornal, os “agentes e propagandistas de Sociedade, criminosamente, com o aplauso das autoridades polonesas, correram às mais florescentes aldeias da Polônia seduzindo os simplórios camponeses com as fantasias da sua propaganda”. Ao serem “ludibriados”, os camponeses poloneses teriam vendido suas terras na Polônia e comprado no Espírito Santo por aqueles valores, mas não teriam encontrado aquilo que havia sido prometido, deixados na “mais completa nudez” naquele estado. Em 20 de fevereiro, o jornal de Curitiba reiterava: teria investido em propaganda na Polônia com fotografias e publicações sobre seus “latifúndios” no Brasil e “prosperidade dos colonos”. Com “meios criminosos”, portanto, teria se apropriado dos bens dos camponeses, que viveriam com “fome” e “completa nudez”, ao que saberia a “colônia polonesa” dos casos de compatriotas na miséria em razão da Sociedade, ao que questiona se estariam de acordo. Em 1936, o *O Dia* aponta a notícia: “Explorando a boa fé dos poloneses”, explicando “como age a Sociedade de Colonização de Varsóvia para atrair imigrantes para o Brasil e vender-lhes suas terras safaras”. Em que entrevista 85 famílias que chegavam ao Paraná do Espírito Santo e o questionamento sobre “a inexplicável indiferença da Embaixada e dos consulados daquele país em face desses pobres explorados – Nossas autoridades devem tomar enérgicas e imediatas providências”. Conforme aponta, Ribas entrou em contato com o consulado, mas este teria manifestado “inteira indiferença pelo caso, deixando de lado os pobres imigrantes”. Então, as autoridades paranaenses teriam ajudado, entrando em contato com o prefeito de Irati para o aproveitamento dos colonos em serviços na agricultura. A crítica do jornal, com base nos dados dos imigrantes, era que a TK fazia propaganda das “maravilhas” do Brasil e das possibilidades de emprego, recrutando, portanto, não agricultores (ao aproveitar da

paranaense, fugindo das más condições no Espírito Santo, sendo muitas não agricultores, que se consideravam enganadas pela TK, a qual oferecia oportunidades de trabalho no país, para além das terras, fazendo uma propaganda para angariar imigrantes, que comprassem os lotes, mesmo que não fossem colonos<sup>236</sup>. Já em 1930, o MRE recebia denúncias sobre as condições de alocação<sup>237</sup>. O gabinete do presidente do Espírito Santo envia informações para o ministério<sup>238</sup> sobre instalações construídas para receber os imigrantes poloneses, todas seriam da maior qualidade e higiene e respondia a um jornal de Vitória que teria criticado o abandono dos colonos, mandando documento com diversos dados sobre a recepção dos imigrantes. O ministro Mangabeira responderia que o MRE acompanhava com interesse a questão imigratória, e com satisfação tomava conhecimento das informações sobre a assistência aos colonos<sup>239</sup>.

Em maio de 1934, no bojo dos conflitos com a LMiK, o *Correio do Paraná* relatava deslocamentos de poloneses do Espírito Santo para o Paraná<sup>240</sup>, o que envolveu a diplomacia polonesa, o MT e MRE. O próprio Koszarowski e o consulado da Polônia seriam admoestados pelo jornal<sup>241</sup>, com críticas ao perfil dos imigrantes trazidos e seus deslocamentos internos para Curitiba<sup>242</sup>. A exploração da colonização no Espírito Santo, assim, redundou em grave fracasso em razão dos múltiplos problemas com a evasão da colônia, fraudes e irregularidades na contratação de imigrantes. Apesar da preocupação da TK em garantir a administração local, a presença de escola, padres, professores e um médico, assim como uma sociedade cultural polonesa na região (circulação de periódicos, biblioteca e grupos culturais), contudo, funcionando de maneira precária<sup>243</sup> e a maior parte foi dissolvida com a nacionalização entre 1938 e 1939.

Já no bojo das restrições imigratórios e maior seleção do imigrante, em 1937, o MRE afirma para a legação polonesa no Rio de Janeiro, que averiguaria individualmente os casos de

---

falta de trabalho na Polônia), mas exigindo a compra das terras adiantadas, as quais seriam de baixa qualidade. Ao não conseguirem trabalho no comércio e indústria e sem apoio da TK se deslocaram para o Paraná, igualmente sem suporte da legação e consulado, necessitando do governo estadual. Foi considerada uma “negociata escandalosa”, um “embuste” e “chantagem”, sendo uma das primeiras críticas do jornal à TK. O Dia, 23 de agosto de 1936.

<sup>236</sup> O Dia, 23 de agosto de 1936.

<sup>237</sup> Ofício Octávio Mangabeira, MRE para presidência do Espírito Santo, Aristeu Aguiar, 17 de março de 1930. Uma cópia foi repassada para o Departamento de Povoamento.

<sup>238</sup> Ofício da Presidência Espírito Santo, Aristeu de Aguiar para ministro Octávio Mangabeira do MRE, 27 de março 1930.

<sup>239</sup> Ofício do ministro do MRE Octávio Mangabeira para presidência do Espírito Santo, Aristeu de Aguiar, 09 de abril de 1930.

<sup>240</sup> Correio do Paraná, 19 de maio de 1934.

<sup>241</sup> Correio do Paraná, 30 de junho de 1934.

<sup>242</sup> Ibidem.

<sup>243</sup> BŁASZCZYK, op. cit.



contratação pela TK, embora fosse “sempre grato ao Governo federal autorizar a entrada no território nacional de cidadãos poloneses, cuja radicação definitiva entre nós evidencie uma perfeita harmonia entre os interesses e conveniências dos dois países”<sup>244</sup>. Depois, com repercussão negativa na imprensa<sup>245</sup>, os problemas chegam a ponto de, em telegrama para a legação em Varsóvia, o MRE, em março 1939, suspender “até novas instruções vistos para imigrantes destinados a Águia Branca”<sup>246</sup>.

O fato é que desde 1930, medidas restritivas com relação à imigração impedem o cumprimento do contrato na sua plenitude, especialmente pós-1937<sup>247</sup>. Tais fatores se somaram às más condições climáticas, topográficas, transporte, de saúde, alimentação, crédito, higiene, apoio, falta de informações adequadas aos colonos, assim como os problemas relacionados às dificuldades para a produção e alocação inicial dos camponeses, que criava a noção de estadia provisória<sup>248</sup>. Segundo relatos de Błaszczyk, um rumor de que o governo da Polônia conduziria os imigrantes para eventuais colônias a serem obtidas em Madagascar<sup>249</sup> (justamente dentro da lógica de expansão ultramarina polonesa) era aludido pelo pe. Sokół<sup>250</sup>, de forma que se convertiam em perspectivas que desmotivavam os colonos e conduziam à falta de dinamicidade e estagnação da ocupação colonial<sup>251</sup>.

### 2.5.2. O Paraná

Além do Espírito Santo, a TK se envolveu com concessões no estado do Paraná, mas nesse local, sequer uma família foi instalada. A Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do Estado, nomeadamente através de Francisco Beltrão, recebeu as informações repassadas ao

<sup>244</sup> Nota Secretaria do MRE para Legação polonesa no Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1937.

<sup>245</sup> Telegrama Legação brasileira em Varsóvia para Secretaria do MRE, 23 de setembro de 1936. Repercussão na imprensa de artigo do *Gazeta Polska w Brazylii* (Gazeta Polonesa no Brasil), das “dezenas de famílias prófugos de Águia Branca, que estavam na Ilha das Flores sem meios necessários para subsistência e sem destino a ser dado pelas autoridades brasileiras”.

<sup>246</sup> Telegrama da Secretaria MRE para Legação brasileira em Varsóvia, março 1939.

<sup>247</sup> Correspondência. Ministério das Relações Exteriores para Kazimierz Zaniewski, Encarregados de Negócios Interino da Polônia, de 9 de outubro de 1937. Sobre controle da entrada de colonos contratados pela TK, diante de possíveis fraudes e irregularidades na legislação de entrada de estrangeiros.

<sup>248</sup> BŁASZCZYK, op. cit.

<sup>249</sup> Um dos planos antigos poloneses, sobretudo para a questão judaica (NALEWAJKO, 2014, PUCHALSKI, 2018).

<sup>250</sup> BŁASZCZYK, op. cit.

<sup>251</sup> Segundo Nalewajko (2015, p. 251) “La Sociedad no preparó el terreno para recibirlas, y tras el período de haber vivido en miseria extrema la mayoría abandonó la colonia quedando en 1938 tan solo 81 familias. En esta situación las autoridades polacas cesaron la ayuda financiera a la Sociedad y tomaron la decisión de dejar los proyectos de colonización en Espírito Santo”.

MRE sobre a criação da TK e seus planos de colonização em 1929<sup>252</sup>. Mais tarde, um memorial com plano de colonização da TK em 09 de setembro de 1929, é encaminhado por Stanisław Gawroński para o Presidente do Estado. Nele havia a promessa de demandas para a construção de estradas, de hospital, correio, polícia, escolas, telégrafo, igreja, coletoria, isto é, várias repartições públicas e infraestrutura, bem como estações experimentais agrícolas e a permissão para a atuação de “médicos polacos” inicialmente em razão do desconhecimento do português pelos colonos<sup>253</sup>. Dentro do espectro de garantias de infraestrutura prévia para o sucesso da colonização polonesa e seu desenvolvimento conforme para a promoção da própria Polônia dentro dos aspectos da “emigração dirigida”.

Com base nestes projetos e em negociações, no Paraná, a TK assina contrato com o governo do estado em 18 de fevereiro de 1930. Walery Koszarowski esteve como representante da Sociedade e o agrimensor João Ryszcz<sup>254</sup> confiado na parte de medição. Ela obteve, no município de Guarapuava, a concessão de 80 mil hectares situado às margens do Rio Piquiry e à leste do terreno de Catanduvas da Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco – terras em parte obtidas pela LMiK quatro anos depois) e ao norte das terras da Companhia São Paulo – Rio Grande. Os custos ficavam a cargo da concessionária e o estado com as passagens ferroviárias e rodoviárias. Havia, ainda, demandas por construção de estradas e da localização e organização dos colonos<sup>255</sup>.

Devido à ascensão de Vargas em 1930, com a “revolução”, os projetos teriam parado e ocorrido problemas com os contratantes, levando a intervenção do cônsul da Polônia, Kazimierz Downarowicz<sup>256</sup>. No ano seguinte, não obstante, em parecer de Arnaldo Becker (diretor interino do Departamento de Terras e Colonização - DTC), em 26 de janeiro, apontava que em razão do não cumprimento de algumas cláusulas do contrato, “A concessão objeto do contrato referido não traz vantagens ao Estado, é, como não foi cumprida uma das cláusulas do mesmo, sou do parecer que e declara a caducidade da concessão”<sup>257</sup>. Tal prerrogativa é reforçada por parecer de Othon Mäder, novo diretor do DTC, em 05 de junho de 1933 com base no Conselho Consultivo, que recomendou a caducidade da concessão da TK em 31 de janeiro de 1933.

<sup>252</sup> Ofício chefe do gabinete do MRE para Francisco Beltrão, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas do Paraná, junho de 1929. ITCG.

<sup>253</sup> Ofício Stanisław Gawroński para o Presidente do Estado, 09 de setembro de 1929. ITCG.

<sup>254</sup> A presença de agrimensores e engenheiros poloneses nos processos colonizadores ocorria desde o século XIX, com apoio a Saporski (DVORAK, 2013, p. 144).

<sup>255</sup> COCAD – Equipe de documentação e pesquisa, 05 de março de 1980. Resumo Histórico Sociedade de Colonização em Varsóvia. Pasta da Concessão da Liga Marítima e Colonial. ITCG.

<sup>256</sup> Ofício, Consulado da Polônia em Curitiba, cônsul Casimiro Downarowicz para o Secretário Geral do Estado, 04 de dezembro de 1930. ITCG.

<sup>257</sup> Parecer Arnaldo Becker, diretor interino do DTC, 26 de maio de 1931. ITCG.

O parecer n. 332 do Conselho apontava: “Constam estes autos de um artigo do Snr. João Berquó publicado no jornal “O Dia”, 12 de maio de 1931, denunciando o não cumprimento do contrato de concessão de terras, celebrado entre o Governo do Estado e a “Sociedade de Colonização Ltda”. Tendo em vista a veracidade da denúncia através das informações do DTC, apontava o parecer de caducidade do contrato<sup>258</sup>. Esta é declarada em 15 de setembro de 1933, pelo decreto 1975 do Interventor federal. Sendo assim, um ano antes das ações da LMiK, a TK já havia conduzido negociações e a atuação desta colonizadora é tema central dos embates com o *Correio do Paraná*, de forma que buscamos analisar com maiores detalhes posteriormente.

No início dos anos trinta, após o falhas das ações no Espírito Santo (e também no Peru), ao qual podemos somar esta do Paraná, o Departamento de Emigração foi fechado e os assuntos referentes a temas de emigração foram repassados ao Ministério das Relações Exteriores (MAZUREK, 2016, p. 163)<sup>259</sup>, a partir daí, identificamos a importância da legação polonesa no Rio de Janeiro, mas, sobretudo, do consulado geral instalado em Curitiba, ambos reiterados protagonistas das disputas com os periódicos e o MRE durante a parte final do período entreguerras. Conforme Nalewajko (2014, p. 144)

El propósito de las autoridades polacas era desarrollar su cultura nacional, supuestamente superior, en el seno de sus comunidades en el extranjero, separarlas del contexto socio-cultural del país receptor, y por lo tanto hacerlas mantener a toda costa unos rasgos de identidad esenciales de la cultura polaca.

Nesse contexto, segundo a autora, os planos de concentração poloneses deslocavam os colonos mas “se los abandonaba a su propia suerte al retirarse las instituciones polacas cuando fracasaban los proyectos particulares. Aunque aún estaban más desamparados todavía los emigrantes polacos que no formaban parte de los planes oficiales de colonización” (NALEWAJKO, 2014, p. 145). O caso do governo polonês, tem também outro sentido, para além dos instrutores, vários cientistas, professores e pesquisadores chegavam ao país com objetivos realizar investigações e pesquisas, ao longo dos anos 1930. As fontes destacam o trânsito frequente de técnicos, cientistas e professores para o Brasil em missões de trabalho, convite para palestras e eventos.

Uma “transmissão científico-cultural”, a qual poderia ter usos políticos (SCHUBRING, 2003, p. 60-61). Esta poderia ser sentida, de maneira mais direta também nas escolas étnicas

<sup>258</sup> Parecer n. 332, Conselho Consultivo, Assinavam: Benjamin Lins (presidente), Francisco Franco (relator), Eurípedes Garcez do Nascimento, Raul Munhoz, Bráulio Virmond Lima, Antonio Jorge Machado Lima. ITCG.

<sup>259</sup> As ações no Peru e Espírito Santo também redundaram em críticas na imprensa polonesa (MAZUREK, 2016, p. 345).

polonesas, nas associações e demais instituições voltadas à conservação ou (re)criação da identidade polonesa étnica/nacional. A concentração das atividades como da *Rada Organizacyjna Polaków z Zagranicy* (Conselho Organizacional dos Poloneses no exterior) e posteriormente da *Światpol*, sua sucessora, a noção de poloneses no estrangeiro, “Polonia”, assim como dos intelectuais, emissários e da institucionalização étnica apoiadas ou financiadas pelo consulado, ações de manutenção ou (re)construção da *polonidade* entre os imigrantes e de reaproximação para uma possível utilização política, econômica ou cultural, poderiam configurar, para além da noção de um imperialismo pacífico e emigrantista, um “imperialismo cultural” pela mobilização de setores específicos.

As múltiplas ações polonesas de apoio no Brasil, conduziriam para um reforço e uma reconstrução a partir das bases demandadas pelo governo polonês na educação, na atividade física e nas associações culturais e recreativas. E os movimentos nacionalistas brasileiros, muito prontamente, se voltariam para estas ações com grande desconfiança. Uma confrontação entre “nacionalização” e “imperialismo cultural” para Schubring (2003, p. 79). As reações brasileiras, portanto, poderiam identificar junto à cultura, um “imperialismo real”, principalmente com a expansão da institucionalização polonesa, em especial e a presença dos funcionários poloneses em diferentes âmbitos da sua mobilização social.

O sentimento do medo, que vai se desenvolver no Brasil a partir destas confrontações, é, portanto, fruto de um imaginário, da construção de inimigos, de “outros”, de alteridades, para uma unidade nacional, moldada pelo Estado, particularmente o varguista. Ainda que lastreada em tímidas intenções “reais” polonesas, estas nunca foram cumpridas, diante da magnanimidade encontrada na documentação jornalística, ministerial e da Polícia Política. O imperialismo polonês foi criado pelos sujeitos do estado brasileiro e pelos publicistas dos periódicos, na conformação de identidades e sentimentos múltiplos, enveredados, ora por pragmatismos pessoais, ora por um elemento observável na realidade, de motivações coloniais, de um imperialismo conformado no discurso e em algumas ações, mas as quais não encontraram ressonância efetiva.

### **3. A BRASILIDADE NASCENTE: ENTRE RESENTIMENTOS E NACIONALISMO (1930-1934)**

O início dos anos 1930 marcam a criação de imagens específicas sobre os poloneses. Estas foram articuladas a sua presença no país como uma perspectiva a ser refletida e oferecida para um público mais amplo, a partir dos múltiplos assuntos nos periódicos da época, os quais coadunavam com os processos de ampliação de visibilidade grupal. Os poloneses são vistos com surpresa ao representarem alguma ameaça militar ou de desnacionalização em razão de uma representação como vinculados a processos de desagregação cultural, diante de suas instituições desenvolvidas no período. Com o passar do tempo, sofrem uma inflexão no pensamento e imaginário sobre eles constituído, sobretudo no Paraná. Do bom imigrante branco, agricultor e católico, passa a ser uma ameaça imperial, na figura dos enviados da Polônia e da possível agressão de suas companhias colonizadoras em busca de terras.

Faz-se, nesta toada, necessário focar em representações e imaginários, bem como nos sentimentos e como eles moldaram o imperialismo polonês nos espaços cotidianos da esfera política e da intelectualidade brasileira, frente o contexto de crescente autoritarismo, centralização e fomento nacionalista estatal varguista dos anos 1930. Com isso, focalizar as razões e mobilizações pessoais e coletivas, as quais interseccionam identidades, (res)sentimentos e (inter)subjetividades. Ao analisar os ressentimentos, é prudente também expor seus sistemas de representações, ideologias, imaginários e crenças configuradores de ressentimento, assim como destacar as lideranças, escritores e demais porta-vozes envolvidos nas disputas, tendo o papel de alguns “indivíduos no interior dos grupos de sensibilidades comuns, possíveis “provocadores” de ressentimentos” (ANSART, 2004, p. 20).

#### **3.1. “ARTIGOS NA IMPRENSA PAULISTA CONTRA A POLÔNIA” E O ATENTADO A KOSSOBUDZKI**

No final do ano de 1930, percebemos, através da troca de ofícios, notas e telegramas entre o MRE e a Legação Polonesa no Rio de Janeiro, o que consideramos ser a primeira “crise” da década relacionada à temática do “imperialismo” ou perigo “polonês”. Uma primeira base para a evolução das discussões que vão se desenvolver durante os anos 1930 na capital paranaense<sup>260</sup>.

---

<sup>260</sup> Sobre os artigos na imprensa paulista. Nota do MRE para a Legação polonesa no Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1931.

Em janeiro de 1931, o legado polonês no Rio de Janeiro, Tadeusz Grabowski, questionou o MRE sobre possíveis ataques do Jornal o *Estado de São Paulo*, através do artigo de autoria de Francisco [Francesco] Nitti (ex-ministro italiano)<sup>261</sup>, intitulado: “O Perigo da Polônia”. Com base neste artigo, o legado denunciava os ataques à Polônia, a Piłsudski e outras autoridades polonesas do governo<sup>262</sup>, nas suas palavras era uma das “maiores injúrias”, até então lançadas “na imprensa brasileira”. As acusações causavam furor entre os poloneses em São Paulo e no Sul do Brasil, onde vários protestos teriam sido, então, mobilizados.

Francesco Nitti era ex-presidente do Conselho de Ministérios da Itália, exilado em Paris, desde 1926, em razão da perseguição política (era um crítico do fascismo italiano e oposição ao governo instalado). Era autor de artigos e livros sobre o crescimento de movimentos ditatoriais na Europa e da ameaça de guerra no continente, desde os anos 1920. Portanto, não era de estranhar a escrita de um artigo como o que rendeu as primeiras disputas no Brasil, no qual anunciava o “retorno aos velhos erros e perspectivas de guerra: A desordem de uma ditadura”. Este era um texto especial para o jornal paulistano<sup>263</sup>, do qual era frequentemente correspondente.

Mais propriamente com relação ao conteúdo causador da problemática, para Nitti, o fascismo italiano e a ditadura de Piłsudski na Polônia, seriam os dois maiores perigos para a paz na Europa. “Esse pobre país está há alguns anos nas mãos de um doido, o marechal Pilsudski” [Piłsudski], junto aos seus oficiais “ignorantíssimos”, teria uma “soberania manicomial”, tornando o país o reino da “desordem” e “arbítrio”. O seu foco era na crítica a Piłsudski, o crescente autoritarismo e aos problemas econômicos poloneses. Demonstra a dissolução do Parlamento, diante da “resistência de toda a parte mais inteligente do país” e a perseguição à imprensa e homens “mais notáveis”, mesmo os conservadores. Sintomas que seriam evidentes de “alienação mental” de Piłsudski, de forma que esse tipo de crítica ao líder polonês do período seria um dos aspectos mais denunciados pelas respostas polonesas. As apreciações da opinião pública internacional também são evidenciadas pelo texto: “Não há nada que preocupe tanto como ver um país em desordem sob a tirania de um louco. Ora os fenômenos de loucura do Marechal Pilsudski [Piłsudski] são demasiado evidentes para não preocupar”, para

---

<sup>261</sup> Francesco Saverio Nitti (1868-1953) foi primeiro-ministro da Itália em 1919 durante um período do pós-guerra, posteriormente, com a emergência do regime fascista, a partir de 1922, se tornou crítico e se exilou na França. Cf.: <https://www.britannica.com/biography/Francesco-Saverio-Nitti>

<sup>262</sup> Legação polonesa no Rio de Janeiro ministro Grabowski para ministro Afrânio de Mello Franco, 05 de janeiro de 1931.

<sup>263</sup> O Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 1930.



Nitti, o “exaltado chefe do imperialismo polonês é sobretudo um irresponsável”<sup>264</sup>. Nesse contexto, para além das críticas anteriores, o momento permitia a emergência de um exame dos interesses poloneses do período. A memória do líder polonês é questionada pelo autor: “Agora tornou-se chefe do movimento nacionalista polonês, representa a Grande Polônia, a Polônia imperial, que deve separar a Alemanha da Rússia, e que depois de tomar arbitrariamente Vilnius, sonha com a anexação da Lituânia e com um imenso estado que vá do Báltico ao Mar Negro”. Para o autor, existiam “sonhos de grandeza e de loucura”, contraditoriamente num país que estaria cada vez “mais pobre e mais ameaçador”, onde o “arbítrio e a violência tomam o lugar da legalidade”. Portanto, retomava a noção do *Intermarium*, os ideais “imperialistas” poloneses no continente, com relação à expansão proposta no pós-guerra, o foco nos territórios com minorias étnicas e o ideal de força imaginado pela Polônia na figura do seu líder fruto do golpe de meados dos anos 1920.

Na parte final, desenvolve o imaginário dos “mesmos erros”, comparando a então política de Piłsudski com os problemas que levaram ao desaparecimento da Polônia no século XVIII, “as mesmas paixões e os mesmos ódios” vinculado a grupos estrangeiros. Um país que não teria surgido de seu “próprio esforço”, mas dos vencedores da Guerra, com Versalhes cometendo um “erro” ao criar uma Polônia “muito grande” e com 6 milhões de não-poloneses, bem como a separação pelo corredor de Danzig, da Alemanha. As avaliações seguem o mesmo tom daqueles que condenavam Versalhes e a França pela construção da Polônia renascida e seu desenvolvimento como nação ambiciosa por territórios (como a ocupação a Vilnius e a pressão sobre a Alemanha) e protagonismo no continente europeu depois da I Guerra Mundial. Por fim, adiciona seu amor pela Polônia e seu povo, arte e civilização, desejando que viva e prospere como representante do oriente europeu, mas que estaria sofrendo com os feitos de Piłsudski e seus “sustentáculos” em tornar aquele país, que para ele vinha se constituindo no mais ameaçador de um potencial conflito depois do fascismo italiano.

Nitti já teria publicado em 16 de julho de 1929 outros artigos no mesmo jornal, dentre os títulos, um sobre a “Ditadura Militar na Polônia” e, em 28 de setembro de 1930, outro sobre “Situação das Ditaduras Europeias”, ademais de outros textos no *Estado de São Paulo*, nos quais questionava a Polônia e seu governo<sup>265</sup>, na figura de seu líder. A própria existência do país seria colocada em debate naquele contexto. No entanto, é perceptível a emergência de

---

<sup>264</sup> Comenta o livro do historiador francês René Martel: “Le grands problèmes. La France et la Pologne. Réalités de l’Est européen” (Os grandes problemas. A França e a Polónia. Realidades do Leste europeu), como exemplo crítico da situação polonesa e os “perigos de guerra” que ela representava na Europa Oriental. Estas obras seriam retomadas pelo *Correio do Paraná* em 1934.

<sup>265</sup> Jornal do Comércio, 03 de janeiro de 1931.

noções desabonadoras sob o viés autoritário, mas sobretudo, imperialista (mesmo que continental) da Polônia, ainda que, conforme podemos observar da trajetória de Nitti, procurava com mais esforço atacar o fascismo italiano a partir das suas críticas ao país do leste Europeu, do que propriamente avançar sobre a constituição da Polônia enquanto nação.

O artigo gerou fortes reações, entre elas, a do escritor Jayme Adour Câmara, em 31 de dezembro, no *Diário Nacional* de São Paulo, no qual escreve uma defesa intitulada: “O esforço da Polônia”<sup>266</sup>. Para o autor, os poloneses estariam satisfeitos com seus “domínios atuais” e não “os anima nenhum desejo de conquista imperialista”. Mesmo Vilnius sempre teria sido polonesa, para o autor, e não conquistada. A crítica de Nitti seria uma “furibunda catilinaria contra a Polônia” e um “veemente combate ao marechal Pilsudski [Piłsudski]”, mas o italiano não seria um “orientador da opinião brasileira”. Adour, como escritor brasileiro presente na supramencionada obra de 1927 em homenagem à Polônia, poderia corroborar o histórico das reiteradas boas relações do país com o Brasil e deste com os poloneses, reconfiguradas desde os anos 1920. Portanto, o escritor retoma as antigas disputas intraeuropeias, em especial com a Alemanha, comenta uma visita sua para a Polônia, na exposição de Poznań, em 1929<sup>267</sup>, e suas análises contradizem às posições de Nitti. O “perigo” não estaria na Polônia, mas na Europa de forma geral, onde se criavam motivos que levariam à guerra e não o contrário. A Alemanha “insidiosamente” seria a promotora de propagandas antipolonesas, fermentadas no continente, com relação a reivindicações fronteiriças, as quais retomavam a ideia dos territórios perdidos no pós-Primeira Guerra.

O autor defende que uma “injustiça secular” foi reparada com o Tratado de Versalhes, que teria recriado o país sob “rigorosas fronteiras etnográficas”, defendendo a existência do “corredor polonês”, na Pomerânia, permitindo o acesso ao Mar Báltico. Rememora a temática das disputas sobre Katowice (na Silésia), o porto de Gdynia junto a Danzig, entre outras querelas fronteiriças. Indicava, inclusive, o aporte de Bismarck e Marx para o acesso marítimo polonês por aquele “corredor”.

A propaganda, portanto, da Alemanha, a qual desde a recuperação da independência polonesa, mas se quisermos, desde as configurações do “perigo polonês” no século XIX, conformava a promoção de adjetivos negativos com relação à Polônia e os poloneses. Na lógica do autor, retomando as questões fronteiriças pós-1918, seria a que configuraria a tese de supressão daquele território, a retomada de Danzig, passando pelos objetivos de diferentes

<sup>266</sup> Diário Nacional, 31 de dezembro de 1930.

<sup>267</sup> A qual é publicada também no *Jornal do Commercio* em 03 de janeiro de 1931, na mesma edição do manifesto das sociedades polonesas.

lideranças alemãs, mas também a conquista dos outros territórios poloneses. Numa alusão aos motivos que conduziriam ao início da II Guerra Mundial, no fim da década, questionando quem de fato estaria “apressando a nova guerra, que já se faz anunciar por mil trombetas?”.

Uma carta aberta do líder polonês Szymon Kossobudzki, em 30 de dezembro, é publicada no *Gazeta do Povo*, de Curitiba. Nesse texto, cada argumento de Nitti é rebatido. O longo artigo acusa Nitti de calúnia ao governo “polaco” e Piłsudski. Indica, também, ser ou um “graphomano irresponsável” ou “assalariado, que trabalha pour le roi de Prusse”, apesar de elogiar o passado político do autor<sup>268</sup>. A evidência de possível patrocínio alemão era deixada explícita, assim como um ataque moral.

Da mesma forma como a liderança polonesa, o *Jornal do Comércio*, do dia 03 de janeiro, publicou o telegrama de Grabowski criticando o artigo de Nitti, para a Associação Brasileira de Imprensa. Foi divulgado também o relato da viagem de Jayme Adour Câmara para a Polônia e o artigo “Polonia-Brasil”, “Um manifesto das sociedades polonesas”, assinado por um comitê polonês, com representantes da União Central dos Poloneses (CZP) e uma série de outras instituições étnicas de diferentes partes do Brasil<sup>269</sup>. O manifesto criticava fortemente o artigo de Nitti, entendido como um ataque à Polônia, com “injúrias e falsidades”. Era um protesto em que se dirigiam para a “opinião brasileira”, a fim de esclarecer a situação e desmascarar o agressor, fortemente repreendido por sua ação e também sendo adjetivado negativamente pelo manifesto.

Defendem a necessidade do “pulso de ferro” de Piłsudski para apaziguar o país e suas lutas internas políticas, que teria sido confundida com “ditadura tirânica”. Ressaltando “os sentimentos de inquebrantável amizade” entre os dois países, o Brasil e a Polônia e a esperança de a “opinião brasileira” não se deixar influenciar pelo autor. Provavelmente, indicando os ataques provindos de “inimigos fanáticos” da Polônia ou “agentes mercenários” a serviço destes inimigos<sup>270</sup> (numa possível referência a interesses alemães). As instituições polonesas teriam

<sup>268</sup> *Gazeta do Povo*, 30 de dezembro de 1930.

<sup>269</sup> Assimam uma chamada “Sociedade Polonesa”, Associação dos Estudantes *Sarmacja*, Sociedades dos Amadores do Teatro (ZAS), Sociedade “Escola do Povo” (*Szkola Ludowa*), *Oświata* e da *Kultura*, redação do jornal *Lud* (o Povo), Associação dos Professores poloneses no Brasil, da Associação Esportiva *Junak*, todos de Curitiba, além da Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul (ZZP) – em nome de 107 sociedades –, da Sociedade “Polônia”, do Rio de Janeiro, Sociedade Polonesa “Três de Maio” de Florianópolis, Centro das Senhoras Polonesas e Sociedade Polonesa, de São Paulo. Além destes, o representante da Sociedade de Colonização, Koszarowski, o presidente da Sociedade Polônia, provavelmente do Rio de Janeiro, Boleslau Nowicki, do engenheiro, Ladislau Federowicz, do médico André Biernacki, além do negociante Wiznicki e outro personagem chamado “Lefki” [não está legível]. *Jornal do Commercio*, 03 de janeiro de 1931.

<sup>270</sup> Para eles, Nitti queria minar a “simpatia polono-brasileira”, a sua “secular amizade” ao insultar a “obra” dos “grandes construtores da Polônia renascida”. Comparavam a outros detratores da Polônia, mencionando “Etchigoyens” e “Korostovets”.

enviado um telegrama para o dr. Plínio Barreto, redator-chefe do jornal paulista, ademais de protestos publicados pelo consulado. Em tempo, soma-se que teriam ocorrido manifestações nas colônias do Rio Grande do Sul<sup>271</sup>.

O ministro do MRE, A. Mello Franco repassou a demanda de Grabowski para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores – MJNI, que finalmente informou para o 1º procurador da República em São Paulo, que poderia oferecer a denúncia<sup>272</sup>. Para o legado polonês, depois de uma conversa pessoal com o ministro brasileiro, se configurava uma “campanha” contra os poloneses, desenvolvida na capital paulista e também paranaense, em consequência da grande população polonesa. Ainda sem maiores vínculos a possibilidades no Brasil e referentes às problemáticas intraeuropeias, as primeiras denúncias eram conformadas e chamavam atenção do ambiente diplomático e da comunidade polonesa.

Em meio ao debate na imprensa e na diplomacia, em 15 de janeiro de 1931, “A Residencia do Dr. Simão Kossobudzki foi Dynamitada!”, conforme a manchete que ilustra o topo da página 4 do jornal curitibano *O Dia*. A proposta do texto era entender a provável causa do atentado através de notas colhidas pela reportagem<sup>273</sup>. Em resumo, o médico e líder polonês Szymon Kossobudzki, visto pelo artigo como “humanitário” e “estimado” “facultativo”, fora vítima de um “attentado à dynamite” contra a sua vida. Depois de uma investigação por parte dos bombeiros e da polícia, descoberta foi de uma lata de sardinha com dinamite, bem como a “inabilidade do criminoso”, dado que a forma com a qual havia sido acondicionado o material teria impedido que se causassem os estragos desejados. A polícia instalaria um “rigoroso” inquérito sobre o caso<sup>274</sup>. Após os interrogatórios, Kossobudzki e sua família não souberam indicar motivos ou suspeitos, “Pois entregue ao seu humanitário sacerdócio, só tem espalhado o bem, não havendo motivo para que lhe desejem o mal”, contudo, atribuiu o atentado a um “vibrante artigo publicado ontem em um matutino local, pelo referido cientista contra o ex-ministro italiano Nitti”<sup>275</sup>.

O “atentado” reverberou os debates na diplomacia e na imprensa, segundo informa o legado, vários jornais teriam renovado os ataques de Nitti nos jornais, como o *Diário de São Paulo*, o *Platéa* e o jornal italiano *La Difensa*, que teriam caluniado o governo polonês. O

---

Assinam os poloneses e descendentes, com suas uniões e associações, agradecendo a acolhida e hospitalidade do Brasil, para o qual trabalhariam pelo progresso, junto aos “seculares amigos italianos”. Nitti, ao não ser o “irmão” que demonstrava nos textos, era o “mais perigoso inimigo” para os signatários.

<sup>271</sup> Legação polonesa no Rio de Janeiro, Grabowski para ministro Afrânio de Mello Franco, 05 de janeiro de 1931.

<sup>272</sup> Notas Afrânio de Mello Franco para Grabowski, 16 de janeiro de 1931 e 04 de fevereiro de 1931.

<sup>273</sup> O Dia, 15 de janeiro de 1931.

<sup>274</sup> Ibidem.

<sup>275</sup> Ibidem.

primeiro deles teria publicado, a partir do jornalista (e futuro diplomata) José Jobin Jr, com “mentirosas invenções e injúrias” contra a Polônia, para o legado polonês, inspirado em “publicações mercenárias alemãs e soviéticas”<sup>276</sup>. Um jornalista italiano (antifascista), Mário Mariani, teria publicado em 6 (*A Platéia*) e 11 de janeiro (*La Difensa*), artigos agredindo o governo polonês, Piłsudski e o próprio Grabowski.

Os vínculos do crescente autoritarismo polonês no pós-golpe de 1926, com a atribuição de maior poder ao antigo “libertador” Piłsudski, poderiam emergir nos membros antifascistas da colônia italiana paulista, assim como entre os próprios exilados italianos, imagens de possível fascistização do governo polonês (no sentido conceitual do termo) e potenciais avanços em direção a restrições de direitos, ideais imperialistas e nacionalistas exacerbados beligerantes.

No Paraná, a colônia polonesa, a qual paulatinamente era aproximada da Segunda República Polonesa e suas autoridades *piłsudskistas*, através do envio de diplomatas e emissários, teria reagido de diversas formas, segundo a legação na capital federal. Em nome da “dignidade e honra” nacionais, as ações polonesas teriam provocado reações de jornais italianos e alemães na capital, mas além disso, distúrbios, através de várias agressões. Destaca, Grabowski, em especial, a carta de Kossobudzki e o consequente ataque que este sofreria, “um dos mais eminentes brasileiros, cidadão polono-brasileiro do Paraná, considerado o estimado como médico, Diretor da Clínica e benfeitor da pobreza do Paraná”<sup>277</sup>. Na visão da Legação Polonesa, abusando da liberdade de imprensa, os jornalistas desorientariam as massas e exaltariam os ânimos, incitando atos de violência. Grabowski cobrava, assim, ações das autoridades contra a imprensa paulista, a fim de evitar que lutas políticas e nacionalistas de países europeus fossem transportadas para o Brasil, assim como evitar ataques a personagens que diriam respeito apenas as suas nações. Todas aquelas explicações e demandas tinham por objetivo, conforme Grabowski, a “manutenção da frutuosa harmonia e a colaboração entre o elemento polonês da terra do Brasil e os outros cidadãos de várias origens e diversas raças [...]”<sup>278</sup>.

Em maio, o MRE informava à Legação Polonesa, após a conclusão do inquérito policial<sup>279</sup>, que o atentado não teria relação com as críticas ao artigo de Nitti<sup>280</sup>, e sim, algum

---

<sup>276</sup> Nota confidencial Legação polonesa no Rio de Janeiro Grabowski para ministro Afrânio de Mello Franco, 09 de fevereiro 1931.

<sup>277</sup> Ibidem.

<sup>278</sup> Ibidem.

<sup>279</sup> Nota 08 do ministro Afrânio de Mello Franco para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, ministro Grabowski, 25 de maio de 1931.

<sup>280</sup> Wachowicz e Malczewski consideraram que o combate de Kossobudzki a ideias fascistas e intrigas ítalo-alemãs contra a Polônia teria provocado a represália de nazifascistas na forma do atentado (2000, p. 195).

inimigo pessoal do médico polonês. A conclusão teria sido aceita pela legação polonesa<sup>281</sup>. No final do ano, porém, indicaria novos problemas, dessa vez, com jornais ucranianos<sup>282</sup>, que criticavam a Polônia e retomavam aspectos negativos, marcados por disputas anteriores, que se referiam ao ambiente europeu.

Com base nestes primeiros casos analisados, pensamos em identificar a importância aqui atribuída aos jornais, pois se deve ao fato de que eram o meio de acesso a informações, junto com a literatura na capital do Paraná (PEREIRA, 2010, p. 130, COSTA, 1997). Os poloneses, embora os casos do início dos anos 1930, assim como na década anterior, na maior parte das vezes, são vistos positivamente nos jornais, em especial, é enaltecido o seu trabalho para o Paraná, a chegada e atuação dos cônsules e diplomatas, as relações de intercâmbio comercial e outras áreas, como as instituições, colônias e cidades igualmente avaliadas sob um viés positivo. As comemorações nacionais (03 de maio ou o 11 de novembro, ou mesmo os aniversários de Piłsudski) são ressaltadas, tal e qual as festas a serem feitas nas comunidades rurais. São promovidas a vinda de artistas, indivíduos da colônia ou enviados do governo. De modo que, perante uma presença positivada, foram apenas em alguns momentos pontuais e específicos, que os poloneses foram negativados com o rótulo da ameaça do imperialismo ou perigo. Isso permitia que as notícias fomentassem posições e construções de representações e imaginários, os quais poderiam ser mobilizadoras na sociedade a partir de perspectivas individuais dos articulistas, redatores e financiadores, os jornais, assim, tornam-se elementos importantes de análise.

Entre os periódicos mais importantes do Paraná (SILVA, 2008, GELBCKE, 2011) estavam o *Diário da Tarde* e o *O Dia*, que são fontes as quais permitem entender o processo de construção imagética e representacional do ideal imperial polonês no Brasil, incluindo o menor, mas mais incisivo, *Correio do Paraná*. Tendo em vista estas perspectivas, antes de a esfera pública oficial anunciar possíveis “fobias” com relação à presença polonesa, resumidas, até 1936, às restrições imigratórias impostas desde o início da década, os intelectuais brasileiros e estrangeiros passaram a refletir nos periódicos sobre aquela população, contribuindo para um debate público, em um momento de expansão do autoritarismo varguista e estimulando a reflexão dos leitores a partir de distintas posições.

---

<sup>281</sup> Em 11 de junho, o funcionário da legação, Czarnota-Bojarski, interinamente, afirma receber o documento e aceitar a finalização do inquérito. Nota Legação Polonesa para ministro Afrânio de Mello Franco, 11 de junho de 1931.

<sup>282</sup> Nota enviada pelo Ministro Afrânio de Mello Franco para a legação polonesa pedia intervenção do MRE aos supostos ataques ao seu país pelos jornais de Porto União, “Vida Ukraina” e “Chliborob” (Khliborob – O Lavrador). 23 de outubro de 1931. O MRE teria repassado o assunto.



Cabe ressaltar que o *Diário da Tarde* possuía desde 1932, uma coluna voltada para os poloneses, chamada *Dziennik Wieczorny dla Sprawy Polskich* (Diário da Tarde pela Causa Polonesa), inicialmente diária, que, posteriormente mudou seu nome para “Chronica Polonesa”. A coluna contava muitas das vezes com traduções de informes da Polônia, notícias telegráficas e comunicados sobre o país e sobre a comunidade polonesa, ao que se somavam contos, lendas, curiosidades, questões históricas, literatura, música, cultura. Entre 1934 e 1935, a coluna se tornou mais eventual, não aparecendo em todos os números. O responsável era João Chorośnicki (1875-1954), um professor, jornalista e escritor formado em agronomia na Polônia, nascido no Brasil, redator do *Gazeta Polska w Brazylii* (Gazeta Polonesa no Brasil), colaborando com outros periódicos e vinculado ao CZP (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 58). Com base nessas apreciações, ao percebermos que os jornais carregavam “alta carga afetiva”, por meio da “mobilização de signos e símbolos” (ATHAIDES, 2012, p. 22) e através de textos e “mensagens comoventes”, eles construíam as alegorias específicas referente à presença polonesa no país. Assim como Pereira (2013, p. 10), entendemos os jornais como “veículos de ressentimento”, a partir das perspectivas múltiplas que representam suas formulações e da base de interesses de sua construção.

### 3.2. O GOVERNO VARGAS E A RESTRIÇÃO À IMIGRAÇÃO (1930) – NACIONALISMO E CONFLITO DE IDENTIDADES

A “categoria sociopolítica que o estrangeiro ocupa o fixa numa alteridade que implica exclusão” (KOLTAI, 2008, p. 67). A proximidade do estrangeiro, quando se torna o imigrante<sup>283</sup>, conforma “fenômenos de segregação” (etnocentrismo, xenofobia e racismo), isto é, um produto de um “ódio ao outro”, vinculado ao “ódio de si” freudiano constituidor da “exclusão” como traço da humanidade (KOLTAI, 2008, p. 67) na rejeição e agregação. Na vicinalidade, aquilo que poderia ser “tolerado” ou “apreciado” no estrangeiro quando distante, passa a ser insuportável, ou seja, quando se torna o vizinho e impõe suas “excentricidades” (2008, p. 68). A convivência ou interação são motivadores de um caráter incômodo. Enquanto estavam no campo, como agricultores, os poloneses poderiam ser “invisíveis”, pois cumpriam com a função para a qual os imigrantes foram chamados ao país pelos processos seletivos apregoados desde o século XIX. Não obstante, ao ocuparem espaços sociais nas cidades, como

---

<sup>283</sup> Para Koltai, o estrangeiro “deixando de ser aquele que morava num além da fronteira geográfica e que passou a morar ao lado, tornando-se êxtimo, termo que remete ao estrangeiro heterogêneo e interno ao mesmo tempo” (KOLTAI, 2008, p. 67).

Curitiba, são geradores de múltiplos processos de exclusão. Através da sua visualização exterior na sociedade de acolhimento com o fomento de suas instituições, suas sociabilidades, a presença de seus intelectuais ou a chegada dos estudantes às universidades, suas manifestações culturais, sociedades múltiplas (professores, associações, escolas, igrejas, em meio ao setor urbano local), comemorações de datas festivas, trabalho em diferentes setores, entre muitas outras atividades.

Todas elas ampliavam a perceptibilidade polonesa e criavam sensações dos outros (brasileiros e imigrantes) sobre eles, na medida que os expunham em um jogo duplo de conflito imagético. Conforme se reafirmavam sob o ponto de vista identitário como poloneses, também promoviam o reconhecimento exterior da sociedade envolvente. Nesse contexto, o discurso de oposição aos poloneses, ou quiçá, podemos afirmar “antipolonês”, veiculado por intelectuais em artigos na imprensa e debates políticos, se articulava com um período particular do pensamento político brasileiro, o qual promovia (res)sentimentos e mobilizações de conflitos de identidade particulares. Este pensamento, com importantes características nacionalistas e xenófobas, remontava as primeiras décadas do século XX e, especialmente na década de 1920, e se constituiu efetivamente em princípio legislativo e prático estatal durante a Era Vargas, particularmente na sua etapa final. Um ideal configurado pela intelectualidade de diferentes áreas (CARNEIRO, 2010), que atrela o pensamento sobre o país aos elementos nacionalistas, ainda que com várias ideias e formulações reflexivas importadas e adaptadas da Europa e dos Estados Unidos.

Ao retomar a noção de que a promoção social e visibilidade ampliada são fatores capazes de provocar amplos ressentimentos, o caso dos nacionais para com os judeus, na Alemanha da década de 1930 (HAROCHE, 2004) ou como analisado na relação entre brasileiros e alemães em Curitiba nos anos 1940 (PEREIRA, 2017) são exemplos para nossa análise. O “ódio ao outro” e “ódio de si” também pode ser marcado na construção desse ressentimento/exclusão. As classes médias são particularmente influenciadas, como resposta “inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalcada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência” (HAROCHE, 2004, p. 336). A minoria, ao ser exposta e visualizada, estimula sentimentos de inferioridade ou humilhação, o qual poderia ser fomentado pelo Estado (HAROCHE, 2004, p. 336) autoritário, que elege ou seleciona seus inimigos, neste caso os imigrantes e seus descendentes, agora conformados em estrangeiros ou “estranhos”. Em contraposição, o desprezo e humilhação por si mesmos seria a origem do processo de ressentimento, a “emergência progressiva de uma decepção, uma desilusão, uma amargura, uma frustração rastejante que acaba por se cristalizar em ressentimento”, um

processo que se exprime sob a forma de “desprezo, da raiva odiosa, obstinada e sistemática ao inferior, ao fraco, ao marginal em relação às hierarquias sociais e políticas, aos estranhos à nação” (HAROCHE, 2004, p. 338). No Brasil, a própria construção da identidade, as imagens sobre ela e as buscas das origens nacionais são marcadas por ressentimentos internalizados, lugares-comuns caracterizados pela carência, falta e ausência de identidade<sup>284</sup> (BRESCIANI, 2004).

Com base em Elias, Haroche (2004) então explica a vinculação desses ressentimentos com o nacionalismo, como o emergente e fomentado por um estado autoritário. Paralelo que podemos estabelecer com a Era Vargas, na qual decorre o fomento das críticas de agentes interessados ou das autoridades brasileiras (do serviço diplomático) aos poloneses. As emoções e os sentimentos coletivos estariam associados ao nacionalismo, como “fontes de orgulho, de sustentação emocional, assim como fontes de frustração e de humilhação; logo, a longo prazo, são geradores de ressentimentos” (HAROCHE, 2004, p. 339).

Os anos 1930, na esteira da constituição de uma identidade nacional específica, que vinha sendo reforçada e pensada pela intelectualidade e o Estado brasileiro desde a independência, mas particularmente durante o período republicano, conforma escolhas de marcadores definidores de identidade, enquanto constituição de uma brasilidade pensada, estas poderiam ser características tanto includentes e agregadoras como excludentes e particularizantes. Escolhas, normalmente, encabeçadas pelo protagonismo estatal/intelectual, pensavam sistemas de unidades homogeneizantes, como na questão da língua, religião, cultura e, naquilo que tange à imigração, na constituição da raça e etnia brasileira. Como Carneiro (2010) aponta, emerge uma perspectiva de um “projeto étnico-político” do governo brasileiro, lastreado pela mentalidade racista e xenófoba com raízes nas teorias raciais do século XIX, como também compreendem Seyferth (1996) e Menezes (1997). A soma destas teorias de raça, do “racismo científico”, com o nacionalismo político e étnico na perspectiva de Hobsbawm (2008), do século XIX, compõe a noção do ideal de uma construção efetiva da nação (SEYFERTH, 1996), com estas bases particularizantes, externamente, e homogeneizantes, internamente, ou seja, dentro da direção dialética do embate das identidades (CUCHE, 2002).

Nessa perspectiva, embora baseadas em características semelhantes, a questão étnica e a nacional (SEYFERTH, 1996) são contraditórias. A primeira poderia ter elemento dissonantes,

---

<sup>284</sup> Os lugares-comuns como a adversidade do meio tropical; das raças formadoras com características desabonadas; e da alienação de nós mesmos, carregariam um sentimento negativo ressentido (2004, p. 420). Nesse ínterim, a carência, a falta, a incapacidade radical sobre o intelecto, a incapacidade de criação, a falta de originalidade, a noção de “ideias fora de lugar”, garantem a imagem do povo em eterna formação, na busca pela identidade e suas origens, isto é, portanto, a “ausência de identidade” (BRESCIANI, 2004, p. 421).

nesse contexto se chocando com o projeto nacional em construção. As “etnicidades imigrantes” fomentadas no período com base em diferentes elementos (des)agregadores, portanto, não eram compatíveis com a emergente “brasilidade” em construção e promoção internamente. Por conseguinte, conflitava também os projetos poloneses de aproximação com seus emigrantes, de transformá-los em colonizadores através do investimento em educação, envio de intelectuais, instituições/associativismo, atividades diplomáticas e “emigração dirigida” associada ao “imperialismo cultural” como apresentamos no capítulo anterior.

Getúlio Vargas, nesse contexto de configurações particulares simbólicas de alteridades e identidade, com a Revolução de 1930, decorrente dos problemas econômicos e políticos da crise de 1929 (FAUSTO, 2001, MAZOWER, 2001)<sup>285</sup>, assume o poder estabelecendo um regime autoritário (FAUSTO, 2001) com elementos fascistas durante sua fase final (LVENIE, 1980), que se reforça com o passar do tempo, grandemente embasada nesse ideal nacionalista que ganha relevância política (REIS, 1988, p. 191). Nesse contexto, o projeto varguista foi “o mais forte impulso ocorrido no Brasil em direção à consolidação de um Estado-nacional [...] o nacionalismo popular; o momento áureo de introjeção da ideia de nação no imaginário da sociedade” (D’ALESSIO, 2002, p. 179). O governo identifica um inimigo externo (com múltiplas características, dentre as quais, se encaixava o estrangeiro), um “outro”, o qual, igualmente, permite o reconhecimento do “nós”, sob um ponto de vista contrastivo da identidade (CUCHE, 2002, D’ALESSIO, 2002).

Para Zawadzki (2004, p. 369), o ressentimento é frequentemente associado aos “fenômenos sociais e políticos que os pensadores democráticos não apreciam (nacionalismo, racismo, totalitarismo) [...]”. Ele induziria atitudes “fóbicas”, de forma que aquelas formas antidemocráticas seriam “orientações políticas paradoxais” como negações da modernidade democrática, reagindo a ela (ZAWADZKI, 2004, p. 369), o que pode ser observado na crise do liberalismo que marca os anos 1930.

O governo varguista, assim, lastreado nos marcadores específicos de nacionalidade e de identidade comum imaginada ou construída, estabelece as determinadas políticas homogeneizadoras e restritivas, desde o início da década, as quais, para além de atingir os regionalismos, as eventuais divisões de classe, políticas, religiosas, também incorporavam os elementos étnicos, os imigrantes e seus descendentes. No começo da década de 1930, portanto, uma “corrente subterrânea de xenofobia e anti-semitismo veio à tona”, sobretudo na elite

---

<sup>285</sup> Cf.: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970. CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

intelectual brasileira (LEVINE, 1980, p. 43). Essa xenofobia<sup>286</sup> influencia e sustenta os debates naquilo que tange à imigração e suas consequentes restrições, isto é, as “políticas imigratórias” do período (CARNEIRO, 2010), as quais proliferam na forma de diferentes leis restritivas (KOIFMAN, 2012). Pensando, a partir daí, um novo Estado capaz de construir uma visão “totalizante” (unificando interesses grupais) da sociedade (D’ALESSIO, 2002, p. 165) e tinha a disposição de “transportar a nação da literatura e da retórica para a realidade política” (D’ALESSIO, 2002, p. 161)<sup>287</sup>. Uma nação moderna se configurava, então, com uma concepção de poder centralizado, unificando o país, e em constante fortalecimento (D’ALESSIO, 2002, p. 161). O amor para com a pátria, em que trabalho se confundia com patriotismo (D’ALESSIO, 2002, p. 171), é um dos motivos simbólicos para a promoção do trabalhador nacional e das restrições imigratórias, os quais tinham bases práticas na crise econômica.

Nesse contexto, após a Primeira Guerra, surgem novas categorias de imigrantes: minorias, apátridas e refugiados (SEYFERTH, 2008), indesejados pelo novo Estado-nação. “O imigrante comum, mesmo considerado necessário, sempre foi visto como um problema, ou risco [...]” (SEYFERTH, 2008, p. 3), devendo, portanto, ser enquadrados nos elementos pensados pelo grupo intelectual que se buscava articular os projetos de nação, isto é, assimilados ou integrados ao ideal nacional, no entanto, para isso, deveriam possuir características particulares. A estrutura intelectual<sup>288</sup>, desde os anos 1920 (FAUSTO, 2001), ao pensar a nação, é então de certa maneira, engajada e cooptada pelo Estado (ocupando, eventualmente, a esfera administrativa), protagonista dos projetos e bases nacionais específicos, constituindo os ideais particulares de nacionalismo e do espectro do racismo, no perfil do tipo brasileiro, tendo como base os discursos pensados ao longo do século XIX (CARNEIRO, 2010, p. 48). O imigrante,

---

<sup>286</sup> “É importante não confundir xenofobia, etnocentrismo e racismo. Xenofobia é um termo que vem do grego e que quer dizer “medo do estrangeiro” – a palavra *xenos* remetendo, em grego, tanto ao estrangeiro como ao hóspede, aquele que se acolhe e honra. A xenofobia, como medo do diferente, é de certo modo universal e tem a ver com a própria estrutura do sujeito – é só observarmos o pequeno humano que de início sorri para todos, e que, aos poucos, ao reconhecer a própria imagem no espelho e se deixar cativar por ela, começa a manifestar suas primeiras reações de medo e recuo perante o rosto desconhecido, não familiar” (KOLTAI, 2008, p. 67).

<sup>287</sup> A partir de um Estado mais centralizado, com o poder dimensionado nacionalmente, marcados pela industrialização e revoltas sociais/militares, regulamentação das relações de trabalho (criação do Ministério do Trabalho) e do capital, a constituição da nacionalidade, com a formalização de ideais educacionais (criação do Ministério da Educação) de padronização e erradicação de minorias étnicas (OLIVEN, 1999, p. 75).

<sup>288</sup> Silvio Romero, Euclides da Cunha, Arthur Ramos, Nina Rodrigues, Alberto Torres, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, eram intelectuais que repensaram a questão nacional, sob ponto de vista do atraso cultural brasileiro, o problema da integração do negro livre à sociedade, as teorias racistas da Europa do XIX e a imigração (LEVINE, 1980). Eram, de certa forma, “pessimistas” e se opunham aos teóricos românticos da escola indianista, ou então, ao grupo do movimento modernista de 1922, que teriam reatualizado o Brasil diante dos movimentos culturais e artísticos do exterior e na busca pelas raízes nacionais e valorização da autenticidade brasileira (OLIVEN, 1999, p. 68). No período, a literatura, a história e a arte (as elites intelectuais) pensaram os assalariados, a história social, os locais e regiões, interesse no folclore brasileiro (LEVINE, 1980), tendo em vista os ideais de civilização e progresso iluministas. Peres (1997) e Queiroz (2003) analisam a Revista do CIC e a perspectiva de engajamento ou cooptação dos intelectuais pelo Estado varguista.

passa a ser observado sob as novas perspectivas, com mudanças na sua imagem, decorrentes, particularmente do pós-guerra. Em que “desenvolvem-se processos de estranhamento e discriminação” (MENEZES, 1999, p. 84), os quais moldam novas representações e consequente visibilidade social quando do seu fomento institucional, se torna então o “estrangeiro” como apregoado por Simmel (1983)<sup>289</sup>, um “supernumerário”, além de uma figura fomentadora de sentimentos particulares negativos, como analisamos a partir de Enriquez (1998). Baseado nos elementos eugênicos, a época tratava de “conformar biologicamente corpos embranquecidos e hígidos, ocupantes disciplinados do espaço urbano, respeitadores da ordem contratual e força de trabalho dócil para o processo industrial que se iniciava” (MARQUES, 2002, p. 192). As sociedades e associações eugênicas, portanto, são estimuladas no pós-I Guerra Mundial e seus estudos entre os intelectuais brasileiros, com importante papel entre os médicos (MARQUES, 2002).

Para Menezes, a “transformação do *imigrante* em *estrangeiro* e a classificação desses em *úteis* e *nocivos* marcaram o início dos novos tempos, caracterizado pelas discriminações, desdobradas, quase sempre, em atitudes xenófobas exacerbadas, expressas no fechamento de fronteiras e na perseguição sem trégua aos *indesejáveis*” (1999, p. 84). O estrangeiro, ou alienígena, particularmente “o imigrante que se estabelece num outro país sujeito à legislação específica, restritiva, e sem direitos plenos de cidadania, por sua condição de estranho diferente, perturba a unidade da nação”, pois “introduz, no mínimo, a diferença cultural ou étnica, algo quase intolerável para o nacionalismo” (SEYFERTH, 2008, p. 4). Para os poloneses, isto significava um movimento de alteração da sua imagem corrente, ainda que não haja um ponto claro de transição, dado preconceito já mobilizado no século XIX, podemos verificar rotulações fomentadas e ideais estereotipados negativamente, que se desenvolvem de um problema étnico ou eventualmente “racial”, para um relativo “perigo militar”, com as ingerências da Polônia no Brasil, assim como Dietrich (2007) e Pereira (2017) apontam para o caso dos alemães. Os anos

---

<sup>289</sup> Para Seyferth (2008, p. 3) “As palavras estrangeiro e imigrante aparentemente têm significação diferente, mas sob muitos aspectos são usadas em sinonímia. Estrangeiro é o indivíduo natural de outro país ou, na versão substantiva, aquele que não é natural, nem cidadão, do país onde se encontra, conforme registram os dicionários. A palavra alienígena expressa o segundo significado de forma mais categórica pois marca a distinção entre indivíduos ou grupos desejáveis e indesejáveis, e envolve, às vezes, sentimentos de suspeita e xenofobia. Imigrante, num sentido mais geral, é aquele que se desloca para outro país e ali permanece, e a imigração tem sido qualificada justamente pela entrada de indivíduos ou grupos num país estrangeiro com intenção de ali restabelecer sua residência ou, usando uma referência mais apropriada, e que aparece nos discursos daqueles que assumiram a identidade de imigrante no contexto da imigração em massa na virada para o século XX, estabelecer um novo lar, numa nova pátria. Independentemente de outras qualificações, o imigrante é um estrangeiro, ou alienígena, apesar da possibilidade de obter a cidadania como “naturalizado””. No Brasil, a categoria estrangeiro remontaria meados do século XIX e faria parte dos debates sobre imigração, junto a outras categorias como colono (SEYFERTH, 2008).



1930, e mais especificamente, no bojo de 1933, afloram na imprensa periódica esses elementos, que são tornados aspectos de perseguição efetiva após 1937.

Concordamos com Sakurai (2000, p. 11) ao apontar que o “período de que ora se trata é fértil no contraste entre o ideal e o real. Se por um lado, os imigrantes estariam contribuindo para o branqueamento da população, por outro lado, estão longe do modelo idealizado, não apenas porque a ideia de imigrante até então era idealizada”, mas também “porque o novo, qualidade antes só positiva e também idealizada, nem sempre mantém sua positividade”. A partir deste momento, as categorias genéricas, como somamos povoamento e substituição da mão de obra escrava aos ideais de branqueamento e modernização, para a autora, se esvaziariam para classificações, determinações, diferenciações, qualificações, atributos especificados em que se reptava a imaginada unidade nacional crescente, o de integrar a grande quantidade de imigrantes e descendentes (SAKURAI, 2000, p. 11).

Para somar a este contexto de novas avaliações críticas aos imigrantes, os ideais dos “perigos”, como aqueles que identificamos no século XIX, passam a ser ressignificados ou reforçados, as quais permitem tanto constructos conspiracionistas e imaginários de ameaça imperial no Brasil (LENHARO, 1986), quanto nominavam efetivas ações dos países de origem dos imigrantes conformadas por movimentos autoritários reforçadores do seu nacionalismo. Os grupamentos fascistas e nazistas, de italianos e alemães, mas também, em alguma maneira, os poloneses sob influência *pilsudskista*, no sul do Brasil (LEVINE, 1980, p. 49), ou militarismo japonês, estavam vinculados a este processo, fosse imaginativo, fosse real, o qual somava aos perigos raciais (judaico e japonês, por exemplo) como analisado por Carneiro (2010), Shizuno (2001) e Takeuchi (2008), políticos (comunismo e movimentos de reivindicação social), como aqueles evidenciados por Zen (2010) e Wiazovski (2008), na conformação dos imperiais/étnicos – como daquelas nações imperialistas (MAGALHÃES, 1993, DIETRICH, 2007, entre outros). Wachowicz já considerava que alemães, italianos e japoneses foram procurados pelos poloneses para pretensões coloniais (2001, p. 55), enquanto Levine (1980) alertava para situação semelhante de união entre os países para uma eventual ação militar, ainda que denunciada.

Não podemos excluir, portanto, um confronto de identidades, dado que na década de 1930, os grupos imigrantes já se identificavam pelas suas etnicidades, em razão da aglutinação de pessoas de uma mesma origem mais ou menos isolados em zonas rurais ou núcleos urbanos recentes, com valores identitários, preservação de costumes, hábitos e tradições, objetivos e reivindicações comuns, ademais de um amplo uso da língua de origem e instituições próprias (SEYFERTH, 1989, 1990). Segundo Seyferth, desde a Primeira República, para a

intelectualidade brasileira, “As concepções de nacionalidade baseadas no jus sanguinis, que alicerçaram as identidades étnicas formalizadas por diversos grupos de imigrantes, desde o século passado colidiram com o princípio do “abrasileiramento” e sua concomitante imagem de melting pot” (SEYFERTH, 2000, p. 144), isto é, assimilacionista, de modo que eram incompatíveis as duas mobilizações.

Há, pois, uma incompatibilidade entre nacionalidade e etnicidade, apesar de fundamentadas em princípios de mesma ordem. Idealmente, o Brasil, como Estado-Nação, só devia reconhecer cidadãos classificáveis como “nacionais” ou inequivocamente brasileiros. A noção de brasilidade, enquanto intrínseca do pertencimento nacional, é irreconciliável com suas congêneres – a italianidade, a germanidade e a polonidade, que evocam grupos étnicos identificados simbolicamente com espaços restritos dentro do território brasileiro (SEYFERTH, 2000, p. 172).

O ideal assimilacionista estava embasado no “temor de que, mantida a unidade cultural e física do imigrante em regiões francamente ocupadas pelo elemento nacional, essa unidade étnica desse origem, seja a uma ocupação imperialista, seja a reivindicações pela constituição de comunidades políticas próprias” (RAMOS, 1996, p. 75). Era um medo do surgimento de “um Estado dentro do Estado” brasileiro, sendo assim, medidas que coibissem esse processo e amenizassem essa fobia deveriam ser tomadas (RAMOS, 1996). Retomaremos esta temática no último capítulo.

### 3.2.1. O nacionalismo defensivo brasileiro

Conforme Gil (1986, p. 276) “é desconcertante a carga emotiva que a ideologia nacionalista contém”, de maneira que “o nacionalismo mantém uma capacidade extraordinária de multiplicar as energias individuais e colectivas”. As preocupações assimilacionistas e os ideias dos perigos, a partir dos mitos e imaginários (BACZKO, 1985) permitiram a construção, na acepção dupla de guias/inspiração e falsidade/alucinações, de uma “teoria conspiracionista”, um “complô” ou “conspiração” (GIRARDET, 1987), ou vários ideais de ameaças, como planos de conquista do Brasil por parte de governos, como o polonês. Como observado no contexto dirigido, estes mitos estavam balizados em ideais nacionalistas exacerbados, elaborados através de textos, mas também de ações específicas “reais” numa política própria polonesa, ainda que fossem atividades pouco efetivas no país. No âmbito político, isso vai aflorar no pós-1935, atrelado aos mitos relacionados a comunistas e judeus (WIAZOVSKI, 2008). O “mito de conspiração” permeia as parataxes do período, involucrada nas contraposições de identidade,

bem como na interrelação de representações e imaginação, marcada pela proeminência dos atores, seus porta-vozes.

Nesse contexto, no início do governo varguista, o principal decreto foi publicado em 12 de dezembro de 1930, promulgado sob o número 19.482. Entre suas disposições, suspendeu a concessão de vistos de entrada no país para passageiros que viajavam de terceira classe (os quais constituíam a maior parte dos grupos imigrantes), pelo período de um ano, sendo uma das novas normatizações impostas, com objetivos de diminuir o processo imigratório e proteger o trabalhador nacional, ou seja, dentro do contexto novo de avaliação do imigrante “outrificado” em estrangeiro, restringido e selecionado em sua entrada, assim como diante de ideais nacionalizadores futuros.

O consulado brasileiro em Varsóvia recebeu estas informações, quanto as novas restrições, a fim, justamente, de ser alertado com relação aos vistos em passaportes<sup>290</sup>. Na documentação do MRE, entre 1930 e 1931, diversos documentos sobre restrições à imigração e problemas com vinda de poloneses, inclusive com questões de reemigração para a Polônia, são trocados. Várias discussões entre o fim de 1930 e início de 1931 sobre o transporte de imigrantes entre o consulado brasileiro em Varsóvia, o MRE e o Departamento de Povoamento demonstram um período de indefinição e busca de informações em razão das mudanças na legislação imigratória. Os cônsules brasileiros ficaram responsáveis pela emissão dos vistos e o controle deste processo migratório nos países de saída

Nesse contexto, “destas formulações ideológicas – as ações dos imigrantes e o perigo da desnacionalização, o atraso econômico e tecnológico e a necessidade de autoctonia, as greves e a necessidade de ordem [...]” fariam emergir um nacionalismo defensivo, este “objetivava enfrentar as adversidades inerentes a uma economia dependente do estrangeiro, e que propunha a adoção de uma série de mecanismo que incentivassem o desenvolvimento tecnológico e educacional” (MAGALHÃES, 1993, p. 81). O brasileiro viria de uma definição e delimitação do ser e não ser, através de um desejo uniformizador que permitia o controle das vontades e interesses múltiplos da sociedade (D’ALESSIO, 2002, p. 174).

Mas não foi esse o nacionalismo que sensibilizou grupos e classes no Brasil, mas sim o discurso nacionalista defensivo, formulado no interior do Estado, absorvido inicialmente, por grupos de poder e, posteriormente, por outros setores da população decorrente do tratamento dado à questão econômica que começa a revelar um inconformismo em relação à maneira pela qual o país vinha se relacionando com as economias hegemônicas (D’ALESSIO, 2002, p. 174).

---

<sup>290</sup> Despacho n. 2 Joaquim Eulálio do MRE, para Consulado brasileiro em Varsóvia, vice-cônsul Sigismundo Kieszowski, 18 de março de 1931.

Esse discurso defensivo era o lugar de produção para os inimigos externos crescente<sup>291</sup>. O desejo de potência permeava os ideais do entreguerras brasileiro também, assim como para a Polônia. Esse desejo “explicitado nos discursos e realizado nas ações sensibilizou povos, levando-os a referenciar-se em seus governos, vale dizer, em suas nações, e a desenvolverem um sentimento de ‘comunidade de destino’” (D’ALESSIO, 2002, p. 177). O anti-imperialismo era fruto de “múltiplos desejos de potência num contexto de países pobres e ricos” sendo uma das práticas “políticas mais importantes do século XX e desenvolveu nas populações dos países periféricos o sentimento de ‘comunidade de sofrimento’” (D’ALESSIO, 2002, p. 177). O que servia, tanto para a Polônia e seus ideais de *equilibrium* ou federalismo (*Intermarium*) como para o Brasil confrontado com os possíveis inimigos externos imaginados atrelado à xenofobia e anti-imigrantismo.

A partir de 1930, esta temática, de anti-imperialismo nacionalista, se mescla entre a seleção do imigrante com base em múltiplas características, xenofobia, anti-imigrantismo, assimilacionismo e o medo da possível ação imperialista dos países que os tinham no Brasil, os “perigos”, incluindo nessa conjuntura, a Polônia. Já em 1932, as escolas polonesas causavam um primeiro movimento de dinâmicas nacionalistas em Santa Catarina<sup>292</sup>, enquanto isso, um ofício alertava o MRE sobre “Angola e os desígnios de posseção colonial da Polônia”. Segundo apontava o documento, era possível notar na imprensa e círculos oficiais o “curioso propósito de entabular negociações [da Polônia] com Portugal para a aquisição de Angola”. Segundo o documento, nas suas adjetivações e figuras de linguagem próprias, o autor dessa “fantasia” era um tal Conde Tarnowski, antigo diplomata do serviço austro-húngaro, que naquele momento vinha “engendrando vesanos projetos de império colonial polonês”<sup>293</sup>.

No mesmo ano de 1932, por exemplo, a ocupação da Manchúria reforçava o ideal do perigo japonês e possível invasão do Brasil através de múltiplos debates (TAKEUCHI,

<sup>291</sup> Como observamos no primeiro capítulo, os nacionalismos podem ser defensivos e agressivos dependendo da situação colocada e da força empregada, de forma que o nacionalismo anti-imperialista brasileiro, de caráter mais defensivo, como aqui exposto, não excluiu a expansão nacional na marcha para o oeste varguista.

<sup>292</sup> Em relatório enviado pelo de Santa Catarina, anexa relatos de jornais criticando poloneses na região de Porto União, num debate acerca das escolas polonesas no jornal “O Comércio”, de 04, 05, 19 e 26 de junho de 1932. A partir da notícia, “Querem escola mas exigem que o professor fale a língua polaca”, em que protestava, o redator, contra a situação da expulsão de um professor brasileiro da escola daquela região, apontando para a nacionalização do ensino naquele estado e a defesa do ensino do idioma nacional para os filhos dos colonos. Dessa forma, desenvolve um discurso nacionalista contra o uso de línguas estrangeiras na educação, mas também repila o sentimento patriótico para com nações estrangeiras. Nesses artigos, inclusive, um representante ucraniano (através de uma carta) critica as políticas polonesas contra as minorias na Polônia, incluindo a questão escolar, a fim de corroborar os apontamentos do jornal.

<sup>293</sup> Ofício n. 11 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Afrânio de Mello Franco, 06 de fevereiro de 1931.

2008)<sup>294</sup>, entretanto, a Polônia, a princípio, não representava motivos de preocupações nesse sentido, sendo o alerta apenas ao fato de estar focando mais em intenções e planos. Entretanto, é possível observar que a lógica era a mesma. A invasão a Manchúria seria o ponto mais importante do militarismo japonês, que se somaria à temática do perigo amarelo (SAKURAI, 2000, p. 64), mas as pretensões polonesas causavam muito menores furores entre a diplomacia, sendo quase elemento de curiosidade ou pouco crível, embora de fato existissem projetos de intelectuais poloneses para Angola<sup>295</sup>.

Joaquim Pedro Salgado Filho, Ministro de Estado do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, assinou documento para MRE, de Afrânio de Mello Franco, com o tema da “Organização de uma corrente emigratória polonesa para o Brasil”. Ele anexa pareceres dos Diretores Gerais dos Departamentos Nacionais do Trabalho<sup>296</sup> e do Povoamento, e de um pedido do Diretor do Departamento de Emigração de Varsóvia, Sr. Nakoniecznikoff, feita ao Departamento do Trabalho<sup>297</sup>.

Dulphe Pinheiro Machado, diretor do Departamento de Povoamento, no seu parecer, de 23 de dezembro de 1932, traz apontamentos que ilustram a temática até aqui apresentada, muito mais que ameaças, os poloneses poderiam ainda ser considerados para a imigração, mesmo em um período restritivo. Ao asseverar que “Sendo o Brasil um país onde enorme é a desproporção observada entre a respectiva população e o imenso território, ainda inculto, é bem de ver-se que

---

<sup>294</sup> Em 1935, inclusive, se desenvolveria um grande plano de imigração e colonização japonesa na Manchúria, compreendendo o ideal de uso da imigração para desafogar os excessos populacionais japoneses e, de outro, garantir a ocupação do nordeste chinês. Os colonos, nesse sentido, seriam elementos para a conquista efetivamente (TAKEUCHI, 2008, p. 198). Essa situação, na Ásia (para além da China, também na Coreia) teria estimulado comparações com a situação da emigração japonesa direcionada ao Brasil (TAKEUCHI, 2008, p.140 e 198).

<sup>295</sup> Ver Puchalski (2018), que investiga ações do próprio Głuchowski, que se envolvia em projetos no país africano.

<sup>296</sup> Joaquim Pedro Salgado Filho, Ministro de Estado do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, assina documento para MRE Afrânio de Mello Franco, 05 de janeiro de 1933.

O parecer de A. Bandeira de Mello, Departamento do Trabalho, é de 06 dezembro de 1932, e questiona o problema dos “desocupados”. Para o autor, na Polônia seriam 500 mil, mas o autor destaca outros países, como mais de 5 milhões, como a Alemanha, tratado com destaque na Conferência Internacional do Trabalho em Genebra.

A delegação brasileira, entre as propostas, apontou para a possibilidade do “encaminhamento dos emigrantes selecionados para as regiões desertas de países oferecendo vastas possibilidades de trabalho”, como Canadá, Austrália, Brasil e Argentina. Pensava um financiamento para o fomento da emigração “para aqueles países onde iriam criar novos mercados para os produtos das indústrias de seu país de origem”, em boa medida, dando respaldo para as teses da política emigratória polonesa e as aproximações para o aproveitamento populacional e a continuidade do fluxo emigratório.

Para o autor, o sistema, com criação de sociedades para a promoção da emigração, com ajuda dos países interessados, permitiria “desafogar” os países superpovoados dos seus gastos e valorizar terras “despovoadas e salubres” e “inexploradas” no Brasil. No entanto, a colocação daqueles núcleos, deveria ser próxima aos mercados consumidores e com meios rápidos e baratos de comunicação, facilitando o escoamento das colheitas e barateando o custo de vida nas cidades. E completava apontando que antes os governos europeus dificultavam e mesmo proibiam a emigração, agora diante da crise, eram simpáticos ao entendimento para promoção de um “plano racional e sério” de emigração. Lata 622, maço 9650.

<sup>297</sup> Joaquim Pedro Salgado Filho, Ministro de Estado do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, assina documento para MRE Afrânio de Mello Franco, 05 de janeiro de 1933. Lata 622, maço 9650.

o fator “imigração” é daqueles que não podem ser desprezados pelos Poderes Públicos, sobretudo no interior”, onde, para o autor “latejam as mais vivas realidades nacionais, esperando o braço operoso, que lhes desvende a estupenda grandeza”<sup>298</sup>.

A imigração era um projeto ainda importante para o povoamento na visão do diretor daquela pasta, a qual deveria garantir os serviços para o Estado. Contudo, apontava a necessidade de aproveitamento do elemento “aborígene”, de não levar a imigração apenas pelo ponto quantitativo, bem como a incumbência do departamento de “rigorosa seleção, já no exterior, valendo-se das autoridades consulares e de técnicos do Serviço de Povoamento, já a chegada dos estrangeiros”, com Inspetores de Imigração nos portos e da antiga Intendência de Imigração no Rio de Janeiro<sup>299</sup>.

O aumento dos “sem trabalho” em razão de “causas bem conhecidas” (provavelmente a crise de 1929), para Dulphe Pinheiro Machado, levou o governo provisório a tomar medidas drásticas e de emergência “procurando evitar que a desmedida concorrência do braço alienígena, em todas as atividades, tirasse o pão dos brasileiros, em sua própria terra”, daí o decreto 19.482 de 12 de dezembro de 1930, reforçado pelo 20.917, de 7 de janeiro de 1932. No entanto, as medidas, para o autor, não se configuravam em uma “barreira intransponível” ao imigrante “ansioso de colaborar com o nosso progresso e do nosso engrandecimento econômico”. Provado pelas crescentes estatísticas imigratórias do período<sup>300</sup>.

O embaraço ou impedimento total da imigração também, para o autor, não seria uma “boa política internacional”, pois desorganizaria a demanda “natural de braços”, que as terras brasileiras teriam. Aponta acertada a política “de alto senso patriótico” do governo federal na medida em que valorizava a corrente exigindo dos imigrantes recursos próprios e garantias de manutenção ou então encaminhamento para zonas rurais, através de “empresas idôneas” e ou comprovação de “colocação certa”<sup>301</sup>.

O parecerista era adepto de uma “imigração organizada” e não descartava examinar quando esta aparecesse, ainda que com preocupação, em razão da “crise” dos “sem trabalho”, que seria “alarmante” na Europa, não apenas em razão das cifras, mas “pela espécie dessa gente”, que eram “de todas as profissões e com ideias que nem sempre se ajustam às nossas conveniências sociais e políticas”. Estando zeloso das questões voltadas às ideologias políticas que poderiam estar atreladas aos imigrantes e profissões consideradas menos importantes, pois,

---

<sup>298</sup> Ibidem.

<sup>299</sup> Ibidem.

<sup>300</sup> Ibidem.

<sup>301</sup> Ibidem.



para o autor, ao Brasil “só interessa receber agricultores”, estes “de verdade, de costumes morigerados, constituindo em famílias, bem organizadas e com regular número de elementos de trabalho, rigorosa e tecnicamente fiscalizados pelos próprios países de origem, antes do embarque”<sup>302</sup>.

Por fim, o autor considera que o projeto deveria passar pela avaliação do Ministério do Trabalho e que seria viável, “neste momento de patriótica reorganização”, se contasse com “medidas e providências, que não envolvam a responsabilidade direta do governo, nesse assunto, deixando a iniciativa de escolha de terras e da fundação de colônias a empresas que disso queiram cogitar, as quais poderia, entretanto, o Poder Público conceder auxílios de ordem indireta [...]”. Sendo naqueles moldes, possível um entendimento com as autoridades polonesas, as quais não descarta, em especial as companhias que tratavam do assunto. A matéria envolveria acordos com o Ministério das Relações Exteriores com apoio do Ministério do Trabalho para indicações de caráter técnico-administrativo<sup>303</sup>.

A capacidade de reorganização dos processos imigratórios diante do atendimento das necessidades do país, nesse período, estão articuladas, portanto, a ideias patrióticas e nacionalistas sob controle e observação em constante ampliação do âmbito governamental, as quais vão de encontro à continuidade dos fluxos. Embora os poloneses ainda fossem cogitados como contribuintes ao país, confrontava-se às mobilizações étnicas dos imigrantes e descendentes internamente, diante de um movimento defensivo e anti-imperialista. Ao mesmo tempo que os agora, estrangeiros, constituíam sociedades vistas e, em parte, conformadas, pela particularização da diferença, seja sob o ponto de vista do perfil social e econômico, seja pela construção identitária fomentada pela institucionalização e seus líderes articulados ao país de origem.

### 3.3. APROXIMAÇÕES DA POLÔNIA E OS POLONESES NO BRASIL – PROTAGONISTAS DOS CONFLITOS DE IDENTIDADE

Segundo Łepkowski (1976, p. 225-226), ao refletir acerca da política cultural do governo polonês na América Latina, atrelada ao MSZ, a considerava voltada exclusivamente para o interior da comunidade, descolada da sociedade envolvente, mantendo o caráter predominante polonês da emigração. De fato, com a volta do Estado em 1918, e sob a ditadura de Piłsudski, a partir de 1926, o nacionalismo polonês adquire contornos modernos através da

---

<sup>302</sup> Ibidem.

<sup>303</sup> Ibidem.

efetiva promoção estatal pelo regime instaurado. O “Golpe de Maio” perpetrado pelo Marechal Piłsudski em 1926, permite a criação de um estado autoritário, rompendo com o liberalismo emergido do pós-guerra, assim como ocorria em diversos países europeus e no próprio Brasil (FAUSTO, 2001, p. 8, MAZOWER, 2001, p. 18), moldando o perfil da nação polonesa, com os imaginários de expansão continental e, quiçá, ultramarina que se desenvolviam. Em certa medida, as duas nações poderiam se aproximar nesse período, naquilo que tange semelhanças no caráter de constituição política, econômica e social (MAZUREK, 2012).

Nesse ínterim, portanto, o governo polonês para além de estabelecer a *polonidade* em âmbito nacional do estado recém criado, identifica possibilidades e a necessidade de configurar o mesmo sentimento entre os emigrados na América e em outras partes do mundo. Em contrapartida, nas colônias já radicadas por muitas décadas, a *polonidade* é outra formulação, uma configuração acerca do sentimento nacional, ou uma vinculação com o país natal conformada num contexto histórico interacional étnico específico, da sociedade acolhedora e diferente do polonês na Europa. Esta separação perdurou por cerca de quatro décadas, até o ressurgimento da Polônia independente e foi fator gerador de conflitos quando das aproximações, pois o processo de construção identitária no Brasil acontecia à revelia da Polônia entre os imigrantes. De fato, se desenvolve a constituição do que denominamos de *identidade étnica diaspórica*, a fim de diferenciar daquela estabelecida durante a dominação na Europa, atribuída ao *protonacionalismo* identificado por Hobsbawm (2008), mas que poderia ser uma construção tipicamente étnica, dada a falta de um estado promotor.

Os poloneses no Brasil, isto é, os “polacos” ou “polono-brasileiros”, constroem-se com diferenças em relação aos brasileiros e outros grupos imigrantes, mas também, frente aos poloneses que permaneceram na Europa. Assim como para o caso dos italianos (BERTONHA, 1998, p. 100), o desenvolvimento da rede diplomática era insuficiente, assim como a eventual vinda de intelectuais ou criação de novas instituições, era importante também influenciar os antigos órgãos da sociabilidade imigrante, como “jornais”, “escolas”, e as “associações”, buscando aproximá-las tanto do aspecto cultural, identitário, simbólico com a pátria-mãe, como também, com efeitos materiais, a fim de estreitar os laços com o Brasil, particularmente, pelo comércio, mas também pela promoção de elementos culturais. A comunidade poderia ser aproximada sob o viés comercial, político, cultural e, eventualmente, num sentido imperial/colonial, permeados por ideais ilusórios de uma potência, da forma semelhante como ocorreu para com os alemães, que após o século XIX e o movimento pangermânico, com o reforço nazista, reanimam instituições e promovem o apoio de novas voltadas aos seus imigrantes no exterior (MAGALHÃES, 1993, p. 170-171).

Estas características denotam o expansionismo polonês pela via de um “colonialismo pacífico” ou como apregoamos também para um “imperialismo cultural”, “indireto” ou “informal”, baseado no assentamento de poloneses, ou seja, na própria demografia já emigrada ou em processo, e se possível, sua concentração em determinadas regiões da América Latina e do Brasil (sobretudo o Paraná, onde já existia uma comunidade instalada). Onde eventualmente sustentada, através de amplo suporte estatal, sua condição étnico-nacional, se transformassem ou concebessem uma potencialidade pragmática para o país, seja de caráter eventualmente econômico (importação e exportação de produtos poloneses), político, cultural, ou mesmo, se quisermos considerar as acepções nacionais brasileiras conspiracionistas, “militar”, na forma de um possível exército preparado com soldados em sociedades de educação física. Assim, a partir destes elementos somados, pudesse ser construída efetivamente uma “Nova Polônia”, se tudo desse certo na imagem dos nacionalistas e emissários poloneses, moldando um possível Estado independente ou região de influência mais direta.

Para Wachowicz (2001, p. 55), os diplomatas poloneses passariam a mesclar concepções de *polonidade* com uma propaganda do regime *pilsudskista*, sendo instrumentalizada essa conformação “ideológica e politicamente”. Para o autor, um dos objetivos do consulado era “manter, de todas as formas possíveis, a cultura polonesa entre os descendentes de imigrantes”, isolando os poloneses (WACHOWICZ, 2001, p. 55), assim como para Łepkowski (1976), que identifica os problemas que essa política conduziu. Para Oliveira (2009a, p. 231), se pode “supor que foram as colônias de imigrantes que suscitaram nos nacionalistas poloneses a possibilidade de realizar projetos neocolonialistas”. Isto é, apesar dos planos para o desenvolvimento de novas colônias, era especialmente o potencial da diáspora que estimulava o ideal de conquista, pois a comunidade assentada. Distanciada do país pelo período de dominação, mas também da sociedade de acolhida pelo possível isolamento no âmbito rural, era analisada pelos nacionalistas e intelectuais que imaginavam o potencial do país europeu e as colônias na América do Sul como possibilidade de ação para a Polônia. Segundo Dvorak (2013, p. 150), Curitiba se tornava um epicentro de conformação de sociabilidade e, em nossa análise, também de ampliação de visibilidade identitária polonesa, pois

Muitas igrejas, escolas e organizações polonesas foram estabelecidas em Curitiba. Além disso, Curitiba imprimiu jornais e revistas polonesas, todos editados nas gráficas polonesas localizadas no centro de Curitiba. [...], a maioria da intelligentsia polonesa, incluindo professores de universidades, médicos, dentistas, advogados e funcionários, morava em Curitiba. Muitos comerciantes poloneses e famosos artesãos também se reuniram lá. Um lugar que os poloneses não estavam bem representados era na

indústria. Nos arredores da cidade, havia muitos assentamentos poloneses a apenas três quilômetros de Curitiba (tradução nossa).

Em diversos setores sociais, o período localizados entre as duas guerras foi de grande expansão, nos quais estabelecem formas de sociabilidades<sup>304</sup>, que podemos adjetivar de “étnicas”<sup>305</sup>, mas as quais engendram também outros aspectos (econômicos, políticos e sociais), as quais contribuem para a sua manutenção ou mesmo reafirmação identitária, como diversos estudos sobre os poloneses no período comprovam (LUPORINI, 2012, WEBER, 2014, 2015, MALIKOSKI, 2014, 2019, MAZUREK, 2016, SILVA, 2019). Variadas instituições foram desenvolvidas, sejam elas ligadas às: igrejas (as quais se somavam os seus cultos, escolas, atividades, etc.), entidades assistenciais, escolares, as chamadas “escolas étnicas” (RENK, 2009), profissionais (agricultores, professores, operários), recreativas/esportivas (música, teatro, ginástica, tiro, caça, etc.), periódicos polono-brasileiros<sup>306</sup>, etc., todos configuradas ao longo do tempo fossem nas colônias, fossem nos núcleos urbanos, particularmente num centro irradiador cultural, a cidade de Curitiba<sup>307</sup>. De fato, os poloneses se tornam mais visíveis na capital paranaense e na região sudeste do estado. Potopowicz contava cerca de 35 mil poloneses vivendo nas colônias do entorno curitibano e ainda 10 mil na cidade, em meados da década de 1930<sup>308</sup>. Portanto, nesse contexto, elementos laicos e religiosos trabalharam na organização e estruturação destas instituições dos imigrantes e seus descendentes desde o final do século XIX<sup>309</sup>, alguns anos depois da chegada dos primeiros imigrantes num processo tipicamente

<sup>304</sup> Sobre sociabilidades e sociedade Cf.: SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. CANAL, Jordi. Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade. In: **LER HISTÓRIA**, 68, p. 1-6, 2015. Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1780?lang=en>. Acesso: 14 ago. 2018. Sobre imigrantes e associativismo: MOYA, José. Immigrants and associations. A Global and Historical Perspective. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 31, pp. 833-864, 2005. WEBER, Regina. Grupos étnicos, estratégias étnicas. In: SIDEKUM, Antonio, GRÜTZMANN, Imgart, ARENDT, Isabel Cirstina (orgs.). **Campos múltiplos**. São Leopoldo: Oikos, 2008. WEBER, Regina. Romances sobre inmigrantes y afirmación étnica. **Acta lit.**, Concepción, n. 38, p. 27-42, 2009. Disponível em <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0717-68482009000100003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-68482009000100003&lng=es&nrm=iso)>. Acessado em 11 oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-68482009000100003>. Sobre o caso dos poloneses, ver: FREDER, Schirlei, TRINDADE, Rhuan T. Z. Organizações Polono-brasileiras: origens, constituição jurídica e planos de sucessão. **Polonicus**, v. 13, pp. 95-116, 2016.

<sup>305</sup> Elemento que buscamos debater em: TRINDADE, Rhuan T. Z., GILLIES, Ana M. Entre a brasilidade e polonidade: sociabilidade étnica, as instituições polonesas e a campanha de nacionalização na obra de Hugo Bethlem (1939) (no prelo).

<sup>306</sup> Consideramos [...] “a imprensa polono-brasileira como composta por periódicos escritos em polonês no Brasil desde os primeiros anos da colonização polonesa até o Estado Novo”. Pois as políticas nacionalistas estadonovistas, encerraram esse tipo de periódico, que ressurgiu com outro formato após 1945 (TRINDADE, 2016, p. 283).

<sup>307</sup> As aproximações e articulações entre a polonidade e catolicidade vem sendo debatidas como não absolutas (OLIVEIRA, 2009, WEBER, 2015, TRINDADE, 2016), contudo a presença da Igreja Católica e, sobretudo, do clero como “agentes étnicos” (WEBER, 2015), não pode ser ignorada.

<sup>308</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 14.

<sup>309</sup> Além dos periódicos (jornais e revistas) e livros (incluindo uma Livraria Polaca e a Gráfica Vicentina), ademais de proposições artísticas e inclusive radiofônicas (SMOLANA, 1996, p. 38). O professor Nicéfaro Falarz foi, nesse

constituído no Brasil, isto é, próprio da sociedade de acolhimento<sup>310</sup> (WACHOWICZ, 1974), tendo amplo ganho de intensidade após a recuperação do estado polonês, ainda que marcado por disputas.

### 3.3.1. A institucionalização polonesa no entreguerras

O caso polonês, na constituição como grupo étnico, não exclui a possibilidade de divisões internas, aliás, são estas divisões aquelas as quais impõe inicialmente os maiores problemas para a discussão da configuração de um imperialismo polonês, pois, ao que parecem, fomentam suas primeiras denúncias. A principal fissura interna, visível no processo de institucionalização e configuração de lideranças, era através das disputas entre o quadro clerical dos padres de congregações ligadas à *polonidade* – verbitas e vicentinos - em oposição às lideranças laicas, por vezes, inculcadas a ideais chamados “progressistas”, “esquerdistas” e movimentos independentistas no século XIX e XX (muitos pertencentes aos refugiados do pós-1905 ou vinculados ao partido de Piłsudski – o PPS). O ambiente de rivalidade *clericalis* x *anticlericalis* (WACHOWICZ, 2002, TRINDADE, 2015, WEBER, 2015, SILVA, 2019, p. 272) teve ampla exposição, mobilizando elementos dissonantes comunitários, como ideais distintos quanto a diversas instituições criadas por líderes de ambos os grupos (TRINDADE,

---

contexto, eleito em 1925, como representante da comunidade, para a Assembleia do Estado do Paraná (SMOLANA, 1996, p. 38). Em 1890 é formada a Sociedade Tadeusz Kościuszko (*Towarzystwo Tadeusz Kościuszko*), assim como a Sociedade de Ginástica Falcão (*Towarzystwo Gimnastyczne Sokół*), em 1898, e a Sociedade Santo Estanislau (*Towarzystwo Świętego Stanisława*), em 1906, todas em Curitiba. Além disso, centenas de sociedades surgem nas cidades do interior, muitas motivadas pelo esforço de lideranças laicas como do *Grupo de Lwów* (WEBER, TRINDADE, 2016, TRINDADE, 2018) e através dos processos próprios e internos dos colonos ou do clero, especialmente com a chegada dos vicentinos em 1903 (WEBER, 2015).

<sup>310</sup> Para Mazurek (2016, p. 82) “Infelizmente a quantidade das sociedades não correspondia à qualidade do trabalho. Tratava-se de organizações efêmeras, que congregavam um pequeno número de sócios, nem sempre com um programa preciso de ação e com condições adequadas de trabalho. Eram fundadas geralmente por padres ou professores, e muitas vezes por líderes polônicos vindos da Polônia. Daí também resultava o caráter muito diversificado dessas organizações, bem como o nível de suas atividades. Não faltavam conflitos, acusações e ofensas recíprocas, registradas na imprensa polonesa da época”.

MALIKOSKI, 2018)<sup>311</sup>. As disputas remontavam o contexto da Primeira Guerra Mundial, em que múltiplos lados se dividiram entre a Aliança e a Entente<sup>312</sup>.

Os emissários enviados (instrutores) e outros intelectuais emigrados para o Brasil, igualmente aumentam as intrigas entre esses dois grupos, principalmente apoiando os anticlericais (TRINDADE, 2015), o que se configurava já desde o século XIX com a ação dos intelectuais ligados à Sociedade Comercial e Geográfica de Lwów<sup>313</sup> (WEBER, TRINDADE, 2016). Assim sendo, essas divisões se ampliam no ressurgimento polonês, somando que o serviço diplomático acaba por intervir nas disputas. O período entreguerras, nesse sentido, teria sido “o mais fecundo em termos de trabalho e organização da comunidade polono-brasileira” (WACHOWICZ, 2009, p. 52), mas acirrou a bipolarização entre os grupos adversários, fomentada pela mediação do consulado.

Um exemplo destas divisões marcadas foi, a partir da chegada do cônsul na capital paranaense, a criação em 1921 da União das Sociedades *Kultura*, atrelada aos elementos laicos e partindo de observações chamadas “progressistas”, unificando diversas escolas étnicas polonesas e associações/sociedades, como de professores, assim como recebendo maior apoio consular (WACHOWICZ, 2002). De outro lado, o grupo clerical se organizou com os padres vicentinos, opondo-se à associação anterior, fundando, em 1922, a organização União das Sociedades *Oświata* (Educação) (WACHOWICZ, 2002) - e baseadas na exposição do jornal *Lud* (o Povo) e na *Bursa*, um internato para jovens estudantes em Curitiba (WACHOWICZ, 2002)<sup>314</sup>. Destaca-se, no período também, justamente os diferentes jornais polono-brasileiros,

<sup>311</sup> Para Wachowicz (2009), após 25 anos de um grande processo de emigração, as esferas polonesas passaram a prestar atenção no Brasil, destacando a presença, no século XIX, de 4 grupos de alguns intelectuais, a) vindos da parte russa, b) da área austríaca (Grupo de Lwów), c) os “intelectuais de formação esquerdista” e d) os padres católicos (da Congregação do Verbo Divino e os Vicentinos). Somado a isso, a formação de grupos intelectuais no Brasil. Já naquele século, as autoridades eclesásticas brasileiras se incomodam com a presença do clero polonês, conflitos que terminaram com uma série de decisões, ainda que o diálogo tenha prevalecido (WACHOWICZ, 2009, p. 51). A presença do clero polonês tem sido observada como parte do apoio espiritual, mas também étnico (WEBER, 2015, p. 261) e inicia com a chegada de alguns indivíduos já na década de 1870, depois das congregações mencionadas acima (vicentinos em 1903 e verbitas em 1904) e das irmãs, da Caridade (1904) e da Sagrada Família (1906), além de padres membros de outras congregações religiosas (KAWKA, 1996, MALCZEWSKI, 1996).

<sup>312</sup> Com os poderes centrais, o grupo coordenado por Kossobudzki, de posições laicas e anticlericais (MAZUREK, 2017). Do lado da Entente, aqueles em torno de Warchałowski. Movimento que acabou vencedor com a entrada do Brasil na Guerra, em 1917, ao lado da França (TRINDADE, MALIKOSKI, 2018).

<sup>313</sup> Sobre o assunto, ver os escritos de Trindade (2016, 2018) e Weber (2015, 2016).

<sup>314</sup> Ambos os grupos buscaram congregar escolas e outras instituições, unificar sociedades, formação e cursos de professores, melhoramento das escolas e produção de livros didáticos. A rivalidade teria trazido alguns resultados positivos (WACHOWICZ, 2002, p. 54). Foram criadas bibliotecas volantes e bibliotecas centrais com muitos volumes para leitura, em 1924 os professores volantes, ademais de outras iniciativas para a melhoria das condições educacionais nas colônias polonesas (WACHOWICZ, 2002). Sobre a *Kultura* e a *Oświata* ver Głuchowski (1927 [2005]), Weber (2015), Malikoski (2014, 2019) e Silva (2019).



como os estabelecidos em Curitiba, o *Lud* (o Povo), de 1920<sup>315</sup>, que junto com o *Gazeta Polska w Brazylii* (Gazeta Polonesa no Brasil), fundado em 1892, eram os principais do país em língua polonesa, fomentadores das amplas querelas entre as instituições e lideranças polonesas (TRINDADE, 2016), incluindo nesse ínterim o progressista *Świt* (Aurora).

Para além destas associações, também com apoio consular, em 2 de maio 1920, três antigas instituições polonesas se juntaram a fim de criar uma nova, a *Związek Polski*, a União Polonesa – ZP (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978)<sup>316</sup>. As instituições unificadas tinham suas seções específicas e atividades próprias, tendo grande patrimônio e participando de diferentes atividades da comunidade polonesa em Curitiba e no Brasil, como recepção de personalidades (Skarżyński, Raczkiewicz, Kubina, Grabowski, etc.), representantes diplomáticos (tanto do consulado como da legação), ademais de outros visitantes poloneses (como o navio *Lwów*, em 1923) (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978)<sup>317</sup>. Seus integrantes participaram de congressos na Polônia e buscaram apoio de instituições naquele país para fomento da diáspora<sup>318</sup>. Em 1937 ela é descontinuada durante a campanha de nacionalização (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978).

Entre outras iniciativas particulares ou fomentadas pelo consulado e lideranças do período, estava o desenvolvimento de um banco polonês no Brasil – o PKO, o *Pocztowa Kasa Oszczędności* – Banco de Poupança Postal (TRINDADE, 2015), este foi estabelecido a partir de 1929 (KICINGER, 2005, p. 51), o qual se desenvolve como parte do projeto polonês para a emigração<sup>319</sup>, fomentando setores produtivos; a criação de uma Igreja Nacional Polonesa,

<sup>315</sup> “Um outro periódico que cumpriu um papel muito importante na história da comunidade polônica brasileira foi o *Polak w Brazylii*, publicação iniciada em 1904 por Kazimierz Warchałowski. Seu primeiro redator foi Jan Hempel (1877-1937), com quem o jornal adotou um tom anticlerical e favorável ao movimento socialista. A partir de 1905 a redação do periódico já foi assumida pelo próprio editor, que politicamente estava mais próximo da Democracia Nacional, ainda que sob a sua direção o *Polak w Brazylii* tenha sido sempre um órgão das forças progressistas. Em 1919, após a volta de Warchałowski à Polônia, o periódico foi liquidado, e o principal concorrente de *Gazeta Polska w Brazylii* tornou-se o *Lud* (O Povo), partidário da Democracia Popular, que havia surgido com base no patrimônio do *Polak w Brazylii*, adquirido pelos padres da Congregação de S. Vicente de Paulo e redigido pelos padres Józef Joachim Góral, Stanisław Piasecki e Jan Pałka” (MAZUREK, 2016, p. 86).

<sup>316</sup> *Towarzystwo Gimnastyczne Sokół* (Sociedade Ginástica Falcão), de 1898, o *Kółko Młodzieży Polskiej* (Círculo da Mocidade Polonesa), de 1901, e a *Towarzystwo Świętego Stanisława* (Sociedade Santo Estanislau), de 1906.

<sup>317</sup> A União Polonesa teve participação no erguimento do monumento do “O Semeador”, ademais, promovia bailes, recreação, ações culturais, excursões (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978).

<sup>318</sup> A União Polonesa teve problemas com autoridades polonesas, como B. Lepecki e M. Fularski, por terem publicado fatos sobre a Polônia, que não teriam sido aceitos por ela (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 75), dado provavelmente estarem inseridos nas disputas de tutela dos instrutores e diplomatas para com as lideranças polonesas, que estavam desde antes da independência polonesa.

<sup>319</sup> E também, a ideia do Banco Polonês Brasileiro de Comércio e Colonização (Banco Polonez Brasileiro de Comercio e Colonização), que teria como fomentadores Afonso Alves de Camargo e Silva, João Vianna Seiler e Ignacio Kasproicz. Ela tinha como objetivo segundo Art. 1º, III “Ocupar-se do serviço de colonização do Estado do Paraná, promovendo a intensificação da corrente imigratória, com especialidade polonesa”, IV, “Promover o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre a Polônia e outros países e o Brasil por meio de propaganda intensa e de museus de produtos estrangeiros no Brasil” e de ser uma “instituição que virá estreitar mais e mais os laços de amizade e de solidariedade que unem, desde há muito, brasileiros e poloneses, estes cooperando, gostosamente, com o seu admirável labor, na obra do progresso e desenvolvimento do grande País

vinculada à Igreja Antigo-Católica<sup>320</sup>, foram formadas sociedades agrícolas (como o ZZRP<sup>321</sup>), entre muitas outras, como a Associação dos Professores das Escolas Polonesas criada em 1927<sup>322</sup>, ademais de uma série de associações menores, círculos agrícolas, organizações de trabalhadores e entidades de classe (TRINDADE, 2015, 2015b).

O fato é que a Segunda República polonesa foi “um período de muita movimentação na comunidade emigrada, dando ensejo a manifestações de identidade [...]” (WEBER, 2015, p. 256), na arte, escolas, instituições e vida material. Um importante promotor foi Zbigniew Miszke (1881-1944)<sup>323</sup>, o segundo cônsul polonês em Curitiba (1922 - 1928). Ele teria buscado maiores relações de compreensão com as autoridades brasileiras, sendo sua chegada motivo de comemoração nos jornais de Curitiba<sup>324</sup>. Foi um patrocinador nas artes polonesas no Brasil<sup>325</sup> e organizou uma supervisão aos instrutores educacionais. Ao mesmo tempo, entrou em atritos com a liderança polonesa Szymon Kossobudzki, por ter sido visto como subordinando a

---

que os acolhe paternalmente, outorgando-lhes os mesmos direitos e possibilidades que são conferidos aos nacionais”. O banco visava sistematizar, organizar e dar infraestrutura para a colonização polonesa no Brasil. Prospecto de 1928, p. 2. APV.

<sup>320</sup> Segundo Zulian (149-150) “Em 1904 o sacerdote polonês Francis Hodur fundou em Scranton (Pensilvânia, EUA) a Igreja Nacional Polaca, que atendia preponderantemente aos imigrantes poloneses estabelecidos naquele país. Essa nova igreja estava vinculada aos princípios dos estabelecimentos religiosos surgidos a partir do Concílio Vaticano I. Logo após a Primeira Guerra Mundial foi criada uma sucursal da Igreja Nacional na Polônia, que se subdividiu em diversos grupos desde 1926, espalhando-se pelos países onde imigrantes poloneses se fixaram”. E, ademais “impôs os elementos básicos anticatólicos da época moderna: o racionalismo e o nacionalismo eclesiástico, chegando a instituir a língua polonesa como a oficial nos cultos. Isso, no entanto, não impediu que fossem também utilizadas as línguas nacionais dos países onde se estabeleceu, tanto no serviço eucarístico como na administração dos sacramentos e nas bênçãos eclesiásticas” (ZULIAN, 2013, p. 150).

<sup>321</sup> *Związek Zawodowy Rolników Polskich* (União Sindical dos Agricultores Poloneses) criado em 1933, no II Congresso dos Agricultores poloneses no Paraná, para desenvolver o aspecto agrícola e agregar os agricultores poloneses, associações, sociedades, círculos agrícolas e de educação agrícola, bem como setores agrícolas nas sociedades educacionais, do *Junak* e cooperativas. POTOPOWICZ, op. cit., p. 73. Teve vínculos com os departamentos do CZP e apoio de instrutores.

<sup>322</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 164.

<sup>323</sup> Cf.: SMOLANA, Krzysztof, BARYS, Dorota. **Consulado Geral da Polônia em Curitiba: 90 anos de história do mais antigo consulado polonês na América Latina**. Curitiba: Ed. ATP, 2010.

<sup>324</sup> Diário da Tarde, 23 de agosto de 1922.

<sup>325</sup> O esforço cultural de Miszke teve a colaboração de sua esposa, Eugenia, a qual fundou junto ao Pe. Jan Rzymelka e outros ativistas, a Sociedade Musical Fryderyk Chopin. No início de 1923, foi realizado o concerto Polono-Paranaense, com músicas de Moniuszko, em homenagem ao 50º aniversário da sua morte. STANCZEWSKI, op. cit., p. 12. O cônsul desenvolveu as artes e o aspecto musical polonês no Brasil. Trouxe diversos artistas e intelectuais, como W. Piotrowski, Secretário de Educação em Varsóvia; M. Horszowski, pianista; S. Balinski e A. Stonimski, escritores; a Maria Wernicka, professora de rítmica e música; Bruno Lechowski, pintor; I. Pienkowski, pintor e professor da Academia de Cracóvia. Com relação à imigração polonesa no Paraná teria promovendo a vinda de S. Grawonski, o duque J. Lubomirski, o Pe. Dr. Reginek e K. Warchalowski. Outros com “objetivos culturais” foram W. Rogawski e K. Lech (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 257-259). Prestou assistência a viajantes poloneses, cientistas e jornalistas que visitaram o sul do Brasil, como o bacteriologista Odo Bujwid, entomologista Szymon Tenenbaum em 1923 e Jerzy Ostrowski. Ele contribuiu também na promoção da expedição zoológica Dr. Tadeusz Chrostowski. Cf.: <https://www.ipsb.nina.gov.pl/a/biografia/zbigniew-august-miszke>. Envolveu-se no estímulo ao surgimento do *Sarmacja* e a fusão do *Kółko Nauczycieli Chrześcianskich* (Círculo de professores cristãos) com o *Związek Nauczycieli Szkół Polskich w Brazylii* (União dos Professores das Escolas Polonesas no Brasil). (MALCZEWSKI, WACHOWICZ, 2000, p. 259).

educação polonesa às autoridades brasileiras, diante dos primeiros processos nacionalizadores do período. Ademais, encontrou problemas na disputa da *Kultura* com a *Oświata*<sup>326</sup>, embora mantendo um caráter “suprapartidário” (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 259). O cônsul subsequente, Downarowicz, não alteraria a política estabelecida anteriormente, enquanto o seguinte, Roman Staniewicz, protagonista dos eventos de meados da década de 1930, muda as relações postas, uma vez que teria se vinculado aos anticlericais, acirrando às disputas pré-existentes (WEBER, 2015, p. 265).

Outras ações foram a criação de grupos teatrais amadores e profissionais. Em 1927, surgia o ZAS (*Zespół Amatorów Sceny* – Conjunto de Amadores do Palco), com o trabalho do instrutor Tadeu Morozowicz<sup>327</sup>, baseado em outros grupos de teatro da capital paranaense<sup>328</sup>, apresentando várias peças de autores poloneses e vinculado à ZP, ainda que com diversos atritos (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 84). Em 1923 é criado o *Junak*, o qual trataremos mais detidamente em seção específica. Ainda nos anos 1920 surge outra importante instituição polonesa, a *Stowarzyszenie Studentów Sarmacja* – Associação de Estudantes Sarmatia (1926). Esta associação estava ligada diretamente à Universidade do Paraná. Os filhos de poloneses radicados no Brasil, bem como seus descendentes, tanto dos intelectuais como dos colonos, se dirigiam para estudar na capital paranaense, seja através da *Bursa da Oświata*, seja para a escola média ou para frequentar as sociedades existentes em Curitiba (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 140-142).

Os jovens poloneses que alcançavam a Universidade começaram a se organizar, em 1926, na sede da União Polonesa se reuniram, entre eles<sup>329</sup>, especialmente o estudante de direito João Grabski, que liderou este grupo estudantil (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 142), sendo membro da diretoria inicial e tendo uma longa influência na instituição, posteriormente, também na comunidade polonesa<sup>330</sup>. Na *Sarmacja*, foram mobilizados cursos de língua e

<sup>326</sup> Segundo o Biografema escrito por Andrzej Piber no Dicionário Biográfico Polonês na Internet, ele teria confrontado Kossobudzki e encontrado problemas com a *Kultura*, quebrando com a imparcialidade do consulado. <https://www.ipsb.nina.gov.pl/a/biografia/zbigniew-august-miszke>.

<sup>327</sup> O ator Tadeusz Morozowicz (1900-1982) chega em 1927, sendo formado pela escola de dramaturgia em São Petersburgo (MAZUREK, 2016, p. 85) e garantindo o desenvolvimento do “teatro polonês”, se assim podemos dizer, no Paraná.

<sup>328</sup> Teatro da União Polonesa, Teatro da Seção de Santo Estanislau, Teatro Popular, ligado à Escola Popular, já vinculado a Morozowicz e Z. Faliszewska, além de já na União Polonesa, o Teatro Juliusz Słowacki (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 80)., O teatro, que podemos adjetivar “polonês”, ou melhor, polono-brasileiro, foi uma das grandes manifestações identitárias étnicas polonesas no período no Brasil, constituindo desde pequenos grupos amadores em colônias rurais, até grandes grupamentos profissionais em cidades como Curitiba.

<sup>329</sup> Eduardo e Wenceslau Jaworski, João Skalski, Francisco L. Buba e Luiz Wolski (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 142).

<sup>330</sup> Formado em 1928, na Universidade do Paraná, em 1930 foi nomeado delegado e depois chefe de Polícia por Mário Tourinho, saindo junto a ele do ofício. Entre 1932 até 1957 foi auditor da Justiça Militar do Estado do Paraná (MALCZEWSKI, WACHOWICZ, 2000, p. 132-133).

literatura polonesa, pedidos de ajuda para universidades polonesas e norte-americanas, além das atividades recreativas na sede da ZP (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 142-143). Muitos filhos e parentes de personagens importantes das discussões dos anos 1930 e lideranças foram membros da diretoria desta associação.

Não podemos deixar de mencionar assertivas acerca do caráter institucional no âmbito do debate identitário. Em 1930, quando da revolução, os membros da *Sarmacja*, em grande medida, se alistaram para ações militares nos “batalhões patrióticos”, bem como a sede da União Polonesa foi cedida aos revolucionários como quartel provisório (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 145). As ações desta associação com “adesão espontânea e desinteressada” demonstraria o “quanto zelavam pelos destinos da nossa Pátria, os estudantes sarmatianos, desta forma, o seu acendrado patriotismo, à nossa terra em que nasceram” (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 145). Na citação dos autores, apesar do caráter de destaque para as ações dos estudantes e das adjetivações positivas, permitem demonstrar as questões relacionadas à integração e o que moldaria parte das críticas nos anos 1930 às ações polonesas<sup>331</sup>, como defensores do país de nascimento, o Brasil, bem como alertando para movimentos de vinculação dos descendentes de poloneses às questões políticas locais.

Nos anos 1920, no Rio Grande do Sul também surgem associações maiores das instituições polonesas, apesar da influência das curitibanas e paranaenses na comunidade do estado, bem como a ida de intelectuais “gaúcho-poloneses” para o Paraná ao longo dos anos 1920 e 1930, assim como estudantes para a *Bursa*, muitas foram as associações desenvolvidas, sendo algumas destacadas na bibliografia (TRINDADE, 2015, WEBER, 2015, MALIKOSKI, 2014). A *Związek Zrzeszeń Polskich w Rio Grande do Sul* (União – traduzido também por Federação - das Associações Polonesas no Rio Grande do Sul - ZZP), criada em 1926, foi bastante importante e se agregou ao CZP em 1930<sup>332</sup>.

Muitas outras instituições foram criadas, desde o século XIX e ao longo do XX, as quais tinham especialidade ou predominância de mulheres, agricultores, profissionais, jornais, associativas, auxílio mútuo, em colônias específicas, ligadas à Igreja, políticas, entre outras.

---

<sup>331</sup> Em 1931, uma revista foi lançada pela associação, “O Sarmata”, convidava intelectuais para palestras, como do entomólogo Ceslau Bieżanko, em 1932 (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978). Em 1944 ela foi fundida com a *Juventus* (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978).

<sup>332</sup> Criada em 1926 e fechada durante a nacionalização. Objetivava unir sociedades e instituições polonesas do Rio Grande do Sul, congregando indivíduos independentemente da “posição ideológica”, o que delegou diferentes contendas internas. Algumas das suas publicações importantes foram *Echo Polskie* (Eco Polonês - 1927-1929); *Polonia* (1929-1932); *Odrodzenie* (Renascimento - 1932-1935). Mesmo depois da criação do CZP, ao qual se vinculou inicialmente, continuou funcionando com autonomia (WACHOWICZ, s/d b), POTOPOWICZ, op. cit., p. 140. Congregou mais de 100 sociedades culturais, educativas e sociais (CZP - 1933). Tinha boa estrutura, inclusive de apoio aos imigrantes. (WACHOWICZ, s/d b). Posteriormente, alguns de seus membros vão ser fichados pelo DOPS/PR no final da década de 1930. Sobre a ZZP, ver Malikoski (2019).

Pensou-se, ainda, inclusive, na formação de um partido polonês no Paraná<sup>333</sup>. Por fim, dado os interesses econômicos marcados pela Polônia e o Brasil, ao longo do tempo, uma Câmara de Comércio Polônia-Brasil (*Izba Handlowa Polsko-Brazylijska*) teria sido criada em 1922<sup>334</sup>, mas ficado praticamente inativa, quando foi reaberta pelo legado brasileiro Peçanha, em 1928<sup>335</sup>. Em 1932 ela tinha uma sede em Varsóvia e membros da diplomacia fazendo parte, com contatos com a “Seção Comercial” do CZP<sup>336</sup>. Mais tarde, com o progresso da organização da Polônia, a expansão do comércio com o porto de Gdynia e o desenvolvimento técnico, as necessidades econômicas estariam exigindo a expansão do comércio polonês. Ocorreu a fundação da filial da Câmara no Rio de Janeiro, em 1934, com subsídios poloneses<sup>337</sup>, suporte da legação com aproximação de Jerzy Chmielewski como secretário<sup>338</sup> e diretor (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 54). A aproximação econômica dos poloneses, fosse como mercado consumidor para os produtos industriais poloneses, fosse como elemento para ampliar e promover negócios no mercado brasileiro, em geral, para a Polônia, eram estudadas por analistas poloneses como possibilidade de ampliação dos vínculos com as colônias de emigrantes e ganhos financeiros para o país<sup>339</sup>.

Se “o fenômeno migratório também produz etnicidade” (SEYFERTH, 2011, p. 46), não podemos esquecer que entre os grupos étnicos, podem se conformar “grupos de interesse”, (unificador) pensando sentidos políticos, culturais e mesmo econômicos para o termo (SEYFERTH, 2011). Intermediários e mediadores, atribuídos por Seyferth (2011) como “empresários étnicos” e “integrantes dos grupos urbanos em ascensão social”, poderiam ampliar as relações com o país de origem no país de imigração. Para a autora, lastreada em distintas leituras, a etnicidade poderia ser apresentada, entre múltiplas outras variações, como “um recurso social, político e cultural para diferentes grupos étnicos e de status”, particularmente “na competição por recursos (econômicos, políticos)” ou “estratégias para maximizar preferências em termos de escolhas racionais” (SEYFERTH, 2011, p. 56). Nesse caso, os empreendedores ou empresários étnicos, como mediadores, inclusive culturais, poderiam estar balizados em interesses, os quais vinculavam imigração com a etnicidade, assim

<sup>333</sup> Segundo o texto “Declarações ideológicas do movimento cívico-nacional”, de Ostoja Roguski, s/d. APV. WACHOWICZ, s/d, e.

<sup>334</sup> Ofício 32 Legação brasileira em Varsóvia Figueira de Mello para ministro Oswaldo Aranha, 24 de março de 1938.

<sup>335</sup> Ibidem.

<sup>336</sup> Correio do Paraná, 09 de setembro de 1932. Neste mesmo periódico, há notícias sobre o intercâmbio econômico entre os dois países.

<sup>337</sup> Ofício 32 Legação brasileira em Varsóvia Figueira de Mello para ministro Oswaldo Aranha, 24 de março de 1938.

<sup>338</sup> O Dia, 02 de dezembro de 1937.

<sup>339</sup> POTOPOWICZ, op. cit., 1936, p. 212.



como interesses econômicos, pensando uma “circulação de bens e capitais, abrindo no país de acolhida espaço para mercadorias do país de origem” (2011, p. 56-57).

No caso polonês ou polono-brasileiro, aqui evidenciado, os projetos com empresas colonizadoras estavam intrinsicamente ligados a lideranças e agrimensores poloneses ou descendentes no Brasil (os quais eventualmente poderíamos pensar como “empreendedores étnicos”<sup>340</sup>), que não apenas intermediaram, mas assumiram riscos ligados ao negócio. No entanto, ao contrário do caso alemão investigado por Seyferth, em que essa promoção cultural aliada a interesses econômicos gerou desconfiças no final do século XIX, as quais estavam atreladas ao “perigo alemão”, para o caso polonês, as disputas por lealdades nacionais, as contradições entre nacionalismos e identidades, podem ter partido da origem interna grupal diante dos problemas na gerência dos próprios interesses econômicos. Os negócios com as colonizadoras, envolvendo poloneses, mais que o pensamento de aspectos ligados a questões alheias ao país, gerariam ressentimentos internos fruto de máculas marcadas por problemas nos contratos, os quais poderiam ser futuros balizadores de críticas nacionalistas, tanto dos leitores e avaliadores brasileiros como dos poloneses envolvidos negativamente nas contendas e negociações. Ou seja, dando lastro para discursos e narrativas antipolonesas.

A expansão observável da institucionalização polonesa no Brasil a partir de meados de 1920, no sentido de construção identitário, mas também político e econômico, fomentada particularmente pelo governo polonês e o consulado, no entanto, desenvolve alguns grupos particulares, os quais são protagonistas importantes nos embates com os periódicos curitibanos em meados dos anos 1930, e o âmbito oficial brasileiro, após 1935. Merecem, por isso, uma avaliação mais detida, a fim de esmiuçar o caráter constitutivo que influi na forma como a intelectualidade e autoridades brasileiras vão avaliar estas instituições e aqueles personagens que ocupam as páginas dos jornais, sobretudo, o *Correio do Paraná*.

### 3.3.2. O consulado e a legação polonesa no Brasil: as relações diplomáticas

Uma das primeiras ações da Polônia independente no Brasil foi a implantação, em 1920, do Consulado da República da Polônia. Justamente em Curitiba, que apesar de não ser uma das grandes cidades do Brasil naquele momento, tinha grande população polonesa, isto significava

---

<sup>340</sup> Para Seyferth (2011, p. 60) “mediadores étnicos – os comerciantes (e industriais) – que possuíam fortes ligações com a Alemanha, econômicas ou não, contribuindo para a consolidação de uma identidade teuto-brasileira. Seu postulado tinha caráter instrumental, político e econômico, igualmente alimentado pelo mesmo princípio de pertencimento étnico que deu relevo à crença numa *neue Heimat* assentada no binômio lar-língua materna e na percepção da diferença cultural em relação à sociedade nacional receptora. A dimensão cultural que caracteriza a etnicidade passa pela onipresença da noção de uma nova pátria territorializada no Vale do Itajaí”.



para Oliveira (2008) uma estratégia política e colonial, com sua importância evidenciada em diferentes trabalhos (WACHOWICZ, 2002, MALIKOSKI, 2014, 2019, WEBER, 2015, SILVA, 2019). De acordo com Weber (2015, p. 263), os consulados e embaixadas, isto é, as representações diplomáticas, para além das relações entre os países, poderiam estar articuladas à presença de grupos imigrantes, sendo parte, inclusive, do reforço identitário de origem entre os emigrados, vinculado às lideranças e processos de institucionalização.

Em Curitiba já existiam as bases do consulado Austro-Húngaro, criado em 1896 e formado por funcionários “poloneses” (eticamente), oferecendo serviço diplomático para a população polonesa proveniente das três partições, então localizados do Paraná e no sul do Brasil (WEBER, TRINDADE, 2016). Em segundo lugar, os poloneses compunham, segundo dados de Głuchowski<sup>341</sup>, nos anos 1920, cerca de 16% da população do Paraná, prementemente em Curitiba (cerca de 17% da população de acordo com os dados do mesmo autor), onde constituía-se grupos intelectuais e estavam presentes em colônias agrícolas que circundavam a cidade.

“Em 1919, Kazimierz Głuchowski assume como Primeiro Cônsul Geral da Polônia. Na ausência de uma embaixada polonesa no Rio de Janeiro”, ocupa a jurisdição em âmbito nacional (WEBER, TRINDADE, 2016, p. 285). Politicamente, segundo Smolana e Barys (2010), o serviço consular polonês surgia a partir das diferentes influências, as quais se articulavam para a independência polonesa e de movimentos internos da comunidade instalada no Brasil<sup>342</sup>. A chegada de Kazimierz Głuchowski, em 1 de janeiro de 1920, foi marcada pela comemoração e grande emulação étnica e nacional para o grupo polonês no Brasil<sup>343</sup>, sendo momento de efervescência daquela comunidade no país e estando atrelada a políticas coloniais:

A chegada do cônsul na antiga ferroviária de Curitiba foi um grande momento de festa. Sua presença reforçava o tanto o sentimento de nacionalidade, assim como aquele de tipo imperialista que visava a criar a nova Polônia na América, uma vez que o próprio cônsul era defensor do projeto colonial e que Curitiba não passava de uma pequena cidade do sul do Brasil (OLIVEIRA, 2008, p. 4).

---

<sup>341</sup> GŁUCHOWSKI, op. cit.

<sup>342</sup> Entre as disputas estavam de um lado, o Comitê Nacional Polonês de Paris, vinculado à liderança de Roman Dmowski, de outro as estruturas do MSZ de Piłsudski. No dia 23 de setembro de 1919, Piłsudski assinou um decreto nomeando Kazimierz Głuchowski, então conselheiro no MSZ, para o cargo de primeiro cônsul da República da Polônia em Curitiba. Os poloneses no Brasil também tinham proposições, dado que imaginavam Kazimierz Warchałowski, representante do Comitê de Roman Dmowski no Brasil como candidato, assim como, depois, Józef Okołowicz, então chefe da Seção de Emigração do Ministério do Trabalho e Assistência Social (SMOLANA, BARYS, 2010, p. 49).

<sup>343</sup> Como funcionários designados foram Józef Włodek, vice-cônsul, Mieczysław Baliński, *attaché* para assuntos de emigração, Bohdan Samborski, como secretários e mais dois funcionários, Zofia Lilpopówna e Paweł Nikodem (SMOLANA, BARYS, 2010, p. 50).

A gerência das questões polonesas, a tutela sobre os imigrantes, as mediações com autoridades brasileiras, mas também com as antigas lideranças e investimentos na emigração por parte do consulado, são marca fundamental em todo o período entreguerras, convertendo-se numa forte ação estratégica política. Ademais da promoção da identidade nacional/étnica dos grupos imigrados e descendentes no Brasil através do estímulo a associações de agregação de entidades múltiplas, colonização privada e recepção de visitantes (BARYS, SMOLANA, 2010)<sup>344</sup>. Vários autores (BERTONHA, 1998, GERALDO, 2007, RAHMEIER, 2009) destacam a importância dos consulados e embaixadas, sobretudo para países com imigrantes no Brasil e, aqueles particularmente envolvidos com governos autoritários, como o caso do fascismo italiano e o nazismo alemão. As redes consulares e embaixadas por vezes serviam para tutelar a continuidade da imigração e os imigrantes instalados, portanto, eram ampliadas conforme as políticas eram voltadas ao Brasil, sendo espaços de fomento da política estatal do país de origem para com os emigrantes<sup>345</sup>, como exemplifica Slomp (2017) para o caso dos italianos. Nesse sentido, o consulado foi um dos protagonistas das críticas dos periódicos contra possíveis ações imperialistas da Polônia nos anos 1930.

Apesar do caráter político/colonial que poderia ser encabeçado pelos consulados, para a vinda do primeiro cônsul polonês, no entanto, festas foram programadas, em que teria sido preparado um comitê de recebimento (SMOLANA, BARYS, 2010). A “comunidade polonesa” de Curitiba se organizou fortemente, o que motiva a observação do evento como reforço da identidade étnica polonesa, imbricada com questões de identidade nacional.

---

<sup>344</sup> Barys e Smolana (2010) comentam as principais tarefas do consulado e também os principais momentos de referência de sua presença ao longo do tempo.

<sup>345</sup> Um caso é o do serviço consular do fascismo da Itália, o qual, conforme Bertonha (1998), ampliou e fascistizou sua rede, tutelando os imigrantes e influenciando suas instituições, de forma semelhante ao consulado polonês, mesmo sem o elemento político fascista, mas com projetos para com a comunidade da diáspora.

FIGURA 2 - FOTO DA CHEGADA DO CÔNSUL GŁUCHOWSKI.



No cartaz lê-se: *Niech Żyje Konsul Polski* (Salve o Cônsul Polonês).

FONTE: DEAP/PR.

A chegada de Głuchowski<sup>346</sup> foi, então, motivo de elogios e grandes festas na capital do estado, as quais foram bem avaliadas pelos periódicos curitibanos da época, especialmente ampliando para o público polono-brasileiro e para a sociedade envolvente. O texto do jornalista e advogado Gastão Faria “A alma polonesa ontem vibrou de alegria” e outra notícia sobre a chegada do cônsul polonês e homenagens da comunidade polonesa<sup>347</sup>, no *Diário da Tarde* de 19 de janeiro de 1920, são razões de maiores observações, a fim de demonstrarmos essa imagem positiva.

No primeiro caso, o autor destaca com o “brilho de uma verdadeira apoteose”, a recepção do representante diplomático polonês pela “colônia polonesa”, o “primeiro representante de sua pátria”. Autor rememora a noção de uma “pátria torturada pelos seus escravizadores”, que vivia debaixo de “uma atmosfera de opressão”, em que o “nunca

<sup>346</sup> Kazimierz Głuchowski, nascido em 1885, difundiu a *Sokół* (Falcão) com ideais de luta pela independência entre os poloneses no exterior e formação militar (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 124-126). Głuchowski foi membro das legiões de Piłsudski em 1914 e as representou nos Estados Unidos (SMOLANA, BARYS, 2010). Retornou à Polônia após o fim da Primeira Guerra Mundial, sendo um dos fundadores em 1918 da Agência Telegráfica Polonesa. Coordenou a seção de colonização e emigração ultramarina do Departamento Consular do MSZ (SMOLANA, BARYS, 2010). Realizou diversas viagens às colônias polonesas do sul do Brasil (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 124-126), portanto, era considerado um “arauto” da Nova Polônia, envolvido com as questões coloniais (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, WACHOWICZ, 2001). Em 1927, escreveu o amplo texto analítico, que nos serviu de fonte neste trabalho: *Wśród Pionierów Polskich na Antypodach* (Entre os pioneiros poloneses nas antípodas), editado pelo *Instytut Naukowy do Badań Emigracyjnych i Kolonizacji* (Instituto Científico de Pesquisa de Emigração e Colonização), em Varsóvia, em 1927 (traduzido para o português em 2005).

<sup>347</sup> *Diário da Tarde*, 19 de janeiro de 1920.

desmentido heroísmo polonês aguardava o dia da redenção”<sup>348</sup>. Para Faria, o “polonês sempre trabalhou pela liberdade” e venceu, restando agora “festejar com ruído e alegria”, sendo que era deveras o que teriam feito com a chegada do cônsul, no dia 18 daquele mês: “todos eles coração em festa, alma em revoada de alegria”, indo à estação para dar demonstração de “civismo”, sendo que deveria ter sido “magnífica” a impressão de Głuchowski ao “pisar em terras curitibanas”, contudo, ressaltava fortemente, que observaria, o cônsul, que seus patrícios estavam integrados totalmente aos “sentimentos patrióticos”<sup>349</sup>. O autor deixa claro que os poloneses eram também brasileiros, estando dispostos pelo trabalho e progresso da pátria de adoção. Naquele contexto inicial, a articulação entre etnicidade polonesa e a nacionalidade brasileira podia ser medida positivamente, ser polonês não parecia impeditivo de trabalhar e ser leal ao Brasil.

Conforme o autor, Głuchowski viu “que aqui ele, sendo rodeado pela máxima consideração, que parte do nosso povo, vive feliz. Nada lhe falta. A terra abençoada do Brasil parece ser um prolongamento da sua terra”, sendo que o “brasileiro, dado sua índole hospitaleira, facilitou a identificação do polonês com os nossos hábitos, os nossos costumes”. Apesar disto, os brasileiros teriam também ganhado com esse sentimento, pois o polonês, “elemento de ordem e trabalho, muito tem concorrido para a nossa prosperidade sempre crescente do povo que alimenta a vertigem do progresso”, isto significava que “onde quer que o polonês se ache, aí o fruto da prosperidade surge”<sup>350</sup>. Ocorre a representação de uma imagem altamente positiva da presença polonesa no Brasil, considerado um elemento civilizador, condutor do desenvolvimento no campo, como pressupunha o ideal imigratório desde o século XIX, do colonialismo interno nacional. Ademais de se configurar em componente nacional, ou seja, da própria constituição do país.

O autor reiterava que os brasileiros estariam ao lado dos poloneses, sendo o primeiro país a reconhecer a Polônia, pois “tratava-se de um ato de justiça”. Assim “apresentando ao cônsul da Polônia as nossas manifestações de boas vindas, cumprimentamos a ilustre colônia polonesa pela chegada do embaixador [cônsul] que é o intermediário legítimo da sua ligação à pátria triunfante”. A defesa da independência polonesa e as lembranças de suas máculas eram objeto de empatia, das suas lutas contra os países dominadores e da justeza de sua existência. Ademais, a noção de “colônia polonesa” ou, eventualmente, “colônia polaca”, como um bloco generalizante homogêneo, faz parte das referências aos imigrantes e seus descendentes nos

---

<sup>348</sup> Ibidem.

<sup>349</sup> Ibidem.

<sup>350</sup> Ibidem.

periódicos brasileiros, como os curitibanos analisados, ao longo de todo período, sendo as possíveis divisões internas variadas, geralmente suprimidas pelo observador “externo”.

Em outra notícia sobre a chegada de Głuchowski (talvez escrita por membro do grupo, pois utiliza mais o termo polaco), destaca na recepção da estação de trem, além de vários poloneses, o presidente do estado, Afonso Camargo, além de outras autoridades civis e representantes da “colônia polonesa”<sup>351</sup>. O discurso da chegada foi proferido pelo Dr. Szymon Kossobudzki<sup>352</sup>. Outras homenagens foram prestadas, sendo que no Círculo da Mocidade Polonesa, foi feita uma recepção ao cônsul durante a noite e foi evidenciada a presença de várias lideranças<sup>353</sup>.

Desde o princípio, o contato com os colonos e colônias, bem como com os poloneses de Curitiba, seriam a prioridade da ação consular, fomentando entidades desde 1920 como a *Kultura*, a ZP, a CZP, o *Junak*, a chegada de instrutores de diversas especialidades, participação em feiras, entre outras atividades. Em 1931, ele foi elevado a consulado geral. Barys e Smolana (2010) indicam que entre 1920 e 1939, estiveram no cargo: Głuchowski entre 1 de janeiro de 1920 e 1 de janeiro de 1922; Zbigniew Miszke, de 1 de junho de 1922 até 15 de agosto de 1928, seguido de Kazimierz Downarowicz<sup>354</sup>, entre 1 de julho de 1928 e 31 de março de 1932. Roman Staniewicz, cônsul entre 1 de maio de 1932 e 1 de outubro de 1934, é personagem de destaque em nossa pesquisa, dado seu envolvimento nas polêmicas durante o ano de 1934, juntamente como seu sucessor, Czesław Kulikowski, quem teria remanescido entre 1934 e meados de 1935 (esse com menos informações). Por fim, entre 1 de fevereiro de 1936 e outubro de 1945, esteve à frente do consulado Józef Gieburowski (SMOLANA, BARYS, 2010, p. 52).

O consulado era local de recepção de viajantes e diversas autoridades polonesas, como Władysław Raczkiewicz, Stanisław Skarżyński, Michał Pankiewicz, Juljusz Szymański, os marujos do navio-escola *Lwów*, em 1923, ou do *Dar Pomorza*, em 1934, entre muitos outros. Era também promotor das comemorações das “datas polonesas”, como o 3 de maio (dia da Constituição de 1791) ou o 11 de novembro (dia da Independência). Articulador de festividades, tendo vínculos com numerosas entidades polonesas, especialmente a União Central dos

<sup>351</sup> Como do Círculo da Mocidade Polaca, *Obiezia Piesmarska*, Ensino Popular, *Bartosz Pomoc*, União Democrática Polaca na América do Sul e Santo Estanislau. Diário da Tarde, 19 de janeiro de 1920.

<sup>352</sup> Em nome do *Zwiazek Polskich Demokratów* (União dos Democratas Poloneses).

<sup>353</sup> Presenças do padre João Peters, do engenheiro Edmundo Saponski e Sr. João Brzerzinski. Junto homenagearam as sociedades já mencionadas. João Grazinski proferiu discurso e a orquestra de Carlos Skibinski executou o hino polonês. Foi encenada uma peça de composição de João Chorośnicki, “A ressurreição da Polônia”, depois a orquestra tocou músicas e a sra. Halina Kossowski [Kossobudzki] cantou canções patrióticas, seguido da ceia e baile). Diário da Tarde, 19 de janeiro de 1920.

<sup>354</sup> Entre 1919 e 1920 trabalhou com o Escritório de Repatriação na Delegação da República da Polônia em Paris e coordenou assuntos de emigração na Antuérpia, sendo cônsul na mesma cidade. Após seu período consular no Brasil, foi trabalhar no MSZ (SMOLANA, BARYS, 2010).



Poloneses (*Centralny Związek Polaków w Brazylii – CZP*), mas muitas outras, as quais poderia financiar ou oferecer suporte organizacional<sup>355</sup> (SMOLANA, BARYS, 2010).

FIGURA 3 - FACHADA DO CONSULADO POLONÊS EM CURITIBA, 1925.



FONTE: Narodowe Archiwum Cyfrowe, 3/1/0/4/166a<sup>356</sup>.

Em 1920, as legações também passaram a funcionar, os chamados ministros plenipotenciários, dentro de uma lógica de amplo diálogo entre os dois estados, com a trajetória histórica da participação do Brasil em apoio ao retorno do estado polonês e diversos interesses econômicos (MAZUREK, 2012). O primeiro legado da Segunda República Polonesa foi o conde Ksawery Orłowski<sup>357</sup>. Duas agências consulares também são criadas em outros estados, mas concentradas no centro-sul do país, a de São Paulo em 1928, sendo o seu cônsul, Michał Świrski (IGNATOWICZ, 1980, p. 171), enquanto outra em Porto Alegre é desenvolvida mais tarde, em 1937.

No dia 26 de maio de 1920<sup>358</sup>, o Conde François Xavier Orłowski teve uma audiência especial para a tomada de posse como Ministro Plenipotenciário da Polônia, com a presença de

<sup>355</sup> Em 15 de julho de 1920 foi criada uma Agência Consular em Paiol Grande, para atender o Rio Grande do Sul, sob cuidado de Paweł Nikodem, personagem que se envolveria com ideias de Nova Polônia e de aproximação dos poloneses emigrados (SMOLANA, BARYS, 2010, p. 58).

<sup>356</sup> Seria localizado na rua Treze de Maio, na área central de Curitiba. Correio do Paraná, 07 de abril de 1934.

<sup>357</sup> Os legados poloneses no Rio de Janeiro foram 1920 – Orłowski; 1922 – Conde Czesław Pruszyński; 1924 – Nicolas Jurystowski; 1927 – Tadeusz Grabowski; 1938 – Tadeusz Skowroński.

<sup>358</sup> Despacho do MRE para legação polonesa no Brasil, 27 de maio de 1920.



várias autoridades em uma grande solenidade. No seu discurso, Orłowski destacava a troca de ministros plenipotenciários como exemplo do estabelecimento pronto de relações entre os dois países que já existiam por muito tempo. Devido aos “filhos” da Polônia, “compelidos a emigrar, e que sob o rótulo de russos e alemães, trabalhavam na valorização das riquezas deste maravilhoso país, aqui encontrando o pão numa segunda pátria”<sup>359</sup>. O destaque do legado era à presença forte dos imigrantes, os quais destacava como poloneses, enquanto uma motivação das relações entre os dois países, fator que se tornava preponderante a partir de então. O legado aludiu ao mútuo respeito e a amizade, mobilizações que vão marcar as múltiplas referências entre ambas nações ao longo de todo o entreguerras, uma cordialidade inerente. A imagem de países amigos por longo tempo se dava em razão sobretudo, da participação do Brasil na guerra, o apoio à independência polonesa e a permissão de “Juntas Nacionais” formadas em seu território, como o próprio Orłowski destacou em seu discurso<sup>360</sup>. Não esqueceria que o Brasil fizera parte dos países que acabaram com “a enorme injustiça do século XIX” permitindo a “ressurreição” da Polônia e sua “liberdade”. Uma “corrente de simpatia” havia se instalado entre os dois e ele cumpriria o dever de estreitar as relações entre os dois países<sup>361</sup>.

O presidente da República Brasileira, de outro lado, apontava, em resposta, que o Brasil teria participado da “restauração de uma nacionalidade oprimida”, antecipando a decisão de Versalhes e que nunca a Polônia “consentira, sem protesto, na cessação de sua soberania e repelira sempre com o sangue de seus mártires a dominação estrangeira”<sup>362</sup>. Depois menciona a presença polonesa no Brasil, considerada por eles “sua segunda pátria”, já existindo amizade entre poloneses e brasileiros e que agora seriam estreitadas entre os países<sup>363</sup>. Nesse contexto, a comunidade instalada, inegavelmente compunha a política externa e as relações entre os dois países, sendo assim, não podemos deixar de asseverar a necessidade de analisar as imagens positivas que emergiam num primeiro momento, sendo os poloneses cumpridores dos objetivos de aproximar as duas nações.

Sob o ponto de vista da questão diplomática ainda, no Rio de Janeiro, a capital federal, o legado Tadeusz Grabowski, o qual ficou por quase 11 anos no país (1927-1938), foi atuante nas questões que envolviam os poloneses, sendo personagem de destaque nas ações pela promoção étnica, assim como nas diversas polêmicas que envolveram a Polônia e os poloneses no Brasil. Foi responsável também pela visita para várias regiões, dentre elas o Espírito Santo,

---

<sup>359</sup> Ibidem.

<sup>360</sup> Ibidem. Sobre o assunto ver Trindade e Malikoski (2018).

<sup>361</sup> Ibidem.

<sup>362</sup> Ibidem.

<sup>363</sup> Ibidem.

São Paulo, Minas Gerais, Goiás, para além dos estados do sul, quando avaliamos especialmente sua passagem em 1935 junto ao bispo polonês Teodor Kubina. A lógica da questão diplomática encontrou resistências com o recrudescimento do nacionalismo varguista, em especial, a partir de 1937, que atingiu o consulado polonês com amplitude considerável (BARYS, SMOLANA, 2010). Ele teve funcionários vigiados e presos e sua atividade controlada. Os poloneses e suas instituições, vigiadas e, por vezes, perseguidas, diante da ameaça dos “perigos” (militares ou dos quistos étnicos). Não escaparam à polícia política, a DOPS, enquanto a legação buscou amenizar, junto ao MRE, as dificuldades impostas aos poloneses e suas associações por parte do esforço militar e policial.

### 3.3.3. A União Mundial dos Poloneses do Exterior - *Światpol* e A União Central dos Poloneses no Brasil - *Centralny Związek Polaków w Brazylii*

A aproximação do estado polonês renascido para com os imigrantes pressupunha entidades supranacionais e amplamente agregadoras. Em 1922, o MSZ cria, por exemplo, o Conselho de Assistência Cultural (*Rada Opieki Kulturalnej*), ao qual eram integradas instituições nacionais que lidavam com a os poloneses no estrangeiro. A convocação de um congresso da diáspora, no entanto, se evidenciava particularmente desde meados da década e, em 1928, foi criado o Comitê Organizador do Congresso dos Poloneses no Exterior, que começou os esforços para reflexão acerca dos poloneses expatriados, do qual Juljusz Szymański foi presidente<sup>364</sup>. O início mais efetivo das aproximações polonesas oficiais para com os imigrantes se dá com a ocorrência do Primeiro Congresso dos Poloneses do Exterior (*Światowy Zjazd Polaków z Zagranicy*) entre 14 e 18 de julho de 1929, em Varsóvia, já trabalhado nas suas minúcias programáticas (KICINGER, 2005, MALIKOSKI, 2019) e de influência na diáspora no exterior, em que se debateram as condições de vida no exílio, emigração e problemas da comunidade polonesa. Estiveram presentes 98 delegados de 18 países (incluindo 25 da Alemanha, 22 dos EUA) e 5 da Cidade Livre de Gdańsk (Danzig), com apoio do Presidente polonês Mościcki, de Piłsudski e do cardeal August Hlond (KICINGER 2005, p. 47)<sup>365</sup>. Segundo Malikoski (2019, p. 92), pretendia “promover as manifestações de *polonidade* que deveriam guiar os rumos da política nacional polonesa para os emigrados”.

O congresso aprovou a criação de uma representação permanente da emigração, a *Rada Organizacyjna Polaków z Zagranicy* (Conselho Organizacional dos Poloneses no exterior), do

<sup>364</sup> <http://wspolnotapolska.org.pl/zjazdpolonii/historia.php>.

<sup>365</sup> Ibidem.

qual Szymański foi presidente. Segundo Szczerbinski (2013, p. 81), o congresso de 1929 era um sinal da expansão polonesa para com seus emigrantes e intensificou a:

ajuda da Polônia aos núcleos polônicos, tendo em vista a realização da concepção política do Ministério das Relações Exteriores em relação aos poloneses no exterior, que tinha por objetivo a união das aglomerações polônicas nos diversos países em que se encontravam e a sua subordinação à política emigratória do governo polonês

Dentre os participantes deste evento, estava João Grabski<sup>366</sup>. Em 1931, Szymański foi substituído pelo novo Presidente do Senado - Władysław Raczkiewicz, que presidiu o Segundo Congresso dos Poloneses do Exterior (*II Światowy Zjazd Polaków z Zagranicy*), em 1934, e anunciou a criação da “União Mundial dos Poloneses do Exterior”, chamada de *Światpol* (*Światowy Związek Polaków z Zagranicy*), sendo eleito o presidente dela. Szymański também foi um ativista do *Światpol*<sup>367</sup>. Nesse contexto, “Depois de 1932, quando o governo transferiu a supervisão da emigração para o Ministério das Relações Exteriores, os esforços governamentais concentraram-se quase exclusivamente em garantir o apoio de Polônia a Pilsudski e sua ditadura” (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 79, tradução nossa).

O Segundo Congresso Mundial dos Poloneses do exterior (ocorrido entre 5 de agosto de 1934 em Varsóvia e foi encerrado em 12 de agosto de 1934 em Gdynia) contou com 171 pessoas: 128 delegados de 20 países, 25 representantes de instituições nacionais e 18 membros do Conselho Organizacional de Poloneses do Exterior. No total, 11.000 pessoas vieram para a Polônia<sup>368</sup>. Após este Congresso, o MSZ ganhou protagonismo da política polonesa de emigração, com aumento da atividade das autoridades para atender os emigrantes (KICINGER, 2005, p. 48). Sobre esse segundo Congresso, a legação de Varsóvia, através do então legado Barros Pimentel, que estava atento aos acontecimentos relacionados ao tema, enviou ofício mais detalhado para o MRE<sup>369</sup>. O ministro extrai conclusões com base nas motivações do congresso como sendo a convocação de representantes do que chamava “domínios poloneses”, os “núcleos de colonização esparsos nas diversas partes do mundo”, buscando com a “mãe-pátria”,

<sup>366</sup> Conforme Malikoski (2019, p. 121), a delegação brasileira era composta pelo Padre Jan Rzymelka *Oświata* e redator do *Lud*; os instrutores Barbara Hesslowa, Seweryn Maciszewski; Jan Grabski, presidente da CZP e Józef Kobrzyński, presidente da ZZZP.

<sup>367</sup> <http://encyklopedia.pwn.pl/haslo/Swiatowy-Zwiazek-Polakow-z-Zagranicy;3984442.html>.

<sup>368</sup> O congresso foi acompanhado por esportes, encontros da juventude e diversas ações de integração. <http://wspolnotapolska.org.pl/zjazdpolonii/historia.php>.

<sup>369</sup> Segundo o *Echo Varsovie*, anexado ao ofício (jornal publicado em francês na Polônia), teriam vindo de 33 países os delegados e seriam 10 mil pessoas. Ofício n. 59. Legação brasileira em Varsóvia Barros Pimentel, para ministro José Carlos de Macedo Soares, MRE, em 12 de agosto de 1934.

a “adesão a novos métodos” de criar “laços de maior solidariedade que unissem os filhos distantes” e o “receio de afastamento” e geração de “despatriamento”. Era uma forma de “reaver a força nacional” que estava “ameaçada do perigo de desnacionalização” e buscar aos poloneses do exterior maior participação na vida econômica da Polônia.

Afirma que as maiores delegações, dos EUA, Brasil e Argentina clamaram por uma organização central, um Ministério da Emigração e sub-secretaria do tema para “coordenar e utilizar os serviços” dos estimados oito milhões de poloneses, para “proveito da metrópole”, nesse sentido atestamos inclusive a utilização de uma adjetivação e nomenclatura “imperial” na imagem das ações do Congresso<sup>370</sup>. Um aspecto fortemente avaliado pelos periódicos curitibanos, foi o fato de que de última hora, conforme aponta o legado, a delegação dos EUA não teria aderido à União, pois “criaria uma situação jurídica embaraçosa”, segundo aponta o texto. O delegado estadunidense Franciszek Świetlik (WALASZEK, 2003), teria afirmado que “gozando dos mesmos direitos que os outros habitantes dos Estados Unidos, não temos motivo algum para romper com a América e criar, no território dos Estados Unidos, uma colônia polonesa”, fator anunciador da não adesão à União<sup>371</sup>.

Na França e nos Estados Unidos, os emigrantes poloneses teriam sido menos simpáticos aos esforços da *Światpol* com relação ao ideal de “cinturão de transmissão” imaginado politicamente e culturalmente pelo governo, “enquanto na Alemanha, Dinamarca e América do Sul, os emigrantes poloneses mais pareciam seus colegas italianos que apoiavam a política externa expansionista e racista de Mussolini” (GABACCIA, HOERDER, WALASZEK, 2007, p. 79, tradução nossa). Nesse contexto, assim como o envolvimento dos estudantes do *Sarmacja* na Revolução de 1930, podem ser observadas as análises sobre possíveis lealdades configuradas entre cidadania/nacionalidade (*jus soli*) e as etnicidades alicerçadas em um caráter primordialista – assim como o nacionalismo - dos imigrantes (*jus sanguinis*) (SEYFERTH, 2000). Voltaremos a esse tema em tempo.

A instituição tinha o objetivo de manter o relacionamento da nação com a “Polônia”, sob um viés político, mas também cultural e colonial (WALASZEK, 2003, p. 11, tradução nossa). Entre os ativistas estavam M. Fularski, M. Pankiewicz, W. Raczkiewicz, J. Szymański, entre outros<sup>372</sup>, muitos dos quais estiveram no Brasil. Seu órgão de imprensa era o “Poloneses no Exterior”, que teve Bohdan [Bogdan] Lepecki como editor, futuro vice-cônsul no Brasil.

<sup>370</sup> Ofício n. 59. Legação brasileira em Varsóvia, Barros Pimentel para ministro José Carlos de Macedo Soares, MRE, em 12 de agosto de 1934.

<sup>371</sup> Ibidem.

<sup>372</sup> W. Ambroziewicz, B. Hełczyński, S. Lenartowicz, S. Paprocki, B. Srocki, A. Stebelski, S. Szwedowski. <http://encyklopedia.pwn.pl/haslo/Swiatowy-Zwiazek-Polakow-z-Zagranicy;3984442.html>

Chorośnicki, em 1935 (em homenagem do CZP a visita do vice-presidente da *Światpol*, Szymański), resumia que a União Mundial dos Poloneses no Estrangeiro “encerra 8 milhões de poloneses e seus descendentes, espalhados pelo mundo”, com “papel de servir de traço da união entre seus países e a pátria de seus antepassados, facilitando a troca das mercadorias e o intercâmbio intelectual, estreitando assim os laços de amizade entre os povos”<sup>373</sup>.

A partir deste movimento encabeçado no âmbito diplomático e institucional na Polônia, entre o final do século XIX e início do XX foram empreendidas vários ensaios e tentativas de criação organismos agregadores para os poloneses também no Brasil, a exemplo de outros países (MAZUREK, 2016, MALIKOSKI, 2019), já durante os anos de 1898, 1908 e 1910, reuniões em Curitiba tentaram unificar a colônia polonesa igualmente de modo infrutífero<sup>374</sup> (SZCZERBIŃSKI, 2013). Com a chegada do consulado, o ZP agregou algumas sociedades, embora outras tenham se mantido de fora, além da emergência das divisões (como entre a *Kultura* e a *Oświata*), de maneira que para dirimir essas segmentações, coordenar, organizar e centralizar as atividades do grupo polonês no Brasil, em 1930, a partir dos esforços do âmbito diplomático, surge a União Central dos Poloneses, a *Centralny Związek Polaków w Brazylii - CZP* (WEBER, 2015, p. 259). Segundo Szczerbiński (2013, p. 84) e Malikoski (2019, p. 136), que analisa a instituição sob o viés de suas relações com a Polônia, as bases para a criação da CZP foram lançadas justamente em razão do Primeiro Congresso dos Poloneses no Exterior, em 1929. Esta instituição foi identificada na sua relação com a sociedade e identidade polonesa que se desenvolvia em Curitiba (ANUSZEWSKA, 1980, WACHOWICZ, 2002, 2009, SZCZERBINSKI, 2013, MALIKOSKI, 2019, SILVA, 2019), mas menos em sua estruturação e disputas internas, as quais debelaram e conduziram as relações com a sociedade envolvente.

Boa parte da elite intelectual e econômica da comunidade polonesa-brasileira ocupará cargos nesta instituição, na sua gestão e diretoria, ou então, como delegados nos *Sejmik* (Pequenas Assembleias)<sup>375</sup>. Apesar dos objetivos propostos de centralizar as organizações polonesas no Brasil, as disputas se mantiveram, de modo que apesar de apoiar, em um primeiro momento, a instituição católica *Oświata*, as suas associações logo se desagregaram, já nos primeiros anos de existência da nova União<sup>376</sup> (WACHOWICZ, 2009, p. 53), tais aspectos exemplificam o contexto de rachaduras e cisões internas ao grupo étnico.

<sup>373</sup> Diário da Tarde, 20 de dezembro de 1934.

<sup>374</sup> Objetivou-se, inclusive, fundar uma União Nacional Polonesa, assim como nos EUA (SZCZERBIŃSKI, 2013, p. 63).

<sup>375</sup> No arquivo dos padres vicentinos em Curitiba há diversas atas das reuniões do *Sejmik*.

<sup>376</sup> Quanto à cooperação com outras organizações, por exemplo, é importante ressaltar a relação com a *Oświata*. Até 1933 ela teria sido muito próxima, foi a ampliação da bipolarização entre os clericais e os progressistas que conduziu ao fim da participação da entidade católica, de maneira decisiva em 1934. POTOPOWICZ, 1936, op.

A CZP foi criada em 1930, em Curitiba, contando com 43 delegados de 32 sociedades polonesas do período<sup>377</sup>, reunidos em assembleia objetificando justamente unificar todas as múltiplas sociedades polonesas<sup>378</sup>, a partir de diferentes elementos, dos quais se destacava pelo seu perfil institucional, além do cultural, também o aspecto do desenvolvimento econômico. Para a nova instituição, a congregação de antigos desafetos para suporte e relações de apoio mútuo era um elemento desafiador, de forma que os debates na Assembleia, que deu início ao processo de institucionalização, teriam se concentrado nesse esforço de lidar com as divisões intracomunitárias, a fim de reunir membros clericais, anticlericais, poloneses e descendentes, ademais de associações com interesses e especializações variados, bem como de diferentes locais e estados<sup>379</sup>.

Ocorreram cinco *Sejmik*, que discutiram a instituição e sua organização. O I *Sejmik* foi em 1931, entre 11 e 13 de abril, em Curitiba. Contou com a presença de 104 organizações (de 278 delegados e numerosos representantes da imprensa), divididas em 6 coletivos<sup>380</sup>: *Związek Zrzeszeń Polskich* – ZZP do Rio Grande do Sul com 81 sociedades; a *Oświata*, com 63, a *Kultura*, com 23; a *Zrzeszenie Nauczycielstwa Polskiego* (Associação de Professores Poloneses), com 10 círculos; 65 filiais da *Junak* e a *Sarmacja*<sup>381</sup>. O encontro resultou na criação de 7 departamentos autônomos para ajudar no trabalho (que deveriam se reportar mensalmente e tinham os próprios regulamentos), todos dentro de um contexto de ação polonesa sobre seus imigrantes em diferentes setores, a fim de aproximá-los da pátria, mas garantir, sobretudo, melhoria nas condições materiais de vida: O primeiro era o Agrícola (*Wydział Rolny*), sendo substituído pelo Sindicato Nacional dos Agricultores Poloneses (*Związek Narodowy Rolników Polskich*) dedicado a questão das organizações agrícolas<sup>382</sup>. O Educacional (*Wydział Oświatowy*), com vários instrutores, divididos nos locais mais densamente povoados pelos poloneses<sup>383</sup>; de Indústria e Comércio (*Wydział Przemysłowo-handlowy*), tendo entre os objetivos o de expansão econômica da Polônia no Brasil<sup>384</sup>; o de Assistência Social (*Wydział*

---

cit., p. 148. Isto, para Potopowicz, teria trazido grande prejuízo para a educação polonesa e a *polonidade*. Igualmente a *Kultura* tinha perdido a importância com a criação do CZP, que assume várias de suas antigas funções. POTOPOWICZ, 1936, op. cit., p. 148.

<sup>377</sup> PITON, Jan. Centralny Związek Polaków w Brazylii. **Kalendarz Ludu**, 1971.

<sup>378</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 212.

<sup>379</sup> PITON, op.cit.

<sup>380</sup> PITON, op.cit. POTOPOWICZ, op. cit.

<sup>381</sup> PITON, op.cit, p. 157.

<sup>382</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 142.

<sup>383</sup> Publicou o periódico *Oświatowiec* (Educador) e apoiava as escolas médias (em Curitiba, Mallet, Guarani e Porto Alegre) com subsídios. Ademais de ações gerais com projetos para o ensino polonês no Brasil, cursos de língua polonesa, curso ginasial, canto, leitura, cursos de verão, etc.

<sup>384</sup> POTOPOWICZ, op. cit, p. 142.



*Opieki Społecznej*); o da Juventude (*Wydział Młodzieżowy*), órgão que dirigia o trabalho das uniões, sociedades esportivas da juventude, círculos teatrais e outros<sup>385</sup>; o de Imprensa (*Wydział Prasowy*) com o mensário *Nasza Praca* (Nosso Trabalho), em 1933, que se tornavam informativos do CZP, através do *Biuletyn CZP* (Boletim CZP) redigido pelo Comitê de Redação, e o *Nasza Szkołka* (Nossa Escolinha) se tornou órgão de imprensa de todos os departamentos em 1934, após o III *Sejmik*<sup>386</sup>, com 1200 de tiragem<sup>387</sup>. Por último o de Professores (*Wydział Nauczycielski*).

Segundo Potopowicz, mais de 60 pessoas trabalhavam nos departamentos<sup>388</sup>. A instituição deveria cobrir todo o Brasil, sendo, devido a sua constituição plural, “apolítica, respeitando as crenças pessoais dos membros em todos os campos, visa: Concentrar todas as organizações em uma central para elevar o nível e crescimento da vida cultural, educacional e econômica das colônias e sociedades polonesas no Brasil” (Artigo 5)”. O presidente do Comitê de Organização do CZP no I *Sejmik* foi o Dr. João Grabski. Francisco Lachowski era o vice-presidente, o padre vicentino Jan Pałka como secretário geral, e como secretários do comitê, estava o instrutor Michał Sekuła e outros<sup>389</sup>. O II *Sejmik* foi em maio de 1932. Grabski continuou como presidente, assim como Lachowski na vice presidência<sup>390</sup>.

Em 1933, no seu auge, a instituição participa da recepção das autoridades polonesas, como Raczkiewicz e Skarżyński (que inclusive se associa de forma honorária), mas também vive um dos seus maiores problemas<sup>391</sup>. A campanha no *Correio do Paraná* contra a Sociedade da Colonização em Varsóvia, conduziu a problemas, inicialmente, pelo fato da então administração da CZP não ter se posicionado rapidamente contra a campanha do jornal curitibano, dado o possível envolvimento do próprio presidente, através da advocacia, em 1933 contra a colonizadora. Os problemas levaram a gestão a se demitir, deixando para o próximo *Sejmik* a escolha dos conselhos e, ao que parece, iniciou um forte racha interno, especialmente com relação à antiga presidência. A interferência consular, os vínculos com outros âmbitos das

---

<sup>385</sup> Ibidem.

<sup>386</sup> PITON, op. cit., p. 160.

<sup>387</sup> A tarefa do departamento de imprensa “era liderar, propagandear a polonidade; defendendo interesses poloneses na imprensa não polonesa, polonesa e brasileira, informando a Polônia sobre a vida da colonização” POTOPOWICZ, op. cit., p. 210. Potopowicz considerava a imprensa polonesa deficitária e com diversos problemas técnicos, sobretudo em comparação com a dos EUA.

<sup>388</sup> POTOPOWICZ, op.cit., p. 143.

<sup>389</sup> Ibidem, p. 158.

<sup>390</sup> Entre novos nomes e cargos estava, Edward Jaworski tesoureiro e Jan Szaniawski como vice-tesoureiro. Pałka continuou como secretário geral, Józef Łakiński como primeiro vice-secretário e Janusz Ficiński como segundo vice-secretário. O Conselho Geral contou com o “censor” Wojciech Twardowski, Jan Faucz, Pe. Ludwik Bronny, Pe. Stanisław Piasecki, Józef Wisniewski, Józef Gembarowski, Antoni Choiński, W. Missen, dr. Feliks Urban, Konrad Jezierowski como membros. PITON, op. cit., p. 159.

<sup>391</sup> PITON, op.cit., p. 159.

aproximações polonesas, como as colonizadoras, portanto, deixavam disputas ampliadas, evitando uma ação efetiva de agregação intracomunitária entre os poloneses.

Um *Sejmik* extraordinário foi lançado pelo Conselho Geral, ocorrendo em junho de 1933 em Curitiba<sup>392</sup>. O III *Sejmik* se deu em abril de 1934, no bojo da nova campanha do *Correio do Paraná*, desta feita, contra a LMiK. O grupo eleito, por aclamação, foi composto do presidente Stefan Gontarski e o pe. Stanisław Trzebiatowski, como vice-presidente<sup>393</sup>. Este foi o grupo muito mais combativo ao *Correio do Paraná*<sup>394</sup> e coordenaram a participação da delegação brasileira do Segundo Congresso Mundial de Poloneses em Varsóvia<sup>395</sup>, naquele ano. O IV *Sejmik* ocorreu em junho de 1935 e pensou o contato e conversas com autoridades estaduais, ademais da descontinuação da campanha hostil que jornais locais mantinham com a instituição<sup>396</sup>. O V *Sejmik* ocorreu em 1937 e foi o último<sup>397</sup>, tendo alterado os estatutos e a presidência passou para Józef Piekarski, com A. Ziółek como secretário geral<sup>398</sup>.

A CZP era amplamente apoiada pelo Conselho Organizacional dos Poloneses no Exterior e pelo MSZ, bem como financeiramente através do Consulado em Curitiba (SZCZERBIŃSKI, 2013), mantendo contato com a *Światpol*, de Varsóvia. No auge, em 1933, a União agregava 350 sociedades, 10.927 sócios, inclusive 47 filiais do *Junak*, somando 1737 sócios (SZCZERBIŃSKI, 2013, p. 95).

O caráter aglutinador para a “colônia polonesa” condicionou vários problemas que envolveram a CZP e os periódicos em Curitiba, sendo vinculada aos propósitos poloneses e a tutela dos imigrantes estabelecidos no país. Entre as primeiras críticas, por exemplo, o autor

<sup>392</sup> Ibidem. A organização conseguiu se recompor a partir do período mais turbulento de embates. Entre as mudanças, ocorre a transformação do Departamento de agricultura em: *Związek Zawodowy Rolników* (União dos Agricultores Profissionais) e o Departamento de Comércio e Indústria em uma *Związek Kupców i Przemysłowców* (União de Comerciantes e Indústria). PITON, op. cit., p. 159.

<sup>393</sup> Bolesław Mizerkowski como segundo vice-presidente; Stanisław Służynski, como vice-presidente do Rio Grande do Sul; Ludwik Szczygiel, como secretário geral; Tadeusz Kowalczyk, como primeiro secretário, Tadeusz Wątroba como segundo secretário; Marian Śliwiany, tesoureiro e August Kulik como segundo tesoureiro. O Conselho Geral tinha Albin Wąroba, “censor”, e Janusz Ficiński, Józef Piekarski, dr. Ludwik Wolski, Marcin Jaruga, Karol Rewaj, Jan Rain, Witold Paul e Piotr Flenik. Estiveram presentes 88 delegados, 166 votantes representando 251 sociedades. PITON, op. cit., p. 159.

<sup>394</sup> Ibidem.

<sup>395</sup> Józef Stanczewski e Pe. Jan Rzymelka seriam os representantes da *Oświata* no Congresso dos Poloneses no exterior de 1934, de acordo com carta *Oświata* para CZP de 24 de maio de 1934 (SILVA, 2019).

<sup>396</sup> PITON, op.cit., p. 160.

<sup>397</sup> 200 sociedades participaram individualmente e mais duas coletivas, o *Junak* e *Związek Zawodowy Rolników*, tendo ao todo 140 votos. Paweł Nikodem, então redator do *Gazeta Polska w Brazylii*, presidiu a reunião. O relatório apontou inovações da gestão anterior: como a sede da CZP na rua Carlos Carvalho, 277, que abrigava o seu escritório (desde 1935); Estabelecimento e organização da biblioteca “Władysław Raczkiewicz”, etc. Entre outros membros da diretoria estiveram A. Kowalski como tesoureiro e Romuald Krzesimowski sendo o “censor”. Entre os membros do conselho: dr. Józef Czaki, pe. A. Białowąs, Tomasz Fałat, Włodzimierz Duszczak, Franciszek Ćwikła e Witold Paul. PITON, op. cit., p. 160.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 159.

Frederico Faria de Oliveira (jornalista e revolucionário de 1930), do jornal curitibano *A Tarde*, em junho de 1932, questionava a doação do terreno “esplêndido” do governo na avenida Vicente Machado, “a uma associação estrangeira que quer, nesse local, levantar um grande edifício para a sua sede, com compartimentos e instalações amplas, ainda, para a organização de um estabelecimento de ensino”<sup>399</sup>. Naquele momento, eram questionados os aspectos jurídicos do negócio<sup>400</sup>, a questão dos terrenos seria atrelada ao debate nacionalista e anti-imperialista a partir de 1934, numa reconfiguração das críticas expostas àquela instituição como representante da colônia, mas especialmente, defensora do papel das colonizadoras polonesas no Paraná. Após 1934, ela entra em um período de dificuldades, entretanto, em 1938, quando da Campanha de Nacionalização, tinha ainda algumas importantes sociedades filiadas<sup>401</sup>. No fim, deixou de existir com a campanha, sendo a documentação encontrada nas suas dependências motivo de alerta para os militares que conduziam o processo dos decretos-lei varguistas conforme desenvolvido por Bethlem<sup>402</sup>.

### 3.3.4. Os emissários poloneses: agentes de identidade

As aproximações entre a Segunda República e os imigrantes tem, nos anos 1930, o seu ápice de fato, com estímulo do governo polonês e o envio de diferentes emissários responsáveis por questões de emigração e atrelados a diferentes ofícios. Tais fatores se constituíam em uma ação estratégica, que buscava não apenas fomentar as questões relacionadas à *polonidade* no Brasil, mas também desenvolver possibilidades de melhoria de vida e de formação entre os colonos instalados nas décadas anteriores, promovendo atividades em diferentes setores.

O relator de publicidade do Ministério da Guerra, Lepecki (provavelmente Mieczysław Lepecki), teria chegado ao país em 1930 “com o fim de inspecionar os patronatos de emigrantes

<sup>399</sup> A Tarde, 28 de junho de 1932. APV.

<sup>400</sup> Afirma ser o Conselho Consultivo, em sua maioria, favorável à cessão, o que considera um “erro”, não devendo ser sancionado por Ribas, a fim de evitar um “fato que atenta flagrantemente contra as mais elementares normas de um governo que se está impondo justamente pelo apreço que dispensa à opinião pública”. Afirma ser comum antigamente as concessões deste tipo, mas que os tempos mudaram, e as decisões deveriam ser revistas. O autor relembra ser um crítico das escolas estrangeiras também e comemora os vetos ao projeto da CZP. A Tarde, 28 de junho de 1932. APV.

<sup>401</sup> Algumas eram autônomas, mas em geral, tinham vínculos à CZP, *Oświata*, União Profissional dos Agricultores Poloneses, *Junak*, Associação dos Professores das Escolas Polonesas, Sociedade dos Amigos do Mar Polonês, União de Trabalho Civil das Mulheres, *Sarmacja*, União Polonesa, Sociedade Józef Pilsudski, Sociedade T. Kosciuszko, Sociedade I. Paderewski, Sociedade M. Kopernik em Marechal Mallet, Sociedade do Renascimento e Sociedade da Rainha Polonesa em Ponta Grossa, União das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, e Sociedade Polônia, Sociedade Pensamento Livre, Sociedade do ex-Militares e Insurretos da Republica Polonesa, Sociedade das Mulheres M. Konopnicka, *Sokół*, União dos Católicos Polono-Brasileiros (KULA, 1976, p. 5-6).

<sup>402</sup> BETHLEM, op. cit., p. 56.

poloneses, e examinar, in loco, certos problemas de colonização”<sup>403</sup>. Segundo as informações do então legado brasileiro, “periodicamente, esse publicista, capitão do exército, empreende uma excursão pelo interior do nosso país, relatando depois, em livros destinados à sensação, as regiões desconhecidas do Brasil” assim como, “os estranhos aspectos da nossa vida pública, os elementos inferiores da nossa formação étnica, e, em geral, desestimado a nossa nacionalidade”<sup>404</sup>. Peçanha, portanto, não tinha boa referência do militar, posto que acreditou ser inconveniente “ser confiada tal missão a quem tem dado tantas provas de desconsideração pelo Brasil”, em razão dos seus escritos<sup>405</sup> e poderia estar permeado pela sensação ressentida da formação racial brasileira e receios de estaque da imigração polonesa de caráter seletivo idealizado diante da chegada dos emissários estrangeiros.

Mais importante, no entanto, foi a nova visita de Pankiewicz, em 1932 a Curitiba. Visto como “O nosso ilustre hóspede” tinha objetivos, como conselheiro de emigração, de “inspecionar os serviços de emigração na América do Sul, é dita autoridade em assuntos econômicos e um grande amigo do nosso País”<sup>406</sup>. Foi recebido pelo militar instrutor de educação física Konrad Sadowski, quem é, inclusive, chamado de cônsul entre os jornais de Curitiba<sup>407</sup>. Este, recepcionou os “dois ilustres filhos da Polônia”<sup>408</sup>, pois junto de Pankiewicz, chegava Bohdan Pawłowicz (1889-1967), um escritor polonês, que provavelmente chegava para o apoio ao *Junak* (SZCZERBINSKI, 2013) e já havia estado no Brasil junto ao navio *Lwów*, em 1923 (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 289). Ambos já tinham visitado o Paraná e foram elogiados pelo seu trabalho, inclusive, Pawłowicz havia ocupado, em 1930, a função de Direção de Secretariado da Sociedade Polonesa de Emigração, antes ocupado por Pankiewicz, até que este assumiu o cargo de Conselheiro de Emigração. A legação informava que “Essa escolha [de Pawłowicz] recaí em um jovem homem de letras, entusiasta do nosso país, onde contraiu núpcias com uma paranaense, de origem polonesa”<sup>409</sup>. Ademais, este personagem era fundador do ZPK e mais tarde vai ser membro da diretoria da LMiK, (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 290). Em agosto, Pankiewicz retorna e teria tido almoço com cônsul Staniewicz, em que compareceu Manoel Ribas e outras autoridades do

<sup>403</sup> Ofício 77 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha para o ministro Afrânio de Mello Franco, 12 de dezembro de 1930.

<sup>404</sup> Ibidem.

<sup>405</sup> Ibidem. Segundo Milewska (1996, p. 86), Lepecki era um dos poucos escritores poloneses que escapava ao que ela chama de uma “visão polonocêntrica”, isto é, ao invés de escrever sobre os imigrantes, focavam a “natureza exótica” de diferentes regiões do Brasil, ao qual seria apaixonado, conforme a autora.

<sup>406</sup> O Dia, 05 de março de 1932.

<sup>407</sup> Ibidem.

<sup>408</sup> Diário da Tarde, 05 de março de 1932.

<sup>409</sup> Ofício n. 19 Legação brasileira em Varsóvia, Peçanha para ministro Octavio Mangabeira, 07 de março de 1930.

estado, os cônsules da Itália e Alemanha, Kossobudzki, o vice-cônsul Teodor Cybulski<sup>410</sup>, pe. Estanislau Twardowski<sup>411</sup>, entre outros<sup>412</sup>. Mais tarde<sup>413</sup> participou de competições do *Junak*<sup>414</sup>. Novamente recebido por Sadowski<sup>415</sup>, estava “encarregado pelo governo polonês de estudo sobre possibilidades de imigração polonesa nos países da América do Sul”.

A presença do visitante causou impressão positiva na imprensa, mas em especial, entre os propagandistas da comunidade polonesa<sup>416</sup>. Pankiewicz depois se dirigiria a Porto Alegre, a fim de investir em núcleos com emigrantes com passagens em navios de empresas oficiais ou do governo, para baratear o preço. De modo que, nesse período inicial, a busca por recrutamento de imigrantes para o Brasil, se não totalmente bem avaliada, parecia “neutra” no sentido de se tornar notícia nos jornais, ao mesmo tempo que eram elemento para a construção de vínculos entre a Polônia e os poloneses no país<sup>417</sup>.

Outras formas de aproximações eram as viagens do cônsul para outros estados, em especial o Rio Grande do Sul<sup>418</sup> ou da legação através de Grabowski, que visita o Paraná e São Paulo, em 1931, acompanhado do antigo presidente do senado polonês e médico Juljusz Szymański, atrelada a encontros junto aos interventores federais<sup>419</sup>. Ou ainda, outro vínculo avaliado entre a imprensa curitibana das aproximações entre a Polônia e os imigrantes e descendentes era o envio de jovens estudantes para a Polônia, como o caso de Ceslau Las e Henrique Kudlinski<sup>420</sup>, concluintes do curso ginásial em Ponta Grossa e iriam para o país europeu. A despedida teria ocorrido na casa de Kossobudzki, com membros do *Sarmacja* e figuras de “destaque da Colônia Polonesa”, como o cônsul Staniewicz, vice-cônsul Cybulski, Sadowski e esposa, entre outros. Chorośnicki, contudo, que dava a informação, anunciava que os estudantes não deveriam nunca esquecer o país em que nasceram “o magnífico e grandioso Brasil é em primeiro lugar a sua pátria a qual devem amor e dedicação sem limites”, além da “gratidão” pelo “asilo seguro” no Paraná, no momento de “maior infelicidade” dos poloneses,

<sup>410</sup> Correio do Paraná, 06 de agosto de 1932.

<sup>411</sup> Diário da Tarde, 05 de agosto de 1932.

<sup>412</sup> Correio do Paraná, 06 de agosto de 1932.

<sup>413</sup> O Dia, 14 de agosto de 1932.

<sup>414</sup> Ibidem. Correio do Paraná, 23 de agosto de 1932, Festival do Junak, com diversos esportes, anunciados

<sup>415</sup> O Dia, 19 de agosto de 1932.

<sup>416</sup> Diário da Tarde, 02 de setembro de 1932, Chorośnicki noticia partida e presença de Pankiewicz. Teria sua sede em Buenos Aires, na Legação Polonesa, para onde partira. Segundo jornal, Pankiewicz é “mesmo um paranaense” e teria iniciado estudos na Universidade do Paraná, em direito, completados em Varsóvia, possui “aqui muitos admiradores, amigos e conhecidos, não somente no seio da Colônia Polonesa, como também entre os moradores de Curitiba, por causa das suas altas qualidades morais e sociais”.

<sup>417</sup> Diário da Tarde, 08 de outubro de 1932.

<sup>418</sup> Diário da Tarde, 22 de novembro de 1932 como Staniewicz, que visitou os interventores e os poloneses no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

<sup>419</sup> Nota do MRE para legação polonesa no Rio de Janeiro, 02 de junho de 1931 e 10 de junho de 1931.

<sup>420</sup> Diário da Tarde, 12 de agosto de 1932.



mas iriam conhecer a “pátria dos antepassados” e amor à língua<sup>421</sup>. A lealdade ao Brasil era reiterada, especialmente pelos descendentes já nascidos no Brasil, como buscavam demonstrar, mesmo que mantendo o sentimento de identidade étnica aflorado, a ser reforçado no país de origem, de onde retornariam tendo não apenas uma formação acadêmica, mas também voltada à nacionalidade, em alguma medida.

A presença de intelectuais poloneses no Brasil mobilizou a comunidade polonesa emigrada – desde o século XIX (WEBER, TRINDADE, 2016, TRINDADE, 2018), mas em especial, a partir de 1905 (com os refugiados da revolta contra a Rússia) e depois de 1918, com a independência. Frequentemente se configuravam em “líderes” e “agentes étnicos”<sup>422</sup> (WEBER, 2015). Além dos emissários encaminhados em distintas funções, com o retorno da independência polonesa e as aproximações levadas a cabo pelo governo, são iniciados novos movimentos de chegada de uma série de intelectuais chamados de forma geral: “instrutores” (*instruktorzy*). Estes tinham diferentes especialidades (agrícolas, esportivos, culturais, etc.)<sup>423</sup>, além de serem professores, militares e diplomatas com a intenção de (re)aproximar os imigrantes da pátria-mãe, particularmente a partir da promoção, fomento, manutenção e, em certo contexto referencial, de (re)configuração da identidade polonesa, a *polonidade*, em especial sua versão “nacional”, a partir do fomento estatal pós-Independência (TRINDADE, 2016)<sup>424</sup>.

Malikoski, ao avaliar particularmente os “instrutores de ensino”, afirma sua atuação na “condução e organização do ensino étnico, alinhados com a política oficial do Ministério das Relações Exteriores da Polônia”, ademais de vínculos com o consulado e nas entidades agregadoras, incluindo a Associação dos Professores Poloneses no Brasil (2019, p. 143). Igualmente, o Conselho de Emigração em Buenos Aires estava atrelado e responsável pelos instrutores, ainda que o consulado em Curitiba e a legação no Rio de Janeiro também tivessem

---

<sup>421</sup> Ibidem.

<sup>422</sup> Para Weber (2015, p. 254), identificar “as clivagens internas a um grupo étnico é um exercício de interpretar como a pretendida “identidade”, construída a partir da suposição da homogeneidade e da origem comum, pode sempre ser objeto de disputas, as quais tanto fragilizam quanto dinamizam as comunidades que são o suporte destas identidades”.

<sup>423</sup> Há referências sobre os instrutores no Arquivo de Atas Novas em Varsóvia.

<sup>424</sup> Outros grupos imigrantes tiveram a ação de equivalentes aos instrutores como “ação étnica” de aproximação da pátria de origem e melhoramento das condições materiais e culturais no país de acolhida. Com a vinda de intelectuais, tendo variadas especializações profissionais, a exemplo dos alemães, que seriam enviados para as regiões em que “se observasse uma homogeneidade cultural, política e ideológica em torno da causa germânica” (MAGALHÃES, 1993, p. 178). Ou os “agentes fascistas” italianos, que estavam associados a “uma atividade profissional indispensável à região” (SLOMP, 2017, p. 140), eram os “imigrantes tutelados”, enviados sob a direção dos consulados italianos, com formação superior ou técnica ligados ao fascismo (SLOMP, 2017, p. 136-137). Os japoneses igualmente, junto às empresas colonizadoras, enviavam uma série de intelectuais que ocupavam diferentes profissões junto aos colonos (SAKURAI, 2000).



ações ligadas a este grupo de funcionários, por vezes, rendendo disputas de orientação (SZCZERBINSKI, 2013)<sup>425</sup>.

Szczerbiński (2013) identifica os planos para a instrução em educação física já em julho de 1930. O texto do DOPS/PR de 1939, o “Atentado Militar da Polônia contra o Brasil”, prega este mesmo ano como o da chegada dos instrutores e instalação inicial<sup>426</sup>, ainda que seja possível observar a vinda de professores enviados para o Brasil e a América Latina antes desta data, já nos anos 1920, embora, possivelmente, não como uma política sistematizada (afora os professores e ativistas emigrados antes da independência polonesa). Em maio de 1929, Grabowski envia ofício ao MRE sobre vinda de técnicos poloneses para fazendas-modelo, que seriam aproveitados, segundo o ministro polonês, como “instrutores” nas colônias da Sociedade de Colonização<sup>427</sup>; Miszke, igualmente, já orientava instrutores em 1925. Há também informações sobre um “instrutorato” junto ao consulado curitibano em 1928 e ao CZP e seu Departamento de Educação<sup>428</sup>. Soma-se a isso o fato de muitos intelectuais que já estavam no Brasil antes da independência polonesa, como denunciaria o *Correio do Paraná*, retornariam como instrutores após passagem pela Polônia, como o caso de Michał Sekuła, Konrad Jeziorowski, entre outros<sup>429</sup>. Outro apontamento é de Pankiewicz, já em 1929, que asseverava a necessidade de instrutores educacionais para desenvolver as colônias polonesas (MAZUREK, 2016, p. 315). É possível, portanto, que este projeto tivesse se iniciado nas discussões do Primeiro Congresso dos Poloneses no Estrangeiro, em 1929.

---

<sup>425</sup> Em 1932 o cônsul e seu vice, Staniewicz e Cybulski, estiveram na Polônia e exigiram que a autonomia dos instrutores ficasse sob responsabilidade do consulado e não do Conselho de Emigração de Buenos Aires, bem como foi indicada menor pretensão política daquela instituição nas questões polonesas do Brasil (SZCZERBINSKI, 2013, p. 83-84).

<sup>426</sup> PARANÁ. Departamento do Arquivo Público do Paraná. PT 117. Atentado Militar da Polônia Contra o Brasil, 1939 (DOPS), p. 8.

<sup>427</sup> Legação Polonesa no Rio de Janeiro, Grabowski para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ministro Gemiano de Lyra Castro, 15 de maio de 1929.

<sup>428</sup> Recortes de jornal escrito em polonês, 1932, sem nome. Arquivo Padres Vicentinos.

<sup>429</sup> *Correio do Paraná*, 18 de abril de 1934.

FIGURA 4- FOTOGRAFIA DOS INSTRUTORES



Da direita para esquerda (sentados): Postek, Jezierowski, Głuszczyński, Dobrzański. Em pé: Sadowski e Gerbich.

FONTE: Arquivo Pessoal Ruy Wachowicz

O texto do DOPS/PR de 1939, ainda que muito crítico a estes personagens, aponta que junto ao consulado polonês de Curitiba, trabalharam cerca de 25 instrutores, os quais se deslocavam pelas colônias entre o “elemento polonês”<sup>430</sup>. Segundo Potopowicz, os instrutores educacionais eram enviados da Polônia para dirigir a atividade educacional, servindo ao Departamento de Educação do CZP nas regiões ocupadas por poloneses, como gestores escolares. Ademais de contribuir para formação de teatros, coros, sociedades esportivas e ações outras tais como concessão de subsídios, transferência para outra colônia, qualificação<sup>431</sup>, etc. Identifica também os instrutores agrícolas e os de educação física como figuras de destaque, em especial, através do *Związek Zawodowy Rolników Polskich w Brazylii* (União Profissional dos Agricultores Polonos no Brasil - ZZRP)<sup>432</sup>, que foi dirigido pelo instrutor Juljusz Skarbek Kruszewski<sup>433</sup>. Já os de educação física são relevantes para o caso do *Junak* e para a forte

<sup>430</sup> PARANÁ. Departamento do Arquivo Público do Paraná. PT 117. Atentado Militar da Polônia Contra o Brasil, 1939 (DOPS), p. 8.

<sup>431</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 179. Em meados dos anos 1930, também as escolas religiosas receberam apoio dos instrutores educacionais do CZP. As escolas de irmãs religiosas também tinham instrutores próprios. POTOPOWICZ, op. cit., 1936, p. 180. Tanto na *Kultura* (Cultura) como na *Oświata* (Educação), cursos eram organizados pelos instrutores.

<sup>432</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 76.

<sup>433</sup> BETHLEM, op. cit. p. 56. Os instrutores do CZP apoiavam as questões agrícolas, com objetivo de auxiliar na educação rural (desenvolvimento de manuais, folhetos e dicas para agricultores), organização de círculos agrícolas, locais de experimentação, trabalho com fertilizantes, organização de cooperativas e apoio a empresas privadas. POTOPOWICZ, op. cit., p. 76.

evidência da presença de militares nas estruturas de aproximação da Polônia para com seus emigrantes.

Intensas disputas envolveram este grupo de intelectuais enviados, em razão das agudas críticas ao longo dos seus trabalhos, em especial eram dedicadas aos gastos e altos salários (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, TRINDADE, 2015)<sup>434</sup>, ademais de outros problemas. Os jornais polono-brasileiros que analisamos para a dissertação de mestrado dedicam vários textos a este assunto<sup>435</sup> e muitos outros foram identificados ao longo desta tese, merecendo um trabalho separado. Disputas com a liderança polono-brasileira João Grabski<sup>436</sup>, já em 1928 (MAZUREK, 2016, p. 393) e de outro instrutor Władysław Wójcik<sup>437</sup>, são observáveis, tendo ambos concorrido pela presidência da União da Juventude Camponesa no Brasil (MAZUREK, 2016). O fato é que os instrutores<sup>438</sup> foram reiteradamente, portanto, tratados por arrogantes, por serem distantes dos colonos, prejudicarem trabalhos em andamento, enfrentarem o clero e as lideranças locais, prejudicarem a comunicação intracomunitária, pelos salários e gastos, entre muitos outros problemas. Estas disputas estão no bojo daquelas com o *Correio do Paraná*, em que foram protagonistas. Esse grupo intelectual, também, foi um dos mais fichados e vigiados pela DOPS, assim como estiveram envolvidos em processos de tentativas de expulsão do país, sendo tratados por “perniciosos” pelo aparato repressivo estatal, particularmente pelo seu envolvimento com a associação de educação física.

<sup>434</sup> Apesar desse aspecto, Potopowicz encontra problemas no pagamento aos professores. Os instrutores teriam tentado obter o máximo de recursos para fins educacionais a fim de acessar o maior número de escolas recentemente estabelecidas, ainda que fossem efêmeras. POTOPOWICZ, op. cit., p. 182, 187.

<sup>435</sup> Como é possível, exemplarmente, observar nos jornais analisados durante o mestrado, *Nasza Praca* julho de 1932 *Polscy Rolnicy w Rio Grande*, *Odrodzenie*, 9 julho 1933, *Z życia kolonji polskiej w Guarany*, *Głos Nauczyciela* 1 novembro 1931, *Orędownik* 08 de março de 1933 *Guarany* (R.G.S. Brazylija), *Głos Nauczyciela* 1 maio 1932 *Sprawozdanie z Walnego Zjazdu w Guarani* (TRINDADE, 2015).

<sup>436</sup> “A União da Juventude Camponesa no Brasil foi instituída formalmente em Curitiba, durante o I Congresso dos delegados de Círculos da Juventude poloneses (nos dias 7-8 de janeiro de 1928). Participaram desse encontro 54 membros dos Círculos da Juventude de todo o Brasil. No entanto o Congresso não podia passar sem um escândalo, que ocorreu durante a eleição da Diretoria, quando uma parte dos delegados, não aceitando a escolha de Grabski, abandonou o Congresso e fundou uma nova União, assumida por Władysław Wójcik” (MAZUREK, 2016, p. 393). Aqui, Mazurek se refere, possivelmente ao fato de que devido à criação da *Junak*, em 1927, se deu a criação do “Círculo da Juventude Rural”, que concentrou diversas ações em várias colônias na bacia do Ivaí. O “Círculo” foi transformado na “União da Juventude Rural”, em 1928. O conselho era composto por: Władysław Wojcik, Jan Stanisław Psych e H. Zdrojewska. A divisão causada na Juventude Rural, na área de esportes, teve ressonância no Conselho Geral do *Junak*, do Instrutor Chefe do *Junak* e da Liga Marítima e Colonial. PITON, op. cit., p. 147. Em 1932, apenas, ela foi unificada com o *Junak* (SZCZERBINSKI, 2013, p. 89).

<sup>437</sup> Chegou ao Brasil em 1926 para ser inspetor escolar na região de Ivaí, no Paraná. Trabalhou também para a fundação de sedes do *Junak*, além de autor de várias peças teatrais (algumas sendo apresentadas no *Związek Polski*), além de diretor e redator do *Świt* com Kossobudzki (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 418-419).

<sup>438</sup> Entre alguns nomes encontrados ao longo deste trabalho, identificados como instrutores, estão: Czesław Bieżanko, Eugeniusz Gruda, Macieszewski, Tadeusz Makomaski, G. Kowalski, Rudolf Papla, Jerzy Ostrowski, Władysław Wójcik, J. Żączkowski, Estanislau Postek, Estanislau Wielech, Roman Gajda, Stefan Szutowski, Włodzimierz Radomski, Halina Kopczynska, Konstanty Lech, G. Mazurek, Władysław Szlachta, J. Gauza, Józef Adamski, Eugeniusz Chabasinski, Radecki, Bárbara Hesslowa, entre outros.

### 3.3.5. Sociedade de Educação Física - *Junak*

Para Szczerbiński (2013, p. 52), um dos elos, junto das entidades religiosas, que “consolidava a vida dos emigrados em terra estrangeira eram as organizações dos emigrantes de caráter leigo” e que começaram a surgir a partir dos anos 1890 tendo “por objetivo a fundação de escolas e a satisfação das necessidades culturais; dedicavam-se igualmente à atividade esportiva, à fundação de bibliotecas, lojas e armazéns”.

No século XX, novas associações surgem na esteira destas instituições de atividades física polonesas do século XIX, como exemplo da primeira, a *Towarzystwo Gimnastyczne Sokół* (Sociedade Ginástica Falcão), de 1898, lastreada na luta pela independência polonesa e atividades recreativas não disponíveis nas associações tradicionais (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978). Em 10 de abril de 1922 é fundada a *Towarzystwo Gimnastyczne Strzelec* (O Atirador), que tinha as mesmas bases do *Sokół*. Ela trazia como exemplo os clubes paramilitares de mesmo nome fundados por Piłsudski na Galícia<sup>439</sup>, os quais tinham fortes objetivos independentistas (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 93-94). A fundação da instituição ficou a cargo de um grupo de jovens, dentre eles, 20 antigos membros do *Sokół* que não se adaptaram ao *Związek Polski* e sua nova divisão esportiva, o *Komenda Główna Polskiego Towarzystwa Sportowych w Brazylii* (Comando Central das Sociedades Esportivas polonesas do Brasil)<sup>440</sup>. Os primeiros diretores foram o comandante Głuszczyński, João Ficiński (ligado ao teatro, o ZAS e a União Polonesa) como secretário, entre outros<sup>441</sup>. Grabski também esteve envolvido com a primeira filial em 1922 (SZCZERBINSKI, 2013, p. 71).

O oficial do exército Apolonjusz Zarychta (posteriormente ocuparia o cargo de Chefe do Departamento de Política de Emigração no MSZ), o capitão Mieczysław Fularski (ambos chegados entre 1922 e 1923 no Brasil como professores da escola média em Marechal

---

<sup>439</sup> As sociedades denominadas de *Sokół*, na Galícia, se voltavam à prática do tiro ao alvo e esgrima, sendo que utilizavam da atividade de educação física, que “camuflava” o seu caráter paramilitar (WACHOWICZ, s/d, b). Em Porto Alegre também existiu instituições com esse nome (SOARES, 2014, MALIKOSKI, 2019), além de outras colônias polonesas no Brasil - Rio Claro e Água Branca; na Alemanha e nos Estados Unidos (SZCZERBIŃSKI, 2013). Membros daquelas instituições na Polônia se filiaram ao *Sokół* em Curitiba (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 18). Ela teve vínculos com o consulado Austro-Húngaro da capital paranaense e contatos com Lwów, com a matriz local, a fim de garantir unidade da luta. Era responsável por manifestações na rua, em prol da independência polonesa e, inclusive, fez uma encenação da batalha de Grunwald, em 1902, como crítica à ocupação germânica e o *Kulturkampf* (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 24). Os “falcões” (membros) foram voluntários na Primeira Guerra Mundial, partindo para o combate tanto ao lado de Piłsudski como de Haller. Ela foi unificada ao nascente *Związek Polski* em 11 de abril de 1920, sendo uma seção daquela associação, voltada para a ginástica e educação física (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978).

<sup>440</sup> WACHOWICZ, s/d b.

<sup>441</sup> Ibidem.

Mallet<sup>442</sup>), os irmãos major Mieczysław Lepecki e Bohdan Lepecki também estimularam a criação da *Strzelec*, como sociedade de tiro, reforçando seu caráter paramilitar, já que todos eram militares poloneses (SZCZERBINSKI, 2013)<sup>443</sup>. Este foi um grave fator gerador de problemas com as autoridades brasileiras desde os primórdios da instalação da instituição, posto que eram acusados por jornais de Curitiba, sobretudo o tenente M. Lepecki, de “polonizar” aos imigrantes e descendentes que se assimilariam ao serviço do “estado maior polonês” (SZCZERBINSKI, 2013, p. 74)<sup>444</sup>.

Com patronato do cônsul Miszke e a chegada de Bogdan Pawłowicz, delegado da União do Escotismo Polonês, quando da visita do navio *Lwów*, a instituição ganha proeminência (SZCZERBINSKI, 2013). O clube teve o periódico *Sportowiec Polski w Brazylii* (O desportista polonês no Brasil) em 1922, criado por Zarychta e Bohdan Lepecki, enquanto M. Lepecki foi o seu editor (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000). Esteve ligado à *Kultura* e à Associação dos Professores, assim como várias outras instituições polonesas do país de origem (WYWIAŁ, 2012, p. 9).

Dada as disputas internas em razão do perfil militar do grupo, alguns objetivando a manutenção de certo ideal paramilitar e outros, voltado para um sentido mais esportivo, em 6 de fevereiro de 1925 foi criada uma nova denominação, durante o seu I Congresso, sendo a partir de então a instituição conhecida por Sociedade de Educação Física *Junak*<sup>445</sup> (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, WYWIAŁ, 2012, SZCZERBINSKI, 2013). A palavra, sem correspondência apropriada em português, teria referências a “juvenil, audaz, destemido” (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 100) e as características militares foram diminuídas, sendo o cargo de influência maior de Bogdan Pawłowicz (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 100).

O seu objetivo central era estimular a prática de esportes e ginástica junto à juventude de origem polonesa e, ao mesmo tempo, torná-los “bons cidadãos brasileiros” (já se

<sup>442</sup> Fularski foi, inclusive diretor da escola.

<sup>443</sup> WACHOWICZ, s/d, b.

<sup>444</sup> Szczerbinski, aponta que “Uma atividade tão animada na fundação de filiais do Junak [*Strzelec*] não deixou de despertar a atenção tanto dos agentes oficiais brasileiros como da imprensa brasileira. Por exemplo, em junho de 1923, no diário curitibano Diário da Tarde foi publicada uma série de artigos acusando Lepecki de “polonizar os poloneses que se assimilavam”, de “um trabalho obscuro por ordem do estado-maior polonês”. Mas também soma que (2013, p. 78) “O significado do Junak foi assim avaliado pelo diário Gazeta do Povo do dia 20 de julho de 1932: “Não resta dúvida de que a Sociedade Esportiva Junak é a organização que mais contribui para o desenvolvimento do atletismo no Paraná” (2013, p. 78).

<sup>445</sup> Como aponta o Szczerbiński, “o apego ao nome Atirador era grande, no entanto foi reconhecida a necessidade da sua mudança, em razão de eventual desconfiança que pudesse despertar nas esferas brasileiras. Foi então decidido mudar o nome Sociedade Esportivo-Ginástica Atirador para Sociedade Esportivo-Ginástica Junak (Jovem Valente). Decidiu-se ainda que o nome Escoteiro seria preservado”. O sonho secreto de Lepecki (fundador do Atirador) e de alguns outros líderes era a transformação da União [Junak - M. S.] numa organização militar” (SZCZERBIŃSKI, 2013, p. 73).



incorporando à nova sociedade), focalizando na construção de filiais (conhecidas por “destacamentos”), em que a sede principal seria em Curitiba (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 97)<sup>446</sup>. Figuras que posteriormente teriam destaque na comunidade polonesa e seus filhos estiveram entre os quadros da *Junak*, ademais de expandir as fronteiras da associação para diferentes colônias em todo o sul do país. O grande sucesso entre os poloneses foi estendido, em boa medida, para além do grupo étnico, ao se incorporar na sociedade envolvente<sup>447</sup>. Para Potopowicz<sup>448</sup>, era nos anos 1930 a mais importante organização polonesa no Brasil e a que mais se adequava às condições locais. Nesse período, no contexto de maior influência do estado polonês organizado junto aos imigrantes e sua política emigratória com o envio de emissários, segundo Szczerbiński (2013), um projeto passa a ser organizado pelo Ministério dos Assuntos Militares e o Departamento de Educação Física, sendo promovido pelo MSZ, através do Conselho de Emigração na América do Sul, em Buenos Aires, em 1930, ficando conhecido como “instrução em educação física”. Os instrutores passam então a ser enviados para as colônias, dentre eles, o tenente-aviador Konrad Sadowski e o sargento Stefan Dobrzański (SZCZERBINSKI, 2013, p. 80).

Apesar desse projeto pensado de aproximação, se estabelecem contendas com os “instrutores” vindos da Polônia, pois eram em geral “militares poloneses, que objetivavam moldar a vontade e a ideologia dos jovens nascidos no Brasil”<sup>449</sup>, dentre eles Dobrzański, Jakubowski, Wacław Kulesza, Feliks Gwiazda, Władysław Grzybow, Mieczysław Jasiocha e mais, Konrad Sadowski (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, WYWIAŁ, 2012, SZCZERBIŃSKI, 2013). “O governo polonês, através do consulado, sempre manifestou desejo de controlar os objetivos e a ideologia manifestada no *Junak*” e tinha intenções isolacionistas e de manutenção da *polonidade*<sup>450</sup>.

A partir de 1930, segundo Filipak e Krawczyk, ao se sujeitar às imposições das autoridades polonesas, os movimentos e expansão da *Junak* teriam sido em alguma medida

<sup>446</sup> A ênfase era no tiro ao alvo, ginástica, cursos de ensino, excursões instrutivas e recreativas, teatro, arte, fundação de bibliotecas, cooperativas, publicação de livros e periódicos, etc. (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978). Em algumas filiais foi introduzida a esgrima, o boxe, o atletismo, o tênis, voleibol, basquete ginástica, pugilismo e atletismo, mas em todas as filiais a maior popularidade foi conquistada pelo futebol, ainda que posteriormente (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, SZCZERBINSKI, 2013).

<sup>447</sup> Em 24 de abril de 1932 em Marechal Mallet, dada a necessidade de unificação das muitas filiais, foi realizado um congresso da Sociedade *Junak*. Neste foi criado o *Naczelna Rada Junacka* (Conselho Geral do *Junak*), com 19 sociedades *Junak* e mais 10 em organização, decidindo-se por focar não apenas no esporte, mas também em atividades sociais, educacionais e culturais (para erradicar o analfabetismo, elevação cultural, prestação de assistência técnica e orientação às filiais) (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978). Seu primeiro presidente seria Michał Sekuła (um instrutor educacional).

<sup>448</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 143.

<sup>449</sup> WACHOWICZ, s/d b.

<sup>450</sup> Ibidem.



dificultados (1978, p. 114)<sup>451</sup>. As autoridades polonesas objetivavam “formar, através do esporte, bons cidadãos poloneses nascidos no Brasil, enquanto a juventude já nascida no Brasil desejava apenas o esporte e a diversão. Consideravam-se polono-brasileiros e não poloneses”<sup>452</sup>. As dissonâncias entre os grupos estabelecidos no Brasil e os emissários poloneses enviados desde 1930, especialmente, os conflitos intracomunitários, configuravam a noção de que os “instrutores” desejavam “transformá-los ideologicamente e fazê-los seguidores do regime polonês”, o próprio consulado investiu na instituição, ajudando na compra do seu campo esportivo, mas também assumiu parte da autonomia do grupo com a chegada daqueles emissários<sup>453</sup>.

Os profissionais de Varsóvia seriam considerados conhecedores do ofício, mas não das condições locais das comunidades polonesas, em especial no interior, que marcava o sucesso das filiais com lideranças locais (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978). Foram rotulados por “arrogantes”, dado sua alta remuneração e proteção consular a quem acabavam devendo obediência, não conseguindo comunicar com a população local e evidenciando fortes atribulações na organização étnica em razão dos desvios dos objetivos originais da associação e conduzindo a muitas resignações, justamente em razão da interferência consular na organização dos grupos que tinham líderes pré-estabelecidos (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, WYWIAŁ, 2012). No fim, para Filipak e Krawczyk, a *Junak* “viu-se livre deste tipo de gente somente com o advento da nacionalização” (1978, p. 116). Não apenas com os instrutores, no entanto, é importante ressaltar que também existiram disputas da instituição com o clero polonês<sup>454</sup>.

Apesar dos conflitos internos, a sociedade no início de 1936 contava no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo com 10 distritos e 86 filiais, totalizando cerca de 2.500

---

<sup>451</sup> “As sociedades esportivas polônicas preservavam o polonismo, desenvolviam o patriotismo, fortaleciam os vínculos com a Polônia unindo a atividade esportiva com a atividade cultural e educacional, a difusão de conhecimentos sobre a Polônia, a propagação de excursões à velha Pátria. Contribuíam também para a unificação da colônia polonesa através de um sistema de competições e disputas esportivas. Por outro lado, no entanto, os contatos esportivos estabelecidos com as equipes locais tinham certo significado no rompimento das barreiras do isolacionismo. Esse fato era avaliado de formas diversas, e até criticamente, especialmente pelos partidários da separação da comunidade polonesa da sociedade do país em que se havia estabelecido” (SZCZERBINSKI, 2013, p. 83).

<sup>452</sup> WACHOWICZ, s/d b.

<sup>453</sup> Ibidem.

<sup>454</sup> Em nossas fontes encontramos outros conflitos. O clero considerado “conservador”, protagonista na liderança comunitária, teria se espantado com o sucesso do *Junak* e iniciado um esforço desmobilizador, ainda que existissem exceções, a maior parte do clero teria sido hostil, uma vez que não conseguia atrair a juventude polonesa das colônias, que se associava a essa instituição, na qual ele não tinha influência. Assim sendo, fundaram outras entidades esportivas católicas, em um congresso da Oświata em 1936, criam a *Związek Młodzieży Polsko-Katolickie*, porém não teve a mesma amplitude da concorrente (WACHOWICZ, s/d, b, FILIPAK, KRAWCZYK, 1978).

membros<sup>455</sup> editando o jornal intitulado *Junak*<sup>456</sup>. No auge, chegou a ter mais de 100 filiais (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978) em diversas colônias polonesas, especialmente no Paraná. Conforme Wachowicz<sup>457</sup>, o ano de 1934 foi bastante relevante para o *Junak*. Os seus atletas começaram a alcançar uma série de sucessos em escala estadual e nacional, ganhando visibilidade na cidade de Curitiba e no Estado do Paraná, sendo vitoriosos em competições individuais e coletivas de diferentes esportes e tendo representantes em várias outras. Além disso, em 29 dezembro de 1934, a entidade adquiriu um estádio de futebol nas Mercês<sup>458</sup> (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 129), que seria batizado pelo bispo Kubina, tendo um considerável número de campos desportivos menores no interior<sup>459</sup>. Seus membros ([Leszek] Roguski e [Carlos] Domanski<sup>460</sup>), inclusive, participaram das competições do *Światpol*, no II Congresso dos Poloneses no Exterior, em 1934. O clube de futebol, que levava o nome da associação, teria relativo sucesso no meio futebolístico da capital do estado, sendo vice-campeão em 1934 da Liga Curitibana de Esportes Atlético e em 1939 (já como Juventus) do Torneio Início da Liga Curitibana de Futebol<sup>461</sup>.

O *Junak* estava frequentemente presente na recepção de autoridades e personalidades polonesas, especialmente, em suas visitas a Curitiba. Além disso, não se furtou aos protestos junto ao *Correio do Paraná*, em razão das críticas, as quais muito se voltaram contra a instituição, considerada, por vezes, espaço de treinamento de soldados poloneses. Depois de vários sucessos ao longo dos anos 1930, sofreu com o processo de nacionalização em 13 de maio de 1938, por uma comissão de militares (com presença do próprio general Meira de Vasconcelos, presidente da comissão de nacionalização) que redigiram em português os seus documentos, escolheram a diretoria e os novos estatutos.

---

<sup>455</sup> POTOPOWICZ, op. cit., 1936, p. 146.

<sup>456</sup> Ibidem, p. 209.

<sup>457</sup> WACHOWICZ, s/d b.

<sup>458</sup> Entre os membros da comissão para angariar recursos estavam Modesto Falarz, Ladislau Grzebowski, Ladislau Jawroski e as senhoras Jaruga, Bukowski e Gontarski (WACHOWICZ, s/d, b).

<sup>459</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 151.

<sup>460</sup> WACHOWICZ (s/d, b). “Representantes da colônia polonesa do Brasil participaram dos I Jogos Esportivos dos Poloneses no Exterior e da Cidade Livre de Gdańsk, que se realizaram nos dias 1-8.8.1934 em Varsóvia, por ocasião do II Congresso dos Poloneses do Exterior. Participaram dessa competição esportiva 348 competidores e 33 competidoras. O Conselho Superior do Junak estava preparando a ida à Polônia de 15 atletas, no entanto não foi possível conseguir os recursos necessários e, por isso, nesses Jogos a colônia polonesa do Brasil foi representada por apenas dois atletas, Domański e Roguski, que chegaram às semifinais” (SZCZERBINSKI, 2013, p. 94).

<sup>461</sup> WACHOWICZ, s/d. b.

### 3.4. “A CONQUISTA DO PARANÁ PELA SOCIEDADE DE VARSÓVIA”: A POLÊMICA DO CORREIO DO PARANÁ DE 1933

Com base na série de protagonistas institucionais e individuais que apresentamos até aqui, podemos observar que os meados dos anos 1930 marcam um processo de atenção para com os poloneses no Paraná dado que expandem suas ações no país, desde vínculos diretos com a Polônia até promoção interna da comunidade imigrada. Especialmente o jornal *Correio do Paraná*, ainda que sob ponto de vista pragmático, atenta para essa dilação social dos poloneses e promove atenções para com suas ações no país. Após os rompantes contra a Polônia por parte de Chateaubriand, nos anos 1920 a fim de criticar a França, e de Nitti, criticando o fascismo italiano, um suporte específico contra os projetos poloneses emerge entre a ambiência curitibana.

Em 19 de fevereiro de 1930, o legado brasileiro em Varsóvia, Alcebíades Peçanha, enviou um documento para MRE, em que destacava a expansão da Sociedade de Colonização para o Paraná, por ter adquirido uma “grande superfície de terras” naquele estado com os mesmos objetivos que no Espírito Santo, assim como estabelecia negociações com outros estados<sup>462</sup>. No ano seguinte, o advogado brasileiro João Berquó<sup>463</sup>, enviou uma carta, em que aparece associado ao também advogado brasileiro de origem polonesa, João Grabski, para a Legação Brasileira em Varsóvia questionando o não cumprimento com o Governo do Paraná, dos compromissos para concessões de terras e outras vantagens da Sociedade de Colonização. Berquó afirmava que a companhia abusava da proteção do Governo Polonês e trazia prejuízos ao Paraná, enviando junto um artigo do jornal *O Dia* de 22 de maio de 1931<sup>464</sup>. Segundo Berquó, a Sociedade seria a “primeira empresa de colonização, organizada na Polônia para atuação no Brasil”, que teria “simpatias dos brasileiros em geral e especialmente da laboriosa colônia polonesa que com honesta atividade tem contribuído com o desenvolvimento agrícola do Estado do Paraná”<sup>465</sup>.

A narrativa do advogado assevera que ela inicialmente se aproximou de Afonso Camargo, governador, e Francisco Beltrão, secretário da Fazenda, os quais, com base nas intenções da Sociedade permitiram a concessão dos 80 mil hectares, na margem do rio Piquiri, no município de Guarapuava. O termo foi assinado no dia 18 de fevereiro de 1930 e no dia 15

<sup>462</sup> Ofício n. 18, Legação brasileira em Varsóvia, ministro Peçanha para ministro Octávio Mangabeira, MRE, 19 de fevereiro 1930.

<sup>463</sup> Ofício n. 30 Legação brasileira em Varsóvia para ministro Afrânio de Mello Franco, 29 de junho de 1931.

<sup>464</sup> Carta João Berquó para MRE, 22 de maio de 1931, Lata 1413, maço 32773, AHI.

<sup>465</sup> Ibidem.

de abril do mesmo ano, publicado no Diário Oficial<sup>466</sup>, conforme apontamos no capítulo anterior. A garantia, para o autor, era que a Sociedade se confundia com o governo polonês, já que de acordo com suas afirmações, estava sediada na Legação Polonesa no Rio de Janeiro, facilitando, com esse lastro, portanto, a obtenção da concessão. Na sequência, quando deveria executar os termos do contrato, a TK teria “vindo por seus atos quebrar a tradição de honestidade conquistada para o nome polonês pelos poloneses residentes no Brasil”<sup>467</sup>. Nesse primeiro momento, Berquó deixa claro sua opinião com relação aos poloneses, em que a crítica se concentrava nas ações da Sociedade. Ele defendia legalmente, na verdade, alguns membros da colônia prejudicados em função das ações da colonizadora. Não tendo dado início ao cumprimento dos termos do contrato, este teria caducado nos termos da letra “a” do artigo 22, daquele texto. As “desculpas” da empresa, seriam em relação ao “movimento de outubro” (vitória de Vargas na Revolução de 1930), a qual o advogado desconstrói afirmando não ser motivador para o descumprimento dos termos, que àquela época, já não vinham sendo postos em prática<sup>468</sup>.

O autor continua ponderando que a empresa, com a concessão e contrato firmado com o estado, teria também celebrado contratos com particulares, descumprindo todos, causando muitos prejuízos a vários indivíduos. Berquó condena a Sociedade por ter lesado o estado e ainda deslocado a demarcação de suas terras para uma estrada “estratégica” que liga Guarapuava a Foz do Iguaçu, de maior valor, e não no interior às margens do Rio Piquiri, como originalmente deveria realizar, de modo que tal iniciativa teria sido impedida pelos moradores da região<sup>469</sup>. O autor não deixa expresso um sentimento mais declarado para além da alegada má-fé da colonizadora, inclusive, criticando o perfil dos membros da instituição dado que previam processos “mais rasteiros e repugnantes” dos “cavadores”, com promessas de homenagear Afonso Camargo e, então, Mario Tourinho, como nomes para os núcleos que prometia criar, a fim de, provavelmente garantir as concessões e execuções. Recorrendo a um discurso nacionalista, pois para Berquó, caducar o contrato seria um “ato patriótico”, bem como uma nova aproximação da Sociedade não seria aceita pelo interventor, dado o histórico da instituição, impedindo novas “atividades desonestas”.

O então ministro plenipotenciário brasileiro em Varsóvia, José Francisco Barros Pimentel, enviou para o MRE (em nome do ministro Afrânio de Melo Franco), a carta e o jornal

---

<sup>466</sup> Ibidem.

<sup>467</sup> Ibidem.

<sup>468</sup> Ibidem.

<sup>469</sup> Ibidem.

anexo, em 29 de maio de 1931, pedindo instruções<sup>470</sup>. Contudo, adiantava conforme informações do MSZ, que a Sociedade era “composta e dirigida por pessoas de responsabilidade e, sem ser uma repartição oficial, tem todo o apoio do governo polonês”. Por sua vez, o ministro Afrânio de Mello remeteu para o então interventor do Paraná, Mário Tourinho, as mesmas indicações, em 15 de agosto daquele ano, novamente cobrando instruções.

O Departamento de Terras do Paraná enviou esclarecimentos em 12 de setembro de 1931 para a Interventoria do Paraná. Esta repassa para o MRE em 11 de novembro de 1931, destacando informações sobre o caso da Sociedade de Colonização para esclarecer a questão, que por sua vez remeteu para a legação brasileira em Varsóvia, em 25 de novembro. Conforme o texto, a Sociedade teria lavrado contrato de exploração de 80 mil hectares de terra em ambas as margens do Rio Piquiry, em Guarapuava. Depois, teriam ocorridos problemas relacionados à medição das terras, as quais sofreram várias demoras e problemas burocráticos, levando a caducidade do contrato pelo não cumprimento da letra “q” do artigo 22 (e não a “a”, como afirmou Berquó), que dava prazo de 1 ano para medição. Considerava, contudo, o Departamento, justa a prorrogação pelo Governo devido aos problemas mencionados (assim como ocorrera no Espírito Santo, por exemplo). Ao que parece, Tourinho e o Governo queriam facilitar a imigração polonesa<sup>471</sup> e garantir os objetivos da TK no estado. Já em 1932<sup>472</sup>, o *O Dia* publica que o relator do Conselho Consultivo, Francisco Martins Franco, admitiu a caducidade do contrato com Sociedade de Colonização, dada a denúncia de Berquó em 22 de maio de 1931. Em 24 de agosto de 1932 ela é condenada a indenizar os agrimensores Władysław Radecki e Stefan Benrandt<sup>473</sup> em seiscentos contos de réis<sup>474</sup>, justamente os clientes dos advogados, que a colocaram na justiça e recorreram ao meio diplomático, a fim de denunciar a postura da empresa.

### 3.4.1. O Ressentimento fomenta uma crítica moral

Em 1933 ocorre o que consideramos o início das disputas entre os poloneses e o *Correio do Paraná*, naquilo que tange a compra de terras para colonização estrangeira e a guia para a temática do “imperialismo polonês” constituído por meio destas denúncias. Estas discussões,

<sup>470</sup> Ofício n. 30 Legação brasileira em Varsóvia, José Francisco Barros Pimentel para ministro Afrânio de Mello Franco, MRE, 29 de junho de 1931.

<sup>471</sup> Ampla troca de correspondências em Lata 1413, maço 32773, AHI.

<sup>472</sup> O Dia, 03 de fevereiro de 1932.

<sup>473</sup> Segundo Krawczyk (s/d, p. 20-21) era agrimensor e escrevia sobre questões de colonização, criticando, inclusive, escritores poloneses como B. Pawłowicz nas suas acepções sobre o Brasil.

<sup>474</sup> O Dia, 24 de agosto de 1932.

que vão ser retomadas na crise de abril de 1934, já são trabalhadas pelos jornais poloneses e muitas informações e dados vão ser reaproveitados. Neste primeiro momento não temos uma imagem clara, mas é provável que as críticas partem ou são orientadas por personagens envolvidos na contenda judicial aludida, ou seja, os agrimensores, advogados e membros da comunidade polonesa. Tal prerrogativa se fundamenta no perfil dos textos, que demonstram um conhecedor da colônia, das disputas internas e da presença dos funcionários poloneses, diplomatas, instituições e querelas entre os jornais, ademais da situação particular das lideranças polonesas com relação à Sociedade de Colonização e o seu envolvimento jurídico no estado.

O que caracteriza os artigos, no entanto, é o anonimato. Apesar de Berquó apoiar a nacionalização dos poloneses no final da década de 1930, quando ele trata de informações sobre “pretensões polonesas” no Brasil junto ao General Vasconcelos e o jornalista Otto Prazeres, um dos coordenadores da “campanha de nacionalização”<sup>475</sup>; e também Bethlem<sup>476</sup>, outro oficial envolvido no processo, apontar a participação de Grabski nas discussões em 1934 contra a LMiK, ambos se imiscuem da autoria dos textos, assim como não há uma imagem nítida quanto aos outros envolvidos nesse primeiro momento. Não obstante, a querela com a TK, a assinatura dos artigos e os personagens envolvidos em destaque é menos importante, num sentido geral, mas sim a conformação de ressentimentos, expostos para um âmbito geral do público leitor dos periódicos, que moldam ideais de imperialismo polonês, aproveitando o contexto brasileiro nacionalista e xenófobo, a fim de chamar atenção para o tema<sup>477</sup>. Utiliza-se, para isso, do veículo da imprensa, que acaba se configurando em elemento de produção e exposição de (res)sentimentos, mobilizador de representações negativas e capaz de permitir a construção de uma categoria ambígua como o imperialismo atrelado ao nome polonês, por conta de ações pontuais no comércio de terra no Paraná.

O âmago das disputas, ao que parece, é entre os perpetradores das críticas no *Correio do Paraná*, o consulado, Pankiewicz e outros personagens poloneses, em especial, com os jornais polono-brasileiros curitibanos, conforme estes respondem às críticas. Analisar estas fontes podem dizer mais sobre as disputas internas polonesas, contra a tutela consular e dos instrutores (através do Conselho de Emigração em Buenos Aires), contudo, a forma que a discussão toma ao longo do processo de escrita, permite a emergência de construções próprias sobre uma ameaça polonesa, uma denúncia, marcada por uma crítica conceitual à presença das

<sup>475</sup> Jornal do Brasil (RJ), 29 de julho de 1938.

<sup>476</sup> BETHLEM, op. cit., p. 56.

<sup>477</sup> As fontes do CZP, *Gazeta Polska w Brazylii* e *Lud* podem trazer luz mais direta aos múltiplos envolvimento nestes conflitos em outro trabalho.



companhias colonizadoras, o consulado, como sua base e de funcionários do governo polonês, a qual mobiliza (res)sentimentos negativos contra um “outro”, na verdade, um elemento “outrificado” pelas proposições anti-estrangeiras.

O escritório de Grabski e Berquó, nesse contexto, teria ficado responsável pela busca na justiça do prejuízo dos agrimensores Władysław Radecki e Stefan Benrandt. Radecki era o mesmo que já havia trabalhado em negócios particulares de terras, no caso da fazenda Amola Faca com a Empresa Mercantil Paranaense S.A., na década de 1920 junto ao consulado polonês e Głuchowski<sup>478</sup>. Ambos eram poloneses e teriam participado dos negócios com a TK, os quais em razão das dificuldades de cumprimento do contrato, conduziu a perda de recursos, de modo que buscavam no meio judicial a resolução dessa querela. Os ressentimentos que emergem nestas disputas são amplos e estão marcados, portanto, por uma espécie de ofensa “pessoal”, “individual”, a qual vai se manifestar com alto ganho de intensidade ao longo do tempo para o público mais amplo, leitor dos jornais e habitantes da cidade de Curitiba, coletivizando, se assim podemos dizer, os sentimentos negativos. Os meses críticos são entre fevereiro e março de 1933, em que se tem as capas e contracapas do periódico, suas principais manchetes e destaques, voltados para essa temática. Ainda que seja interessante notar que os problemas se desenvolvem como assunto apenas no *Correio do Paraná* e não nos outros dois jornais analisados. Isto nos permite conjecturar que não foi apenas a possível “importância” do tema que o relegou para as primeiras páginas do periódico, mas a seleção interna de sua redação. Possivelmente, os críticos da TK ou pessoas envolvidas na contenda tivessem fortes ligações com os escalões administrativos e de redação do jornal.

A primeira denúncia é de 08 de fevereiro<sup>479</sup>, ainda sem tons relacionados ao imperialismo, aparece na manchete de capa: “Mais uma negociata de terras...”, em referência a denúncias de outros negócios envolvendo compra de terra por empresas estrangeiras como de um “negocista” belga que estava sendo denunciado. Nesta primeira vinculação, o jornal e o articulista lançam seu histórico do evento, prejuízos, possíveis casos de corrupção, descumprimento contratual e “negociatas” – com vínculos com a política local que poderiam reverberar ilicitudes - e as conexões da TK com a legação polonesa no Rio de Janeiro, a qual seria sua sede, segundo o artigo aponta, e questiona se “representantes de nações estrangeiras” seriam sócios da empresa ou delegados de seu país. O problema central nessas primeiras acusações seria o intermédio diplomático polonês. As críticas partiam tanto sob o ponto de vista econômico e de possíveis corrupções no sistema público, como também do envolvimento das

<sup>478</sup> Como demonstra Viechnieski (2017) em sua dissertação de mestrado.

<sup>479</sup> *Correio do Paraná*, 08 de fevereiro de 1933.

autoridades estrangeiras. O vaivém estilístico de adjetivos utilizado inicia a apreensão dos signos que marcam a comoção das letras transcritas para o papel do jornal, a fim de expressarem a memória de uma ferida não curada. Os jogos de palavras e acusações sensacionalistas perpassam a intenção de denúncia e de exposição do “inimigo”, do causador da dor inolvidável dos anos anteriores.

A capa do dia seguinte expõe o “Pobre Paraná!”<sup>480</sup>, a Sociedade é, então, fortemente questionada: a “existência desses piratas é vagamente conhecida, pois, em todas os negócios entre o Governo Paranaense e os particulares, a arapuca polonesa se faz sempre representar por funcionários de uma nação estrangeira”. O uso do vocabulário, que beira a agressão verbal, demonstra inicialmente o ideal de falta de honestidade, uma “arapuca”, mais que um ideário nacionalista de preocupação com a integridade da nação. Um vínculo à moralidade, às relações de negócios e capitalização da terra, mas uma crítica inicial aos poloneses, nesse sentido, começa a emergir ao longo dos meses, ficando claro o tom que os textos vão admitindo. “Os espertalhões da Sociedade Polonesa [...] tudo levaram, do Governo do Paraná e dos particulares, e nada deixaram que pudesse cobrir seus débitos” eles “tiraram a sardinha com a mão do gato” e longe “riem gostosamente de nossa ingenuidade. Entretanto, deixaram o rabo preso na ratoeira, porque agiram por intermédio de elementos oficiais do seu País e nós, os paranaenses, não devemos deixar de pegá-los pela gola do casaco”<sup>481</sup>.

Os “poloneses” passam a ser considerados aqueles que causaram o dano central, ainda que não sejam os conquistadores, mas, naquela altura, os ludibriadores audazes, os quais apesar disso, não escapariam. Eram perigosos assediadores dos governadores, espertos com promessas e enganos, mas os vínculos com consulado eram acusados como a possibilidade da busca da justiça da retratação ou, quiçá, a sublimação do caso. Como prova de suas afirmações, o articulista nomeia vários documentos oficiais poloneses, incluindo dados do processo em desenvolvimento, fruto da judicialização da contenda<sup>482</sup>, o que denota acesso àquela documentação. O jornal, assim, deixa um “Alerta paranaenses!!!”<sup>483</sup>, posto que questionam “as terras devolutas do Paraná, [estavam] fadadas a se tornarem propriedades de países estrangeiros?”. As intenções que envolviam acusações de imperialismo passam a ficar mais claras nos textos do periódico conforme avança o seu discurso narrativo, a criação de “alertas” para a população em geral promoveria as possíveis fobias no meio social. Os medos que

---

<sup>480</sup> Correio do Paraná, 09 de fevereiro de 1933.

<sup>481</sup> Ibidem.

<sup>482</sup> Um ofício no Consulado da Polônia de número 4799-30 de 04 de dezembro de 1930, que defende a Sociedade de Colonização e faz parte do processo contra a instituição.

<sup>483</sup> Correio do Paraná, 09 de fevereiro de 1933.

deveriam evoluir em ódios para com os inimigos que ameaçavam o território nacional. O linguajar se altera ao longo do tempo, mas ainda visivelmente motivado por ódios pessoais expandidos por meio dos artigos ao público, criadores de mitos específicos sobre as ações daquela colonizadora.

Apesar das “Terras do nosso estado entregues a estrangeiros”<sup>484</sup>, o artigo seguinte traça um perfil distinto: “antigamente a Polônia não parecia ter aqui um Consulado e sim um verdadeiro exército de ocupação”. O jornal aponta que para “impressionar os “**indígenas** deste país de **negros**” (grifos nossos) muitos atores, “prontos” de Varsóvia, vieram representar comédias aqui, exibindo, aos olhos deslumbrados de nosso povo, suas belas vestes de condes, marqueses, duques, príncipes e até do Diretor do Departamento de Emigração de Varsóvia”. Assim, questionava o engodo que representaria os grandes recursos apresentados pela TK. Assertivas relacionadas também ao Conselheiro de Emigração passam a ser utilizadas, dado que seu diretor teria se colocado em posição de superioridade em relação a população de brasileiros “indígenas” e “negros”. Estas assertivas, por um lado, poderiam estimular o contexto ressentido da própria formação racial nacional brasileira, apontando o espectro da identidade inacabada da constituição do país e o desprezo no olhar do “outro” para com esse ressentimento nacional. As acusações do jornal são utilizadas como forma de demonstrar uma presumível arrogância ou desapego para com o país de acolhida por parte daqueles “estrangeiros”, como espelho que refletia ressonâncias negativas internas ou internalizadas. De um lado, também, poderia gerar novos rancores, dada a noção da identidade brasileira, no contexto de produção intelectual, como “inferior”, em razão da presença do sangue indígena e negro, dessa forma, ao olhar para si, no outro, sentimentos de humilhação poderiam afluir. O autor, entretanto, denuncia as expressões que o Conselheiro teria se referido aos “cidadãos indígenas” em referência aos poloneses que entraram na justiça e também de um “país de negros”<sup>485</sup>. Passava a intenção do polonês de rebaixar o Brasil sob um ponto de vista racial, como uma condenação moral pelos atos.

A noção de *abrasileiramento*, assim como para o caso de outros grupos imigrantes, era motivo de receio por parte da intelectualidade polonesa desde o século XIX (TRINDADE, 2018), ao mesmo tempo que poderia denotar uma maneira de separar, naquele contexto conflituoso, os poloneses por seu posicionamento diante dos acontecimentos, que traziam à baila questões de identidade nacional, do apego ao Brasil como oposição à TK e vice-versa, os

<sup>484</sup> Correio do Paraná, 10 de fevereiro de 1933.

<sup>485</sup> Em carta da Legação Polonesa de 3961-30 de 24 de dezembro de 1930, que estaria nos autos da ação contra a Sociedade.

emigrados e descendentes anteriores não poderiam ser confundidos com as aproximações polonesas. Nesse contexto, se somavam o relato dos “poloneses trouxinskis”, numa alusão irônica ao sufixo dos sobrenomes poloneses caracterizado pelo “ski”, e junto deles, os “brasileiros bugres”, ambos teriam ido no “pacote dos comediantes da pátria de Kosciuszko sem gritarem para não incomodar a Legação da Polônia?”<sup>486</sup>.

Pondera, por fim, a necessidade do pagamento por parte do governo polonês e o desvelo da caducidade pelo paranaense<sup>487</sup>. No imediato começo destas disputas públicas, reações múltiplas de protestos aparecem entre os jornais polono-brasileiros, desde o início, ainda que as críticas à TK não tivessem o caráter propriamente de ataque diretamente ao imperialismo ou aos poloneses como um todo, mas aos funcionários da Sociedade de Colonização. No *Lud* (O Povo) e no *Gazeta Polska w Brazylii* (Gazeta Polonesa no Brasil) várias críticas à “campanha” são publicadas. Com isso, o *Correio do Paraná* responde com o texto “A colônia polonesa e a Sociedade de Varsóvia” na sua capa do dia 13<sup>488</sup>. O jornal, buscando conciliação e separação das ações da TK dos poloneses no Brasil, destaca mais os problemas morais e econômicos decorrentes do descumprimento ou não execução do contrato com Sociedade e a demora do governo em lavrar a caducidade daquele. Ele desconsidera o caráter “polonês” ou mesmo de questões ligadas à entrega de terras para estrangeiros e o imperialismo, embora estas temáticas surgissem aos poucos.

A “laboriosa colônia polonesa nenhuma responsabilidade tem, nem poderia ter nas atividades ilícitas desenvolvidas no Brasil pela Sociedade de Colonização em Varsóvia Limitada”. Assim, o articulista queria “por os pontos nos ii”, pois suas palavras estariam sendo “desvirtuadas”. Existiriam “duas coisas distintas e inconfundíveis: a colônia polonesa e os funcionários do Governo Polonês no Brasil”. Inclusive não teriam responsabilidade nas ações da TK, uma vez que mesmo poloneses teriam sido por ela lesados, além do governo do estado. No entanto, questiona a “colônia polonesa” quanto à correção das ações da Sociedade e como esta iria proceder<sup>489</sup>. Os poloneses emigrados, em especial antes do ressurgimento polonês, eram elogiados e defendidos, enquanto seus representantes recém aportados no país eram criticados. As lutas internas da comunidade polonesa poderiam servir, assim, ao favor do *Correio do Paraná* e seus articulistas, ou mesmo ser a base inicial do conflito exposto no jornal. O destaque da noção de colônia “laboriosa”, para além dos ideais vinculados aos desejos da

---

<sup>486</sup> Correio do Paraná, 10 de fevereiro de 1933.

<sup>487</sup> Ibidem.

<sup>488</sup> Correio do Paraná, 13 de fevereiro de 1933.

<sup>489</sup> Ibidem.

intelectualidade e autoridades brasileiras por um perfil específico de imigrante, poderiam também ser úteis para garantir a própria noção de imigrante como atrelado ao trabalho (SAYAD, 1998, p. 54-55). Como “supernumerário” (SIMMEL, 1983), “fora de lugar” (LESSER, 2001), o estrangeiro penetra na sociedade de acolhida, onde deve se estabelecer, a partir de suas habilidades, nos lugares disponíveis. O adjetivo “laboriosa” elogiava os poloneses no Brasil, destacando seu vínculo utilitário para o país, ao mesmo tempo em que separava das noções críticas dos “indesejáveis”, muitos vinculados ao comércio, lenocínio, rentismo, entre outras atividades consideradas “parasitárias”, as quais atingiam, em especial, os judeus (KOIFMAN, 2012). Agricultores, em sua maioria, os poloneses tinham uma imagem ambígua entre o “preconceito” e a desejabilidade, como vimos no primeiro capítulo, desde que não se enquadrassem como inassimiláveis e, mais evidentemente, como ameaças imperialistas.

“A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida” (SAYAD, 1998, p. 55), sendo sua vantagem para o país, justamente sua condição de trabalhador, atrelada a própria ideia de imigração de povoamento (SAYAD, 1998, p. 67). O trabalho específico, “trabalho de imigrantes”, que estava especialmente voltado no caso brasileiro e paranaense para o âmbito rural, para as colônias de agricultores produtores de alimentos. Sem esse trabalho, poderiam deixar de ser o que eram, imigrantes, ou mesmo, tornar-se um “não-ser”, especialmente ao ocupar espaços que não eram para ser dedicados a imigrantes, os espaços urbanos (o sucesso esportivo, por exemplo) que ampliavam sua visibilidade social, dentro da cidade e não mais isolados em colônias agrícolas. A emergência de sentimentos negativos poderia estar especialmente vinculada a estas imagens modificadas em relação a questões de trabalho, ocupação e visibilidade social, as quais poderiam interferir nas construções de representações sobre os poloneses. Subordina-se a situação de imigrante à definição que dele se faz e à representação sobre ele construída (SAYAD, 1998).

Mais tarde, o jornal questiona os empreendimentos da TK no Espírito Santo<sup>490</sup>, retomou a crítica mais contundente ao “Conselheiro de [E]migração”, recuperando sua trajetória no Brasil, sendo chamado como “cidadão indigno” ao que teria acionado a instituição na justiça. O conselheiro, era o mesmo que no ano anterior era apontado positivamente pelos jornais da cidade. Soma que um “truc” do cônsul, então Roman Staniewicz, teria fomentado a informação de que em 4 de agosto de 1932, o Interventor teria participado de um jantar em homenagem a Pankiewicz, fato que não seria verdade<sup>491</sup>. Aqui se entra no âmago das disputas internas polonesas, entre as lideranças locais e as emigradas. O menosprezo com relação ao conselheiro

<sup>490</sup> Correio do Paraná, 14 de fevereiro e 20 de fevereiro de 1933.

<sup>491</sup> Correio do Paraná, 17 de fevereiro de 1933.

tinha a função de descaracterizar sua autoridade, assim como as referências aos títulos de nobreza dos integrantes da TK, eram parte da “A Sociedade de Varsóvia e a sua propaganda”<sup>492</sup>. A inveja e o ciúme são intrínsecos ao ressentimento (ANSART, 2004) e a manifestação destes sentimentos na forma de ironia, não deixa de atestar a marca da ferida deixada em razão de um aspecto específico, mas que ganha notoriedade diante da sua não resolução, que mantém a memória negativada daquele processo, aos poucos, se voltando contra a presença dos funcionários do governo polonês no país junto aos imigrantes.

O “Protesto”<sup>493</sup> dos poloneses no Brasil, em português, tardou, mas é publicado utilizando as páginas do *Diário da Tarde*. As críticas às manifestações do autor dos artigos sobre a Sociedade de Colonização, sempre com “odiosidade e fúria fora do comum contra as representações diplomáticas da Polônia e instituições polonesas”, levaram à discussões nas assembleias do CZP e da *Kultura*, esta última reunida em 17 de fevereiro. Assinaram, em nome da *Kultura*, Zenon Kubiak secretário e José Las, vice-presidente. Nas principais instituições polonesas, as críticas eram tomadas como para toda a comunidade e a ameaça de desinteligências fomenta os sentimentos que emergiam do outro lado.

A resposta no *Correio do Paraná* é na capa do dia 24: “A Imprensa da Sociedade de Varsóvia”<sup>494</sup> com a ironia de chamar os jornais poloneses de Curitiba como representantes da TK, questionando a publicação de propaganda das suas terras, nas quais se incluíam aquelas do Espírito Santo. Transforma as críticas numa “campanha” contra a Sociedade de Colonização, ao que afirma que “exploradores do suor da laboriosa Colônia Polonesa” estariam desvirtuando os artigos do jornal. O embate se torna mais ríspido e voltado aos jornais polono-brasileiros, representantes poloneses e funcionários, como os instrutores. Informa, assim, aos leitores que a “imprensa polonesa de Curitiba encheu-se de indignação porque não silenciámos sobre a atividade criminosa da Sociedade!!”, sendo que considerava o objetivo da “campanha” da “imprensa polonesa” o de “estabelecer uma intriga entre poloneses e brasileiros para no meio da confusão fornecer escápula dos “patriotas” da Sociedade Varsóvia”. Prometendo divulgar o instigador dos jornais poloneses e questionando a defesa do roubo, a denúncia dos atos da instituição contra os poloneses ou inimizade à Polônia<sup>495</sup>. Posteriormente, buscava de forma indireta mencionar um “instigador” dos jornais poloneses numa campanha contra a amizade dos dois países, reafirmando que os poloneses não eram o alvo<sup>496</sup>.

---

<sup>492</sup> Correio do Paraná, 20 de fevereiro de 1933.

<sup>493</sup> Diário da Tarde, 21 de fevereiro de 1933.

<sup>494</sup> Correio do Paraná, 24 de fevereiro de 1933. Posteriormente, também em 01 de março de 1933.

<sup>495</sup> Ibidem.

<sup>496</sup> Correio do Paraná, 01 de março de 1933.



As trocas de farpas pessoais, acusações indiretas sem a menção de nomes, adjetivos negativos e enunciações insultuosas através do jornal em resposta aos jornais polono-brasileiros e seus redatores, bem como ao novo cônsul polonês e seus funcionários, podem dizer mais sobre a comunidade polonesa e a forma como se constituía. As “figurações do outro” (MARSON, NAXARA, MAGALHÃES, 2009) remeteriam mais às próprias imagens de si. Retomamos, assim, a inquietante estranheza em nós freudiana, a fim de ponderar estas questões (FREUD, 2010 [1911]). Para Enriquez (1998), aquilo que seria “familiar” se tornaria o “estrangeiro” devido ao recalçamento em razão dos medos (arcaicos) inscritos, de forma que as limitações entre a imaginação e a realidade são finalizadas e o sujeito tem sua constituição do eu desestruturada. Reconhecer a estranheza própria significaria o encontro com o si, mas com surpresa e também o encontro com os outros, pois fariam parte de nós. Ou seja, estes outros ajudam na conformação do “nós” ao mesmo tempo em que o definimos, tanto sob o ponto de vista da “identidade étnica” (STREIFF-FENART, PUTIGNAT, 1998), como de outras identidades (CUCHE, 2002), na forma de lutas por definição e classificações (BOURDIEU, 1989). O importante, nesse contexto analisado, no entanto, é que as disputas são escritas em português, voltadas para um público específico, em um jornal local “brasileiro”, expondo tais conflitos para a sociedade envolvente não necessariamente partícipe ativa, mas que percebia o ganho de visibilidade dos poloneses e sua presença maior na cidade, numericamente e na forma de sociabilidades particularizantes, e no estado, com o sucesso esportivo, por exemplo. Divisões passam a surgir, portanto, diante dos diferentes contextos de interação social, tanto dos poloneses antigos com aqueles recentes, como entre brasileiros e poloneses diante do momento de recrudescimento nacionalista.

### 3.4.2. O Ressentimento estimula uma crítica imperialista

Possivelmente, para os perpetradores dos artigos do *Correio do Paraná*, a memória e ressentimento, os sentimentos negativos atrelados a essa combinação de elementos, de uma rememoração dolorosa, emergiu de diferentes formas, mas especialmente negativa: humilhação, rancor, desejos de vingança, a qual se desenvolveu em perseguição étnica, nacional, quase descambou em práticas de violência simbólica direta, dado a resposta odiosa evidenciada. As reações, que para além da inércia, podem ser mobilizadas pela relação da memória com o “sentimento negativo” e “mal resolvido”, podem se desdobrar em diferentes direções (BRESCIANI, NAXARA, 2004, p. 10), tanto sob ponto de vista do indivíduo, como

da coletividade. Através dos jornais, se expande do âmbito pessoal para o social, os sentimentos de vingança e ódio, respondendo étnico e nacionalmente aos seus próprios antigos desafetos.

O ressentimento é um “fenômeno individual ou coletivo, afetando tanto grupos quanto nações ou comunidades inteiras, o ressentimento é mais intangível do que, digamos, a luta de classes ou o racismo”, podendo interferir em ambas (FERRO, 2009, p. 9). O passado vive no presente, pela impossibilidade do esquecimento da “ferida revivida” (FERRO, 2009, p. 14). Para Ferro (2009), originado de uma ferida, uma violência, afronta ou trauma, o ressentimento, individual ou coletivo, encarna formas em expressões negativas, a ruminação impotente de agir, ou positivas, como a valorização dos próprios dons em oposição a desvalorização do promotor da ferida original. Esta valorização pode gerar movimentos regeneradores, renovadores, revoltas, revoluções (FERRO, 2009, p. 14). O tema desenvolvido por Nietzsche, Scheler, Merton, Freud (ANSART, 2004), assim como Fromm, Strauss, Arendt e Elias (HAROCHE, 2004), permite refletir sobre o ressentimento na interação social e cultural, não apenas como uma reação natural, mas “resposta socialmente esperada e necessária” (GALVÃO, 2004, p. 314). Ainda que de difícil apreensão, buscamos seus signos/mensagens (comoventes) nos artigos do periódico. Tendo os ressentimentos como “processos psicológicos de recalque e de frustração ligados a sentimentos negativos e obscuros; sentimentos como a amargura, o rancor, a hostilidade impotente [...]” (HAROCHE, 2004, p. 330).

O ressentimento é um “fenômeno plural” (ANSART, 2004, p. 19), que pode ser individual ou grupal, bem como recíproco (entre etnias ou classes, por exemplo), podendo ter diferentes intensidades – um simples afastamento até um genocídio (ANSART, 2004). Ele pode ser mobilizado, gerenciado (uma gestão consciente ou inconsciente), pelo Estado (como um “ressentimento de Estado”) – ocultando ressentimentos internos - e manifestado de distintas maneiras (internamente ou externamente com níveis distintos de agressividade). Ele é criado por sentimentos e emoções como “inveja, ciúme, rancor, maldade”, “desejo”, “humilhação”, bem como as “experiências do medo” e da “vingança” (ANSART, 2004, p. 22).

O que foi iniciado como busca de justiça na forma de exposição pública e crítica tornou numa oposição de brasileiros x poloneses; justos x injustos; honestos x desonestos. Em resumo, um binarismo enrijecido pelo linguajar que beirava a rudeza e a adjetivação negativa mútua, a qual mobiliza novas formas de criticar o adversário: os jornais poloneses. Essa imagem emerge “o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão” (BOURDIEU, 1989, p. 113). A mudança paradigmática da crítica era o cenário para desvelar a “A montanha

da Sociedade Varsóvia”<sup>497</sup>. Sobre a transformação do caso de uma “escroquerie internacional” em “atentado à Nação Polonesa” por “Inimigos declarados do Brasil”, que teriam se aproveitado da situação para “insultar o povo brasileiro” e “fazer chacota” das decisões da justiça, ademais de denunciar a emergência da criação da imagem de um “sentimento anti-polonês” através das denúncias dos jornais polono-brasileiros sobre os críticos da TK.

Em 24 de fevereiro de 1933, em razão da amplitude que o caso ganha, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores envia um telegrama a Manoel Ribas<sup>498</sup>, com informações sobre pedido de valores pelo *Correio do Paraná* ao Consulado polonês para acabar a campanha contra a Sociedade nas publicações do matutino. A esfera pública e a diplomacia são incluídas naqueles embates. A denúncia do ministro da Polônia era de que o consulado polonês de Curitiba sofria com ações do periódico para cessar a campanha<sup>499</sup>. Informa para caso o interventor achasse conveniente intervir na situação. O ministro Afrânio de Mello Franco encaminhou para Manoel Ribas, datado de 8 de março de 1933, recortes do *Correio do Paraná*, dos dias 09 ao 12 (podem ter sido recebidos da Legação Polonesa do Rio de Janeiro), em que, para o autor, teriam sido publicados “artigos violentos” contra a Sociedade de Colonização<sup>500</sup>. As múltiplas trocas de farpas, portanto, não apenas iniciam uma espécie de conflito diplomático, no nível federal/internacional, como conduzem à emergência de um ideal imperial, que depois seria retomado com muita força em 1934. Na capa de 09 de março, aparece a manchete: “A conquista do Paraná pela Sociedade Varsóvia”<sup>501</sup>, em que o jornal convocava o governo estadual e o Ministério das Relações Exteriores para atentarem ao caso da Sociedade de Colonização, “certos inimigos do Brasil” que pretendem jogar “a colônia polonesa contra as autoridades e contra o povo brasileiro”.

Os conflitos com os periódicos e algumas lideranças polonesas derivam em críticas mais centradas. Para o articulista, o “colono polonês torna-se em pouco tempo um dedicado amigo do Brasil; pode-se dizer que no fim de alguns anos o colono transforma-se em um magnífico brasileiro”. Contudo, essa situação, que seria “agradável” ao Brasil, não o era para “uma espécie de indivíduos que pretendem fazer do Paraná um ESTADO POLACO INDEPENDENTE”, mas que notariam que a “colônia polonesa” “não se presta a essa exploração” e começaram a insultá-la, acusando de “traidora” e seus “expoentes de ‘VENDIDOS AO BRASIL’” (caixa alta no

<sup>497</sup> *Correio do Paraná*, 07 de março de 1933.

<sup>498</sup> Telegrama MRE para Interventor Manoel Ribas, 24 de fevereiro 1933, Lata 1413 maço 32773.

<sup>499</sup> O consulado teria sido procurado por agentes do jornal solicitando Rs: 4:000\$000 (quatro contos de réis) “para cessar a campanha contra a mencionada companhia”. Telegrama MRE para Interventor Manoel Ribas, 24 de fevereiro 1933, Lata 1413 maço 32773.

<sup>500</sup> Ministro Afrânio de Mello Franco para Interventor Manoel Ribas, 08 de março 1933, Lata 1413 maço 32773.

<sup>501</sup> *Correio do Paraná*, 09 de março de 1933.

original). Os estados do sul estariam “infestado[s] por essa horda de inimigos do Brasil e de inimigos da colônia polonesa”, “malfeitores” que perturbariam o “trabalho” e “tranquilidade” dos poloneses<sup>502</sup>. O texto procura demonstrar que “aproveitando-se do caso da Sociedade de Colonização em Varsóvia Ltda os instigadores estão incitando os colonos poloneses a rebelião contra o Governo Brasileiro, pregando a “ELIMINAÇÃO” dos membros da colônia que não concordam com o desrespeito às autoridades brasileiras”<sup>503</sup>. Demonstravam, assim, os nacionalistas poloneses como arrogantes, desapegados do Brasil e certo desprezo pelo país.

Os jornais poloneses pregariam o “ESTADO POLACO INDEPENDENTE”, indicando o texto do jornal *Czas* (o Tempo) de Cracóvia, traduzido pelo jornal *Imparcial* de 25 de maio 1931, com exposição do programa de conquista do Paraná, que consistia em encaminhar para o Paraná toda a imigração polonesa tutelados pelos intelectuais poloneses no local, onde poderiam tomar conta do país a partir do crescimento da população e boa direção<sup>504</sup>. Destaca o texto do jornal cracoviano, posto que na sua acepção os brasileiros, segundo aponta o matutino curitibano, seriam “gente pateta, inválida, imbecil, os indígenas caboclos não se toma em conta”<sup>505</sup>. Pede, assim, às autoridades brasileiras que investigassem os “agentes perturbadores” que desde oito meses (em provável remissão à presença do cônsul Staniewicz) insultariam a “colônia polonesa” e os brasileiros, e que agiriam à revelia do legado polonês, mas se assim o fosse, este também deveria tomar providências. O texto elogia a presença de Grabowski e seu trabalho no Brasil, portanto, as críticas tinham destinos pontuais marcados por intrigas, inicialmente, possivelmente pessoais. Nesse contexto, podemos observar e ressaltar que o uso passa ao termo “polaco”, muito mais interno da comunidade, quando não utilizado de forma pejorativa externamente, bem como ao fato de existirem poloneses leais ao Brasil, que seriam, diante dessa situação, criticados como “traidores”<sup>506</sup>. Ou seja, há uma separação entre os poloneses nascidos no Brasil ou imigrantes antigos, vinculados a lealdades para com a pátria de acolhimento, a “colônia polonesa” de fato, com suas lideranças e mobilizações próprias que se atitava, muito provavelmente, com a recente tutela do Estado polonês, iniciada sobretudo após 1929 e o I Congresso dos Poloneses no Estrangeiro, com chamamento de “líderes”, se assim podemos nos referir, à chegada dos instrutores, diplomatas (com renovados objetivos políticos), agentes e emissários, ademais da presença das colonizadoras.

---

<sup>502</sup> Ibidem.

<sup>503</sup> Ibidem.

<sup>504</sup> Ibidem.

<sup>505</sup> Ibidem.

<sup>506</sup> Ibidem.

O clima nacionalista emergente poderia ser aproveitado para propor uma crítica que pudesse chamar a atenção para o caso explicitado - a injustiça anunciada - tanto por parte das autoridades, como do público leitor curitibano, que convivia com o grande número de poloneses na cidade, criando uma sensação de ameaça pela infiltração daqueles indivíduos do consulado para se aproveitar dos colonos. Por fim, o jornal esclarece sobre os “Inimigos do Brasil, mas amigos da Sociedade Varsóvia”<sup>507</sup>. Existiam tipos diferentes de “poloneses”, os que eram leais ao Brasil, a “colônia polonesa” (na qual se incluíam os descendentes), “laboriosa” que se opunha aos “inimigos”, os enviados pelo governo, vinculados à TK, moralmente questionáveis, manipuladores, agitadores, insultantes e especialmente perigosos também para a integridade do país. Estas definições, “enunciações”, “classificações” (BOURDIEU, 1989) ajudam a compreender como se molda a imagem e representação dos poloneses na década de 1930. As identidades, nesse sentido, são “representações mentais”, quer dizer, de “actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos”, assim como “e de representações objectais, em coisas [...] ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Depois de elogiar nomeadamente Miszke e Downarowicz, menciona o novo cônsul (provavelmente condicionado por novos projetos poloneses), enviado há oito meses, que teria quebrado a tradição da “escolha de nomes ilustres”, para uma “entente cordiale” com os “difamadores”, que passaram a elogiar o cônsul e criticar o Brasil e a “colônia polonesa”, tendo especial atenção crítica, no artigo, ao “correspondente do *Ameryka Echo*”, provavelmente o instrutor Władysław Wójcik<sup>508</sup>, como é aludido no próximo capítulo. O caminho se torna mais direto, talvez por estar o consulado cada vez mais se desvinculando do elemento clerical ou

<sup>507</sup> Correio do Paraná, 10 de março de 1933.

<sup>508</sup> Acusa, assim, os “príncipes” do “jornalismo polonês” em Curitiba, que conformariam uma “trindade” de “virtudes”: um ex-condenado na Áustria por estelionato, outro “devoto de Baco”, frequentador das sarjetas; e outro difamador dos homens públicos brasileiros. Os três, “aliados do consulado”, teriam se tornado “vestais do sadio e nobre patriotismo”. O maior crítico seria correspondente do *Ameryka Echo* (Eco da América) de Toledo, Ohio, onde criticava fortemente o Brasil, como “país de salteadores”, de “ladrões”, “políticos venais”, etc. Provavelmente em referência a Władysław Wójcik. Embora os periódicos poloneses não sejam nosso objeto de análise, recorremos ao *Gazeta Polska w Brazylii*, a fim de identificar os possíveis acusados. Nas páginas do jornal, o CZP e sua administração publicam uma série de críticas aos “ataques” do CP, bem como várias discussões são realizadas e disponíveis nas atas da União Central dos Poloneses no Arquivo dos Padres Vicentinos. Nomes como Lachowski, Szuber, Łakinski, Jezierowski, Makomaski, Jezierski, Wiśniewski e Lech, muitos dos quais entre os instrutores poloneses, além de outras pessoas se juntam às críticas *Gazeta Polska w Brazylii*, 25 fevereiro 1933. Padre Góral e Franciszek Pogorzelski aparecem em nome da *Oświata*. *Gazeta Polska w Brazylii*, 15 março de 1933. O *Gazeta Polska* era coordenado pelo padre verbita Trzebiatowski, enquanto o *Lud* pelo padre vicentino José Joaquim Góral e com redação do pe. Jan (João) Pałka. Correio do Paraná, 10 de março de 1933. Ademais poderíamos incluir Pankiewicz e Jezierowski, atuantes durante os problemas do jornal x TK.

com a introdução dos instrutores no país e pelas respostas dos jornais poloneses (os quais vai chamar de “Os foliculários da Sociedade Varsóvia”<sup>509</sup>), às críticas do matutino curitibano. O CZP, inclusive, cobra dados possuídos pelo *Correio do Paraná* do escritório dos advogados, acusando reiteradamente de contribuição com o jornal curitibano, apesar de ser então, Grabski, o próprio presidente do CZP, principal órgão centralizador da comunidade polonesa no país. Em 01 de abril, ele faz esclarecimentos deixando evidente sua não autoria e criticando que os jornais polono-brasileiros curitibanos se colocavam contra ele<sup>510</sup>.

As disputas se encerram em março, quando tiveram, ao longo daqueles dois meses, seu ápice. Ao que parece, as intrigas tinham maior razão de ser entre os conflitos internos poloneses. Não obstante, mais importante em nossa análise do que saber quem foi o perpetrador e suas razões ou quem são os criticados inferidos, é o fato de que ao serem expostos diante da sociedade curitibana, começavam a ganhar amplitude, e o tipo de classificação evidenciada. O jornal funcionou como escape para a exteriorização de ressentimentos - a serem sublimados - pessoais, daqueles que foram atingidos diretamente por problemas relacionadas a perdas financeiras, disputas jurídicas e possíveis farpas pessoais, que ajudavam na conformação de “fobias” em relação aos poloneses, juízos de valor moral, estigmatizações, representações e imaginários sobre as empresas colonizadoras, os diplomatas, seus funcionários e demais empregados do governo polonês no Brasil. Por mais que reiterando a “comunidade polonesa” como um caso separado, era tomada por parte das lideranças polonesas como um ataque a todo o grupo, ou seja, se tornavam ressentimentos coletivos, no sentido proposto por Ansart (2004), em que experiências de humilhação e medo poderiam ser fomentadoras desse tipo de sentimento somados àqueles já evidenciados anteriormente.

Naquele mesmo ano de 1933 foi publicado pela Empresa Gráfica Paranaense, em um pequeno volume, o texto intitulado “O Consulado e a Sociedade de Colonização em Varsóvia Limitada”. Era um artigo<sup>511</sup>, que originalmente havia sido escrito para o *Gazeta do Povo*, na edição do dia 22 de março daquele mesmo ano, assinado por Berquó, discutindo questões relativas ao processo de Władysław Radecki e Stefan Benrandt contra a Sociedade de

---

<sup>509</sup> Correio do Paraná, 02 de março de 1933. Nesse periódico, Grabowski é defendido, sendo ressaltadas disputas internas da comunidade contra diplomatas considerados positivamente pelo articulista. Utiliza também “jornalecos” e os jornalistas de “pasquineiros poloneses” deveriam provar o antagonismo das acusações feitas, mas conviria ao “agente provocador” apenas “iludir” a “colônia” para “ver se obtém uma situação irreparável entre o Brasil e a Polônia”. Correio do Paraná, 07 de março de 1933.

<sup>510</sup> Gazeta Polska w Brazylii, 01 de abril de 1933. As transcrições das falas nas reuniões do CZP, disponíveis no Arquivo dos Padres Vicentinos, e uma verificação das notícias veiculadas pelos periódicos polono-brasileiros *Lud* e *Gazeta Polska w Brazylii* podem contribuir para compreender os meandros das disputas, sobretudo, entre as múltiplas lideranças, instrutores e outros indivíduos que se colocaram no debate no início da década de 1930.

<sup>511</sup> O Consulado e a Sociedade de Colonização em Varsóvia Limitada, 1933.



Colonização, e nesse sentido, a intervenção do consulado e de instituições polonesas no processo. Essa publicação demonstrava a vontade de publicizar a situação promovida pela Sociedade Colonizadora em suas tentativas no Paraná. Era um ideal de sublimação dos ressentimentos ao mesmo tempo em que se buscava justiça e dava vazão ao ódio, à crítica e propugnava o medo, a desconfiança ou a ironia em relação àquele que inicialmente causou a ferida e seus defensores.

Segundo o longo documento, buscava atrelar a TK ao governo da Polônia, expondo vínculos com a Legação e o consulado, apontando que existiam testemunhas, como todos os funcionários do Departamento de Terras do estado do Paraná e todas as pessoas que fizeram parte do governo estadual, os quais poderiam afirmar a propalada identidade entre a Sociedade e o Governo Polonês através das declarações do consulado, de modo a responsabilizar para o pagamento das indenizações o respectivo governo<sup>512</sup>. O autor, o advogado dos dois litigantes, segundo ele próprio, fora provocado pelas críticas em jornais polono-brasileiros, de funcionários do governo da Polônia. Critica o consulado e o funcionário do governo polonês nomeadamente o instrutor polonês Konrad Jezierowski<sup>513</sup>, por posicionamentos contra a sua pessoa no *Gazeta Polska w Brazylii*, bem como leitura por Staniewicz de cartas que teriam sido enviadas ao consulado pelo advogado, em reunião do CZP<sup>514</sup>.

A indução nessa crença, para o autor, era importante saber se o governo polonês deveria ou não pagar pelos danos dos respectivos contratos com indivíduos e estados brasileiros, pela “imperícia, culpa ou dolo” do consulado e da Legação, tendo a previsão jurídica de reparo das nações pelos problemas de seus representantes<sup>515</sup>. Ele, contudo, se imiscui da crítica de que estaria associado às publicações do *Correio do Paraná*, conforme acusação que teria partido de Jezierowski, afirmando ser uma “aleivosia do teúdo e manteúdo do tesouro polonês”, não tendo nada que ver com as publicações, não encontrando, igualmente, qualquer insulto à Polônia nelas. Essa apreciação de Berquó, entretanto, teria sido a base para o Conselho Consultivo apontar a caducidade decretada do contrato naquele ano.

---

<sup>512</sup> Ibidem.

<sup>513</sup> Professor polonês (1876-1963) ligado ao PPS de Piłsudski e a independência da Polônia. Emigra em razão da Revolução de 1905, chegando em 1908 a Curitiba através de contato com padre Anusz. Foi redator do *Świt* e vinculado à *Kultura*, ademais de ter como colaboradores Zarychta e Konstanty Lech. Por fim, trabalhou em escolas, sobretudo o Nicolau Copérnico, em Marechal Mallet, esteve vinculado ao CZP, sendo também, ademais de instrutor, conselheiro cultural (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 160-161).

<sup>514</sup> O Consulado e a Sociedade de Colonização em Varsóvia Limitada, 1933.

<sup>515</sup> Ibidem.

O *O Dia*<sup>516</sup>, o *Diário da Tarde*<sup>517</sup> e o *Correio do Paraná*<sup>518</sup> anunciam as três vitórias na Justiça do Estado de Radecki e Benrandt contra a Sociedade de Colonização, que teria recorrido ao STJ, o qual teria rejeitado o recurso mantendo a decisão da Justiça do Estado do Paraná. Em 15 de setembro<sup>519</sup>, o Decreto nº 1975 do Interventor federal decretava a caducidade do contrato. A área, segundo o decreto, foi toda revertida para o Estado, ao que assinava Manoel Ribas<sup>520</sup>. A pressão nos periódicos, bem como sua publicação, talvez tenham mobilizado através da opinião pública, as esferas governamentais e da justiça para aqueles resultados, contudo, não sabemos se os impetrantes do processo receberam os recursos devidos, uma vez que em 1934, o ressentimento não sublimado retorna com mais força, dessa vez, opondo-se à LMiK.

Após esse caso mais crítico, os jornais retomam casos “típicos” das notícias sobre poloneses, mas três delas que se diferenciavam pela forma com que as presenças de visitantes foram comemoradas pela comunidade polonesa e pelos jornais valem uma atenção mais detida. Momentos cruciais nos anos 1930, que compreendem aquilo que chamamos de “explosões de polonidade” publicizadas na imprensa curitibana, as quais positivaram a imagem polonesa no Brasil, mais ainda das colônias polonesas nos estados do sul. Assim como no Rio de Janeiro, onde também tiveram recepção e reverberação nos periódicos<sup>521</sup>, embora, seja oportuno adiantar, que anos depois, estes acontecimentos tenham sido reconstruídas criticamente por parte dos críticos aos poloneses.

### 3.5. O ANO DE 1933 E A VISITA DE *SKARZYŃSKI*, *RACZKIEWICZ* E *DAR POMORZA* AO BRASIL – “EXPLOSÕES DE POLONIDADE”

Em 1933, para além das querelas entre o *Correio do Paraná* e a Sociedade de Colonização, emerge um momento de comemoração da presença polonesa através da vinda de visitantes “ilustres” para a cidade de Curitiba. Um aviador, um político e os tripulantes de um navio, reacendem aspectos vinculados à *polonidade* configurada no país, estreitam laços dos imigrantes e descendentes com a pátria de origem e as relações amistosas do país de acolhida com a Polônia. O protagonismo polonês toma outros caminhos, para além da crítica, mas na configuração de um ideal próprio na imagem dos periódicos curitibanos e da diplomacia

<sup>516</sup> O Dia, 20 de julho de 1933.

<sup>517</sup> Diário da Tarde, 21 de julho de 1933.

<sup>518</sup> Correio do Paraná, 21 de julho de 1933.

<sup>519</sup> O Dia, 16 de setembro de 1933.

<sup>520</sup> Decreto nº 1975. ITCG.

<sup>521</sup> Os jornais cariocas, aqui não analisados, têm, igualmente informações sobre estes casos de 1933, assim como no ano seguinte.

brasileira de meados dos anos 1930, quando o tema da imigração e da presença estrangeira teria o seu auge.

### 3.5.1. “O voo glorioso do intrépido aviador polonês Stanislaw Skarżyński”

Um dos momentos que caracterizamos como de “explosão de polonidade”, enquanto sentido de posituação da imagem dos poloneses no Brasil, o aumento da sua visibilidade e da sua construção identitária como processo de nominação e explicitação, é o caso do aviador Stanisław Skarżyński, cuja chegada causa alvoroço na comunidade polonesa e na imprensa, tanto de Curitiba como em Porto Alegre e outros lugares por onde passou (no Rio de Janeiro, Maceió, interior do Paraná, etc.). A apreensão dessa ocorrência é reinterpretada mais tarde negativamente, mas foi um fato que corrobora as aproximações da Polônia para com os poloneses no Brasil, dada a escolha dos lugares visitados, bem como permite analisar como os periódicos representavam os poloneses e suas lideranças ou emissários no início dos anos 1930, diferenciando das disputas ocorridas em março e fevereiro.

Skarżyński (1889<sup>522</sup> - 1942<sup>523</sup>) era um militar polonês. Formado em escolas polonesas, participou dos eventos conflituosos do início do pós-Primeira Guerra polonês e trabalhou no Ministério da Guerra entre 1923 e 1925, e neste ano foi para a aeronáutica<sup>524</sup> (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 350-352). A partir de então, realizou diversos *raids* (como eram chamados os voos de longa distância) – especialmente um de circunavegação na África<sup>525</sup>. Outro foi o voo transatlântico Dacar – Maceió, em 1933. A grandiosidade da “façanha” se dava pelo tipo de “Aparelho” utilizado, dado que era um avião leve de 50 quilos<sup>526</sup>. Sua chegada em 12 de maio com o monomotor na capital federal coincidiu com a do Zeppelin alemão, segundo Costa (1997), vinculado à *germanidade*<sup>527</sup>, numa amostragem do potencial identitário que um

<sup>522</sup> Nasceu em Warta, distrito de Kalisz – Ofício n. 102 da Legação Brasileira em Varsóvia para MRE, 07 de novembro 1936.

<sup>523</sup> O Dia, 07 de julho de 1942.

<sup>524</sup> Ofício 102, Legação Brasileira em Varsóvia para MRE, 07 de novembro de 1936. Biografia assinada pelo próprio aviador.

<sup>525</sup> Ibidem.

<sup>526</sup> Choroński aponta que avião teria sido feito nas fábricas de Okęcie e motor inteiramente polonês das fábricas Skoda. Diário da Tarde, 12 de maio de 1933. Ele era pintado de branco, sem rádio, paraquedas, canoa de segurança e aparelhos de navegação aérea, portando apenas uma bússola e viajando a 175 km/h em média, era um avião de motor (Gypsi Major 120 HP ou com motor Gummayer) de apenas 120 cavalos, marca R.W.D.5 bis. iniciais dos engenheiros construtores segundo entrevista com o aviador (Rogalski, Wigura e Drzewiecki - O Dia, 5 de agosto de 1933), seria comumente utilizado pelo exército polonês (embora pelo tamanho e peso, estivesse mais para um avião esportivo). Diário da Tarde, 11 de maio de 1933.

<sup>527</sup> Segundo Costa (1997, p. 149) “O “Graff Zeppelin” já havia se tornado figura familiar nos céus brasileiros, graças aos seus vôos rotineiros desde 1931. Dois anos mais tarde, ele chegaria a passar pelo Paraná”. Tanto a

feito como este poderia promover em meio ao grupamento étnico polonês. No Rio de Janeiro, cidade que era o seu destino original, alterado em razão da falta de combustível, foi recebido por diversas autoridades brasileiras<sup>528</sup> e convidado pelos “Amigos da Liga Marítima e Colonial Polonesa”<sup>529</sup> no capital federal, sendo recebido na instituição. Mieczyslaw Jakobskind<sup>530</sup> era o presidente do grupo, sendo possível uma homenagem ao compatriota ou vínculos pré-estabelecidos como aviador com a LMiK. As múltiplas notícias positivas nos jornais sobre a recepção a Skarzyński foram enviados ao MSZ pela Legação brasileira em Varsóvia como demonstração da amizade entre os dois países<sup>531</sup>. Em 31 de maio foi recebido no Rotary Club no Rio de Janeiro<sup>532</sup>, onde o general Stefan Strzemiński, protagonista da futura crise em 1934, apresentado como “estudioso da imigração polonesa no Brasil”, foi também promotor de um discurso saudando Skarzyński.

---

chegada deste como do Hindenburg, em 1936, foram atreladas à “germanidade” e os feitos da nação alemã, de maneira positiva, no sentido de admiração ao país europeu.

<sup>528</sup> Diário de Notícias, 13 de maio de 1933. Entre as autoridades presentes no Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro, além da multidão, ministros, autoridades, Grabowski, Jan Wagner, secretário da Legação, Engenheiro Boleslau Nowicki, presidente da Sociedade Polônia, entre outras pessoas. Esquadrilhas “Wacco” e “Elcet” comandada pelo capitão Loiola, tenentes Aquino e Sampaio escoltaram Skarzyński. Sendo recebido pelo representante de Vargas, Gregório da Fonseca. Encontrou muitos amigos, entre os quais, Ieda Teles de Menezes, “Miss Brasil 1932”, que conhecera em Paris.

<sup>529</sup> Segundo o Jornal do Comércio (RJ) de 07 de maio de 1933. Nas comemorações do 3 de maio naquele ano, foi criada a “Sociedade dos Amigos do Mar Polonês”, chamada de “organização patriótica”, que tinha como proposta “trabalhar pelo desenvolvimento da frota mercantil e naval da Polônia, a intensificação do comércio externo e prestar proteção à emigração”, trabalharia junto com a Liga Marítima e Colonial.

<sup>530</sup> A Batalha (RJ), 14 de maio de 1933.

<sup>531</sup> Ofício Legação brasileira em Varsóvia, Barros Pimentel para MSZ (repassado ao MRE), 12 de junho de 1933. No documento, o legado Barros Pimentel escreve “Le jeune et vaillant aviateur a été acclamé avec des manifestations de chaleureux enthousiasme par la foule brésilienne au moment de son atterrissage à Rio de Janeiro, ce qui vient, encore une fois, exprimer les sentiments de l’effusive cordialité internationale de tout temps existante entre la Pologne et le Brésil”.

<sup>532</sup> Jornal do Comércio, 31 de maio de 1933.

FIGURA 5 - CAPITÃO STANISŁAW SKARŻYŃSKI NO RIO DE JANEIRO, 16 DE MAIO DE 1933



Da esquerda, sentados: segundo Tadeusz Grabowski, quarto, Stanisław Skarżyński, sétimo, General Stefan Strzemiński. Associação dos Funcionários da Legação Polonesa em baile no Botafogo Club.

FONTE: Narodowe Archiwum Cyfrowe, 1-S-1241-9

A chegada de Skarżyński no sul do Brasil mobilizou a imprensa curitibana. Os *raids* internacionais eram eventos importantes no período e estavam por várias vezes presentes nas páginas dos periódicos<sup>533</sup>. A diferença de Skarżyński foi seu vínculo com a comunidade polonesa no Paraná e Rio Grande do Sul, a qual foi amplamente somada às recepções oficiais e atrelada a notícias sobre a aviação polonesa e um interesse pelo país do aviador<sup>534</sup>. Skarżyński, pelo período que esteve no Brasil, foi um “positivador” da imagem dos poloneses no país, permitindo manifestações étnicas de orgulho e de visibilidade para os poloneses, os quais lograram nas páginas dos jornais vários dias e linhas de atenção em razão da visita. Ele aproximou a Polônia dos poloneses emigrados, incentivando o resgate de um ideal “patriótico” ao mesmo tempo em que estabelecia uma ideia de harmonia com relação ao Brasil.

O jornal *O Dia* em 09 de maio<sup>535</sup> é o primeiro a anunciar a chegada do aviador em Maceió<sup>536</sup>. No dia seguinte, o *Correio do Paraná* e o *Diário da Tarde* divulgam chegada de

<sup>533</sup> Os jornais destacam em julho o voo de Italo Balbo e o regozijo na colônia italiana, talvez incentivada pela recente conquista polonesa, fez sua demonstração patriótica, ainda que as notícias não tenham sido tão grandes. Sobre a avaliação de como os periódicos curitibanos (*O Dia*, *Diário da Tarde* e *Gazeta do Povo*) examinaram a chegada de aviadores e dos dirigíveis nos anos 1930, ver: COSTA, Vidal Antonio de Azevedo. **Visões Ascendentes**: Fragmentos do olhar curitibano aos mais leves que o ar. Dissertação de mestrado (UFPR), 1997.

<sup>534</sup> Interessante notar que, inicialmente, os jornais erravam o nome do personagem (Karynski, Skarynski, Skarzinski, Skarazinski, etc.), mas o *Diário da Tarde* comete menos essa confusão, possivelmente auxiliado pela figura de Chorośnicki.

<sup>535</sup> *O Dia*, 09 de maio de 1933.

<sup>536</sup> Em Maceió, recebeu a hospitalidade das autoridades brasileiras e do cônsul francês, apresentando homenagens a interventores do estado. *Diário de Notícias*, 13 de maio de 1933.

piloto polonês na capital alagoana, sendo o exemplo de “auge do progresso” da “aviação mundial”. Os jornais curitibanos analisados foram uníssonos no discurso, sem exceção, comemoraram a chegada do aviador, a colônia polonesa foi exaltada e as múltiplos detalhes e acontecimentos evidenciados como episódio de grande importância<sup>537</sup>. Um “feito grandioso de um seu compatriota” da “colônia polonesa aqui domiciliada”<sup>538</sup>, sendo uma surpresa para as próprias autoridades polonesas. Era tido como o “herói do dia”, “audacioso”, “arrojado” e “destemido”, dono da mais alta condecoração aeronáutica polonesa, a “cruz da coragem” e o entusiasmo na “colônia polonesa” do Paraná e de todo o país, com o seu feito, seu recorde. Estes alguns dos adjetivos elencados para o vespertino, por exemplo, anunciar a chegada do aviador<sup>539</sup>.

Para o *Diário da Tarde*, “todos os poloneses e os polono-brasileiros, que habitam a hospitaleira terra do Brasil sentem-se orgulhosos, pela última proeza, do seu valente patrício [...]”<sup>540</sup>. O *Dia* de 13 de maio anunciava “O sensacional voo de Skarżyński”<sup>541</sup> em grande reportagem sobre o que chama “Raid Polônia-Brasil”<sup>542</sup>. Segundo jornal, estando certo que os brasileiros também iriam homenagear, pois eram “nação nobre e amiga” do “país da Águia Branca” pelo qual o aviador vinha trazer as “saudações do povo polonês à nobre Nação Brasileira e ao generoso povo paranaense”<sup>543</sup>.

O aviador chegou dia 29 de maio na capital paranaense, o que serviu para o *Correio do Paraná*, “reafirmar perante os maiores povos do continente americano, a eficiência da aviação do glorioso país amigo”, numa possível tentativa de reconciliação com a Polônia, mas também, no sentido que os outros jornais destacavam a presença do aviador. Os impressos tinham, possivelmente, no público leitor polonês, uma oportunidade de mercado (não podemos esquecer que eram empresas), sendo então importante a manutenção da cordialidade. O jornal *O Dia*,

<sup>537</sup> Em Curitiba, iria visitar um amigo, *Correio do Povo*, 09 de junho de 1933. Segundo Chorośnicki várias festas íntimas realizadas durante a estadia de Skarżyński, em especial, para o autor, a do casal Sadowski, seu ex-companheiro de armas, na festa. *Diário da Tarde*, 13 de junho de 1933.

<sup>538</sup> *Correio do Paraná*, 11 de maio de 1933.

<sup>539</sup> *Diário da Tarde*, 11 de maio de 1933.

<sup>540</sup> *Ibidem*.

<sup>541</sup> *O Dia*, 13 de maio de 1933.

<sup>542</sup> O voo é elogiado, destacando o não uso de rádio ou paraquedas, apenas uma bússola esportiva e mapas marítimos e atmosféricos. Viajou com traje de passeio, terno de casimira cinza, chapéu molê e capote Burberry. Como salva-vidas, uma almofada penumática. Tanque com capacidade de 750 litros, mas Skarżyński viajou com 700, e alimentos para um mês e voou em média 180km por hora. Até o Rio durou duas semanas o voo. Com as seguintes etapas: 1) 27 de abril partiu de Varsóvia às 8h50, chegando a Lyon às 16h40; 2) 30 de abril partiu de Lyon às 7h15 chegando às 10h15 a Parpignan; 3) Partiu de Parpignan às 8h50 e chegou a Casablanca às 19h30; 4) 3 de maio saiu de Casablanca às 7h15 e chegou a Porto Estevão às 18h20; 5) decolou em 04 de maio de Porto Estevão às 8h15 e chegou a São Luiz às 11h15 de onde partiu dia 7 de maio às 23h atravessando o Atlântico, chegando à costa do Brasil dia 08 às 16h15, descendo em Maceió às 19h30 e batendo record mundial de voo em linha reta. *O Dia*, 13 de maio de 1933.

<sup>543</sup> *Ibidem*.



talvez o mais contundente na apreciação da vinda do aviator, alertava positivamente para as “Azas da Polônia em céus do Paraná”<sup>544</sup>. Ou ainda, que “O voo glorioso do intrépido aviator polonês Stanislaw Skarzyński veio pelos elos da confraternização, unir as duas pátrias amigas: Brasil e Polônia”, um “raid sensacional”, em que o capitão “elevou bem alto o nome da pátria gloriosa de Kosciuszko”. O “az polonês” foi caracterizado pela “humildade” e “intrepidez” (pelas condições da viagem). Assim, se juntava à colônia polonesa na saudação ao “silencioso aviator”<sup>545</sup>.

FIGURA 6 - RECORTE DA CAPA DO O DIA DE 30 DE MAIO DE 1933



FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Skarzyński, na ótica da imprensa e seus articulistas, teria vindo para Curitiba atendendo “apelo feito pela colônia polonesa domiciliada no Paraná, que é a que possui o maior número de poloneses no Brasil”<sup>546</sup>. Foi acompanhado de uma série de homenagens de autoridades locais

<sup>544</sup> O Dia, 30 de maio de 1933.

<sup>545</sup> Ibidem.

<sup>546</sup> Ibidem.

e da própria comunidade polonesa<sup>547</sup>. A presença do soldado, contudo, em nenhum momento foi caracterizada como ameaça ou perigo, mas era uma forma de prestígio para Curitiba e o Paraná. A cidade, através dos jornais, se orgulhava da escolha do aviador recordista da visita, compartilhando esse sentimento com os poloneses. Como exemplo, as colunas de Chorośnicki demonstravam a mobilização positiva da comunidade polonesa nas recepções ocorridas nas suas sociedades, a qual trazia “orgulho” e “honra étnica” (WEBER, 1994) para os poloneses. A caricaturização de Skarzyński lançava uma imagem de simpatia e curiosidade, com muitas notícias evidenciando o caráter pessoal do aviador e outras sobre particularidades de sua vida. Destacava-se os “altos sentimentos de cordialidade que a Polônia nutre pelo povo brasileiro”, pois se homenageava um dos “mais proeminentes vultos da aviação mundial”<sup>548</sup>. Os encontros com militares e demais autoridades, se somavam nos bailes, compareciam “os finos ornamentos do nosso ‘haute monde’” e as figuras de destaque da Sociedade curitibana e colônia polonesa aqui domiciliada<sup>549</sup>, assim como dos representantes poloneses e, sobretudo, Sadowski. No dia 05 de junho, Skarzyński passou algumas horas em Ponta Grossa<sup>550</sup>, iria visitar principais núcleos poloneses, Irati e Marechal Mallet, pretendendo ir para São Mateus, na companhia do vice-cônsul Cybulski.

Na sequência, um texto do próprio Skarzyński, “A aviação esportiva”, foi publicado como especial para o *Diário da Tarde*, trata do desenvolvimento da aviação da Polônia, também elogiando seus avanços e sendo suficiente para suprir ao país e inclusive exportar. Destaca, até mesmo, a capacidade defensiva polonesa, na aviação militar<sup>551</sup>. Mas nada disso era negativado. A Polônia não era uma ameaça militar, mas sim, era a amostra de um país “amigo” que tentava se aproximar do Brasil e dos imigrantes que aqui se instalaram. As notícias ocupavam as capas dos jornais e são atravessadas pelos movimentos de afetos positivos através das adjetivações permeadas dos atributos do aviador, da sua presença e de como a sociedade o recebia. Era o momento dos poloneses e de sua comemoração, ao mesmo tempo, era a possibilidade de uma convivência conjunta e o a imagem do sucesso e progresso da Polônia, da sua aviação, dos seus militares e indivíduos, por tanto tempo descaracterizados por estigmas e estereótipos, servia para rotular também os poloneses radicados no Brasil, por meio das conquistas materiais e humanas do país natal.

---

<sup>547</sup> Ibidem.

<sup>548</sup> O Dia, 03 de junho de 1933.

<sup>549</sup> O Dia, 06 de junho de 1933.

<sup>550</sup> Entrevistado pelo “Diário dos Campos”.

<sup>551</sup> Diário da Tarde, 08 de junho de 1933.

Com o retorno de excursão pelo interior aos núcleos coloniais poloneses é veiculada a partida de Skarzyński para Porto Alegre, em que os jornais porto-alegrenses igualmente destacaram várias páginas de capa e contracapa e muitas linhas à vinda e recepção do aviador, tendo as mesmas perspectivas tomadas pela imprensa curitibana, as autoridades locais e a comunidade polonesa da capital gaúcha, transmitiram sentimentos semelhantes<sup>552</sup>. O aviador parte da capital gaúcha, chegando no dia 13 em Buenos Aires recebendo homenagens da “colônia polonesa” também da capital argentina<sup>553</sup>. Voltou dia 22 de Buenos Aires e chegou, novamente em Porto Alegre, onde seria homenageado mais uma vez, depois seguiu para o Rio de Janeiro. Skarzyński teria regressado à Polônia a bordo do navio “Ávila Star” junto ao seu avião, então desmontado<sup>554</sup>. A chegada no dia 03 de Skarzyński “triunfalmente” em Varsóvia, foi destacada, onde foi recebido por várias autoridades polonesas, entre outros incluindo Barros Pimentel, o legado brasileiro na Polônia<sup>555</sup>. Em 1934<sup>556</sup> ele recebe a Ordem do “Cruzeiro do Sul”, junto a outros vários poloneses<sup>557</sup>.

### 3.5.2. “Ilustre visitante” – Władysław Raczkiewicz

Semelhante, na concomitância e ainda que em menor medida, ao ocorrido diante da chegada do aviador, entre junho e julho de 1933, o político polonês Raczkiewicz passou nas capitais Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre e teve a recepção da colônia polonesa local, assim como o tema da sua visita reverberou de maneira importante nos principais jornais, de maneira destacada entre os artigos selecionados para o período.

<sup>552</sup> Chegou escoltado pelos aviões, desceu no campo da Varig naquela cidade. Saiu às 10h de Curitiba, aterrisando às 14h15, em voo direto para Porto Alegre, foi recebido e conduzido ao “Grande Hotel”, onde recebeu vários cumprimentos, dentre eles, do representante do interventor Flores da Cunha, Estanislau Ślurzyński, presidente da Federação das Associações Polonesas no Rio Grande do Sul, a ZZP, o secretário Francisco Wodzik entre outros membros, inclusive vários da “colônia polonesa”. *Correio do Povo e Diários de Notícias*, 10 de maio de 1933.

<sup>553</sup> *O Dia*, 10 de junho de 1933.

<sup>554</sup> *Diário da Tarde*, 12 de julho de 1933.

<sup>555</sup> *O Dia*, 04 de agosto de 1933.

<sup>556</sup> Ofício n. 57 da Legação Brasileira em Varsóvia, ministro Barros Pimentel para ministro José Carlos de Macedo Soares, MRE, 27 de julho de 1936. Em 1936, o próprio ministro brasileiro relembra o legado do aviador, defende uma linha aérea com o Brasil, tendo por base a viagem do “intrépido aviador” Skarzyński. Produziu um artigo com os esforços para o conseguimento destes objetivos junto à aeronáutica polonesa, a fim de comunicar a Polônia e o Brasil. Isso deveria ocorrer em função dos “laços econômicos e culturais [...] entre a Polônia e seus emigrantes na América do Sul, e particularmente o Brasil, tornam-se mais intensos de ano para ano e se as correntes de aproximações não são mais ativas deve-se atribuir a falta de meios de comunicação”. As aproximações com os imigrantes eram positivamente avaliadas e poderiam ser importantes para a economia e as relações Brasil-Polônia. Segundo aponta Pimentel “o iniciador do projeto é o próprio Comandante Skarzyński que pretende inaugurar a linha aérea o Brasil utilizando-se do novo aparelho de fabricação polonesa R.W.D. 11, construído pelos três mais notáveis engenheiros [...]”. Trata depois da potencialidade daqueles aviões, podendo ser produzido em série, dado o sucesso das viagens transatlânticas.

<sup>557</sup> Ofício n. 102 da Legação Brasileira em Varsóvia para MRE, 07 de novembro de 1936.

Władysław Raczkiewicz (1885<sup>558</sup> – 1947) chega na sequência da partida de Skarżyński (estiveram juntos reiteradas vezes em eventos no Rio de Janeiro, no final do mês de junho<sup>559</sup>), portanto, em um momento de reverberação de nacionalidade e identidade étnica polonesa no sul do país, de maiores contatos da Polônia com as autoridades brasileiras na capital federal e com seus imigrantes nos estados meridionais. Assim como o caso de Skarżyński, sua presença, mais tarde, é reinterpretada de maneira negativa, mas naquele momento, foi recebido positivamente e com uma carga de efervescência para os poloneses (e descendentes) que habitavam a cidade de Curitiba. O polonês foi um ativista político pela independência do país (na legalidade e na conspiração secreta), especialmente na região leste, próximo de Minsk (atual Bielorrússia, mas esteve vinculado na organização das províncias orientais de maneira geral)<sup>560</sup>. Foi presidente do Conselho Organizador dos Poloneses no Estrangeiro (*Rada Organizacyjna Polaków z Zagranicy*)<sup>561</sup> e ajudou na criação da União Mundial dos Poloneses no Exterior – *Światpol* (1934-1939). Por fim, foi o primeiro presidente no exílio (1939-1947), no período após a invasão da Polônia.

No momento de sua visita ao Brasil, era presidente do senado da Polônia e, nessa condição, embarcou no dia 11 de junho, chegando no Rio de Janeiro<sup>562</sup> a bordo do transatlântico Marselha (“Marsilia”), no dia 23 de junho. Considerado um “ilustre hóspede” do governo brasileiro<sup>563</sup>, teria sido recebido por autoridades nacionais, pelo Ministro da Polônia e pessoal da Legação, membros da colônia, jornalistas e o “povo”<sup>564</sup>. As suas intenções eram de organizar o Segundo Congresso dos Poloneses no Exterior, junto à “colônia” do Brasil, e, dentro da lógica de aproveitamento da diáspora e “emigração dirigida”, organizar o fluxo migratório “de modo estável” e “bem orientado”, e os poloneses no estrangeiro (tendo visitado pessoalmente, ou por meio de assessores, outros países), protegê-los da exploração de agentes e sociedades, além de “estreitar laços culturais e econômicos dos núcleos poloneses com a pátria-mãe”<sup>565</sup>.

<sup>558</sup> O Dia, 2 de julho de 1933, informa que nasceu em 1855, na Geórgia, sob jugo russo, assim como a Polônia. Provavelmente incorrendo num erro.

<sup>559</sup> Correio da Manhã, 20 de junho de 1933 e 02 de julho de 1933.

<sup>560</sup> Formado em direito (Universidade de São Petersburgo e de Dorpat – Tartu), foi ministro do Interior (nos anos 1921, 1925-1926, e 1935-1936), senador (pelo BBWR, vinculado a Piłsudski) em 1930 e presidente e porta-voz do senado -Marechal (1930-1935). Foi voivode de Nowogródek (1921-1924), Vilnius (1926-1931), Cracóvia (1935) e da Pomerânia, já num período posterior a 1936. O Dia, 2 de julho de 1933, Diário da Tarde, 3 de julho de 1933. Ofício n. 102 da Legação Brasileira em Varsóvia para MRE, 07 de novembro de 1936.

<sup>561</sup> O Dia, 2 de julho de 1933, Diário da Tarde, 3 de julho de 1933. Ofício n. 102 da Legação Brasileira em Varsóvia para MRE, 07 de novembro de 1936.

<sup>562</sup> Chronica Poloneza, Diário da Tarde, 14 de junho de 1933.

<sup>563</sup> Correio da Manhã, 23 de junho de 1933.

<sup>564</sup> O Dia, 24 de junho de 1933.

<sup>565</sup> Ofício da Legação Polonesa no Rio de Janeiro para MRE, 02 de junho de 1933 e 29 de junho de 1933.

Foi, então, recebido pelo Chefe do Governo Provisório (Getúlio Vargas), junto com o legado Grabowski, no Rio de Janeiro; esteve com o ministro Afrânio de Melo Franco e Cavalcanti de Lacerda<sup>566</sup>, e durante os seus dias na Capital Federal, foi alvo de diversas homenagens do “mundo oficial” e “sociedades polonesas”<sup>567</sup>, bem como visitou diversos lugares e autoridades, participou de banquetes e de atividades sociais. Depois de sair dia 30 de junho para São Paulo e ficar apenas um dia na cidade<sup>568</sup>, onde igualmente foi recebido pelas autoridades e membros da “colônia polonesa” local<sup>569</sup>, o “Marechal” Raczkiewicz chegou a Curitiba no dia dois de julho, sendo destacada a sua “gloriosa biografia de um libertador de uma grande pátria cativa”<sup>570</sup>.

Por várias vezes no texto do *O Dia* é reiterado o seu patriotismo inculcado no personagem pelos pais, obrigatoriamente emigrados do Cáucaso. Explica a trajetória estudantil de Raczkiewicz anunciando sua proximidade a movimentos reivindicativos em prol da liberdade polonesa. Sua ação social à frente da “União dos Poloneses no Estrangeiro”, é positivamente avaliada, pois era “a fim de manter o contato da pátria com os oito milhões de poloneses emigrados no estrangeiro”, entre outras atividades das instituições que fazia parte. Suas múltiplas condecorações pela Polônia e de países estrangeiros caracterizavam o perfil do visitante<sup>571</sup>.

Após a recepção na sua chegada à capital do Paraná, teria dito o Marechal, “A nossa querida Polônia marcha, a passos agigantados, para amanhã formar ao lado das grandes potências europeias”<sup>572</sup>. Para o *Diário da Tarde*, ele “enaltecia sua grande pátria”, ainda que a afirmativa não evidenciasse um plano negativo por parte do político, mas um ideal nacionalista, valorizado pelo periódico naquele momento. Era considerado um “ilustre visitante”, “ilustre político” e “hóspede oficial” do Governo Brasileiro com todas as “homenagens devidas”<sup>573</sup>. As adjetivações e positivações, os atributos enaltecidos e evidenciados, mais uma vez, eram motivo de prestígio para a capital paranaense, da sua condição importante para as autoridades polonesas e um espaço para a recepção daqueles protagonistas do país considerado aliado. Era o “eminente estadista, cuja vida tem sido uma constante afirmação de civismo, um dos nomes mais ilustres

<sup>566</sup> Correio da Manhã, 23, 27 e 29 de junho de 1933 e 02 de julho de 1933.

<sup>567</sup> Diário de Notícias, 21 de julho de 1933. Foi recebido pela Sociedade Kosciuszko, pela Legação Polonesa e judeus poloneses da Capital Federal. Correio da Manhã, 23, 27 e 29 de junho de 1933 e 02 de julho de 1933.

<sup>568</sup> Ofício da Legação Polonesa no Rio de Janeiro para MRE, 29 de junho de 1933.

<sup>569</sup> Correio da Manhã, 02 de julho de 1933

<sup>570</sup> O Dia, 02 de julho de 1933.

<sup>571</sup> Vários jornais destacaram a biografia de Raczkiewicz, sobressaindo sua formação e atividade militar, bem como trabalho em prol da Polônia. O Dia, 02 de julho de 1933.

<sup>572</sup> Diário da Tarde, 03 de julho de 1933.

<sup>573</sup> Ibidem.



da atualidade da política do grande país amigo”<sup>574</sup>. Foi salientada sua chegada na estação de trem Rio Branco, onde foi recebido pelo próprio Interventor Federal interino, o comandante da região militar, o chefe de polícia e demais autoridades civis (secretários de estado) e militares<sup>575</sup>. Assim como Skarżyński, Raczkiewicz era “Um hóspede eminente”<sup>576</sup>, sempre agraciado com diferentes elogios e considerado uma “das figuras mais representativas do mundo político e social polonês”. Seu “fino trato” é marca frequente, bem como é identificado com a “melhor impressão” de forma ao periódico reiterar boas-vindas e desejar sucesso na empreitada em Curitiba<sup>577</sup>.

Em suas entrevistas, o marechal salientou a presença de 300 mil poloneses no Brasil (considerando dados relativamente superlativos e provavelmente também somando os descendentes), sobretudo no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em “excelentes condições de vida”, o que comunicaria em relatório ao seu governo, sendo um dos seus objetivos principais da viagem, justamente a visita das “condições de existência da colônia polonesa”<sup>578</sup>. O “marechal” teria sido incumbido também de tornar mais “estritas e efetivas”<sup>579</sup> as relações comerciais entre o Brasil e a Polônia, para esse trabalho, foi acompanhado de Adam Piotrowicz (também Piotrowski<sup>580</sup>). Deputado polonês, quem como um “técnico” da economia, poderia ampliar as possibilidades de comércio entre os dois países. Outro aspecto era o de intensificar a imigração polonesa para o país, não apenas pelas condições climáticas, mas a liberalidade das leis e condições econômicas que permitiriam garantias e recursos aos imigrantes<sup>581</sup>. Estas assertivas, tanto de aproximações com os poloneses, investigações sobre suas condições, aspectos econômicos e promoção da continuidade da emigração (no sentido de “emigração dirigida”, conforme a política da época) eram apenas destacadas sem maiores comentários, ou então, como motivo de deleite pela escolha do Brasil para a alocação da população e interesse polonês. Sua colocação de maneira “simples” pode denotar o aspecto comum com que o tema era trabalhado, a existência da importância econômica da imigração

---

<sup>574</sup> Correio do Paraná, 03 de julho de 1933.

<sup>575</sup> Diário da Tarde, 03 de julho de 1933;

<sup>576</sup> O Dia, 04 de julho de 1933.

<sup>577</sup> Ibidem.

<sup>578</sup> Ibidem.

<sup>579</sup> Ibidem.

<sup>580</sup> Adam Marjan Piotrowski. Ofício da Legação para MRE, com Visto da Legação, em 26 de maio de 1933. Piotrowski era um economista polonês e deputado, membro da Chambre Commercial Polono-Brésilienne e da Associação das Sociedades Polonesas no Estrangeiro. Na Polônia, desenvolvia atividades na indústria metalúrgica e comércio de lã. Diário de Notícias, 21 de julho de 1933. O objetivo do deputado era estimular contatos comerciais da Polônia com o Brasil, pensando diferentes possibilidades de exportação e importação. A entrevista de Piotrowski é reavaliada negativamente pelo *Correio do Paraná* na edição de 27 de julho de 1934, ao comentar as relações econômicas entre a Polônia e o Brasil.

<sup>581</sup> O Dia, 04 de julho de 1933.



para um estado como o Paraná e mesmo, quiçá, a própria honraria de ser escolhido como local de destino.

Outro acompanhante de Raczkiewicz, em sua ação no Brasil além do deputado polonês e economista Piotrowski, era o jornalista polonês Bohdan Lepecki, redator do jornal *Polacy Zagranicą* (Poloneses no Estrangeiro), correspondente do *Gazeta Polska* (Gazeta Polonesa) e da revista ilustrada *Świat* (Mundo), dois outros importantes jornais poloneses<sup>582</sup>. Lepecki, já diretor do patronato polonês, que funcionava na legação do Rio de Janeiro, posteriormente, seria vice-cônsul no Brasil (1936-1940) e estava engajado no *Junak* anos antes.

A agenda de Raczkiewicz previa a visita das colônias polonesas. Fez, junto ao cônsul Staniewicz, percurso com uma série de autoridades, civis, militares e religiosas. Seu programa era pensado para todas as colônias (Ponta Grossa, Therezina [Thomazina], Apucarana, Cândido de Abreu e Marechal Mallet, depois seguindo para o Rio Grande do Sul), além das cataratas em Foz do Iguaçu. Depois se dirigiria também aos centros poloneses na Argentina<sup>583</sup>. Antes deste percurso, no entanto, o “ilustre visitante polonês” recebeu diversas homenagens na capital<sup>584</sup>.

Raczkiewicz afirmava que em Varsóvia era valorizado o trabalho dos “colonos patrícios” para o “progresso agrícola da magnânima Pátria, que os acolheu” exprimindo a necessidade de continuar o trabalho em prol do progresso do Brasil e deles próprios. A cordialidade da recepção e a noção da comunidade polonesa como positiva para o Brasil, expostos nos jornais, permitiam novamente uma imagem sobre os poloneses que se afastava dos estereótipos negativos, mobilizados por décadas. Vincular a comunidade ao político e ele a expor para os periódicos montavam novas representações internas ao grupo para serem expostas e, eventualmente, aceitas pelos “outros”, os “brasileiros”. Apesar do realce para esses múltiplos encontros com instituição polonesas, como o CZP e outras, homenagens e confraternizações, vinculados a autoridades estaduais e polonesas, não houve tanta efusividade com a vinda do senador nos jornais, se comparado ao caso de Skarżyński. Embora homenagens tenham sido semelhantes, bem como as recepções com autoridades, a noção de um “grande feito” não eram semelhantes, dado que a visita tinha um viés mais “político”.

No dia oito, Raczkiewicz pegou trem para Paranaguá, a fim de conhecer a ferrovia<sup>585</sup>. Depois seguiu para o interior a fim de realizar visitas às colônias polonesas e o oeste do estado. Por fim, iria para o Rio Grande do Sul, onde “compatriotas seus que ali vivem e prosperam”<sup>586</sup>.

---

<sup>582</sup> Bohdan Lepecki visitou o *O Dia* e tratou do jornalismo polonês. *O Dia*, 08 de julho de 1933.

<sup>583</sup> *O Dia*, 04 de julho de 1933.

<sup>584</sup> *O Dia*, 05 de julho de 1933.

<sup>585</sup> *Correio do Paraná*, 08 de julho de 1933.

<sup>586</sup> *Correio do Paraná*, 10 de julho de 1933.

A visita de ferrovias e das Cataratas, uma zona estratégica refletida como importante no projeto colonial, parte central da polêmica com a LMiK no ano seguinte, não causou estranheza nas páginas dos periódicos<sup>587</sup>. O contexto, após as disputas com a TK, era pacificador. “Ilustres” poloneses chegavam e eram recebidos pelas autoridades com grande cordialidade e publicizados nos jornais como personagens que mereciam destaque para suas ações, recepções e falas. O Paraná, assim sendo, era avaliado como possibilidade para a extensa presença de poloneses, fator gerador de reminiscências de orgulho e empatia, mais que de imperialismo. Conforme nossas análises, as visitas do “Marechal” ao interior já não apresentam reverberações na imprensa da capital paranaense. Só dia 19 de julho os periódicos gaúchos passam a destacar a sua chegada a Porto Alegre (acompanhado por Staniewicz) e o *Diário da Tarde*, no dia 22, lembra da visita da comitiva polonesa no Rio Grande do Sul<sup>588</sup>.

Na capital gaúcha os periódicos deram amplo destaque para a presença do visitante, com grande número de notícias, acompanhada de muitas imagens, entrevistas e contatos com todos os membros da comitiva<sup>589</sup>. A colônia polonesa menor naquela cidade, bem como as menores atenções da Polônia para com o estado, talvez pudessem ser motivadores dessa diferença de atenção, tanto para o caso Skarżyński, como Raczkiewicz, contudo, a diferença dos perfis da imprensa das duas capitais também responderiam a essa hipótese. Em Porto Alegre, a comunidade reivindicava um consulado polonês, aproveitando a chegada do político<sup>590</sup>. No dia 21, Raczkiewicz se despediu e foi para Buenos Aires, deixando as melhores impressões sobre os lugares que visitou<sup>591</sup>.

Após o início da guerra, em outubro de 1939, a visita ocorrida 6 anos antes é retomada pelo *O Dia*, quando Raczkiewicz se torna o novo presidente da Polônia. É evidenciada a biografia e sua vinda ao Brasil em 1933, inclusive com foto sua em Araucária. Era considerado como tendo “grande admiração e amizade com o Brasil”<sup>592</sup>, em razão, justamente, de sua estadia

<sup>587</sup> Władysław Raczkiewicz publica o livro *Polak na obczyźnie* (O Polonês no Exílio), em 1934, tendo suas visitas como base da obra.

<sup>588</sup> *Diário da Tarde*, 22 de julho de 1933.

<sup>589</sup> Raczkiewicz foi recebido por autoridades do estado, civis e militares, membros da “colônia polonesa”, como da ZZP, das sociedades locais e delegados de Mariana Pimentel e São Feliciano, bem como Pelotas e Rio Grande. Prosseguiu para o Grand Hotel, onde se hospedou com comitiva. Na sede da Federação das Associações Polonesas (ZZP), a conferência em sua homenagem teve presença de “membros de destaque” da “colônia polonesa” da capital e interior. *Correio do Povo*, 20 de julho de 1933.

<sup>590</sup> Assinaram um documento para o interventor Flores da Cunha: a Associação Porto Alegrense Sociedades Polonesas, União Católica Polonesa, Sociedade Polônia, Caixa Funerária Polonesa, Sociedade Desportiva Sokół, Sociedade Esportiva Junak, União Ex-Combatentes Poloneses, Sociedade Feminina Maria Konopnicka e Sociedade Kosciuszko. Ao que afirmava Raczkiewicz não ter incumbência de abrir consulado polonês em Porto Alegre, mas que ao ser “porta-voz” de seus patrícios, dirigiu um pedido nesse sentido ao governo. *Diário de Notícias*, 19 de julho de 1933.

<sup>591</sup> *Correio do Povo*, 22 de julho de 1933.

<sup>592</sup> *O Dia*, 07 de outubro de 1933.

anterior naquele país. Por fim, até a vinda do *Dar Pomorza*, no final do ano, outros acontecimentos voltados à colônia polonesa são tema na imprensa curitibana. Destaca-se, por exemplo, a presença da cantora polonesa Adelina Korytko, nos jornais analisados.

### 3.5.3. O navio-escola *Dar Pomorza*

O navio *Dar Pomorza*, construído em 1909, foi, vinte anos depois, comprado para a escola de marinha de Gdynia. Ele serviu como substituto do antigo navio *Lwów*, recebido no Brasil em 1923. A fragata foi entregue à Escola Marítima do Estado em Gdynia. Durante 51 anos ficou a serviço da marinha polonesa. Em 04 de agosto de 1982 foi formalmente retirado de serviço<sup>593</sup>. Em 1934, O *Dar Pomorza* visitou o Brasil, provavelmente como parte das suas viagens de ensino. O *Diário da Tarde* foi o que mais tratou do navio-escola, talvez em razão da existência da seção polonesa de Chorośnicki, que influenciava a temática naquele jornal. No geral, reverberou menos que os casos anteriores na imprensa e na diplomacia, mas consideramos sua estada parte da “explosão de polonidade” no período.

O navio teria atracado dia 01 de dezembro<sup>594</sup> na baía de Paranaguá<sup>595</sup>, sendo visto como “o navio-escola” da “marinha mercantil polonesa”. A escolha de Paranaguá poderia ter relações com as aproximações polonesas no período, para com seus imigrantes, seguindo os passos do *Lwów*<sup>596</sup>, em 1923. Conforme as afirmações apontadas pelo periódico<sup>597</sup>, é destacada sua qualidade<sup>598</sup>, assim como sua história, apontando que teria sido comprado por donativos dos habitantes do “corredor polonês” da Pomerânia, como símbolo de “amor à Pátria Polonesa e a sua nacionalidade”. O capitão de fragata, Konstanty Maciejewicz, era também o antigo capitão do *Lwów*<sup>599</sup>, comandante de 60 cadetes a bordo, ademais da tripulação regular<sup>600</sup>. Na baía de Paranaguá, fariam diferentes testes. Os cadetes seriam esperados em Curitiba pela “colônia

<sup>593</sup> Cf.: <http://www.nmm.pl/dar-pomorza/historia-obiektu-dar>.

<sup>594</sup> Em 1930, o navio já havia visitado o Brasil, aportando em Recife. E nesta atual viagem, tinha saído de Gdynia para Bkaggerak, Plymouth, Ilhas Canárias, Cabo Verde, rumo à Paranaguá de onde iria zarpar para “Kapetoun” [Cape Town] e a costa ocidental da África pela Ilha dos Açores, num percurso total de 21 mil léguas marítimas.

<sup>595</sup> *Diário da Tarde*, 02 de dezembro de 1933.

<sup>596</sup> O navio-escola *Lwów* visitou, em 1923, Paranaguá e, igualmente ao *Dar Pomorza*, rendeu atenção das autoridades brasileiras e da comunidade polonesa na forma de comemorações.

<sup>597</sup> *Diário da Tarde*, 02 de dezembro de 1933.

<sup>598</sup> Tinha 1660 toneladas, era um navio de vela. Possuía três mastros e 25 velas, com 1600 metros quadrados e motor a diesel de 450 hp, estação de rádio transmissora e outra de alarme, bem como “modernos” aparelhos de navegação. *Diário da Tarde*, 02 de dezembro de 1933.

<sup>599</sup> *Revista Brasil-Polônia*, 1933. Teria visitado o Brasil dez anos antes.

<sup>600</sup> Legação Polonesa no Rio de Janeiro para MRE, 20 de dezembro de 1933. Entre as pessoas que chegavam no navio estava o professor Wenceslau Roszkowski e seu assistente Janusz Nast. O professor era estudioso da fauna brasileira já tendo estado no Brasil em 1931.

polonesa”, onde seriam organizadas recepções. De outro lado, uma excursão para Paranaguá era organizada para visitar o navio. O próprio capitão Maciejewicz visitou a redação do jornal *Diário da Tarde*, agradecendo às referências feitas ao navio-escola<sup>601</sup>. O *Correio do Paraná* destacou “A colônia polonesa e o Dar Pomorza”<sup>602</sup>, dando relevo à presença de vários dias do navio em Paranaguá e que a “Imponente unidade naval” conduzia um cruzeiro pela América do Sul. Ele vinha sendo “visitadíssima” pela “colônia polonesa” domiciliada no estado. Diversos festejos comemorativos eram prometidos de ser preparados pela colônia para a visita dos marinheiros<sup>603</sup>.

Conforme Chorośnicki, no dia 25 de dezembro, em retribuição à visita de membros da “colônia polonesa” ao navio, 30 tripulantes do *Dar Pomorza* foram para Curitiba, dentre os quais, 25 cadetes e o comandante<sup>604</sup>. Muitos membros da “colônia” aguardavam na estação de trem, que depois da saudação, conduziram os marinheiros à sede do *Junak*, onde ocorreu um almoço. Assim como os visitantes anteriores, houve solenidades junto às associações polonesas e com a elite curitibana.

No dia 10 de janeiro de 1934 o navio zarpou<sup>605</sup> para a África de onde regressariam para Gdynia, a fim de os cadetes retomarem as aulas teóricas. Conforme Chorośnicki, a marinha de guerra polonesa, ainda que pequena, era “excelente” e poderia “fazer orgulho de qualquer potência marítima do mundo”<sup>606</sup>. Igualmente a marinha mercante polonesa se desenvolvia rapidamente. Ao destacar o país, o autor ressalta também “A impressão da beleza do Brasil, da hospitalidade do povo brasileiro formaram uma fortíssima lembrança nos espíritos dos marinheiros poloneses”, e “pediram-nos especialmente, para agradecermos a imprensa brasileira pelo acolhimento caloroso e as referências públicas, como o público com o qual muitos deles travaram relações de amizade”. Desejavam, por fim, uma “feliz viagem” ao breve regresso dos marinheiros do “Dar Pomorza”<sup>607</sup>.

No mês de agosto, foi publicado um elogio à Polônia, no *Diário da Tarde*, pelas vindas de Skarzyński, Raczkiewicz e depois, que estava em Curitiba, a cantora Adelia Korytko e o

<sup>601</sup> Diário da Tarde, 08 de dezembro de 1933.

<sup>602</sup> Correio do Paraná, 10 de dezembro de 1933.

<sup>603</sup> Destaca a visita do dia 16 de dezembro, com presença de companhias teatrais e sarau dançante na União Polonesa e uma excursão oficial a Paranaguá no dia 17 e dia 26 de dezembro visita a Curitiba do restante da tripulação com recepção na União Polonesa.

<sup>604</sup> Os capitães-tenentes Marianno Strzembosz e Stanislaw Bowinski, o médico dr. Korabiewicz e o reverendo pe. Kzуска. Diário da Tarde, 25 de dezembro de 1933.

<sup>605</sup> Diário da Tarde, 10 de janeiro de 1934.

<sup>606</sup> Ibidem.

<sup>607</sup> Ainda, segundo Chorośnicki, Tadeu Neumann, filho do violinista e secretário do consulado Wladyslaw Neumann, se tornou cadete militar, influenciado pela passagem dos marinheiros do *Dar Pomorza*. Diário da Tarde, 16 de janeiro de 1934.

maestro Zbigniew Dorniewski, a “Polônia, nestes últimos meses, tem se imposto como em tempo algum ao conceito e à admiração do nosso Estado e do nosso povo”, graças a seu “adensamento político, social e artístico”, vinda de “poloneses ilustres” e “nomes consagrados”, cujo valor “elevam o nome da Polônia, tornando-a não só mais amplamente conhecida, não só mais amplamente lembrada, como mais amplamente admirada pela nossa gente”. Depois, dedica-se a tratar da cantora, a qual vai ser tema em outras edições no mês<sup>608</sup>.

Mesmo elogio feito por Dr. Vitor do Amaral, diretor da Faculdade de Medicina, no Rotary Clube de Curitiba. Enaltece o “nobre país” e que a numerosa colônia “tanto vai concorrendo para progresso do Paraná” e elogia também o cônsul Staniewicz<sup>609</sup>. Destaca recepção de Skarzyński, de “intrépida coragem” na consecução da quebra de recorde e que honrou Curitiba em sua passagem (com destino a Buenos Aires), vinculando a necessidade de o Brasil não ficar alheio às conquistas aéreas, uma vez o que país seria um pioneiro na área. É evidenciado positivamente o trabalho do cônsul na recepção de Raczkiewicz.

Diante do exposto, o ano de 1933 e início de 1934 foi um momento de ampla visibilidade para os poloneses, as vitórias do *Junak*, as recepções de personalidades, atrelados à ampliação dos interesses da Polônia sobre seus emigrados e descendentes ao longo dos primeiros anos da década, são formulações que como de costume quando tratamos da população polonesa, são ambíguas. Marcadas entre disputas e querelas morais e imperialistas, à imagem de uma nação amiga e promotora de aproximações positivas, com visitantes ilustres dignos de capas e páginas nos periódicos, da “colônia polonesa laboriosa” e contribuinte para o estado do Paraná até a base de uma potência emergente pela aviação e marinha. Estas culminações são base para o entendimento das disputas de 1934 e da mobilização da campanha de nacionalização, entre 1937-1939, conforme pretendemos demonstrar nos próximos capítulos.

---

<sup>608</sup> Diário da Tarde, 03 de agosto de 1933.

<sup>609</sup> O Dia, 07 de agosto de 1933.

#### 4. A LIGA MARÍTIMA E COLONIAL E A CRISE DE 1934: PROJETO COLONIAL POLONÊS E A EMERGÊNCIA DE UMA REAÇÃO BRASILEIRA

Ao dedicarmos maior atenção à análise dos periódicos curitibanos, pretendemos verificar as *representações* e discursos desenvolvidos sobre o “imperialismo polonês” no Brasil, a partir das ações das instituições polonesas no âmbito colonial. Para pensar este aspecto, premente se faz apontar os avanços dos ideais poloneses e as condições que contextualizam as disputas posteriores, de maneira a apresentar os diferentes protagonistas desta conjuntura. A Liga Marítima e Colonial e o *Correio do Paraná*, junto a seu diretor Paulo Tacla.

Nas colunas e artigos do periódico, a partir do mês de março de 1934, uma série de textos de denúncia e de enfrentamento delatam, ao mesmo tempo em que definem, o que consideram o “imperialismo” dos poloneses no Paraná, mesmo que em momentos de exacerbação adjetiva. A “campanha”, como ficaria conhecido aquele conjunto de textos, indica noções que encabeçam ideais antipoloneses ou certa “polonofobia”, se assim podemos nominar, específicos entre membros da intelectualidade curitibana e, também, disputas internas na própria comunidade, como decorrência dos acontecimentos evidenciados anteriormente de 1933. Diferentemente do período pós-1937, quando o Estado Novo passa a perseguir um certo “perigo” representado pelos poloneses, num debate desenvolvido no âmbito oficial (diplomático e policial), em meados da década de 1930, são em boa medida as querelas internas ao grupo, reforçadas por um discurso nacionalista direcionado, que alimentam as críticas às ações polonesas no Brasil. De outra parte, o *Diário da Tarde*, com forte participação da comunidade polonesa, e o *O Dia*, buscam novamente oposição às denúncias do jornal dirigido por Paulo Tacla<sup>610</sup>.

Nesta década, igualmente, são relevantes as discussões sobre a nova constituinte, quando a temática da imigração passa a ser um elemento importante, sobretudo a partir de uma perspectiva restritiva. Nesse contexto, na medida em que avançavam os projetos e planos poloneses, emergiam também, com mais força e contundência, tanto sob o ponto de vista político, como intelectual (de fato, inseparáveis), mobilizações contra a imigração, por sua restrição, controle e seleção. O ambiente, portanto, era propício para disputas mais incisivas.

Os poloneses eram uma população importante em Curitiba, de modo que parece, assim, uma constatação, pensar que esta população mais urbanizada, visível e em maior contato com os brasileiros, diante da expansão institucional da década de 1920 e 1930, fosse igualmente

---

<sup>610</sup> Há também um diálogo com os jornais polono-brasileiros, em especial o *Lud* (O Povo) e o *Gazeta Polska w Brazylii* (Gazeta Polonesa no Brasil), os quais, contudo, contemplaremos em outro trabalho.



mais enfocada nas páginas dos jornais. Ao expressarem informações, os jornais poderiam exercer influência sobre o público e as atitudes com relações aos poloneses no Paraná, as quais poderiam culminar com manifestações e a atenção das autoridades estaduais. De fato, muitos dos personagens envolvidos nas querelas de 1934 aparecem no trabalho policial pós-Estado Novo, sendo então central analisar o caso ocorrido naquele ano.

#### 4.1. O PROJETO POLONÊS EM PRÁTICA E O DEBATE DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

O jornal *Imparcial* de Curitiba, do dia 25 de maio de 1931, traz a tradução do texto de um suposto “chefe do Partido Conservador” da Polônia, chamado Jan Hupka, publicada no jornal *Czas* (O Tempo) de Cracóvia. A intenção do texto tinha a necessidade de “meditar” sobre as “ideias esdrúxulas” o que se pensava sobre o Paraná na opinião daquele político. O diretor do jornal era Romulo Faria, pessoa próxima a Paulo Tacla<sup>611</sup>, que iria trabalhar no *Correio do Paraná* como redator-chefe em maio de 1934. O jornal curitibano visava criticar a publicação do artigo pelos jornais polono-brasileiros, *Lud* (O Povo) e *Polska Prawda* (Verdade Polonesa), pois o Brasil “não é lugar próprio para delírios, juntamos – prejudiciais sobre o país polaco independente ou da colônia genuinamente polaca”<sup>612</sup>.

As noções expostas no texto eram aquelas que coadunavam com os as propostas de alguns intelectuais poloneses para com os objetivos coloniais do país renascido. A importância da considerada “emigração fixa”, que não estaria tendo a atenção do estado polonês; a necessidade da emigração em razão do crescimento populacional; a ideia de “emigração dirigida”, posto que, conforme a tradução, o “papel do governo consiste em dirigir a emigração, tutelar em viagens, tratar com outras potências a fim de adquirir garantias necessárias de que precisarem os emigrantes no estrangeiro”<sup>613</sup>; a proposta de que “a emigração polaca deve ser dirigida exclusivamente para o Paraná”, ou seja, o esforço em concentrar toda a emigração num país só, “em massas compactas”, para que os emigrantes não fossem perdidos para a pátria, que não se dissolvessem no meio, “indo o nosso sangue para o sustento de outros povos”; tudo com o apoio dos consulados para melhores condições de vida<sup>614</sup>.

A tradução do artigo deixa clara a noção de que com o apoio do estado polonês, seus padres e a tutela de intelectuais, o Paraná poderia, “com o tempo, se tornar uma **nova Polônia**

<sup>611</sup> Elogiado em editorial de Paulo Tacla, *Correio do Paraná*, 19 de abril de 1934.

<sup>612</sup> *Imparcial*, 25 de maio de 1931.

<sup>613</sup> *Ibidem*.

<sup>614</sup> *Ibidem*.

uma florescente colônia polaca; poderá, no futuro, com o acréscimo da população polaca e com a boa direção. TOMAR CONTA DO PAÍS QUE DER ABRIGO E FIRMEMENTE” (grifos nossos) e “Poderá se tornar mercado para a indústria polaca e fornecer, em troca, produtos coloniais”<sup>615</sup>, numa relação propriamente colonial, a exemplo de outras nações. As letras em caixa alta destacam esta questão, uma possível ameaça de dominação. Depois disto, o artigo analisa o caso do estado do Paraná, a necessidade de aumento populacional “polonês” naquele local, a fim de ocupar maioria no governo e “Congresso” estadual. Inclusive destacaria Curitiba como uma cidade “meio-polaca” dado a presença dos seus compatriotas na agricultura, indústria e comércio, segundo os dados que apontam<sup>616</sup>. Tendo em vista esta acepção, a tradução do texto destaca algumas indicações, novamente, em caixa alta, a fim de alertar os leitores: no Paraná “o clima é temperado, não é mais quente, as condições para agricultura são conhecidas e já experimentadas desde os tempos remotos, onde há possibilidade de se criar um Estado polaco INDEPENDENTE”, sendo que “Os únicos rivais lá, contra a NOSSA SOBERANIA, poderão ser realmente os alemães” e que a “Gente pateta, inválida, imbecil, OS INDÍGENAS, CABOCLOS NÃO SE TOMA EM CONTA”<sup>617</sup>.

Nestas frases, a concentração dos poloneses no Paraná, sob ponto de vista de tornar independente um estado particular, a oposição aos alemães como ameaça à uma possível “soberania” polonesa e o preconceito com relação aos “brasileiros” (caboclos e indígenas), indicam o que poderia ser um claro perfil colonizador das intenções do autor, embebido na lógica imperialista europeia, uma “cultura imperialista”, as quais justificariam a dominação daquelas terras. Contudo, o artigo finaliza com acepção entendendo que as opiniões de Hupka são consideradas “absurdas” e “não merecem o menor comentário da nossa parte”, sendo a publicação apenas a título de “curiosidade”, embora tenham sido destacadas na capa do jornal. A data de publicação do artigo, 1931, não está exatamente contemporânea aos debates no *Correio do Paraná*, mas será fortemente utilizada pelos seus articulistas na defesa de suas ideias, como aconteceu em 1933, ademais, funciona como um alerta prévio, o qual condiciona a uma imagem de ameaça da Polônia no Paraná, dentro de uma lógica de “emigração dirigida”, que ganhava força já com as ações da Sociedade de Colonização de Varsóvia. Dentro do novo contexto emigratório do período, aludido no primeiro capítulo, e conforme Walaszek (2003, p. 10) em 1933-1934, o MSZ concentrava planos com intuito de conformar assentamentos poloneses na região de confluência das fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai no espaço

---

<sup>615</sup> Ibidem.

<sup>616</sup> Ibidem.

<sup>617</sup> Ibidem.

que compreendia o território nas margens do rio Paraná. Como aponta Nalewajko (2014, p. 140), a preexistência de “assentamentos poloneses” somado ao “o caráter periférico” daquela região seriam elementos positivos para o assentamento de colonos, a constituição da “Nova Polônia”, alocando imigrantes diretos e reimigrantes de outras partes do continente (tradução nossa). O MSZ, junto à LMiK, passa a desenvolver os projetos poloneses, tanto sob o aspecto da colonização de assentamentos, como na perspectiva do reestabelecimento ou reforço dos vínculos com os poloneses, tendo por base o programa emigratório atrelado ao colonial.

Do outro lado do Atlântico, enquanto os projetos poloneses de “emigração dirigida” eram configurados, os anos iniciais da década de 1930 foram marcados pela discussão da temática da imigração no Brasil no âmbito oficial. Um exemplo deste processo são os apontamentos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), iniciada em 15 de novembro de 1933. A Constituição dela decorrente, após a apresentação de diversos debates e emendas anti-imigração e anti-estrangeira, ou ainda seletivas e restricionistas, finalmente, com seus artigos específicos publicados, finaliza de fato o período de “livre imigração” (KOIFMAN, 2012, p. 159), que marcou as décadas anteriores, complementando o processo iniciado em 1930. As ambiguidades da relação com a imigração são visíveis, posto que apesar de Vargas, na sua abertura defender, como era corriqueiro no Brasil, a continuidade da imigração, vendo a necessidade de povoar o território e de braços para o trabalho agrícola, igualmente deixava premente a necessidade de seleção da imigração, evitando aquela considerada contrária aos interesses de caráter econômico, étnico e político, como ameaça ao trabalhador nacional<sup>618</sup>, mas também, à constituição do país sob múltiplos vieses, como a integração proposta.

As discussões da ANC foram em alguma medida relevantes também na imprensa, no qual se incluía o *Correio do Paraná*, como protagonista e, conseqüentemente, ampliando para a sociedade em geral, demonstrando a intensidade dos debates sobre a imigração e colonização no período. De fato, muitos trabalhos investigaram estas discussões, sobretudo seus aspectos vinculados aos imigrantes japoneses, dado que entre os seus principais resultados, foi criada a chamada Lei de Cotas, a qual atingiu a crescente imigração deste grupo (LENHARO, 1986, LESSER, 2001, TAKEUCHI, 2008, GERALDO, 2009, MIKI, 2015, entre outros)<sup>619</sup>. A ANC e seus debates demonstravam que intelectuais (e políticos) brasileiros poderiam ser amplamente

<sup>618</sup> Sessão solene de instalação: Vargas, presidente do Governo Provisório, em agradecimento e congratulações da Assembleia ao Chefe do Governo Provisório, por sua presença na sessão de instalação (NOVA POLÍTICA NO BRASIL, p. 148).

<sup>619</sup> Cf.: LUIZETTO, F. L. **Os Constituintes em face da imigração**: Estudos sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975. LESSER, J. Legislação imigratória e dissimulação racista no Brasil (1920-1934). *Arché*. Rio de Janeiro: v. 3, n. 8, 79-98, 1994.

críticos e/ou avessos ao imigrante sendo configurado em “estrangeiro”, após um amplo período de convivência mais intenso, numa mudança de perspectiva (SAKURAI, 2000, p. 12). Ocorre uma nova crise de conflitos entre a nacionalidade (brasilidade) emergente e a imigração, com forte influência novamente da perspectiva da eugenia, a qual teria, parcialmente, sido transportada para a legislação, de forma adaptada (KOIFMAN, 2012) e com regras não escritas de impedimento e seleção dos indesejáveis, configurada a partir da ANC através de alguns dos deputados envolvidos (STEPAN, 2004). Enquanto isso, aos poucos a imigração se atrelava também à possibilidade de ameaças de desintegração nacional, sob o viés do território, além de outras características homogeneizantes conformadas no período.

Na ANC, a Polônia era vista como uma das “novas e prósperas repúblicas da Europa Central e do Báltico”<sup>620</sup>, pelo próprio Vargas, com as quais se abria convênios e mercados que antes estavam interditos<sup>621</sup>. O país era um exemplo através de sua história de dominação<sup>622</sup>, entre outras questões para as quais se remetia<sup>623</sup>, como o próprio reforço do executivo polonês. Em diálogo do deputado Ferreiro de Sousa e de Zoroastro Gouveia, desponha que desde 1926<sup>624</sup> era tomado diante das relações com a Alemanha e a Rússia, sob uma perspectiva positiva de imaginar como exemplo ao Brasil, na constituição de suas leis e como prática de sua história de luta<sup>625</sup>. Apesar de já aparecerem questões relacionadas com etnia, raça e identidade, a

---

<sup>620</sup> Sessão solene de instalação: Vargas, presidente do Governo Provisório, em agradecimento e congratulações da Assembleia ao Chefe do Governo Provisório, por sua presença na sessão de instalação. (NOVA POLÍTICA NO BRASIL, p. 64).

<sup>621</sup> De outro lado, a Polônia e seus textos constitucionais eram tomados como exemplo, junto a outros países, para o estabelecimento das disposições constitucionais. Ainda que mais formalmente apenas em 1937, com a implantação do Estado Novo e a criação de nova constituição, informalmente conhecida como “A Polaca”, justamente pela sua inspiração na versão polonesa de 1935.

<sup>622</sup> Deputado Lemgruber Filho, Atas da Assembleia Nacional Constituinte Vol. p. 523-524

<sup>623</sup> O deputado Zoroastro Gouveia, ao tratar de questões religiosas, aponta: “A Polônia era religiosa, católica, apostólica e romana. Contra ela, entretanto, se congregaram forças que, se de um lado, como as armas austríacas, invocavam o mesmo Deus, por outro lado, como as que integravam os exércitos russos, eram naturistas, qual as populações da Ásia, que serviam no exército ou eram cismáticas. E a Polônia caiu debaixo das patas dos cavalos e dos lanços da Áustria católica da Prússia protestante, da Rússia ortodoxa ou pagã.

Pergunto, à consciência dos homens modernos: que causa, sob o ponto de vista do Direito, das aspirações nacionais de independência e unidade se apresenta mais legítima, mas romântica e mais apaixonadora do que a causa da Polônia, - nação com língua diferenciada, costumes próprios, próprias instituições, nação cristã, nação católica e, entretanto, outras nações católicas, outras nações cristãs invadiram-na, retalharam-na, escravizaram-na, e, a esse tempo, o Deus pessoal da Bíblia, o papão ingrato de Jerusalém, não se lembrou de que os polacos haviam constituído com seus peitos as muralhas intransponíveis à invasão dos turcos e dos bárbaros da Ásia”. Atas da Assembleia Nacional Constituinte Vol. 14, p. 99,

<sup>624</sup> O deputado Cristovão Barcelos, ao tratar dos exércitos, menciona golpes militares ao redor do mundo, incluindo: “Polônia: Golpe de Estado militar de 12 de Maio de 1926. Depuração dos quadros de oficiais. Todos os gabinetes compreendem ministros' do “Grupo de Coronéis”. Intromissão dos oficiais na administração civil”. Atas da Assembleia Nacional Constituinte Vol. 9, p. 209.

<sup>625</sup> Atas da Assembleia Nacional Constituinte Vol. 8 p. 372. Atas da Assembleia Nacional Constituinte Vol. 6 p. 233.

Polônia é sobressaída pelo seu exemplo histórico, numa visão positiva da sua resistência ao dominador.

Os sentimentos nacionalistas (defensivos) e anti-imperialistas de segurança nacional se somavam aos debates do racismo científico do século XIX e eugenia dos anos 1920, (re)configurados (STEPAN, 2004, GERALDO, 2009). Destacam-se entre os promotores das discussões sobre a imigração, Miguel Couto, Antônio Xavier de Oliveira, Arthur Neiva, Teotônio de Barros, Antônio Carlos Pacheco e Silva, entre os principais. São as temáticas debatidas da configuração da brasilidade pelos ideais nacionalistas e as concepções de raça, etnia ou identidade, que nos chamam atenção para a imigração, de maneira geral e para os poloneses e a Polônia, de maneira específica.

O controle proposto, tanto seletivo, quanto restritivo, evitaria indivíduos tidos como “inassimiláveis” e “indesejáveis” para se vincular à nação e provocar degenerescências ou ameaças políticas de tipos variados (MIKI, 2015). A proibição da entrada de africanos e asiáticos, os embates frente os japoneses (como inassimiláveis e risco racial), a preferência por imigrantes brancos entre outros elementos foram remarcados nos debates (GERALDO, 2009). A ameaça imperialista era outro ponto, em especial, destacando o perigo representado por alemães e japoneses (GERALDO, 2009). Era explorado o vínculo dos imigrantes com seus países de origem e potencial que instituíam para uma eventual conquista ou invasão, tendo como base exemplar a expansão alemã na Europa e a japonesa na Manchúria, ademais da imagem da formação dos “quistos” dada a concentração e isolamento daqueles imigrantes<sup>626</sup>. Miguel Couto, assim como Arthur Neiva, alertava para os japoneses e seu ideal colonial no Brasil, com a compra de terras por colonizadoras japonesas (LESSER, 2001, TAKEUCHI, 2008)<sup>627</sup>, embora desqualificados racialmente, enquanto os alemães eram considerados igualmente inassimiláveis e desaconselhada sua imigração, ainda que sem a reprimenda racial. O deputado Renato Barbosa se expressava na forma de uma “invasão pacífica” pela imigração<sup>628</sup>.

<sup>626</sup> Geraldo, (2009, p. 189) comenta a imagem do Japão como nação imperialista e o ideal de plano estratégico de invasão e conquista do território brasileiro. O plano envolvia o fluxo migratório cada vez mais numeroso para o país, agrupamento em colônias e não assimilação. A invasão da Manchúria era avaliada na ANC, inclusive.

<sup>627</sup> Segundo Geraldo (2007, p. 83) “Os argumentos de teor eugenista sobre o papel dos japoneses na composição racial nacional estavam acompanhados, portanto, da idéia de que a imigração tornava-se mais uma ameaça do que uma necessidade. A imigração japonesa pôde ser caracterizada como um problema racial e um risco à segurança nacional. Embora os imigrantes japoneses estivessem maciçamente concentrados no Estado de São Paulo, a comparação foi realizada entre o Amazonas e a Manchúria. A preocupação cercava a colonização nas terras que estavam nas mãos de Companhias de Colonização japonesas, tanto no Amazonas quanto no Pará, já que, nos anos de 1927 e 1928, estes Estados haviam assinado contrato de concessão de um milhão de hectares cada um para o desenvolvimento da colonização japonesa”.

<sup>628</sup> Atas da Assembleia Nacional Constituinte Vol. 16 p. 391.

Para Couto, “O que ia acontecendo com a Alemanha pode ocorrer também com outras terras, com outros países, com outras nações imperialistas que enchem o Brasil com seus naturais”<sup>629</sup>, neste caso, quiçá, poderia se incluir a Polônia, agindo num sentido parecido, com compra de terras, direção e tutela de seus imigrantes, semelhante também ao caso japonês. Apesar destes apontamentos, Arthur Neiva, por exemplo, defendeu a vinda de refugiados poloneses, prisioneiros de guerra pelos russos, retidos no leste da URSS<sup>630</sup>, considerando seu colega, Arruda Falcão, que “A Liga das Nações, dessa maneira, prestaria relevantíssimo serviço ao Brasil que precisa de braços”. Já Pacheco e Silva, aliava a imigração polonesa à chegada do tracoma no Brasil, assim como de outros grupos imigrantes<sup>631</sup>.

A Constituição Brasileira de 1934 foi promulgada em 16 de julho. Entre as disposições, estava o artigo de número 121, que recebeu a denominação de Lei de Cotas, inspirada fortemente na legislação dos EUA (de 1924): ela limitava a dois por cento (2%) sobre o número de imigrantes totalizados no Brasil durante os últimos cinquenta anos e o caráter do impedimento da concentração regional destes imigrantes no território do país (MIKI, 2015). A cota polonesa de 2% equivalia a 1.230 imigrantes, sendo que 80% deveriam ser agricultores. O cálculo era de que nos últimos 50 anos, 61.520 poloneses haviam entrado no Brasil<sup>632</sup>. Além disso, se caracterizava um padrão populacional particular para o país, privilegiando a integração étnica e capacidade física, tendo em vista, portanto, os fluxos considerados mais integracionistas, reforçando ideais de constituição racial, econômica e cultural do país e seus habitantes, como os latinos (espanhóis, italianos, etc.), em especial, os “lusos”, os portugueses, (MENDES, 2011, KOIFMAN, 2012). Também a primazia geral por agricultores, que se fixassem especialmente no campo, bem como a necessidade de proteção do trabalhador nacional, visto como capaz de processos assimilacionistas pela miscigenação e de compor o esforço de desenvolvimento nacional.

Segundo Potopowicz<sup>633</sup>, informando o Sindicato de Emigração, ao pensar na lógica da “emigração dirigida”, a contempla através de uma colonização ampliada, apoiado por recursos, um programa racionalizado e aparato técnico, os quais permitiriam resolver problemas quanto

<sup>629</sup> Atas da Assembleia Nacional Constituinte Vol. 7 p. 491.

<sup>630</sup> Atas da Assembleia Nacional Constituinte Vol. 7 p. 329.

<sup>631</sup> Atas da Assembleia Nacional Constituinte Vol. 8 p. 223.

<sup>632</sup> Memorando cônsul Carlos S. de Ouro Preto para Chefe da Divisão Política e Diplomática, 01 de março de 1939 (CARNEIRO, 2010). Em 1934 a Legação polonesa tentou aumentar o número de poloneses, calculando 190 mil imigrantes, pensando os fluxos anteriores a 1918 (com dados de Głuchowski), pedindo uma revisão do número original. Legação Polonesa no Rio de Janeiro, Ministro Tadeusz Gabrowski para José Carlos Macedo Soares, Secretário de Estado do MRE, 27 de agosto de 1934. Segundo Geraldo (2007, p. 102), os cálculos para os países surgidos após a guerra foram de caráter aproximativo.

<sup>633</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 66.



ao sucesso dos empreendimentos de emigração colonizadora pelas companhias, a qual não poderia ser deixada, na sua concepção, em perspectiva reduzida e ocorrendo de forma apenas espontânea. Articulava que mesmo com o problema das cotas de imigração, remetendo à questão racial no Brasil com relação aos japoneses, ela permitiria ao polonês ser visto como componente de “sangue branco”, o que interessaria a opinião pública do país. Essa avaliação era com base a partir do que examinava em diferentes artigos da imprensa, os quais enfatizariam os benefícios da colonização com aquela população e garantiriam a sua política de emigração, portanto, via uma grande oportunidade na situação<sup>634</sup>.

#### 4.1.1. A instituição polonesa: a fundação de colônias e as ações da Liga Marítima e Colonial em território brasileiro

A chamada Liga Marítima e Colonial era uma instituição que surge dentro do explorado contexto das formulações coloniais polonesas, da construção de sua “identidade colonial” (PUCHALSKI, 2017) e de suas ambições como potência no contexto mundial, isto é, as “alucinações de grandeza”, desejos de poder do nacionalismo polonês exacerbado do período. Era uma associação privada, mas operando com o algum apoio do estado polonês<sup>635</sup>. Segundo Hehn (2002, p. 70), fazia parte do conjunto de “organizações nacionalistas”, multiplicadas ao longo do entreguerras, sendo parte também, em nossa análise, das colonizadoras como a TK, que trabalhava concomitante a ela. A instituição é fruto de debates mais antigos (BIAŁAS, 1983) e de estudos recentes (PUCHALSKI, 2017, 2018), sendo elemento de constantes avaliações por parte da historiografia.

Criada a partir de algumas entidades predecessoras, que se agregavam ou transformavam (como a *Polska Bandera*, *Liga Żeglugi Polskiej* e a ZPK). Em outubro de 1930, a antiga *Liga Morska i Rzeczna* (Liga Marítima e Fluvial) se tornou uma nova instituição, herdando ações e obras dos “pioneiros” da ZPK, naquilo que era referente à perspectiva colonial<sup>636</sup>. Nos anos de 1930-1939, a Liga se desenvolveu fortemente, chegando a ter 1 milhão de membros no fim da década e influenciando politicamente os ideais coloniais poloneses (HUNCZAK, 1967, ŁUKOWSKA, STĘPIEŃ, 2013, NALEWAJKO, 2014). Segundo Puchalski (2017, p. 5)

---

<sup>634</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>635</sup> Conforme Puchalski, depois de 1930, a LMiK estava numa aliança próxima com o regime *Sanacja*, embora fosse uma relação complexa, que envolvia busca de fundos e missões não apoiadas “oficialmente” pelo MSZ (2017, p. 7).

<sup>636</sup> Sprawozdanie z działalności Ligi Morskiej i Kolonjalnej, 1932.

A LMiK estabeleceu a aquisição de colônias na forma de mandatos e outros tipos de concessões internacionais como o núcleo de seu conceito mais amplo de “Polônia marítima”. Além disso, o LMiK canalizou a emigração para destinos particulares e facilitou o contato entre a Polônia e sua diáspora, na tentativa de transformar emigrantes poloneses em agentes políticos e econômicos da metrópole. Além disso, a instituição promoveu produtos poloneses em países estrangeiros, fez *lobby* pela reabertura dos mercados coloniais britânicos e franceses e incentivou todas as empresas relacionadas ao amplo mar (tradução nossa).

Os interesses no desenvolvimento marítimo e dos rios, da marinha, dos portos e avanços no comércio eram fatores preponderantes (WACHOWICZ, 2001, p. 56). Contudo, entre seus objetivos, o artigo 3º do programa estabelecido em 1931<sup>637</sup> é representativo do aspecto “colonial” de seu nome e destaca, além das metas de sensibilizar a opinião pública polonesa sobre os benefícios de explorar “o mar, rios e águas interiores”, a colonização racional na forma da concepção de “emigração dirigida”: **“c) Manter contato próximo com emigrados poloneses no exterior em termos de sua vida nacional e cultural”; e “d) A aquisição de terras, a fim de proporcionar a Nação Polonesa expansão desenfreada do ser humano e economia, concentrar emigrados no exílio polonês e manter o vínculo com seu país natal”** (tradução e grifos nossos). Tais fatores coadunam com o desenvolvimento dos projetos poloneses e sua confrontação posterior com a defesa do Brasil pelos ideais nacionais.

Com os problemas em razão da crise e desemprego na Polônia ela avançou no “projeto de colonização planejada” nas áreas da América do Sul e de cooperação com a França<sup>638</sup>, de forma que assim como a TK, a LMiK tinha amplo apoio estatal, substituindo a partir de 1932 o Instituto de Pesquisas, criado em 1926, e com financiamento para desenvolver os assentamentos, como representava a formulação dos projetos coloniais poloneses especificamente (KICINGER, 2005, p. 67). Existia um “Fundo Colonial” e um “Departamento Colonial”, com seções específicas, além de outros fundos e departamentos ligados a questões marítimas como seu programa apresentava<sup>639</sup>. Houve também um grande investimento em propaganda<sup>640</sup> por parte da instituição, publicando diversos materiais impressos, mobilizando reuniões e palestras, bem como fomentando o audiovisual (PUCHALSKI, 2017, p. 6).

<sup>637</sup> Programa da Liga Marítima e Colonial, 1931. AEG.

<sup>638</sup> Sprawozdanie z działalności Ligi Morskiej i Kolonjalnej, 1932. APV.

<sup>639</sup> Ibidem.

<sup>640</sup> Sobre as publicações “By 1935 it was putting out three periodicals: the monthly publications *Morze* and *Polska Na Morzu*, with a circulation of 140,000 and 135,000 respectively, and the scientific quarterly *Sprawy Morskie i Kolonialne*, with a circulation of 4000. Other publications included *Szkwal* and *Gazetka Morska*. Besides periodicals, the League published books and pamphlets, propagandist, scientific, and literary. In 1934 the number of publications, exclusive of periodicals, exceeded 600,000 copies” (HUNCZAK, 1967, p. 652).

Nesse contexto, o Brasil, em especial o Paraná, mas também outros lugares como o Peru, Libéria, Moçambique e possessões francesas na África, como Madagascar ou portuguesas como Angola, eram observados para novos assentamentos poloneses dentro da lógica de mobilizadores como aqueles vinculados à LMiK (ŁUKOWSKA, STĘPIEŃ, 2013, p. 168). Em 2 de julho de 1935, diante das atividades empreendidas pela LMiK no Paraná, o jornal curitibano *O Dia*, divulgou um longo texto com título “Liga Marítima e Colonial de Varsóvia”, justamente mais de um ano depois das polêmicas relacionadas ao *Correio do Paraná*, a fim de fazer, inclusive, uma defesa da instituição que estava sendo valorizada do ponto de vista propriamente colonial, isto é, de colonização, pelo governo paranaense diante dos projetos de concessão de terras, ainda facilitados naquele contexto.

No artigo (seriamente mutilado), é realçado o trabalho da LMiK na colonização no Paraná, suas múltiplas sedes e a representação oficial com “poderes gerais”. Assim, se considera “as circunstâncias favoráveis devido a situação geral e o bom acolhimento e compreensão do governo paranaense, foram o motivo de início de trabalhos desta instituição”<sup>641</sup>. Este texto, fruto de uma possível matéria paga ou justificativa para a ação da Liga, permite uma quebra com o conceito que seria marcado pela disputa com o concorrente curitibano.

É destacado o seu caráter “social”, isto é, não ter fins lucrativos e “busca seu trabalho em cooperação e contribuição com as grandes massas sociais polonesas”. Para o artigo, a Liga era o reflexo do “árido trabalho” do cidadão para tomar parte na resolução dos problemas como a expansão social, econômica e intercâmbio<sup>642</sup>. Depois, anuncia que as tarefas da Liga seriam resumidas a três: navegação, expansão econômica e colonização. O primeiro, “a organização e construção de linhas de navegação marítima-comercial, que possa satisfazer ao potencial e capacidade econômica da República Polonesa [...]”, mais fundamental pela recente construção do porto de Gdynia e a importância para intercâmbio, expansão econômica e comunicação da Polônia com outros países, através da configuração de um problema para todas as classes sociais, popularizando-o, como um objetivo nacional.

Na sequência, investiga o eixo da expansão econômica encabeçado, em que afirma, no pós-reconquista da independência e para fazer alcançar “uma respeitável e forte posição entre as demais nações e potências mundiais se prosseguisse com a divisa: “wyścig pracy” (quer dizer em português: “rota do trabalho”) traçada e indicada brilhantemente pelo Grande Marechal Pilsudski”. Assim sendo, “trabalho intenso” e “contribuição em prol da paz mundial” seriam o programa da Polônia moderna, tendo um esforço de conquista de mercados pelo país (sua

---

<sup>641</sup> O Dia, 02 de julho de 1935.

<sup>642</sup> Ibidem.

indústria e comércio), mas sem as “salvas de canhões”, e sim com os “apitos estridentes das fábricas”<sup>643</sup>. Nesse sentido, a LMiK teria como ação a propaganda de produtos poloneses em diferentes países e promoção do intercâmbio comercial, com a compra direta de produtos que necessitariam. Desta maneira, quanto a este tema “A Liga é, portanto, uma instituição de fins razoáveis, úteis, justificados, que desenvolve as suas atividades em torno do intercâmbio econômico mundial. Esta atividade na atual situação econômica do mundo é, como sabemos, bastante difícil”<sup>644</sup>.

O tema finaliza mutilado, mas na construção do raciocínio do texto, é reiterada suas ações para a necessidade de “europeização da África”, como “indispensável”, “o esforço da solidariedade pacífica de todos os países civilizados”. A Polônia tomaria um lugar de importância no tema de aproveitamento das riquezas daquele continente. Ademais, o “excesso de natividade” e “desenvolvimento de suas indústrias” obrigava a busca de um “beco de saída”, ou seja, a “obtenção de sua própria colônia, no continente africano”<sup>645</sup>. Os interesses propriamente “imperiais”, balizados nos ideais de “fardo do homem branco”, são reiterados para a África, onde se desenvolvia seu trabalho (particularmente na Libéria), fartamente defendidos e apoiados, enquanto o Brasil, ficaria com a uma possibilidade apenas da colonização, mas não de um domínio colonial no sentido imperialista.

A terceira e última base, a colonização, é vinculada à necessidade de modernização, organização, expansão emigratória e ordenação. O objetivo era garantir o emigrante e não lesar o país de acolhida. A LMiK teria voltado seus planos nesse sentido ao Paraná, em função das “riquezas naturais”, clima “salubérrimo” e “experiências anteriores levadas a efeito”, concentrando “máximas vantagens” para a “colonização polonesa”<sup>646</sup>. Segundo o texto, seguindo “com absoluta harmonia e subjugação rigorosa às necessidades do país que permite a colonização”, que a Liga teria dado continuidade aos esforços colonizadores do próprio governo paranaense, baseado em suas “exigências e diretrizes”, com a diferença de dar um “caráter polonês” para a temática<sup>647</sup>.

O texto explica que o governo brasileiro permitiu a condução da emigração em larga escala por outras instituições, em razão do volume que esta atingiu, desde que “atendendo aos interesses do Brasil e dos emigrantes”. Para o artigo, ao compreender esta questão, que a Liga iniciou a colonização no Paraná, com o Faxinal de Catanduvas, em Reserva, através da

---

<sup>643</sup> Ibidem.

<sup>644</sup> Ibidem.

<sup>645</sup> Ibidem.

<sup>646</sup> Ibidem.

<sup>647</sup> Ibidem.

concessão de terras. Essa colonização estaria “debaixo do controle do Governo Paranaense e com seu auxílio moral”, destacando a evolução do trabalho colonizador da instituição<sup>648</sup>. Assoma, ainda, que

A Liga Marítima e Colonial, esforça-se para fazer todo o possível a fim de que futuros emigrantes possam, pelo preparo técnico e equipação instrumental, ser cidadãos produtivos na nova pátria, e que possam, em cooperação com toda a população trabalhadora do Paraná, construir, em ordem e progresso, o futuro econômico e social do Paraná, que se apro[vém] brilhantemente<sup>649</sup>.

Essa imagem positiva, tanto das ações da Liga como do governo do Paraná, contradiz o cenário do ano anterior, introduzindo uma imagem civilizadora, modernizadora para as ações polonesas, o que corroborava, de certa maneira, com a sua própria autoimagem. A LMiK poderia funcionar como uma espécie de “braço colonial” do governo polonês dada sua aliança com o regime *Sanacja*, os ideais de Piłsudski e o próprio MSZ (PUCHALSKI, 2017, p. 7, 2018). Nesse sentido, tinha entre seus representantes principais o general Gustaw Orlicz-Dreszer<sup>650</sup>, presidente da Liga até 1936. Essa presença de generais seria motivo de constante desconfiança por parte dos articulistas dos periódicos e de membros das autoridades brasileiras. Dreszer seria uma liderança importante da instituição, assim como suas ideias e fortes desejos coloniais são remarcados na bibliografia<sup>651</sup>, em especial, suas ambições com relação às antigas possessões alemãs, configurando-o num “ativista colonial”<sup>652</sup> (ŁUKOWSKA, STĘPIEŃ, 2013, p. 167, PUCHALSKI, 2017).

Em 1931, como demonstração do crescimento da LMiK, foram fundadas sociedades de “Amigos do Mar Polonês” em vários países, incluindo Estados Unidos, Canadá e América do

<sup>648</sup> Ibidem.

<sup>649</sup> Ibidem.

<sup>650</sup> Segundo Puchalski (2017, p. 6) General Gustaw Orlicz-Dreszer “simbolizava” a LMiK, engajado em posições sobre a necessidade de expandir a influência polonesa tanto politicamente, como economicamente no mundo. Para Hunczak (1967, 649) a eleição do general garantiu os esforços para a LMiK se mobilizar em criar um “poder colonial” polonês, e os métodos para ganho de recursos, base financeira e suas ambições grupais.

<sup>651</sup> Para Puchalski (2017, p. 6), “Orlicz-Dreszer, a scion of an assimilated Jewish family, was a pragmatist, believing that a combination of emigrant colonialism and economic concessions in the colonies would build Poland’s great-power status. In addition to these pragmatic aims, however, Orlicz-Dreszer was also a Romantic visionary, imagining the development of a Polish cosmopolitanism and furtherance of civilization through commercial pioneering in the colonial world. In his preface to a propaganda study of Polish Pomerania, Orlicz-Dreszer extolled the virtues of the vengeful sea, ‘magnificent and terrible, eternally pulsating with the endless life of its never-resting waters’, and suggested that it had punished the Polish nation ‘like Moloch’, the ancient Semitic god associated with sacrifice, for having neglected its Baltic coastline and maritime values”.

<sup>652</sup> “He pursued his manifold interests to connect Poland with the rest of the world an link the Polish community to the new-born country” (ŁUKOWSKA, STĘPIEŃ, 2013, p. 167). Durante a década de 1930 “as an advocate of the new maritime programme, He went on a tour round Poland to promote the new concepts of co-operation between Polish émigrés and prospective colonists” (ŁUKOWSKA, STĘPIEŃ, 2013, p. 167), tendo por objetivos estabelecer assentamentos na América e África, popularizados, sobretudo nos periódicos.

Sul (além de países europeus) (HUNCZAK, 1967, p. 650-652), o Brasil igualmente contava com uma destas sociedades (KULA, 1976, p. 176). Nesse contexto, o ano de 1934 parece ter sido um dos mais importantes para a LMiK como instituição, compondo 1200 seções, 1000 escolas e 250 mil membros, ademais de grande sucesso editorial de livros e periódicos (HUNCZAK, 1967, p. 650, 652). Apesar dos avanços, no entanto, seus projetos no Brasil, instituídos com mais determinação justamente a partir de 1934, pouco se desenvolveram na prática. Inclusive em maio de 1938, as atividades da LMiK foram suspensas e seus direitos concedidos à Cia. de Compra e Venda de Terras Paranaense Ltda.<sup>653</sup>, em razão da campanha varguista de nacionalização, o que conduziu ao encerramento das atividades da Liga no país.

#### 4.1.1.1. A colônia do Faxinal dos Catanduvás: *Morska Wola*

Em 1933, a partir dos esforços de Raczkiewicz (BIAŁAS, 1983), iniciam as ações da LMiK no Brasil com particular protagonismo do general Stefan Strzemiński. Isto significava uma ampliação das atividades da LMiK no país, com ações mais invasivas e determinadas, onde é a partir do ideal de “imperialismo emigrantista”, não apenas pensando os habitantes poloneses ou de origem polonesa lá estabelecidos a mais de seis décadas, mas em localizar a contínua emigração em terras adquiridas e negociações para, com isso, lançar as bases quiçá, de uma imaginada dominação futura de um território no exterior.

Stefan Strzemiński (1885-1955) era um general de cavalaria polonês. Sua carreira havia sido construída no exército russo, pelo qual havia combatido na I Guerra Mundial. Em 1932 se aposentou e a serviço da LMiK foi para o Brasil em 1933<sup>654</sup>, teria chegado a fim de fundar colônias polonesas no Brasil, tendo por base estudos e contatos com o governo paranaense<sup>655</sup>. Essencialmente, com base nas fontes e nos autores, o escopo central era assentar colonos etnicamente poloneses (aproximando antigas e novas colonizações) e a compra no Paraná de cerca de 2 milhões de hectares de terra, em contrapartida, a construção de uma linha

<sup>653</sup> COCAD – Equipe de documentação e pesquisa, 28 de março de 1980. Concessões Liga Marítima e Colonial, Resumo Histórico. ITCG.

<sup>654</sup> Cf.: [http://www.generals.dk/general/Strzemie%C5%84ski/Stefan\\_Marian/Poland.html](http://www.generals.dk/general/Strzemie%C5%84ski/Stefan_Marian/Poland.html)

<sup>655</sup> Documento cartorial, 20 de maio de 1934, com tradução de carta enviada pela direção da LMiK, assinada por Gustaw Orlicz-Dreszer, presidente da Direção Geral da Liga, Edmund Koplotowski, tesoureiro da Direção Geral e Michal (Miguel) Pankiewicz, secretário da Direção. Dando poderes de representação para Strzemiński, incluindo a compra de terras. ITCG.



férrea na região de Guarapuava (chamado “pequeno” e “grande plano”<sup>656</sup>), estas terras que seriam fruto de uma concessão anterior à colonizadora conhecida como BRAVIACO<sup>657</sup>.

A Organização da LMiK no exílio, através da Sociedade dos “Amigos do Mar”, pensava o desenvolvimento da “minoría” polonesa, assim como da própria emigração, o que deveria trazer resultados, particularmente da conexão da última com a “Pátria”, através da disseminação da Liga<sup>658</sup>. Sobre o Brasil, em 1932 já se iniciavam os contatos, pois considerava, no relatório da instituição, como uma área de valor em termos *kolonizacyjne* e *osadnicze*, isto é, da colonização nos dois sentidos pensados pelos poloneses, tendo o Paraná como alvo do Conselho Central da instituição. Ela já estabelecia contatos com a *Sarmacja*, que ajudava a organizar a LMiK<sup>659</sup> no país e com a Associação de Professores Poloneses<sup>660</sup>. Como podemos observar, parece relevante que a LMiK tenha estreitado inicialmente vínculos com instituição de estudantes e também com outras da intelectualidade “polonesa” no Paraná, pois este processo de aproximação pode ter sido elemento inicial das disputas posteriores, que involucravam lideranças locais e interesses de enviados poloneses.

Sobre o ano crítico de 1934 e a efetiva ação de expansão na ação colonial, em janeiro o estado do Paraná receberia o primeiro requerimento protocolar, a pedido da LMiK para concessão da região, anteriormente ocupada por posseiros e indígenas (existência de protelantes já localizados na terra, mas que não conseguiram a legitimar). Novo requerimento foi feito em abril, depois que o terreno foi demandado pelos representantes dos indígenas Kaingang, os quais não tiveram sucesso<sup>661</sup>, a região era vista como uma “reserva indígena” (HUNCZAK,

<sup>656</sup> Ocorre o desenvolvimento dos chamados “pequeno plano” e “grande plano”<sup>656</sup> (BIAŁAS, 1983, p. 198). O primeiro objetivava a construção de uma estrada de ferro (Ramal Riosinho-Guarapuava), com direito a exploração durante 60 anos (WACHOWICZ, 2001, p. 56). Almejavam vincular as antigas colônias dos arredores curitibanos àquelas que se pretendiam fundar mais recentemente. O segundo plano, em boa medida parcamente conduzido pela Liga, em razão da falta de verbas, pretendia a compra de 30 mil hectares às margens do rio Ivaí e Piquiri, a fim de fundar colônias, a primeira, *Morska Wola* e a segunda *Orlicz-Dreszer* (WACHOWICZ, 2001, p. 56). Conforme Nalewajko (2014, p. 141), “En 1933, después de haber estudiado las posibilidades de realizar el proyecto, como es obvio sin que las autoridades brasileñas tuvieran conocimiento de ello, dentro del “pequeño plan de colonización” se empezó a comprar tierras en Paraná, y se establecieron allí nuevas colonias polacas. Tras el éxito relativo de este proyecto, apoyado fuertemente por la Liga Marítima y Colonial, se pasó al “gran plan de colonización” o sea “la segunda etapa de la conquista de Paraná”. Se planeó fundar en la zona decenas de colonias polacas, apoyar su desarrollo económico y luego introducir la administración colonial según el modelo francés”.

<sup>657</sup> A concessão da BRAVIACO tinha cerca de 2.100000 hectares originalmente obtidas junto ao governo federal em 1889 pelo grupo anglo-americano *Brazil Railway Co.* que deveria construir a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, transferida em 1920 para a BRAVIACO (FABRINI, 2016, p. 128-129). A concessão foi anulada pelo Decreto n. 300 de 03 de outubro de 1930 (PRIORI, 2012, p. 143) por Mário Tourinho, devido ao não cumprimento do acordo contratual, na ocasião, eram cerca de 1.700000 hectares (FABRINI, 2016, p. 128-129).

<sup>658</sup> Sprawozdanie z działalności Ligi Morskiej i Kolonjalnej, 1932, p. 27.

<sup>659</sup> Como aponta Malikoski (2019), Grabski tinha vínculos com a LMiK.

<sup>660</sup> Sprawozdanie z działalności Ligi Morskiej i Kolonjalnej, 1932, p. 27.

<sup>661</sup> COCAD – Equipe de documentação e pesquisa, 28 de março de 1980. Concessões Liga Marítima e Colonial, Resumo Histórico. ITCG.

1967). Finalmente, tendo em vista o parecer favorável de 04 de maio de 1934 do Conselho Consultivo do Estado, o despacho Interventorial de 07 de maio, e o decreto número 1389, de 06 de junho de 1934, assinavam o contrato o Estado e a Liga no dia 07<sup>662</sup>. Conforme a primeira cláusula, para fins exclusivos de colonização, era concedida uma área de cerca de seis mil oitocentos e noventa (6.890) hectares de terras devolutas, o “Faxinal dos Catanduvás”, que tinha como limites “norte pelo rio Ubasinho, a oeste pelo Rio Baile, ao sul por este rio, por linhas secas e pela Estrada de Linha Três Bicos, e a leste por 2 linhas secas que separam da posse legitimada por Reinaldo Diniz Pereira e outros, situados no Município de Reserva, neste Estado”<sup>663</sup>. Posteriormente, mais 1000 ha foram pedidos, mas incluídos apenas algumas sobras da medição, totalizando 7.111 hectares<sup>664</sup>, compondo a concessão que ficou conhecida informalmente como *Morska Wola* (“Desejo Marítimo”)<sup>665</sup>. A construção de uma ferrovia não foi aludida no contrato, embora pudesse ter sido um debate das negociações, como chegou a inferir Strzemiński, a fim de garantir o escoamento dos produtos dos colonos poloneses da região<sup>666</sup>.

Segundo Łukowska e Stępień, era o “Projeto Paraná”, funcional a partir das primeiras experiências de colonização com empresas polonesas no Peru<sup>667</sup>. Para as autoras “*Morska* (ou *Nowa*) *Wola* no Paraná foi o primeiro assentamento estabelecido de acordo com as novas regras formuladas pela Liga Marítima e Colonial” (2013, p. 168). A companhia construiu estradas e, de acordo com a cláusula décima do parágrafo 4º do contrato, separou lotes para escola,

<sup>662</sup> Certidão número -1/70. Certificação do inteiro teor do contrato firmado “para colonização de terras” firmado entre o Estado do Paraná e a Liga Marítima e Colonial. ARW.

<sup>663</sup> Segundo o contrato, a Liga teria 60 dias após a finalização do parcelamento para localizar os colonos “morigerados e de saúde perfeita”, de acordo com a cláusula quinta. Eram restritos um máximo de 4 lotes por família, não podendo ultrapassar 100 hectares, bem como um mínimo de 33% de nacionais, não sendo permitida a concentração exclusiva de estrangeiros em apenas um núcleo, conforme a sexta cláusula. Além disso, o não cumprimento ou infrações às cláusulas eram passíveis de multas, caducidade ou finalização da concessão. Outros fins, que não a colonização, eram expressamente proibidos. As penalizações eram sem prejuízos ou indenizações por parte do Estado.

<sup>664</sup> Em 26 de janeiro de 1936 a LMik tentou comprar mais 1000 hectares, conforme medição, deferido em 05 de março. Ficando com 7092 hectares e, por fim, após 1937, com uma sobra de terras, para 7111. COCAD – Equipe de documentação e pesquisa, 28 de março de 1980. Concessões Liga Marítima e Colonial, Resumo Histórico. ITCG. Há referências a outra colônia, que se chamaria Orlicz-Dreszer, em homenagem ao general, falecido em 1936.

<sup>665</sup> Ofício do Engenheiro Othon Mäder chefe do Departamento de Terras e Colonização, para Stefan Strzemiński, 23 de janeiro de 1937. ITCG.

<sup>666</sup> Diário da Tarde, 17 de abril de 1934. Determinadas intenções destacadas por um jornal de Guarapuava e reproduzidas pelo *Correio do Paraná*, uma entrevista com o general polonês: “Procuramos, é verdade, terras que estejam próximas de estrada de ferro que dê vazão aos produtos dos colonos. O nosso interesse na estrada de ferro de Guarapuava é o de servir aos nossos colonos. Não temos interesse nos lucros que ela possa trazer à Companhia, nos transportes. O nosso interesse está justamente no de servir os nossos agricultores de uma estrada de ferro, que percorra ao menos as proximidades das terras em que vão se localizar”.

<sup>667</sup> Em 1924 em Montania e no Ucayali, a partir de 1928, através de Lepecki e Warchalowski (ŁUKOWSKA, STĘPIEŃ, 2013). Conforme Nalewajko (2014) a LMik recrutou famílias para a colônia Sepa no Peru.

hospital e igreja, dentre outros para repartições públicas. A concessionária ainda dispôs farmácia, estação experimental e escola pública, pedindo apoio estatal para colocação de agência postal, telefônica e meteorológica<sup>668</sup>.

De acordo com Potopowicz, justamente no bojo das ações das colonizadoras polonesas, o contrato que se estabelecia entre a colonizadora e o colono, demonstrava as novas regras e a nova situação que se caracterizava a colonização polonesa. A Liga venderia com base na legislação uma área de cerca de 25 ha, a qual o colono deveria comprar. Comportava o custo da viagem entre a localidade na Polônia e os portos do Brasil, pagando a guia marinha do Sindicato de Emigração, bem como os custos de viagem do porto brasileiro de chegada até as colônias de assentamento no Paraná<sup>669</sup>. O colono gastava cerca de 450 dólares por todo o projeto de acordo com os jornais, cerca de 3 mil złoty conforme Białas (1983, p. 201). A parte rural de *Morska Wola* foi de 286 parcelas de 25 ha cada, a parte urbana era de 62 parcelas de 100 x 60 metros (BIAŁAS, 1983, p. 201). A região era vista como tendo grande potencial, ao se notar que o oeste do Paraná seria o melhor sentido para uma espécie de expansão polonesa<sup>670</sup>, no sentido de ocupação territorial, como base nas previsões e ideais de Głuchowski. Ademais, naquela região, para Potopowicz, era possível atingir novas áreas férteis de “florestas virgens”, onde os colonos teriam oportunidades de aquisição de terras nos lugares afastados ou perto de grandes centros<sup>671</sup>.

O autor, embasado na opinião de lideranças emigradas, observava o assentamento de colonos recém-chegados nas antigas colônias, perto dos maiores núcleos poloneses, como objeto de reforço do elemento polonês com “sangue fresco” e permitiria melhores resultados econômicos para o desenvolvimento local<sup>672</sup>. Ou seja, o novo assentamento pioneiro de emigrantes recentes poderia dar resultados positivos, mas tendo, na ótica do autor, a necessidade da participação de colonos poloneses nascidos no Brasil, através de uma “colonização secundária” ou “tardia”. Portanto, dirigindo a colonização e reforçando o caráter da identidade, isto é, a *polonidade*.

Apesar das pressões, como do *Correio do Paraná*, e os motivos de alertas de documentos secretos do consulado brasileiro em Varsóvia também<sup>673</sup>, estes projetos se

---

<sup>668</sup> Ofício Othon Mäder, chefe do Departamento de Terras e Colonização para o gabinete da Interventoria, 11 de janeiro de 1938. ITCG.

<sup>669</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 59.

<sup>670</sup> Idem, p. 61.

<sup>671</sup> Ibidem.

<sup>672</sup> Ibidem.

<sup>673</sup> Cf.: Malikoski (2019), Ofício Secreto, Cônsul Edgardo Barbedo para ministro Mario de Pimentel Brandão, MRE, 16 de dezembro de 1937.

mantiveram até o período da nacionalização. A colônia *Morska Wola*, contudo, não floresceu como poderia ser imaginado, embora se considerasse o cumprimento do contrato, pois em 1939, após a suspensão das atividades da LMiK, a colônia contava com 195 famílias. Eram cerca de 700 pessoas, sendo 69 famílias brasileiras (35% do total – contrato exigia 33%), além de 126 estrangeiros (119 poloneses e 7 ucranianos), dois terços de “colonos velhos”, que já estavam no Brasil entre 15 e 30 anos<sup>674</sup>, isto é, reimigrantes. Portanto, inserido no ideal anterior de concentrar os poloneses no Paraná, propagandeando para os colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as novas colônias, evitando assim a desnacionalização da população polonesa e formando “um grupo de nacionalidade forte e coeso” naquele estado<sup>675</sup>.

#### 4.1.2. O *Correio do Paraná* e seus personagens

O outro protagonista das disputas de 1934 era o jornal *Correio do Paraná*, criado em 1932. Um órgão do Partido Liberal<sup>676</sup>, em oposição ao Partido Social Democrático (PSD) do Paraná e ao interventor Manuel Ribas, era em alguma medida ligado à Revolução de 1930 (PILOTTO, 1976, p. 76). Paulo Tacla era figura de destaque desse jornal, sendo um dos maiores perpetradores e enunciador de um apregoado “imperialismo polonês” no Brasil, bem como, talvez um dos pioneiros em anunciar as ações polonesas com relação aos imigrantes e compra de terras no país. As disputas políticas com Tacla, na qual se inclui a questão com Ribas, podem ter influenciado suas opiniões ao projeto da concessão de terras aos poloneses.

Através das páginas do *Correio do Paraná*, no qual Tacla ocupava o cargo de diretor, ele, portanto, desvendou, expôs, atacou e tratou de maneira pejorativa, não apenas aos poloneses radicados no Paraná, mas sobretudo, às ações de agentes externos provenientes da Polônia, na figura do general Strzemiński e da Liga. Ações as quais, embora lastreadas em ideais coloniais pragmáticos, para a época, eram aceitas e estimuladas pelo governo paranaense (na figura da Interventoria de Manoel Ribas), disposto a receber imigrantes agricultores e vender terras devolutas, como ocorria desde o final do século XIX.

<sup>674</sup> Relatório da viagem de inspeção à Colônia Faxinal dos Catanduvás, município reserva: concessão da Liga Marítima e Colonial, do Eng. Auxiliar Othon Mäder Dario Dergint de Rawicz para o Eng. Diretor Antonio Batista Ribas, do Departamento de Terras e Colonização, 19 de junho de 1939. ITCG.

<sup>675</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 18.

<sup>676</sup> O jornal *Correio do Paraná* ganha destaque entre os meses de fevereiro e março de 1933. Ele foi criado em 9 de abril de 1932, fundado por Djalma Lopes, tendo Adherbal Stresser como diretor gerente e sendo órgão do Partido Liberal Paranaense e tendo como objetivo “organizar legalmente” a “Revolução” (PILOTTO, 1976, p. 76) de 1930. Era parte dos jornais que queriam “interpretar o espírito da revolução em marcha” (PILOTTO, 1976, p. 59).

Paulo Tacla<sup>677</sup> (nascido em 1903) era comerciante, jornalista e redator, tendo trabalhado em vários periódicos. De origem síria<sup>678</sup>, tinha fortes vínculos com personagens políticos no nível nacional, sobretudo após os anos 1940, em que dialogou com figuras como Vargas, Osvaldo Aranha, entre outros<sup>679</sup>. Inicialmente apoiador de Manoel Ribas, logo se tornou seu crítico<sup>680</sup>, mas tendo sido ligado ao movimento “revolucionário” de 1930. Conforme documento de 1939, é resumido o pensamento da polícia política sobre o personagem, pois era visto de forma depreciativa, na suas ações comerciais, jornalísticas, políticas e sociais<sup>681</sup>, sendo que para os oficiais: “não goza de simpatias, ou de prestígio político”, mas sendo muito relacionado no Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo<sup>682</sup>. Inclusive, ocupou o cargo de oficial de gabinete do General Waldomiro Lima, do Governo de São Paulo, em 1933<sup>683</sup>.

Para entender seu posicionamento, não podemos desconsiderar, que Tacla tivesse apoio de figuras envolvidas na contenda judicial e nos problemas e sintomas traumáticos relacionados com a TK em 1933, de alguma maneira aproximados da comunidade polonesa. Contudo, as motivações de Tacla, no entanto, poderiam ser várias e observáveis no protagonismo evidenciado pelos críticos naquele momento. Pela DOPS foi caracterizado pelo seu aspecto polêmico, “agitador”, de criação de “denúncias” e “intrigas” sensacionalistas e disputas através da imprensa com intuito de angariar visibilidade, elemento, o qual, diante das observações dos investigadores, era parte de uma configuração moral negativa do personagem, dado a série de adjetivos desabonadores que utilizam<sup>684</sup>, considerando que se autodeclararia “reivindicador social”, “patriota” e “universalista”<sup>685</sup>. Fatores cujo ápice em nosso trabalho poderia ser visto nos artigos sobre sua pessoa e negócios na imprensa, mas os quais observamos já nas páginas do *Correio do Paraná* em 1934, quando os objetos “polemizadores”, foram as instituições polonesas, tanto internas, como externas. Tais características podem corroborar com a apresentação e a linguagem utilizada sobre os poloneses em 1933 e 1934, ademais do jornal estar embasado em diversas “campanhas” contra proposições e situações, as quais discordava.

<sup>677</sup> Há uma coleção sobre Paulo Tacla na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

<sup>678</sup> REYES, Alfonso. *Misión diplomática*, II/Alfonso Reyes; comp. y pról. de Víctor Díaz Arciniega—México: FCE, SRE, 2001, p. 313.

<sup>679</sup> Cf.: CPDOC, cartas trocadas com diferentes personagens políticos dos anos 1940 e 1950.

<sup>680</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. FI 43.630. Paulo Tacla (DOPS).

<sup>681</sup> Ibidem.

<sup>682</sup> Ofício reservado ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro assinado por Divonsir Borba Cortes, do DOPS-PR, 18 de novembro de 1939. PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 3117.458 (DOPS).

<sup>683</sup> Ibidem. Verbete Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialista-brasileiro-de-sao-paulo>.

<sup>684</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. FI 43.630. Paulo Tacla (DOPS).

<sup>685</sup> Ibidem.

Outro aspecto pode ser observado com o contexto dos anos 1930, da defesa da brasilidade, do nacionalismo que se evidencia no período, fator que ao contrário de ser excludente, poderia se assomar aos seus aspectos identitários étnicos. O embaixador do México no Brasil, Alfonso Reyes, que esteve no país durante os anos 1930, acabou por coordenar ações de Tacla como cônsul honorário mexicano em Curitiba. Ele menciona disputas étnicas na cidade, opondo judeus, poloneses, sírios, ucranianos, etc<sup>686</sup>. Ao comentar sobre a imigração e os problemas das minorias étnicas no país, especificamente dos poloneses, foi motivado pela atuação específica de Tacla, o qual afirma exagerar os problemas com aquela população em Curitiba ao iniciar campanhas contra o elemento polonês. Para o embaixador:

la primera fase de tal campaña excitaba sentimientos nacionalistas contra una supuesta pretensión imperial de Polonia en el Brasil, singularmente em Curityba. Como tal acusación era absurda y (ex úngue leonem) revelaba la imaginación febril de su propulsor, se le inventó a la campaña otra estrategia, y ella consistió en una serie de intrigas entre poloneses y ucranianos, que también las hay en el Estado de Paraná, intrigas que han logrado ya crear dificultades entre las colônias. Los polacos cuentan allí en varias decenas de millares establecidas desde hace medio siglo, y han ganado generales simpatías. Cercados por los crecientes ataques, estos polacos que son ya brasileños de dos generaciones, decidieron boicotar el comercio sirio que es muy intenso en Paraná. Así, pues, sirios, ucranianos y polacos, entraron en la discordia, discordia en que sale perdiendo la economía de Paraná, ya muy desmedrada de suyo. Ya toma cartas la justicia, y ya el ministro de Polonia – el activísimo Thadeu Gavrowsky [Gabrowski] – ha llamado la atención de Itamaraty<sup>687</sup>.

Nesse sentido, se estabelecia um conflito étnico no espaço curitibano, um possível jogo de ressentimentos construídos no país de imigração, em que os ataques aos poloneses correspondiam a exacerbação ucraniana e síria, numa alusão inclusive econômica, dada a importância do setor comercial para os sírios<sup>688</sup> e no contexto de uma explosão nacionalista como fermento para reações contra imigrantes. Não podemos esquecer, entretanto, que nos seus textos, o jornal *Correio do Paraná*, com a redação de Tacla, fez campanha menos negativa para a vinda dos imigrantes assírios, em 1934. Debate destacado por Lesser (2001) e Costa (2003), que rendeu uma forte ação repelente no Brasil em oposição à chegada daquele grupo, inclusive com debates na ANC, através da participação de deputados (Arthur Neiva, Xavier de Oliveira e Miguel Couto), membros da imprensa (*Jornal do Comércio* de Félix Pacheco) e de instituições nativistas (Sociedade dos Amigos de Alberto Torres – SAAT), sob o ponto de vista

<sup>686</sup> REYES, Alfonso. Misión diplomática, II/Alfonso Reyes; comp. y pról. de Víctor Díaz Arciniega—México: FCE, SRE, 2001, p. 313.

<sup>687</sup> Ibidem.

<sup>688</sup> Potopowicz já apontava que a maioria dos comerciantes, que lidavam com os poloneses eram principalmente sírios, envolvidos na compra e venda de produtos agrícolas. Mas trata-os como figuras inteligentes e empreendedoras. op. cit., p. 113.



racial e uma imagem de imperialismo inglês, que fomentavam a imigração daquele grupo para o Brasil. Nos artigos do periódico curitibano, podemos observar uma série de textos defendendo também a imigração japonesa e o Japão (GERALDO, 2007, p. 92)<sup>689</sup>, assim como os italianos e alemães frente os poloneses, bem como os próprios sírios<sup>690</sup>. Não era, portanto, um periódico anti-imigrantista, mas que se tornou, em boa medida, contra a ação polonesa especificamente. Em particular, devemos considerar que a ocupação da Síria pela França, tornava o autor um amplo crítico daquela nação e seu grande vínculo diplomático e econômico com a Polônia, o aproximava dos autores germanófilos do primeiro capítulo, a fim de posicionar-se diante da realidade global geopolítica. A nação, nesse sentido, e o nacionalismo “contém em si as piores potencialidades agressivas, que fazem com que, muitas vezes, em determinadas condições, a necessidade de reconhecimento numa imagem “nacional” desencadeie a xenofobia e o racismo a vontade de domínio e o desejo de morte” (GIL, 1986, p. 297).

#### 4.2. O CORREIO DO PARANÁ X LIGA MARÍTIMA E COLONIAL

Os eventos que marcaram os meses de meados do ano de 1934, chegaram muito rapidamente ao ambiente oficial e criaram, naquele momento, uma espécie de breve crise diplomática entre o Brasil e a Polônia, naquilo que se referia à presença polonesa no país, de suas colonizadoras e de suas pretensões com relação às terras brasileiras. A comunicação interministerial permite iniciar uma visão panorâmica deste momento e da emergência das representações críticas que constroem o imperialismo polonês no Brasil, por meio de diferentes escritos.

No início de abril, o então ministro do MRE, Cavalcanti de Lacerda, produz um texto alertando aos documentos sobre os problemas ocorridos em Curitiba. O Ministro da Polônia teria chamado atenção aos artigos de Paulo Tacla, quem estaria “denunciando propósitos imperialistas da Polônia sob a forma de colonização”<sup>691</sup>. Junto ao documento, então seguia as explicações do legado polonês Tadeusz Grabowski, que afirmava que dos três projetos de colonização polonesa promovidos em 1930 (os planos da Sociedade de Colonização no ES, MG e PR), apenas o do Espírito Santo estava em andamento. Sendo os outros serviços retomados pela LMiK, “organismo social o qual o governo da Polônia confiou todas as atividades relativas ao desenvolvimento da marinha mercante, da colonização e da cultura intelectual dos colonos

<sup>689</sup> Cf.: Correio do Paraná, 28 de março de 1934, 01, 04, 15, 21 de abril, 12, 16 de maio 1934.

<sup>690</sup> Cf.: Correio do Paraná, 06, 07, 14, 20, 24, 29 de março, 01, 11, 12, 19 de abril, 13, 19 de maio 1934.

<sup>691</sup> Texto do Ministro Cavalcanti de Lacerda, 06 de abril de 1934. Lata 1413, pasta 32773, AHI.

poloneses”<sup>692</sup>. O ministro esclarece, então, ser o General Strzemiński representante daquela instituição, em busca de terras para uma colônia na região de Guarapuava<sup>693</sup> e os vínculos dela com o estado polonês como entidade duplamente interessada na questão das terras e sob o aspecto cultural.

Conforme as explicações, denunciada “a campanha do Senhor Paulo Tacla contra esses projetos de colonização”, o que na ótica do texto, se devia “unicamente ao fato de reclamar ele da primitiva sociedade colonizadora [TK] quinhentos contos de réis pelos serviços que lhe prestou outrora naquele Estado”, provavelmente em nome dos protelantes identificados nas querelas de 1933 (ao texto, é anexado o artigo de Berquó, de março de 1931)<sup>694</sup>. Novamente o caso da Sociedade de Colonização é retomado, agora, tendo a LMiK como alvo de uma analogia sobre os negócios das colonizadoras polonesas no país e reiterando ressentimentos em função de disputas materiais, que colocariam a moralidade das colonizadoras polonesas em pauta, mas também, a necessidade de sublimação daquela situação inacabada, que macularia os personagens envolvidos.

O ofício reservado, “Ofensas impressas contra o Governo da Polônia” do MRE para o MJNI e seu ministro Francisco Antunes Maciel Junior, de 20 de abril 1934, pedia providências que o ministro achasse conveniente e para que permitisse a resposta àquela legação<sup>695</sup>. Para Grabowski, Tacla era o grande responsável pela disseminação da campanha também na imprensa carioca e paulista<sup>696</sup>, ademais das páginas do *Correio do Paraná*, bem como o uso da imagem de personagens poloneses de destaque.

A atenção maior, segundo o documento da legação polonesa, se refere ao fato das “falsas notícias” terem começado a se dirigir contra o Governo da República da Polônia e suas

---

<sup>692</sup> Ibidem.

<sup>693</sup> JORNAL. Rio de Janeiro, A Vanguarda, 13 de abril de 1934. Lata 622, pasta 9650. AHI.

“O Ministro da Polônia dirige-se à imprensa por intermédio da A.I.B: A missão do general Strzemiński no Brasil” Traz uma carta de Grabowski enviada para o presidente da Associação de Imprensa Brasileira.

O texto seria uma resposta aos textos do *Correio do Paraná*, reproduzidas por Agências Telegráficas e jornais da capital federal, “referentes a um suposto “imperialismo polonês” no território do Paraná”. A partir daí demanda que o presidente da A.I.B repassasse o recado do ministro. Segundo consta o texto, o legado polonês repassou a resposta de Strzemiński e um protesto da CZP.

<sup>694</sup> Texto do Ministro Cavalcanti de Lacerda, 06 de abril de 1934. Lata 1413, pasta 32773, AHI.

<sup>695</sup> Ofício RESERVADO, ministro MRE Cavalcanti de Lacerda para ministro Francisco Antunes Maciel Júnior, do MJNI, 20 de abril de 1934. AN.

<sup>696</sup> “O redator, Sr. Paulo Tacla, começou a enviar nos últimos dias, aos jornais desta Capital [Rio de Janeiro] e São Paulo, telegramas alarmantes, nos quais de tal modo confundiu a imprensa desta Capital, que pouco se orienta nesta matéria, que um deles, “Vanguarda”, em seu número do dia 6 do corrente mês, em um artigo intitulado: “A formação de um Estado Polonês dentro do Paraná – A missão de um General do exército polaco e as concessões pleiteadas, atentatórias à soberania nacional”, permitiu-se reproduzir o retrato do Sr. Presidente da República Polonesa com a seguinte legenda: “O Presidente Moscicki da Polônia, que quer estender o seu domínio ao Brasil?”. Destacava a acusação de “evidente ofensa a dignidade do Chefe do Estado”, “se insinuou propósitos contrários a honra e a probidade do Presidente da República”. Legação polonesa no Rio de Janeiro, ministro Tadeusz Grabowski para ministro Félix Cavalcanti de Lacerda, do MRE, 10 de abril de 1934. AN.

representações oficiais do Brasil, “atribuindo ao Governo Polonês planos “imperialistas” contra o Estado do Paraná, cujo realizador seria o delegado Strzemienski, e ‘seu estado maior de oficiais poloneses’”<sup>697</sup>. Portanto, são contra estas acusações que a preocupação da diplomacia polonesa se voltava e cobrava apoio do MRE e das autoridades brasileiras, embora a apreensão de ação imperialista assomasse no debate, a proteção dos interesses da Polônia junto aos organismos brasileiros dependia das denúncias das ações do jornal.

O MJNI também fica responsável por pedir providências sobre o caso, em documento de despacho de maio, que explicava a situação dos ataques<sup>698</sup>. No entanto, considerava os artigos do periódico mais “excesso de nativismo” que injúrias à Polônia, ou seja, talvez, possamos identificar as constituições de ideais ressentimentos nacionalistas que se vinculavam ou eram formados junto aos ressentimentos particulares na construção das críticas eventuais apresentadas nos periódicos, isto é, fomentadas com base em elementos condicionantes, em que o nacionalismo constituiria uma espécie de lastro para a sublimação. Para o autor, antes de uma ação judicial, seria necessário pedir providências ao interventor, que devia conhecimento ao MRE, transferindo a situação para a autoridade estadual<sup>699</sup>. Ao passo que teria acionado a lei de imprensa e deveria ser transmitido os papeis a conhecimento do [Procurador] da República seção Paraná.

O MJNI contata o MRE em 11 maio de 1934 e o ministro F. A. Maciel transmite também para Procurador da República da seção Paraná, nova nota da legação polonesa e cópias do jornal<sup>700</sup>. Sobre a campanha, o legado polonês considerava que se dirigia “contra a colonização polonesa, as instituições polonesas e mesmo contra o Governo da Polônia e seus representantes no Brasil”. Faz, assim, chegar mais recortes do periódico, aludindo o fato de que a campanha “não cessou como está assumindo proporções cada vez mais graves, provocando efervescência de ânimos e numerosos protestos em toda a colônia polonesa dos Estados do Sul do Brasil”<sup>701</sup>. Alertava para manifestações e distúrbios que poderiam ocorrer na colônia polonesa, da mesma forma aludindo a 1932 (provável 1930), no caso de um atentado na cidade (possivelmente em referência a Kossobudzki)<sup>702</sup>. O autor queria chamar atenção também para artigos “agitadores”

<sup>697</sup> Legação polonesa no Rio de Janeiro, ministro Tadeusz Grabowski para ministro Félix Cavalcanti de Lacerda, do MRE, 10 de abril de 1934. AN.

<sup>698</sup> Nota de despacho manuscrita, 02 de maio de 1934, por Luiz [Bordini]. AN.

<sup>699</sup> Ibidem.

<sup>700</sup> Ofício MJNI, ministro Francisco Antunes Maciel para ministro Félix Cavalcanti de Lacerda, MRE, 11 de maio de 1934, AN. Ofício MJNI, ministro Francisco Antunes Maciel para Procuradoria da República Seção do Paraná, 11 de maio de 1934, AN.

<sup>701</sup> Legação polonesa no Rio de Janeiro, ministro Tadeusz Grabowski para ministro Félix Cavalcanti de Lacerda, MRE, 15 de maio de 1934. AN.

<sup>702</sup> Aponta Grabowski que “É com grande pesar que devo constatar que o artigo em questão, assim como os precedentes publicados no “Correio do Paraná” provocaram uma efervescência em toda a colônia polonesa no

e “demagógicos” e que aludiam à situação ucraniana e “pretensas opressões dos ucranianos pelo Governo Polonês”. Tal temática poderia causar problemas nas colônias dos estados do sul do país, onde coabitassem as duas etnias, segundo Grabowski, causando divisões e quebra de uma “harmonia” entre os colonos<sup>703</sup>.

As demandas do legado polonês são responsáveis por chamar a atenção do MRE e do MJNI. Ambos os ministérios dialogam e transferem responsabilidades, ainda que dando espaço para os problemas e trocando ofícios aliados às notas de Grabowski e cópias do *Correio do Paraná*. Contudo, ações mais contundentes teriam sido deixadas a cargo das autoridades estaduais paranaenses, como a Interventoria e a Procuradoria Regional.

A documentação nos aponta para diálogos entre o consulado polonês na capital paranaense e Manoel Ribas, que buscou, segundo apontam os periódicos, diminuir os conflitos e apoiar a comunidade polonesa ao mesmo tempo que mediava a situação, ainda que a efetividade e intensidade do diálogo seja ainda motivo de novas pesquisas. Partindo destes pressupostos e dada a importância atribuída pela diplomacia neste caso, que buscamos analisá-lo com mais detalhe a partir dos múltiplos assuntos que emergiram na pesquisa dos periódicos.

A chave de leitura do caso do *Correio do Paraná* com a LMiK em 1934 atravessa as distintas mobilizações de sentimentos e ressentimentos compartilhados por parte dos editores e articulistas do jornal com relação às empresas colonizadoras polonesas, as quais derivam para a própria presença daquele grupo imigrante no país e a ingerência da Polônia para com sua população. Ódios internalizados e medos são conformados e ampliados para o público leitor, no qual poderiam ser potencializados, mas a origem do ressentimento parece ter tons pessoais e materiais muito pontuais, os quais retomam as ações da TK e disputas internas entre os poloneses e descendentes no Brasil.

O *Correio do Paraná*, a partir do início de março de 1934, começa sua chamada “campanha”<sup>704</sup> contra a Liga Marítima e Colonial, o seu representante, general Stefan Strzemiński desenvolvendo um argumento central contra o referido “imperialismo polonês”. A Polônia ameaçaria o Brasil a partir da compra de terras pelas colonizadoras e a busca pela

---

Paraná o que provam os inúmeros protestos e instâncias para a minha intervenção que me chegam de toda a parte”. Somando, “As falas e tendenciosas notícias, marcadas com os traços característicos de uma chantagem, poderiam ser imediatamente desmentidas por uma única comunicação do Ministério Federal da Justiça, ao qual fazem referência os artigos do jornal paranaense”. Legação polonesa no Rio de Janeiro, ministro Tadeusz Grabowski para ministro Félix Cavalcanti de Lacerda, MRE, 15 de maio de 1934. AN.

<sup>703</sup> Legação polonesa no Rio de Janeiro, ministro Tadeusz Grabowski para ministro Félix Cavalcanti de Lacerda, MRE, 15 de maio de 1934. AN.

<sup>704</sup> O jornal era movido por “campanhas moralizadoras” como apresenta o *Correio do Paraná*, de 15 de abril de 1934 como a questão do jogo e prostituição, bem como denúncias, sobretudo, acerca das autoridades públicas, como caso de corrupção da Companhia Força e Luz, a qual vincula com a campanha contra a LMiK, como mostras de desapeço ao Brasil. *Correio do Paraná*, 12 de abril de 1934.

manutenção da *polonidade* no país entre os seus imigrantes e descendentes, maiormente no estado do Paraná. Estes fatores, balizados parcialmente na realidade, permitiram o fomento de imagens negativas articuladoras de medos, mitos conspiracionistas e ódios frente as aproximações da Polônia para com seus emigrantes.

Nesse sentido, podemos retomar a noção de ressentimento como sendo a impossibilidade de esquecer, uma ruminação das injustiças e injúrias sofridas (ANSART-DOURLEN, 2004, p. 353), como anunciavam aquelas expostas em 1933 pelo periódico e seus articulistas. O apelo nacionalista e de defesa nacional, reiterado nos jornais, portanto, soa como uma forma ressentida marcada pelos fantasmas do passado, expandidos para o âmbito político social e cultural da sociedade em geral. Assim, se utiliza e exercita nos artigos do jornal as impulsos negativos de vingança, raiva, etc., como uma espécie de tática, experimentando uma quase hostilidade violenta, a qual, no entanto, não pode estar desarticulada de certas intenções “sensacionalistas”.

O “homem do ressentimento” é um homem ferido, “extrapolado por uma memória intestina que o invade mesmo a contragosto. Bem que ele gostaria de esquecer, mas a lembrança o domina, num passado constantemente apresentado pela sua memória no presente, conduzindo a uma sede de vingança como sinal do seu sofrimento” (ZAWADZKI, 2004, p. 371). A ruminação fixaria ele na “temporalidade passadista”, carregado por um fardo pesado que pareceria insuportável, mas o tempo do ressentimento duraria o tempo da impotência (ZAWADZKI, 2004, p. 371), este seria o “tempo penoso” que deveria ser superado, eternizador da infelicidade, um excesso de lembranças, hipermnesia e um dever de memória (ZAWADZKI, 2004, p. 371).

Justamente, em 11 de março de 1934 aparecem os primeiros relatos do *Correio do Paraná* contra os poloneses, assim, neste dia, é publicada na capa do jornal a notícia intitulada: “O ramal Riosinho-Guarapuava”<sup>705</sup>, com o subtítulo: “Lembrando o caso da Sociedade de Varsóvia de tão triste memória”, portanto, numa retomada das questões que embalaram os meses de fevereiro e março de 1933, representificando na busca por sublimação o caso original dos problemas elencados. A notícia parafraseava a partir de entrevista de Strzemieński, que o objetivo da ferrovia era escoar os produtos dos colonos poloneses, ainda que esperasse que não

---

<sup>705</sup> Correio do Paraná, 11 de março de 1934. A ferrovia era vista como importante para a região, tendo em vista a extração de erva-mate, produtos agrícolas e comércio de gado. Originalmente, deveria ligar São Paulo e Rio Grande do Sul, de forma que era tomada como potencial geradora de empregos e mobilidade, ademais da atração de imigrantes. A inauguração da ferrovia, no entanto, ocorreu apenas em 1954, com patrocínio estatal (MOTTER, PEGORARO, 2016). A BRAVIACO teria ficado responsável pela construção da Estrada de Ferro de Guarapuava, em 1928 iniciou até 1930, com a anulação da concessão (a parte iniciada tinha 20 quilômetros, entre as estações Riosinho e Arroio Grande). Depois a União assumiu a construção (KROETZ, 1985).

ocorresse problemas como no ano anterior. Duas semanas mais tarde, já no bojo da polêmica enunciada, o jornal aponta a sua observação do contexto da questão das terras, que dão o tom do debate

O general Strzemiński encontra-se em Curitiba há quase um ano. Logo que aqui chegou, entregou-se a constantes excursões pelo interior do Estado percorrendo de preferência os municípios de Reserva de Guarapuava e de Foz do Iguaçu. Nessas excursões colhia dados sobre preços de terras, condições de compra, e obtinha outras informações.

Entrou em contato com as companhias São Paulo – Rio Grande e Braviaco<sup>706</sup>, conseguindo com essas companhias, conhecimento exato das suas propriedades e do preço das mesmas. Então julgou mais oportuno e de melhores resultados em vez de adquirir terras da companhia São Paulo-Rio Grande, aproximar-se do governo do Estado e insinuar-se para ficar com o ramal Riosinho-Guarapuava, para obter, do Estado, em concessão, todas as terras pertencentes à Braviaco.

Em 2 de fevereiro deste ano, o Superior Tribunal de Justiça do Estado deu ganho de causa ao Estado na causa que movia contra a Braviaco. Imediatamente o general polonês, ou a Sociedade de Varsóvia, que agora aparece transformada em Liga Marítima e Colonial de Varsóvia, com o apoio do Sr. Interventor Federal, prontificou-se a obter a concessão da continuação da construção do ramal para receber em troca todas as terras da Braviaco que, atualmente, “são representadas por muito mais de 2.000.000 de hectares”.

Mas as aspirações do general não se limitaram às terras da Braviaco, pretende, ainda, terras no Alto Paraná, no vale do Ivaí, e na foz do Piquiri<sup>707</sup>.

A noção de expansão polonesa baseada numa estratégia de compra de terras marcava a preocupação inicial do jornal e as críticas ao sistema polonês de colonização no Paraná desde o ano anterior, como interesses “ocultos”<sup>708</sup> e “propósitos imperialistas” das empresas estrangeiras, suas “verdadeiras intenções”<sup>709</sup>. Entendia a LMiK como sucessora daquela primeira empresa e, portanto, herdeira de suas mazelas tanto “morais”, como “imperialistas”. A “lembrança amarga da injustiça” é o primeiro sentimento do homem do ressentimento, e como fomentador do desejo de vingança, a busca por fazer a justiça (ZAWADZKI, 2004, p. 373). As disputas com o *O Dia* e o *Diário da Tarde* também exasperavam o *Correio do Paraná* e a ação, nesse sentido, seria fundamental para a sublimação, mas o ressentido estaria incapacitado de agir e sofrendo, enquanto persiste o elemento central fomentador da mácula original. Apesar da incapacidade, engajar-se para a compensação, eventualmente de maneira violenta, são efeitos do processo, de modo que a vingança pode ser concretizada de forma cruel, mas sendo uma recuperação da capacidade de agir (ZAWADZKI, 2004, p. 374).

<sup>706</sup> Empresas de construção de estradas de ferro, CEFSPRG (Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande) – Subsidiária da Brazil Railway Company e a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco).

<sup>707</sup> *Correio do Paraná*, 24 de março de 1934.

<sup>708</sup> *Correio do Paraná*, 20 de março de 1934.

<sup>709</sup> *Correio do Paraná*, 24 de março de 1934.



A rememoração da Sociedade de Colonização se soma a da presença dos instrutores, diplomatas e políticos como fatores importantes, pois organizam e selecionam aspectos da atividade polonesa no Brasil com o fito de acusá-la, para além de imperialista ou antibrasileira, mas também do ponto de vista da defesa nacional, isto é, um nacionalismo defensivo. Dessa forma, através de Tacla e os artigos de autoria desconhecida, são (re)criadas ideias imperialistas poloneses no Brasil, mas também atraem a atenção do público para seu periódico, promovem discussões e debates e envolvem diferentes autoridades intelectuais e políticas do Paraná, do Ministério das Relações Exteriores e outros âmbitos políticos nacionais, bem como da comunidade polonesa no país.

Ao identificar esses diferentes ângulos de análise das paixões e sentimentos no contexto referido das relações de brasileiros e poloneses e seus nacionalismos no período entreguerras, nossa análise é possível avaliar a emergência de *mensagens comoventes* (MAGALHÃES, 2007) mobilizados através dos jornais pesquisados. São nas páginas dos periódicos, que observamos a manifestação destas palavras, as quais verbalizam e externalizam os sentimentos e ressentimentos coletivos e individuais. É útil a noção do uso de uma “utensilhagem afetiva”, lastreada pela aplicação e mobilização dos medos, ódios e ressentimentos através dos artigos, manchetes e notícias e da atenção da opinião pública, sendo eventualmente mobilizadores e uniformizadores sociais (ATHAIDES, 2012, p. 59).

O jornal busca a partir destas mensagens, a estruturação de seus apontamentos, o que traz à tona a observação através do estilo linguístico, do vaivém de adjetivos, das imagens e fotografias, das manchetes, capas, frases e conceitos, apresentados de forma a mobilizar no leitor sentimentos intensos como medo e ódio. Um discurso em linguagem por vezes beirando o vulgar, nos artigos sem autoria, ou quase literários nos editoriais de Tacla, utilizando da metáfora, da analogia, de figuras de linguagem e exemplos a serem acessados pela população. Alude-se ao universo da história, da literatura, da ação promovida diante dos múltiplos acontecimentos do país e do estado do Paraná. A instrumentalização da herança da Sociedade de Colonização, os ressentimentos quanto a sua atuação e danos materiais, mas também quanto às disputas internas da comunidade polonesa, entre lideranças locais, clericais e os enviados pelo governo polonês para a tutela da população polonesa e descendentes no país, constroem a ideia de invasão, de desintegração, de ameaça nacional, de antinacional, assim como a criação de “perigos” e “imperialismos”. O “ódio”, nesse sentido, é uma consequência do ressentimento (ATHAIDES, 2012, p. 268), em que se desenvolve uma espécie de inimigo próximo, dentro, misturado à sociedade em geral, ameaçador pela sua infiltração, silenciosa, planejada, constante

e sistemática, que se materializa nos poloneses, ao mesmo tempo em que estavam condenados à inferioridade nas avaliações externas dos articulistas.

A partir de então, se desenvolve a emergência de múltiplas críticas, seja ao aspecto moral, racial/étnico, político, da presença polonesa, seja de suas colonizadoras com ações práticas ao longo do tempo. Por meio de seleção e da análise de artigos dos jornais e seu estudo no contexto geral do Brasil, podemos identificar sua contribuição na formação da imagem e mentalidade, isto é, um imaginário ou “figuração do outro”, tendo em vista os poloneses. Com base nestes pressupostos, selecionamos representações temáticas específicas para identificar a forma como o jornal divulga as notícias, que exemplificam a exposição de fatos, suas estratégias discursivas, adjetivos e recursos, a fim de construir a lógica de um “imperialismo polonês” no Brasil. São elas: a questão da TK; do Imperialismo; dos ucranianos; instrutores; assimilação; e o debate da etnicidade. Com base nos editoriais e artigos divulgados naqueles meses, percebemos o percurso narrativo, linha estilística e da generalização/adjetivação conformada, ademais das possíveis mudanças de postura ao longo do tempo.

#### 4.2.1. A “triste memória”: a herança da Sociedade de Colonização

O primeiro ponto fomentador das mobilizações de ódios e ressentimentos no caso analisado é o discurso da rememoração da atividade da Sociedade de Colonização. Elemento balizador das críticas à LMiK, a empresa era considerada como uma instituição capaz de trazer projetos e realizações extraordinários, mas que não se configuraram apesar das concessões governamentais e mesmo “tendo apresentado como melhores credenciais da sua idoneidade os nomes dos diplomatas, parlamentares, banqueiros, condes e outros titulares que lhe compunham a diretoria, nem por isso realizou os projetos de colonização que se propôs a levar a efeito”<sup>710</sup>. Para o jornal, ocorria uma “burla”, tendo a referida organização, “dado prejuízos enormes a todos os que acreditaram nos seus fantásticos planos de colonização”, sendo assim, os articulistas tinham péssimas referências e se davam o direito de duvidar da LMiK e sua capacidade de consecução das atividades propostas<sup>711</sup>. A ação da TK, portanto, se balizava numa perspectiva moral e da questão dos negócios envolvendo as terras. Essas reflexões iniciais permitem a evolução do discurso para uma lógica de ameaça imperial através da compra de terras em regiões devolutas e estratégicas do Paraná posteriormente.

<sup>710</sup> Correio do Paraná, 11 de março de 1934.

<sup>711</sup> Ibidem.

O *Correio do Paraná* retoma a ação, por exemplo, de Walery Koszarowski no Espírito Santo e de João Ryszcz<sup>712</sup>, que seria representante tanto da TK como da comissão da LMiK. Aproximando as duas instituições entre si e como órgãos oficiais do governo polonês, dado o fato de o representante ser considerado funcionário daquele governo no Rio de Janeiro e os esforços do Sindicato de Emigração para venda de terras e atração de emigrantes<sup>713</sup>, fatores geradores de amplas desconfianças. A noção de “cavação”, “negociata”, junto da presença de “condes”, “barões” e “diplomatas”, nas diretorias, o contato com os generais, agrimensores e instrutores, indicavam que a Liga (vista como objetivando a “propaganda de natureza patriótica” mais que o comércio) agiria como a TK, por essa razão o jornal articula uma campanha contra suas pretensões: “obter concessões de terras e deixar de cumprir as obrigações decorrentes dessas concessões”, lesando contratantes, enquanto seus componentes “recebiam honorarias na Polônia, de forma que todos os sócios da antiga Sociedade seriam agora da Liga, os “mentores e idealizadores de planos de colonização no Paraná”<sup>714</sup>. Apesar das duas existirem concomitantemente, o sentido da apreciação conjunta era de deslegitimar as ações da companhia na sua vinculação com àquela já rotulada negativamente. A conexão de enviados do governo polonês e as colonizadoras marcava duas temáticas importantes para se evidenciar, de um lado, os planos poloneses imaginados e, de outro, sua ação mais direta, ainda que tomada como negativa.

Ao retomar, mais tarde, a manchete “Sociedade de Colonização de Varsóvia” enfatiza sua sede na Legação do Rio de Janeiro e cujos negócios no Paraná eram dirigidos pelo consulado; o envio de emissários para estudos no país; fatores desmoralizantes para os poloneses e seu país, pois considerava os membros da sociedade, funcionários poloneses como “inimigos da Polônia e da colônia”<sup>715</sup>, questionando, de um lado a tutela recente do estado polonês no país, assim como a temática do ano anterior. Emergiam, quiçá, sentimentos nacionalistas e a paranoia da ameaça estrangeira militar, que levavam a bradar contra possíveis concessões de terras para colonização, mas também reticências moralizantes e pensadas contra certo grupo de poloneses. Fervilhariam os adjetivos negativos vinculados à TK e seus componentes, “ladrões polacos”, “vigariistas”, “desavergonhados gatunos varsovianos”, “chantagistas”, “quadrilhas”, “camarilha de malandros”, sempre questionando se a “colônia

---

<sup>712</sup> Agrimensor e escritor (poesia). No Brasil, teria trabalhado para diversas companhias colonizadoras (KRAWCZYK, s/d, p. 35).

<sup>713</sup> *Correio do Paraná*, 20 de março de 1934.

<sup>714</sup> *Correio do Paraná*, 27 de março de 1934.

<sup>715</sup> *Correio do Paraná*, 18 de abril de 1934.

polaca”, apoiaria tais indivíduos e suas ações atreladas<sup>716</sup>, confrontando com os títulos e cargos frequentemente tomados como ironia para se referir aos personagens ligados à empresa. Assim, para os articulistas, não se poderia “julgar a colônia” com base em seus “mentores”, pois estes dariam uma “triste ideia da moralidade” dela, contraposta pela “moralidade” do “lavrador polaco”<sup>717</sup>.

Os textos delegam, por exemplo, a Munhoz da Rocha<sup>718</sup>, e seu governo, o impedimento de várias proposições polonesas de obtenção de terras devolutas e que teria o governo polonês, a partir disto, tentado dar “uma lição ao Brasil”, deslocando seus ideais para o Peru e as colônias portuguesas na África, através da imprensa e propaganda na Polônia por parte dos “mentores dos assuntos de imigração” do governo polonês, tendo resultados desastrosos<sup>719</sup>. Explora, assim, as demandas de concessões da TK e sua caducidade em Minas Gerais e a falta de cumprimento no Espírito Santo<sup>720</sup>, sendo mantida pelos pedidos ao Interventor daquele Estado e pelas autoridades polonesas. A exploração das colonizadoras em projetos na América do Sul, particularmente no Brasil, mas também na África, denotam um amplo conhecimento das ações polonesas e suas especificidades. Soma-se ainda que a empresa era rotulada como tendo “cercado” Afonso Camargo<sup>721</sup>, quando teriam obtido a “célebre concessão” de 80 mil hectares, cujo descumprimento do contrato é o nascedouro dos problemas com as colonizadoras no jornal<sup>722</sup>. A LMiK, por conseguinte, era imaginada e referida como continuadora destes processos, atrelando a sua imagem a herança negativa das injustiças anteriores, portanto, a rememoração funcionava como objetivo de denunciar e impedir suas ações, num sentido inicialmente moral, evitando perdas econômicas, negociatas ou ações de personagens desabonados, mas relembrando as aproximações com o governo polonês e dos emissários poloneses vinculados às questões de emigração, fosse no sentido de garantir retorno dos

<sup>716</sup> Correio do Paraná, 24 de abril de 1934.

<sup>717</sup> Correio do Paraná, 25 de abril de 1934.

<sup>718</sup> Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná entre 1916 e 1920. Segundo Piori (2012, p. 136) ele queria evitar o gasto com estrangeiros, privilegiando concessões de terra.

<sup>719</sup> Correio do Paraná, 05 de maio 1934. Conforme aquele artigo, igualmente demonstrando conhecimento das ações colonizadoras polonesas em Angola, em que a propaganda teria sido desastrosa e conduzido a críticas da imprensa portuguesa. No Peru (com menção às colonizadoras “Colonização Polaco-Americana” e “Colônia Polaca”), o resultado, segundo descreve, foi que as empresas faliram em um ano, descumprindo seus contratos e deixando os imigrantes sem recursos. Um terceiro caso seria o da Argentina, na qual a empresa (Palacio e Zuckerman) igualmente teria incorrido em falência. O próximo passo foi o Brasil, mas ao que impedia Munhoz da Rocha, o que parecia servir de exemplo para Manoel Ribas.

<sup>720</sup> A colonização no Espírito Santo era tema de amostragem dos aspectos negativos de uma colonização polonesa no Paraná através da compra de terras por colonizadoras. Os colonos estariam sendo prejudicados e o processo seria um fracasso, dado as múltiplas reimigrações, sendo várias delas para o Paraná e a colônia Marquez do Abrantes. Correio do Paraná, 19 de maio de 1934.

<sup>721</sup> Presidente do Paraná entre 1920-1924.

<sup>722</sup> Correio do Paraná, 05 de maio de 1934.

investimentos, fosse para nomear os propagadores de ações negativas. O desenvolvimento do discurso, deste percurso moralizante para o imperialismo, está condicionado à necessidade de ampliar os debates e promover a atenção ao assunto no ambiente público de Curitiba, mas, de maneira geral, do Brasil.

#### 4.2.2. A “marcha polonesa para o Rio Paraná”; a denúncia do “Imperialismo polonês”

O tema central abordado ao longo destas disputas, as quais irromperam naqueles meses, especialmente ao longo de abril, é a construção de um “imperialismo polonês” no Brasil. O termo “imperialismo” ou “imperialista(s)” atrelado a referências à Polônia, poloneses ou seus projetos, aparece mencionado, entre os meses de março e maio, pelo menos 48 vezes nas páginas do jornal. O tema é motivo de reverberações também em 20 edições entre os meses analisados<sup>723</sup>, isto é, em quase um quarto de todas as publicações<sup>724</sup>. Sendo que de maneira geral, as discussões que incorporaram os poloneses e a LMiK ocuparam todas as edições de abril, o que demonstra a importância do assunto para o periódico.

O imperialismo, como argumento crítico central, portanto, é motivo de atenção especial como forma de deslegitimar as colonizadoras como atentatórias à soberania nacional, para além de uma agressão moral. Os articuladores centrais entendiam a existência de um “sonho imperialista” polonês no Brasil, um “plano arquitetado pelas veleidades imperialistas da Polônia”, um interesse de “abocanhar para a” LMiK “longas extensões territoriais das regiões fronteiriças”.

Geralmente sem assinatura, os artigos iniciam suas análises nesse sentido a partir das denúncias reproduzidas pelo periódico *A Vanguarda* do Rio de Janeiro, o qual enfatizava a presença de generais do “velho mundo” envolvidos em compra de terras em zonas estratégicas para alocação de excedentes demográficos, enquanto era referida que relegava-se a falta de assistência aos brasileiros<sup>725</sup>. No *Correio do Paraná*, o tema inicia com “Uma grave denúncia à Nação” considerando, dentro o contexto da vinda de militares, a viagem do general Strzemiński como objetivando “obter concessões de terras em Foz do Iguaçu, obedece ao

<sup>723</sup> Correio do Paraná, 22 de março, 24 de março, 27 de março, 28 de março, 29 de março, 30 de março, 01 de abril, 03 de abril, 05 de abril, 07 de abril, 08 de abril, 12 de abril, 15 de abril, 19 de abril, 06 de maio, 22 de maio, 24 de maio, 25 de maio e 27 de maio de 1934.

<sup>724</sup> O jornal não era publicado nas segundas-feiras, portanto, foram 79 edições nos três meses.

<sup>725</sup> Correio do Povo, 17 de março de 1934. Igualmente reproduzidas pelo Diário da Tarde, 16 de março de 1934. No dia 18 de março, o *Correio do Paraná* inclusive cobra terras para alocar brasileiros na região de Foz do Iguaçu, conforme demandas para Ribas.

desenvolvimento de um macabro e audacioso sonho imperialista há longos anos arquitetado”<sup>726</sup>, e a noção do “fracionamento do Brasil em várias repúblicas e ‘um novo Estado conquistado sem derrame de sangue, com acesso ao mar pelo rio da Prata’”. De modo que o jornal se dirige diretamente ao Chefe do Governo Provisório (Getúlio Vargas), ao Interventor Federal (Manoel Ribas) e ao Conselho Consultivo do Estado, autoridades para os problemas referentes à “defesa nacional”<sup>727</sup>.

Para corroborar o discurso utilizam o caso dos artigos de Władysław Wójcik, instrutor polonês e antigo desafeto em disputas com João Grabski (MAZUREK, 2016, p. 393), a fim de trazer documentos comprovadores dos fatos enunciados. A referência é para um artigo do *Ameryka-Echo* (Eco da América) proveniente de Toledo, Ohio, nos Estados Unidos, de agosto de 1931, nele, se revelaria os interesses da Liga em “abocanhar [...] longas extensões territoriais da região fronteiriça”. O artigo, escrito em polonês pelo jornalista e professor do vale do Ivaí, analisa o Paraná sob a perspectiva da direção da emigração polonesa e seu potencial, refletindo acerca da visita do engenheiro polono-brasileiro Fernando Melanowski, que teria estudado ou “feito a devassa” de terras para a colonização polonesa nas margens do Rio Paraná<sup>728</sup>.

O autor original é rotulado de “espião polonês”, “audacioso indivíduo” ou “atrevido polonês”, destacando as passagens que indicavam ideias de colonização da região. Wójcik é referido ainda de “acretinado pela mania imperialista” dado o ideal da localização de população num território contíguo nas margens do Rio Paraná e próximos ao Prata em grandes quantidades, devendo o governo paranaense impedir o “interesse oculto” do general, que era exemplificado pelo texto traduzido<sup>729</sup>. Em outro momento, um novo artigo do *Ameryki Echo* (Eco da América) de setembro de 1933, assinado novamente por Wójcik, intitulado “Os atuais problemas paranaenses de colonização: as experiências colonizadoras no Paraná, que falharam” é novamente traduzido a fim de expor as críticas dos autores<sup>730</sup> contra as “ambições

<sup>726</sup> Correio do Paraná, 22 de março de 1934.

<sup>727</sup> Ibidem.

<sup>728</sup> Correio do Paraná, 22 de março de 1934. O artigo claramente inspirado na “emigração dirigida”, destaca o clima, solo e possibilidades de produção em um relatório que impingia à colonização em massa na região; ressalta ainda a pouca densidade populacional e abandono da região, que levava a própria “sociedade polono-paranaense” a se interessar pela colonização no local. Ademais algumas passagens indicavam ideias de colonização da região: combate às extorsões de comerciantes brasileiros pela união dos colonizadores, possibilidades de ocupação e, mais importante, a não preocupação da Polônia com a emigração e a necessidade de atenção a uma política emigratória, anunciando o caso da possibilidade de uma divisão do Brasil em repúblicas. Ainda, os 200 mil poloneses espalhados não teriam representação e que, do contrário, concentrados no Paraná como força populacional (de 500 mil), seriam um fiel da balança, político, econômico e culturalmente (através do ensino do polonês). Então, o autor comenta que se poderia conquistar o território sem derramamento de sangue através da localização de população num território contíguo de 120 mil quilômetros nas margens do Rio Paraná e próximos ao Prata.

<sup>729</sup> Correio do Paraná, 22 de março de 1934.

<sup>730</sup> Correio do Paraná, 24 de março de 1934.



desenfreadas”, “pretensões” e “propósitos imperialistas bem conhecidos” das empresas estrangeiras. Assim, a leitura daqueles artigos comprovaria a ação polonesa oculta e planejada.

É, contudo, apenas no final de março que aparece o primeiro editorial assinado por Paulo Tacla, ao qual intitula de forma clara: “O avanço imperialista”. Com linguagem mais metafórica e buscando trazer diferentes analogias, afirma que o jornal expôs justamente a pretensão enunciada no título do seu texto, em referência aos Generais da Polônia elogiada como “magnífica de Kosciuszko e Sienkiewicz”, mas que “serve às legiões da conquista”<sup>731</sup>. A denúncia representa “um irresistível grito de alarme” para toda a América, sendo, portanto, parte da defesa nacional, do nacionalismo de caráter defensivo anti-imperialista que se configurava, da luta pela unidade nacional e territorial frente a ameaça estrangeira contra os “Os novos Calígulas embrutecidos da Europa [que] querem alongar as tragédias do Oriente, imolando os nossos povos e principalmente, retalhando o Brasil, como a manta de Cristo”<sup>732</sup>.

Conforme descrito no editorial, “A Polônia representa a sentinela avançada da França e os seus fuzis visam um triângulo indefinível: Rússia, Alemanha e Ucrânia”, mesmo que pesasse toda a sua “admiração” e “respeito” pela Polônia e os poloneses, o autor se considerava obrigado a aceitar e sustentar: “Polônia é um instrumento nas mãos da hegemonia francesa. E, assim sendo, as estrelas dos Generais polacos, pelo oeste paranaense, nada mais serão do que os pontos de referência indiscutíveis e inocultáveis do avanço de César sobre a dignidade nacional do Brasil”, desta maneira, “quem deve reagir, em primeiro plano, e sem vacilações são os poloneses e filhos de poloneses aqui radicados”<sup>733</sup>. O autor torna o texto mais “literário” ou “rebuscado”, num tom que pondera a Polônia e poloneses, não como inimigos, mas dignos de respeito e admiração, podendo ser reconhecido metaforicamente na nominação de heróis e literatos, ainda que seu país, tal e qual o expansionista Império Romano, através dos seus soldados, ameaçasse a integridade do Brasil, na alegoria da divisão da roupagem do próprio Messias entre os apostadores romanos. Ademais da referência da relação com a França, que ocupava as terras sírias, as quais tinha origem e a oposição aos vizinhos na Europa, tornando elemento de crescimento de tensões.

O general Stefan Strzemiński não escapava a este tom crítico, era vinculado a vinda de generais que estariam “sobrando” na Europa para a América do Sul<sup>734</sup>, rotulado também de “leão ferroviário e colonial”<sup>735</sup>, “general ferroviário polonês e coronel de cavalaria da

---

<sup>731</sup> Correio do Paraná, 27 de março de 1934.

<sup>732</sup> Ibidem.

<sup>733</sup> Ibidem.

<sup>734</sup> Correio do Paraná, 17 de março de 1934.

<sup>735</sup> Correio do Paraná, 11 de abril de 1934.

Rússia”<sup>736</sup>, o “teimoso incorrigível”<sup>737</sup> e frequentemente expressada a sua “megalomania” em que “todos se devem curvar reverentes aos impulsos de sua ambição”<sup>738</sup>, isto é, motivador de certa repulsa, ódio e medo construídos e automaticamente combatidos pelo jornal. Tacla, principal adversário, com certa frequência acusava o general de ser anteriormente vinculado ao exército russo e ao Czar, portanto, questionava a sua nacionalidade e lealdade para com a Polônia<sup>739</sup> como forma de deslegitimar suas ações junto à LMiK no Brasil, as quais estavam acompanhadas de agrimensores e também um instrutor agrícola<sup>740</sup>.

Este imperialismo, para Tacla, que das “botas eslavas dos generais de Gdynia”, esperaria conseguir uma grande porção e “deslocar Guarapuava à Foz do Iguaçu, com saída triunfal pelo Rio da Prata”, isto é, “repartir a grande república”<sup>741</sup>, ao mesmo tempo permite transparecer a força como nação, que cada vez mais se tornava una, dentro do contexto varguista de homogeneização, mas também, de ter a unidade territorial como base para a unificação nacional de sentimentos, fraternidades e solidariedades que garantiriam o futuro do país. Tudo parecia cercado de máculas ameaçadoras vindas de fora, de povos “estranhos”/“estrangeiros” do além-mar, nas acepções do editorialista, com “cavalos” e “botas”, famintos como “feras” ou “abutres” em busca de fatias e pedaços desprotegidos da nação, de forma que, seria a missão do jornal e do jornalista, denunciarem e alertarem aos brasileiros, a fim de impedir que o “sono” fosse confundido com a “morte” e permitisse a aproximação das “aves carniceiras”<sup>742</sup>.

Assim como o general, a imagem da LMiK era a seguinte

É uma sociedade civil, com sede na Polônia, presidida pelo general Gustavo Orlicz-Dreszer e de cuja diretoria fazem parte os mais altos dignitários do governo polonês, todos pessoas de confiança do Chefe de Governo da Polônia. Os seus objetivos são principalmente os seguintes: - Combater as aspirações alemãs sobre o corredor polonês, sobre a Pomerânia, e sobre outras regiões do Mar Báltico, propagando a necessidade de comunicação pelo mar, mostrando a conveniência imprescindível da Polônia possuir uma marinha poderosa, a propaganda do mar polonês. Quanto à sua influência e propaganda no estrangeiro a Liga, nos países em que existem emigrantes poloneses, esforça-se por conservar entre os descendentes dos poloneses, o uso da língua, dos costumes e tradições polonesas. A Liga não tem nenhum objetivo

<sup>736</sup> Correio do Paraná, 24 de abril de 1934.

<sup>737</sup> Correio do Paraná, 28 de abril 1934.

<sup>738</sup> Ibidem.

<sup>739</sup> Correio do Paraná, 20 de abril de 1934, 24 de abril de 1934, entre outros.

<sup>740</sup> Correio do Paraná, 20 de março de 1934. O *Diário da Tarde*, em 16 de março, apesar de depois se tornar a referência para defender as acusações do *Correio do Paraná*, publica uma notícia do *A Vanguarda*, do Rio de Janeiro, apontado que o Brasil deveria estar “em guarda” diante da presença de generais estrangeiros em Foz do Iguaçu, ressaltando “o general Stefan Hireniesinsky [Strzemianski], os engenheiros Wladyslaw Shime, João Riplisy [Ryszcz] e Mahomaski [Makomaski]” e os ideias de negociação de terras na região para introdução de imigrantes, o que deveria ser visto com ressalvas, no mesmo sentido apontado pelo *Correio do Paraná* e em articulação com os receios da região estratégica e em relação aos assírios.

<sup>741</sup> Correio do Paraná, 28 de março de 1934.

<sup>742</sup> Correio do Paraná, 29 de março de 1934.

econômico. Não tem capital. Os fundos monetários para sua existência e propaganda são obtidos pelas mensalidades dos sócios, donativos, produtos de festas de beneficência, subvenção do governo polonês, etc. [...]. A LIGA MARÍTIMA E COLONIAL DE VARSÓVIA jamais colonizou ou construiu coisa alguma, nem esses são seus fins<sup>743</sup> (caixa alta no original).

São reiteradas a aproximação com o governo polonês (elemento central constituinte de um perigo militar e colonial), a busca do potencial marítimo, o vínculo com os emigrantes e a propaganda, ademais do destaque para a questão da economia e impossibilidade de cumprir as suas propostas colonizadoras por falta de capital, uma “mistificação”<sup>744</sup>, voltada a “cavação de terras”. A construção de ferrovias na região eram também assunto que indiciava uma ambivalência constante, de um lado, a Liga não era capaz de realizar a obra devido a problemas financeiros e a ideia de uma falta de infraestrutura na própria Polônia, de outro, teria interesses econômicos, ou ainda, o que seria mais preocupante para a perspectiva nacional, objetivos ardilosos que deixassem de lado interesses nacionais e da logística para os paranaenses<sup>745</sup>. Pois seria uma “ESTRADA ESTRATÉGICA”, que permitiria a “livre comunicação com o oceano pelo rio Paraná”<sup>746</sup>, sendo frequente a imagem indiciária de aproximação da zona fronteira “vulnerabilíssima” como programa planejado no uso da ferrovia, condenado tanto a concessão da terra para uma empresa estrangeira como a construção da estrada, o que não se cumpriu de fato (a obra acabou cedida para o estado)<sup>747</sup>. Com uma perspectiva moral, aponta inclusive metas maiores, de usar a ferrovia para ampliar as concessões de terra e valorizar determinados lotes, de modo que a questão da ferrovia e das terras devolutas, bem como sua aquisição montavam um todo completo de perspectivas econômicas duvidosas e projetos imperialistas<sup>748</sup>.

O fato é que para o jornal era importante a noção de que havia uma razão na campanha, isto é, de deter “o avanço imperialista enquanto é tempo”<sup>749</sup>, assim, em outro artigo novamente acompanhamos uma tradução de texto que evidenciava intenções nacionalistas polonesas. Agora se utiliza aquele do periódico *Czas* (O Tempo) de Cracóvia, de Hupka, o texto *ipsis litteris* conforme anunciado em 1931 pelo *Imparcial*. Na lógica discursiva, ele demonstrava que as “estultas ambições imperialistas” seriam defendidas na Polônia naquele momento, uma

<sup>743</sup> Correio do Paraná, 20 de março de 1934.

<sup>744</sup> Ibidem.

<sup>745</sup> Correio do Paraná, 04 de abril de 1934.

<sup>746</sup> Correio do Paraná, 20 de março de 1934.

<sup>747</sup> Correio do Paraná, 24 e 26 de abril de 1934.

<sup>748</sup> Correio do Paraná, 27 de março de 1934. Strzemianski teria tentado, com um grande industrial de erva-mate, a compra de 40 mil alqueires, mas primeiro, investindo com a doação através da assinatura de escritura, de 5 mil alqueires, os quais após a colonização, permitiriam a compra do restante, o que foi negado pelo vendedor. Ao não conseguir terras gratuitas, segundo o jornal, teria “inventado” a construção do ramal ferroviário, a fim de entrar nas terras devolutas do Estado.

<sup>749</sup> Correio do Paraná, 29 de março de 1934.

“doutrina defendida com veemência e pregada com ardor”<sup>750</sup>, chegando a considerar como objetivos “antibrasileiros” os promovidos pela Liga e o general, explorando, a partir daí, o que seria o programa da LMik:

1º desenvolver entre os poloneses e descendentes de poloneses o emprego da língua polonesa, dos usos, costumes e tradições polonesas; 2º estabelecer colonizações polonesas homogêneas, com comunicação livre com o Oceano por meio do Rio Paraná, criando no Paraná um Estado polaco independente<sup>751</sup>.

Finalidades para o jornalista “claramente imperialistas”, “contra a Nação Brasileira” e dentro de um contexto considerado difícil historicamente, de manutenção da unidade brasileira, tanto territorial como cultural. Ademais, pensando nas aproximações da Polônia para com seus emigrantes desde o início da década e seus objetivos para com a “emigração dirigida”. Desta forma, os brasileiros deveriam impossibilitar que uma “Liga Imperialista polonesa” quisesse a desagregação do país, posto que na Polônia teria se desenvolvido a perspectiva de ser o Paraná uma “terra de ninguém”, onde seria simples constituir um estado independente para os poloneses. Questiona-se inclusive, o adjetivo “COLONIAL” da Liga e sua composição de “generais, políticos, banqueiros e diplomatas”, o que significava uma organização que objetivava a “fundação de um domínio colonial”, o caso crítico, do Paraná e a intervenção do general polonês<sup>752</sup>. Para as posições do periódico, tal comportamento não seria novidade, indicando desrespeito à “soberania nacional” e desprezo aos “ideais brasileiros”, com a Polônia “fazendo publicamente, sem o mínimo disfarce, uma propaganda anti-brasileira e pró-Polônia no Paraná”, dada as múltiplas ingerências daquele país no Brasil, portanto, atentando sob múltiplos aspectos<sup>753</sup>.

Segundo Tacla, no editorial do final do mês de março, apesar de precisar de “braços”, em especial, nos sertões, “não queremos e não admitimos ocupação militar, fantasiada, mascarada, desfigurada, de colonização”. Assim, chega a questionar a vinda do Marechal Raczkievicz, ironicamente apontando que “não é de admirar, se amanhã, não tenhamos que prestar continência a um Estado Maior de Varsóvia...”<sup>754</sup>. Ocorre uma ressignificação da presença do político polonês grandemente anunciada e comemorada no ano anterior, bem como

---

<sup>750</sup> Ibidem.

<sup>751</sup> Correio do Paraná, 30 de março de 1934.

<sup>752</sup> Ibidem.

<sup>753</sup> Ibidem.

<sup>754</sup> Ibidem. Em sua coluna no *Diário da Tarde*, Chorośnicki responderia a Tacla, considerando o elogio aos alemães um desabono aos poloneses.

[illegible]

FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A postura editorial, nesse sentido, utiliza a capa como “vitrine” para suas chamadas e ênfases nos assuntos relacionados à temática. O leitor encontra o seu interesse pelas manchetes grandes e destacadas, demonstrando não apenas a importância que o assunto tomava nas páginas do periódico, mas sua intensidade, como mobilização de (res)sentimentos e consequentemente, medos e ódios, através de um discurso específico, mobilizando o nacionalismo crescente, atrelado ao anti-imperialismo e anti-imigrantismo varguista: os aspectos da presença europeia e desvalorização do trabalhador nacional.

A manchete de capa de 01 de abril (conforme imagem acima) traz um alerta para o presente: “A Liga Marítima e Colonial de Varsóvia prepara-se para conquistar o Paraná”<sup>755</sup>,

<sup>755</sup> Correio do Paraná, 01 de abril de 1934.



expondo em grandes letras negritadas para os olhos dos leitores ou meros transeuntes que pousassem a visão no periódico, na sua “campanha contra o imperialismo polonês”. Nessa lógica analítica, os culpados seriam os emissários poloneses, os quais estiveram no país antes da independência polonesa, muitos retornando como instrutores, que teriam criado a ideia do Brasil como espaço vazio disponível à conquista, uma “mentalidade errada”<sup>756</sup> de maneira que nestas concepção se balizaria as “ilusões” do general, assim como o programa da Liga de criar um “estado polaco” ou “domínio colonial polaco” no Brasil, a partir do “desmembramento do Paraná”, programa esse que “toda a política da Polônia no Paraná obedece”<sup>757</sup>. A repetição em tratar dos personagens vinculados à LMiK, assim como realizava com a TK, com certa ironia de suas posições sociais poderia ter razão na sua aproximação com os poloneses radicados no Brasil décadas antes, fator gerador de disputas de lideranças internas comunitárias, o sinal de certa arrogância que marcava a imagem daquele grupo de emissários enviados diante da atuação junto aos colonos.

No sentido destes conflitos de lideranças, o confronto com as instituições polonesas no Brasil igualmente deriva em acusações de colaboração, dada o amplo protesto que era realizado pela CZP e outras sociedades contra o jornal curitibano:

A atual diretoria da “União Central dos Polonos no Brasil” representa unicamente os IDEAIS IMPERIALISTAS DA LIGA MARÍTIMA E COLONIAL DE VARSÓVIA. Não foi eleita pela colônia, foi designada pelos delegados do governo da Polônia, enviados do governo da Polônia, enviados ao Paraná para fazerem propaganda do imperialismo da Liga e do general Strzeminski<sup>758</sup> (caixa alta no original).

Conforme o artigo que segue, a diretoria anterior (encabeçada por João Grabski, que não é mencionado), “representava a honrada e leal Colônia Polonesa” e fora “escorraçada” pelos funcionários do governo polonês (instrutores) por ser considerada “excessivamente brasileira e incapaz de compreender os altos objetivos da Polônia no Paraná”<sup>759</sup>. Nesse ínterim,

<sup>756</sup> O jornal defende a proeminência do Brasil no apoio aos imigrantes, os quais não teriam ajuda da Polônia e uma “mentalidade errada” sobre o Brasil e a “colônia polonesa” criada naquele país europeu. A Polônia teria ouvido conselhos, para sua ação no Brasil, de “uma meia dúzia de indivíduos que por aqui viveram antes da Independência, e que sem a capacidade para se adaptarem ao novo meio, transformaram-se, a última hora em sociólogos e em auditórios do governo da Polônia em problemas delicadíssimos” (em referência, quiçá, a muitos dos intelectuais que retornariam como instrutores no entreguerras). Esta situação teria levado a série de erros cometidos pela Polônia no Brasil, ao que os brasileiros assistiriam com estupefação e por esta razão que iniciariam a campanha. Correio do Paraná, 18 de abril de 1934. Possivelmente, os múltiplos militares e estudiosos das questões de emigração, mencionados por Kula (1976) e Wachowicz (2001) como “legionistas”, que trabalharam em escolas antes da independência polonesa.

<sup>757</sup> Correio do Paraná, 01 de abril de 1934.

<sup>758</sup> Correio do Paraná, 03 de abril de 1934.

<sup>759</sup> Ibidem. No dia 04 de abril de 1934 aponta crítica CZP e os dois assinantes do protesto (Gontarski e o secretário Luis Szczygiel) e a influência da Polônia na instituição. E que não seria um protesto da colônia mas do general.



as disputas internas da colônia são ressaltadas em proveito dos debates divulgados nas páginas do jornal<sup>760</sup>, quiçá, os elementos que, no primeiro momento, designaram o início destas críticas, quando das ocorrências em 1933 nos *Sejmiki*. O jornal chega a mencionar que a CZP teria apoio de Wójcik, participe na luta contra a antiga diretoria e com ajuda dos empregados da Polônia. O personagem seria “mentor das veleidades de conquista da Polônia” e animador de uma campanha “anti-brasileira” feita pelo CZP<sup>761</sup>, cobrando que a instituição repreendesse os “planos”<sup>762</sup>.

Os textos demonstram conhecimento com maior profundidade das dinâmicas internas da comunidade, assim como as possíveis traduções dos artigos em polonês, e utilizam da temática imperial para defender um ponto específico de vista com relação à colônia polonesa curitibana e brasileira, a partir da necessidade, talvez, de afastar a tutela ou ingerência da Polônia, bem como denunciar sua existência. Ademais, os artigos dialogam com os “protestos” publicados pelas instituições polonesas nos jornais curitibanos concorrentes permitindo analisar respostas em diferentes ângulos<sup>763</sup>. O periódico *O Dia*, por exemplo, é questionado por ser um dos defensores dos poloneses, se assim podemos afirmar, pois se considerava que não via o “perigo” na compra de terras pela LMiK, mediada por militares e contando com 250 mil associados em referência a sua grandiosidade, pessoas estas que estariam dispostas a apoiar e realizar a “propaganda da aquisição de um domínio colonial no Brasil”<sup>764</sup>.

Segundo os apontamentos do jornal, a “marcha polonesa sobre o rio Paraná” era o objetivo da Liga, apelando para o “espírito heroico e aventureiro do povo polonês”, jogando nas massas “o nervosismo das grandes aspirações nacionais” e acenando “com o deslumbramento de um domínio colonial” para o qual acorre o povo polonês “pressuroso e sedento de novas glórias”<sup>765</sup>. Um confronto entre a “política emigratória da Polônia” e a

---

Novamente aponta a “SUSPEITA DE BRASILEIRISMO” como motivo para a saída da de “homens dignos e limpos” da diretoria da CZP, “escorraçados” pelos funcionários do governo polonês.

<sup>760</sup> Conhecendo os meandros das situações do CZP, como explica o texto, apesar de expirar naquele ano o mandato, a diretoria anterior teria renunciado em abril de 1933 (em razão das disputas com o *Correio do Paraná* e a TK), quando foi eleita a nova por “instrutores capitães, pagos pelo governo da Polônia”, os “testa de ferro” do imperialismo. Os emissários poloneses teriam feito uma campanha, inclusive pela imprensa polono-brasileira de Curitiba, contra a “muito abrasileirada” diretoria do CZP. A eleição da recente diretoria, como mera defensora da Liga, teria ocorrido sem a presença da maioria da população polonesa, o autor afirma que se ausentaram os membros da União Polaca (provavelmente o *Związek Polski*), no texto tida como “maior associação de Curitiba”, da *Oświata*, “a maior associação polaca do Brasil”, bem como a ausência dos “rapazes do Junak, associação da mocidade polonesa”, sendo que os que compareceram, teriam observado a “palhaçada para entregar à “UNIÃO CENTRAL” à canga dos delegados pagos pelo tesouro da Polônia”, estes, os verdadeiros autores do “protesto” e não a Colônia Polonesa para o autor. *Correio do Paraná*, 03 de abril de 1934.

<sup>761</sup> *Correio do Paraná*, 04 de abril de 1934.

<sup>762</sup> *Correio do Paraná*, 03 de abril de 1934.

<sup>763</sup> *Ibidem*. *Correio do Paraná*, 04 de abril de 1934.

<sup>764</sup> *Correio do Paraná*, 06 de abril de 1934.

<sup>765</sup> *Ibidem*.

“Política assimilatória do Brasil”, conforme o jornal<sup>766</sup>. O caminho, conduzido através da propaganda pela LMiK para os poloneses das “antigas” colônias “superpovoadas” do sul do Brasil, seria o rio Paraná, “como a irradiação que deve tomar o desenvolvimento da colonização polonesa” no estado. A partir daí, retoma o assunto central do que seria o imperialismo emigrantista polonês, parafraseando as análises dos artigos de Wójcik: “É pela infiltração, é pela concentração, é pela irradiação que se fará a CONQUISTA SEM DERRAME DE SANGUE DO DOMÍNIO POLACO NA AMÉRICA DO SUL”<sup>767</sup>.

Ao que parecia, a colonização polonesa se abriria como um “leque”, tendo a base em Curitiba e avançando para o interior do Paraná e do Rio Grande do Sul, chegando ao leste em Corrientes e Guaíra, ambas no Rio Paraná. Conforme se tornavam superpovoadas as colônias antigas dos estados do Sul, os poloneses migravam para oeste, para mais próximos do rio, sendo alimentados por mais levas diretamente da Polônia, não deixando assimilar essas populações numa efetiva “marcha”<sup>768</sup>. Conforme o texto, esta ocorria inconscientemente, em razão das dificuldades de adaptação ao clima<sup>769</sup>, mas o fato é que o texto alude à LMiK se apropriar dessa interiorização com objetivos coloniais estratégicos de concentrar os imigrantes através do poder da Liga, representando o “povo” polonês através dos seus donativos<sup>770</sup>. Era recorrente a vinculação da instituição colonizadora como sendo o próprio governo da Polônia ou ainda o

<sup>766</sup> Correio do Paraná, 06 de abril de 1934.

<sup>767</sup> Ibidem.

<sup>768</sup> Conforme cita o texto: “Estão, assim, as guardas avançadas já sobre o rio Paraná enquanto que levas de emigrantes poloneses todos os dias irradiam sobre o hinterland paranaense, passando por Candido Abreu rumo ao Ivaí; outros, espalhando-se e deixando as colônias matrizes, vão além de Prudentópolis, sobem a Serra da Pitanga e invadem o Campo Mourão... rumo ao rio Paraná, direção a Sete Quedas e o rio Ivaí em ambas as margens, já ouve a cadência da marcha. Por outro lado... rumo ao rio Paraná, via Foz do Iguaçu, já marcham as alas que se dirigem ao RIO PROMETIDO” (grifos no original). Correio do Paraná, 08 de abril de 1934. Nesse contexto, “A marcha polonesa, seguindo o seu rumo para o rio Paraná, já colocou as suas guardas avançadas na colônia Amola Faca e Teresina, tendo, pelo Rio Grande do Sul, chegado ao rio Paraná, saindo deste Estado e entrando na Argentina, onde o povoou Misiones”, depois, “subindo o Rio Paraná, fundou a colônia de Azara e Guaíra no território paraguaio”.

Neste mesmo dia, o jornal anuncia resposta positiva do general Góis Monteiro para tratar da nacionalização das fronteiras e da presença dos generais estrangeiros no Brasil, considerando “patriota dos mais extremados”. O general era frequentemente defendido no jornal, em especial, por seus posicionamentos políticos. Correio do Paraná, 08 de abril de 1934.

<sup>769</sup> O que comparamos com o processo de “sertanização” descrito por Wachowicz (1974) ou de “enxamegem” de Roche (1969).

<sup>770</sup> Para o autor, a marcha foi ocasionada pela incapacidade das populações de “reagirem contra o meio ambiente” e não uma intenção de conquista, não uma “fome de terras” ou “fome de glórias” como dos portugueses e bandeirantes, mas uma “necessidade de viver”. A LMiK estaria, então, transformando a “marcha inconsciente” com a nova aproximação ao amor à Polônia e manutenção da língua, usos e costumes poloneses. Para completar as “colunas da marcha”, faltariam justamente as terras que a Liga objetivava concessões, que iam de Guarapuava ao Rio Paraná, entre os rios Ivaí e Piquiri, onde realizariam seus planos, caso as obtivessem, conseguindo criar um espaço polonês, futuramente e, assim, seria “justíssimo”, para o autor, que se constituísse em domínio polonês. Seria um direito da Liga em transformar a “marcha inconsciente” em “programa de conquista”, cabendo aos brasileiros a denúncia, especialmente, dos “réprobos” que apoiariam a Liga, questionando se estariam iludidos, em acintosa crítica aos colegas jornalistas de outros periódicos. Correio do Paraná, 08 de abril de 1934.

seu povo ou “nação polonesa”<sup>771</sup>, refinando o argumento para centralizar nela os potenciais ameaçadores e as justificativas para a campanha opondo-se aos concorrentes curitibanos que abrandavam o perigo representado pelos poloneses.

Nesse contexto, Tacla envia um telegrama sobre a campanha ao Ministério da Justiça e à imprensa carioca (nominada através de vários periódicos<sup>772</sup>) expandindo a lógica dos problemas localizados no Paraná. Evidenciando as concessões “atentatórias” à soberania nacional, “formação do Estado Polonês dentro do Paraná” e para impedir o “golpe dos inimigos declarados [da] unidade [da] pátria”, telegrama esse, que se constitui no motivo de alarido no ambiente diplomático polono-brasileiro.

FIGURA 8 - CAPA CORREIO DO PARANÁ, DE 07 DE ABRIL DE 1934.



FONTE: Correio do Paraná, Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

<sup>771</sup> Ibidem.

<sup>772</sup> *O Globo*, *Noite*, *Correio da Manhã*, *A Batalha*, *A Nação*, *Azemgros*, *Agenciuna*, *Diário de Notícias*, *Corjardim*, *Associação de Imprensa do Rio de Janeiro*, contudo, ao que pudemos averiguar, foi o *A Vanguarda* quem aceitou as maiores ideias do *Correio do Paraná* e de Tacla, tendo publicado, igualmente, artigos críticos. Segundo o *Correio do Paraná*, de 07 de abril de 1934, *O Globo*, *A Batalha*, *Diário de Notícias* e *A Nação* teriam publicado o telegrama em destaque.

A “campanha do Correio do Paraná contra o imperialismo” como se intitulara, repercutiria de acordo com telegramas de respostas do Rio de Janeiro e também de São Paulo, em apoio a denúncia do “inconveniente” e do “perigo” da concessão de terras aos estrangeiros, e no lançamento de luta ao impedimento daqueles intentos, inclusive por outras instituições nacionais para além dos periódicos, de modo a demonstrar o quanto o caso era grave em relação ao resto da imprensa curitibana<sup>773</sup>.

FIGURA 9 - IMAGEM DO PROTESTO DOS ESTUDANTES



Além das roupas militares e bigodes, portam cartaz com os dizeres “O Castreminski levou o ‘Balaio’”.  
Correio do Paraná, 17 de abril 1934.

FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Provavelmente estimulados pelo jornal, eram tomadas ações “populares” nas ruas de Curitiba na forma de protestos, ainda que bem-humorados. Os estudantes calouros da universidade teriam promovido manifestações fantasiados de general, as quais, para o jornal, demonstravam o “valor, a nobreza da atitude tão esmagadoramente eloquente: o chicote da gargalhada acadêmica pôs em terra a petulância do Kropotnike polaco”<sup>774</sup>. Aquelas ações foram utilizadas para simbolizar como a “opinião pública” e a sanção da juventude às atitudes do matutino<sup>775</sup>, reforçadas pelo suporte de lideranças ucranianas, recorrentemente apresentadas

<sup>773</sup> Correio do Paraná, 07 de abril de 1934.

<sup>774</sup> Correio do Paraná, 17 de abril de 1934.

<sup>775</sup> Outro texto, assinado pelo pseudônimo “INDÍGENA”, com o título: “Façamo-los brasileiros”, teria sido enviado ao periódico pelo “brilhante espírito da nossa mais insigne geração dos homens de talento”, acompanhado de “vibrante página de patriotismo e altivez”. Este “indígena” (nome que aludia possivelmente ao nacionalismo brasileiro vigente), apontava que caso continuasse insistências por parte do general de “abocanhar” terras no Estado, “despojar-se a de plumas e cocares” formando ao lado da “cavalaria cossaca” do jornal, “nas suas



pelo periódico e por cartas de apoio, ademais da aludida expansão geográfica das disputas para a capital do país. Nesse sentido, “identificar-se é também opor-se” (ANSART, 2002, p. 209), é capaz de envolver sentimentos de “agressividade/ódio”, “gradações de orgulho” ou “superioridade”, de forma que “identidades objetivas” realizar-se-iam subjetivamente, expressas através de sentimentos, emoções e paixões, não apenas nas declarações – seus signos –, mas também nas “práticas excepcionais” (como reuniões ou manifestações), portanto, os discursos não seriam suficientes, dado que poderia incorrer apenas na história das “ideias”, e não das mentalidades (ANSART, 2002, p. 207-209).

Como exemplo do eventual sucesso da campanha junto à opinião pública, um autor chamado “Waldomiro [Ilegível]” assina carta para Paulo Tacla publicada no jornal. Refere-se, o autor elogiosamente às “sensacionais revelações”<sup>776</sup> do periódico “acerca dos planos de “conquista pacífica” da” LMiK. A ideia de conquista pacífica estava ancorada nos objetivos emigrantistas e “sem derramar sangue” como propalado pelo jornal desde o início da “campanha”. Na sua argumentação, aquilo que poderia soar estranho, é uma realidade observável: “Com argumentação convincente, Paulo Tacla, o mui ilustre Diretor do “CORREIO”, revela, aos que ainda veem a Polônia por um falso prisma, “o imperialismo polaco””<sup>777</sup>. Os objetivos de atingir setores da sociedade curitibana e demonstrar isto nas páginas do jornal, ao que parece se cumpriam nas amostras do jornal. Àqueles que conhecessem “mais de perto os problemas do oriente europeu, coisa bem rara, aliás, entre os brasileiros, pois, enquanto parece ridículo a afirmativa não surpreende, existe o “imperialismo polaco’!!!”<sup>778</sup>. Evidenciar este aspecto era um modo de corroborar e elogiar as ações de Tacla e do jornal, ademais, permitia alertar os leitores para a situação, a fim de que por parte deles, igualmente, houvesse uma comunhão de pensamento nesse sentido e definia o que considerava-se imperialismo vinculado aos poloneses como um fato dado da realidade<sup>779</sup>.

A Polônia é entendida, como aqueles que “ainda ontem se proclamavam “cristos”, mas que hoje, crescidas já as garras que lhe tinham sido cortadas, são os expoentes máximos da barbárie em pleno século XX”. Tendo isto por base, “o liberto, transformado em tirano, deve inspirar maior repugnância”<sup>780</sup>. As noções de “cristo das nações” (WACHOWICZ, 2001, PUCHALSKI, 2017) e da construção nacionalista de oprimidos convertidos em opressores

---

magistrais cargas de lança contra o imperialismo polaco simbolizado na figura truanesca do general Strzeminski”. *Correio do Paraná*, 19 de abril de 1934.

<sup>776</sup> *Correio do Paraná*, 06 de maio de 1934.

<sup>777</sup> *Ibidem*.

<sup>778</sup> *Ibidem*.

<sup>779</sup> *Ibidem*.

<sup>780</sup> *Ibidem*.

(GIL, 1986) pelo amplo histórico de conquista e dominação com a qual o país era frequentemente representado, são articuladas a uma mudança de perfil com suas ações no Paraná, para uma ameaça real, que deveria ser nominada de “imperialista” (consequentemente definida e dada realidade) e, assim, efetivamente combatida.

Na altura da conquista da concessão de terras para LMiK, tendo o despacho interventorial assinado no dia 07 de maio, o jornal indica vitórias da campanha, dado que ela não teria conseguido a concessão gratuita de 2 milhões de hectares da Braviaco, mas apenas os cerca de 7 mil indicados na formalização de concessão<sup>781</sup>. Apesar do intenso fôlego que o *Correio do Paraná* teve durante múltiplas edições, identificamos os últimos termos da “campanha” naquela conjuntura, a qual ainda vai ter alguns resquícios em meses subsequentes, sendo então o “Surpreendente epílogo das pretensões polacas!”. As notícias são referentes ao desenrolar da polêmica no Rio de Janeiro, os telegramas indicariam a indignação de “elementos de maior expressão cultural e política” como da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a qual teria pedido providências contra a LMiK para o governo provisório e organizado movimento pela expulsão de Strzemiński e seus 40 oficiais<sup>782</sup>, um sinal de “indignação diante desta odiosa manifestação do imperialismo polaco” que “ultrapassa a ambição dos mais audaciosos imperialistas”<sup>783</sup>.

Apesar de não tratado diretamente, no final de maio o artigo de capa comemora a “Grande Vitória”, em que recolham “com entusiasmo os louros conquistados na campanha memorável”. A Assembleia Constituinte teria aprovado emenda com a proibição da concessão de terras a estrangeiros, fator que representaria “uma grande, uma magnífica vitória da tese que o CORREIO DO PARANÁ vem defendendo com desassombro numa campanha das mais ardentes e patrióticas de quantas temos sustentado ultimamente”<sup>784</sup>. Ainda que a concessão tenha sido efetivamente obtida pela Liga. De qualquer forma, os debates da ANC importavam nas discussões do jornal sobre as migrações, particularmente polonesa, mas também japonesa,

<sup>781</sup> Correio do Paraná, 10 de maio de 1934.

<sup>782</sup> Um requerimento sobre as ações do general e da Liga, teria sido entregue pelo deputado Zoroastro Gouveia à Mesa da Constituinte e logo o deputado iria ocupar a tribuna da Assembleia sendo secundado por outros com “farta” documentação sobre o “imperialismo polaco”, em que estariam incluídos textos do *Correio do Paraná* sobre o “sensacional caso”. Correio do Paraná, 25 de maio de 1934.

<sup>783</sup> Correio do Paraná, 25 de maio de 1934.

<sup>784</sup> Correio do Paraná, 27 de maio de 1934. Correio do Paraná, 08 de junho de 1934, menciona um texto assinado por “Jones”, no “Diário do Comércio” de Guarapuava, em que faz uma crítica às perspectivas anunciadas do *Ameryki Echo*, crítico às decisões da ANC, anunciando não ser o “imperialismo polonês” apenas um “sonho utópico”, diante das assertivas do jornal de colocar “um milhão de poloneses nas margens do Rio Paraná”, e além de enviar emissários para estudar planos de colonização, utilizava a imprensa para reforçar suas “aspirações”. Assim, elogiava as restrições à imigração impostas pela ANC, como tendo assegurado a soberania nacional e rechaçar planos dos “mercadores de gado humano”, bem como anunciando um governo que permitia dizer “Alto lá!” e estava “a altura de seu povo” colocando “abaixo os planos” contra a dignidade e brios brasileiros.



síria, assíria, alemã e italiana, envolvendo a SAAT e os deputados, para questionar aquele momento nativista e xenófobo.

Consideram, assim, que o jornal “lutou só” e “venceu só” ao ser o único jornal de Curitiba que “protestou com desassomburada energia e veemência contra os planos da” LMiK<sup>785</sup>. Da considerada solitária “campanha contra o imperialismo polaco”, o *Correio do Paraná*, no posto de vencedor, que se colocava, cessava “o fogo contra a águia abatida do imperialismo de Varsóvia” para se concentrar nas outras “campanhas”<sup>786</sup>.

A temática imperialista diminui após o encerramento oficial, que em junho tem apenas pequenas referências. As questões avançaram, mas sem a mesma intensidade ao longo dos outros meses. Como a notícia sobre II Congresso dos Poloneses no Exterior, que na visão do jornal, viria a “confirmar plenamente a campanha que viemos fazendo contra o imperialismo polaco e sobre as suas ridículas pretensões de domínio no exterior”. Nesses termos, tratava sobre manutenção de funcionários poloneses no Brasil contra assimilação e questão da lei de minorias com relação aos poloneses no país<sup>787</sup>, fatores que debateremos na sequência do capítulo.

#### 4.2.3. “Ucrânia Mártir, Ucrânia sublime”

Caso queiramos imaginar um exemplo possível de vinculação do expansionismo econômico e político polonês, os quais envolviam a exploração de uma população e recursos de outro povo, bem como assentamento populacional e administração específica, podemos verificar a ocupação polonesa da Ucrânia<sup>788</sup>. A bibliografia aponta que as “fronteiras orientais”

<sup>785</sup> A campanha teria sido sustentada em meio ao “silêncio” ou “hostilidade” de uma “imprensa acovardada” que “se acomoda”, “se encurrala” diante do “capricho” de “aventureiros estrangeiros” de maneira que a “vitória conquistada” seria prova de estarem acompanhados da “boa causa” ao repelir “as pretensões do imperialismo e condenávamos a ação medrosa da imprensa que estremece, que desvia, que claudica, sempre que se lhe depara diante de um grave interesse nacional que competia defender para não mentir a sua missão”. *Correio do Paraná*, 27 de maio de 1934.

<sup>786</sup> Ibidem.

<sup>787</sup> *Correio do Paraná*, 23 de agosto de 1934.

<sup>788</sup> Os ucranianos eventualmente eram vistos como inferiores e as “fronteiras orientais polonesas” eram tratadas como uma espécie de “colônia”, a ser civilizada, seus habitantes polonizados através de assentamentos, perseguição das escolas, do uso do idioma e da identidade ucraniana. Muito da literatura romântica polonesa se referia à região tal e qual o linguajar das nações imperialistas aos demais continentes (BAKUŁA, 2014). Mick (2014) evidencia traços colonialistas nas ações polonesas de nacionalização, não apenas na Ucrânia, mas em relação a Lituânia e Bielorrússia também, com ideal de superioridade da cultura polonesa e de processos de *polonização*, mais que colonização, quiçá, era um processo de nacionalização das regiões. Beauvois (2005) demonstra como a *inteligência* polonesa através da literatura e periódicos afirmava estar colonizando as regiões ucranianas no mesmo período do auge da expansão territorial imperialista dos países ocidentais no último quartel do século XIX. O paralelo pode ser válido em alguma medida, principalmente do ponto de vista cultural, de acordo com a visão de Said (2012). O discurso imperialista e colonial, se assim podemos afirmar, iniciado ainda no século XIX e continuado após 1918, de parte da intelectualidade polonesa frente às fronteiras orientais e sua população

(*kresy* - limites), regiões de minorias nacionais, como particularmente a ucraniana, eram tratadas próximas a domínios coloniais na Polônia, na prática, com latifundiários poloneses submetendo camponeses ucranianos e uma política estatal nacionalizadora, bem como um olhar colonial no discurso, literatura e referências sobre a região (ŁUKOWSKA, STEPIEŃ, 2013, MICK, 2014, BAKUŁA, 2014, BALOGUN, 2017).

Com base nestes pressupostos, outro conjunto de artigos e discussões que analisamos se referem ao uso de disputas étnicas entre os poloneses e os ucranianos na Europa e no Paraná, para alertar ao perigo imperial polonês. Como manchete que inaugura esta representação: “Vinte mil ucranianos foram chacinados pelos polacos, recentemente, em homenagem à liberdade e ao direito de transportados agora nas mochilas de quarenta oficiais estrangeiros conduzidos pelas estrelas atrevidas do general Strzemiński”<sup>789</sup> (uma resposta à União Central dos Polacos, o CZP, que havia publicado um protesto ante os artigos e editoriais do *Correio do Paraná*). Os alertas são ilustrados com um desenho dos massacres poloneses na Ucrânia, uma demonstração do perigo, que representava permitir a colonizadora e o general de dispor de terras no Brasil e no Paraná.

FIGURA 10 - IMAGEM ILUSTRANDO O ARTIGO DO *CORREIO DO PARANÁ*



UMA ALDEIA DA UKRAINA DEPOIS DA INVASÃO DOS POLACOS

Na legenda “uma aldeia ucraniana depois da invasão dos polacos”. *Correio Do Paraná*, 03 de abril 1934.

FONTE: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

guardam semelhanças à cultura do imperialismo conforme descrito pelo autor, contudo, não sustentam a mesma proporção com a atividade levada a cabo pelas potências ocidentais sob o ponto de vista político e econômico. A expressão “imperialismo continental” articulada por Arendt nos ajuda a entender às ações de polonização e objetivos de controle da região, contudo, é insuficiente, uma vez que o território nunca foi efetivamente conquistado, dado que anterior a 1918 fazia parte dos Impérios Russo e Áustro-Húngaro e após a recuperação da independência polonesa, ter sido obtido através dos acordos fruto da derrota dos poderes centrais e da Revolução Russa.

<sup>789</sup> *Correio do Paraná*, 03 de abril de 1934.

Tacla em seu editorial no início de abril retoma à temática da opressão polonesa aos ucranianos ao intitular o seu texto como “Ucrânia mártir. Ucrânia sublime!” e ponderando que “o martírio” daquele país, “em pleno fatígio da civilização, representa a expressão dolorosa da eternidade dos imperialismos, da perpetuidade das tiranias”, apontando que os “oprimidos de ontem” se transformavam nos “opressores de hoje”, referenciando a República Polonesa, marcada pela dominação e, então, com o rótulo de dominadora<sup>790</sup>. A Polônia, anteriormente considerada como “Cristo dos Povos” estaria para o autor “entre os algozes, entre os perseguidores, entre os pretorianos máximos da usurpação e da conquista, a sentinela do calvário trágico da Ucrânia”<sup>791</sup>.

Assim como considerava a Silésia, “perduravelmente alemã”<sup>792</sup>, Tacla apontava a situação da região da Galícia Oriental, ocupada maioritariamente por camponeses ucranianos, comparada com a da Síria, Iraque ou Egito, pela “infâmia do Tratado de Versalhes”, esperava a liberdade, não obstante, ao contrário, “veio o domínio escravocrata das legiões de Pilsudski” e a Ucrânia foi “humilhada e sufocada”<sup>793</sup>. As questões nacionais e étnicas vinculavam os sírios (submetidos pela França) e ucranianos, importando na construção dos perigos imperialistas, ademais das intensas críticas às alianças que construíram a Polônia do pós-guerra e principalmente a francesa encabeçada pelo marechal líder da independência.

No artigo sobre a campanha, novamente respondendo a CZP, são estampadas novas imagens com intenções de chocar e estimular emoções e sentimentos de ódio, vingança e medo acerca da opressão polonesa sobre os ucranianos, alertando aos brasileiros o que aconteceria sem as referências a respeito das ações da Liga e dos poloneses:

---

<sup>790</sup> Correio do Paraná, 04 de abril de 1934.

<sup>791</sup> Ibidem.

<sup>792</sup> Referência ao que seria o imperialismo polonês no caso da Silésia.

<sup>793</sup> As escolas e universidades ucranianas seriam fechadas, e os estudantes das últimas, em protesto, “receberam a morte pela mais inominável e mais hedionda e mais revoltante e mais indigna das chacinas”. Por fim, Tacla saúda os mártires ucranianos rememorando o nome de poloneses que lutaram pela liberdade, Kosciuszko e Sienkiewicz, e àqueles que vem “ocultar, sob o céu do Brasil, a mesma mão que vos apunhala e extermina”. Correio do Paraná, 4 de abril de 1934.

FIGURA 11 - IMAGEM DE CAPA MOSTRA AÇÃO POLONESA ENTRE OS UCRANIANOS



FONTE: Correio do Paraná, 04 de abril 1934. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O autor relembra casos de disputas com jornais ucranianos e a comunidade polonesa<sup>794</sup> do início da década e a defesa dos ucranianos tornou-se o novo argumento de Tacla e seu jornal, talvez animados pelas respostas positivas da comunidade ucraniana, que entrega amplo apoio à campanha. Como exemplo, há em artigos referências ao filme “Taras Bulba”<sup>795</sup>, o qual estaria em exibição nos cinemas curitibanos. Ao mencionar um dos “heróis” da história ucraniana, o texto localizado no meio do jornal, distante de outros com a temática, se dirige às “pretensões imperialistas dos poloneses”<sup>796</sup> e usa o filme para exemplificar suas ações na Europa. Além disso, aproveitando o contexto, diversos representantes ucranianos se posicionavam como aqueles a serem defendidos das agressões dos poloneses na Europa. Em diversos artigos e telegramas<sup>797</sup>, lideranças daquele grupo corroboravam as ideias de Tacla e dos articulistas do jornal, endossando o protagonismo do imperialismo polonês, as perseguições aos ucranianos e o caráter de dominação em um sentido colonial daquela região.

<sup>794</sup> Como o caso do jornal *Vida Ukraina*, um exemplo do apoio da comunidade ucraniana a Tacla é a carta enviada ao *Correio do Paraná*, publicada em 12 de abril de 1934, assinada por Miguel Dziura, de Irati, afirma ser o *Vida Ukraina*, um jornal cujo fito era “desmascarar o governo “santificado” da Polônia”, o que teria motivado críticas de embaixadores, cônsules e da comunidade polonesa, junto às autoridades brasileiras, até o seu fechamento.

<sup>795</sup> Taras Bulba é um romance histórico de Nikolai Gogol, que descreve a vida do cossaco que intitula o livro. Este atua na guerra contra a Polônia, ocupante da região no século XVI. A obra é compartilhada como fruto do nacionalismo ucraniano em desenvolvimento no século XIX.

<sup>796</sup> Correio do Paraná, 14 de abril de 1934. Ao descrever o filme, afirma que bastaria “relembrar que o opressor é a Polônia e a vítima – Taras Bulba – simboliza a Ucrânia tolhida, massacrada, escravizada” e antes do jornal “pensar na presente campanha contra as ambições polacas já uma companhia cinematográfica procurava mostrar ao mundo, e especialmente às nações, que excitam a cobiça dos imperialistas, que a Polônia procura fazer sua grandeza à custa do sacrifício, do sangue” daquilo que chama de “povos pequeninos e fracos”. A ação que procede, o jornal, se justificaria pelo “preito à justiça” e “culto à verdade”, que ela representava, buscando legitimidade em seus argumentos.

<sup>797</sup> Correio do Paraná, 10 de abril, 12 de abril, 14 de abril, 15 de abril, 19 de abril, 25 de abril, 26 de abril, 01 de maio, 06 de maio, 13 de maio, 19 de maio, 20 de maio e 22 de maio de 1934.



Um ponto importante a ser analisado é a configuração do “medo” como forma de controle de comportamento e criador “ansiedades” e uma série de sentimentos negativos (PEREIRA, 2017, p. 233), dos quais poderia decorrer o ódio. Os textos das lideranças ucranianas buscavam “diabolizar” a opressão polonesa para o público leitor do jornal curitibano<sup>798</sup>, indicando os termos da preocupação que se deveria àquela situação, como exemplo de violência, dominação e tragédia, para a qual se poderia aludir. Tacla consegue, desta forma, o apoio da comunidade ucraniana para suas argumentações contra o nomeado “imperialismo polonês”, através da ampliação e expansão para os jornais em português da capital paranaense, dos antigos conflitos entre os diferentes grupos étnicos, as quais tinham demarcações pré-imigração e retomavam acontecimentos europeus conflituosos, reconfigurados em terras brasileiras<sup>799</sup> e colocados à baila como exemplificação e nominação dos pressupostos poloneses no Brasil.

#### 4.2.4. “Os Instrutores Polacos no Sul do Brasil”

Outro elemento debatido, é o que refere negativamente ao contexto das missões polonesas e suas aproximações, a partir da crítica aos “Instrutores” e emissários do governo polonês. Os artigos exploram que a Polônia teria “inventado” um meio de empregar aos chamados “sem trabalho”, mas que tinham “bons padrinhos”, os enviando a serviço do governo para o Brasil. Mais especificamente, os enviavam ao Paraná a fim de: “estudar as possibilidades de emigração polonesa”, “estudar os meios de intensificar o comércio polono-brasileiro”, “fundar um banco polono-brasileiro em Curitiba”, “incentivar o amor pela Polônia, pela língua polonesa, pelas tradições polonesas entre os descendentes de poloneses no Paraná”, etc, etc.”, nesse sentido, o jornal colocava de maneira irônica as ações dos emissários poloneses, ainda que possamos identificar um claro alinhamento daquela estratégia às propostas políticas do governo da Polônia do período<sup>800</sup>.

Do mesmo modo como ocorriam disputas nos jornais polono-brasileiros contra a tutela dos instrutores frente as lideranças locais polonesas, sua imagem de arrogância de descompasso com a vida das colônias, segundo o jornal curitibano, ocorria uma “invasão” daqueles enviados pelo governo polonês para “fazer a propaganda de suas teorias entre os brasileiros descendentes

<sup>798</sup> Correio do Paraná, 12 de abril, 19 de maio e 20 de maio de 1934.

<sup>799</sup> Nos parece que as disputas étnicas específicas entre ucranianos e poloneses através dos textos de lideranças ucranianas no *Correio do Paraná* merecem uma publicação a parte a fim de analisá-las mais detidamente em outro trabalho.

<sup>800</sup> Correio do Paraná, 28 de março de 1934.

de poloneses” considerando “ridículo” a nomeação de “instrutores teatrais, instrutores esportivos, instrutores de trabalho social, etc, etc.”.<sup>801</sup>

Desconsidera, assim, justamente às possíveis estratégias polonesas representadas pelo envio de instrutores como “ação étnica” ou mesmo “imperial”, em algum sentido, do Estado, apontando para uma ótica marcada pelo desdém, a incompetência ou falta de qualidade dos emissários, muito mais que o perigo que poderiam representar do ponto de vista da ameaça territorial, sendo entendidos como uma ameaça caracterizada pelo aspecto basicamente moral ou direcionada à manutenção da *polonidade*, tomado como elemento dissonante da realidade, evitando o “abrasileiramento” dos imigrantes e descendentes<sup>802</sup>. A esses fatores soma-se que “esses afilhados de políticos poloneses não instruem coisa alguma, limitando-se a engolir vários dólares por mês”<sup>803</sup>, recuperando, desta maneira, avaliações feitas pelo próprio grupo polonês diante da presença dos instrutores, naquela comunidade, já estabelecida na terra de acolhida, da qual com frequência se referiam aos altos salários e envolvimento nas ações locais sem os resultados esperados, confiando maiormente nos ativistas e professores que estavam no país<sup>804</sup>.

Disputas pessoais, invejas, ressentimentos, entre outros aspectos poderiam estar envolvidos nos ataques aos instrutores, ao que parece, fortemente instigado por membros internos ao grupo polonês e balizado por querelas anteriores nas associações polonesas. A influência dessa crítica interna do grupo indivíduos recentemente chegados da Polônia ao longo do entreguerras, como uma relação que envolvia estabelecidos e *outsiders* e jogos de poder, poderia estar na própria presença de membros da comunidade no corpo do jornal.

---

<sup>801</sup> Ibidem.

<sup>802</sup> Correio do Paraná, 30 de março de 1934. Como funcionários pagos pela Polônia, nominando diversos tipos de instrutores, e com a finalidade de impedir que se “abrasileirem” os descendentes de poloneses, “convencendo-os que, embora nascidos no Brasil, são e devem continuar a ser cidadãos poloneses”, portanto “pode-se admitir que dentro do nosso próprio território, funcionários de um governo estrangeiro contra os interesses brasileiros, façam propaganda dessa natureza?” e assistir tal situação de “braços cruzados”? Com a ação destes indivíduos, a “Polônia tem agido, nestes últimos anos, com um profundo desprezo da dignidade e da soberania brasileira. O sul do Brasil é tratado como se fosse uma dependência do território polaco” contra o próprio Direito Internacional Público, segundo o autor, que reconheceria apenas os representantes diplomáticos, sendo que a Polônia “inundou o sul do Brasil com uma legião de funcionários para se oporem à absorção das populações polacas e de origem polaca, pela população brasileira” e que lhe devem obediência. Os funcionários se julgariam “superiores às nossas autoridades”, se envolvendo em todas as atividades e, o “pior” com a “quase totalidade da colônia” se submetendo pacificamente à “solidariedade patriótica”, como chamariam. Correio do Paraná, 06 de maio de 1934.

<sup>803</sup> Correio do Paraná, 28 de março de 1934.

<sup>804</sup> A presença dos professores enviados sob coordenação de instrutor geral especialmente vindo da Polônia é questionada diante da presença de “inúmeros professores de origem polonesa os poloneses natos, muito mais competentes do que os exportados da Polônia”, inclusive, como exemplifica o autor, um ilustre professor, ex-diretor da Escola Normal “tem feito muito mais pelo ensino da língua polonesa no Paraná e Santa Catarina, do que todos os enviados pelo tesouro polonês”. Por ser este considerado “um bom brasileiro”, não merecia assumir a direção do ensino de língua polonesa diante dos instrutores pagos pelo governo da Polônia e também, por ser papel daqueles, fazer a “propaganda do imperialismo do general Strzemienski”. Correio do Paraná, 01 de abril de 1934.



Ademais, ao esclarecer as diferenças da LMiK e dos instrutores poloneses com relação à comunidade polonesa no Brasil, vista positivamente. Para o autor ocorria uma “verdadeira luta entre os funcionários do governo polonês e a colônia”, pois no artigo há uma grande diferenciação: “de um lado temos o imperialismo polonês e do outro temos o Brasil e o Brasil pode confiar na lealdade da colônia polonesa e nos brasileiros de origem polonesa, que saberão repelir o estado maior da LIGA MARÍTIMA E COLONIAL DE VARSÓVIA”. Com seus “capitães instrutores”, “profetas do patriotismo” de bengalas, luvas e monóculos, com piteiras e polainas, que beijavam a mão das moças<sup>805</sup>, com indumentária e princípios da cortesia dos cafés de Varsóvia, os que faziam propaganda para o “imperialismo do general”, com a forma adjetivada com a qual trata os instrutores provindos da Polônia, pagos por aquele governo, e também alguns indivíduos que teriam estado no Brasil e retornado. A crítica moral<sup>806</sup> aos instrutores por seu comportamento, forma de vestir e mesmo certa conduta aristocrática, poderia ser observada pelos jornalistas e escritores ao analisar o grupo polonês. As descrições são importantes para entender a desconstrução de legitimidade de ação dos emissários, tal e qual acontecia internamente, mas para os interesses do *Correio do Paraná*, desconfiguravam, por um lado, o perigo das pretensões polonesas e negavam àquelas ações étnico-imperiais, sua efetividade, na medida em que eram causticadas, deslegitimadas ou desconstruídas em sua essência estratégica.

O jornal definia os inimigos a serem combatidos: “agora, o governo da Polônia, encheu o sul do Brasil de funcionários vindos da Polônia, pagos pelos cofres poloneses, para propagarem entre os poloneses o uso da língua”, uma verdadeira “legião de funcionários que vem obstar a assimilação desses poloneses no meio brasileiro”<sup>807</sup>. Conforme o artigo, consentir essa “propaganda” era um “crime” e, nesse sentido, todos os empenhos deveriam ser mobilizados em favor do Paraná e do Brasil para assimilar os poloneses, começando por “proibir que em nosso território continuem esses funcionários da Polônia”<sup>808</sup>.

---

<sup>805</sup> Correio do Paraná, 01 de abril de 1934.

<sup>806</sup> Os instrutores “logo que são nomeados compram uma bengala, um par de luvas e um monóculo. Desembarcam em Curitiba e desatam a fazer salamaleques, a beijar as mãos das colonas, etc. Como uma alta expressão de civilização começam a distribuir cigarros entre as colonas”, de forma que “aquelas que por fraqueza dos pais e dos maridos se habituem a “pitar” são consideradas como a alta expressão da cultura varsoviana”. Estes “indivíduos ridículos estão trazendo ridículos sobre a própria Polônia”, são “fidalgos arruinados” “banqueiros falidos” e “oficiais sem trabalho”, que encontraram no Paraná o meio de “reformular as suas finanças”, em suma, “são os condes da Sociedade de Varsóvia que se celebrizaram nesse Estado”, “É o general Strzemianski com a sua Liga com as suas cavações de terras com os seus ímpetos imperialistas”. Estas afirmações poderiam apontar para os diversos problemas e rivalidades com os instrutores dentro do grupo polonês. Correio do Paraná, 28 de março de 1934.

<sup>807</sup> Correio do Paraná, 14 de abril de 1934.

<sup>808</sup> Ibidem.

As acusações se voltam diretamente para “Os Instrutores Polacos no Sul do Brasil”, com a contracapa da edição do dia 06 de maio aportando um longo texto, que retoma diversos aspectos que foram debatidos sobre estes personagens ao longo da campanha, considerados como aqueles que viriam “inspecionar todas as atividades da colônia polaca no Brasil”<sup>809</sup>. A crítica se coloca na “submissão” da “colônia polaca” aos instrutores poloneses, pois não teria escolha, caso contrário, “é vítima [...] de toda série de contrariedades e dissabores”. A Polônia teria organizado “um perfeito serviço de compressão” para subjugar a colônia e seus descendentes, fiscalizando, os instrutores, todos os setores, sendo aqueles que os contradizem, acusados de traidores dos “ideais polacos”<sup>810</sup>. A eles teria sido atribuídos a autoria dos “protestos”<sup>811</sup> e apelaram às autoridades brasileiras contra o jornal, pois compreendiam “o perigo que encerram os seus planos”<sup>812</sup>. Seriam vinculados ao ministério da instrução da Polônia e os representantes diplomáticos, para os quais deviam obediência, constituindo um “verdadeiro exército de professores e inspetores escolares”, sujeitos às autoridades polonesas e o financiamento do “tesouro polonês”<sup>813</sup>.

O artigo indica a presença de instrutores de ensino, que buscariam evitar a “desnacionalização” dos poloneses, muitos ingerindo sobre os professores sustentados pelo governo paranaense nas escolas e a “Associação dos Professores Polacos”; os agricultores para evitar a integração das populações rurais; e “um capitão do *exército* polaco como instrutor chefe das organizações esportivas do “Junak” [provavelmente Sadowski ou Gwiazda], a qual teria a maioria de sócios brasileiros de origem polonesa”. Ademais de outros instrutores de educação física, “todos oficiais”, membros do exército da Polônia, demonstrando conhecer a realidade daquelas instituições e alertando previamente a presença de militares poloneses, as quais se convertiam em desconfianças e fobias específicas.

O artigo comenta também da organização de estudantes “Sarmatia” [*Sarmacja*], sustentada pela “mocidade brasileira de origem polaca”, mas a qual os instrutores exigiriam “completa obediência”. O autor busca demonstrar uma grande ingerência destes personagens em todos os setores da colônia polonesa, os quais estariam tornando “o polaco no Brasil [...] um verdadeiro escravo [...]”<sup>814</sup>. Uma cadeia de hierarquia que demonstrariam a intervenção polonesa, uma vez que “A colônia faz o que o instrutor manda. O instrutor faz o que o cônsul

---

<sup>809</sup> Correio do Paraná, 06 de maio de 1934.

<sup>810</sup> Ibidem.

<sup>811</sup> Correio do Paraná, 01 de abril de 1934.

<sup>812</sup> Correio do Paraná, 06 de maio de 1934.

<sup>813</sup> Correio do Paraná, 01 de maio de 1934.

<sup>814</sup> Correio do Paraná, 06 de maio de 1934.

polaco manda. O cônsul faz o que o governo polaco manda”, assim, milhares de poloneses estariam sob influência do governo polonês e não do brasileiro<sup>815</sup>.

Essa presença significava para o jornal um “atentado à soberania nacional”, um “perigo representado”, que “uma nação estrangeira” ter “um verdadeiro governo organizado para intervir em toda a atividade dos seus nacionais ou brasileiros de origem polaca”. A culpa, em boa medida, era do governo, pois o “brasileiro de origem polaca, do berço ao túmulo, só tem contato com enviados do governo da Polônia”, é “batizado por padres polacos”, submetidos ao “cardeal polaco”; “Na escola é lecionado por professores polacos”; “a juventude e os seus divertimentos físicos obedecem ao programa estatal polaco e são treinados por oficiais do exército polaco”<sup>816</sup>. A ingerência seria ampla, pois “o polaco, para distrair-se, frequenta sociedades teatrais, dirigidas por instrutores polacos”, se o jovem de origem polonesa “ingressa no curso superior”, é “médico, engenheiro ou advogado, afasta-se da colônia polaca e, mesmo assim, não vive em sossego, porque o instrutor polaco, ser todo poderoso, levanta a colônia contra o traidor!”<sup>817</sup>. Mesmo na morte, o brasileiro de origem polonesa, ao invés de um padre brasileiro, seria enterrado por um polonês<sup>818</sup>. Por fim, o autor clama às autoridades para acabar com esses “atentados” contra a “soberania” e “dignidade” brasileira e a providência à expulsão dos instrutores era urgente<sup>819</sup>.

As alusões a um tema pertinente ao longo dos anos 1930, mas central a partir de 1938, dão mostras de como essas noções sobre os estrangeiros no Brasil já circulavam no início da década e serão preponderantes para os decretos nacionalizadores dos seus anos finais. Além disso, a difusão de debates que poderiam estar ligados ao conteúdo das disputas internas da colônia polonesa para o público paranaense através do jornal (como menção à *Sarmacja*), poderia levar ao uso da premissa da “soberania nacional” e “perigo” estrangeiro como forma de sublimar ressentimentos pessoais ou coletivos construídos nas relações pessoais nas instituições da *polonidade* no Brasil. A disputa entre uma intelectualidade e lideranças polonesas locais nas sociedades contra a influência de instrutores vindos tardiamente para o país e patrocinados pelo governo polonês. O fundamental, para nosso argumento, é que tais disputas fomentavam uma imagem externa do grupo para os leitores, conflitos ligados a uma ingerência polonesa nociva e que deveria estar aos cuidados diretos do próprio governo, o qual

---

<sup>815</sup> Ibidem.

<sup>816</sup> Ibidem.

<sup>817</sup> Ibidem.

<sup>818</sup> Ibidem.

<sup>819</sup> Ibidem.

seria capaz de impedir ações dos instrutores no Paraná e no país, apontando para ideais efetivamente nacionalizadores.

#### 4.2.5. “Queremos colonos mas abasileirados que produzam como os que se encontram entre nós”: Assimilação, nacionalismo e imigração polonesa

O *Correio do Paraná* desde o início da campanha<sup>820</sup> sustentou a posição nacionalista frente os interesses da LMiK, ora alegando a necessidade de proteção do trabalhador nacional, ora de proteção do território do país ou ainda de necessidade de assimilação dos poloneses no Paraná. Com isso, partimos do pressuposto que o ressentimento tem na sua origem a humilhação (ANSART-DOURLIN, 2004, p. 350), aproximado da inveja e compartilhando emoções com o ciúme (ZAWADZKI, 2004, p. 367), em que designa um “afeto associado a formas de agressividade, ciúme, inveja, raiva, provocando desejos de vingança, que são recalcados”, suscitando “sintomas recorrentes, repetitivos, de natureza frequentemente obsessiva, na medida em que o sujeito é incapaz de exteriorizar seus afetos” (ANSART-DOURLIN, 2004, p. 347).

As “emoções e os sentimentos coletivos seriam – na medida em que são intensos – fontes de orgulho, de sustentação emocional, assim como fontes de frustração e de humilhação; logo, em longo prazo, são geradores de ressentimento” (HAROCHE, 2004, p. 339). Os ressentimentos identitários, étnicos, religiosos, entre outros (KOUBI, 2004), trabalham na formação de identidades nacionais ressentidas “localizadas sempre no plano das linguagens simbólica, literária e historiográfica, alimentadas contudo pelas certezas classificatórias da ciência ou do saber cientificista” (BRESCIANI, NAXARA, 2004, p. 12). Dois aspectos seriam identificáveis, um positivo, mais racional, e um negativo, mas emocional, que poderia conduzir a uma exteriorização de paixão raivosa recalcada (ANSART-DOURLIN, 2004, p. 350). Como o período 1930-1933, de disputa interna na comunidade e combate externo com aqueles que o tinham, de alguma maneira, humilhado, enganado, injustiçado, deixado no prejuízo, a membros da sociedade paranaense, fomenta-se o desejo de vingança, a definição primeira desse sentimento. O “Homem do ressentimento” ruma a dor, “sem *re-agir*, incapaz nessa passividade de prevalecer sobre a aura do rebelde” (ZAWADZKI, 2004, p. 368).

O racismo, nacionalismo, mitologias identitárias e fundamentalistas, a dominação totalitária seriam evocadas politicamente pelo ressentido, como as “principais imagens repulsivas da democracia” (ZAWADZKI, 2004, p. 368-369), daí uma aproximação com os

---

<sup>820</sup> Correio do Paraná, 17 de abril de 1934. Momento que critica a LMiK pelo pedido novo da concessão. Este, por fim, seria aprovado pelo Conselho Consultivo e a Interventoria.

regimes autoritários (como o varguista) que fomentariam esses elementos, potencializando o ressentimento em múltiplos sentidos, dada a passividade, resignação e submissão à autoridade como efeitos do ressentimento (ZAWADZKI, 2004, p. 368-369). As dimensões individuais e coletivas, psicológicas e políticas, assim se configuram com base no ressentimento conformado nas experiências interacionais com os outros. O argumento, nesse contexto, é referente à “defesa nacional”<sup>821</sup>, mediante o combate à localização de estrangeiros em zona de fronteira estratégica ou da manutenção da identidade dos poloneses através de ações étnicas com frequência alertando e chamando atenção a uma responsabilidade do Conselho Consultivo e do Interventor Ribas.

Para Tacla a representação da união dos brasileiros como capaz de impedir o avanço imperial, demonstrava, assim, ao que parece, certo nacionalismo exacerbado ou defensivo, que gerava a paranoia da ameaça, apelando assim que “o Brasil, se quisermos, e se acordarmos, colocará, de pé, o índio altivo das profundidades da sua alma imensa, apontando a flecha para os dois olhos apunhalantes da ambição desmascarada”. Ensejando aquilo que era uma construção característica da intelectualidade nacional na ideologia provinda desde o século XIX, a figura do índio (isto é, uma possível herança do caráter do nacionalismo caracterizado pelo indianismo), resistente e armado, diante do invasor<sup>822</sup>.

O nacionalismo, como discurso legítimo no período, é enunciado para defesa das opiniões e apontamentos do periódico, uma vez que permitiriam uma imagem de defesa positiva dos interesses nacionais, mesmo que mobilizando polêmicas com um grupo imigrante estabelecido no Estado do Paraná há muitas décadas. Por estas razões, Manoel Ribas, para Tacla, se queria ser “justo” e “cidadão consciente do seu País”, deveria aceitar a “honradez de ideias e atitudes dum brasileiro que, embora ameaçado de agressão e morte no regaço dos seus compatriotas, tem a coragem de gritar: Pelo Brasil, ontem e sempre; pelo Brasil, com todos os brasileiros, ou contra alguns brasileiros!”<sup>823</sup>.

Os artigos incluem notícias elogiosas a Alberto Torres e suas ideias das necessidades de fazer do “habitante do Brasil, um brasileiro” através da educação<sup>824</sup>. Depois, aponta a existência da própria Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT), das quais vários artigos eram dedicados no periódico. Esta instituição era formada por figuras ligadas ao integralismo e outras

<sup>821</sup> Correio do Paraná, 20 de março de 1934.

<sup>822</sup> Correio do Paraná, 27 de março de 1934.

<sup>823</sup> Correio do Paraná, 05 de abril de 1934.

<sup>824</sup> Correio do Paraná, 06 de abril de 1934.

acepções autoritárias, que buscavam difundir suas ideias no país<sup>825</sup> (FAUSTO, 2001, p. 27), utilizando dos jornais. Nesse contexto, da mesma forma que realizaram ampla a campanha contra os assírios, a SAAT apontava que o Paraná estaria, como naquela conjuntura, indiferente à denúncia dos “intuitos imperialistas” poloneses, mesmo depois das acusações, incluindo a dos objetivos de evitar a assimilação e caldeamento daquela população no país<sup>826</sup>.

Anos antes do Estado Novo colocar na forma de decretos-lei estas demandas, era apontada a necessidade de “nacionalizar o Brasil”, através da educação, com a adoção da língua portuguesa e a assimilação das populações estrangeiras, contra as colonizações em massa em um ponto único, ou seja, tudo aquilo contra o que se oporia a Liga Marítima e Colonial, objetivando uma “repulsão assimilatória” a partir da emigração polonesa para um local específico, o estímulo à língua e costumes poloneses e, para o jornal, em cinquenta anos, a criação de um “estado polaco” no Paraná, fatores contra a “grandeza e segurança do Brasil”, que necessitava seguir, portanto, um programa assimilatório<sup>827</sup>. Reivindicava as “teses brasileiras”, que seriam “unanimidade da opinião pública”, que remontariam depois, o período da nacionalização varguista nos anos seguintes:

1 - O Brasil deve se conservar unido, sob a mesma língua e debaixo da mesma bandeira, cultivando os mesmos usos, os mesmos costumes e com a mesma aspiração com relação aos problemas nacionais e internacionais, referentes à defesa nacional; 2 - Devem-se empregar todos os meios e todos os recursos para que os núcleos de populações estrangeiras, disseminadas pelo território nacional, se assimilem e se confundam com o elemento nacional adquirindo o uso da língua portuguesa e os ideais da nação brasileira; 3 - Proibição absoluta da formação de núcleos coloniais homogêneos, impedindo-se a concentração de emigrantes de uma mesma nacionalidade; 4 - Proibição da compra de grandes áreas devolutas, ou de terras particulares, por empresas estrangeiras; 5 - Proibição de localização de estrangeiros em pontos do território nacional considerados estratégicos<sup>828</sup>.

Os textos da “Campanha” do *Correio do Paraná* enveredam para uma questão cujo interesse cada vez mais se tornava central das discussões referentes à imigração no Brasil, àquela da assimilação dos estrangeiros. Um autor, sob pseudônimo ilustrativo de “Indígena”,

<sup>825</sup> Conforme Santos (2019), entre seus membros estavam figuras intelectuais diversas, como Oliveira Viana, Roquette-Pinto, Juarez Távora, Miguel Couto e Antônio Xavier de Oliveira, além de Raul de Paula e Dulphe Pinheiro Machado. As ideias de Alberto Torres teriam sido retomadas na ambiência do pensamento nacional, incluindo uma aproximação com o integralismo diante da ampliação do debate xenofóbico e nacionalista, que se voltavam para o tema da imigração. Entre os principais grupos contra os quais dirigiam seus discursos, estavam os japoneses e sírio-libaneses, dentre outros, com a baliza da defesa do trabalhador nacional, vinculado a teses eugenistas, levando a influência, inclusive, para a ANC (SANTOS, 2019). O *Jornal do Comércio* dedicaria páginas para promover debates da instituição (GERALDO, 2009, p. 184-185). Félix Pacheco, dono do jornal carioca, era um dos fundadores da SAAT (SANTOS, 2015)

<sup>826</sup> *Correio do Paraná*, 06 de abril de 1934.

<sup>827</sup> *Ibidem*.

<sup>828</sup> *Ibidem*.



exemplificava a imagem do jornal, neste contexto “Queremos colonos mas abrigados que produzam como os que se encontram entre nós. Os tartufos, os parasitas que aqui querem viver sugando os seus patrícios com ares de D. Quixote nós saberemos repelir”<sup>829</sup>. A “defesa” contra “o perigo” da localização de imigrantes em zonas estratégicas de fronteira, a imagem de atrevimento e arrogância frente o elemento estrangeiro por conta dos emissários, a noção de um “nós” brasileiros e de abrigamento dos colonos são formulações que exemplificam a emergência do discurso assimilacionista e xenófobo do período. O que era uma “campanha genuína e exclusivamente brasileira”<sup>830</sup> para os redatores do periódico.

Posteriormente, com Tacla em viagem ao Rio de Janeiro, os editoriais não são escritos, contudo, uma nota da capital federal é publicada na capa do dia 27 de abril, com o anúncio de uma publicação do *A Vanguarda*, de um protesto da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres contra a “negociata de terras tentada pelo imperialismo polaco”<sup>831</sup>, assinado por Raul de Paula, e secretário daquela instituição<sup>832</sup>, como mais um exemplo de “repulsa da opinião pública à ignomínia condenada corajosamente” pelo *Correio do Paraná*. Se esta publicação teve influência de Tacla, quando no Rio de Janeiro e possivelmente contatando a Sociedade e a redação do periódico, podemos conjecturar. No dia 23 de maio de 1934 um ofício é enviado a Getúlio Vargas pelo presidente da Sociedade Amigos de Alberto Torres<sup>833</sup>, Fernando Távora, sendo reproduzido em vários jornais da capital federal, em que denunciava as concessões “atentatórias” de terras no Paraná, sob a ótica da manutenção da integridade nacional e a perspectiva da “tese nacionalista” de uma “campanha de nacionalismo sadio e sereno” para debater o caso de uma região “desnacionalizada pela enquistação imigratória e pela alienigenação dos costumes, tradições e língua”.

Em 25 de maio de 1934 os jornais cariocas reiteraram as críticas, incluindo Ribas como interessado nos negócios<sup>834</sup>. Arelava-se, também nos alertas, novamente os poloneses aos

<sup>829</sup> Correio do Povo, 19 de abril de 1934.

<sup>830</sup> Correio do Paraná, 22 de abril de 1934.

<sup>831</sup> Correio do Paraná, 27 de abril de 1934.

<sup>832</sup> Lesser já aludia ao fato de de Paula, como representante da SAAT, se voltar em críticas aos imigrantes, incluindo os poloneses no *Jornal do Commercio* (2001, p. 123).

<sup>833</sup> Tacla, no entanto, nem sempre concordava com essa instituição, sobretudo quando se colocava contra seus interesses. No dia 19 de abril de 1934 critica as ideias e “carcomidices bolorentas do insuportável Alberto Torres” e em 01 de junho de 1934, chega a chamar Raul de Paula de “hiena insatisfeita dos alberto-torristas” por seus apontamentos no contexto da Assembleia Constituinte contra os filhos de estrangeiros, nominalmente alemães, russos e sírios.

<sup>834</sup> Correio da Manhã, O Paiz, 25 de maio de 1934, Jornal do Brasil, 26 de maio de 1934 e Diário da Noite, 24 de maio de 1934. Publicaram o texto afirmando que: “O presidente da Sociedade Alberto Torres, já pediu ao chefe do governo provisório providências contra esta pretensão que é de esperar sejam atendidas sobretudo agora que se vai promulgar a Constituição que já tem votado um dispositivo que proíbe qualquer concessão de terras superior a 10.000 hectares. O dr. Walter Buttel, advogado paranaense, em entrevista concedida ontem a um vespertino acusou o magno mesmo o interventor Manoel Ribas de ter interesses financeiros neste negócio. Mais uma vez

assírios, devido à polêmica criada naquele ano, assim como aos problemas de enquistamento e ameaça à integridade nacional. Nesse contexto, a imagem é de que o “polaco não se assimilou e nem se quer assimilar”, ao que a Liga contribuiria em seus objetivos, seguindo os desígnios “do governo polaco, que desde a independência tudo tem feito para evitar a absorção pelo elemento brasileiro dos polacos no sul do Brasil”<sup>835</sup>. Para o “Indígena”, o Brasil como uma nação com “terras férteis”, mas “invejadas pelos que não as possuem”, era capaz de “sustentar muitos milhões de emigrantes”, mas exigia aqueles que “queiram viver entre nós a vida pacata dos que produzem”, que “fiquem brasileiros”, “que se conformem com a nova pátria”, “que se adaptem” e “se identifiquem conosco”<sup>836</sup>.

A temática assimilacionista se desenvolve, contudo, somente após a finalização daquele período mais conturbado alusivo aos conflitos centrais do imperialismo. Nesse sentido, uma das avaliações era quanto ao “problema educacional dos polacos”, referente “às autoridades federais e estaduais, e, especialmente, o Diretor de ensino”<sup>837</sup>. Se considerava que “netos e bisnetos” de poloneses, já nascidos no Brasil, “continuam convencidos de que são polacos”. Tais afirmações evidenciam as disputas do período entre a nacionalidade brasileira em construção e etnicidade polonesa em desenvolvimento, recorrentes e inerentes na própria crítica ao imperialismo polonês. A nacionalidade brasileira servindo apenas para auferir “vantagens”, “o polaco, só quer do Brasil, as regalias”, e pouco se importaria com o “que passa no país”<sup>838</sup>.

A conclusão seria fácil de ser observada, os descendentes de poloneses não seriam brasileiros, mas também não seriam “polacos” e sim, “uma espécie à parte”, que “em sociologia tem a denominação de inadaptados”<sup>839</sup>, portanto, uma espécie de sem-lugar na ótica do jornal, como sói acontecer com a avaliação da presença dos estrangeiros, se recorrermos a Simmel (1983), por exemplo. As discussões da nacionalização são retomadas pensando “Os polacos” e questão da “nacionalização do ensino”<sup>840</sup>, em que se questiona a atuação de professores poloneses, mesmo pagos pelo governo brasileiro, mas a serviço da Polônia, assim como os instrutores, antigos elementos “desnacionalizadores”, que constituiriam “verdadeiro atentado à soberania nacional”<sup>841</sup>. Foi debatida também mesmo “A entrada de polacos no Brasil e as leis

---

chamamos atenção do Sr. Getúlio Vargas para que seu governo não seja envolvido num caso indecoroso como esse que se procura ultimar antes de promulgação da Constituição porque a mesma virá impedi-lo como já ficou dito”.

<sup>835</sup> Correio do Paraná, 27 de abril de 1934.

<sup>836</sup> Correio do Paraná, 28 de abril de 1934.

<sup>837</sup> Correio do Paraná, 29 de abril 1934.

<sup>838</sup> Ibidem.

<sup>839</sup> Ibidem.

<sup>840</sup> Correio do Paraná, 01 de maio 1934.

<sup>841</sup> Ibidem.

de imigração”<sup>842</sup>, pensando sobre a contradição que representava o fomento às restrições ao processo migratório desde o início da década e a contínua entrada de poloneses no país. Chamava-se atenção para o descaso com os nacionais, enquanto os imigrantes seriam alimentados e deslocados com verbas federais, com ingerência do consulado polonês, do Sindicato de Emigração e das colonizadoras, sendo aqueles sem dinheiro, enviados para a colônia Marquez do Abrantes em detrimento do trabalhador nacional<sup>843</sup>.

Em meados de maio<sup>844</sup>, emerge ainda o fato de apesar dos brasileiros estarem entrando no interior paranaense, não fazerem disso uma “epopeia” e mesmo depois de séculos de pioneirismo de portugueses, paulistas e rio-grandenses, seria nas “crônicas polacas”, “os imigrantes polacos” os desbravadores, que recentemente chegados “uma demonstração do propósito de achincalhar tudo quanto é brasileiro, tudo quanto é paranaense”<sup>845</sup>. As marcas da inveja (ZAWADZKI, 2004, SILVA, 2010) ou da imagem do outro como “superior” são igualmente fomentadoras de sentimentos negativos. O polonês ao ser visto e, quiçá, se colocar como pioneiro, deslegitimando a presença dos nacionais (inicialmente negada pela própria política imigratória), questionava as configurações de identidade no país, exigindo reparações específicas. De maneira que conflitos se desenvolvem na esteira da convivência entre diferentes grupos e na visibilidade da promoção étnica polonesa frente a sociedade envolvente, incitando o “ódio” publicizado contra o outro “estranho” e “estrangeiro”, o qual deveria ser abrasileirado.

Como exemplo, podemos notar novamente a relação entre estabelecidos e *outsiders*, em que “a sociodinâmica da relação entre grupos interligados na condição de estabelecidos e outsiders é determinada por sua forma de vinculação e não por qualquer característica que os grupos tenham, independentemente dela” de maneira que os conflitos e tensões entre estes grupos pode aparecer abertamente “quando a relação de poder se altera em favor dos outsiders” (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 32). Portanto, a visibilidade dos poloneses, a maior presença no meio urbano e institucionalização, sucesso esportivo, publicações e aproximações com a Polônia, ademais da presença polonesa na produção e sua quantidade de população em diferentes setores, se conforma oposições abertas, as quais confrontavam ressentimentos desenvolvidos em ódios, repulsa e construção de mitos e medos, que poderiam buscar uma espécie de manutenção da situação, isto é, das imagens estereotipadas sobre os poloneses,

---

<sup>842</sup> Correio do Paraná, 03 de maio 1934.

<sup>843</sup> Ibidem.

<sup>844</sup> Correio do Paraná, 10 de maio de 1934.

<sup>845</sup> Para o autor, é “tempo de facilitarmos a ocupação de nosso sertão pelos agricultores brasileiros, que não nos vem pedir favores, mas querem, com o seu dinheiro, colaborar conosco”, tornar o Paraná “mais brasileiro” e “tão rico e progressista” como os vizinhos, não podendo “preterir nossos patrícios” ou “irmãos de outros Estados” para os “estrangeiros”. Correio do Paraná, 10 de maio de 1934.

evitando sua eventual ascensão social, deslocando do ambiente rural, ou ocupação de espaços antes reservados para os brasileiros. Os sentido dos gastos com transporte, hospedagem e alimentação dos imigrantes, ademais de sua ida para a colônia Marquez de Abrantes, por exemplo, são vistos como “privilégios” de tratamento em relação aos nacionais<sup>846</sup>.

A configuração do conflito de identidades, nesse contexto, entre a nacionalidade emergente marcada pela falta (BRESCIANI, 2004) e a etnicidade polonesa ascendente promovida pelo apoio estatal, conforma alteridades assinalado pela inveja e ódio através das comparações do “eu” com o “outro” (SILVA, 2010, p. 41), invocam uma alteridade fomentadora de ódios e hostilidades (MAGALHÃES, 2009), os quais desembocam na própria construção identitária dos grupos em conflito, conduzindo para análises mais específicas na comparação entre estes, então estabelecidos em Curitiba.

#### 4.2.6. “Menos desejável”: As questões étnicas – sírios, judeus, poloneses, alemães e italianos em Curitiba

No jogo de representações negativas e disputas de identidade que marcaram o embate da LMiK e o *Correio do Paraná*, outro ponto central da polêmica desenvolvida pelo jornal foi pensar, de um lado, em não se afastar dos poloneses radicados no Brasil, objetivando separar a chamada de maneira genérica “colônia”, daqueles vistos negativamente como os adversários centrais (A LMiK, o general, os instrutores, etc.), ao mesmo tempo que era um jornal caracterizado como defensor da imigração para o Brasil. Diferentemente de outros periódicos brasileiros e mesmo seus concorrentes curitibanos, o *Correio do Paraná* estimulava, como aludido, a presença japonesa positivamente<sup>847</sup>, assim como defendeu também a vinda da corrente assíria e dos sírios, estes vinculados a Tacla por sua origem, sobre os quais com frequência comparava de maneira positiva em detrimento dos poloneses<sup>848</sup>. Alemães e italianos eram constantemente representados como contribuintes ao país, com isso, apesar dos elogios à comunidade polonesa, não deixou de comparar aquele grupo com outros imigrantes, a fim de denunciar sua falta de “assimilação” ou mesmo sua inferioridade.

Reiteradamente, não obstante, o posicionamento era de não ter intenção de “agredir ou diminuir a digna e laboriosa colônia polonesa”, mas o “direito e defender, como brasileiros, a

<sup>846</sup> Correio do Paraná, 15 de maio de 1934.

<sup>847</sup> Correio do Paraná, 15 de abril de 1934, parafraseando professor Brazilio Nogueira: “O europeu, diante do japonês, não passa de um bárbaro enfermo”.

<sup>848</sup> Correio do Paraná, 01 de abril de 1934. Correio do Paraná, 15 de abril de 1934.

integridade da Pátria”<sup>849</sup>. Afirmava que o “colono polonês” já estaria arraigado ao Brasil e do lado dos ideais brasileiros, enquanto os “de origem” seriam uma “mocidade cheia de vigor” e consciente dos “deveres cívicos”, isto é, seriam “bons brasileiros”<sup>850</sup>. Não perder o apoio da colônia polonesa parece importante aos articulistas<sup>851</sup>, e evidenciar, paradoxalmente, que apesar da presença imigrante polonesa e seus descendentes ser um elemento importante para a possível “conquista” do Paraná, eram ao mesmo tempo brasileiros e, logo, teriam deveres de zelar pelo país e sua integralidade. De modo a destacar que a Polônia considerava os colonos e seus descendentes “como perigosos aos seus planos imperialistas, pois não desconhece a profunda lealdade deles para com o Brasil”, de maneira que a “conquista do Paraná não conta com a colônia polonesa, nem com os brasileiros de origem polonesa”, eram considerados “abrasileirados” que não entendiam os planos da LMiK e vista com desconfiança pelos “delegados do imperialismo polonês”<sup>852</sup>. O elogio ao trabalho polonês é, portanto, atrelado ao desabono à ação dos instrutores e demais agentes dos projetos imperiais definidos e denunciados no Brasil. Assim, “laboriosos membros da colônia polonesa não servem para os planos misteriosos da Liga e do general Strzemienski”<sup>853</sup>, pelo contrário, os agricultores poloneses, “lavradores polacos” eram vistos como essenciais, operosos, de destacada moralidade, ou seja, “bons exemplos”<sup>854</sup>.

A aparente contradição era inerente ao discurso, de um lado, se colocar a favor dos “dignos, os abnegados, os verdadeiros cooperadores da grande obra do Brasil grande dentro do Paraná sobre o solo do Paraná: os poloneses, ou mais íntima e mais espontaneamente, os polacos” (utilizando de maneira positiva a terminologia ambígua de “polaco”, como forma de aproximação com este grupo imigrante), chamando para si, inclusive, uma frase atribuída a

---

<sup>849</sup> Resposta da surpresa do capitão Miguel Blasi, que havia acompanhado o ministro Grabowski e o Marechal Raczkiewicz, e considerara exageradas as informações do periódico. *Correio do Paraná*, 28 de março de 1934.

<sup>850</sup> *Correio do Paraná*, 01 de abril de 1934.

<sup>851</sup> No editorial de Tacla, de 08 de abril, lembrava que sempre fora um defensor daqueles que sofriam, em sua infância defendia os poloneses diante da calúnia “polaco não tem bandeira”, sílabas que o “apunhalavam”, era quase considerado descendente de poloneses por seus colegas de escola. Aponta que quando a Polônia retornou e se projetou sobre a “consciência ucraniana”, “tudo que em mim havia lastimado as chagas abertas no corpo da Pátria “polska”, repontou em fúria, clareando uma indignação, clareando um protesto, clareando uma revolta”, mostrando ao Brasil “o retrato do extermínio de uma raça inteira”, se colocando a sofrer com os ucranianos, assim como fizera com os poloneses, como um “irmão dos vossos martírios”. Para Tacla, “Contra os déspotas, contra os céсарes e jamais contra a Polônia que não tem culpa das luvas de ferro que lhe enterrou nas mãos aquela que anavalha o semblante da Síria e ameaça a tranquilidade do mundo”, isto é, a França. *Correio do Paraná*, 08 de abril de 1934.

<sup>852</sup> *Ibidem*.

<sup>853</sup> *Ibidem*.

<sup>854</sup> *Correio do Paraná*, 25 de abril de 1934.

Ribas de que “Combater a imigração polonesa, à qual devemos o melhor da nossa expansão agrícola-industrial, chega a ser um ato contra os interesses da Pátria!”<sup>855</sup>.

Ao mesmo tempo, assentar “suas baterias contra os agentes ostensivos do imperialismo”, demarcando o que seria uma ofensiva contra o “Imperialismo” e não a comunidade polonesa<sup>856</sup>. Nesse contexto, destarte, é com certa frequência que o jornal se volta contra a CZP, que estaria, na sua visão, através de vários “protestos” tentando colocar a colônia polonesa contra o jornal, mobilizando-a e transformando suas acepções em insultos à Polônia, buscando despistar a opinião pública<sup>857</sup>. Para o periódico, os insultos seriam direcionados ao Brasil, à sociedade brasileira e teriam sido editados por jornais do grupo e/ou por poloneses<sup>858</sup>.

Apesar desta diferenciação, distintos conflitos étnicos eram marcas utilizadas pelo jornal, a fim de estabelecer critérios sob os quais embasar suas críticas e responder aos “protestos” dos poloneses. Por exemplo, Tacla declarava em editorial “Da gratidão dos sírios ao acinte de alguns poloneses”<sup>859</sup>, em que faz uma ode à forma como aquele grupo reconhecia o Brasil e os brasileiros, em oposição ao desrespeito dos poloneses ao país.

Entre os artigos que cercam este debate étnico, vários buscam comparar notadamente a presença italiana e alemã como convenientes e desenvolvidas, enquanto a polonesa às contrastava, inclusive vinculando este grupo à criminalidade<sup>860</sup>. Portanto, configura-se uma composição narrativa de alteridade muito peculiar e paradoxal do imperialismo que se coloca atrelado à imagem de inferioridade<sup>861</sup> em diferentes sentidos. Entre as comparações: “os

<sup>855</sup> Correio do Paraná, 05 de abril de 1934.

<sup>856</sup> Ibidem.

<sup>857</sup> Correio do Paraná, 07 de abril de 1934.

No Correio do Paraná, 13 de abril de 1934, Stefan Gontarski, é alvo de ironias e críticas, junto ao CZP, como representantes da comunidade polonesa, sua posição diante da colônia, bem como o “Protesto” daquela instituição polonesa distribuídos aos jornais, sendo considerado “jocosa publicação”.

<sup>858</sup> Correio do Paraná, 10 de abril de 1934.

<sup>859</sup> Correio do Paraná, 01 de abril de 1934.

<sup>860</sup> Um artigo que parece importante nesta edição é intitulado “Qual é a corrente imigratória que nos convém?”, assinada por M. A. Cidade. Para o autor, na questão da imigração se deveria considerar a higiene, em que os poloneses são “resistentes e aclimatam-se bem”; o caráter campesino do emigrado, igualmente os poloneses possuiriam, “mas dedicam-se às pequenas culturas e, essas mesmas, características de seu país de origem”, posto que, “solidamente conhecida é a predileção que devemos ter aos imigrantes que se dediquem à agricultura”, pela não existência de indústrias; também se deveria levar em conta a possibilidade de assimilação, na qual se destacariam italianos e alemães; e, por fim, a constituição moral do imigrante, que deve “observar-se o coeficiente de criminalidade um tanto elevado e certo desprezo pelos ditames de nossa moral existente no afluxo imigratório polonês”. Correio do Paraná, 04 de abril de 1934.

<sup>861</sup> “A colônia síria de Guarapuava revida os ataques de um polaco atrevido!”, visto como “um gesto de simpatia” ao periódico e a Tacla, por parte dos sírios daquela cidade, a qual teria publicado carta no jornal *A Cidade* do dia 13 de maio. Nesta edição do jornal, a carta do “sírio” é publicada na íntegra e lá se encontra o texto de um polonês em vários excertos que trazem fortes críticas aos sírios, como “salteadores de caravanas”, ou que escravizava suas “de mulheres brasileiras”. Nas respostas, aludem para a necessidade de procurar nas delegacias de São Paulo muito mais nomes poloneses “verdadeiramente indesejáveis pelos crimes praticados” que de sírios. O autor afirma não se poder “comparar o instinto de humanidade do sírio com os requintes de barbaria do polonês”. A história dos árabes seria “muito mais bela” que a dos poloneses e “nem os alunos de escolas confundem, de fato as duas



mestres da roleta causticam os indefesos e pobres assírios enquanto que ajoelham de mãos postas, ante a petulância e o achincalhe imperialista das dragonas polacas”<sup>862</sup>, numa busca de similitude entre o caso dos imigrantes do oriente amplamente negativado na opinião pública brasileira e as intenções polonesas, respondendo também aos jornais concorrentes.

Artigos discutindo a imigração no Brasil e no Paraná comparavam as populações rurais estrangeiras no sul do país, as quais, nos artigos, seriam provenientes de três nações: Alemanha, Itália e Polônia. Na sua avaliação, “De todos esses três povos, o menos assimilável é o polonês”<sup>863</sup>. Tal postura vai de encontro aos múltiplos artigos que manifestavam críticas centrais ao “perigo alemão” ou “perigo amarelo”, em especial para os anos posteriores, quando da implantação do Estado Novo varguista (GERALDO, 2007). Conforme Lenharo (1986), as imagens de inferioridade se somavam às de conspiração, sobretudo para o japonês e o judeu, ao que somamos, em nosso caso, os poloneses. Para além do ideal de falta de assimilação<sup>864</sup>, “é incontestável que os poloneses não podem competir, como empreendedores, com os italianos e alemães. Se o Paraná tivesse, em vez de poloneses, recebido em seu solo italianos e alemães, o aspecto econômico paranaense seria muito diferente”<sup>865</sup>, dando exemplo de locais ocupados por aqueles grupos os quais estariam em desenvolvimento (Blumenau, Joinville, São Leopoldo, Caxias, etc.). O, texto, então, relativiza, “incontestavelmente o polonês é um bom trabalhador, operoso e esforçado”, portanto, desfazendo o estereótipo da “preguiça”, um dos mais ativados quanto aquele grupo, assim como demonstra Gritti (2004), “mas o seu trabalho não chega às realizações extraordinárias do trabalho alemão e italiano”<sup>866</sup>.

Parecia mais proveitoso, conforme outro artigo, utilizar os estrangeiros que já habitavam no Brasil (nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) como uma alternativa para a necessidade de imigração no Paraná, atraindo uma “imigração que nos convenha”, de italianos e alemães e não necessitando da vinda, através de “companhias estrangeiras”, justamente de “estrangeiros” que quisessem “formar um Estado dentro de outro Estado”<sup>867</sup>. Desconsiderando, assim, os poloneses<sup>868</sup>, e com o argumento de evitar concessões de terra, evitar também aquele

---

histórias, os feitos das duas nações, na guerra, na paz e na ciência” e que “o povo brasileiro sabe diferenciar bem, felizmente, os dois povos”, acusando ainda os poloneses de diferentes barbáries, respondendo em nome de Tacla ao representante dos poloneses. *Correio do Paraná*, 19 de maio de 1934.

<sup>862</sup> *Correio do Paraná*, 08 de abril de 1934.

<sup>863</sup> *Correio do Paraná*, 14 de abril de 1934.

<sup>864</sup> *Ibidem*: “antes da grande guerra, os municípios de Joinville e Blumenau eram mais brasileiros do que qualquer colônia polonesa no Paraná”. Ademais, as colônias alemãs “tem dado ao Brasil um lastro poderoso de homens notáveis”, citando o caso de Lauro Muller e Adolpho Konder<sup>864</sup> e “o mesmo acontece com os italianos”.

<sup>865</sup> *Ibidem*.

<sup>866</sup> *Ibidem*.

<sup>867</sup> *Correio do Paraná*, 08 de maio de 1934.

<sup>868</sup> *Ibidem*.

grupo culpabilizado pelo menor desenvolvimento econômico na comparação com os vizinhos sulinos e de São Paulo<sup>869</sup>. A análise do “trabalho polaco no sul do Brasil”<sup>870</sup> atestava a debilidade na produção do Paraná, dependência da importação (mesmo de alimentos) nas regiões das colônias polonesas, a falta de um parque industrial ligado ao “empreendimento germânico” e “labor italiano”, o comércio pouco competitivo e até a ausência de conhecimentos agrícolas para progredir. Somava que as gerações seguintes não continuariam no campo, indo para outras áreas de estudo e atividades, ademais do abandono do governo polonês e o isolamento linguístico imposto pelas sociedades polonesas (impedindo acesso a produções sobre agricultura)<sup>871</sup>. Nas suas observações, estavam “convencidos que as colonizações alemãs e italianas tem se demonstrado mais convenientes ao Brasil”, mas é “uma opinião que se baseia em fatos incontestáveis e que, absolutamente, não poderão ser destruídos”, clamando pelo direito de opinar<sup>872</sup>.

Além disso, “O polonês talvez tenha menos veneração pela Polônia do que tem o alemão pela Alemanha, mas esquece-se da necessidade de se adaptar ao meio”, o que era “devido a uma errada compreensão que só a instrução adequada poderia fazer desaparecer entre o elemento polonês”, portanto, a necessária intervenção estatal nas colônias polonesas e “As sociedades polonesas são instituições de caráter meramente patriótico” (provavelmente em desabono àquelas como a CZP), mantendo isolamento, enquanto as alemãs, além deste aspecto, garantiriam o progresso das populações germânicas no Brasil<sup>873</sup>.

Mesmo a forma como a imprensa escrita nos idiomas daqueles grupos eram comparadas em desfavor da polonesa, considerada menos reflexiva e mais agressiva que a dos alemães e italianos, fato que se daria em razão do isolamento polonês da sociedade brasileira<sup>874</sup>. Assim

<sup>869</sup> Correio do Paraná, 09 e 10 de maio de 1934.

<sup>870</sup> Correio do Paraná, 13 de maio 1934.

<sup>871</sup> Ibidem.

<sup>872</sup> Correio do Paraná, 18 de abril de 1934.

<sup>873</sup> Correio do Paraná, 14 de abril de 1934. O “alemão ao lado do idealismo e paralelamente a ele não se esquece das questões materiais de interesse da colônia; o polonês limita-se, nas suas sociedades, à manutenção de uma escola, a festejar as datas nacionais polonesas, e às questões internas da colônia”, o que resultaria seu isolamento. De fato, para o autor, “o polonês não se integrou na vida brasileira. Vive à parte”, com casamentos endogâmicos, “não se nota no polonês o mínimo interesse pelo país em que vive” e sim, “pela sua colônia, pelo seu município, não entrando, mesmo nas suas cogitações a vida do Estado”.

<sup>874</sup> Correio do Paraná, 15 de abril de 1934 “A imprensa brasileira, usando de um seu direito, frequentemente ocupa-se da colonização alemã e italiana. Se há qualquer apreciação que os alemães ou italianos julguem injusta ou errada, eles cortesmente, civilizadamente, impugnam e discutem o assunto.

Com a colônia polonesa, dá-se exatamente o contrário. Se o jornalista brasileiro faz qualquer restrição ao programa político do governo polonês, aos seus homens públicos, aos seus funcionários no Brasil, às suas empresas comerciais ou de colonização, a colônia polonesa, em vez de seguir o exemplo das demais colônias, estrangeiras, em vez de discutir o assunto, cega, descortês e agressivamente, atira-se em uma fúria louca contra o jornal, que teve a ousadia de se referir sem elogios, a qualquer problema de interesse polonês. E vem o mundo abaixo: são ridículos protestos, são comissões grotescas, enviados às autoridades, exigindo o fechamento do jornal, deportação de jornalistas, etc, etc”.

sendo, “embora manifestamente **menos desejável** que os alemães e italianos e outros, a colônia polonesa julga-se acima de todas as outras colônias e acima do próprio país em que vive” (grifo nosso). Ou seja, a imigração de poloneses não era vista como totalmente “indesejável”, mas nomeadamente “menos desejável”, a verbalização de uma intermediação imagética representada por aquele grupo, na sua avaliação, completados com uma soberba e uma “intolerância irritante”<sup>875</sup>. Isto significava que os poloneses confrontariam, dessa forma, a brasilidade que se propunha construir como identidade nacional, a qual necessariamente deveria ressaltar seus valores, para isso, rebaixando o “outro”, polonês, como parece recorrente nas relações entre estabelecidos e *outsiders* e mesmo nas relações interétnicas. Tal argumento era válido mesmo que para isso abusasse da comparação com outros grupos imigrantes a serem comemorados.

Estas múltiplas asserções eram uma forma de responder aos “agentes provocadores” e as ameaças de fechamento do jornal, que apareciam diante das disputas<sup>876</sup>. Com a guarida das manifestações dos estudantes, animado pelas “vitórias” nas suas “campanhas” destacadas em diferentes manchetes, no editorial de Tacla de meados de abril vem o desafio: “Viengan, Hombrecitos!”, frase de Cervantes, que serviria para “as botas nervosas do esquadrão de Gdynia” e que “para a arrogância estampada nas colunas pagas de um jornal qualquer”, teria evitado ser “empastelado pelas fogosidades das camisas pretas de Pilsudski”. Ao passo que subia a “audácia”, “insolência” e “petulância”, sem que nem “eles” (os líderes poloneses) soubessem por quê<sup>877</sup>.

A partir destes pontos de vista, conclui o jornal que “não somos nós que somos os culpados por essa manifesta inferioridade da colônia polonesa” e mais, se a Polônia “encheu” a região sul de professores pagos para ensinar língua polonesa, história da Polônia, ginástica, agricultura, entre outras matérias, “disto se conclui”, que a colônia polonesa é composta de “gente inferior”, pois não se encontraria nela “pessoas capazes de ensinar coisas tão rudimentares”, sendo, portanto, a própria Polônia que desmoralizaria a colônia<sup>878</sup>. Assim, os problemas internos poloneses é que seriam os responsáveis pela sua posição na sociedade paranaense<sup>879</sup>.

---

<sup>875</sup> Correio do Paraná, 15 de abril de 1934.

<sup>876</sup> Ibidem.

<sup>877</sup> Correio do Paraná, 17 de abril de 1934.

<sup>878</sup> Correio do Paraná, 18 de abril de 1934.

<sup>879</sup> Ibidem. Os poloneses teriam vivido no Brasil “a sombra da maior liberdade” e “com todas as garantias”, em “paz”, trabalhando “em sossego e harmonia”, mas nos últimos cinco anos “a colônia tem vivido em permanente agitação devido à cisão lançada nela”, mencionando a tentativa de assassinato de um diretor de um jornal polonês de Curitiba em 1932, que estava junto de sua família, o que constituiria o atentado ainda “mais selvagem”.

Em outro editorial de Tacla, revela a acusação feita por uma “folha do interior” de que o *Correio do Paraná* era um “órgão da colônia síria do Brasil”, defendendo esse grupo com o qual se vinculava (apontando, inclusive, aproximações com os indígenas através dos fenícios<sup>880</sup>). Ao que respondia como um “jornal larga e generosamente brasileiro” e seu diretor, igualmente, “brasileiro, bem brasileiro”, ainda que defensores dos “sírios, como defende os seus compatriotas e como defende todo estrangeiro e filho de estrangeiro, que ame, que estremeça, que lute pelo Brasil”. Exemplifica a diversidade com menção a várias nacionalidades e origens étnicas que compunham o jornal, dentre elas estava o “polaco” e seus sobrenomes, mencionando exemplarmente o de “Grabsky” [Grabski] e outros, comprovando que eram prováveis funcionários ou vinculados ao jornal<sup>881</sup> formado por várias etnias, buscando uma imagem de pluralidade.

Nesse âmago de debates de pluralidade étnica imaginado pelo jornal, e ao constituir sua oposição, não contra os poloneses, mas alguns poloneses específicos, particularmente retratada contra os instrutores, o general e lideranças polonesas, refletia que em “nome da Polônia”, da “honra da colônia” e das “tradições polacas” só teriam autoridade para falar “os polacos que vieram ao Paraná antes da grande guerra” e não os “profiteurs”, “que se alimentavam no cocho russo, austríaco ou alemão”, incapazes de dar lições de patriotismo à “laboriosa colônia polaca”, não existindo paralelo entre ela e a “voracidade” de seus atuais “patronos”. A estes “novéis amigos da colônia” caberia os adjetivos de “desavergonhados, traidores e chantagistas”, quem estariam ainda “sorvos dedicados dos opressores” caso o país continuasse partilhado<sup>882</sup>. Neste contexto, segundo o jornal, publicados na “matéria paga” do vespertino<sup>883</sup>, os “protestos” levantados pelas entidades, representativas da comunidade polonesa, mas questionados nas

---

Erechim e Ivaí teriam testemunhado o assassinato de poloneses por questões internas, não sendo brasileiros os assassinos. O autor questiona, assim, “Quem lançou entre os colonos poloneses as lutas religiosas, as lutas políticas, nas quais se viram pais contra filhos, filhas contra as mães?” ou “Quem tem lançado os mais pesados insultos contra as pessoas mais respeitáveis da colônia polonesa? Quem chamou os expoentes da colônia de traidores, patifes e canalhas? Foram jornalistas brasileiros?”, sendo “agentes provocadores”, os quais “sem motivo algum” ou “descobrimo pretextos fúteis” para “tirar a colônia de seu trabalho”, “operosidade” e “finalidade” para “fazê-la figurar como “testa de ferro” em telegramas aos ministros, ao ditador e a outras autoridades”.

A “colônia polonesa” deveria fazer “um exame de consciência” e ver que seus “inimigos são bem conhecidos” e sobre eles deveria recair “a responsabilidade da desmoralização do nome polonês no Brasil”, ao observar, encontrariam os responsáveis pela “agitação estéril e doentia em que vive”. Se tirar a “máscara aos tartufos” e recolher-se, a “colônia polonesa”, ao seu trabalho e “à santidade de seu lar”, merecerá, assim como já mereceu, “o máximo respeito” dos brasileiros.

<sup>880</sup> Lesser (2001) comenta caso de busca de semelhanças e aproximações dos árabes com os indígenas para argumentos de sua presença junto à construção da nacionalidade brasileira.

<sup>881</sup> *Correio do Paraná*, 19 de abril de 1934.

<sup>882</sup> *Correio do Paraná*, 21 de abril de 1934.

<sup>883</sup> *Correio do Paraná*, 22 de abril de 1934.

concepções do jornal, são vistos como “literatura de cordel”, referindo-se ao CZP<sup>884</sup>, ZP<sup>885</sup>, *Oświata*<sup>886</sup>, *Junak*<sup>887</sup> e Sociedade as Senhoras Polonesas<sup>888</sup>, todos eram deslegitimados de variadas formas, pelo jornal, como não sendo pertencentes à “colônia polaca”.

A opinião polonesa<sup>889</sup>, assim como a definição, seria feita por dois jornais “poloneses” de Curitiba (provavelmente *Lud* e *Gazeta Polska w Brazylii*), dirigidos por “dois padres católicos” (possivelmente o vicentino pe. João (Jan) Pałka, redator do *Lud* e Stanisław Trzebiatowski, verbita dono do *Gazeta Polska*) que teriam cometido um “feíssimo pecado”, pois “juraram falso”, ao iludir a “colônia” ponderando que “a nossa campanha era insultuosa à Polônia e à colônia polaca”<sup>890</sup> e servindo ao “coronel russo” e um “engenheiro israelita” (possivelmente Orlicz-Dreszer)<sup>891</sup>.

O mito de conspiração do imperialismo polonês ganha aspectos, a partir de então, do mito do “complô judaico” presente no país desde os anos 1920, mas ganhando força após 1933 (WIAZOVSKI, 2008)<sup>892</sup>. O *Correio do Paraná*, ainda que lastreado na defesa de muitos grupos imigrantes, nos artigos críticos aos poloneses se posiciona fortemente também contra os judeus, denunciando sua presença na LMiK e nas intenções polonesas. Apontava que o “coronel russo” Strzemiński se sujeitaria a esse “inteligente israelita” e “sentindo-se perdido [...] exigiu que o

<sup>884</sup> “O vice-presidente dessa “união” é um padre alemão, que, para fins comerciais adotou um nome polaco. Depois, essa “agremiação” convocou um “congresso”, dirigido pelos dois cônsules da Polônia, no qual tomou parte a legião dos funcionários mantidos pelo tesouro da Polônia, dirigidos pelo supracitado coronel russo Strzemiński. Até agora ainda não nos encontramos com a colônia polaca...” *Correio do Paraná*, 22 de abril de 1934. A referência ao pe. Stanisław Trzebiatowski, vice-presidente da CZP, indica novamente o conhecimento das relações internas da comunidade polonesa, dado que o padre era verbita, os quais foram acusados de germanófilos pelos colonos poloneses (WACHOWICZ, 1974).

<sup>885</sup> “presidente é um rutenos”, *Correio do Paraná*, 22 de abril de 1934. Assinava o protesto Francisco Lachowski, como presidente, conhecida liderança polonesa no Paraná ligado ao CZP, aos clericais e diversas associações étnicas (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 209-211).

<sup>886</sup> “que tem a presidi-la um oficial de segunda linha do exército brasileiro”. *Correio do Paraná*, 22 de abril de 1934. Assinava o protesto João Faucz, ativista polonês ligado ao ZP, CZP e *Oświata*, assim como ao padre Trzebiatowski (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 94-95).

<sup>887</sup> “trazendo apenas assinaturas: - de um funcionário do Consulado da Polônia e de uma professora mantida pelo mesmo Consulado”. *Correio do Paraná*, 22 de abril de 1934. Provavelmente Sekuła, então presidente.

<sup>888</sup> “que tem na presidência uma virtuosa dama israelita”. *Correio do Paraná*, 22 de abril de 1934. Assinavam a presidente Maria Kryśka e secretária Ludmila Neuman.

<sup>889</sup> Tacla, nos telegramas desta edição, recebe carta do general Vieira da Rosa, quem elogia o jornalista por demonstrar “fibra” no “caso polonês”, assim como demonstrado em 1924, quando esteve preso e era visitado pelos revolucionários, os “verdadeiros revolucionários” de 1922 e 1924. Rememora casos de envolvimento políticos, os quais teria se afastado. *Correio do Paraná*, 21 de abril de 1934.

<sup>890</sup> Os jornais *Lud* e *Gazeta Polska w Brazylii* podem ser consultados no site: [www.pbc.uw.edu.pl](http://www.pbc.uw.edu.pl) da Universidade de Varsóvia, digitalizados.

<sup>891</sup> *Correio do Paraná*, 22 de abril de 1934.

<sup>892</sup> A fim de, possivelmente, atingir os leitores de origem polonesa, o autor destaca que “a colônia polaca nada vale da Polônia no Paraná”, demonstrando que em 1933, tanto Skarzynski como Raczkiwicz teriam recebido banquetes, festas, recepções e bailes da comunidade israelita no Rio de Janeiro. Em 25 de agosto de 1932, teria sido o Centro Israelita do Paraná, que teria recebido a visita oficial do cônsul da Polônia, do vice-cônsul, do conselheiro de imigração, Miguel Pankiewicz e todos os funcionários do Consulado. O próprio cônsul teria feito rasgados elogios ao papel desempenhado pelos “israelitas” na Polônia. *Correio do Paraná*, 22 de abril de 1934.

clero católico romano apoiasse as suas pretensões”, os dois sacerdotes, então, “limitaram-se a executar a obra da intriga e do falso testemunho que o engenheiro israelita julgou oportuno lançar sobre a colônia”<sup>893</sup>. Em resumo, toda a campanha de “protestos” teria como objetivo “facilitar a realização [do] engenheiro israelita que superintende no Paraná”, sendo que a “Polônia só teria a lucrar com uma estreita união com o operoso elemento israelita do sul do Brasil”<sup>894</sup>. Introduzindo uma intriga religiosa dentro do projeto polonês no Brasil, fator gerador de embates mesmo na Polônia diante da grande comunidade judia naquele país, que desde sua volta à independência, lidava com a questão das minorias, e um complexo antissemitismo<sup>895</sup>.

O Paraná, na análise do autor, tem uma argumentação específica, pois segundo o comentarista, o estado teria recebido poloneses a partir de 1893, que viriam não pela falta de terras mas de leis agrárias, capazes de aproveitar solos improdutivos dos grandes latifundiários. Com base nestes argumentos, o autor considera que com a independência e, logo, com medidas de aproveitamento agrário, cessasse a emigração, o que, antes balizada numa aliança da aristocracia rural e os países ocupantes, contudo, não ocorria, sendo que os “enviados do governo polaco, que tem vindo ao nosso Estado, falam constantemente em superpopulação agrícola na Polônia. Isto é uma mentira e é uma falsidade. A Polônia, segundo as estatísticas, é o país europeu que tem mais terras inaproveitadas para a agricultura”<sup>896</sup>. O que existiria na Polônia era um “verdadeiro feudalismo” e era necessário a “promulgação de leis” que “obrigassem a partilha da propriedade rural inaproveitada” entre os agricultores “com falta de terras para as lavouras”. Em resumo, e em defesa dos poloneses emigrados, o autor afirma que “a emigração polaca é o produto de uma injustiça feita contra a população rural, que absolutamente não se justifica”<sup>897</sup>.

O jornal, nesse contexto, dedicou também atenção aos “Aspectos políticos e sociais da Polônia independente”<sup>898</sup>, em que o país é negativado como fruto do Tratado de Versalhes, pois teria delegado à Polônia, “restrições à soberania”, com a instituição do “direito das minorias” e do “controle da Liga das Nações, com relação a vários assuntos de interesse exclusivo da Polônia”<sup>899</sup>, a falta de um “critério político justo” no traço das fronteiras, sendo no mapa europeu, “uma verdadeira produção em miniatura da salada austríaca de antes da grande

---

<sup>893</sup> Correio do Paraná, 22 de abril de 1934.

<sup>894</sup> Ibidem.

<sup>895</sup> Zawadzki (2004, p. 384) comenta o crescimento da “violência anti-semita” na II República, vinculado à igualdade jurídica e concorrência em determinados espaços.

<sup>896</sup> Correio do Paraná, 11 de maio de 1934.

<sup>897</sup> Ibidem.

<sup>898</sup> Correio do Paraná, 12 de maio de 1934.

<sup>899</sup> Ibidem.



guerra”, em referência à Polônia abrigar “dentro de suas fronteiras, vários povos com diferentes religiões e irreconciliáveis aspirações” ao que se somava o problema de Danzig. Todas, “Situação de perpétuo desassossego” que impediam ao novo Estado resolver seus problemas<sup>900</sup>. O texto aporta o contexto de “insegurança” da política externa polonesa e o necessário “armamentismo” que seriam “desproporcionais” e exauririam suas reservas. A vida “comercial e industrial” do país estaria representada nos judeus, que seriam um terço da população varsovia e ainda Gdynia, a qual com seu porto “representa todas as esperanças polacas, como comunicação independente”, sugerindo que os instrutores estimulassem o ensino do polonês no seu país e não no Brasil, em razão desta discrepância demográfica, e que teria sido construído, em grande parte, com capital judeu e estes estariam tornando a cidade, em uma “cidade judaica”<sup>901</sup>. As críticas nesse sentido, que podem ter múltiplas origens na complexa relação do Brasil com os judeus como demonstram vários estudos de Carneiro (1988, 2010), buscavam mostrar cisões internas aos poloneses e apontar os problemas do país de origem, descolando do grupo emigrado.

Desta forma, entre os aspectos, era denunciado que a fim de evitar uma política de distribuição de terras, “a serviço da aristocracia polaca, contra a Nação, inventaram, sobre emigração, uma série de mentiras em contradição com a realidade palpável. Dizem esses mentores que a emigração polaca é um mal necessário” e um “bem providencial”, dado que “o emigrante seria um introdutor e consumidor dos produtos industriais e comerciais estrangeiros”<sup>902</sup>. O artigo buscava desconstruir os argumentos para a continuidade da imigração e a política polonesa colonizadora no Brasil, alertando para problemas internos no país de má condução das condições agrárias em razão da concentração de terras, como verdadeiros geradores de processos migratórios.

Em resumo, o ano de 1934 foi paradigmático e diante da avaliação do periódico observamos um desenvolvimento paulatino, dos nomes mal grafados e difusos na segunda quinzena do primeiro mês, para a análise da LMiK, os instrutores, ucranianos, o imperialismo e mesmo, pensando a nacionalização dos poloneses, seu trabalho e comparação com outros grupos imigrantes. Contudo, desde o início até o final do ano, as relações entre estes protagonistas das polêmicas foram permeadas por situações conflituosas, críticas mútuas e querelas sobre diferentes assuntos, as quais, geralmente, fugiram a regra do periódico de apresentar a Polônia e os poloneses de maneira mais positiva.

---

<sup>900</sup> Ibidem.

<sup>901</sup> Ibidem.

<sup>902</sup> Ibidem.

O discurso nacionalista, anti-imperialista, xenófobo (quicá racista), moral, político e ressentido nas páginas do jornal reverberam como apresentação de signos específicos para estimular medos, ódios e outros ressentimentos, ademais de uma prática de inferiorização do polonês, para a promoção da identidade brasileira, o impedimento de sua imigração e a confrontação étnico/nacional. Se o ressentido seria aquele “incapaz de esquecer as ofensas” e igualmente obcecado pela “incapacidade de exteriorizar suas pulsões hostis recalcadas” (ANSART-DOURLIN, 2004, p. 363), as práticas de violências através da escrita e dos ataques contínuos aos poloneses eram uma maneira, quicá, de livrar-se dos sentimentos de impotência, seja pelo ideal de humilhação ou desprezo de si diante da visibilidade e promoção do outro, como um ódio frente o inferior ou o marginal, ou ainda às ofensas e injustiças anteriores. Assim, chamar a atenção para um problema a ser impedido, vigiado, combatido veementemente pelos entes públicos, mas também pela própria população com a divulgação das opiniões para a sociedade, permitem construir um imperialismo particular, em que se atrelava uma possível inferioridade a um perigo com a presença de instrutores, companhias colonizadoras, funcionários poloneses e outros personagens, que compôs as atenções para aquele grupo.

#### 4.3. A DEFESA DOS POLONESES

No contexto das disputas que constituíram definições sobre um “imperialismo polonês” no Brasil, analisamos os outros dois principais jornais curitibanos, o matutino *O Dia* e o vespertino *Diário da Tarde*, pois foram espaços para comentários, textos e respostas, mas sobretudo, para a defesa dos poloneses diante do *Correio do Paraná*. Tornaram-se ambiente para a comunidade polonesa expor a contradição, através dos “protestos”, dando lugar a entrevistas e textos de Strzemiński e recebendo lideranças de associações, bem como para articulistas questionarem os ataques aos diversos assuntos abordados. Ainda assim, os destaques eram bem menores, ocupando menos páginas, manchetes e capas daqueles periódicos<sup>903</sup>. Privilegiamos os textos que estivessem vinculados aos jornais sem um protagonismo direto de poloneses ou polono-brasileiros, a fim de identificar narrativas mais próprias da sociedade envolvente sobre aquele grupo.

---

<sup>903</sup> Focalizamos nos reparos feitos pelos artigos escritos nos periódicos, deixando os apontamentos internos do grupo polonês, como as entrevistas do general, os protestos ou os apontamentos de colonistas poloneses, de maneira menos sistemática.

Inicialmente, para o *O Dia*, as ações do *Correio do Paraná* eram “Uma campanha que não se justifica”<sup>904</sup>, ao comentar a entrevista de Strzemiński, que identificavam como um “ilustre oficial do exército polonês”, o jornal não encontrava motivos que explicassem as apreensões manifestadas, bem como entendiam a construção da estrada de ferro como benéfica aos colonos. O jornal também não tinha “reparo” ou ligação com a Sociedade Colonizadora de Varsóvia, estando a Liga em “auxílio à laboriosa colônia polonesa localizada naquela fertilíssima região do território paranaense”, que colaboraria no desenvolvimento econômico do Estado, numa contribuição “honesta” e “proveitosa”<sup>905</sup>. Esta seria a posição oficial do jornal ao longo de todas as disputas nas páginas que discutissem a questão.

Em outro artigo, com manchete “O imperialismo polonês”, o jornal desenvolve o seu conceito, em que para além de explicar, o definiria pela nomeação. Alude à fraqueza da Polônia na posição internacional, diante do fascismo e comunismo, seus vizinhos, e os seus diferentes problemas internos:

Imperialismo é atributo das nações fortes e militaristas. A Polônia após a guerra, enfraquecida pelo soviétismo dominante em suas fronteiras e por ideias do fascismo italiano não está em condições de ser uma nação imperialista. Os seus problemas sociais-locais não encontraram eco na massa, para irromperem num formidável surto nacionalista. Está fortemente jungida a influências estrangeiras.

É de estranhar pois qualquer movimento a propósito dum suposto imperialismo polonês, dizendo que o general Strzemiński vai realizar em Foz do Iguaçu audaciosos sonho imperialista.

O colono polonês muito tem servido ao Brasil, principalmente ao Paraná. As várias colônias localizadas nos arredores de Curitiba, com exuberante produção diária, terras admiravelmente lavradas, são a prova patente do dinamismo polonês e do seu amor ao progresso.

Conhecendo-se o labutar do eslavo os seus caracteres étnicos sociológicos tão longe de ideais imperialistas, vê-se logo que não é possível ou é mesmo inconcebível que um país há pouco ressurgido para a vida internacional tenha caprichos imperialistas. Tal o caso da Polônia que tem antes de tudo de resolver os seus problemas internos, sem haver margem para fantasias como esse o seu imperialismo em terras brasileiras. Evidentemente a república polonesa não pode arvorar-se em nação imperialista.

Positivamente, uma blague...<sup>906</sup>.

O tom é conciliador e reparador para a comunidade polonesa, elogiando sua presença no estado ao mesmo tempo que demonstraria os problemas do país diante do contexto independente pós-1918. Mas também trazendo definições específicas, as quais não podemos deixar de atribuir o espectro da inferioridade que sombreia avaliações, mesmo positivas, da Polônia e dos poloneses no meio intelectual brasileiro. Era uma definição própria do que seria

<sup>904</sup> O Dia, 18 de março de 1934.

<sup>905</sup> Ibidem.

<sup>906</sup> O Dia, 23 de março de 1934.

o “Imperialismo Polonês”, na concepção de uma “blague”, marcas da incapacidade e da falta de condições ou força para realizar seus ideais.

Posteriormente, o jornal destaca artigo sobre a visita do general representante da Liga à redação para responder à “campanha” que se levantou contra ele, a instituição e seus projetos. O *Diário da Tarde* também publica a entrevista do general<sup>907</sup>. Ele trata dos dois agrimensores (Benrandt e Radecki) e seus antigos problemas com a TK, sendo, em sua ótica, eles os responsáveis que alertariam às autoridades no teor mais repreensor das páginas do *Correio do Paraná*. Para o general, o jornal criava “perigos imaginários da colonização”, evitando confundir a TK e LMiK<sup>908</sup>, e aludindo para o que, de fato, se buscava, isto é, impedir a colonização polonesa de qualquer tipo, criando a tese do vínculo com o governo polonês. O argumento do general era colocar sua posição como de um explorador de potencialidades de colonizadoras e da LMiK como desenvolvedora do aspecto marítimo polonês. Ademais, alertaria para o apoio das autoridades estaduais e a legalidade de sua ação, bem como a inexequibilidade de uma possível colonização no sentido imperial.

O vespertino *Diário da Tarde*, por sua vez, ao contar com a coluna de Chorośnicki, era a balança do contra-ataque polonês, em tom menos conciliador e de respostas mais diretas aos grandes artigos do *Correio do Paraná*. O colunista polono-brasileiro acusa-o, inclusive, de polonofobia<sup>909</sup>. Apoiando-se no perfil rural da comunidade polonesa como ponto forte de sua presença, que por ser “conservador”, “inimigo fidalgo do comunismo”, assim questionando “quantos incômodos teve qualquer Governo Paranaense com os colonos poloneses?”. Nas linhas do colunista, não seria crime ser general, como não seria crime ser vendedor de chitas, fazendas ou bananas verdes<sup>910</sup>, numa crítica de caráter étnico, motivo de resposta de Tacla em defesa dos sírios.

As questões étnicas são exploradas<sup>911</sup>, dado que para o colunista a “Campanha de ódio contra a colonização polonesa” teria o objetivo de “desviar a atenção pública da resistência que o povo brasileiro opõe à invasão de hordas de beduínos”. O que seria ruim, uma vez que se viessem, “em cada colônia residir em vez de um lavrador, um vendedor de miudezas, de fazendas em prestações”, haveria mais vendedores que compradores<sup>912</sup>. Sobre o “imperialismo polonês” afirma “basta olhar o mapa mundi, para ver que os poloneses devem aplicar todo o

<sup>907</sup> Diário da Tarde, 29 de março de 1934.

<sup>908</sup> O Dia, 29 de março de 1934.

<sup>909</sup> Diário da Tarde, 31 de março de 1934.

<sup>910</sup> Ibidem.

<sup>911</sup> No O Dia de 04 de abril de 1934, é ressaltada a vitória polonesa sobre os “turcos” em 1683 em Viena, novamente numa possível referência à etnia de Tacla.

<sup>912</sup> Diário da Tarde, 31 de março de 1934.

esforço, toda a vigilância contra a provável invasão e a repetição da tragédia das partilhas”<sup>913</sup>, igualmente alertando para a geopolítica instável do centro da Europa e os problemas internos poloneses.

No *O Dia*<sup>914</sup>, uma pequena coluna aparece contra a considerada “campanha injusta”, elogiando a colônia polonesa e citando os médicos Kossobudzki e Szymański como exemplo do “valor que distingue a nobre raça”, o desbravamento do sertão, o trabalho e dificuldades da imigração e instalação. Citava ainda que “a campanha contra a Polônia, querendo ver nela pruridos de imperialismo é de uma ingenuidade alarmante”<sup>915</sup>. A ideia que se constrói é de que os poloneses produziram, eram agricultores fomentadores de progresso, o que confrontava com os “intermediários” (numa possível alusão a comerciantes, como os sírios) e uma refutação cômica do imperialismo. Os colonos poloneses estariam “acima da improdutividade que não constrói, mas realiza uma obra de puro desperdício das energias nacionais”, sendo a Polônia a “martirizada pelos imperialismos” e os imigrantes vieram para “gaudio da nossa expansão e da grandiosidade econômica do Brasil”<sup>916</sup>.

O *Diário da Tarde* se coloca como “jornal brasileiro” que estava dedicado aos “interesses e das reivindicações pátrias” e clama ao Ministro da Justiça para “intervir energicamente” contra os conflitos com os colonos, apontando que se criava intrigas entre poloneses e ucranianos e uma campanha contra a Polônia, lançando a “semente da discórdia nos campos férteis e pacatos de produção”. Aponta a necessidade de intervir no “serviços secretos estrangeiros” que estavam perturbando a paz nacional, além de “separar o joio do trigo” de forma a aceitar apenas a “imigração que nos oferece elementos de progresso, para refugar os intermediários”, elogiando a cooperação dos poloneses com o Paraná<sup>917</sup>.

Nesse contexto, Manoel Ribas visita à redação do *Diário da Tarde*, onde também estiveram autoridades da comunidade<sup>918</sup>. O jornal teria se colocado em apoio à Interventoria na defesa à “colônia polonesa”, de forma que estaria “fazendo justiça”, reconhecendo a “expansão

---

<sup>913</sup> Ibidem. Para Chorośnicki, não deveria levar em consideração “elucubrações de espírito doentio e fantasias”, sendo Hupka um “fazendeiro insignificante” e não chefe do Partido Conservador, cujas palavras devem “provocar a indignação de cada polonês de bom senso”, assim como nos redatores do *Correio do Paraná*, com os quais havia conversado. Questiona, o *O Dia*, em 04 de abril de 1934, também Wójcik, afirmando não poder, no vale do Ivaí, ser um dos orientadores do CZP, bem como seria um “fomonomaníaco” que escreveria absurdos sobre ensino de polonês nos ginásios paranaenses, sendo que a “colônia” não se responsabilizaria por seus artigos.

<sup>914</sup> O Dia, 04 de abril de 1934.

<sup>915</sup> Ibidem.

<sup>916</sup> Diário da Tarde, 03 de abril de 1934.

<sup>917</sup> Diário da Tarde, 04 de abril de 1934.

<sup>918</sup> Teria comparecido à redação do jornal a comissão da “colônia polonesa”, com Stefan Gontarski, Presidente da CZP; Mariano Hessel, da Sociedade de Cultura; e José Piekarski, do Colégio José Pilsudski; para o jornal, representariam a “unanimidade das associações polonesas”. Diário da Tarde, 06 de abril de 1934.

agrícola-industrial brasileira” que ela representava<sup>919</sup>, permitindo a colocação da LMiK, de modo que a imprensa do centro do país seria informada a partir deste ponto de vista<sup>920</sup>. Nesse contexto, o próprio Interventor receberia lideranças polonesas para a “cessação da campanha insultuosa”<sup>921</sup>. Já para Chorośnicki, que responde a Tacla novamente sobre o aspecto étnico<sup>922</sup>, defende também a presença de Raczkiewicz, dos instrutores e do porto de Gdynia<sup>923</sup>, alertando que os “nossos colonos” não seriam capazes de “tal ingratidão” no que se referiria ao imperialismo, explanando a contradição de termos em comparar o aspecto conquistador ao mesmo tempo que a falta de moralidade dos personagens. Dessa forma, os poloneses buscavam responder de diferentes maneiras aos considerados “insultos” proferidos pelo matutino<sup>924</sup>.

Na ótica dos autores e dos artigos, a Polônia queria estabelecer comércio direto com seus colonos, sobretudo de produtos chamados “coloniais”, produzidos nos trópicos, a fim de liberar de intermediários, expandir as questões marítimas e econômicas. O caráter imperialista era tomado como acusação por conta dos personagens ligados ao *Correio do Paraná* e não existiria um “imperialismo polonês” de fato, sendo que para o *Diário da Tarde*, seria “até, ridículo, dizer-se uma coisas dessas”<sup>925</sup>. O vespertino considerava que havia ataques de estrangeiros “interessados na perturbação da ordem interna” contra a “laboriosa colônia polonesa” que contribuía com o Paraná, para sua “expansão econômica”. Era considerado um “combate desleal dos que não produzem àqueles que lavram a terra”, a campanha se fomentara em razão “do jogo de interesses comerciais” envolvia a colônia que não teria vínculos com a

<sup>919</sup> Diário da Tarde, 06 de abril de 1934.

<sup>920</sup> Um telegrama teria sido remetido para “Múltiplo-Globo, Noite, Correio da Manhã, Batalha, Nação, Azemgros, Corjardim, Associação Imprensa do Rio de Janeiro”, esclarecendo pontos da campanha contra o “general polonês”. Diário da Tarde, 06 de abril de 1934.

<sup>921</sup> Diário da Tarde, 10 de abril de 1934. O vespertino destacava que Ribas teria recebido João Faucz, Stefan Gontarski, Francisco Zatkuroski, José Piekarski, Mariano Hessel, Lourenço Jasiocha, representantes da CZP, *Oświata*, União Polonesa, Sociedade José Pilsudski, União dos Lavradores Poloneses e União dos Polonos no Brasil. Estes agradeceram a defesa do Interventor e delegaram apoio à sua “obra construtora”, ao que o Interventor agradeceu e prometeu cessar a campanha, segundo o periódico.

<sup>922</sup> Para o autor, o elogio aos alemães era um modo de trazer aos brasileiros a “Inutilidade dos esforços dos colonos poloneses”. Diário da Tarde, 04 de abril de 1934.

<sup>923</sup> Diário da Tarde, 04 de abril de 1934. Explica o “beija mão” como tradição cavalheiresca e acusa o editor do *Correio do Paraná* de apoio aos alemães.

<sup>924</sup> Coluna Chorośnicki – “Unanimidade” da “colônia polonesa” em protesto. Dia 04 de abril, reunião na Sociedade Pilsudski onde votaram a favor da manifestação da CZP, assinando T. Kowalczyk, secretário e José Piekarski, presidente. Igualmente procedeu a União Profissional de Agricultores Poloneses em sessão dia 08 de abril, em que assinaram W. Jasiocha, José Gembarowski e H. Trzaskowski; Sociedade Filarmônica S. Estanislau, dia 07 de abril, assinaram Nicodemo Majczak, vice-presidente e Edwiges Kopciuszynska; A Comissão Central das Sociedades Polonesas de Ponta Grossa, em 08 de abril, assinaram, pela Sociedade Odrodzenie, Teodoro Straszewski, Sociedade Królowejkorony Polskiej, A. Tybuszewski, Sociedade Wyspianski, Clemente Zawadzki Comissão da Escola Popular, Henrique Malanowski e Estanislau Zambrzycki. Diário da Tarde, 11 de abril de 1934.

<sup>925</sup> Diário da Tarde, 10 de abril de 1934. Para o jornal, imperialismo era a “massa bruta” a serviço dos “magnatas” de Londres e Nova York, que queriam invadir a Rússia, imperialismo que era defendido pelos agressores dos poloneses.



situação. As disputas étnicas se somavam a busca por um público leitor, provavelmente, ou então, eram permitidas amplas publicações pagas nas páginas dos concorrentes do jornal de Tacla, dado o tom enérgico das palavras.

Nesse contexto, a fim de defender os poloneses, o *Diário da Tarde*<sup>926</sup>, em artigo sobre vinda do General Waldemiro Lima, interventor de São Paulo, mesmo com quem Tacla teria relações três meses antes, explora ações sobre um aspecto semelhante ao da LMiK. O Interventor teria vindo com objetivo de intermediar uma concessão de terras para o Governo Alemão, quando Hitler objetivava enviar os “sem trabalho” da Alemanha para as mesmas terras demandadas pela Liga, sendo que não teria ocorrido com os alemães a mesma reação, cujas representações se referiram aos poloneses. Esclarece que a pretensão polonesa seria a mesma do general Lima, “representante do Sr. Adolf Hitler, por linhas travessas”. Desta maneira, se fosse crime a ação polonesa, também deveria ser a do “eminente brasileiro”, “expressão revolucionária”, o “antigo prisioneiro da Trindade”, o “martirizado revolucionário de 22 e 24”, “vulto nacional” de “valor inconfundível”, o general Lima, contra o qual não queriam duvidar do patriotismo. Eis as dúvidas para o articulista: “A Polônia representa Imperialismo? – É uma república pobre, que, até pouco tempo, nem tinha bandeira...A Alemanha representa um imperialismo? – É uma república futura, que se organiza militarmente, que sempre teve bandeira...”. Assim, a concessão de terras não seria um debate justificável<sup>927</sup>. Em letras maiúsculas na sua capa de 12 de abril, contrapõe a imigração alemã e polonesa, em favor desta, comparando as demandas de Lima e os apontamentos de Ribas sobre a necessidade de pessoas para colonizar as terras devolutas. Aponta o jornal, “A imigração alemã é ótima. Só não nos convém em massa por causa das ideias políticas que hoje avassalam o espírito germânico. Isso, felizmente não se dá com os poloneses [...]. Nos declaramos favoráveis à imigração polonesa, se outra melhor não se oferecer”<sup>928</sup>. Assim, ao governo paranaense interessava a mão de obra polonesa, assim como para Ribas, diminuir os conflitos internos e evitar as críticas de oposicionistas políticos como Tacla.

A necessidade de apaziguamento se fazia presente diante das “repostas” das lideranças polonesas, em que se destaca o congresso realizado pelo CZP<sup>929</sup>, 3º Congresso dos Poloneses no Brasil, com presença do cônsul Staniewicz<sup>930</sup>, o vice (Czesław Kulikowski) e do próprio

<sup>926</sup> Diário da Tarde, 11 de abril de 1934.

<sup>927</sup> Ibidem.

<sup>928</sup> Diário da Tarde, 12 de abril de 1934.

<sup>929</sup> No dia 31 de março de 1934 teria ocorrido encontro do CZP, numa assembleia extraordinária para protestar. Aparece notícia no *O Dia*, como resposta aos “caluniosos e tendenciosos” artigos do *Correio do Paraná* à “honra da Polônia” e ameaçando romper com a amizade dos dois países. Diário da Tarde, 15 de abril de 1934.

<sup>930</sup> Żak (2017) indica Staniewicz como um representante da LMiK no Brasil, repassando informações sobre o país.

general Strzemieński<sup>931</sup>, em Curitiba<sup>932</sup>. Ainda contou com a presença de representantes do *Diário da Tarde* e *Gazeta do Povo*, de instituições do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, num total de 150 representações. Entre os resultados do encontro, foi expedido telegramas ao Interventor Federal do Paraná e ao Governo Provisório, “assegurando a lealdade da colônia polonesa”<sup>933</sup>, igualmente enviado um telegrama ao Ministro Grabowski a fim de fazer cessar os ataques do jornal. O *Diário da Tarde* verificou um incidente importante, em que os delegados mais jovens quiseram sair às ruas manifestar sua indignação, uma “demonstração hostil” ao matutino curitibano, o que teria sido apaziguado pelos delegados mais idosos<sup>934</sup>, assim sendo, um conflito de difamações inflamou a possibilidade de uma resposta através da violência. A fala do general da reunião do CZP acusava Tacla e, para ele, portanto, “assim [seria] o nacionalismo brasileiro do sr. de origem estrangeira! Dar-se gritos de alarme, por causa da colonização polonesa, cujas proporções são muito mais modestas em relação das de outra nacionalidade protegida por ele com fervor”<sup>935</sup>, em referência aos alemães.

Strzemieński, com amplo espaço para divulgar seus discursos, tem sua declaração da reunião do CZP transcrita no vespertino, em que questionava, portanto, o nacionalismo de diretor, por ser de origem síria e colocava outros projetos (dos alemães), como privilegiado em relação ao dos poloneses, apontando, portanto, uma questão de alteridade para os dispositivos usados nas acusações do jornal curitibano contra o general e a LMiK<sup>936</sup>. O militar asseverava a origem das acusações nas demandas contra a TK e que o iniciante dos ataques, “o figurão central deste grupo”, seria Stefan Benrandt, ao escrever uma carta contra a Polônia para o Interventor<sup>937</sup>. Este grupo teria sido o ponto de partida para a “campanha injuriosa” contra a Polônia e a colônia polonesa<sup>938</sup>. Reduzia-se, o debate, a uma questão pontual, quicá, material, estando mais ligada a problemas internos do grupo polonês e suas divisões, que por razões essencialmente políticas.

Os dois periódicos foram o espaço também para os “Protestos”<sup>939</sup> das instituições polonesas, que respondiam às críticas feitas por Tacla e seus articulistas. Diversos grupos,

---

<sup>931</sup> A fala de Staniewicz contra o jornal e suas “acusações injustas” contra a “colônia polonesa” eram destacadas.

<sup>932</sup> O Dia, 17 de abril de 1934.

<sup>933</sup> Ibidem.

<sup>934</sup> Diário da Tarde, 15 de abril de 1934.

<sup>935</sup> Diário da Tarde, 17 de abril de 1934.

<sup>936</sup> Ibidem.

<sup>937</sup> Ibidem.

<sup>938</sup> Ibidem.

<sup>939</sup> Inicialmente publicado no *Diário da Tarde*, no dia 02 e no dia seguinte no jornal *O Dia*. A publicação do protesto do CZP (representando 253 sociedades) assinado por Gontarski (presidente da CZP) e o secretário Luis Szczygiel, na contracapa do jornal.

incluindo, principalmente, o CZP, *Oświata*, União Polonesa (ZP)<sup>940</sup>, membros do clero, entre vários outros, escreveram protestos amplamente rebatidos pelo *Correio do Paraná*. Os padres Estanislau Trzebiatowski do *Gazeta Polska w Brazylii* e Jan Pałka, do *Lud* também fizeram ampla campanha nos periódicos de língua polonesa.

Em termos finais, *O Dia*<sup>941</sup>, na sequência da defesa da “A colônia polonesa e a Campanha injusta”, reiterava os elogios ao trabalho polonês no Brasil, sua atividade na agricultura, gerando riquezas com o trabalho rural bem como não apenas estes, mas o envio de intelectuais e de descendentes de “qualidades positivas de ordem moral e física”, “precioso material para a formação futura da nossa Pátria”<sup>942</sup>. Seriam os poloneses “bemvindos” e deveriam ser defendidos. Da mesma forma, o Paraná assistiria “surpreso” à campanha, sendo “impossível” ao “brasileiro de origem tradicional” atirar uma “pedrada” ao polonês, que o estado admiraria e respeitaria a “colônia polonesa” pelo “valor utilitário”, sendo em vão “atacá-la ou diminuí-la”<sup>943</sup>.

Somente em 08 de maio, diante da sequência de ataques contínuos do *Correio do Paraná*, que se retoma a “Campanha injusta”. Os poloneses são defendidos por se achar “irrisória a lenda do imperialismo”, por uma “nação ainda convalescente de 150 anos de opressão e martírio” dos “impérios que lhe usurparam a sua legítima soberania”<sup>944</sup>. A Polônia seria mais vítima, que perpetradora de dominações, por esta razão, desnecessário implementar uma campanha daquele perfil. Menciona, inclusive, a afronta do “polaco não [ter] bandeira” nos conflitos com alemães, italianos, russos e brasileiros, devido ao histórico de dissolução do país. Defende, então, por achar “absurda a campanha” que “mentia às nossas tradições e os resultados excelentes da colonização polonesa em nossa terra” de “índole pacífica, operosa e útil”, elogiando a história polonesa e sua presença no país<sup>945</sup>. Nesse sentido, “a campanha não representa[ria] a mentalidade brasileira e, especialmente, paranaense”, a qual “riu-se da

---

<sup>940</sup> Diário da Tarde, 07 de abril de 1934, União Oswiata e União Polonesa, em “a pedidos” no *Diário da Tarde* e *O Dia*, afirmam solidariedade com “campanha defensiva” do vespertino, mesmo que dissonantes do CZP, “por questões de interesse privado”. Foi transcrita a manifestação das duas entidades contra os “insultos” à Polônia e procurando causar “intrigas” entre poloneses e brasileiros, além dos ucranianos, o “povo irmão”. Solidarizam com protesto do CZP contra “injúrias e calúnias” contra a nação polonesa, deixando de lado “questões particulares”, assina João Fauz – Presidente da *Oświata*, Francisco Luchowski [Lachowski] – presidente da União Polonesa; Pe. João Pałka – secretário e Ladislau Kuietz (ou Kuletz) – II secretário. É enviado por Stefan Gontarski telegrama à Agência Havas – Rio de Janeiro, pedindo providências. No Diário da Tarde de 18, 19, 20, 21 e 26 de abril de 1934 há outras sociedades apoiando a manifestação da CZP como Sociedade Esportiva “Junak nº 17”; Centro das Polonesas Maria Konopnicka. A Sociedade dos Estudantes poloneses Sarmatia. A Sociedade “Dom Ludowy” de Araucária, entre muitas outras.

<sup>941</sup> O Dia, 18 de abril de 1934.

<sup>942</sup> Ibidem.

<sup>943</sup> Ibidem.

<sup>944</sup> O Dia, 08 de maio de 1934.

<sup>945</sup> Ibidem.

ingenuidade do perigo polonês” e “depois repeliu-a por parecer-lhe acobertar segundas e inconfessáveis intenções”<sup>946</sup>. Missão de “elevada importância” da LMiK e do general, sendo o *O Dia* os primeiros a defender e “classificar de improcedente” a “extemporânea campanha”, com “protesto unânime do povo paranaense”. Ao contrário do que pregaria o *Correio do Paraná*, intensificar a presença de seus patrícios no estado seria “um bem inestimável para os nossos sertões desertos e ricos”, defendendo a figura do general<sup>947</sup>.

No mês de maio de 1934, os problemas arrefecem, e o foco se volta para as comemorações do 3 de maio em Curitiba e Rio de Janeiro, com autoridades brasileiras e presença de artistas, como a cantora Wanda Wermińska. A imagem positiva do país natal dos imigrantes é realçada e retomado no fim do mês por Chorośnicki, o grande arauto de odes àquela comunidade, por meio das páginas do vespertino curitibano. Escreve sobre a “Polônia Moderna”<sup>948</sup>, a fim de estabelecer alguns dados sobre o país que por um tempo tinha se escrito sobre, de maneira negativa, referenciando a crise com a “campanha” e discutindo a “verdade” dos artigos redigidos, em que se deveria abster de “qualquer ódio” sobre a Polônia<sup>949</sup>.

#### 4.4. REVERBERAÇÕES DA CRISE

*O Strzemienki, como um duende  
Foi ver os prados e as serras  
Que ele comprou...terras...terras  
Que o Estado vende e revende  
E o coitado do polaco  
Vendo, por ele ingressa,  
Pouca terra e dono “à bessa”  
Gemeu: - “Irra!” Fui no “paco”<sup>950</sup>.*

Uma série de reverberações das polêmicas de março a maio de 1934 foram desenvolvidas nas páginas do *Correio do Paraná* nos meses seguintes<sup>951</sup>, contemplando uma ótica nevrálgica sobre o elemento polonês, as quais nos parecem importantes para pensarmos como essa temática se desenvolve, confluindo em imagens frequentes que aguçavam ideais antipoloneses ao mesmo tempo em que identificavam as rivalidades concernentes ao ambiente

<sup>946</sup> Ibidem.

<sup>947</sup> Ibidem.

<sup>948</sup> Diário da Tarde, 24 de abril de 1934.

<sup>949</sup> Ibidem.

<sup>950</sup> Correio do Paraná, 21 de agosto de 1934. Poema assinado por um Balthazar, em uma sessão chamada “Cutucadas”.

<sup>951</sup> A Hemeretoca da Biblioteca Nacional não conta com os meses de outubro, novembro e dezembro de 1934 do *Correio do Paraná*, no entanto, encontramos alguns artigos no Arquivo Pessoal de Ruy Wachowicz e Arquivo dos Padres Vicentinos.

curitibano, onde grupos distintos buscavam “espaços sociais”, conceito no sentido trabalho por Bourdieu (1989).

Entre as primeiras reverberações, estava a disputa entre João Grabski e o novo cônsul da Polônia, Czesław Kulikowski. O âmbito da justiça teria sido acionado, levando inclusive a comentários por parte do âmbito diplomático e acompanhamento pelo periódico<sup>952</sup>. Grabski teria entrado na justiça com uma “ação crime” contra as “injúrias verbais” que teriam sido professadas pelo então vice-cônsul contra ele<sup>953</sup>. A base para a ação, seria o discurso proferido na instituição *Sarmacja* de caráter “injurioso” ao suplicante, que estava ausente<sup>954</sup>. O *Correio do Paraná* elogia Grabski<sup>955</sup> e reprovava as ações do cônsul, exigindo sua retirada e dos funcionários envolvidos nas injúrias<sup>956</sup>. Esta disputa, entre uma liderança local e um enviado pelo governo polonês é representativa, mais uma vez, do discurso fomentado e das discussões envolvidas no confronto da LMiK com o jornal curitibano.

Stefan Benrandt igualmente assina artigo em que aparece como crítico das autoridades polonesas, em especial, dirige o fogo ao jornal polono-brasileiro vinculado ao CZP, *Nasza Praca* (Nosso Trabalho), além do instrutor Rudolf Papla e Staniewicz, incitando também contra os instrutores, “assalariados do Tezhouro Polonez”, Strzemieński, bem como de um “aqui bem conhecido palhaço que se diz um grande artista teatral”, que teria chamado Benrandt “renegado e traidor” em uma peça em maio daquele ano<sup>957</sup>. As críticas ao autor teriam referência aos seus alertas, feitos em fevereiro, em carta ao Interventor Federal, quanto às intenções da Liga Marítima e Colonial, sendo comparadas à Sociedade de Colonização, dentro da noção de “conto do vigário”, ademais de uma série de denúncias morais<sup>958</sup>, as quais aludiam para antigos preconceitos com relação aos poloneses. O autor revelava as intrigas internas da comunidade polonesa ao apontar que fora expulso do 3º Congresso dos Poloneses no Brasil, ocorrido em abril, como “indigno traidor”<sup>959</sup>. O texto apresenta informações e um tom muito semelhante aos artigos anônimos dos meses anteriores, embora com adjetivos mais fortes com relação aos seus interlocutores.

---

<sup>952</sup> Ofício Legação brasileira em Varsóvia Barros Pimentel para ministro José Carlos de Macedo Soares, MRE, 27 de outubro de 1934. Na verdade, Pimentel afirma que soube através do *Correio do Paraná* de um processo-crime contra o cônsul polonês em Curitiba. Afirma que deveria estar informado do assunto, não para intervir, mas para conhecer o posicionamento da Chancelaria em caso do MSZ se referir a situação, como de fato ocorreu em ofício da Legação Polonesa no Rio de Janeiro para o MRE, em 04 de abril de 1935.

<sup>953</sup> *Correio do Paraná*, 01 de junho de 1934 e *Correio do Paraná*, 08, 23 e 27 de junho de 1934.

<sup>954</sup> *Correio do Paraná*, 08 de junho de 1934.

<sup>955</sup> *Correio do Paraná*, 17 de junho de 1934.

<sup>956</sup> *Ibidem*.

<sup>957</sup> *Correio do Paraná*, 16 de junho de 1934.

<sup>958</sup> *Ibidem*.

<sup>959</sup> *Ibidem*.

O fato é que o consulado, entre outras instituições polonesas, como a Legação, passam a ser atacadas nos meses seguintes. Junto à questão judiciária e os artigos de Benrandt, várias notícias apontam que famílias polonesas não eram auxiliadas em Curitiba, muitas das quais eram provenientes da colonização da TK no Espírito Santo, de onde teriam sido encaminhados, a fim de reaver as importâncias pagas à sociedade, reiterando o fracasso do projeto, descumprimento de contratos e gastos do governo brasileiro com os colonos, a fim de auxiliá-los<sup>960</sup>. Condena-se Koszarowski, agente da colonizadora, afirmando ser amigo do Ministro polonês no Rio de Janeiro, onde era funcionário assim como do “Patronato Polaco”, aproximando os dois personagens e o governo da Polônia àquela situação problemática. O fato desencadearia o relato do consulado descumprir com “seu mais elementar dever que é o de prestar assistência aos seus nacionais”, se colocando ao lado dos “piratas varsovianos”, hostilizando as “vítimas” ao invés de “protegê-las”<sup>961</sup>.

De fato, se retomava a questão das terras, exemplificadas com a vinda de imigrantes poloneses de colônias que estavam em condições difíceis. Como o caso daqueles do Espírito Santo, assim como de Iquitos no Peru, quando a Legação pediu que os colonos provenientes da colonização de Cumarí no vale do Ucayali, naquele país, fossem aceitos no Brasil<sup>962</sup>. Estes temas, trariam à tona novas “imoralidades” e “ilegalidades”, as quais eram atribuídas também ao Inspetor de Povoamento do Estado, o Ministério do Trabalho, o Departamento de Povoamento, bem como a troca de responsabilidades entre o consulado e a polícia com relação à assistência dos imigrantes. Assim, existiria um “compradesco” entre a Sociedade de Colonização, o diretor da Ilha das Flores, Samuel Uchôa, e o Departamento de Povoamento, na pessoa de Dulphe Pinheiro Machado, entre outros “altos funcionários”, para essas ilegalidades ocorrerem para introdução de imigrantes e depois seu deslocamento, através da associação daqueles personagens na Sociedade Kosciuszko da capital federal<sup>963</sup>. Reivindicava-se a proteção aos nacionais e indígenas, antigos ocupantes, com base nas legislações imigratórias e de concentração de estrangeiros<sup>964</sup>.

Muito menos frequentes que nos meses anteriores, o noticiário do *Correio do Paraná* mantém o mesmo tom com relação aos poloneses, ainda que apoiado por uma parcela de

<sup>960</sup> Correio do Paraná, 30 de junho de 1934. Ver também Correio do Paraná, 13 e 15 de julho de 1934.

<sup>961</sup> Outros casos são relatados, com envolvimento da polícia e arbitrariedades do consulado com relação a indivíduos que vinham pedir seu retorno para a Polônia ou devolução de recursos com as colonizadoras contratantes.

<sup>962</sup> Pedido posterior da Legação Polonesa no Rio de Janeiro, Ministro Tadeusz Gabrowski para MRE, 14 de março de 1935.

<sup>963</sup> Correio do Paraná, 15 de julho de 1934.

<sup>964</sup> Correio do Paraná, 09 de agosto de 1934.



membros do grupo étnico, as acusações de imperialismo arrefecessem, mas análises moralizadoras e ressentidas denunciavam a divisão da comunidade polonesa, em especial, entre o consulado e instrutores com relação a outras lideranças<sup>965</sup>. O periódico analisa, por exemplo, a questão do já referido II Congresso dos Poloneses Residentes no Estrangeiro, o qual fora organizado em Varsóvia sob a liderança de Raczkiewicz naquele ano. O artigo destaca “uma lição aos polacos residentes no Brasil” o fato dos delegados dos EUA não aderirem à entidade promotora, *Światpol*, temendo um possível ato de deslealdade para com seu país de acolhida<sup>966</sup>.

O texto aponta que a realização daquele congresso confirmava a campanha apregoada. Dois pontos em especial, o primeiro, que o governo polonês executaria no Brasil, “por intermédio dos seus funcionários, uma forte propaganda anti-brasileira contra a assimilação dos elementos polacos radicados entre nós”<sup>967</sup>. Segundo, a propaganda teria como objetivo “implantar no Brasil a lei de minorias, fazendo com que os polacos e seus descendentes sejam considerados, entre nós, como cidadãos polacos”, tendo direitos proporcionais ao número de habitantes, relativos ao uso da língua, costumes, “sendo reconhecidos como verdadeira nação polaca dentro do Brasil”<sup>968</sup>. No contexto de busca da Polônia, junto à Liga das Nações, em Genebra, da generalização da legislação sobre minorias, a fim de que “sejamos constrangidos a reconhecer os polacos residentes no Brasil como uma nação com direitos próprios e autônomos, independentes dos direitos dos cidadãos brasileiros”<sup>969</sup>. Assim como todas, com exceção da estadunidense, a delegação brasileira, igualmente, havia aprovados os “planos imperialistas e de domínio do presidente e do senado da Polônia”<sup>970</sup>.

Para o jornal caberia às autoridades brasileiras impedir a volta daqueles delegados, pois teriam apoiado “medida atentatória da nossa dignidade de povo livre e soberano” e terem solicitado uma “limitação da soberania brasileira dentro do território nacional”<sup>971</sup>. Em oposição, os EUA “devem se sentir orgulhosos da colônia polaca, que é a mais velha, a maior e mais rica das colônias polacas que, com sobranceira e lealdade, soube evitar os Estados Unidos o vexame

---

<sup>965</sup> O Jornal do Comércio em 13 de julho de 1934 publica notícia sobre a Sociedade Kosciuszko do Rio de Janeiro. “A questão da campanha anti-polonesa do “Correio do Paraná” mais uma vez ocupou a atenção do Conselho, o Ministro Rodrigo Octavio deu conhecimento de sua resposta à carta que lhe escrevera o Ministro da Polônia, fazendo uma exposição minuciosa das atividades da “Liga Marítima e Colonial Polonesa” no Estado do Paraná. Considerando tais esclarecimentos úteis para retificar opiniões errôneas a respeito, propôs que essa correspondência fosse publicada no órgão da Sociedade, a revista “Brasil-Polônia”. A proposta foi apoiada pelos membros da Comissão encarregada do assunto e aprovada pelo Conselho”. Rodrigo Octavio tinha vínculos com a Sociedade Kosciuszko no Rio de Janeiro. Correio do Povo, 30 de novembro de 1934.

<sup>966</sup> Correio do Paraná, 23 de agosto de 1934.

<sup>967</sup> Ibidem.

<sup>968</sup> Ibidem.

<sup>969</sup> Ibidem.

<sup>970</sup> Ibidem.

<sup>971</sup> Ibidem.

de assistirem ao desagradável espetáculo de uma nação estrangeira solicitar a uma instituição internacional uma diminuição de sua soberania”. Os poloneses dos EUA teriam sido leais com seu país e com a Polônia, evitando chamar sobre si e os seus “nacionais residentes no estrangeiro”, o “ódio, a repulsa e as antipatias dos países que dão agasalho e hospitalidade aos seus súditos”<sup>972</sup>. A delegação polonesa enviada do Brasil, portanto, teria atentado contra a “nossa soberania” e “idealismo” brasileiro com a tentativa de aprovar a lei de minorias, a busca por criar “ilhas de populações”. A essa “atividade anti-brasileira” o autor exigia medidas “enérgicas” por parte do governo<sup>973</sup>.

No bojo destas discussões, a legação brasileira informava o MRE de forma “confidencial” sobre as questões diplomáticas da “A Polônia e os Tratados das Minorias”<sup>974</sup>. Segundo aponta o documento, a Polônia reclamava da diferença de tratamento entre os países europeus, de modo que “aspirava a prerrogativas de grande potência”<sup>975</sup>, revisão do tratado original promulgado logo do pós-guerra. Na ótica exposta no texto, com a grande quantidade aludida de minorias nacionais em seu território, a herança dos embates pela Silésia e outras regiões multiétnicas e influenciada pela possibilidade de imaginar os seus emigrantes como potencial político da cidadania como aludido por Walaszek (2003), o debate do Tratado das Minorias em nível diplomático na Liga das Nações se tornava importante para a Polônia, assim como para a Alemanha e outros países. As “grandes nações”, como França e Inglaterra, protestavam contra essas ações polonesas, de modo que lograram dissuadir os poloneses do que

---

<sup>972</sup> Ibidem.

<sup>973</sup> Correio do Paraná, 31 de agosto de 1934.

<sup>974</sup> A questão das minorias foi parte dos tratados ocorridos após a I Guerra Mundial, em 1919, sobretudo, aqueles direcionados à resolução dos problemas dos novos países no leste e sul da Europa e dos “povos sem Estado”, que deveriam ter seus direitos salvaguardados. Para Arendt (2012), a criação de novos Estados-nações e minorias como objetivo de resolver a questão étnica local era uma impossibilidade, diante de múltiplos fatores, deixando várias nações sem soberania, diferenças entre populações e seu estado, isto é, a noção de cidadania e nacionalidade, ademais de vários grupos que ficaram desprotegidas dos tratados, por não se enquadrarem em seu conceito. Para a autora, “Os Tratados aglutinaram vários povos num só Estado, outorgaram a alguns o status de ‘povos estatais’ e lhes confiaram o governo, supuseram silenciosamente que os outros povos nacionalmente compactos [...] chegassem a ser parceiros no governo, o que naturalmente não aconteceu e, com igual arbitrariedade, criaram com os povos que sobraram um terceiro grupo de nacionalidades chamadas minorias, acrescentando assim aos muitos encargos dos novos Estados o problema de observar regulamentos especiais, impostos de fora, para uma parte de sua população. Como resultado, os povos não agraciados com Estados, fossem “minorias nacionais” ou “nacionalidades”, consideraram os Tratados um jogo arbitrário que dava poder a uns, colocando em servidão os outros. Os Estados recém criados, por sua vez, que haviam recebido a independência com a promessa de plena soberania nacional, acatada em igualdade de condições com as nações ocidentais, olhavam os Tratados das Minorias como óbvia quebra de promessa e como prova de discriminação [...]”, como o caso polonês (2012, p. 373-374).

<sup>975</sup> Ofício n. 71, Confidencial, Legação Brasileira em Varsóvia, Jorge Latour/Barros Pimentel para ministro José Carlos de Macedo Soares, MRE, 29 de setembro de 1934.

era visto como “intransigência” e evitar o efeito que levaria a seu “isolamento” sob ponto de vista diplomático<sup>976</sup>.

Para o diplomata brasileiro o “descabimento da proposta polonesa ressalta sobretudo do fato que a generalização do sistema das minorias não responderia aos intuitos por que se debate a Polônia, ao contrário, criaria núcleos de minorias onde não existem e atentaria contra a unidade nacional dos países onde são admitidas”<sup>977</sup>. O que existiria, era justamente a busca de garantias de proteção de direitos (linguísticos e culturais, por exemplo) dos imigrantes por uma instituição supranacional, mas também pelo Estado polonês. A Polônia tinha a crítica de que o sistema estava voltado apenas para a Europa, querendo a sua ampliação global, mesmo que como aponta o documento, desconsiderando as especificidades nacionais e mesmo continentais, bem como a mudança das condições e problemas ao longo do tempo<sup>978</sup>. Segundo o texto “Não é a primeira vez que a Polônia se recusa a colaborar nos ideais de consolidação da paz, de interesse geral”<sup>979</sup>. Para a legação, existia uma política “germanófila” na Polônia, em favor de acordos bilaterais como aqueles de não-agressão com a URSS e Alemanha, mas “evidentemente contrária aos interesses do povo polonês”, que deixaria a velha aliada França de lado<sup>980</sup>. Diante de todo aquele contexto, fazia uma previsão da guerra:

A situação internacional se agrava no Continente europeu, os problemas se deslocam rapidamente e uma crise parece iminente. As forças políticas, em constante mutação, no esforço de criar um equilíbrio no intuito da consolidação da paz, em vez da estabilidade ambicionada entre as nações europeias, vão antes despertando rivalidades no terreno das hegemonias cuja consequência seria temerário profetizar<sup>981</sup>.

Pensar as minorias, sob a ótica polonesa, poderia ser uma estratégia semelhante ao apelo à política de mandatos e busca por colônias através de mecanismos de organismos internacionais corrente ao longo dos anos 1930, isto é, buscar maneiras dentro do contexto diplomático de utilizar a população polonesa emigrada e seu fluxo, como forma de obter territórios ou mesmo influência política no exterior. Constituir minorias étnicas protegidas pela

---

<sup>976</sup> Ibidem.

<sup>977</sup> Ibidem.

<sup>978</sup> Ibidem.

<sup>979</sup> Ibidem.

<sup>980</sup> A Alemanha comemorava o repúdio polonês ao tratado das minorias, como demonstração de política anti-francesa, mas outros concluíam ser aquela política anti-alemã para se desvincular das obrigações com as populações alemãs em território polonês. Outros tinham a ideia de generalização do tratado como política contra a Rússia, que defendia as minorias ucranianas na Galícia polonesa sem estar obrigada ao Tratado de Versalhes. Ibidem.

<sup>981</sup> Ibidem.

legislação internacional, sob a perspectiva brasileira, parecia ser um risco ao território do país, sendo justo, portanto, atentar e mitigar aquelas ações da Polônia.

Naquela conjuntura, afora os apelos internacionais que entrecruzavam os periódicos e o MRE, as questões políticas internas também foram realçadas. O envolvimento do *Correio do Paraná* com o movimento revolucionário e o fato de ser órgão de um partido político de oposição, delegou críticas ao apoio do presidente da CZP, Gontarski e também Ladislau Grzybowski, secretário daquela instituição e vice-presidente do *Junak*, ao PSD<sup>982</sup>, em um artigo do *O Dia*<sup>983</sup>. Um fator gerador de novo embate, de maneira que no texto, estes eram “polacos natos, casados com polacas natas, nunca se naturalizaram e nunca pretendem se naturalizar”, “Apóstolos” que pregavam na imprensa polonesa “contra os altos interesses brasileiros” abertamente, sobretudo contra a assimilação dos poloneses<sup>984</sup>.

Dessa maneira, critica a CZP como mantida e obediente ao governo polonês, sendo uma justificativa perante o Brasil para a ação de funcionários poloneses. A CZP seria aquela que teria enviado delegados para o Congresso, os quais apoiaram as condições lá propostas diferentemente dos delegados dos EUA, e assim como o *Junak*, criticada por ser dirigida por um capitão do exército polonês, ambos atacando a “integridade”, “unidade” e “dignidade” do país<sup>985</sup>. Os personagens eram evidenciados de várias maneiras, em especial, seus nominados vínculos de obediência ao governo polonês e de apoio a ações contra a assimilação, deslegitimando seu suporte de caráter político nas questões nacionais, conclamando os descendentes (“brasileiros de origem polaca”) para cobrança daquelas lideranças e delegados do congresso, sobre suas demandas pela disseminação das minorias<sup>986</sup>. Nos meses seguintes, esse apoio é questionado com a possível cessão de um terreno na rua Vicente Machado para o CZP (cujo problema já aparecia em 1932), pelo Conselho Consultivo e a Interventoria, visto como possível troca de favores, que se enquadrava contra a legislação vigente, em especial,

<sup>982</sup> Provavelmente o Partido Social Democrático do Paraná, fundado em 1933 e que apoiava o interventor Ribas – presidente honorário - e a Revolução de 1930 (CPDOC). <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-do-parana-psd>.

<sup>983</sup> O Dia, 26 de agosto de 1934. O artigo assinado por Gontarski e Grzybowski clamava pela participação dos brasileiros de origem polonesa na futura eleição para Presidente do Estado e Congresso estadual para “interesse do nosso grande Paraná”, como ponderam, deixando claro a lealdade e patriotismo dos descendentes de poloneses e seu trabalho naquele estado. Anunciam a organização de um “Comitê” voltado para os seus pontos de vista, que agregam ser os mesmos do Paraná, sobretudo com relação ao desenvolvimento rural. Sendo a garantia do “nosso objetivo patriótico”, Manoel Ribas, “administrador dinâmico e probo”, tendo demonstrado capacidade de resolver os problemas do estado. No artigo, os brasileiros de origem polonesa deveriam, assim, se unir para apoiar integralmente Ribas, devendo “cerrar fileiras” para o PSD e o seu candidato.

<sup>984</sup> Correio do Paraná, 31 de agosto de 1934.

<sup>985</sup> Ibidem.

<sup>986</sup> Correio do Paraná, 31 de agosto de 1934.

àquela referida a presença estrangeira e de suas instituições<sup>987</sup>. Explica como a CZP seria um órgão do governo polonês, devido uma eventual submissão à *Światpol*, e deveria já ter sido extinta (de acordo com o art. 103 do Código Penal e seus líderes presos por 6 anos), mas ao contrário, acusa que se queria presenteá-la, mesmo sendo combatente da assimilação dos poloneses. Relembrando, para o Interventor, do Congresso dos Poloneses no Exterior e da demanda apresentada pelo ministro do MSZ polonês Józef Beck, da lei de minorias. A CZP seria, portanto, defensora de Beck e leis antibrasileiras e indigna de receber imóveis. O autor expõe ser o *Gazeta Polska w Brazylii* o veículo de propaganda do PSD, e por ser dirigido por um funcionário do governo polonês, ou seja, um apoio do “próprio Governo da Polônia”. Esse debate ainda se manifesta no final daquele ano, como perigo para a presença polonesa e sua não assimilação<sup>988</sup>.

O ano de 1934, portanto, coaduna com um momento de amplo pensamento e representação sobre os poloneses no Paraná e no Brasil. A presença é perceptível diante do avanço de sua institucionalização, mas também das aproximações do governo polonês para com seus imigrantes, ao longo da década. Sobretudo, com a presença das colonizadoras, como a TK e a LMiK, assim como os instrutores. Um processo de positivação da imagem deste grupo, no entanto, se desenvolve já no final do ano e do contexto de disputas, quando novas visitas “ilustres” chegam ao país e reacendem a etnicidade polonesa diante da sociedade envolvente, descontinuando aspectos imperialistas desabonados nos meses anteriores e rearticulando a imagem polonesa para outro momento da construção de seus ideais colonizadores.

#### 4.5. KUBINA E GRABOWSKI E A NOVA POSITIVAÇÃO DA IMAGEM POLONESA

Em setembro de 1934, posteriormente as amplas querelas dispostas com relação à temática do imperialismo polonês, o Ministério das Relações Exteriores demandou um convite para que bispos poloneses viessem ao país. Aproveitou-se a realização do Congresso Eucarístico Internacional, ocorrido em Buenos Aires, onde diversas autoridades eclesiásticas se encontraram para discussões ligadas à Igreja Católica. Assim, é enviada uma lista dos prelados

<sup>987</sup> Ao citar o art. 131 da Constituição Federal, o qual vedaria orientação intelectual ou administrativa da imprensa política ou noticiosa a estrangeiros, questiona a propaganda feita para aquele partido pelos poloneses, através do CZP. Critica a possibilidade daquelas manifestações e possível premiação, tendo certeza da negativa do Conselho e Interventoria após suas exposições. Correio do Paraná, 29 de setembro de 1934.

<sup>988</sup> Correio do Paraná, 13 de outubro de 1934. Um “majestoso edifício”, como o relator se referiria, serviria para que “descendentes de polacos, com dinheiro vindo da Polônia, tenham maior contato e mais aconchego com as coisas polacas em detrimento da nacionalidade brasileira”. Em resumo, o parecer seria uma “série de incongruências” que causariam estranheza e perplexidade, para o autor, com relação à legislação. ARW.

delegados poloneses que tomariam parte no congresso<sup>989</sup>, entre eles, Bispo Teodor Kubina<sup>990</sup> e o cardeal August Hlond<sup>991</sup>.

FIGURA 12 - PRIMAZ HLOND E BISPO KUBINA, 1936



FONTE: Narodowe Archiwum Cyfrowe 1-R-6-8.

O governo Brasileiro fez o convite oficialmente através da legação ao então primaz da e o bispo de Częstochowa (além dos bispos Stanisław Okoniewski de Chełmo e Karol Radoński, de Wrocław), para passarem pelo Rio de Janeiro no seu retorno para a Polônia, desde Buenos Aires. Segundo Mazurek (2016, p. 92):

Eram também significativas para os imigrantes na América Latina as visitas de hierarcas da Igreja católica na Polônia. Por ocasião do Congresso Eucarístico Internacional realizado em Buenos Aires, em 1934, numerosos núcleos poloneses no Brasil, na Argentina e no Uruguai receberam a visita do primaz da Polônia, cardeal Augusto Hlond, juntamente com os bispos Okoniewski, Kubina e Radoński. O bispo Teodor Kubina, autor de um interessante relato a respeito da sua estada nos países da América Latina [...]. No período de entre guerras (em 1929 e em 1930/1931), por recomendação do primaz da Polônia Augusto Hlond, os núcleos poloneses no Brasil e na Argentina foram visitados pelo padre Ignacy Posadzy. Fruto dessas duas viagens foram artigos publicados na imprensa polonesa e o livro várias vezes editado com o título de *Pelo caminho dos peregrinos. Impressões da visita às colônias polonesas na América do Sul*. O padre Posadzy dirigia igualmente A Sociedade de Cristo para os Emigrados, fundada em 1932 por iniciativa do primaz.

<sup>989</sup> Ofício da Legação Brasileira em Varsóvia, Barros Pimentel, para José Carlos de Macedo Soares, MRE, 29 de setembro de 1934.

<sup>990</sup> 1880-1951, primeiro bispo de Częstochowa. Esteve envolvido com questões educacionais e as disputas na Silésia nas primeiras décadas do século XX. Em 1933, Hlond nomeou-o para o Conselho Social do Primaz da Polônia, onde atuou até 1939. Preocupado com as questões da emigração. Cf.: *Encyklopedia wiedzy o Kościele katolickim na Śląsku*, [https://silesia.edu.pl/index.php?title=Kubina\\_Teodor](https://silesia.edu.pl/index.php?title=Kubina_Teodor).

<sup>991</sup> 1881-1948, primaz da Polônia, em 1926, era cardeal e foi fundador da Sociedade de Cristo, em 1932, instituição que atuaria em áreas de colonização e emigração polonesa. Também envolvido com o tema da Alta Silésia. Cf.: <http://www.patrimonium.chrystusowcy.pl/kandydaci-na-oltarze/sluga-bozy-kard-august-hlond/zyciorys/#.XdxAQDNKjIU>.



Como vinha de Buenos Aires, Kubina iniciou sua visita pelo noroeste do Rio Grande do Sul e foi até Porto Alegre. Naquele estado, quiçá, em razão da menor presença de visitantes poloneses, teve impacto muito maior na imprensa a sua estada. Ao que parece, Hlond foi diretamente para o Rio de Janeiro, onde seria recebido pelo presidente, a fim de ampliar as “bases da cordial amizade” entre os dois países<sup>992</sup>. O Cardeal Hlond esteve com Vargas e deixou o Brasil com boas e positivas imagens sobre o país<sup>993</sup>, partindo em outubro<sup>994</sup>. Enquanto isso, a visita de Kubina foi acompanhada do ministro Grabowski e compreendia parte dos esforços da *Światpol*, assim como a promoção anterior, de Raczkiewicz, em 1933, sob auspícios do *Rada Organizacyjna Polaków z Zagranicy* (Conselho Organizacional dos Poloneses no exterior).

Para o *Diário da Tarde*, Kubina teria vindo ao Brasil com fito de inspecionar as colônias polonesas<sup>995</sup>. Uma entrevista com o bispo é publicada no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em que se destaca suas ações: constatar a “situação espiritual” em que se encontravam seus compatriotas, “pois eles, naturalmente, pela sua língua, não tem tido quem os cuide devidamente no campo religioso”<sup>996</sup>. Para o bispo, havia 10 milhões de poloneses pelo mundo, “donde se vê, quantos sacerdotes se fazem necessários para atendê-los nos seus sentimentos católicos”, número que tenderia a aumentar, pois na Polônia, “o aumento da população é considerável de ano por ano, havendo, assim, sempre novas saídas para o estrangeiro”, ao passo que voltava sua ação para “o problema da assistência religiosa” para que seus compatriotas “não deixem esmorecer a sua fé”, daí que “tratamos de construir uma congregação de religiosos poloneses e descendentes desses, a fim de termos o elemento necessário à cura das almas”<sup>997</sup>. Já Grabowski vinha sendo “cercado de atenções” em Porto Alegre, por parte das autoridades e seus compatriotas<sup>998</sup>. Tratava da instalação da filial da Sociedade Tadeusz Kosciuszko<sup>999</sup>, a qual

---

<sup>992</sup> Nota do MRE para Legação polonesa no Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1934.

<sup>993</sup> *Diário da Tarde*, 03 de novembro de 1934.

<sup>994</sup> *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1934.

<sup>995</sup> *Diário da Tarde*, 21 de dezembro de 1934.

<sup>996</sup> Visitaram colônias e instituições polonesas no Rio Grande do Sul. Acompanhados de autoridades do estado, eram encarados como personagens “ilustres”.

<sup>997</sup> *Correio do Povo*, 29 de novembro de 1934.

<sup>998</sup> *Correio do Povo*, 02 de dezembro de 1934.

<sup>999</sup> Grabowski sobressai alguns dos 250 membros da Sociedade Polono-Brasileira do RJ, Tadeusz Kosciuszko, seriam Melo Vianna, que assinou o pacto na Conferência de Versalhes, Rodrigo Otávio, Raul Fernandes, Aloisio Castro, Melo de Carvalho, Candido Mendes de Almeida, Fernando de Magalhães, Gustavo Barroso, Cardoso Fontes e Souza de Araújo, da Sociedade Osvaldo Cruz, Rodolfo Josetti, presidente da Sociedade Cultural e Artística, Afrânio Peixoto, coronel Alfredo Severo, baronesa Bonfim e membros do Itamarati. *Correio do Povo*, 30 de novembro de 1934.

tinha sede no Rio de Janeiro<sup>1000</sup>. A solenidade de criação da filial ocorreu na Biblioteca Pública da capital gaúcha com presença de diversas autoridades estatais<sup>1001</sup>.

Os viajantes chegaram dia 19 de dezembro em Curitiba<sup>1002</sup>, acompanhados do novo cônsul Kulikowski, sendo seguidos a partir do Bacacheri por uma carreata de famílias polonesas, que saudavam àquelas autoridades. À noite, no salão do consulado, receberam membros da “colônia”, que vieram para cumprimentar os visitantes e também Szymański, quem estava de passagem pelo país<sup>1003</sup>. Os dois ficaram poucos dias em Curitiba, o *O Dia* relata a saída de Kubina e Grabowski para as visitas às colônias no interior, acompanhados do cônsul logo na sequência. Na estação, para despedida, compareceram Manoel Ribas, grupos folclóricos poloneses, o cônsul geral da Itália, Szymański, funcionários e empregados do consulado e membros da colônia polonesa<sup>1004</sup>, incluindo a presença de representantes do clero, funcionários e empregados do consulado, ademais de “numerosíssimas pessoas de destaque” da colônia. De Santa Catarina teria vindo um delegado da colônia de Itaiópolis para Curitiba, quando aí estavam os “altos dignitários” poloneses<sup>1005</sup>. Eram pessoas de destaque, do que se depreende, portanto, a presença do próprio interventor na sua partida e a grande recepção em Porto Alegre.

Durante sua estada, uma praça esportiva adquirida pelo *Junak* em Curitiba seria batizada pelo Bispo Kubina<sup>1006</sup>, enquanto o Ministro Plenipotenciário da Polônia no Rio de Janeiro, nomeou uma competição do *Junak*, naquele ano, a Taça Ministro Tadeusz Grabowski, da qual foi também patrono (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978). Ademais destas homenagens e ocorrências, a visita de Kubina rendeu a publicação de um livro, *Wśród polskiego wychodźstwa w Ameryce Południowej* (Entre os emigrantes poloneses na América do Sul), de 1938, o qual

<sup>1000</sup> Grabowski estava preocupado com questões diplomáticas e econômicas. Imigrantes seriam base para estas ações diplomáticas. Além disso, o ministro destacou brasileiros que defenderam a “causa polonesa”, como Ruy Barbosa, Afrânio de Melo Franco, Raul Fernandez e outros. Junto de Kubina, visitou instituições polono-judaicas e falou favoravelmente aos judeus, com intuito de afastar o estereótipo de antissemitismo polonês, embora admitisse casos.

<sup>1001</sup> Correio do Povo, 02 de dezembro de 1934.

<sup>1002</sup> Diário da Tarde, 20 de dezembro de 1934.

<sup>1003</sup> Diário da Tarde, 10 de dezembro de 1934.

<sup>1004</sup> O Dia, 08 de janeiro de 1935.

<sup>1005</sup> Diário da Tarde, 08 de janeiro de 1935 texto de Chorośnicki.

<sup>1006</sup> Diário da Tarde, 05 de janeiro de 1935. “A Sociedade de Educação Física Junak, de há muitos anos ocupa em nossos meios esportivos um lugar de destaque, quer pelas suas atividades nos vários ramos do esporte que pratica, quer pelas suas elogiáveis iniciativas, quer sobretudo pelo valor dos esportistas valorosos que a compõe”. Segundo o artigo, o atletismo paranaense muito devia à instituição “que tão brilhantemente vem cumprindo as suas finalidades”, em especial o “bola ao cesto” e a ginástica. “O esporte ali não declina porque encontra em cada junakerio, uma grande força de vontade e um esportista compenetrado em seus deveres”. Depois de muito tempo, passou a praticar o futebol, tendo agradado e conquistado lugar de destaque. A compra da praça esportiva seria uma demonstração de “esforço e trabalho produtivo” do *Junak*, sendo uma das “melhores existentes em nossa capital”.

expõe ideias sobre a relação com a emigração, a aproximação clerical e a manutenção da *polonidade* no país<sup>1007</sup>.

Em resumo, as disputas com os periódicos, os embates internos da colônia, bem como o crescente nacionalismo brasileiro, permitem a difusão de visões negativas e pensamentos críticos aos poloneses, em especial, seu aludido imperialismo. Tais temas surgem como forma de sublimar o ressentimento de degenerações morais, diante de disputas materiais inacabadas ou questões internas ao grupo polonês, bem como alertar o ambiente envolvente, constituindo representações e mito conspiracionistas de invasão. Estes se somavam a não-assimilação, fatores preponderantes das discussões dos anos seguintes do Estado Novo. Ao mesmo tempo, a presença deste grupo é motivo de enaltecer suas ações no Paraná e no Brasil, a visita de suas autoridades e lideranças, bem como o despertar da sua etnicidade se confundem com a ação da Polônia no país através dos projetos colonizadores. Após esta etapa dos periódicos, é através da documentação oficial que passa a discutir o “expansionismo” polonês, saindo das disputas internas da cidade de Curitiba e das querelas pessoais de seus atores, para o debate diplomático e depois, a ação direta da polícia política frente o recrudescimento do estado autoritário.

---

<sup>1007</sup> Wachowicz traduz algumas passagens, demonstrando que o autor tinha ideias de “Nova Polônia” e a necessidade de investir na educação do imigrante aliado ao esforço da Igreja Católica, evitando a desnacionalização dos poloneses (WACHOWICZ, s/d, d).

## 5. “DE PACATOS AGRICULTORES” À “POLACOS PERNICIOSOS”: A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO, O AUGUE E O FIM DA AMEAÇA POLONESA NO BRASIL (1936-1939)

O período que marca o fim dos projetos poloneses no Brasil, acerca do seu ideário colonial, coincide com a sua ampliação devido ao aumento do interesse estatal nas questões emigratórias (MAZUREK, 2016, p. 168), que chega junto às instituições privadas como a LMiK. Nessa mesma conjuntura, o Brasil desenvolve uma forma de “reação” às aproximações polonesas com relação aos emigrantes no país. No bojo da configuração e desenvolvimento do ideal dos “perigos” vinculados aos grupos estrangeiros, especialmente, os poloneses tornam-se um risco, um empecilho à nacionalidade, quando o governo varguista, então sob a égide do Estado Novo (1937-1945), inicia a chamada “campanha de nacionalização”.

A campanha, manejada maiormente pelo exército e polícia política, foi um baque para as ações polonesas. Primeiramente, ela atingiu as instituições, associações de trabalhadores e escolas étnicas, normalmente encerrando as suas atividades (e de seus líderes, assim como dos professores) ou nacionalizando seus estatutos e diretorias. Depois, o foco foi para a imprensa, tornada geralmente bilíngue e, por fim, atingiu o clero polonês.

Uma série de personagens envolvidos com a presença polonesa no Brasil também foram vigiados e, eventualmente, reprimidos pela ação policial, envolvendo prisões, chamamentos para prestação de declarações e outros tipos de repressão, a qual ficou marcada pelas atividades da DOPS. No âmbito diplomático, a legação brasileira ampliou o repasse de informações para o MRE, alertando para os receios que a Polônia e seus ideais de grandeza, quiçá, “megalomania”, poderiam representar para o Brasil. Com base na documentação, buscamos traçar um panorama da reação brasileira e da forma como o período do Estado Novo ajudou na configuração dos poloneses como “perniciosos” e na conformação do seu imperialismo ao longo do final da década de 1930, a qual se encerra com a Segunda Guerra Mundial.

### 5.1. ENTRE “GASES ASFIXIANTES” E “POLÍCIAS SECRETAS”, CONFORMA-SE UMA CONSPIRAÇÃO: “O ATENTADO MILITAR DA POLÔNIA CONTRA O BRASIL”

O documento mais acabado sobre as questões relacionadas à configuração de um imperialismo polonês no Brasil, encontrado no DOPS/PR, é uma *pasta temática* da pesquisa, o já mencionado “Atentado Militar da Polônia contra o Brasil”. Este conforme informa no relatório, foi encontrado em posse do comunista Clovis de Oliveira Neto, em 26 de maio de

1939<sup>1008</sup>. Em um texto transcrito contínuo, dividido apenas por uma numeração aparente para parágrafos, aponta uma série de informações que demonstrariam os objetivos coloniais poloneses, sua ameaça militar ao país e exemplos concretos de planos que vinham sendo colocados em prática ao longo dos anos 1930, referindo a dados de periódicos e denúncias sem maiores referências, dando certa organicidade *a posteriori* para diferentes temáticas que vinculavam à Polônia aos seus emigrantes e servindo como denominação central para a configuração de uma conspiração imperialista polonesa no país.

O texto inicia com a volta da independência da Polônia e depois a criação da Liga Marítima Colonial, visando dar à Polônia “terrenos convenientes para a colonização”, particularmente no Paraná. Menciona o congresso da União Mundial dos Polonos (do estrangeiro) em Varsóvia, em 1930 (seria em 1929), o seu presidente Raczkiewicz e “filial” em Curitiba, através a CZP<sup>1009</sup>. De acordo com o texto, no congresso “foi decidido, com o auxílio e cooperação desta gente, criar no Estado do Paraná uma Nova Polônia, recorrendo às forças armadas se isto for necessário”<sup>1010</sup>. E desta forma:

Para a realização deste plano, o cônsul polonês, cuja sede e lugar de ação consular era S. Paulo, em vista da natureza política, em 1931, transferiu-se para Curitiba. O cônsul polonês, Sr. Staniewicz, trabalhando durante mais de um ano em Curitiba, intensamente organiza os poloneses, entrado igualmente em entendimento com os consulados Alemão e Italiano, e em seguida regressou a Berlim, a fim de organizar a Polônia e Alemanha juntas. Seu sucessor novo cônsul Kuligowski com toda energia entregou-se à tentativa de organização dos poloneses contra o Brasil<sup>1011</sup>.

Desde o início, o autor desconhecido do texto propõe a realização de um plano com ação consular, uma certa união de governos, com o corpo diplomático alemão e italiano e a perspectiva narrativa de aproximação da Polônia para com os poloneses no país<sup>1012</sup>. A partir de então, continua a demonstrar a ação diplomática, ao apontar a chegada do novo cônsul, “Sr. Greburowski [sic]”, o qual observaria o a ação “nula” do governo brasileiro e começaria a agir

<sup>1008</sup> O referido personagem não possui fichas ou pastas na DOPS/PR. portanto, em outro contexto persecutório, o anticomunista, aparentemente sem conexão com as perspectivas polonesas, de forma mais direta. Este foi transcrito pelo escrivão “ad hoc” Luis Apolonio, em determinação verbal do Dr. A. P. Pinto Moreira delegado adjunto da delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, transcrito naquela cidade em 10 de agosto de 1939. Teria sido documento encontrado quando da revisão do inquérito sobre Carlos Marighella.

<sup>1009</sup> PARANÁ. Departamento do Arquivo Público do Paraná. PT 117. Atentado Militar da Polônia Contra o Brasil, 1939 (DOPS), p. 1.

<sup>1010</sup> Ibidem, pg. 1.

<sup>1011</sup> Ibidem, pg. 1-2. Frisa-se que denúncias dos próprios poloneses conduziram, posteriormente, ao retorno precoce do cônsul Kulikowski à Polônia e de um certo capitão Groiaxdra (possivelmente Gwiazda), que organizaria *Junak*.

<sup>1012</sup> Cienciala (2011, p. 141) menciona no final da década de 1930 de vínculos da Polônia pela diplomacia alemã para compor o pacto Anti-Comintern. Essas questões são debatidas no MRE.

como seus antecessores<sup>1013</sup>. A noção de um Brasil sem reação, apesar de estarmos em meados dos anos 1930 e do crescente autoritarismo varguista, é uma constante no texto, clamando, quiçá, por maiores atenções estatais frente aquele perigo iminente que procurava demonstrar. Menciona a chegada de Grabowski ao Paraná e seu apoio ao *Junak*, (conforme o texto, uma “organização militar”), imaginada como vinculada com o governo polonês pelo envio do capitão Gwiazda, com a CZP e “obedecendo rigorosamente às diretrizes da Polônia”<sup>1014</sup>.

Neste contexto, para além dos membros da diplomacia polonesa, o *Junak* e seus instrutores militares surgem como um corpo estranho dentro do país, uma organização militar com vínculos externos, capaz de arregimentar soldados para uma futura ação contra o Brasil. Soma-se nesse contexto, inclusive, a chegada do navio escola polonês, *Dar Pomorza* em Paranaguá, e a visita dos “futuros marinheiros” à capital paranaense ficando nas casas de membros do *Junak*<sup>1015</sup> e a um discurso do capitão do navio de que “Neste navio tendes a Nova Polônia” em referência a excursão de Curitiba para a visita da embarcação.

A busca por dar uma certa lógica, se assim podemos dizer, aos acontecimentos ao longo da década de 1930, parece ter como objetivo atingir e mobilizar os sentimentos dos possíveis leitores do relatório. De um lado, os dados, nomes de personagens e instituições tem coerência com as aproximações polonesas com relação aos seus emigrantes, de outro, casos que poderiam ser isolados, ou em parte coincidências, passam a tomar a dimensão de uma teoria conspiracionista.

Outro exemplo, é a avaliação quanto à visita de Raczkiewicz ao Paraná, quem esteve junto de “todo o elemento polonês”, afirmando “Deveis vos aproveitar do Brasil” e “saindo desta conclusão como se já fosse autoridade suprema desta gente. O Sr. Raczkiewicz chegou ao Paraná a fim de ver quanto vale o Paraná e se paga a pena de dirigir a conquista do território”<sup>1016</sup>. Outro visitante é avaliado negativamente, “o major Skarrinski [Skarzyński]”, que estaria vinculada à chegada de Raczkiewicz. Explora o que teria sido uma fala sublinhada do aviador, que afirmava aos poloneses em grande segredo, que “no momento oportuno milhares desses aviões chegarão e a conquista está mais do que certa”<sup>1017</sup>. O que pode ser observado é uma reconstrução de momentos particulares de aproximação da Polônia com os imigrantes,

<sup>1013</sup> PARANÁ. Departamento do Arquivo Público do Paraná. PT 117. Atentado Militar da Polônia Contra o Brasil, 1939 (DOPS), p. 2.

<sup>1014</sup> Ibidem. Menciona o tamanho da instituição: “3200 homens, isto é, 84 filiais com sede em Curitiba”.

<sup>1015</sup> Ibidem.

<sup>1016</sup> Ibidem.

<sup>1017</sup> Ibidem, p. 3.



dentro de uma mudança de paradigma e ótica dos poloneses no país, de agricultores desejáveis para uma ameaça militar.

O texto trata também da vinda do general Strzemiński, visto como “ex-comandante de Varsóvia”. Entre os motivos que caracterizavam sua vinda estava “o pretexto de colonização”, “preparando todas facilidades estratégicas nos sertões do Paraná”, de forma que a Polônia com “6 milhões de desempregados” “não tem outra solução senão a conquista dos territórios russos ou brasileiros para colocar neles esta gente”<sup>1018</sup>. Uma lógica colonial de expulsão de “homens supérfluos” para territórios conquistados, num expansionismo continental e ultramarino, como opção. Outra presença é de Juljusz Szymański, que não escapa a apreciação negativa: “Presidente do Congresso polonês Dr. Szymanski, ex-professor da Faculdade de Medicina em Curitiba que nestes tempos trabalhava nestes planos de conquista da Nova Polônia no Paraná que em virtude disso recebeu o cargo de deputado no Congresso da Polônia”<sup>1019</sup>. Sua missão seria influenciar outros membros do congresso, a fim de colocar em andamento os planos, recompondo amplamente os casos de aproximações que marcaram os primeiros anos da década de 1930.

O texto, assim, avalia o Segundo Congresso Mundial dos Poloneses no estrangeiro em 1934, em que teria sido tomada a “decisão para conquista de colônias”, com uma declaração lida no Congresso dos deputados, a ocorrência de desfile militar com mais de “300 aeroplanos” e reforçando a emoção do público, pois, Piłsudski prometeria uma nova colônia (assim como o pensamento de construção da Nova Polônia)<sup>1020</sup>. Contudo, reitera que os delegados dos EUA teriam respondido: “podemos falar polonês, porém, somos americanos” refutando a “vil proposta” de apoiar a conquista de uma colônia<sup>1021</sup>. Conforme o texto, “Toda a estática militar planeja que feita a conquista da América do Sul, em seguida farão o mesmo com a do Norte”<sup>1022</sup>. Ao fim do Congresso, aponta que o ministro alemão Göring teria visitado a capital polonesa tendo conferência secreta com Piłsudski por alguns dias, “aviões poloneses, alemães e italianos teriam desfilado sob Varsóvia”. E foi neste congresso que “elaboramos este grande plano de conquista”<sup>1023</sup>. O texto tem vários alertas e fixação a questão da aviação (lastreada pela visita de Skarżyński), particularmente, assim como à unificação dos países autoritários que buscavam

---

<sup>1018</sup> Ibidem.

<sup>1019</sup> Ibidem. Atribui a Szymański a menção de que a Polônia seria “bastante poderosa” e teria “possantes aeroplanos e navios” para efetivar a conquista do Brasil.

<sup>1020</sup> Delegados teriam sido levados a Cracóvia e jurado fidelidade e colaboração às decisões do Congresso sob os túmulos dos reis poloneses. A conquista do Paraná, incluindo o voluntariado dos delegados dos EUA, se fosse necessário. Ibidem.

<sup>1021</sup> Ibidem, p. 4.

<sup>1022</sup> Ibidem.

<sup>1023</sup> Ibidem.

reativar projetos coloniais e de expansão territorial, como Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler, garantindo o tom formador de medos com base em ameaças estrangeiras e de tecnologia de países imperialistas.

O autor alerta que foram instalados comitês de conspiradores no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e até Argentina e parte para explicar a consecução do atentado, no sentido literal. Com base nas suas assertivas, a partir do final de 1934 que é efetivamente planejado este atentado. Planos elaborados por “gênios militares e políticos” e o chamado a colaboração do clero católico, pois, para o texto, “possui uma poderosa influência sobre os fiéis, é um fator importante, e poderá num momento oportuno concitar as massas para a rebelião”<sup>1024</sup>. Embora as crescentes distinções entre o papel clerical e laico, no Estado Novo, ambos os grupos foram vinculados a ideais perigosos à nacionalidade brasileira. Sedo assim, questiona: “Como foi elaborado o primeiro atentado militar?”; este teria iniciado a partir da redução da imigração e a realização do Congresso Eucarístico, em janeiro de 1935, em Buenos Aires, onde compareceu “numeroso clero” em que “podia haver muitos militares da Europa”<sup>1025</sup>, ademais da plena atividade dos “Comitês Conspiradores” no Paraná. Contudo o “elemento polonês geralmente lavradores residentes aqui desde mais de meio século” eram na maioria “leais cidadãos brasileiros, por isso, algumas sociedades compostas deste elemento fizeram denúncia acompanhada de diversos documentos confirmando a conspiração propagada pelos emissários da Polônia”<sup>1026</sup>, o que acabou arquivado por Ribas.

Como exemplo, também, atesta que a população paranaense teria se indignado pelas denúncias do *Correio do Paraná*, que em “seus longos artigos desmascarou as façanhas criminosas dos emissários que em grande número enchiam Curitiba disfarçados em Inspetores ou Instrutores de escolas polonesas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”<sup>1027</sup>, certificando conhecimento dos casos de 1934. Aponta que Manoel Ribas, no entanto, não teria acreditado nas denúncias e mandado arquivar a fim talvez de evitar “consequências graves”<sup>1028</sup>. Menciona ainda a vinda de Kubina do congresso para o Brasil, a fim de preparar “o clero para o plano militar” desde *Misiones*, destacando a presença de Grabowski com ele e sua recepção em Paranaguá pela “colônia polonesa”<sup>1029</sup>. O autor do texto menciona que fez uma denúncia ao

---

<sup>1024</sup> Ibidem.

<sup>1025</sup> Ibidem.

<sup>1026</sup> Ibidem.

<sup>1027</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>1028</sup> Ibidem.

<sup>1029</sup> Ibidem, p. 5. Um membro da colônia teria proferido que lá seria o local estratégico das “nossas atividades”, quando na passagem em Paranaguá. Comentando uma reunião “secreta” em Curitiba com o cônsul.

Catete, o qual teria enviado um encouraçado ao porto de Paranaguá em novembro de 1934, e com as denúncias de sociedades polonesas, paralisaram as atividades dos conspiradores<sup>1030</sup>.

A “explosão da rebelião deveria acontecer em Janeiro de 1935, e é possível que isso fossem manobras deste gênero, para ver a perceptibilidade do Governo brasileiro e sua reação”<sup>1031</sup>. Kubina<sup>1032</sup> era o principal alvo ao que somava a vinda também do cardeal Hlond da capital argentina<sup>1033</sup>, ampliando, nesse sentido, o espectro de participação clerical e certa questão, mesmo mística deste apoio aos projetos poloneses<sup>1034</sup>. A noção de construção de um contexto de invasão, de domínio colonial, de necessidade de espaço para a população polonesa, sempre reiterada como grande e crescente para o território na Europa, e mesmo a percepção de uma superioridade imigrante caracterizariam a forma como o texto descreve o atentado. Para além do elemento conspiracionista, há um, igualmente, mítico e supersticioso na escrita do documento ao vincular Kubina a atividades religiosas que protegessem as ações polonesas de forma espiritual<sup>1035</sup>. Explora o fato de a maioria dos poloneses serem católicos e o Governo polonês utilizar o bispo Kubina para conspiração, para que este manipulando o patriotismo e a fé conscientizasse “as massas religiosas”. Após sua visita ao Brasil, aponta o surgimento dezenas de sociedades polonesas sob o nome de N.S. Milagrosa, em homenagem à santa do convento de sua cidade “onde calmamente preparava-se o elemento religioso de origem polonesa para esta conspiração”<sup>1036</sup>. Assim sendo, categoriza: “Na Polônia a religião católica é um instrumento, na mão do Governo e no caso da necessidade empregado no ataque bélico”<sup>1037</sup>.

---

<sup>1030</sup> Ibidem.

<sup>1031</sup> Ibidem.

<sup>1032</sup> Ibidem, p. 6. Para o documento, Kubina em artigos no *Lud*, afirmava para a colônia polonesa “Vós sois os precursores da Nova Polônia vindoura, e nisso vos ajudará Deus, para a salvação da Igreja”. Afirma do papel importante que Brasil viria a desempenhar na história do mundo e da Igreja e afirma não compreender como “o Estado do Rio Grande do Sul nos seus duzentos mil quilômetros quadrados possui somente 3.000.000 de habitantes e a Polônia com seus 388.000 quilômetros quadrados, tem que alimentar 33.000.000 de habitantes”. Considera ainda sua visita a Santa Catarina “diz adiante fez comparação entre os lugares habitados por alemães e portugueses (na mentalidade dele brasileiros não existem) e conclui que ficou otimamente impressionado com o progresso alemão criticando o atraso dos outros”.

<sup>1033</sup> Ibidem.

<sup>1034</sup> Ibidem, p. 5. O texto afirma que durante visitas a colônias polonesas bispo Kubina fazia discursos e missões com palavras “fervorosas” com a pregação da solidariedade dos poloneses no Brasil, afirmando “assim como nossos avós lutavam pela fé e liberdade, assim vol-o deveis fazer”. Kubina era o alvo central, quando bispo ainda foi ao Rio de Janeiro e visitou o presidente, sendo condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul pelo Ministro do Exterior, tendo deixado o prêmio em Czestochowa junto ao altar de N.S. a fim de garantir o sucesso das aspirações polonesas.

<sup>1035</sup> Ibidem, p. 6. Sobre os artigos do bispo, o autor teria ido a Roma onde teria feito relatório de sua atividade ao Papa. Sendo um dos melhores políticos e dos mais talentosos escritores, Kubina residiria em um convento em Czestochowa, com mais de 9 séculos de existência esse convento e onde há imagem de N.S. milagrosa.

<sup>1036</sup> Ibidem, p. 6-7.

<sup>1037</sup> Ibidem, p. 7. Mais tarde no texto reiteraria, “Deste grande plano militar foi decidido que a religião romana e católica devem ser apoiadas numa força física. Esta força hoje há de ser a Polônia. E como a Polônia não pode assegurar sua existência sólida nessa estrutura atual e na realização deste sonho da nova colônia no Paraná utilizaram da religião romana ou católica”. Ibidem, p. 9.

Para além da religiosidade, o apoio de outras potências e a aproximação com os emigrantes eram elemento central. Como na Polônia,

também na Alemanha e Itália estariam sendo organizadas as escolas para onde estão mandados os filhos dos cidadãos daqueles países respectivamente nascidos no Brasil, para serem instruídos na arte militar, (especialmente aviação) para futuramente servir aqueles países na conquista de sua própria pátria o Brasil. Atualmente na Polônia sabe-se mais de doze jovens brasileiros provenientes do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que sob o manto dos estudos técnicos estão sendo treinados na arte militar para os fins citados acima. Estes como conhecedores do idioma e topografia brasileira seriam fatores importantes nesta criminoso tentativa<sup>1038</sup>.

Desta forma, passou a mostrar a desconfiança que significava a ida de estudantes brasileiros de origem polonesa para a Polônia, através de treinamento, o qual poderia ser militar e depois material de infiltração. Outras múltiplas desconfianças, mobilizadoras de sensações como medo e ódio, poderiam ser englobadas. Como exemplo, o texto destaca que “que o atual presidente da Polônia prof. Moscicki é um dos maiores químicos do mundo, e inventou gases asfixiantes tão poderosos contra os quais não há defesa, sobre o que é guardado sigilo”<sup>1039</sup>.

A imagem de uma invasão sub-reptícia, da infiltração silenciosa pelo clero e a igreja católica, através dos diplomatas, políticos, estudantes, professores e imigrantes ou, mais potente, o medo da ameaça militar ou mesmo da guerra gasosa como foi a de 1914-1918, ou o uso da aviação, preenchia a imaginação do autor. Destaca que vários poloneses receberam em território brasileiro a medalha da *Polonia Restituta*, do governo polonês, como uma forma de aproximação. Outro aspecto com ares de conspiração é a afirmação da existência, no Paraná, da igreja “antiga católica”, que incitaria para o levante como dever patriótico, ao mesmo tempo que atrairia os poloneses mais indiferentes à Igreja Católica e às sociedades<sup>1040</sup>. Retoma-se a figura até mesmo do General polonês partidário da Tríplice Entente durante a independência polonesa em 1918, Haller<sup>1041</sup>, que ao voltar para a Polônia teria declarado “guerra pelas colônias”, lançando o sinal no porto de Gdynia “um valioso anel”<sup>1042</sup>. Como um país capacitado

<sup>1038</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>1039</sup> Ibidem. Ou então, afirma que um imigrante ex-sargento polonês que teria sido oferecido a divisa de Tenente em caso de levante teria afirmado: “o povo brasileiro não me deve nada, portanto nunca levantarei o braço contra ele”, mas lhe foi pedido para, igualmente, guardar sigilo sobre a oferta.

<sup>1040</sup> Apareceria um “um tal padre, com algumas novidades da história da doutrina cristã e ataca a religião católica, e estes últimos interessados, ávidos de novidades, aderem, onde se lhes diz em segredo que isto é uma nova colônia e um levante é um nosso sagrado dever patriótico”. Ibidem, p. 8. Esta Igreja e seus padres foi perseguida pelo processo nacionalizador.

<sup>1041</sup> Haller teria ido depois de 1930 para a América do Norte organizar a “conquista do Brasil”.

<sup>1042</sup> PARANÁ. Departamento do Arquivo Público do Paraná. PT 117. Atentado Militar da Polônia Contra o Brasil, 1939 (DOPS), p. 8. Mesmo uma excursão, que teria ocorrido em Paranaguá em homenagem à Nossa Senhora, reunindo 1500 pessoas, anunciava os perigos: “Depois da missa foi lido o programa sobre o mar, sendo que um dos padres proferiu um ardente discurso dizendo que o povo polonês deve lutar pelo mar e a Nova Polônia”. Como

a exercer este tipo de atividade, dado seu histórico de lutas, ou constante desenvolvimento (como a construção de portos), na criação de um sentimento quase de inveja somado ao ódio, no sentido atribuído às identidades (SILVA, 2010)<sup>1043</sup>. Estas indicações de ameaças construíam um todo ordenado marcado por militares, clero, intelectuais, conspirações, planos e ações específicas. O texto alude que

Nos jornais locais poloneses, escreveram, bradando em voz alta que a Polônia de hoje é uma grande potência e que a sua história tende para um poder colonial. Outrossim, escrevem (no sentido figurado) que por sobre o Paraná estende suas asas de Águia Branca o emblema polonês<sup>1044</sup>.

Mesmo a “importação” de filmes poloneses, denotariam a ideia de demonstrar a força da Polônia, notadamente, militar no sentido da propaganda. Ou então, que “Desde o ano de 1930 junto ao consulado polonês de Curitiba trabalharam cerca de 25 instrutores (agente comissários) que percorrendo as colônias no meio do elemento polonês preparavam a revolta militar”<sup>1045</sup>. A presença dos instrutores como mobilizadores de ameaças demonstra o quanto o texto poderia indicar também o contexto nacionalista brasileiro, mas talvez, mais que isso, como sendo uma reação contra a ingerência polonesa, se assim podemos afirmar, que poderia ter sido construído a partir de demandas internas do grupo, como nas entrelinhas parece deixar explícito diante das ações individuais de denúncias.

Conforme aponta, desde 1934, que pessoas conversavam que “que isto vai ser tomado pela Polônia”, em referência ao Paraná ou que “se a [P]olônia quisesse tomaria a metade do Brasil, mas não vale a pena porque isto são terras, montanhas e não representam valor algum, etc.”, porém, não param de reclamar “A Polônia precisa de colônias, a Polônia precisa de colônias!!!”<sup>1046</sup>. Com o fito de demonstrar as possíveis estratégias polonesas, o texto ressalta como a Polônia criou um sistema de guerra subterrâneo e de sustentação nacional durante a dominação, a partir da Igreja Católica, dada as próprias impossibilidades polonesas de garantir o “sonho de nova colônia no Paraná”, assim, com base nos exemplos dos levantes contra a Rússia em 1831 e 1863 e o sucesso dos legionários de Piłsudski na I Guerra Mundial, tornando a Polônia independente e desarmando os alemães na Silésia e Pomerânia, através das ações da

---

esta, “Outra excursão foi feita ao porto de Antonina, composta de 500 homens [...]; jogaram numerosas coroas ao mar em sinal de união com a matriz, gritando “nosso mar”.

<sup>1043</sup> Ibidem, p. 8. “Em 1914 chegou ao Paraná especial comissário, escritor Sr. Umilowski, a fim de descrever as impressões da criação desta nova colônia para futura tradição da história polonesa”.

<sup>1044</sup> Ibidem. Menciona inclusive circunscrições de filhos de poloneses pelo consulado e que o serviço “dessas organizações conspiradoras” teria desaparecido com documentos do governo brasileiro.

<sup>1045</sup> Ibidem.

<sup>1046</sup> Ibidem, p. 9.

P.O.W (*Polska Organizacja Wojskowa*<sup>1047</sup>), os quais hoje estariam todos no poder e “junto do governo polonês e transportou sua rede conspiradora para o território sul-brasileiro”<sup>1048</sup>.

A partir daí, explica a atividade militar da Polônia na América do Sul e Brasil, permeado pela noção ilusória de força polonesa e de suas utopias colonialistas, o autor constrói seu manifesto e alertas, os quais englobavam a LMiK, o *Junak*, o *Światpol*, o Conselho de Emigração e toda a estrutura aproximativa e colonizadora polonesa dos anos 1930:

A União Mundial dos Polonos na Polônia com seu presidente Snr. Raczkiewicz [...] realiza constantemente importantes conferências onde se discutem as notícias trazidas pelos comissários propositalmente emitidos ao território brasileiro. Na atividade da União Mundial em Varsóvia destaca-se o conselheiro de emigração o Snr. Miguel Pankiewicz, que durante muitos anos trabalhou em território sul-americano. Este realizou numerosas conferências nas Universidades Polonesas onde prova ao público que o Brasil um território tão vasto que nele cabe não só a população da Polônia mas de toda a Europa, acrescentando que a Polônia de hoje é um grande poder militar, e na sua história tende para uma colossal potência. Seguindo nos preparativos bélicos na conquista de colônias, já organizaram 2000 compondo-se cada uma de 300 homens, o que em resumo faz 600000 homens, todos os voluntários entre os quais intelectuais ferroviários e até empregados de bonde, tudo organizado para esta nova colônia. Esses 600000 com um exército regular e voluntários da América do Norte seriam incorporados nas colunas dos Junak logo na sua chegada ao Paraná, como prova o acrescente algumas palavras de um jornal polonês do dia 10 e 11 de julho de 1937, quando no porto de Gdynia se realizou um desfile militar sob o comando do general Krvasnewski [Kwasniewski], chefe da Liga Marítima e Colonial que disse: são estes 600000 voluntários cujo o número com a vontade de Deus aumentará que vão lutar pelas novas colônias, porém esperam a ordem do presidente polonês<sup>1049</sup>.

A construção deste exército e o suporte de diferentes instituições chegava no ambiente oficial, quando demonstra viagens de Józef Beck para diversos países europeus, preparando o “assalto” da América do Sul. Com a concordância dos países, logo começaria a atividade consular, envolvendo: Polônia, Alemanha, Japão, Bulgária, Iugoslávia, Áustria, Romênia e Grécia<sup>1050</sup>. Nota-se que aparecem tanto aqueles que englobavam o ideal de *Intermarium* piłsudskista de união da Europa Central, como somando os perigos “alemão” e “amarelo”, já conhecidos. A construção entre o real e o imaginário, o ilusório, beirando a quase fantasia, é nebulosa, pouco nítida, se entrecruza e conforma movimentos múltiplos, que vão do sofisma, para uma crença desmedida até a mobilização intencional.

<sup>1047</sup> Organização militar secreta criada por Józef Piłsudski em agosto de 1914, durante a Primeira Guerra Mundial.

<sup>1048</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. PT 117.15. Atentado Militar da Polônia contra o Brasil (DOPS), p. 9. Menciona, inclusive, como funcionaria atentados contra autoridades russas durante as ações pela independência polonesa, criando uma perspectiva de alerta constante e do que poderia acontecer no país, se se permitisse repetir as ações de um conflito subterrâneo como o aludido.

<sup>1049</sup> Ibidem, p. 9-10.

<sup>1050</sup> Ibidem, p. 10.



O texto, assim, comenta a ideia de força polonesa sua riqueza material e possibilidades de realização de uma ação colonial. A aquisição dos chamados “gêneros de países tropicais” (coco, café, algodão, etc.), de linguajar imperialista, é tomada como um dado para os políticos poloneses. Para isso, o país se militarizava, aguardando a ordem, de modo que se preparava na Europa e no Paraná, através dos “emissários” e seus relatórios: “Os emissários são geralmente a alta oficialidade militar polonesa disfarçada em cientistas, turista ou instrutores de escola poloneses nos três estados do sul do Brasil. Todos eles fazem estatísticas, econômicas políticas e morais do elemento de origem polonesa no Brasil”<sup>1051</sup>. Observa, assim, do lado da Polônia e do Paraná dois grandes comandantes: Raczkiewicz em Varsóvia, “nomeado ultimamente governador do porto de Gdynia donde livremente poderá dirigir as atividades militares” e Grabowski, embaixador polonês no Rio de Janeiro, o qual “temendo as consequências da denúncia se retirou para a Polônia”<sup>1052</sup>.

Em vista destes pressupostos elencados, o texto explica como se organizou o atentado, imaginado a sua conformação em 1936, na colônia polonesa de Cruz Machado<sup>1053</sup>, então divisa entre Paraná e Santa Catarina. Conforme aponta o relatório, ocorreria uma Exposição Agrícola naquela colônia polonesa<sup>1054</sup>, com o convite de participação de Manoel Ribas<sup>1055</sup>, recebido por integrantes do *Junak*. Na construção do discurso, era tudo pensado como intuito de fingir lealdade ao governo brasileiro, tentando convencer o interventor a realizar a exposição em Curitiba. A esse evento, se somaria outro Congresso Eucarístico, ocorrido em Belo Horizonte, em outubro daquele ano, enquanto Grabowski teria se deslocado para aquela região<sup>1056</sup>. Os

---

<sup>1051</sup> Ibidem, p. 10-11.

<sup>1052</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>1053</sup> Menciona inclusive 30 mil pessoas de origem polonesa na colônia, o que nos parece um exagero. O recenseamento de 1939 (SMOLANA, 1980) indicava cerca de 7 mil poloneses no município de União da Vitória, para o qual Cruz Machado pertencia.

<sup>1054</sup> Diário da Tarde, 25 de março de 1936, como aponta o periódico, uma “Exposição agro-industrial-pecuário em Cruz Machado”, promovido pela União Regional das Sociedades Agrícolas de Cruz Machado, em razão do 25º aniversário de fundação da “progressista colônia”. Teve apoio e inauguração pelo governador do Estado, que prometeu o desenvolvimento agrícola da região, ocorrida entre 1 e 8 de maio daquele ano com a presença de diversas figuras conhecidas ligadas ao contexto, como o general Strzemiński, mas também várias autoridades brasileiras, além de Ribas, como Othon Mäder. Cf.: WIELOCH, Stanisław. **Kolonia Cruz Machado w Paranie**, Warszawa: Towarzystwo Pomocy Polonii Zagaranicznej, 1939.

<sup>1055</sup> Mazurek aponta texto escrito por Wójcik que demonstra a passagem do Interventor pela colônia Cruz Machado e os acontecimentos da abertura da exposição, destacando as boas relações com os poloneses na região e o governo local (2016, p. 371).

<sup>1056</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. PT 117.15. Atentado Militar da Polônia contra o Brasil (DOPS), p. 12. “Do mesmo tempo o protetor da Polônia Norte Americano, advogado Dr. Swietlik que dispõe de somas colossais recebidas da Polônia convocou um congresso daquela colônia elegendo 15 homens entre eles que são agentes revolucionários, a fim de organizarem homens emitindo-os ao congresso eucarístico disfarçados em romeiros. No Estado do Paraná foi marcado o congresso das filiais da Junak na colônia Afonso Pena para o dia 06 de outubro de 1936”.

poloneses teriam sido conclamados a participar daquele congresso pelos jornais polono-brasileiros de Curitiba.

Questiona-se então: “Como trabalha a organização secreta militar para ver se não há denúncia?”. Menciona um agente em Petrópolis observando movimento governamentais (fala em “autoridade suprema”, talvez referindo-se ao próprio Vargas) ou possíveis denunciadores poloneses<sup>1057</sup>. A noção de clandestinidade, de espionagem e conspiração se agudizava, com uma organização militar distribuindo seus agentes: “um fica ao lado do palácio do governo, um ao lado da aviação, um perto do quartel de artilharia, um perto do quartel de infantaria, um perto da estação ferroviária”, além disso, “Um observa a chefia de polícia. Igualmente cada rua é vigiada por um agente, se eles desconfiam de algum “patrício traidor” que poderia denunciá-los, vigiam-no também de maneira que este está impossibilitado de os prejudicar”<sup>1058</sup>. Todos estes fariam reuniões e relatórios constantes.

Para a consumação das ações, parte das pessoas, incluindo alemães e italianos, se dirigiam ao congresso e outra parte à exposição. De outro lado, explica “Como se desenvolviam as atividades na Polônia?”. Lá, seriam ações do bispo Kubina, quem “frequentemente recebia desfiles militares, organizou diversas sociedades eclesiásticas, juventudes escolares e acadêmicas”; já Raczkiewicz, aos quais se somavam os milhares de voluntários previamente denunciados, de maneira que “Este comando militar trabalha no íntimo e secreto entendimento com os alemães”<sup>1059</sup>. O acionamento de um “medo antigo”, como o “perigo alemão” poderia ilustrar as ideias propostas e aumentar sua potencialidade nociva. Menciona ainda o General Orlicz-Dreszer, “principal tutor da Polônia e quem foi confiado durante este assalto colonial o comando geral da aviação”, mas já falecido durante a escrita do texto, fato que mencionam estar relacionado a teste de aeronaves<sup>1060</sup>, posto que sofreu um acidente aéreo.

Conforme o relatório apontava, no mesmo período, o governo polonês liberou verba de 800 milhões de zlotys (2 milhões e quatrocentos mil contos), para realização do plano de conquista:

Imediatamente realizaram uma sessão secreta no palácio do presidente polono, composta dos ministros e que foi um conselho bélico onde decidiram uma guerra pelas colônias até a morte. E como vemos tudo já estava pronto e o dia 6 de outubro de 1936 devia ser o dia histórico que alteraria o mapa-mundi<sup>1061</sup>.

---

<sup>1057</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>1058</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>1059</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>1060</sup> Ibidem.

<sup>1061</sup> Ibidem.

Quatro meses antes, um emissário e dois padres poloneses teriam retornado à Polônia levando notícias da situação brasileira, “devendo voltar já com as tropas de assalto”<sup>1062</sup>. O autor, seguindo desde muitos anos esse movimento “conspirador”, quando notou o aumento da gravidade da situação, teria agido, quase como o salvador do país, garantido sua lealdade e controle sobre a situação: “sem perder tempo imediatamente segui ao Rio de Janeiro e comuniquei ao Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, indigitando igualmente o emissário que permanecia em Petrópolis”. Depois de delatar “o emissário sumiu de Petrópolis, seguindo a Curitiba e depois a Marechal Mallet (Paraná). Imediatamente sumiram os artigos do bispo Dr. Kubina tão frequentes no jornal polonês (em Curitiba) “LUD”<sup>1063</sup>. Teriam ainda suprimido a exposição agrícola e congressos do *Junak* na colônia Afonso Pena. Nenhum dos poloneses, alemães e italianos foi ao congresso eucarístico. Assim, “Dentro da colônia polonesa surgiu uma confusão: O cônsul polonês e o capitão Gwiazda, os dois mais ativos conspiradores do nosso território imediatamente rumaram à Polônia”<sup>1064</sup>.

Nesse ínterim, podemos identificar o autor como um colaborador do governo brasileiro ao mesmo tempo que conhecedor dos meandros da realidade da colônia polonesa e da própria Polônia, demonstrando como teria evitado o acontecimento. Para ele, “Após o regresso destes dois agitadores parecia que a conspiração terminara para sempre”, mas notou que “eles deslocaram logo sua atividade para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Convocaram em junho de 1937 um congresso das Sociedades Polonesas, em Mafra, Santa Catarina, ao Snr. Cholomowski, agente consular de São Paulo, um dos mais ativos é nomeado cônsul polonês em Porto Alegre”<sup>1065</sup>. Sua conclusão desemboca para os alemães, então parceiros dos poloneses na empreitada: “Se o governo paranaense ficar alerta, eles desenvolverão suas atividades em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde o elemento polonês e principalmente alemão é numeroso”<sup>1066</sup>.

Quanto ao papel da Igreja, reafirma que no mínimo 90% dos 129 padres da Polônia nos estados sulinos seriam “cúmplices desta conspiração”. Mas demonstra um sentimento de resistência frente aos ideias poloneses entre os colonos, com baixo comparecimento a reuniões de instrutores e que estes reclamavam a falta de “sentimentos patrióticos” dos imigrantes e descendentes<sup>1067</sup>.

---

<sup>1062</sup> Ibidem.

<sup>1063</sup> Ibidem.

<sup>1064</sup> Ibidem.

<sup>1065</sup> Ibidem. Foi adido da legação polonesa no Rio de Janeiro, antes de ser cônsul em Porto Alegre.

<sup>1066</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>1067</sup> Ibidem.

A partir daí, o texto promove meios de combate à conspiração, destacando a lealdade dos imigrantes, pois “Os poloneses como alemães e italianos<sup>1068</sup>, não vieram ao Brasil, que os acolheu com tanta hospitalidade, proporcionando-lhes melhores condições de vida, para hostilizá-lo”. Considera pessoas humildes, “sentindo-se porém felizes e satisfeitos ao chegarem a esta grande terra brasileira, que lhe ofereceu tanta liberdade” e que “Após alguns anos de seu labor pacífico e frutífero, sentem-se muito felizes, mas logo caem nas [malhas][?] d’um esperto emissário de sua velha pátria”<sup>1069</sup>. O emissário

logo que chega organiza sociedades e começa a agir, dizendo que não devem esquecer da sua pátria, da língua, de seus antepassados. (Vossa pátria – diz ele- está superpovoadas; precisa de novas terras, enquanto o Brasil possui tanta terra inexplorada). Bastaria só mandar nosso exército e ocupar. Mas seria isso possível, perguntam alguns? Claro que sim! diz o emissário. Temos tantos aviões, navios, gases, e afirma que os gases poloneses são os mais terríveis. E como seria bonito tudo regido em nosso idioma, e depois de contar-lhes algumas anedotas anti-brasileiras pergunta-lhes: “O senhor adere ou não?” E este involuntariamente concorda. Se há maior número destes fanáticos os outros, que procuram opor-se, hão de ceder<sup>1070</sup>.

Para por fim às atividades de propagandas antibrasileiras, seria preciso registrar “todos os membros de diretoria das sociedades polonesas, alemãs e italianas, nas respectivas delegacias de polícia, sob ameaça que serão deportados todos os infratores deste dispositivo governamental”. Tal controle paralisaria as ações dos “conspiradores e emissários”<sup>1071</sup>. Os governos do Brasil, Uruguai e Argentina deveriam iniciar método de luta contra essas “conspirações subterrâneas”, pois sem essa “vanguarda” a Europa nada poderá fazer. “Sabe-se que esta tem a sua disposição mais de [3] milhões no exército, modernamente equipados”. Assim, “organizações hoje tão inocentes podem somar os pontos estratégicos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”<sup>1072</sup>. Com o fim das ações no Paraná, o autor demonstra como os poloneses avançavam para outras regiões da América do Sul, como os Andes, em 1937

<sup>1068</sup> Sobre os italianos menciona “Quanto ao elemento italiano é digno de nota uma enérgica propaganda e apesar dos italianos não serem muito dados a estas coisas são numerosos e por isso representam um sério perigo”. Ibidem.

<sup>1069</sup> Ibidem.

<sup>1070</sup> Ibidem, p. 14-15.

<sup>1071</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>1072</sup> Ibidem.

(provavelmente remetendo aos casos do Peru<sup>1073</sup> e Bolívia)<sup>1074</sup>, como possibilidade de conquista, além de concessões polonesas no Paraguai, como base de um “ponto estratégico muito importante”<sup>1075</sup>.

Depois de avaliar estas questões, o autor particulariza a crítica, pensando a diferença, conforme aponta o relatório, entre os comitês conspiradores e o desenvolvimento de suas atividades: “Os italianos e os alemães trabalham em grande sigilo enquanto os polacos atuam com maior ostentação para disfarçá-lo em grande amizade e cooperação com o povo brasileiro”, reiterando elementos fraternais entre os países, mas uma ancestral depreciação do polonês frente outros grupos. Para o autor seria uma “hipocrisia!!! Para despistar as autoridades locais, antes de iniciar suas atividades elaboram os meios de disfarce”<sup>1076</sup>.

Este disfarce poderia ser observado na construção do estádio do *Junak*, como aponta o texto, como espaço para o manejo de armas pela “mocidade”, destacando o “Tiro” e manuais disponibilizados pelo jornal polonês *Gazeta Polska*. Outro exemplo seria a fundação de postos da Cruz Vermelha no interior do estado em 1934 com recursos do cônsul polonês Kulikowski. Ou ainda “quando aparece aqui um emissário da Polônia o consulado procura apresentar as autoridades como grande cientista ou coisa que o valha” de modo que “tanto que se alguém quisesse aproximar-se dele, enfim de desmascará-lo não se atreve a fazê-lo, pois não deseja ser posto numa situação complicada, a fim de não cair nas malhas desses terríveis conspiradores”<sup>1077</sup>.

Insatisfeito com estas múltiplas conclusões, o autor ainda relata a chegada de um navio polonês no Rio de Janeiro, visitado por autoridades e por poloneses, incitados por jornais como

---

<sup>1073</sup> Menciona o texto que “procedendo o atentado preparado para o dia 6 de outubro de 1936 um jornal polonês no Brasil transcreveu um artigo d’um jornal dos médicos e dentistas Norte-americanos e que seguira abaixo: No começo de 1930 a Polônia dirigia esta política por sua própria conta e risco (independente de outras potências) em virtude desta política mandaram mais de cem famílias ao Peru como prova de colonização naquele território. Toda esta colonização foi dirigida pelo Sr. Lepecki, ex-ajudante de gabinete do Marechal Pilsudski, e ultimamente vice-cônsul em Curitiba. Toda esta expedição custou à Polônia acima de 2 milhões de zlotys (seis mil contos). O alvo dessa expedição era introduzir quantidade de sua gente e depois num dado momento, com uma revolução, apoderar-se daquele território”. Talvez tenha confundido Bohdan Lepecki, efetivamente vice-cônsul em Curitiba, com Mieczysław Lepecki, a princípio, que seria seu irmão, quem de fato atuou na colonização no Peru.

<sup>1074</sup> Em agosto de 1937 teria retornado à Polônia o ministro Grabowski, no mesmo ano, chegou uma expedição polonesa aos Andes, que seria uma alternativa de conquista, caso fracassasse a conquista no leste, avançariam ao oeste sul-americano. “E como para eles a situação nos últimos tempos pareceu muito confusa o governo polonês tentou obter concessões do governo paraguaio, a fim de com esta obter plena autonomia nos terrenos colonizados com seu próprio policiamento. Isto foi no segundo meado do corrente ano”. Estas terras seriam ponto estratégico para expansão polonesa pelas terras sul-americanas. Ibidem, p. 15-16.

<sup>1075</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>1076</sup> Ibidem.

<sup>1077</sup> Ibidem.

forma de examinar o “sentimento patriótico” daqueles aqui residentes. O mesmo ocorrera em Santos e em São Paulo, com “discurso patriótico” de Grabowski<sup>1078</sup>.

A figura de Piłsudski não deixa de ser avaliada, afirmando ser em 1905 durante a revolução, um “conspirador terrorista”. Ele possuiria um exército secreto, no sentido daquela conspiração subterrânea mencionada, que realizava atentados no território polonês sob domínio russo e que pelos seus atentados ganharia o carinho do povo polonês e apoiado por este conseguiria estabelecer a independência da Polônia<sup>1079</sup>. A continuidade de sua “guerra subterrânea” seria no Brasil, mas foi impedida pela sua morte apesar dos planos estarem forjados para a continuação. Assim, prevenia o governo brasileiro, diante da necessidade polonesa da resolução do problema populacional polonês por meio das armas<sup>1080</sup>.

Seus postos avançados consulados, embaixadas, etc.,. Quando o governo brasileiro souber ou suspeitar, sendo a sua gente secreta eles logo voltam a vida muito natural, desequilibrada para despistar suas atividades. E como estes atentados foram paralisados devido as minhas delações feitas no Rio, estes hoje abriram secretamente um inquérito a fim de apurar quem foi o delator. Durante mais de 7 anos examinei todas as intenções deles, escutando as palestras de diversos comissários, chegando a conclusão de que o momento exigia urgência, e eu imediatamente segui para o Rio e fiz a delação no catete. Para tudo isto possuo diversos documentos como apresentarei diversas pessoas que fornecerão necessários para livrar o país deste complô conspirador<sup>1081</sup>.

O autor do texto, colocado na primeira pessoa, como delator, poderia estar embebido na rivalidade entre os poloneses no Brasil e a tutela através dos instrutores, a qual construiu uma série de disputas no país, tanto nas sociedades e instituições, como outras com este perfil, envolvendo o governo brasileiro. Assim, ao reafirmar a lealdade dos poloneses já residentes, busca separar dos “emissários” e demais conspiradores no seu argumento e destaca seu papel preponderante de ação. Sucinta, assim que

vemos que o elemento polonês e alemão na maioria involuntariamente caíram nas garras de uma liga de agentes emissários dessa organização militar, queiram ou não são forçados a submeter-se à influência desta. Segundo este plano estão militarizados polacos, alemães e italianos com o clero romano católico. Toda esta conspiração está espreitando uma importante revolução no Brasil, para nesse momento poder atacar e, aproveitando-se da situação, sob o pretexto de defender os seus súditos, aproximar-se da costa brasileira. Os jornais polacos no Paraná dedicam extensos artigos à propaganda do esporte de planadores que os polacos pretendem desenvolver nos campos paranaenses com seus esportistas do Junak. Já em Julho de 1937 deram uma ordem aos seus peritos para acharem lugares próprios para este esporte...igualmente publicaram que o ministério da guerra brasileiro já deu seu placet para eles

---

<sup>1078</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>1079</sup> Ibidem.

<sup>1080</sup> Ibidem.

<sup>1081</sup> Ibidem.



desenvolverem este esporte. Em virtude disto mandaram à Polônia alguns moços brasileiros, filho de pais polacos, a fim de serem instruídos nesse esporte, sendo que um certo número destes já voltou como futuros instrutores da aviação polaca no Paraná<sup>1082</sup>.

Tais fatores se juntavam a acontecimentos cotidianos, como exibição de filmes, comemorações de dias festivos (como o “dia do polaco no estrangeiro”<sup>1083</sup>), presença da Igreja católica, intercâmbio de estudantes, entre outros. Por mais que tais atividades pudessem estar envolvidas em intenções de manutenção da identidade étnica polonesa no Brasil ou promoção de uma identidade nacional polonesa entre imigrantes e descendentes, o ideal de um perigo militar, um atentado, é uma construção buscando dar coerência aos eventos e acontecimentos que podem ter se desenrolado independentemente, envolvendo os poloneses no Brasil, mas também da América Latina, militares, diplomatas, clero e diversas situações particulares.

Soma-se a isso, que a sua restrição, expõe que possíveis empreendimentos de lealdade ao país de imigração, o Brasil, eram perseguidos dentro da comunidade polonesa, o que se parece muito com os discursos do *Correio do Paraná* de 1934 e depois, da Campanha Nacionalizadora de 1938 (a qual articula sua ação nas sociedades mencionadas), com uma imaginada força dos poloneses tanto para a conquista como para articular conspirações e um jogo de interesses<sup>1084</sup>. O autor, ao mesmo tempo delator e atuante na denúncia que explana, busca trazer uma sequência de situações factuais envolvendo personagens, sociedades polonesas, colônias, indivíduos e outros elementos para dar baliza ao seu argumento. Sobre o seu trabalho, contudo, faz um apanhado indicando perseguição e o tamanho da ameaça. Pois, para ele, os “opponentes” seriam aterrorizados, optando por propagandear contra os instrutores, mas, foi avisado que muitos mais viriam e

em parte serão “polícias secretas” e deportarão todo aquele que não tiver de acordo com os planos do governo polonês. Desde aquele tempo sempre fui vigiado por estes agentes. Estive residindo em frente do Palácio do Governador Snr. Flôres da Cunha e não pude fazer denúncia. Em seguida como se aproximava o dia do atentado e eu não pude fazer nada tomei o trem para o Paraná. Deixei minha esposa em Balsa Nova e rumei para o Rio de Janeiro onde fiz a denúncia ao Sr. General do Palácio do Catete. As organizações existentes em Curitiba são as seguintes: União Central dos Polonos no Brasil, que se subdivide em: Sociedade Esportiva Junak, Sociedade dos Agricultores Poloneses. Todas estas sociedades tem por seu objetivo organizar todos os polacos e brasileiros desta origem, residente no território, não somente brasileiro como também sul-americano. Em resumo, vemos do precedente que nos territórios

<sup>1082</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>1083</sup> Ibidem.

<sup>1084</sup> Ibidem, p. 19. Menciona que “certo polaco que chegou ao Paraná, e passando um ano, fez uma delação na polícia por escrito que o governo polonês prepara e dirige uma conspiração no Brasil. Os polacos porém conseguiram tirar esta denúncia da polícia publicando nos seus jornais uma repreensão ao traidor e delator, comentando o procedimento dele”.

brasileiros existe grandes organizações que agem no íntimo entendimento com a Polônia. Esta é o principal aparelho da conspiração. Ela faz pressão nas sociedades aqui no Brasil para organizar todos os polacos aqui no Brasil, a fim de auxiliarem sua pátria a resolver o seu problema de expansão. Como ultimamente houve denúncia porque entre eles criou uma situação confusa, eles vendo que o Governo brasileiro não reagiu, iniciaram de novo os seus planos<sup>1085</sup>.

Os projetos se arquitetavam entorno de ações práticas de encontros do *Junak*, CZP, exposições agrícolas, as quais planejavam a presença de autoridades brasileiras, mas sobretudo, organizar os poloneses<sup>1086</sup>. O Brasil deveria estar alerta, diante destas exposições, à consecução da guerra subterrânea: “Preparando esta conspiração desde 1930, possuem eles muita munição em longínquos esconderijos por todo o Paraná e outros Estados”. Em especial a atuação de Lepecki (provavelmente Mieczysław), que procuraria terras para colonização e tendo vínculos em Curitiba<sup>1087</sup>. Com base neste exemplo, aponta que os intelectuais promotores destas ideias entendiam a Polônia como um país colonizado, dada a presença judia no capital e indústria<sup>1088</sup>, portanto, de fato “procura conquistar algumas colônias. Pelo precedente temos como eles na sua idiotice imaginação pretendem dominar o mundo procurando destruir grandes e civilizados povos do mundo”<sup>1089</sup>.

Conclui com uma previsão dramática da ameaça de invasão das três nações europeias, Alemanha, Itália e Polônia<sup>1090</sup>, dada a presença de soldados destes países na América do Norte e que suas intenções se estendiam para lá também. Assim, sob a égide de seus colonos espalhados pelo mundo, culminam com a visão conformadora de uma ameaça realizada no discurso, dos mitos invasão clandestina e de dominação mundial, os ideais de fantasia de potência, sonhos ou utopias imperialistas da Polônia através de seus intelectuais nacionalistas, as representações de imperialismo, que assombram a intelectualidade brasileira nos anos 1930,

<sup>1085</sup> Ibidem, p. 20-21.

<sup>1086</sup> Ibidem. Já em junho de 1937, convocaram em Curitiba um congresso das seguintes sociedades: Sociedade Junak, Sociedade dos Agricultores e União dos Polonos no Brasil. Antes deste congresso os jornais disseram o seguinte: “as autoridades polonesas esperam que declareis a vossa vontade”. Queriam também mandar uma excursão composta dos membros da Junak à Polônia. A excursão à América do Norte realizadas por eles seguiu para a Polônia. Na cidade de Marechal Mallet, no Paraná, devia ser realizada grande exposição agrícola que seria visitada por todos poloneses da América do Sul. Os excursionistas do Junak e os dos Estados Unidos voltariam ao Brasil já com força armada. E como o Snr. Manoel Ribas, Governador do Paraná, aceitou o convite de comparecer a este congresso, onde também mais tarde compareceu, na qualidade de hóspede o Snr. Chefe de Polícia Paranaense. A presença desse criou uma verdadeira confusão; o congresso realizou-se em ordem. Foi logo revogada a excursão dos Junak à Polônia, revogada a exposição agrícola em Marechal Mallet e toda a ação deles começou a entrar no estado de paralisia. Atualmente eles vivem a examinar detalhadamente a situação política brasileira.

<sup>1087</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>1088</sup> Ibidem, p. 21- 22. Conforme aponta, a indústria “na proporção de 98%, acha-se nas mãos dos judeus ou outros capitalistas estrangeiros. Todos os prédios da cidade absolutamente estão nas mãos dos judeus”. Ademais do problema populacional e de distribuição, com 80% do capital pertencendo a cerca de 4 milhões aos judeus.

<sup>1089</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>1090</sup> Puchalski (2018) analisa a relação da perspectiva colonial polonesa e os vínculos com a Alemanha e Itália.

frente os perigos alemão e, inclusive, italiano, assomados aos elementos nazistas e fascistas, numa aproximação destes grupos com seus emigrantes e a construção de noções imperialistas desintegracionistas no pós-Primeira Guerra Mundial, diante de um Brasil que buscava criar sua nacionalidade negando o grande potencial estrangeiro e as etnicidades imigrantes dissonantes.

## 5.2. O “PRURIDO EXPANSIONISTA DA POLÔNIA” E A DIPLOMACIA BRASILEIRA (1936-1938)

“O imaginário social é [...] uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais” (BACZKO, 1985. p. 310), nesse sentido, é elemento que ajuda na conformação de mitos políticos, como aqueles identificados por Girardet (1987). No meio diplomático, a difusão dos imaginários e mitos ficam mais restritas ao diálogo interno do governo de confidencialidade ou reserva, ao contrário do que acontece com os jornais. Ainda assim, os imaginários importam nas mitologias como narrativas explicativas, baseadas na factualidade histórica, em fundamentos objetivos, ainda que constituídos através de um “movimento de transgressão” para uma leitura imaginária, isto é, a passagem da veracidade do fato para a sua interpretação mítica, que gera uma separação entre as narrativas (GIRARDET, 1987). Estas são apropriadas e nominadoras contra inimigos sociais, a partir de imagens desabonadoras e negativas, as quais mobilizam em diferentes sentidos (GIRARDET, 1987). As mitologias conspiratórias, os imaginários ilusórios de ameaças a serem combatidas são adotadas, nesse contexto, para a ação e mobilização política, conformando o “outro” como imagem a ser defrontada de uma ameaça iminente, a qual provoca o medo coletivo ou permite responder a ele. Uma imagem antípoda daquilo que se imagina sobre “si” próprio, dos construtores dos mitos de conspiração (GIRARDET, 1987).

Antes da instauração do Estado Novo, especialmente entre 1936 e 1937, Carneiro (2010) e Malikoski (2019) analisam os dados da legação brasileira em Varsóvia e outros postos diplomáticos do Brasil na Europa, identificando aspectos ligados ao imperialismo polonês constituído. Estes dedicaram diferentes atenções para tratar da temática de uma possível expansão polonesa e conquista de colônias, bem como o seu esforço por conseguir tais objetivos no espaço de discussão internacional. Este debate permite pensar a configuração de mitos e teorias de conspiração que constroem o imperialismo da Polônia na medida em que o identificam na documentação oficial e o nominam para um possível impedimento ou reação. Fatores os quais conjuntam elementos para o recrudescimento autoritário varguista.

Ao investigar de maneira sistemática a documentação do MRE, percebemos possibilidades de ampliar esse debate, partindo dos pressupostos elencados por aqueles autores, mas apontando especificidades temáticas. Mais que uma simples amostragem das intenções efetivas e sonhadas da Polônia, a documentação permite analisar o contexto conformador particular do ideal da brasilidade discursivo e narrativo, quiçá, representacional, e como esta, oposta aos imigrantes, no bojo de um reforço dos nacionalismos. Isto significa que a documentação diz também sobre como o Brasil, através de seu ambiente oficial e diplomático, partido de perspectivas adjetivas de um ambiente anti-imigrante, constrói o “imperialismo polonês” como uma realidade tangível e aplicável, definindo ele na realidade, lastreada por projetos que de fato existiam, mas estavam longe de desembocarem pragmaticamente. Permite, assim, demonstrar como evolui discurso e desenvolve o conceito, especial, a partir de 1935, mas que vinha sendo moldado desde os anos 1920.

A partir de 1934, portanto, a construção do mito do “imperialismo polonês” como definição plausível e iminente narrativo, sai das páginas dos periódicos para ocupar a esfera oficial. Um processo de politização das questões que envolviam as relações dos poloneses com as colonizadoras e a pátria de origem, assim como, dos vínculos institucionais com seus descendentes e promoção étnica expansiva na sociedade paranaense. É possível observar a constituição de representações sobre a forma e ações deste, a partir de configurações de teorias e mitos de conspiração, bem como a consecução dos processos de rotulação das ações polonesas.

Na mesma conjuntura, no entanto, a expressão dos vínculos com os poloneses sói em ser ambivalente. Por exemplo, várias autoridades polonesas são agraciadas com a condecoração brasileira da Ordem do Cruzeiro do Sul, em outubro de 1934, dentre eles os conhecidos protagonistas das cominações coloniais desenvolvidas: o marechal Józef Piłsudski, ministro da Guerra; Józef Beck, ministro das Relações Exteriores; Władysław Raczkiewicz, presidente do Senado; Tadeusz Grabowski; o cônsul Roman Staniewicz; o bispo Kubina; Apolonjusz Zarychta; o aviador Stanisław Skarżyński; Edward Chołoniewski, adido da Legação no Rio de Janeiro (futuro agente consular em Porto Alegre), entre vários outros<sup>1091</sup>.

No ano seguinte, em 1935, falece o líder polonês Piłsudski. O legado brasileiro Barros Pimentel, em seu ofício<sup>1092</sup>, num longo texto, lamentou a sua partida, que considerou o “o propulsor do país à categoria de primeira potência”. Pimentel atribui ao gênio do marechal, a

<sup>1091</sup> Diário Oficial da União, 26 de outubro de 1934, p. 3.

<sup>1092</sup> Ofício Legação Brasileira em Varsóvia, ministro Barros Pimentel para Mário de Pimentel Brandão MRE, 28 de maio de 1935.

constituição polonesa de 1935, a qual seria base para a brasileira de 1937, “a Polaca”, embora criticada na época pelo embaixador como autoritária<sup>1093</sup>, mesmo com essa apreciação, a admiração de Piłsudski no Brasil era um dado importante (MALCZEWSKI, 2017). Ainda assim, o legado aproveita para elogiar também Raczkiewicz e Skarżyński como “eminentes personalidades” que partiam da Polônia para o Brasil, adjetivando positivamente as relações entre os países e a presença dos poloneses como parte dessa relação<sup>1094</sup>.

Nesse contexto político, a demanda polonesa por colônias ganhou intensidade (HUNCZAK, 1967, p. 650-651, ZAHRA, 2017, p. 183-184), sobretudo a partir de 1935. Naquele momento, Mussolini invadia a Etiópia (Abissínia), enquanto a Alemanha questionava o retorno de suas colônias (HUNCZAK, 1967, p. 650), dando baliza para demandas semelhantes pela Polônia. O ministro do MSZ, Józef Beck (entre 1932-1939), continuador da política externa de Piłsudski (CIENCIALA, 2011), inclusive fazia demandas na Liga das Nações por matérias primas (HUNCZAK, 1967, p. 651, ZAHRA, 2017, p. 184, PUCHALSKI, 2017, p. 18), como, por exemplo, a ideia de uma subdivisão da África sob a política de mandatos (ZAHRA, 2017, p. 184), se conformando as aspirações coloniais num fator da política externa polonesa (PUCHALSKI, 2018, p. 98). Enquanto isso, o MSZ, para a América Latina, estimulava a política de compra de terras e “emigração dirigida”, conformada desde o início da década, balizada nas ações ampliadas da LMiK, que ganhava proeminência interna mobilizando a opinião dos poloneses. Segundo Huczak (1967, p. 651), apesar do apelo às necessidades econômicas nas declarações oficiais, o “que a Polônia queria era poder”. Na América Latina a política expansionista não era oficial, “pero se la formulaba en términos claros en documentos internos del Ministerio de Asuntos Exteriores” como exemplifica Nalewajko (2014, p. 141).

O avanço autoritário varguista no período pós-1935 poderia embasar sua política intervencionista também nestes elementos novos das relações exteriores, explorando igualmente a presença japonesa, italiana, alemã e de outros grupos estrangeiros articulada ao crescente poder, nacionalismo e autoritarismo de seus países de origem, orientados de alguma maneira para sua expansão em diferentes sentidos como nações colonizadoras e interessadas nos seus emigrantes desde o início do século. Soma-se a isso, a repressão ao comunismo e aos estrangeiros considerados ou avaliados como “indesejáveis”, particularmente no MRE, mas

<sup>1093</sup> A constituição autoritária havia sido redigida visando o marechal, que acabou falecendo antes de assumir as novas prerrogativas, passando então o poder para Ignacy Mościcki. A “carta” teria servido, assim, de inspiração para Francisco de Campos, nomeado ministro da justiça pelo presidente Vargas (MALCZEWSKI, 2017, p. 40-41).

<sup>1094</sup> Ofício Legação Brasileira em Varsóvia, ministro Barros Pimentel para Mário de Pimentel Brandão MRE, 28 de maio de 1935.

também em outros órgãos públicos e da administração através de publicações, relatórios, debates ministeriais, etc. Para Zen, “era o instrumento ideológico necessário para que as forças repressivas suspeitassem e amedrontassem a sociedade, legitimando ações violentas e arbitrárias do Estado” (2010, p. 114), que os protegeria dos “perigos”. A “Intentona Comunista” em 1935<sup>1095</sup> (e posteriormente o “Plano Cohen”<sup>1096</sup>), estimularam discursos nacionalistas, xenófobos, anticomunistas e antisemitas, instituindo uma imagem de brasilidade oposta a daquela conspiração (ZEN, p. 114). Aquele movimento ajudou na instauração da ideia de um “perigo vermelho”, a qual legitimou ações governistas que culminariam no Estado Novo, utilizando do “medo” disseminado na opinião pública para o externar<sup>1097</sup>.

O momento de crise (criado ou desenvolvido) como este, de ameaças políticas, o qual é especialmente utilizado para a conformação dos mitos (GIRARDET, 1987), permitiu assim, a construção de imagens negativas ou de desagregação frente potenciais inimigos do país ou seu processo nacional. Com isso, recrudesce o regime com objetivos, defronte as perspectivas ideológicas e políticas, de atingir determinados setores sociais e, sobretudo, os seus opositores políticos (de fato ou constituídos enquanto tais). Neste contexto, medidas crescentemente autoritárias e nacionalistas foram adotadas, sobretudo, a partir da Lei de Segurança Nacional, em 1935, em que a censura, proibição de greves, expulsão de estrangeiros, expurgos, permitiam a consolidação de Vargas no poder (LEVINE, 1980, p. 184-185).

Nesse mesmo contexto, temos a ampliação das ações polonesas, através do estabelecimento de acordos de emigração após 1936, diante de melhores condições econômicas no mundo (MAZUREK, 2016, p. 171). Como exemplo, as visitas de Grabowski a Goiás e Minas Gerais, tratando de questões de imigração naquela região<sup>1098</sup>, a despeito de que já não fosse mais a intenção do governo polonês enviar imigrantes para onde não houvesse previamente sua população instalada<sup>1099</sup>, dada as experiências negativas anteriores no Espírito Santo (e Peru), as quais não tinham tido o sucesso esperado. Tais fatores estimulavam um afastamento em

<sup>1095</sup> Levante militar ocorrido no final de novembro de 1935, promovido pela Aliança Nacional Libertadora, comandada pelos comunistas, fortemente reprimido (CPDOC). <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>.

<sup>1096</sup> Documento forjado “exageradamente caricatural e fantasioso” (WIAZOVSKI, 2008, p. 167) assinado por um “Cohen” (sobrenome judeu), e divulgado pelos jornais em 1937 como um plano de ação comunista vinculado ao *Komintern*, com caráter violento e com referências à Intentona de 1935, que tinha como objetivo a instauração de um Estado de Guerra (WIAZOVSKI, 2008, p. 163-167).

<sup>1097</sup> <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>.

<sup>1098</sup> Diário da Tarde, 16 de março de 1936.

<sup>1099</sup> Ibidem. Segundo Chorośnicki “O governo polonês que fornece aos Estados da América do Sul o melhor, mais forte e o mais laborioso material humano, não pode permitir que este material se disperse, se perca, por falta de tutela, por causa das dificuldades de comunicação, pela impossibilidade de vender seus produtos e por causa do clima insalubre”.



razão, particularmente, da questão climática, que não permitia a adaptação dos colonos. Para Potopowicz<sup>1100</sup>, a população polonesa no Brasil já tinha uma posição secundária, naquilo que se referia aos aspectos políticos, econômicos e culturais, embora fossem apreciados e reconhecidos como colonos e trabalhadores rurais. Para o autor, no entanto, faltava avançar naqueles sentidos, como outros grupos estavam realizando, tendo o exemplo alemão como mais acabado. Explorava a necessidade maior da presença da intelectualidade, envolvimento na indústria e comércio, ademais de certa ambição e influência política<sup>1101</sup>. Dessa maneira, havia interesse de que o grupo polonês se desenvolvesse como força, ademais do papel preponderante da sua vinculação com a Polônia.

Carneiro (2010) investiga, a partir de parte da documentação do MRE, como a Polônia desponta como objeto de preocupação do governo brasileiro. Assumindo “ares imperialistas”, o controle do MSZ que buscava manter eles voltados à “pátria de origem” e o reforço a etnicidade das minorias nacionais que estavam no território brasileiro. Ela menciona, assim como Malikoski (2019) os ofícios de julho de 1936, de Grabowski para os governadores de Minas Gerais, Benedicto Valladares de Ribeiro e Armando de Salles Oliveira, de São Paulo. Nele, informava a criação recente da Sociedade Internacional de Colonização, a MTO, com o fito de promover projetos de colonização polonesa e “rutena”<sup>1102</sup> naqueles estados através de compra de terras devolutas em grandes quantidades e compactas. Tal proposta conduziu a ampla discussão, envolvendo o encarregado de negócios, Jorge Latour, conhecido por posições antisemitas e do então legado brasileiro em Varsóvia, Barros Pimentel. Latour escreve o ofício

---

<sup>1100</sup> POTOPOWICZ, op. cit., p. 213-214.

<sup>1101</sup> Ibidem.

<sup>1102</sup> “Uma expressão do crescente interesse dos agentes governamentais pelo problema da planejada ação colonizadora com emigrantes da Polônia foi a fundação, no dia 30 de abril de 1936, da sociedade acionária denominada Sociedade Colonizadora Internacional (sigla em polonês – MTO). Os acionistas da sociedade, surgida por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, eram o Banco da Economia Nacional, o Banco Caixa Econômica Polonesa S. A. e o Banco Rural do Estado. Essa sociedade tinha o propósito de assumir a maior parte das ações de ambas as sociedades colonizadoras polonesas, na Argentina e no Brasil. Em 1939 a Sociedade Colonizadora Internacional era ainda a proprietária de uma terceira sociedade, situada no sul da França – a Société Anonyme d’Exploitation Agricole em Perigueux”. (MAZUREK, 2016, p. 166). Ela tinha sido constituída pelo que se chamava “Grupo Zarychta”, de modo a aproveitar a presença de imigrantes que já estavam no Brasil para serem concentrados, evitando políticas restricionistas (PUCHALSKI, 2018, p. 75). “El Ministerio de Asuntos Exteriores, inicialmente cauteloso al recordar las acciones de colonización fracasadas anteriormente, apoyó en 1936 el “plan de gran concentración” que suponía organizar en la zona limítrofe, en la región de Iguaçu, un centro de la emigración nacional, un enclave polaco soberano con su propia administración”. Assim, com base em instituições financeiras, se organizaria a MTO “y que tendría como subordinadas a las sociedades de colonización locales en Argentina y Paraguay, empezó a adquirir parcelas en estos países con el fin de ampliar las zonas de asentamiento polaco ya existentes”, embora poucas pessoas tenham chegado diretamente da Polônia e outros eram reemigrantes, mas “Al no encontrar condiciones adecuadas para su asentamiento, ya que no estaba preparado el terreno para su llegada, muchos de ellos pronto abandonaron la zona. En tales condiciones la Sociedad Internacional de Colonización cesó en 1939 su actividad, liquidando la mayoría de los asentamientos recién organizados” (NALEWAJKO, 2014, p. 142).

exemplar “Política Expansionista da Polônia” de 15 de novembro de 1936, (CARNEIRO, 2010, p. 205, MALIKOSKI, 2019). Ademais, os autores indicam visões do MJNI, do MT e do chefe do Estado-Maior do exército, que questionam os planos poloneses, optando pela recusa dos novos assentamentos.

Nesse ínterim, o ano de 1936 marca a construção oficial para o discurso colonial polonês junto à Liga das Nações, assinalado pela ideia de necessidade de matérias-primas, escoamento populacional e a expulsão dos judeus (PUCHALSKI, 2018, p. 97), diferindo, em alguma medida, das ações anteriores encabeçadas pela LMiK (PUCHALSKI, 2018). Portanto, com base nesta nova política, buscamos ampliar o espectro de avaliação desse período com base nas fontes ministeriais diplomáticas, dado que sob a ótica brasileira, é a emergência dos chamados “Problemas coloniais da Polônia”<sup>1103</sup>, segundo o legado brasileiro em Varsóvia:

Vários jornais poloneses, especialmente a Gazeta Polska e o Express Poranny, órgãos principais da imprensa do Governo, em artigos oficiosamente inspirados, iniciam uma campanha inteligente preparando a opinião internacional no tocante às pretensões coloniais da Polônia as quais pretende defender, com os argumentos da equidade de tratamento aos seus legítimos interesses, quando a questão da partilha das regiões coloniais for posta em discussão nas conferências internacionais<sup>1104</sup>.

Segundo aponta o legado, o raciocínio sobre o qual versavam “as ambições polonesas” seria de escoar sua crescente população e “os referidos jornais” mencionavam a África e a América do Sul como destinos tendo “a noção que vai prevalecendo entre as nações da Europa da conquista dos territórios pelo critério racial e dos plebiscitos regionais [...]”, a exemplo do que teria ocorrido no “Sarre e atualmente em foco na Cidade Livre de Dantzig [Danzig]”. Tais fatores deveriam conduzir os brasileiros a refletir sobre o fato de abrigar no país “fortes frações de nacionalidade europeia e cerca de 270.000 poloneses em núcleos constituídos nos diversos estados da República”. Nota-se ainda, que poderíamos assomar os casos da Silésia, amplamente debatidos pela intelectualidade brasileira na década anterior, e que poderiam ser elemento para a ameaça da presença e constante aumento de uma população polonesa no país<sup>1105</sup>, como passível de demandar regiões, onde pudessem constituir uma espécie de “minorias” nacionais, pleito aludido desde 1934, ou ainda, estabelecessem vínculos mais amplos com a Polônia através de uma ampliação demográfica concentrada.

<sup>1103</sup> Ofício Legação Brasileira em Varsóvia, ministro Barros Pimentel para ministro José Carlos de Macedo Soares, MRE, 08 de agosto de 1936.

<sup>1104</sup> Ibidem.

<sup>1105</sup> Ibidem.

Em setembro de 1936, Pimentel alerta o MRE sobre “O perigo dos novos processos de colonização polonesa”<sup>1106</sup>. Era uma resposta às notas enviadas por Grabowski<sup>1107</sup> em que Barros Pimentel salientava a “gravidade” daquele plano de colonização, na sua opinião, de motivações explícitas. A análise do diplomata é quanto à compra de terrenos devolutos, que sublinha, “da maior extensão em terras contínuas”, fator condicionante para elaboração do projeto. A emigração seria o “problema primordial da Polônia na repressão da crise aguda” que atravessava, no âmbito social e econômico. Com base nisso,

seria admissível que, como remédio à superpopulação, envidasse ela os esforços necessários para formar, fora do seu território, centros ou aglomerações esparsas de povoamento que continuariam a representar um importante fator nacional e econômico para o país, mas o que não se concebe é que procure concentrar e organizar a emigração polonesa em uma direção única, onde lhe seriam atribuídos terrenos de colonização em colônia ou Estado soberano, com garantia aos colonos dos direitos cívicos nacionais e econômicos, sem que estes atentem contra o estatuto político do dito Estado<sup>1108</sup>.

Como ressaltava, a Polônia não poderia imaginar a concessão colonial de uma potência mundial, embora tivesse uma “pretensão quimérica” que a Inglaterra entregasse a Palestina para escoamento da sua população judaica, problema, aliás, que criava a imagem do país como simulador da emigração, com objetivo de repelir àquela população, vista como “nocivos”, “indesejável” ou “cancro social”. De outro lado, igualmente não poderia “entreter a ideia de uma guerra de conquista colonial”. O que, portanto, parecia como uma opção factível era “o processo de, simuladamente, à pretexto de simples emigração, sob as normas admitidas, fundar núcleos nacionais com faculdades de expansão territorial de modo a constituir, no futuro, verdadeiras colônias polonesas”<sup>1109</sup>. Dentro do contexto, portanto, da “emigração dirigida”, a qual inquietava, a partir de então, as autoridades das relações exteriores do Brasil e deixava transparecer possíveis intenções imperialistas com relação a colônias de povoamento no Brasil e o fluxo contínuo de emigrante. A política emigratória convertida em projeto colonial, assim, inseparável de uma lógica imperial, aproveitava o contexto da época quanto a políticas de minorias, compra de terras e utilização política da diáspora. Ampliado pela necessidade de escoamento populacional polonês, reiteradamente, nos ofícios, alardeado para o crescimento

---

<sup>1106</sup> Ofício n. 90, RESERVADO Legação Brasileira em Varsóvia, encarregado de negócios da legação Jorge Latour para ministro José Carlos de Macedo Soares, 30 setembro 1936.

<sup>1107</sup> As discussões, inclusive, foram acompanhadas do texto de Berquó sobre a TK.

<sup>1108</sup>

Ofício n. 90, RESERVADO Legação Brasileira em Varsóvia, encarregado de negócios da legação Jorge Latour para ministro José Carlos de Macedo Soares, 30 setembro 1936.

<sup>1109</sup> Ibidem.

exponencial, tendo o excedente de 400 mil pessoas anuais<sup>1110</sup>, somada então, à necessidade de busca por matérias-primas, ou ainda do uso da população polonesa no exterior para objetivos econômicos de vínculos comerciais com o país (KULA, 1976), que se pretendia industrial.

A questão judaica, e o antissemitismo, maiormente desenvolvido pelo encarregado de negócios da Legação, Jorge Latour<sup>1111</sup>, apesar de defender a vinda de poloneses (CARNEIRO, 2010), as ações dos congressos dos poloneses no estrangeiro e suas instituições como a *Światpol*, no bojo das aproximações e ações étnicas e nacionais da Polônia para com os imigrantes se somavam a realização, por exemplo, de cursos para estudantes, o que estava, de fato, intrinsecamente vinculado às políticas polonesas de aproximações através do MSZ (NAWROSKI, 2019), mas criavam ainda mais a percepção de um movimento de chamado de “pan-polonismo” por Latour (MALIKOSKI, 2019, p. 112).

Sobre o Brasil, a imagem de um país de imigração em que os processos contínuos de chegada de europeus poderiam ser uma espécie de invasão, colidia com as demandas por imigrantes através das colonizadoras, a opção, portanto, era evitar a localização de uma mesma nacionalidade em lugares concentrados. Assim, as aproximações com os emigrantes, intercâmbio de estudantes, ideais de manutenção da *polonidade*, compra de terras, concentração populacional, a imagem própria de potência e demandas na ambiência internacional da Liga das Nações se somavam como fatores geradores de medo, receios, mesmo certa hostilidade com relação à Polônia. A legação, inclusive, envia para o MRE uma análise de um discurso de Beck sobre a política internacional do país<sup>1112</sup>, considerada motivo de apreensão, mesmo na Europa.

<sup>1110</sup> A concentração populacional por quilômetro quadrado na Polônia era vista como um grande problema para esse país. Seria 87 pessoas por km<sup>2</sup> conforme Martins (2007) e 78 pessoas por km<sup>2</sup>, segundo Programa da *Liga Morska i Rzeczna* (Liga Marinha e Fluvial) de 1930. Para o Legado brasileiro, o problema seria que com mais de 12% de crescimento anual, da população, a Polônia não conseguir “absorver” o “excedente” populacional, só conseguiria resolver este “sério problema”, removendo “mediante escoamento das massas supérfluas para países de territórios inexplorados e de população deficiente”. Ofício RESERVADO Legação Brasileira em Varsóvia, ministro Barros Pimentel para ministro José Carlos de Macedo Soares, 30 setembro 1936. Lata 622, maço 9650.

<sup>1111</sup> Jornal do Comércio (RJ), 22 de setembro de 1936. Artigo analisa pedido da Polônia em Genebra pela ampliação da comissão de mandatos, com interesse de questões de emigração e povoamento. O embaixador polonês teria, em Londres, questionado a impossibilidade de absorção da Palestina dos israelitas, “seria necessário procurar novos territórios de povoamento na África e na América do Sul, com o auxílio financeiro dos países ricos de modo a permitir a saída anual de 100.000 israelitas, dos três milhões e meio que a Polônia conta atualmente”. Outra questão relevante para os poloneses seria a colonial, visto o excedente de 400 mil pessoas por ano. O governo polonês desejaria que a Sociedade das Nações se dedicasse a maior estudo do problema. A LMiK, na busca pelas antigas colônias alemãs, “acentua que as reivindicações coloniais da Polônia não visam de modo nenhum fazer o jogo dos interesses alemães. Os dirigentes da Liga, observam, entretanto, que as províncias polonesas outrora sob o domínio do Reich contribuiriam, antes da guerra para formar parte do domínio colonial alemão. Nessas condições a Polônia deveria participar de qualquer atribuição eventual de colônias do Reich”. Hunczak (1967, p. 651) demonstra a busca pelas antigas colônias alemãs do Togo e Camarões, como parte de 9% do território que a Polônia renascida representaria no antigo Império Alemão.

<sup>1112</sup> Ofício n. 01, Legação brasileira em Varsóvia J. P. Barros Pimentel para ministro Mário de Pimentel Brandão, MRE, 02 de janeiro de 1937.

Numa análise da conjuntura europeia que predispunha o contexto para as tensões que conduziram à II Guerra Mundial, o legado explicava que entre duas “potências inimigas”, a Polônia estava indefesa diante da falta de fronteiras naturais, recusando a se associar, tanto aos “hitlerianos” como aos “bolcheviques” (os “blocos ideológicos”), ou seja, estava “incrustada” entre a Alemanha e Rússia evitando se acoplar diretamente a qualquer dos lados, mas sim, com aqueles que repulsassem ambos os países, daí o esforço de Beck na LDN, para conformar o papel mediador da instituição<sup>1113</sup>.

Depois, invoca ao “problema das colonizações” e os recorrentes incômodos demográficos poloneses, justamente a necessidade de um local para emigração, o acesso a matérias-primas e a questão da população judia no país, aspectos que são novamente remarcados. A delegação polonesa havia apresentado tais questões à comissão econômica em Genebra e à comissão de mandatos, buscando um novo pacto na LDN para aquele problema referente às colonizações. Segundo a análise, com base nos déficits da emigração judia para a Palestina, a única possibilidade seria a “emigração de caráter colonial”, isto é, “organizada dos países superpopulados para os países cuja população é deficitária e produtores de matérias-primas”<sup>1114</sup>. A Polônia não expunha, para o autor, contudo, os “verdadeiros motivos” da crise de caráter mundial e agravada por problemas internos, como “a política do nacionalismo acérrimo, autarquia do estado criando barreiras aduaneiras ao comércio livre internacional das mercadorias [...]”, além da não mudança da “estrutura econômica do país”, ao contrário, queria

**possuir colônias ou terrenos de colonização** seus, para onde possa expatriar e administrar com proveito para a **metrópole** e, como **colônias** não há porque todas se acham presentemente sob a soberania de seus proprietários e detentores mandatários e estes não as pretendem abandonar, recorre à Sociedade das Nações para que lhe administre processos pelos quais possa justificar as suas ambições de colonização em Estados independentes fornecedores de matérias-primas<sup>1115</sup> (grifos nossos).

Estes temas são retomados no Brasil, dado a ideia do país como alvo deste “sistema” de emigração, vinculado ao dirigismo polonês do seu constante fluxo de imigrantes. Textos poloneses eram traduzidos, atentando para os seus objetivos com relação ao desenvolvimento comercial, industrial e da mão de obra, com os quais, a emigração era vista como necessidade, ademais da expulsão de minorias.

---

<sup>1113</sup> Ibidem.

<sup>1114</sup> Ibidem.

<sup>1115</sup> Ibidem.

O fato é que, ao longo do início de 1937, a Polônia apresentou, com relatoria de Beck, debates sobre a temática das matérias-primas para a Liga das Nações<sup>1116</sup>. Na convocação de um comitê especial em Genebra, a Polônia ficou em um terceiro grupo de interessados, os “estados privados ao acesso às fontes de matérias-primas”, junto ao Japão, Alemanha, Itália e Suécia (os três primeiros amplamente interessados em questões coloniais e expansionistas). Primeiro vinham aqueles com colônias e mandatos (Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Portugal e África do Sul), depois os que produziram internamente as matérias, como Brasil, EUA, Canadá e URSS<sup>1117</sup>.

Como nação “emigrantista”, preocupada com a questão populacional, a Polônia através dos seus representantes buscou destacar a questão da emigração colonizadora nos organismos internacionais, como nas conferências do Bureau Internacional do Trabalho, no qual a Polônia buscava ações mais concretas e de estudos específicos para a problemática populacional (CARNEIRO, 2010, MALIKOSKI, 2019)<sup>1118</sup>.

O que ocorre, nessa conjuntura diplomática, é uma mais forte percepção das ações polonesas pelo poder público brasileiro, mais diretamente iniciadas desde fins da década de 1920, mas efetivamente a partir de 1930, com a compra de terras e direção de imigrantes, que passam a ser captados pela diplomacia. Latour inclusive, ao discutir o caso de uma colonizadora paulista (Itaquerê) interessada em trazer poloneses para as fazendas de café, destaca a falta de interesse do governo polonês em assinar “entendimentos que não sejam aqueles que se enquadrem na “colonização dirigida”, empreendida pelo governo da Polônia”<sup>1119</sup>. Os objetivos

<sup>1116</sup> Legação brasileira em Varsóvia, J. P. Barros Pimentel para ministro Mário de Pimentel Brandão, MRE, n. 14, 25 de janeiro de 1937, n. 16, 29 de janeiro de 1937, n. 37, 28 de abril de 1937.

<sup>1117</sup> Legação brasileira em Varsóvia, J. P. Barros Pimentel para ministro Mário de Pimentel Brandão, MRE, 29 de janeiro de 1937.

<sup>1118</sup> Nas discussões dos organismos internacionais, que para Carneiro (2010), no lado brasileiro, apresentavam um discurso antissemita, sobre as questões da emigração colonizadora, a Polônia e seus delegados eram especialmente ativos, a partir de 1936 até 1938, pelo menos, reclamando resoluções práticas sobre as migrações e colonização. Seu interesse e liderança entre os países de emigração era ressaltado, votando e pedindo por demandas diretas com relação à temática, com presença de vários representantes nas reuniões (DVORAK, 2013), instruídos pelo governo polonês, considerados particularmente interessados no tema, para o qual queriam trazer os debates num plano central das discussões internacionais, inclusive na Liga das Nações. Malikoski (2019) avalia com estas discussões, que a delegação polonesa era vista como ardorosa defensora de seus ideais e principal país a agitar as questões das migrações, em busca de ações mais contundentes e eficazes naquela temática, com debates de financiamento para imigrantes, bem como com relação ao tratamento dos colonos e a saída da fase de estudos para ações práticas, embora frequentemente cedesse ante as demandas de nações imigratórias, que raramente a apoiavam, ou buscasse acordos bilaterais.

<sup>1119</sup> Correspondência Encarregado de Negócios da Legação Brasileira em Varsóvia, Jorge Latour para Luiz para Luiz Romero da Companhia Itaquerê, 17 abril de 1937.



da legação brasileira, portanto, passam a ser de alertar<sup>1120</sup> o MRE, através de múltiplos documentos reservados e confidenciais.

Analizamos, assim, as perspectivas de Latour previamente identificadas em Carneiro (1994), buscando retomar o debate e ampliar. Já que para esse autor “Por diferentes vezes, teve esta legação a honra de solicitar a atenção dessa secretaria de Estado para o **prurido expansionista da Polônia**, que, apesar de só recentemente reintegrada no seio das nações independentes, se considera grande potência e adota métodos de país imperialista<sup>1121</sup> (grifos nossos)”. Na visão de Latour, o governo não poderia ficar indiferente, posto que o país europeu pleiteava a reorganização da comissão de mandatos e agitava na LDN e no B.I.T a questão das matérias-primas e da colonização. O objetivo central polonês, resumia na compra de latifúndios no país balizado na ação governamental polonesa que se ocultaria a partir de sociedades e sindicatos. Ademais da promoção da *polonidade* por instituições, mencionando sociedades de propaganda como a Kosciuszko, possivelmente do Rio de Janeiro, que esconderia diferentes aspectos (CARNEIRO, 1994, p. 160), pois “na realidade dirigida pela Legação aludida e já com filiais em Curitiba e Porto Alegre; enviando constantemente funcionários poloneses ao Brasil, a serviço do Governo da Polônia, como é do pleno conhecimento do consulado do Brasil em Varsóvia” (sublinhado no original) assim, “incrementando, cada vez mais, a polonização do filho de polonês nascido no Brasil, mediante a realização de um acurado plano de desnacionalização dessa descendência”<sup>1122</sup>. A institucionalização étnica, ação diplomática e aproximações gerais repercutiam como ação desnacionalizadora e preparadora de uma ameaça que ocorria aos poucos, oculta, subterrânea, mantendo a identidade dos imigrantes em oposição à brasilidade em construção. A própria sociedade Kosciuszko, coordenada por membros brasileiros que buscava cooperação entre os dois países, acaba sendo desfavorecida pela análise conjuntural.

Menciona também que a Polônia concretamente promoveria a ‘colonização dirigida’ e ‘localizada’” (CARNEIRO, 1994, p. 160) a exemplo do Japão e outros “Estados expansionistas, na implantação do imperialismo solerte, mantendo uma imprensa própria, nos estados sulinos, exclusivamente em idioma polonês, para o que favorece a ida do jornalista”, ademais criaria e subvencionaria escolas, “conseguindo em certas unidades da Federação, o registro de sociedades ostensivamente particulares, mas que, realmente, são órgãos subvencionados e

---

<sup>1120</sup> Ofício n. 33, RESERVADO Encarregado de Negócios da Legação Brasileira em Varsóvia, Jorge Latour para ministro Mário de Pimentel Brandão, 21 de abril de 1937. Documento parcialmente trabalhado por Carneiro (1994).

<sup>1121</sup> Ibidem.

<sup>1122</sup> Ibidem.

dirigidos pelo Governo da Polônia”<sup>1123</sup>. Desta maneira, o governo polonês pretenderia se colocar “à altura de outras infiltrações sistemáticas, [...] a alemã, a italiana, a japonesa e a judaica, as quais, sob a proteção legal do atual regime de imigração brasileira por demais liberal e pouco realista, desvirtuam o verdadeiro povoamento do solo”, que teria sido “empreendido pelo Império e na República com o objetivo de atender ao desenvolvimento da nação”<sup>1124</sup>.

Menciona ainda, para além de congressos de caráter expansionista, a preferência pelo deslocamento de poloneses para estados como Paraná e Rio Grande do Sul, vinculados às colônias fronteiriças do Paraguai e Argentina<sup>1125</sup>, através do esforço do MSZ, Sindicato de Emigração e Ministério da Assistência Social (CARNEIRO, 1994), o que desde o início dos anos 1930 parecia uma assertiva central para os “agentes governamentais poloneses” como lugar de preferência, dada a pré-existência de colônia polonesas na região (das antigas missões jesuíticas) e a expansão da compra de terras por colonizadoras estimuladas pelo governo (MAZUREK, 2016, p. 166, WALASZEK, 2003, NALEWAJKO, 2014). Ou seja, assim como era evidenciado nas práticas da LMiK em meados da década, o uso de zonas estratégicas, próximas a antigas colônias em que se reforçaria o elemento polonês, evitando seu processo de abrasileiramento desejado pela elite nacional.

Menciona “intenções imperialistas” que o país adotaria, exemplificando a partir dos documentos do CZP, que seria vinculada ao governo da Polônia, subvencionando o “expansionismo” atentando contra a “soberania nacional” (CARNEIRO, 1994, p. 160). Critica também o que seria uma espécie de mal uso das “cartas de chamada”, de modo a garantir a presença de professores poloneses no país, servindo em escolas polonesas no país, os quais poderiam ser confundidos, em nossa análise, com os instrutores.

acobertados, pois, pelas nossas próprias leis e ludibriando-as, o **imperialismo polaco, plástico e subreptício** nos seus métodos, conseguirá se quiser, e está conseguindo, remeter a regiões definidas e previamente estudadas, professores, técnicos e militares, funcionários e outros elementos, que, coordenados e dirigidos pela Legação e Consulados da Polônia no Rio e nos Estados do Sul, vão preparando o dia de amanhã ao lado de outras colonizações dirigidas, já acima citadas (grifos nossos)<sup>1126</sup>.

Para o autor, a Polônia consideraria o Brasil uma “vasta região colonizável”, bem como “repositório de matérias primas e escoadouro de superpopulações”<sup>1127</sup>, colocando-a como imagem de força e experiência para pensar o país e estudá-lo com objetivos práticos. Este

---

<sup>1123</sup> Ibidem.

<sup>1124</sup> Ibidem.

<sup>1125</sup> Ibidem.

<sup>1126</sup> Ibidem.

<sup>1127</sup> Ibidem.

exemplo da atenção dos diplomatas brasileiros em Varsóvia era em razão do “aumento no número de funcionários que se dirigem daqui para o interior e sul do Brasil”. Estes seriam “técnicos da imigração, professores e uma série de outros elementos”, em que o autor alerta para possíveis militares aposentados “enxertados”. Eles seriam um complemento para a “reserva apreciável de pessoal de que já dispõe o Governo da Polônia em nosso país”, tendo o consulado curitibano mais de 25 funcionários de quadro, fora os contratados por ele<sup>1128</sup>. O autor concitava a Secretaria de Estado do MRE a fazer uma “vigilância metódica” das atividades da Legação da Polônia e autoridades polonesas ao seu serviço no Rio de Janeiro e no Sul do Brasil, tendo a necessidade de atentar as informações oficiadas. Segundo informa, ainda estes exemplos e dados seriam poucos em relação ao que teria a Legação Brasileira recolhido sobre o entendimento da “**estrutura imperialista** que a Polônia envida por estabelecer no Brasil” (grifos nossos), concorrendo com outras “grandes potências”<sup>1129</sup>, ao que parece, poderia ter tido acesso ao mesmo conjunto de documentos e relatos identificados na pasta temática do DOPS do “atentado”, assim como por aqueles evidenciados desde 1934 pelo *Correio do Paraná*.

Os instrutores, as instituições étnicas polonesas no Brasil, suas articulações com as da Polônia e a demanda por terras, são todas etapas organizadas como uma espécie de sistema coerente, marcado por uma aspirante a potência mundial que conheceria os meandros da diplomacia internacional, articulada com outras nações (potências) que teriam imigrantes e almejavam colônias no mundo, tendo por trás de si, governos autoritários. O Brasil, na sua autoimagem de vítima, era o país ameaçado, disponibilizado para uma invasão gradual, mas planejada, de onde se buscava não apenas a conquista, mas a extração das matérias-primas e alocação de excedente populacional. Portanto, para ser configurado como uma nação a ser oferecida nessa situação, mas a qual, não poderia se sujeitar, impedindo as ações e nacionalizando os estrangeiros, especialmente, seus descendentes.

Não sabemos se em decorrência destas temáticas, mas é fato que dados mais específicos e demorados sobre as questões polonesas passam a ser enviados na forma de relatórios mensais para o MRE acerca da política interna e externa do país, ademais de outros assuntos, a partir da chegada do novo legado (Jeronymo de Avellar Figueira de Mello). Este, inclusive, demandou o envio de um adido militar, aéreo ou naval, a ser nomeado para remeter aquele tipo de informações para MRE, dado que se impressiona com o potencial bélico polonês, diante de uma

---

<sup>1128</sup> Ibidem.

<sup>1129</sup> Ibidem.

parada militar que havia observado<sup>1130</sup>. Não sabemos em que medidas as notícias do *Correio do Paraná* e seus perpetradores influenciaram estas assertivas ou se ocorria repasse e troca de observações com membros ligados à colônia polonesa, mas o sentido da noção de um “imperialismo polonês” se tornava ampla temática de política internacional entre o ambiente diplomático brasileiro e um elemento para a posterior perseguição daquele grupo considerado como de risco para o país e sua nacionalidade.

Apesar destes alertas, com a anuência dos poderes públicos brasileiros, ocorre a definitiva criação da agência consular polonesa em Porto Alegre em 1937, assim como já existia em São Paulo. A nova agência ficaria a cargo de Eduardo Chołoniewski, então cônsul na capital paulista, onde seria substituído por Mieczysław Rogatko, então vice-cônsul local<sup>1131</sup>. As agências foram elevadas à vice-consulados em 1939<sup>1132</sup>, o que poderia representar uma expansão territorial das aproximações da Polônia para com seus emigrantes, apesar de não observarmos maiores restrições a esse processo no período. De qualquer forma, os debates do momento anterior ao Estado Novo representam um novo olhar sobre o país europeu e seus imigrantes, como potencial ameaça, inclusive, militar e de infiltração, desnacionalização e, quiçá, colonial, diante das ações analisadas e de um contexto de crescimento dos regimes autoritários e nacionalismo, que conduziam a busca de colônias, as quais balizam uma série de temas que se tornam centrais no período 1937-1939.

### 5.3. O ESTADO NOVO: A IDENTIFICAÇÃO DE ALTERIDADES

momento que as nações da Europa se encarniçam umas contra as outras, na luta famigerante de conquista de colônias e exigem bastante a entrega de pedaços de territórios alheios sob pretexto de abrigarem minorias nacionais, será o problema capital para o Brasil, em futuro muito próximo, quando as nações na necessidade que já faz doutrina, de se alastrarem e desafogarem-se para satisfazer a subsistência das suas populações, virão forçar as nossas portas. Então, o Atlântico, pela distância, não moderará mais os apetites coloniais diante de tudo quanto o aparelhamento náutico e aeronáutico porá a disposição, no que há de mais aperfeiçoado. Somos e seremos tanto mais o país da cobiça quanto mais frágeis se vão tornando os processos das nações da Europa a se policiarem umas às outras e a oporem uma política, que não sendo consentanes como são as suas ambições, tem impedido, ainda que hipocritamente, a que outras se lancem à devaneios de conquistas coloniais de territórios, considerados *res nullius*, situado muito além de suas fronteiras<sup>1133</sup>.

<sup>1130</sup> Ofício n. 01, Legação Brasileira em Varsóvia, ministro J. de A. Figueira de Mello, para ministro Mário de Pimentel Brandão, MRE, 08 de julho 1937.

<sup>1131</sup> Nota da Secretaria de Estado do MRE, Hildebrando Accioly para encarregado de negócios da Legação Polonesa no Rio de Janeiro, Kazimierz Zaniewski, 15 de setembro de 1937.

<sup>1132</sup> Notas do MRE para legação polonesa no Rio de Janeiro em Varsóvia, 20 março 1939. Rogatko em São Paulo e Jan Wróblewski em Porto Alegre tornaram-se vice-cônsules.

<sup>1133</sup> Ofício Legação brasileira em Berna para ministro Mário de Pimentel Brandão, 20 de dezembro de 1937. Lata 803.

O contexto da situação exposta pelo legado brasileiro acima, se desenvolve na imprensa brasileira, novamente. Em julho de 1938, Otto Prazeres, político e jornalista, que serviu entre 1935 e 1936 como secretário interino da Presidência da República, foi um divulgador das intenções polonesas nos periódicos da capital federal, fator gerador de novos problemas com a Legação Polonesa no Rio de Janeiro, a qual demandou ao MRE a necessidade de alertar àqueles artigos, assim como havia agido em 1930, 1933 e 1934. Os seus textos alarmantes exemplificam o caráter imaginário e simbólico com relação aos poloneses no Brasil. Malikoski (2019), analisa, por exemplo, um texto que identifica a Polônia sobre o prisma da expansão do dia 10 de julho.

Em outro artigo, no entanto, sobre “As pretensões da Polônia”<sup>1134</sup>, o autor amplia o debate e apresenta a questão populacional polonesa como a mais desesperadora que se colocava no mundo (sobre acesso à terra no campo e natalidade) e acerca também de seus ideias coloniais, questionando-se, “onde ficará ou onde fica essa província da Polônia?”, seria no “Brasil, ali no Paraná e adjacências”, afirmando, inclusive, que o general Meira de Vasconcelos, então comandante da Região Militar, teria observado que as “notícias de fundação de uma Província Polaca no Brasil já passou do domínio dos desejos para entrar na realidade em ação que se desenvolve às nossas vistas, em nossa presença”<sup>1135</sup>. Segundo consta, reafirma texto escrito no *Jornal do Comércio* sobre a propaganda na Europa de uma “província polonesa” no Brasil e, que então, teria sido João Berquó quem enviara de Curitiba relatos de que o general Vasconcelos teria documentos “alarmantes” quanto às “pretensões” polonesas e teria escrito relatórios sobre o assunto. O general, ao ser procurado, teria confirmado as informações, “revoltado com o que observou em regiões do sul” em razão da desnacionalização, mantida por “propagandistas” de todo o gênero, “religiosos, jornalistas, literatos, publicistas, romancistas e pintores”, todos “remetidos e mantidos pela pátria interessada”<sup>1136</sup>.

Os documentos não seriam secretos, para a surpresa do autor, pois a “propaganda para a existência de uma Polônia, de uma província polonesa no Brasil é coisa que se faz abertamente, que se prega nos púlpitos do Paraná e alhures, que se diz e se ilustra até mesmo na nossa língua”, isto é, “tudo é feito à nossa vista e nós achamos graça, como acharíamos a um hábil pelotiqueiro que nos tirasse a carteira, convencidos de que tudo é brincadeira e que o

---

<sup>1134</sup> Jornal do Brasil (RJ), 29 de julho de 1938.

<sup>1135</sup> Ibidem.

<sup>1136</sup> Ibidem.

nosso cobre nos será restituído...”<sup>1137</sup>, de forma que não se poderia subestimar a Polônia. Afirmava que estariam cegos ao avanço dos povos que lutavam com a falta de terras e alimentos para “seus filhos”: Itália na Abissínia, Alemanha sobre Viena, ademais da busca de reaver colônias antigas, bem como a demanda pelos sudetos, Japão sobre a China; e a Polônia. Todos estes, destaca em especial, o Japão, enviaria “gente sua” “blandiciosamente” e achariam prontamente uma “província” no Brasil<sup>1138</sup>. A submissão territorial para uma nação estrangeira não se daria apenas pelas armas, mas também através do preparo da submissão de forma “inteligente” e “tenaz”, o que viria sendo desenvolvido no Brasil de todos os modos e com “arrogância” e “ostentação incríveis”<sup>1139</sup>.

Os relatos de Otto Prazeres denunciam o contexto do período que buscamos analisar. Eivado, ao que parece, de um sentimento de repúdio com relação particularmente ao Japão, sobretudo, diante do apoio polonês a propostas japonesas no âmbito diplomático para busca de matérias-primas, comércio e colônias (KICINGER, 2005, p. 69, MALIKOSKI, 2019)<sup>1140</sup>, apresenta o caso polonês articulado ao alemão e italiano, igualmente interessados naquelas temáticas, como ameaças presentes e reais ao país, com base em documentos, advertências e leituras, permitindo na medida da denúncia, a criação de um projeto polonês que merecia o alerta. O sentimento do “o medo difundido entre as camadas mais educadas do centro-sul de uma possível incursão armada de nazistas e militaristas japoneses, ou pelo menos de difusão dessas ideias no país [...]”, conduzem a medidas protetivas da nacionalidade brasileira e perseguição a possíveis inimigos residentes no país (SAKURAI, 2000, p. 21).

A legação brasileira em Varsóvia, no envio do “mês político” de abril de 1938 tinha a crença de ser importante apontar que se observava “ainda que ingenuamente apresentado e fomentado, um movimento tendente a dotar a Polônia das colônias que ela diz precisar para escoar o excedente da sua população e adquirir nelas as matérias primas de que necessita a sua indústria”<sup>1141</sup>. Inclusive reitera a existência da Liga Marítima e Colonial, como exemplo deste movimento. O legado frisou as intenções polonesas, expondo as resoluções aprovadas em razão do “Dia Colonial”<sup>1142</sup>, importante evento de propaganda ocorrido naquele período, em especial,

---

<sup>1137</sup> Ibidem.

<sup>1138</sup> Ibidem.

<sup>1139</sup> Ibidem.

<sup>1140</sup> A Polônia tinha um bom relacionamento com o Japão, possivelmente pelo inimigo comum, a Rússia. Łepkowski (1978) aponta que na Argentina, as aspirações polonesas e japonesas eram refutadas conjuntamente.

<sup>1141</sup> Ofício n. 04, RESERVADO Legação Brasileira em Varsóvia, ministro J. de A. Figueira de Mello para ministro Oswaldo Aranha, MRE, 30 de abril de 1938.

<sup>1142</sup> Segundo Zahra (2017, p. 184) os “Dias Coloniais” de abril de 1938 foram uma série de paradas nacionais e celebrações atendidas por cerca de 10 milhões de poloneses, para Hunczak (1967) elas tinham patrocínio de oficiais militares como general Sosnkowski, e eram festividades programadas pela LMiK com paradas de diferentes organizações, decorações e demandas de colônias para a Polônia através de faixas. As comemorações



a necessidade de matérias-primas para a indústria polonesa<sup>1143</sup>. Por fim, foi aprovado, segundo o informe da legação, um pedido formalizado ao governo polonês para que agisse internacionalmente no sentido de “serem entregues à Polônia terrenos em África em condições de servirem para a Polônia de fontes de matérias primas”<sup>1144</sup>. A imprensa polonesa apontava, segundo exprimia o legado, que a exemplo de outras grandes potências, Polônia teria direito “aos territórios ganhos à civilização graças aos pioneiros polacos”<sup>1145</sup>, sendo que, poderiam estar incluindo aí o Paraná, embora não existisse uma menção direta na documentação que ele estava tendo acesso. A intensidade de “reivindicar colônias” para a Polônia vinha aumentando com o tempo e nos seus moldes de promoção, dado que evidencia que as rádios faziam a difusão destas intenções, reiterando para a população a necessidade de colônias<sup>1146</sup>. O General Kwasniewski, presidente da LMiK substituindo Orlicz-Dreszer, lançava campanha nesse mesmo sentido, conforme cita o legado, o parafraseando:

Queremos colônias para a Polônia para unir a nação num desejo de um melhor futuro sobre e além dos mares. Uma nação não pode sobreviver sem colônias quando a mãe-pátria não se acha mais em condições de alimentar os seus filhos. Estamos presos dentro de apertadas fronteiras terrestres, com insuficientes recursos naturais e matérias primas e dia a dia o nosso povo vai empobrecendo<sup>1147</sup>.

Deveria, portanto, a Polônia ter um livre acesso aos produtos e mercados que estavam “ciosamente em poder dos seus abastados donos”, ou seja, em certa medida, monopolizados, assim se posicionava a LMiK, conforme as informações expostas pelo documento<sup>1148</sup>. A intenção colonial polonesa em busca de matérias-primas e mercados, somada à presença dos seus emigrantes no Brasil, se objetivava na autoimagem de país ameaçado por desejos coloniais e ameaças estrangeiras. Somavam-se durante o Estado Novo nos informes da legação e complementavam a constituição de um perigo ligado aos poloneses desde 1936 no âmbito oficial, mas que parecem vinculadas diretamente com as denúncias anteriores, portanto, na medida em que é nominado, caracterizado e perseguido, o perigo representado pelos poloneses é construído, tanto sob o aspecto oficial, como da intelectualidade, que criam o “imperialismo polonês” lastreado em características complexas da realidade política polonesa e seus ideias e,

---

acompanharam o crescimento da instituição e a organização das “Semana do Mar” com apoio de Mościcki e do cardeal Hlond (HUNCZAK, 1967, p. 653-654).

<sup>1143</sup> Ofício n. 04, RESERVADO Legação Brasileira em Varsóvia, ministro J. de A. Figueira de Mello para ministro Oswaldo Aranha, MRE, 30 de abril de 1938.

<sup>1144</sup> Ibidem.

<sup>1145</sup> Ibidem.

<sup>1146</sup> Ibidem.

<sup>1147</sup> Ibidem.

<sup>1148</sup> Ibidem.

igualmente, definem os elementos para sua identificação e consequente destituição e impedimento no Brasil, sob a ótica da invasão “solerte”, “sub-reptícia”, de um povo experiente, de nacionalidade sólida e consistente, resoluta a desagregação, o qual se vinculava aos emigrantes na mesma medida que buscava expressar desejos de um território ultramarino.

O ódio aliado, quiçá, à inveja e também ao medo, foram presentes e permeados de ressentimentos nas múltiplas referências aos poloneses nas suas relações com os brasileiros, sobretudo, na documentação diplomática e dos periódicos. Estas, se desenvolveram na forma de representações particulares específicas, determinadas pelos interesses e concepções dos grupos que as constituem potenciais designadoras grupais de identidades, como a nacional, a brasilidade, fomentada nos imaginários sociais e marcadores de diferenciação/reconhecimento. Desde o início do século XX, os poloneses, embora marcadamente vistos ora com a positividade relacionada a seu caráter branco, católico e agricultor, ora como inferioridade intrínseca<sup>1149</sup>, foram pensados ao longo do tempo pela intelectualidade, na política e na imprensa e durante o Estado Novo estiveram atrelados à crescente questão da campanha de nacionalização, quando o perigo emergente encontrava a necessidade de moldar o país.

Conforme analisamos os ideais assimilacionistas, no primeiro capítulo e as políticas anti-imigratórias, no segundo e terceiro, nesse momento, se faz necessário pensar a conclusão destes esforços de configuração nacional brasileira em adição ao caráter da presença estrangeira no Brasil, de maneira que, os eventuais objetivos restritivos e seletivos conformados anteriormente, se tornaram de certa forma insuficientes, posto que acabaram conduzindo à efetiva vigilância e repressão das populações estrangeiras, na qual se incluíam os poloneses. O Estado Novo se conforma como um período que marca uma certa aproximação do governo brasileiro aos regimes autoritários europeus de orientação fascista e também a ideais em alguma medida totalitários, intervindo em diferentes âmbitos da sociedade (CARNEIRO, 1999). Construído como uma ideologia (autoritária e nacional<sup>1150</sup>), mais que um regime, o Estado

---

<sup>1149</sup> Segundo Gertz (2014, p. 35), no caso do Rio Grande do Sul, “Apesar de que o censo de 1940 tivesse registrado 9.380 poloneses e 4.780 naturalizados, num total de 14.250, portanto, bem mais que a metade dos alemães e metade dos italianos, mais os muitos descendentes, já que uma imigração polonesa mais sistemática para o estado iniciara junto com a italiana, em 1875, apesar disso a preocupação dos nacionalizadores com sua presença não foi grande. Um dos fatores explicativos pode estar no fato de que estavam difundidos, em relação a eles, preconceitos muito profundos de longa data, mas preconceitos diferentes daqueles em relação a outros grupos.

Se alemães, italianos e japoneses eram vistos como resistentes à integração à nacionalidade, os poloneses eram vistos, muito mais, como marginais sociais, como escória, que não afetavam a constituição da nacionalidade, ao mesmo, na mesma forma em que isso acontecia com os três outros grupos [...]. Dito de outra forma: sua suposta condição de preguiçosos, pobres, bebedores, ladrões fazia com que, eventualmente, dessem origem a preocupações estritamente policiais, mas não a preocupações políticas. Assim, contra as evidências estatísticas, aos menos naquilo que tange aos poloneses [...].

<sup>1150</sup> REIS, Elisa P. O Estado Nacional como Ideologia: O caso brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, pp. 187-203, 1988.

Novo, na esteira da ampliação do pensamento varguista, imagina e reflete uma sociedade “una, indivisa e homogênea” (DUTRA, 1997, p. 16)<sup>1151</sup>, após um amplo processo de crescimento do autoritarismo no pós-1935 em razão das disputas com setores políticos de diferentes espectros – os integralistas e a Aliança Libertadora Nacional (LEVINE, 1980, p. 215), assim como de aproximação com os regimes totalitários (DUTRA, 1997). Com suporte militar, o golpe foi promulgado em 10 de novembro de 1937, tendo várias medidas intervencionistas, incorporando inspiração fascistas como a própria carta do regime *Sanacja* da Polônia, numa positiva imagem do governo autoritário instaurado por Piłsudski em 1935<sup>1152</sup>. O período do Estado Novo, portanto, potencializa as ideias da intelectualidade dos anos 1920 e 1930, incluindo a temática da eugenia adaptados ao Brasil (STEPAN, 2004, TAKEUCHI, 2008, KOIFMAN, 2012), os contínuos ideais de colonialismo interno nacional, mas sem a preponderância do imigrante colonizador, mas agora, necessariamente assimilável. As figurações de unidades linguísticas (português), religiosas, culturais, políticas, étnicas e mesmo raciais, portanto, são materializadas para o âmbito público, e estes elementos deveriam ser construídos num processo ampliado de homogeneização ou uniformização da sociedade brasileira em que já se pensava os estrangeiros como elementos potenciais de dissonância e estranhamento, fator desenvolvedor da repressão e ampla xenofobia<sup>1153</sup>.

A partir de uma “burocratização intensiva da intelectualidade”, que se tornam “mediadores simbólicos entre o Estado e o social” (LENHARO, 1986, p. 53-54) para construção da brasilidade<sup>1154</sup>, e da representação da imagem do “outro”, culminando com atitudes de repulsa e ódio (CARNEIRO, 2018, p. 117), através de estereótipos negativos variados, em que se retomavam aspectos de indesejabilidade, raça, ideais políticos negativados ou de perigo à segurança nacional e integridade do território<sup>1155</sup>. A presença de indivíduos

<sup>1151</sup> Para Dutra, esta perspectiva “advoga um controle social em nome de um valor dominante que pressupõe a identificação entre o público e o privado, o Estado e a sociedade civil”, ademais da necessidade de inimigo para coesão do corpo social e recurso à ficção e mentira para o controle (1997, p. 16).

<sup>1152</sup> Conforme Malczewski (2017, p. 34) “A personalidade, a atividade e o engajamento patriótico do marechal Józef Piłsudski têm gozado de grande reconhecimento em muitas esferas da sociedade brasileira, de maneira especial entre os militares, os políticos e os literatos. Muitas vezes Piłsudski tem sido apresentado como um modelo a ser imitado pelos brasileiros no amor à pátria, na luta pela sua independência ou no desvelo pelo seu bem e seu desenvolvimento”.

<sup>1153</sup> O privilégio aos latinos (sobretudo portugueses) exemplifica este caso, dada sua “fusibilidade”, “branqueamento” e menor perigo (KOIFMAN, 2012, p. 34-35).

<sup>1154</sup> A “construção de um sentimento de nacionalidade é fruto de iniciativas governamentais desde o início de 1936, as quais são incrementadas no segundo semestre de 1937, particularmente em seu final, após o golpe de novembro, numa clara indicação dos objetivos ideológicos e estratégicos dos seus protagonistas” (DUTRA, 1997, p. 185).

<sup>1155</sup> Segundo Alves (2006, p. 106), a partir de 1937, o MRE, o MJNI e MT, já articulavam medidas para restringir a “implementação de projetos de colonização e povoamento que visassem facilitar a entrada no país de elementos ‘indesejáveis’”. Conforme Perazzo (1999, p. 33), além do DOPS, a polícia política, implementadora de fato dos ideais do Estado Novo, o Ministério da Guerra e a Secretaria da Presidência igualmente se preocupavam com as infiltrações de elementos estrangeiros no Brasil.

ligados aos governos dos países de origem dos imigrantes (como os instrutores e representantes diplomáticos<sup>1156</sup>), imaginados como potenciais fomentadores de práticas imperialistas de suas nações contra a sacralizada integridade nacional (KOIFMAN, 2012, p. 117) se somavam ao autoritarismo, conformado a partir de leis e decretos que recrudesçam o regime.

Para Lenharo (1986, p. 69), cresce uma irracionalidade ao condensar no “estrangeiro a ameaça imperialista de contaminar a pureza nacional”, com uma retórica que busca vencer ideologias e imperialismos, com a perspectiva da pátria ameaçada e de um inimigo externo. A inferioridade atrelada a determinados grupos, o enquistamento “racial” ou “étnico” e a ameaça imperialista (os “perigos”), portanto, eram elementos conjuntos, que fomentavam o ideal de assimilação constituído desde o século XIX para seleção do imigrante e, nesse sentido, os poloneses se encaixavam pela via dúbia da inferioridade e da ameaça. Para Carneiro (2018, p. 127) “mitos políticos foram acionados com o objetivo de justificar os atos de repressão contra minorias étnicas avaliadas como perigosas à configuração de uma raça pura e à ordenação da sociedade”, além disso, uma “intensa campanha de brasilidade ufanista, antiliberal, anticomunista e xenófoba” encobria valores racistas e antisemitas endossados pela elite política brasileira, embasados no pensamento dos teóricos racialistas europeus.

### 5.3.1. A emergência do Estado Novo na configuração do imperialismo polonês

No final da década, a política emigratória polonesa ganha forte impulso, naquilo que se referia aos aspectos duplos da identidade e deslocamento populacional, de forma que os delegados poloneses discutiram a importância dos direitos dos emigrantes em Genebra em 1938 (DVORAK, 2013, p. 88). Assim, recorrendo a organizações internacionais como uma estratégia importante para a consecução das ações, o ano de 1938 marcaria também justamente o apogeu dos esforços da LMiK em popularizar a ideia de colônias na Polônia com o próprio presidente se tornando membro honorário (HUNCZAK, 1967, p. 652), apesar de coincidir com a derrocada do projeto na Libéria (PUCHALSKI, 2017) e o movimento nacionalizador no Brasil.

Já nesse novo contexto mais restrito, a diplomacia brasileira esteve alerta a potenciais ações polonesas, como forma de evitar ingerências daquele país junto aos imigrantes e descendentes. A preocupação maior, no entanto, das autoridades diplomáticas do MRE, dos consulados e da legação, se centrava contra a possível entrada de judeus e comunistas no

---

<sup>1156</sup> Koifman, ao analisar documentos do Ministro da Justiça Francisco Campos, demonstra a existência de desconfiância do ministro para com os diplomatas (2012, p. 118) e padres (2012, p. 224) poloneses, ainda no início dos anos 1940.

território nacional<sup>1157</sup>. A Polônia, com quase 4 milhões de judeus, ademais da proximidade geográfica com a URSS, constituía um perigo “mais real” se atrelada com relação às mitologias do complô judaico-comunista que vinculavam antissemitismo e anticomunismo (WIAZOVSKI, 2008)<sup>1158</sup>, que a ameaça imperial em si, embora como temos demonstrados, era temática relevante. Portanto, somavam-se distintos medos e ódios referentes àquela população. Vários documentos desde 1935 alertavam para estes dois grupos, tratados em conjunto como indesejáveis<sup>1159</sup>. Apesar deste “perigo real” (no sentido de sua presença mais apreensível), quiçá, mais concreto e que delegava mais atenção do governo, os poloneses como elemento ameaçador por seus vínculos com a *polonidade* não eram deixados de lado. Em especial, a imigração polonesa e suas instituições foram aquelas com as quais se teve o maior cuidado, com constituição de alertas, fomentadores de receios e a necessidade de ação diante de uma possível ameaça no novo regime.

Em dezembro de 1937, o cônsul brasileiro em Varsóvia, Edgardo Barbedo, demonstrando controle da emigração, alertava que “a Polônia vem colocando por toda a parte o que ela chama de super população, tendo saído do país o elevado número de 81.630 emigrantes”<sup>1160</sup>, sendo o Brasil o segundo principal destino fora da Europa e com menores taxas de retorno<sup>1161</sup>:

Estou convencido, que a imigração que mais interessa à Polônia é justamente a que parte para o Paraguai e o Brasil, porque, não falando de judeus, todos os agricultores saem munidos de um título de propriedade, radicando-se, assim, apenas materialmente em terras distantes, onde continuam severamente controlados, quer por funcionários consulares, quer por delegados para esse serviço propositadamente enviados não só pelo Governo, senão que também pelas instituições de assistência aos poloneses no exterior<sup>1162</sup>.

<sup>1157</sup> A política externa varguista articulava negociações tanto com as ditaduras fascistas como os regimes democráticos, buscando apoio para desenvolvimento nacional. A partir de 1938, com Oswaldo Aranha no MRE, no entanto, os Estados Unidos foram considerados o principal parceiro para o reforço das relações, embora grupos e indivíduos ligados a Vargas tivessem simpatias aos regimes autoritários fascistas como Filinto Müller, Francisco Campos e outros (RAHMEIER, 2009).

<sup>1158</sup> Sobre o problema dos judeus poloneses ver: LESSER, Jeffrey. The immigration and Integration of Polish jews in Brazil, 1924-1934. *The Americas*, v. 51, n. 2, p. 173-191, 1994 e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cidadão do Mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2010.

<sup>1159</sup> Cf.: Sobre a documentação acerca dos judeus poloneses no MRE, ver Carneiro (2010) e Malikoski (2019).

<sup>1160</sup> Ofício n. 71. Consulado brasileiro em Varsóvia, Edgardo Barbedo para ministro Mário de Pimentel Brandão, MRE, 16 de dezembro de 1936. Lata 1220, maço, 26935.

<sup>1161</sup> Ofício n. 84, Orlando Arruda, encarregado de negócios, para MRE, Mário de Pimentel Brandão, 14 de dezembro de 1936. Lata 1220, maço 26935.

<sup>1162</sup> Ibidem.

A estratégia vinculada ao MSZ, conforme analisada por Malikoski (2019), era imaginada na Polônia dentro de uma ampla perspectiva, na qual também se tinha atenção à recepção brasileira das ações e projetos. Naquele país, desde 1937, por exemplo, a LMiK ganhava amplo apoio estatal e a observação para um perigo crescentemente militar, partia das informações do cônsul, que alertavam as dimensões da Liga com extensiva ação por todo o mundo, incluindo Curitiba com uma das suas sedes, a existência dos fundos coloniais (MALIKOSKI, 2019, p. 199), da colonizadora se confundir com a “nação polaca”, através do apoio do PKO, exército e marinha e outros problemas relacionados aos oficiais militares no Brasil. Segundo ofício, apenas generais ocupavam sua presidência<sup>1163</sup>, fator gerador de perigos e desconfianças para o ambiente brasileiro. De fato, as próprias mudanças na condução da política imigratória desde os anos 1930 convidavam os cônsules a maior atenção ao elemento estrangeiro. Com base naquelas informações, Barbedo reclamava da entrega de “mãos beijadas” da posse do Faxinal dos Catanduvas no Paraná para uma “organização quase puramente militar” e “órgão mais saliente da expansão polaca” como companhia colonizadora<sup>1164</sup>.

As colonizadoras, como a LMiK, que em 1934, mesmo sob o alerta do *Correio do Paraná*, conseguiram, ainda que pequenas, concessões de terra para alocação de emigrantes, agora deveriam ser reavaliadas sob a lógica de uma invasão ou de decidida desconfiança, sobretudo, permitida por incúria, ou mesmo, falta de atenção dos estados diante dos planos arquitetados. Há, nesse sentido, exageros para a possibilidade das ações polonesas, certamente, os grupos mais amplamente observados, japoneses e alemães, conformavam imagens desabonadoras num sentido imperial gradativamente mais amplas, e, quiçá, pragmaticamente reais, mas mesmo assim, os poloneses, como elemento estrangeiro incluído na sorte dos projetos de desenvolvimento nacional, tinham sua estrutura colonizadora cada vez mais vigilada e avaliada.

Na opinião do legado, que nomina a “megalomania” do país europeu (CARNEIRO, 1994, p. 158), ele estava dividido em uma situação difícil economicamente e geograficamente, de um lado, e de outro, com intenções abertamente próprias às potências mundiais, resume assim suas ideias<sup>1165</sup>

Já em condições difíceis pela sua própria situação geográfica, pelo estado de pobreza em que vegeta a sua população rural, a qual verga sob os impostos destinados a manter

<sup>1163</sup> Ofício Secreto Consulado Brasileiro em Varsóvia, Edgardo Barbedo para ministro Mário de Pimentel Brandão, MRE, 16 de dezembro de 1937. Ver Malikoski (2019).

<sup>1164</sup> Ibidem.

<sup>1165</sup> Ofício Confidencial n. 08, Legação Brasileira em Varsóvia, ministro J. de A. Figueira de Mello para ministro Mário de Pimentel Brandão, 03 de fevereiro de 1938. Ver Carneiro (1994).



custosa máquina administrativa e a manutenção de forças armadas consideráveis, atribulada com o problema israelita cada vez mais agudo, a Polônia parece viver, entretanto, obcecada com a visão de um império colonial: as atividades da sua Liga Marítima e Colonial disso são prova, o vozerio da imprensa em querer convencer o povo de que a Polônia precisa de forte poder naval (com 70 quilômetros de costa!!!), tudo isso faz pensar<sup>1166</sup>.

O Brasil já vivia um período de mudanças políticas, no qual o autoritarismo chegava de maneira mais contundente com o Estado Novo, acompanhado dos ideais nacionalistas e xenófobos, que os diplomatas poderiam querer seguir ou demonstrar apoio dinâmico para os novos ministros. No entanto, os mitos, baseado nos elementos objetivos da história acionados em um período de crise, como aquele de amplas mudanças, poderiam ser (re)ativados de maneira mais clara e contundente que no início da década. Manifestando as fobias e inquietações da sociedade através de imagens e representações específicas de elementos que existiam desde antes, como a LMiK e suas ações no Brasil, agora, emergindo medos específicos e receios a serem utilizados como instrumento de rotulação negativa para com as atividades polonesas como imperiais e coloniais, sendo elementos para a construção do país como estado soberano, uno e com um projeto nacional específico, devendo conduzir à ação nacionalizadora objetiva, como reação a possíveis ameaças constituintes.

### 5.3.2. A campanha de nacionalização e os perigos estrangeiros

A nacionalização, como seguimento da noção de campanha, pode ser exemplificada no caso polonês por observações do tenente-coronel Hugo Bethlem<sup>1167</sup>, um dos envolvidos no processo nacionalizador ao qual buscamos ampliar o escopo, já aludido em artigos como de Seyferth (1997) para o caso dos alemães e Oliveira (2009b). Os poloneses estavam, nesse contexto, junto aos alemães entre “os núcleos de colonização estrangeira mais poderosos” do Paraná e Santa Catarina<sup>1168</sup> ao mesmo tempo em que existia uma “propagação e sua infiltração solerte” por quadros estrangeiros no país, em que criticava órgãos internacionais, como talvez à Liga das Nações e seus debates sobre as minorias e populações estrangeiras, o que era uma ameaça estrangeira de agentes, que “em qualquer lugar do mundo seriam fuzilados como

---

<sup>1166</sup> Ibidem.

<sup>1167</sup> Parte das discussões do texto de Bethlem e os poloneses foram discutidas analisadas no artigo TRINDADE, Rhuan T. Z., GILLIES, Ana M. Entre a brasilidade e polonidade: sociabilidade étnica, as instituições polonesas e a campanha de nacionalização na obra de Hugo Bethlem (1939) (no prelo).

<sup>1168</sup> BETHLEM, op. cit., p. 22.

espiões miseráveis”<sup>1169</sup> e não da população local de origem estrangeira, brasileira em potencial e por nascimento, que deveria, nas suas acepções, ser assimilada.

Na lógica do autor, era o elemento “de fora” que deveria ser expulso, que traria as ideias alienígenas a serem combatidas, enquanto o colono nascido no Brasil, o descendente, este deveria ser nacionalizado, vinculado ao país e à brasilidade<sup>1170</sup>, além de ser observado como facilmente enganado e conduzido pelos referidos agentes infiltrados. Havia a necessidade de “curar a chaga dos quistos raciais procuram imprimir na face unitária do conjunto nacional”<sup>1171</sup>. Nesse sentido, “O rompimento da situação de enquistamento [...] apresenta-se como o propósito mais imediato da campanha de nacionalização: o necessário ‘abrasileiramento sociocultural’ precedendo a ‘fusão de raças’, o ‘caldeamento’” (SEYFERTH, 1999, p. 218).

Os nacionalizadores pretendiam atingir “as ideologias étnicas, os sentimentos de etnicidade” (SEYFERTH, 1997, p. 124). A presença estrangeira e a manutenção de seus elementos culturais, a configuração daquilo que chamamos sua “sociabilidade étnica” no Brasil ameaçavam a construção da brasilidade e os projetos de nação, embora, deva ficar claro, que do ponto de vista das ações coloniais e imperialistas polonesas configuradas no Brasil, existisse um grande superdimensionamento, como representação e imaginário conformador do real para a mobilização social e política em torno de um país homogeneizado e unificado, principalmente, sob o ponto de vista territorial.

A identidade nacional brasileira marcada pela “falta” e com uma “carga emocional negativa, ressentida em sua formulação pessimista e alarmante, chocante pelo impacto da representação estética”, e mais, “inconclusa” e “desencontrada” (BRESCIANI, 2004, p. 408) ajudava a conformar este processo, como já se expressava em 1934 no *Correio do Paraná*, sob os aspectos de observação comparativa do polonês e sua sociabilidade ou aproximações da Polônia, como elemento que a conjugava enquanto nação, ainda que invasora, diante de um Brasil vitimado. Esta imagem causadora de ressentimentos e mesmo inveja diante das nacionalidades europeias, se apresentava como uma identidade inacabada, inconclusa, subordinada e questionada em todos os projetos de nação marcados pela incompletude (BRESCIANI, 2004). Desta maneira, estatutos de exclusão e inferioridade estiveram determinados por percepções do outro, isto é, de alteridade. O estrangeiro tendeu a se tornar um perigo em potencial, sendo “vigiado, controlado e discriminado”, carregando “culpas, responsabilidades e expiações” (MENEZES, 1999, p. 78).

---

<sup>1169</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>1170</sup> BETHLEM, op. cit., p. 68.

<sup>1171</sup> Ibidem, p. 109.

Uma ideia de inferioridade poderia se construir, de forma que os valores poderiam ser invertidos, estabelecendo o “ameaçador” naquele dotado de “admiráveis e desejáveis valores”, que não poderiam ser apropriados, assim, o outro é rebaixado, trocando a posição de inferioridade (SILVA, 2010, p. 38). Conforma-se ódios e invejas nas comparações do “eu” com os “outros” (SILVA, 2010, p. 41), de modo que estes passam a constituir uma lista grande de “indesejáveis”<sup>1172</sup>, dos quais se destacam os imigrantes convertidos ou redescobertos como “estrangeiros”, estranhos, angariando representações e atitudes negativas, bem como intermediando medos balizados em perigos reais ou imaginários.

“O outro, *alter*, está assim sempre presente e passa não mais a significar a fantasia arejada que amplificaria e tensionaria o eu, mas o pesadelo recorrente e recalcado; a alteridade deixa paulatinamente de ser regida pela tolerância” (SEIXAS, 2009, p. 80). Esta alteridade, nas ideologias políticas, fomenta a transmissão e suportam “representações de caráter afetivo e emocional, designam objetos de amor e ódio, constroem um conjunto de distinções ricas em nuances sobre os outros, desejáveis e indesejáveis, reais ou fantasmáticos”, são representações “significativas e relativas a pessoas e grupos” conformando o “nós” e “eles” (ANSART, 2009, p. 125). A alteridade fomenta “inveja, ódio, medo, hostilidade” (MAGALHÃES, 2009, p. 176). A “confrontação” ou “estranhamento” com relação ao “outro” formaria representações, percepções e imagens no imaginário coletivo, que distanciam ou aproximam conforme os juízos, valores e sentimentos presentes a serem mobilizados (NAXARA, 2009, p. 243). Assim, uma antinomia intrínseca, possibilita o estabelecimento de “nomeações, posicionamentos, construção e formação de identidades para o reconhecimento e pertencimento” a qual pode estar vinculada à “recusa do outro” (NAXARA, 2009, p. 243).

Sobre os poloneses pesavam múltiplas imagens, como agricultor e, portanto, trabalhador, poderia ser o branco católico, mas também o *polaco* inferior, poderia ser inassimilável ou possível ameaça militar, ter relação com judeus e comunismo, ademais de sua posição de aproximação com o governo polonês. Embora, geralmente observados os núcleos coloniais de imigrantes como “produtores” e “progressistas”, Bethlem, por exemplo, considerava o alemão mais que o “polaco”, ainda assim, eram na sua maioria visualizados como brasileiros natos, que mantinham hábitos, costumes, tradições e uma “convicção criminosa de serem estrangeiros”, os quais demandavam uma educação melhor orientada<sup>1173</sup>. Conforme

<sup>1172</sup> Doentes mentais, deficientes físicos (cegos, surdos, mudos, mutilados, inválidos, etc.), sexagenários, indigentes, toxicômanos, alcólatras, tuberculosos, leprosos, prostitutas, analfabetos, criminosos, além dos elementos políticos, anarquistas, socialistas, entre outros.

<sup>1173</sup> BETHLEM, op. cit. p. 23.

aponta Ansart-Dourlen (2004, p. 363), baseada em Freud, há um aspecto mais sombrio do ressentimento, procedendo das pulsões mais agressivas e destrutivas, inclusive, as “pulsões de morte”, que poderiam ser manipuladas por regimes autoritários (totalitários para a autora) e canalizadas contras bodes expiatórios, através da propaganda e das ideologias dos estados. Ao não se conformar a sublimação, ele poderia se exprimir na forma da difamação e da calúnia, condutas ritualizadas canalizadas contra os inimigos imaginários designados pelo poder “autoritário” (ANSART-DOURLEN, 2004, p. 363). Conformando um “ressentimento nacionalista”, como parte dos ressentimentos identitários que acompanham o desenvolvimento do Estado-Nação (DELOYÉ, 2004).

O “inimigo externo ameaça-a [a Pátria] na medida que infiltra a contradição social e a oposição de classes [...]”, de maneira que serve para a robustecer tornando o outro inimigo com potencial de ação de unidade interna (LENHARO, 1986, p. 69). O “interno/externo atua como um artifício imagético que não alcança estatuto teórico de análise; é uma mera dimensão descritiva do discurso nacionalista, direcionando para se obter a cristalização da unidade nacional e conter a oposição de classes” (LENHARO, 1986, p. 71), um “recurso ideológico” para localizar problemas em outro lugar<sup>1174</sup>. Conforme Dutra (1997, p. 152), a “figura do inimigo estrangeiro nas manifestações nacionalistas de todo tipo está em que este, além de excitar a fé patriótica do povo, cumpre um papel decisivo na autodefinição do grupo social e/ou nacional, ou ainda, para sermos mais precisos, na construção da identidade”.

A política nacionalizadora, portanto, opera a partir da criação, então, de um inimigo-objetivo, no sentido atribuído por Arendt (2012), tanto real como imaginário (DIETRICH, 2007, p. 16). Esse inimigo, na lógica apregoada por Bethlem, por exemplo, poderiam ser os “agentes mercenários”, os quais se alojavam nas colônias, por incúria das autoridades e a permissividade, a qual garantia o apoio de escola, igreja, associações e partidos<sup>1175</sup>.

Com base nestas apreciações de alteridade, que podemos pensar a configuração da chamada “campanha de nacionalização”, a qual nominaria diversas mobilizações balizadas em decretos-lei (GERALDO, 2007, OLIVEIRA, 2009b) na sua ânsia assimilacionista de extirpação de “quistos” étnicos ou “ideias exóticas”. O Decreto-Lei n.º 383 de 18 de abril de 1938 seria um dos primeiros aludidos a esse período, o qual proibia aos estrangeiros fixados no Brasil do

<sup>1174</sup> Os inimigos, como o caso do anticomunismo, são a “encarnação do mal, da doença, do demônio, da destruição, do apocalipse”, objeto “persecutório”, que ameaça a pátria (DUTRA, 1997, p. 22), que formula “pares antitéticos”, os quais contêm todas as possíveis ameaças aos vários elementos considerados positivos, antinomia produtora de identidade, como a nacional, ao unificar diante do inimigo potencial, como o estrangeiro invasor, ameaçador da segurança nacional que criam apoio interno (DUTRA, 1997).

<sup>1175</sup> BETHLEM, Hugo. op. cit. p. 22.

exercício de atividades políticas, além da de organizar e a atuação de indivíduos em sociedades, fundações, companhias, clubes, entre outros, proibia também publicações referente ao país de origem, manifestações públicas, jornais e outros impressos<sup>1176</sup>. Outros importantes foram o Decreto-Lei nº. 406 de 04 de maio de 1938, o qual criou o Conselho de Imigração e Colonização<sup>1177</sup> e proibiu a entrada de estrangeiros com características consideradas indesejadas e o Decreto-Lei nº 1.545 de 25 de agosto de 1938, que dispunha acerca da proibição do uso de línguas estrangeiras em diferentes situações e espaços (OLIVEIRA, 2009b). Estas novas disposições, durante o Estado Novo, aos poucos vão sendo recebidos nas representações diplomáticas (KOIFMAN, 2012), as quais, já estavam atentas, desde alguns anos à seleção da imigração e às teorias conspiratórias múltiplas dos perigos de diferentes gêneros que preocupavam a construção da brasilidade da Era Vargas. De fato, a temática da nacionalização pairava nos diálogos interministeriais e com os países que tinham imigrantes no Brasil, as trocas de ofícios revelavam que em já em 1937 as legações e consulados discutiam a temática e a Polônia atentava à situação de seus imigrantes<sup>1178</sup>.

#### 5.4. A NACIONALIZAÇÃO DOS POLONESES

Segundo Seyferth (1999, p. 225), as medidas efetivadas entre 1937 e 1945 estavam sendo conformadas desde o século XIX, contudo, era com o esforço de um Estado autoritário somente, que emergia a capacidade de “criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação”. Os poloneses sofreram com essa nova realidade de diferentes modos. Este grupo foi enquadrado como um perigo para a nacionalização, tendo suas instituições perseguidas, o uso do seu idioma constrangido e a intervenção da Polônia vinculada

<sup>1176</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 383 de 18 de abril de 1938. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-norma-pe.html>.

<sup>1177</sup> O órgão vai criar a Revista de Imigração e Colonização, a partir de 1940 e além disso, servia para organizar e controlar a entrada de imigrantes no Brasil. O CIC estava vinculado ao pensamento do MRE (PERES, 1997, p. 86), tendo a presença de intelectuais como Oliveira Vianna, Arthur Hehl Neiva e Dulphe Pinheiro Machado, Raul de Paula, mesclando grupos eugenistas, nacionalistas e outros.

<sup>1178</sup> A legação e o consulado brasileiro em Varsóvia entraram em contato com Beck para explicar a situação brasileira e mesmo pedir conselhos sobre política de controle de imprensa, através da legislação brasileira. Ao que Beck pedia as garantias dos poloneses, seus direitos adquiridos e suas propriedades no Brasil. Figueira de Mello, em fevereiro de 1938, de Varsóvia telegrama ao MRE, afirmando ter recebido nota do Sub-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Polónia sobre a apreensão da “opinião pública” concernentes às notícias vindas do Brasil relativas “às medidas restritivas sobre o ensino particular, projetadas pelas autoridades locais dos Estado do Paraná [...]”, em que os poloneses temiam pela liberdade dos imigrantes e a garantia de seus direitos. Telegrama da Legação Brasileira em Varsóvia, J. de A. Figueira de Mello para o MRE, 16 de fevereiro de 1938.

com o imperialismo e o expansionismo europeu no Brasil. O contexto mostrava que “A “escola polonesa”, a imprensa produzida para as comunidades, o clero polonês, o uso cotidiano da língua materna, produziram um ideal de polonidade, uma afirmação de identidade étnica” (SEYFERTH, 1999, p. 207) e segundo Wachowicz (2002, p. 98), até 1937, 12.283 crianças recebiam educação nas 349 escolas étnicas polonesas no sul do Brasil (sendo 308 leigas e 41 religiosas) e existiam, ainda, na mesma época, cerca de 269 sociedades polonesas no Brasil (2002, p. 62), todos elementos conduzidos parcialmente pelas políticas de aproximação desde o início da década. Nesse contexto, sem esquecer as profundas estereotipizações negativas que carregavam os poloneses, portanto, assim como era o “menos desejável”, também o seu ideal ameaçador deveria ser encarado como fluído. Mas o que de fato ocorria, para os perpetradores da campanha de nacionalização, era a “solerte e profunda infiltração polaca” (SEYFERTH, 1997, p. 102)<sup>1179</sup>, construída como um perigo para a integridade do país.

Nesse bojo, os referidos “agentes mercenários estrangeiros” que organizariam as comunidades estrangeiras e eram considerados “camuflados” de profissões, como educadores<sup>1180</sup> deviam ser combatidos, pois eram aqueles que causavam a desnacionalização ao promoverem ideais de nacionalidade diferentes do brasileiro. A imagem negativa do país, no aspecto da integração, era uma ameaça de balcanização ou espanholização<sup>1181</sup>, os quais serviam de molde para a necessidade de manter a força, unidade e independência do país, impedindo uma possível desintegração nacional. Nesse contexto, os poloneses foram enquadrados na noção de “quistos étnicos” pela intelectualidade e o exército, particularmente no Paraná e Espírito Santo (GERALDO, 2007). Estando próximos, como temos demonstrado ao longo deste trabalho, dos japoneses (LENHARO, 1986, SHIZUNO, 2001, SAKURAI, 2001, LESSER, 2001, GERALDO, 2007, TAKEUCHI, 2008), que sofriam com estereótipos semelhantes, que somavam a inferioridade e a ameaça.

Em memorando de março de 1939 para o Chefe da Divisão Política e Diplomática, podemos verificar panoramicamente a questão da nacionalização vinculada aos poloneses. Conforme o texto, o decreto-lei n.383 de 18 de abril de 1938 conduziu a reação de países com correntes imigratórias para o Brasil<sup>1182</sup>. Este seria o caso da Polônia com “275.000 poloneses radicados” no país, em especial nos estados do Sul, “formando núcleos quase impermeáveis à nacionalização”. O caso levou a uma “série de incidentes entre o Governo brasileiro e a Polônia,

---

<sup>1179</sup> BETHLEM, op. cit., p. 13.

<sup>1180</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>1181</sup> Ibidem, p. 06.

<sup>1182</sup> Memorando do cônsul Carlos S. de Ouro Preto, para o Chefe da Divisão Política e Diplomática 01 de março de 1939. Lata 1291, Maço 29633. Carneiro (2010) alude a este documento.



incidentes cuja a responsabilidade cabe, sem dúvida, à intransigência da Legação polonesa nesta Capital”<sup>1183</sup>.

Os atritos teriam sido provocados também pelo “excesso de zelo das nossas autoridades policiais” e “manifesto desejo de não-assimilação do imigrante e da colônia polonesa”, assim, uma crise foi provocada em meados de 1938 levando ao quase rompimento das relações entre os dois países, em especial, em razão das providências contra os estrangeiros tomadas pelo Brasil<sup>1184</sup>. Teria sido a “campanha de nacionalização” o ponto de partida para os incidentes agravados pelo fechamento da União Central dos Poloneses, Representação da Liga Marítima e Colonial e União dos Professores das Escolas Polonesas, pois foram declaradas “incompatíveis” com o decreto n. 383<sup>1185</sup>. Conforme Malikoski (2019, p. 183-184) o General Meira de Vasconcellos ordenou o fechamento dessas instituições, pois tinham fortes vínculos com o governo polonês, o MSZ e a política colonial. Nesse sentido, premente é realçar a importância do exército no movimento repressor às etnicidades dos imigrantes, assim como a mobilização da nacionalidade “principalmente nas regiões de colonização do Sul que ficavam na jurisdição da 5ª Região Militar” (SEYFERTH, 1999, p. 221), sediada em Curitiba (responsável por Paraná e Santa Catarina), onde justamente a coerção militar visava atingir as organizações comunitárias étnicas, culturais e políticas, produzidas pela imigração polonesa, através da ação de “jovens oficiais militares” (OLIVEIRA, 2009b, p. 7).

Entre os oficiais, o mencionado general José Meira de Vasconcelos se destacou, sendo comandante da 5ª Região Militar entre agosto de 1937 e julho de 1938, portanto, no momento central de aplicação da nova legislação<sup>1186</sup>. Como demonstra Cancelli (1994, p. 132-133), para algumas autoridades públicas, como o general, os poloneses, junto aos alemães, eram os “piores” como “não-assimilados” e “perigo à estabilidade” da nacionalidade. Junto dele, uma série de oficiais de patentes menores estiveram envolvidos em ações em relação aos poloneses, a exemplo de Bethlem<sup>1187</sup>.

---

<sup>1183</sup> Ibidem.

<sup>1184</sup> Ibidem.

<sup>1185</sup> Ibidem.

<sup>1186</sup> General José Meira de Vasconcelos (1878-1959). CPDOC. O general produziu, inclusive, um estudo, do Estado-Maior do exército encaminhado ao Ministro da Guerra, de 24 de maio de 1938, criticando a presença polonesa e alemã. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-meira-de-vasconcelos>. O substituto no comando a partir de 1939, o general Manuel Rebello, foi igualmente importante no processo de nacionalização. Malikoski (2019) demonstra que a população em Curitiba, apoiou as ações do general, especialmente, através dos periódicos locais.

<sup>1187</sup> Bethlem menciona Comandante Ponto de Oliveira, que seria delegado pelo governo para ser membro da missão executora do Estado de Guerra, o Tenente-Coronel Jayme de Almeida, o Capitão Emmanuel Adacto Pereira de Mello, o capitão Emmanuel de Moraes e o Tenente Alfredo Molinaro, entre outros. BETHLEM, op. cit., p. 07.

Como aponta Seyferth (1999, p. 207), tendo em vista que “Instituições e ideologias [...] aparecem na constituição dos [...] grupos étnicos”, as principais afetadas foram as de ensino, as “escolas étnicas”. Estas, para os poloneses, foram também as mais pesquisadas (RENK, 2009, MALIKOSKI, 2016, 2018, 2019), incorrendo em processo de nacionalização ou fechamento, em caso do não cumprimento das novas diretrizes, em especial, a necessidade de professores brasileiros e ensino em português<sup>1188</sup>. Além das escolares, uma série de outras instituições<sup>1189</sup> (igrejas, associações étnicas, cooperativas, etc.) também sofreram com o processo de nacionalização, entre elas, a imprensa<sup>1190</sup>, embora o seu foco tenha sido mais tardio<sup>1191</sup> (SEYFERTH, 1999).

O que podemos observar, nesse contexto, é que a institucionalização ou sociabilidade étnica do grupo polonês foi o cerne do processo de nacionalização e contextualizada como assimilação, fatores que se somavam, como Bethlem identifica, à existência da “infiltração polaca” e a “causa da polonidade”. Segundo o autor, os poloneses tinham o “domínio” do vale do Ivaí no Paraná e apesar de “considerados por todos, como núcleos inofensivos de pacatos agricultores” teriam surpreendido com o aparecimento das denúncias e fatos, com o fechamento das instituições como a CZP, que “através de seus arquivos, se pode surpreender documentos simplesmente alarmantes”<sup>1192</sup> (OLIVEIRA, 2009, p. 8). A sociabilidade polonesa e seus processos de criação de instituições coaduna com a ampliação da sua visibilidade no entreguerras, para além de sua permanência desejada no campo, como ambivalência e contradição à promoção da identidade nacional brasileira frente à *polonidade* estimulada interna e externamente pelo governo polonês. Como exemplifica o militar adiante, ao se referir à

<sup>1188</sup> Conforme Seyferth (1999, p. 220) “todas as escolas deviam ter nomes brasileiros, só brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção, os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras, as aulas deviam ser ministradas em português, sendo vetado o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos, as subvenções de governos e instituições estrangeiras foram proibidas” ou ainda “a legislação modificou os currículos, com introdução de disciplinas obrigatórias como história e geografia do Brasil, educação moral e cívica, e educação física (que devia ser ministrada por instrutores militares)”.

<sup>1189</sup> Estimulou-se ideais de patriotismo, uso de símbolos nacionais e comemoração das datas nacionais isto é, a prática do civismo para assimilar e formar uma “consciência nacional”. Assim, atingindo também a população adulta, para além das escolas, com propaganda e fomento do sentimento da brasilidade. A radicalização da campanha levou à “interferência na vida cotidiana atingiu outras instituições comunitárias e culminou com a proibição de falar idiomas estrangeiros em público, inclusive durante cerimônias religiosas [...] As associações culturais e recreativas tiveram de encerrar todas as atividades que pudessem estar associadas às respectivas culturas nacionais”. (SEYFERTH, 1999, p. 220-221)

<sup>1190</sup> O *Lud* (O Povo) foi um dos jornais censurados (SILVA, TRINDADE, 2018).

<sup>1191</sup> Conforme Seyferth (1999, p. 221) “Em 1939, a intervenção alcançou os meios de comunicação, com a censura de programas de rádio e as restrições à imprensa em língua estrangeira [...]. Inicialmente, os jornais tiveram de aceitar um redator brasileiro (incumbido da censura) e publicar edições bilíngües e artigos patrióticos de autores brasileiros. Depois veio a proibição definitiva e, em consequência, o desaparecimento da maioria dos jornais e revistas. A substituição lingüística atingiu, inclusive, os nomes das ruas, os letreiros e cartazes das lojas e fábricas e a denominação dos clubes e associações”.

<sup>1192</sup> BETHLEM, op. cit., p. 53-54. Ver TRINDADE, GILLIES, op. cit.

“famosa” C.Z.P., ocultada sob o véu de uma entidade apenas beneficente e cultural, mas que seria “filha direta” da *Światpol*, considerado “órgão poderoso, mentor de todas as atividades polacas no mundo” e consequentemente no Brasil, através da sua filial curitibana<sup>1193</sup> (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

A ideia de uma associação inocente e modesta, descoberta, e atrelada a uma instituição maior colocada como poderosa, permitem, de um lado, identificar mudanças de perspectivas sobre os poloneses no Brasil e, de outro, analisar como se configuram as representações e imagens negativas sobre esse grupo vinculado ao imperialismo. A CZP, para o autor, irradiando muitos núcleos, subvencionava e mantinha várias escolas, clubes e associações, “era a manutenção irrestrita, nos brasileiros de origem polaca, do mais arraigado espírito patriótico polonês”<sup>1194</sup>, portanto, se justificava ou, ao menos, se evidenciavam justificativas para seu fechamento. O possível suporte de membros internos ao grupo polonês não pode ser descartado, para a apuração das informações, traduções e situações particulares, personagens envolvidos ou representatividade da ameaça que se tornava visível. Bethlem alude ao trabalho de João Grabski.

Todo este conjunto extraordinário que progredia na sombra, já havia sido alertado há anos, por alguns patriotas brasileiros, que aterrorizados com esta infiltração preconcebida e sistemática, iniciaram uma tenaz campanha pelos jornais, contra todas as dificuldades, como a que o Dr. João Grabski, auditor da Força Militar do Estado do Paraná, fez pelas colunas do *O Correio do Paraná*. Esta campanha porém, foi inútil na época, por falta absoluta de apoio e de interesse do poder público, que no Paraná aliás, nunca procurou muito decisivamente, compreender o perigo deste problema<sup>1195</sup>.

Grabski seria “simpatizante” do Estado Novo, apoiando o governo (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 133, MALIKOSKI, 2019). Malikoski, a partir de fontes consulares polonesas, aponta que Grabski foi acusado pelo general Strzemiński de colaborar com os militares brasileiros por “sentimento de vingança”, permitindo a busca dos documentos do arquivo da instituição (2019, p. 234). Na sua passagem acima, Bethlem confirmaria o apoio de Grabski nos eventos ocorridos em meados de 1934, indicando como as questões internas da comunidade polonesa poderiam afetar o discurso, mas também ações sobre o “imperialismo polonês no Brasil”. Reconhecer o apoio interno por parte de membros da colônia é inerente na conformação de nossa pesquisa. As menções às instituições, documentos, a organização das estruturas, o perfil daquilo que consideramos a institucionalização e sociabilidade étnica

---

<sup>1193</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>1194</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>1195</sup> Ibidem, p. 58.

polonesa no Brasil denuncia o apoio e conhecimento interno, motivados por um nacionalismo que se exacerbava e era divulgado pelo poder central, mas também possíveis ressentimentos pessoais e brigas que remontavam a presença das ingerências da Polônia no Brasil.

A CZP teria sofrido uma intervenção policial, segundo a diplomacia polonesa, sendo a primeira atingida pela campanha, embora tenha encabeçado diversas tentativas de resistência por parte de suas lideranças (MALIKOSKI, 2019). Em meados de março de 1938 teria sido ocupada por funcionários da polícia, levando o arquivo e depois os diretores da instituição foram chamados a depor, sendo declarada a sua suspensão sem possibilidade de cumprir prazos para sua adequação à nova legislação<sup>1196</sup>. A ideia de uma “causa da polonidade”, agora configurada e compreendida como um efetivo perigo para o país, do ponto de vista da nacionalidade, mas também para a manutenção da integridade nacional, apareceria, portanto, articulando o ensino e instituições agregadoras representativas do grupo.

As outras organizações polonesas mencionadas encerradas ou nacionalizadas, além das escolas, foram a Associação dos Professores Poloneses no Brasil, dirigida por Ramon Gajda, a União Profissional dos Agricultores Poloneses no Brasil (*Związek Zawodowy Rolników Polskich w Brazylii*), dirigido por J. Kruszewski<sup>1197</sup> e o *Junak* e seus líderes (em sua maioria instrutores), todos enquadrados como perigos dentro de projetos poloneses<sup>1198</sup>. Sobre a primeira, Malikoski (2019) aponta debates com general Vasconcelos e ampla resistência do consulado e seus líderes Włodmierz Radomski e Eduardo Czerwotka. A União dos Agricultores teve seus membros chamados a depor no quartel da Região Militar<sup>1199</sup>, enquanto

<sup>1196</sup> Pró-Memória sobre decreto-lei 383, Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938.

<sup>1197</sup> BETHLEM, op. cit., p. 55-56. Pró-Memória sobre decreto-lei 383, Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938.

<sup>1198</sup> O Dia, 26 de julho de 1938. Parte dos tradicionais artigos “A campanha de nacionalização nos estados do sul” do Major Nelson Bandeira Moreira, explicava a campanha que se desenvolvia para o “engrandecimento nacional”, apesar da “intervenção impatriótica de alguns maus brasileiros e de certos estrangeiros indesejáveis”. Se encaminhavam com “verdade e justiça”, mas também com “enérgica repulsa e de severa punição para os que fraudando a nossas leis, traindo a nossa hospitalidade, pretendem ‘apunhalar-nos pelas costas’”. Crítica a partir da leitura do *America-Echo*, de Ohio, de um “estrangeiro aqui residente”, “useiro e veseiro em nos destratar”, difamando o Brasil, seus governos e sua história, para o major. Um “inescrupuloso indivíduo polonês”, a quem já teriam identificado, usando o pseudônimo L. Zarzechi, criticando a substituição da diretoria do *Junak*. Segundo aponta, o General Meira de Vasconcelos teria sido por aquele caracterizado de “o principal perseguidor dos imigrantes”, assim como outras “calúnias” como de ocupação armada da instituição. Segundo aponta, o autor polonês teria dado a entender que se buscava apropriar dos patrimônios das instituições. Criticava também a prisão do “Capitão Sadowski, do exército polaco” e “sua amante”, tendo sido comparada a “modo que na Rússia bolchevista, juntamente com criminosos [...]”. Considera um “amontoado de inverdades” e “mórbida alucinação”, a qual não aceitavam, como difamação ao país.

Sobre a nacionalização das instituições mais amplas, CZP e Associação de Professores, a partir também de fontes polonesas, ver Malikoski (2019).

<sup>1199</sup> Pró-Memória sobre decreto-lei 383, Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938.

o *Junak*, em maio, alterou o nome para “Sociedade de Educação Física Juventus”<sup>1200</sup>, e a presidência Conselho Superior teria sido ocupada pelo capitão Emanuel Moraes (SZCZERBINSKI, 2013, p. 96). Em sua reunião para adaptação à legislação, teria sido ocupada por oficiais militares, incluindo soldados armados, sendo que o capitão Adauto de Mello a presidiu lendo a lista da nova Diretoria sem votação, impondo-a para a instituição<sup>1201</sup>. Assumiria um novo presidente brasileiro, o professor Nicéfaro Modesto Falarz, e a diretoria seria composta inteiramente por brasileiros (de origem polonesa). Ademais, os instrutores Konrad Sadowski e sua esposa Halina Kopczyńska acabaram presos por terem resistido àquelas ações. Outra sociedade que teria sido nacionalizada seria a “Sociedade Polonesa”, quando em maio, o capitão Moraes convocou uma reunião e extinguiu a Diretoria, impondo uma nova<sup>1202</sup>. Outras incorreram em ameaças de fechamento que não se efetivaram ou foram temporários, além de denúncias a instituições regionais e mesmo financeiras, como a P.K.O., tomadas como “tentáculos” que se ramificavam pelo sul do país<sup>1203</sup>.

Conforme avançava o fechamento de associações e instituições, assim como das escolas, a legação brasileira era confrontada pelas autoridades polonesas e uma série de jornais poloneses passaram a destacar os acontecimentos no Brasil de forma crítica. O que gerava a

---

<sup>1200</sup> Diversas sociedades foram nacionalizadas no interior do Paraná, várias pastas temáticas remetem a esse movimento na DOPS/PR, de forma que buscavam alterar os estatutos, incluir os brasileiros na diretoria e retirar o caráter étnico da instituição para nomes mais genéricos. A organização católica *Oświata* também foi uma das que passou por um processo para adequar os estatutos (SILVA, TRINDADE, 2018).

<sup>1201</sup> Pró-Memória sobre decreto-lei 383, Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938.

<sup>1202</sup> Pró-Memória sobre decreto-lei 383, Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938.

<sup>1203</sup> BETHLEM, op. cit., p. 57.

sensação, na legação, de uma “campanha jornalística contra o Brasil”<sup>1204</sup>, dada a apreensão do MRE<sup>1205</sup> com relação às repreensões a Vargas e às práticas do Estado Novo<sup>1206</sup>.

Mais tarde, diante da dificuldade conjuntural, a legação brasileira apontava para o MRE, que a Polônia estava cogitando proibir emigração para o Brasil, em razão das medidas tomadas pelo país<sup>1207</sup>. Uma verdadeira crise diplomática se instalou entre os dois países, sobretudo em razão da prisão dos instrutores vinculados ao *Junak* e a mudança de seus estatutos, assim como outros movimentos, como o inquérito estabelecido contra funcionários do consulado polonês de Curitiba<sup>1208</sup>. Em especial, o caso do guarda-livros Stefan Jankowski e do arquivista “Ladislau” [Władysław] Wójcik, ambos do consulado em Curitiba, depois da ação de um agente policial naquela sede diplomática<sup>1209</sup>, bem como do jurisconsulto do consulado Ludovico Wolski<sup>1210</sup>. Diante das denúncias feitas pela Legação Polonesa naquele sentido, o Interventor do Paraná instaurava sindicâncias a fim de averiguar as situações e tomar as medidas necessárias<sup>1211</sup>.

<sup>1204</sup> Rahmeier (2009) demonstra como entre os alemães a situação foi semelhante naquele mesmo contexto.

<sup>1205</sup> A Agência Telegráfica Polonesa (P.A.T) do Rio de Janeiro repassava informações para os jornais poloneses. Possivelmente Jerzy Kossowski era o correspondente que mandava os dados matérias. Ofício de 13 de junho de 1938. Diversos jornais publicaram críticas às ações no Brasil na documentação do MRE, entre fevereiro e junho de 1938, sendo traduzidos e remetidos ao ministério pela legação brasileira. Além de tradução de reportagens Figueira de Mello teve de se explicar frequentemente em audiências com o Sub-Secretário de Negócios estrangeiros, Szembeck, ao longo de 1938, conforme aponta no envio de telegramas.

Em 14 de fevereiro de 1938, Mello envia mensagem ao MSZ tentando aplacar as críticas da opinião pública brasileira e afirmando a manutenção de política externa de amizade com a Polônia. Em 25 de maio de 1938, Mello envia nota para o MSZ, direcionada a Józef Beck, criticando os artigos de Varsóvia contra o governo brasileiro. Para o legado, a campanha da imprensa polonesa era “injusta” sendo as medidas necessárias para garantir a integridade nacional. Garantia, assim, o protesto do governo brasileiro. Em Ofício Legação Brasileira em Varsóvia, ministro J. de A. Figueira de Mello para ministro Oswaldo Aranha, 27 de junho de 1938. Os jornais poloneses, em geral, consideravam os poloneses como agricultores, vinculados ao melhoramento do Brasil, inclusive racial, bem como para o “engrandecimento” do país. Mesmos suas instituições eram elogiadas nesse sentido. Criticaram o fechamento da LMiK, as prisões de Sadowski e Kopczyńska, o fechamento do CZP, das associações de professores e União de agricultores. Frequentemente pensavam a questão dos judeus, como elemento para exclusão e articulavam a necessidade dos poloneses de se vincularem à Polônia e desta expandir o “polonismo” e “ter colônias”.

<sup>1206</sup> Telegrama do MRE para a Legação Brasileira em Varsóvia, 04 de abril de 1938. Telegrama do MRE para a Legação Brasileira em Varsóvia, 24 de maio de 1938, informa estarem cientes dos ataques da imprensa polonesa, em especial, do *Express Poranny*, que afirmavam serem as medidas um “atentado” contra a colônia polonesa, “obrigando a Polônia inteira a solidarizar-se com os seus compatriotas emigrados na luta pelos legítimos direitos”. Afirma ser o dever da Legação protestar contra aquela campanha que consideravam injusta, “pois as medidas por nós adotadas foram determinadas por exigência da integridade nacional”.

<sup>1207</sup> Telegrama Legação brasileira em Varsóvia J. de A. Figueira de Mello, 19 de agosto de 1938. Lata 1291, Maço 29633.

<sup>1208</sup> Memorando do cônsul Carlos S. de Ouro Preto, para o Chefe da Divisão Política e Diplomática 01 de março de 1939. Lata 1291, Maço 29633.

<sup>1209</sup> Ofício cônsul da Polônia em Curitiba, Józef Gieburowski para Inteventoria, Manoel Ribas, 31 de março de 1938.

<sup>1210</sup> Ofício Legação Polonesa no Rio de Janeiro, ministro Tadeusz Skowroński para ministro Oswaldo Aranha, MRE, 16 de maio de 1938.

<sup>1211</sup> Nota MRE para a Legação Polonesa do Rio de Janeiro, 15 de julho de 1938.



Entre outros desenvolvimentos daquele contexto, existiu a acusação por parte da legação polonesa da nacionalização de cemitérios e inscrições em língua polonesa, em Rio Azul-PR, com os epitáfios sendo raspados; a perda de cargos por pessoas com sobrenome polonês nas repartições estaduais; ademais de múltiplas prisões e fechamento/legalização de instituições, as quais podem ser observadas na documentação da DOPS/PR<sup>1212</sup>. Com base nessas denúncias, não podemos deixar de pensar a existência de abusos frente os grupos imigrantes e seus descendentes durante o processo nacionalizador, sobretudo com relação aos poloneses, mas as ações estavam balizadas num contexto intelectual, político e cultural que colocavam grupos estrangeiros, como o polonês, como motivo de atenção e necessidade de repressão para assimilar em nome da integridade, segurança e identidade nacionais.

#### 5.4.1. As sociedades colonizadoras e a questão das terras

Uma atenção especial no caso polonês, para além das entidades de caráter cultural, as associações educacionais, esportivas ou de professores, é conduzido pela análise de Bethlem para o encerramento das atividades das companhias colonizadoras, que considerava “Mistificadas” por obterem terras através da compra para a colocação de poloneses e descendentes<sup>1213</sup>, como: A Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense S.A. (*Paranska Spółka Kolonizacyjno-Handlowa S.A.*), na sua visão, “controlada” pela LMiK. A suspensão desta última teria ocorrido em maio de 1938 e seus direitos sobre as terras seriam concedidos à Cia. de Compra e Venda de Terras Paranaense Ltda, sob comando do advogado Luiz Wolski<sup>1214</sup>. Dentro desta conjuntura, o general Strzemiński ofereceu a abertura dos arquivos da LMiK para uma “devassa”, em comunicação com Manoel Ribas, a fim de evitar o seu fechamento, no entanto, não obteve sucesso<sup>1215</sup> e a colonizadora encerrou as suas atividades.

<sup>1212</sup> Ofício Legação Polonesa no Rio de Janeiro, ministro Tadeusz Skowroński para ministro interino Cyro de Freitas Valle, MRE, 28 de fevereiro de 1939. Como o Club Polonês, de Curitiba, a Associação Pilsudski, também da capital e a de São Paulo, Sociedade Polonesa e Associação das Sociedades Polonesas do Rio Grande do Sul, ambas de Porto Alegre, Sociedade Polônia do Rio de Janeiro e Nicolau Copérnico, de Mallet. Pró-memória Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1938 e 22 de novembro de 1938.

<sup>1213</sup> BETHLEM, op. cit., p. 56.

<sup>1214</sup> A idoneidade dessa nova companhia foi atestada justamente pela Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense S. A. Assinam Witoldo [Witold] Paul, como diretor técnico e diretor geral, nome ilegível [parece ser Romuald Krzesimowski, que também foi membro da diretoria do CZP], Atestado de 14 de novembro de 1938. A nova companhia foi controlada, além de Wolski, por José Domanski e Alexandre Matuszewski, que foi agente consular em São Paulo e ligado ao CZP (PITON, 1971 e Legação Polonesa no Rio de Janeiro para MRE, 25 de julho de 1936) e, por ser polonês, emperrou o negócio até 1940. ITCG. Os personagens envolvidos em ambas as colonizadoras tinham vínculos através das instituições polonesas.

<sup>1215</sup> Ofício de Stefan Strzemiński para Interventor Manoel Ribas, 16 de março 1938. ITCG.

Os novos empreendimentos da LMiK geravam desconfianças assim como os da MTO, desde 1937 (NALEWAJKO, 2014, p. 141). A Companhia Colonizadora é referida em um ofício enviado em junho de 1939, do comando da 5ª Região Militar para o Chefe de Polícia do Estado do Paraná, com cópias enviadas para a chefatura de polícia de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como repassada para a tomada de providências pela DOPS. Foi enviada anexa uma cópia de correspondência trocada entre a “Sociedade Internacional de Colonização” (MTO), sediada em Varsóvia, e a “Companhia Colonizadora Mercantil Paranaense S.A.”, situada em Curitiba. “Conforme depreende a aludida carta, continuam firmes as relações entre o serviço oficial polaco de colonização, do qual a ‘Sociedade Internacional’ referida é uma das modalidades e as organizações subsidiárias aqui existentes, como o caso da ‘Cia. Colonizadora Mercantil’”. Pedia o estabelecimento de sindicâncias sobre a constituição, finalidade, entre outras informações daquela colonizadora, incluindo seu representante que se deslocavam ao Brasil. A carta, assinada por Mieczysław Lepecki e Michał Pankiewicz, apresentados como presidente da diretoria e diretor<sup>1216</sup>, respectivamente, da MTO, tratava das questões estruturais das colônias *Nowa Wola* e *Jagoda*, pedindo pela ação de propaganda no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, para maior afluxo de reimigrantes poloneses para o Paraná.

Segundo Bethlem, a ação das colonizadoras estaria relacionado à presença de enviados estrangeiros, os quais assumem a noção que apregoamos vinculada aos “instrutores” e emissários do governo polonês, como elementos que ademais dos esforços vinculados à etnicidade junto aos brasileiros de origem imigrante aproveitavam e “ampliavam o raio de suas atividades, e através de negociatas e arranjos, começaram a adquirir, a resto de barato, áreas imensas de nosso solo”, além da participação na configuração partidária política. Embora este último elemento fosse menos importante para os poloneses, outro como “falar rigorosamente suas línguas” e “a dominar enfim uma vasta região de nosso território”<sup>1217</sup> poderiam estar articulados aos ideais de assentamento num sentido colonial. A ação das colonizadoras, a partir dos negócios de concessões e compra de terras, portanto, ganham *status* oficial de uma infiltração estrangeira para conseguir ocupar áreas do solo nacional, dentro do jogo duplo de manutenção da identidade étnica e direcionamento da emigração, observados naquela conjuntura, pelo controle mais atento das políticas de nacionalização e os governos estaduais e federais.

---

<sup>1216</sup> Reiterado no Documento da Sociedade Internacional de Colonização (Międzynarodowe Towarzystwo Osadnicze). Sem data, na pasta de Lepecki, DEAP/PR.

<sup>1217</sup> BETHLEM, op. cit., p. 24.

Os problemas relacionados aos poloneses se agudizavam, nesse sentido, talvez pelo desenvolvimento do próprio contexto internacional. Com relação, por exemplo, a questão de Cieszyn, especialmente com a anexação da região de Zaolzie, após a conferência de Munique em 29 de setembro de 1938<sup>1218</sup>. A região era composta por uma maioria polonesa na Tchecoslováquia, portanto, poderia ser observada dentro do espectro da utilização da população no estrangeiro para fins de anexação territorial, na conformação de uma minoria nacional, embora naquele contexto, fosse parte da política externa do país e do contexto europeu específico<sup>1219</sup>. O jornal *Correio do Paraná*, inclusive, parece ter apoiado a demanda e ocupação polonesa no início de outubro de 1938, apontando que “O antigo território de Cieszyn volta à Pátria Mãe”<sup>1220</sup>, criticando que os poloneses da região estavam sob domínio tcheco e considerando injusta tal situação, a qual, a princípio, se resolvia. No MRE não aparecem maiores ponderações frente a possíveis notícias críticas à ocupação polonesa.

Apesar deste olhar mais neutro ou pró-Polônia, existiram autores que deram maior atenção ao problema e articulavam tal procedimento a ameaças imperialistas polonesas e de outras nações diante da presença de estrangeiros. O artigo “O acordo de Munich e as reflexões que nos sugere”, do Rio de Janeiro, de 12 de outubro de 1938, assinado por Américo Mendes de Oliveira Castro, considera os “tristes acontecimentos” e um “desastre” do qual se tirava lições para evitar a repetição. Discute a “tese” de que indivíduos de uma mesma “raça” deveriam viver sob o mesmo território, considerando situações nas quais tal fator poderia ser aceito, como unificações a exemplo a alemã e a italiana ou povos separados por guerras, mas que questiona se

um grupo racial se extravasou para as regiões limítrofes, a título de boa vizinhança; se, por solidariedade humana, os países superpovoados enviar os seus excedentes de população para outros países, onde o problema da luta pela vida se lhes antolha menos feroz, o caso muda então de figura e perde todo o feitiço de sentimentalismo racial”. O estrangeiro “hóspede” não poderia mudar para “senhor”<sup>1221</sup>.

<sup>1218</sup> Polônia teria ganho 869.000 km de terra e 258.000 habitantes de língua polonesa (CIENCIALA, 2011, p. 139).

<sup>1219</sup> Era um desejo desde a reconstrução polonesa, bem como a anexação fazia parte do contexto das relações com a Alemanha e seu avanço territorial no período, protegendo o país (CIENCIALA, 2011). A ocupação, a qual teria sido aceita pela França e Inglaterra, acompanhada da anexação dos sudetos pelos alemães, garantiria as antigas ideias polonesas de aproximação com os países do centro da Europa, como a Hungria (uma fronteira comum) e Romênia, a fim de criar um bloco de proteção diante da URSS e da Alemanha (CIENCIALA, 2011). As tropas polonesas entraram no distrito e ocuparam minas da região, além de linhas férreas, gerando condenação internacional (HEHN, 2002, p. 90).

<sup>1220</sup> *Correio do Paraná*, 04 de outubro de 1938, no jornal do dia 03 de outubro também se pronuncia favorável à Polônias nas situações em voga.

<sup>1221</sup> O acordo de Munich e as reflexões que nos sugere”, Rio de Janeiro, de 12 de outubro de 1938, Américo Mendes de Oliveira Castro, datilografado. APV.

Os brasileiros deveriam olhar para a “tragédia” de Munique temendo sua expansão, mencionando, assim, a presença de grupos “eticamente distintos em massa do nosso povo” em Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Assim, “medidas de reação estritamente defensiva, provocadas pelo perigo” deveriam ser tomadas<sup>1222</sup>. Criticando as legislações anteriores e apontando o potencial do Estado Novo para intervir na situação, sendo que para ele era fundamental a unidade linguística em torno do português no Brasil, o “mais sólido material para cimentar a nacionalidade”, assim, todos os nascidos no país deveriam fala-la<sup>1223</sup>.

Critica as escolas que buscavam incutir nas crianças “fidelidade aos países de onde vieram seus pais”, com a ideia de serem superiores, onde seria difícil “que o espírito de pura e exclusiva brasilidade reine incontestemente”. O mesmo assevera acerca dos jornais em língua estrangeira, sobretudo em língua não latina. Estes, se escritos em italiano ou espanhol não representavam “o mesmo perigo sorrateiro”, ao contrário, em “alemão, polaco, japonês, etc., tais jornais se tornam impenetráveis à massa do nosso povo”<sup>1224</sup>. Sendo necessário que aquela imprensa fosse emudecida, na sua opinião, condicionando a amplitude do processo justamente aos perfis de assimilação discutidos anteriormente, em que idiomas latinos e seus consequentes falantes pareciam menos propensos a ações negativas, do contrário, aqueles mais afastados desse elemento cultural, ampliavam os medos referentes. Para o autor, o “perigo é inegável” e o momento para dominá-lo seria com o Estado Novo “perpassado pelo vivificante e tonificante sopro de brasilidade”<sup>1225</sup>.

O problema, entre nós, não pode ficar mais em surdina, diante da nota aguda que representam as declarações que a Havas, creio, atribuiu ao sr. Grabowski que exerceu aqui, no meio das atenções e obséquios gerais, o cargo de Ministro da Polônia e que sendo aposentado, ao chegar a Varsóvia achou azado referir sem circunlóquios, à minoria racial polaca existente no Paraná; mau grado a incorreção pouco diplomática, bendita seja ela; os mais impenientemente cegos e surdos, verão e ouvirão certamente desta vez; até a Polônia, até pouco tempo, sob dominação alheia, já pensa em problema racial, novo modo de dominar o desejo de espraçamento por terras alheias e acolhedoras<sup>1226</sup>.

A ameaça polonesa, de forma contumaz avaliada entre a dominação passada e os desejos presentes, e de outros grupos, se devia ao fato de que, segundo o texto, os políticos teriam deixado que o “tumor racial”, ao invés de ser “absorvido”, se tornassem “quistos duros, rebeldes e de extirpação dolorosa”, mas que era um ato de “defesa nacional” rechaçar o “inimigo que se

---

<sup>1222</sup> Ibidem.

<sup>1223</sup> Ibidem.

<sup>1224</sup> Ibidem.

<sup>1225</sup> Ibidem.

<sup>1226</sup> Ibidem.

infiltrou” no território brasileiro. Elogia, assim, o general Meira de Vasconcelos, que teria ocupado o comando das “regiões contaminadas”, tendo o papel do exército, com suas ações, uma centralidade importante para o autor. Considerava inclusive que os militares administrassem as regiões em que o português não fosse predominante, de forma a “generalizar o vernáculo” e “proibir as escolas e publicações racistas”. Assim, considerava seu texto uma manifestação de “brasilofia” e não de “xenofobia”<sup>1227</sup>.

O fato de articular as ações polonesas no Brasil à temática da divisão da Tchecoslováquia é uma constatação do período e das ideias que circulavam entre a intelectualidade brasileira, as quais justificariam as ações da campanha de nacionalização, tanto garantindo a assimilação dos filhos de estrangeiros como da própria unidade territorial nacional frente os “quistos étnicos” e possíveis minorias nacionais a serem demandadas por nações estrangeiras. Retomando, assim, por exemplo, às perspectivas de Bethlem quanto ao Brasil ser balcanizado ou sofrer as agruras dos regionalismos espanhóis, necessariamente extirpando as colonizadoras e os agentes infiltrados.

#### 5.4.2. Os padres e as mulheres: os “baluartes da polonidade”

Afora os aspectos da unidade territorial, as unidades culturais também deveriam ser avaliadas. Quando do início da campanha, se constataria, assim, que a “causa da polonidade” estava inculcada em “brasileiros de origem polaca” contra uma possível “causa nacional” (SEYFERTH, 1997, p. 106)<sup>1228</sup>. Bethlem, assim, aludia aos esforços diante da descoberta da “causa da polonidade” e da “infiltração” ameaçadora que estava escondida até aquele momento. Nesse sentido, aludimos novamente ao caráter da conspiração que emerge subterrânea aos olhos daqueles que buscam dar lógica aos acontecimentos que se desenrolam no final dos anos 1930.

Afirma o militar que a luta contra esse esforço polonês seria grande, pois a Polônia, em referência (dilatada temporalmente de 200 anos) ao período das partilhas, afirma que a nacionalidade aparentemente não teria desaparecido justamente pela manutenção linguística e pelo evitamento da “assimilação”<sup>1229</sup>, ou seja, para o autor, assim como permanecera dominada e mesmo diante de tal conjuntura ter sustentado a sua nacionalidade, no Brasil, poderia reproduzir aquele fenômeno por muitas décadas, ademais da ação de diferentes elementos que evitavam a nacionalização. O que poderia retomar os aspectos circunscritos no documento do

---

<sup>1227</sup> Ibidem.

<sup>1228</sup> BETHLEM, op. cit., p. 59.

<sup>1229</sup> Ibidem.

“Atentado” sobre a guerra subterrânea de Piłsudski, ao longo do período de dominação, e da persistência da nacionalidade polonesa como elemento a ser admirado e temido ao mesmo tempo, como parte da lógica de avaliação de alteridade. Duas estruturas centrais seriam responsáveis, além das instituições e enviados poloneses, pela permanência da *polonidade* em solo brasileiro, os chamados “baluartes” da *polonidade*: a mulher polonesa e o padre polonês. Delumeau (2009) já aludia aos padres e mulheres como construtores de medos de sedição, dedicando, mais tarde, um capítulo inteiro às últimas. No ponto de vista da *polonidade*, a mulher mantinha a língua polonesa no lar, transmitindo ao longo das gerações uma “unidade espiritual”, uma fidelidade religiosa intensa, assomado a inflexibilidade e ignorância, ademais da obediência ao padre<sup>1230</sup>. Bueno já alertava para a importância da mulher polonesa na educação dos filhos a partir de valores “emanados da religião, da constituição familiar e da realização do trabalho” (1999, p. 129), assim como Silva (2019) aponta as mulheres polonesas no bojo da sua atuação intelectual. O outro baluarte era o padre polonês, que pairava sobre todas as questões polonesas particularmente no Brasil, onde “embora muitas vezes guerreavam pelos chamados elementos esquerdistas – dominando sobre a escola, sobre o lar, sobre tudo”<sup>1231</sup>.

Apesar de atento às divisões da comunidade, considerava a necessidade de uma legislação proibitiva dos sermões e o estímulo a presença de padres com “sentimento nacional”<sup>1232</sup>. A importância dos sacerdotes entre os colonos poloneses tem sido amplamente debatida (WACHOWICZ, 1974, STAWINSKI, 1976, GARDOLINSKI, 1976, SEYFERTH, 2000, MAZUREK, 2012, TRINDADE, 2016, SIUDA-AMBROZIAK, 2017). A Igreja, a paróquia e o clero, como sendo espaço de união entre os colonos, particularmente antes da independência polonesa (WACHOWICZ, 1974, p. 152), conformava-os em lideranças importantes. Com base nesse elemento, e catolicismo polonês foi sendo interpretado como uma espécie de arma para o imperialismo do seu país, como visto no texto do “Atentado”. Segundo os nacionalizadores, com os decretos anteriores tendo obtido sucesso, faltava apenas concluir os projetos, o que restava, portanto, diante de um recrudescimento da ação nacionalizadora em 1939, era a força do clero polonês como elemento fundamental da sustentação da *polonidade* nas colônias.

Entre as críticas do autor, estava a necessidade do uso do português nas celebrações de várias nacionalidades e proibição de prédicas<sup>1233</sup>, combatendo, aquilo que Wachowicz (1974)

---

<sup>1230</sup> BETHLEM, op. cit., p. 59.

<sup>1231</sup> Ibidem.

<sup>1232</sup> Ibidem.

<sup>1233</sup> Ibidem, p. 39.



chamou de “fé polonesa”, intrinsicamente vinculada à *polonidade*. Convertida em elemento de conflito e de combate pela nacionalidade brasileira, embora deva ficar claro que existissem diferenças importantes entre as ações étnicas estatais, diplomáticas e das colonizadoras polonesas com as do clero, no tratamento dos poloneses, eles eram elementos conjuntos, como demonstra o “Atentado”, largamente baseado no apoio clerical.

Através dos periódicos podemos identificar um amplo debate sobre a presença do clero polonês e as prédicas no seu idioma. Destaca-se os textos do major Nelson Bandeira Moreira da 5ª Região Militar, o que mais detidamente se coloca com relação à temática, em seus textos “A campanha de nacionalização nos Estados do Sul”<sup>1234</sup>, uma série de artigos que denunciava ações de grupos estrangeiros consideradas negativas. Entre elas, estava a do padre Paulo Kupczyk<sup>1235</sup>, da Igreja Santo Estanislau, em Curitiba, acusado de fazer sermões em língua polonesa, “teimosa e arrogantemente”<sup>1236</sup>, apesar dos apelos em contrário. Para o major as prédicas em língua estrangeira eram um problema à “unidade espiritual”, sendo necessário a obrigatoriedade do português<sup>1237</sup>.

O major lança a ideia, após os pedidos, de que as coisas teriam piorado e o padre se mantido irredutível, pois “considera-se o baluarte invencível da polonidade, inexpugnável, uma verdadeira fortaleza dentro do Brasil, revestida de couraça hermeticamente fechada por todos os lados, um ‘Estado dentro do Estado’” e que buscava “Incute a ‘polonidade’ nos fiéis”<sup>1238</sup>, de forma que Bethlem pode ter recuperado as expressões de seu colega militar, lastreadas, propriamente, nos artigos escritos em polonês, os quais menciona. A resistência clerical parecia ser vista como uma constante desde o início do processo nacionalizador, de maneira que igualmente sua perseguição deveria ser ampliada<sup>1239</sup>. O major continua em outro artigo<sup>1240</sup>, em que considera as “pregações em polaco”, uma “intransigência revoltante”, “um desrespeito”, uma “desatenção aos brasileiros”, “aos filhos desta terra” de “condescendência sem limites”<sup>1241</sup>.

---

<sup>1234</sup> Major Nelson Bandeira Moreira (texto transcrito repassado para o *Lud*, s/d). Outro artigo, em que aponta para a necessidade de “terminar com o mau hábito de certos padres aqui no Brasil [...] de fazerem as suas pregações em estrangeiro”, pois os brasileiros ficariam sem entender possíveis críticas. O padre teria obrigação de falar a língua oficial do “país em que está”, a igreja seria para todos e não apenas os “polacos”. O que acontecia, para o autor, era uma questão de “teimosia” e “desobediência”, alertando recomendações de bispos (Curitiba, Joinville e Ponta Grossa), para ele. Os “acordes de nosso patriotismo” deveriam irradiar primeiro das igrejas, para o major, apenas o Latim deveria ser usado como língua estrangeira. APV. Datilografado.

<sup>1235</sup> Sacerdote polonês, seu nome foi incluído, em 1941, em uma lista de agentes de “propaganda polonesa”, pelo prontuário 1127, encontrado junto a Waldemar da Costa. DEAP/PR, ver anexos.

<sup>1236</sup> O Dia, 17 de agosto de 1938.

<sup>1237</sup> Ibidem.

<sup>1238</sup> Ibidem.

<sup>1239</sup> Ibidem.

<sup>1240</sup> O Dia, 20 de agosto de 1938.

<sup>1241</sup> Ibidem.

Diante daquela situação, para o major, “forçoso é confessar que existe, efetivamente contra o Brasil, fora das serenas regiões do Catolicismo, uma conjuração mascarada, oculta, misteriosa e prepotente”<sup>1242</sup>, fazendo, a partir desta constatação, duas considerações. A primeira sobre o padre vicentino José Joaquim Góral, vigário da freguesia de Abranches, em Curitiba, que teria publicado em 1932 um artigo sobre a “Polonidade” no jornal *Polacy Zagranicą* (Poloneses no Exterior), órgão da “União Mundial dos Polacos no Exterior”. No artigo, o major destaca uma frase que considera “sugestiva”, que constituiria um programa para os poloneses: “[...] as igrejas polacas, as escolas, as sociedades polacas – são fortalezas invencíveis da polonidade”<sup>1243</sup>. A outra, que o bispo Teodor Kubina de Częstochowa, ao ter visitado o país em 1935, publicou um livro “sobre a polonidade dos brasileiros natos descendentes de polacos, que não se assimilaram ao nosso meio, editado em língua polonesa, sob a denominação de “Milagres da Fé e da Polonidade”<sup>1244</sup>. Nesse livro, o referido bispo “[...] reconhece como obra meritória dos padres poloneses e o terem evitado que os brasileiros natos e origem polaca se tenham assimilado, reconhecendo ainda, que na nossa Pátria não há mais polacos e, sim, descendentes de polacos”<sup>1245</sup>. Diante das duas constatações, para o autor, a “máscara” havia sido arrancada pelos brasileiros e a verdade seria a de que o “padre polaco no Brasil, como mero instrumento do seu governo, obriga-se a exaltar a exclusiva polonidade dos descendentes de poloneses que aqui nasceram, a fim que eles sejam verdadeiros cidadãos polacos e só reconheçam a Polônia como sua verdadeira pátria e para ela e só para ela, trabalhem”<sup>1246</sup>.

O major expõe a situação nos periódicos (enviando o artigo também para o *Lud*, periódico escrito em polonês, vinculado aos vicentinos<sup>1247</sup>) a fim de angariar apoio da opinião pública, de forma que o destaque à forte crítica ao clero polonês nominado, diante das atividades de padres específicos, representava a necessidade e a justificativa para ações próximas mais enérgicas e exposição da situação para os leitores, ampliando para o público a produção de

---

<sup>1242</sup> Ibidem.

<sup>1243</sup> Ibidem.

<sup>1244</sup> Ibidem.

<sup>1245</sup> Ressaltando no texto que “dos primeiros pioneiros, que ainda nasceram na Polônia e que iniciaram estas obras, vive apenas um pequeno punhado, mas o seu grande espírito de fé e o Espírito de Polonidade passou para as jovens gerações. Os mais jovens já pertencem à terceira e à quarta gerações, entretanto, falam quase que cristalina e corretamente o polaco, e, conquanto nunca tenham visto a Polônia, amam-na e orgulham-se de serem polacos”. O Dia, 20 de agosto de 1938.

<sup>1246</sup> Ibidem.

<sup>1247</sup> O *Lud* (O Povo) teria sido obrigado a publicar textos do bispo da Igreja Livre do Brasil, Salomão Ferraz sobre a nacionalização da Igreja no Brasil, ordem enviada pelo capitão Manoel de Almeida Moraes. Pró-memória da Legação polonesa no Rio de Janeiro, 26 de julho, de 1938. Ferraz também teria celebrado uma missa na igreja do padre daquela igreja, Adamczewski, O Dia, 28 de junho de 1938. O jornal passou por processos nacionalizadores (SILVA, 2019).

hostilidades<sup>1248</sup>, uma construção dos argumentos sobre a ameaça polonesa no território nacional, capaz de influenciar as mentalidades e inocular ou incutir possíveis imaginários atrelados a medos, ódios e ressentimentos diante dos poloneses pela sociedade envolvente. Padres<sup>1249</sup> além de Kupczyk, o qual teve a presença de militares em sua missa para investigação e denúncia<sup>1250</sup>, também foram perseguidos em Marechal Mallet – São Mateus, onde o pe. Francisco Madej<sup>1251</sup> acabou preso<sup>1252</sup>, ou o padre da Igreja Antigo-Católica (ou Igreja Nacional Polonesa)<sup>1253</sup> José Adamczewski<sup>1254</sup>. Ambos também foram repreendidos por sermões em

<sup>1248</sup> O major foi apoiado no Rio de Janeiro pelo articulista Otto Prazeres que comenta sobre a “A nacionalização e a Polônia”. No texto, trata das dificuldades do Major Nelson Bandeira Moreira, com relação ao “gravíssimo problema da nacionalização nos Estados do Sul”, onde os “quistos estrangeiros continuam a agir de maneira a mais ostensiva e a mais clara contra os interesses brasileiros”, diante da continuidade das ações do clero, sermões em polonês e incutindo a polonidade, rindo “das nossas leis”, da “nossa tolice” e de uma “cegueira imperdoável”. Por estas razões que o major havia decidido pela denúncia dos casos à imprensa. Um “artigo de protesto”, contra a máscara do catolicismo para outras ações.

O “referido oficial do nosso Exército, como todos os demais que serviram ou servem na Quinta Região Militar, dão com tristeza testemunho de que nenhuma das nossas leis chamadas de nacionalismo está sendo ali obedecida, nem sequer as de ensino que visam efeitos em futuro próximo”. Demonstra o não obediência às leis, bem como as denúncias de oficiais do exército, de um “gravíssimo Estado de coisas”, pessoas que merecem “fê” e que teriam de lutar pela integridade do Brasil.

“A ameaça a essa integridade já não se faz, como antigamente, na sombra; é praticada clara e ostensivamente dentro e fora do país e as leis nacionalistas brasileiras ultimamente baixadas só serviam para fazer crescer ainda mais a ostentação e o desrespeito”. Assim sendo, “os quistos raciais precisam, pois, ser tratados com uma energia maior, senão inteiramente dissolvidos”. *Jornal do Brasil* (RJ), 09 de agosto de 1938.

<sup>1249</sup> O jornal *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, alertava criticamente para padres pregando em polonês na região, 16 de maio de 1939 e 17 de maio de 1939. APV.

<sup>1250</sup> Teria sido repreendido pelo Major Bello, diretor do Hospital Militar em Curitiba, que teria assistido à missa “à paisana” e, no entender do diplomata polonês, injuriado à colônia polonesa, sendo atribuída a seguinte expressão: “povo que não vale nada, pois só sabe lavrar a terra e derrubar as matas”, tendo feito transmissões radiofônicas contra os poloneses. Pró-memória da Legação polonesa no Rio de Janeiro, 26 de julho, de 1938.

<sup>1251</sup> Sacerdote polonês, segundo consta em sua ficha do DOPS/PR, n. 23.100, o Tribuna de Segurança Nacional deferiu o arquivamento de um processo de número 632 em 22 de setembro e 1938, em razão da mudança de numeração nas relações de fontes do DOPS no DEAP/PR, não encontramos o referido processo e prontuário, que poderia ser referente aos sermões em polonês. Depois, seu nome foi incluído, em 1941, na lista de agentes de “propaganda polonesa”, pelo prontuário 1127.

<sup>1252</sup> O Dia, 21 de agosto de 1938. Preso por desrespeitar a lei de nacionalização. O jornal defende o padre, afirmando que as leis poderiam estar sendo utilizadas para “desabafe de antigas paixões políticas; para que se desforra as questões puramente pessoais”, na forma de uma interpretação das regras.

<sup>1253</sup> Seu centro de ação foi Ponta Grossa (WACHOWICZ, s/d, c). Sobre a ação no Brasil Cf.: ALMEIDA, L.L. ; ZULIAN, R. W. . A Igreja Antigo-católica em Ponta Grossa (1932-1934): Análise da disputa religiosa na comunidade polonesa local. *Ateliê de História* , v. 2, p. 1-319, 2014. ZULIAN, R. W. . 'Entre ortodoxia e heresia: uma releitura da tradição católica polonesa na Diocese de Ponta Grossa-PR'. *Revista Brasileira de História das Religiões* , v. 2, p. 3-347, 2013.

<sup>1254</sup> Foi detido pelo major Raul Bélo da Cunha junto ao tenente Janary, que teriam ingressado na igreja. Segundo apontamento da Legação polonesa, a acusação era que “pregava contra o Brasil!”, ao reproduzir a fala do major, que ainda afirmava “chega de missas em polaco e também pregações polacas. Quem quer rezar e cantar em polaco as portas estão abertas para sair daqui. Não queremos polacos, que não querem seguir a nacionalização”. Já o tenente, depois, quando recebendo uma comitiva para liberar o padre teria afirmado “vocês estão fazendo aqui a ligação entre vossos países e preparais a vossos governos o campo para ocupar o Brasil, porque, antes que as frotas polacas e alemã possa cá chegar, duzentos e poucos mil polacos e setecentos e poucos mil alemães vão todos para a faca. E vosso cônsul se ele falar qualquer coisa, irá junto com vocês”. O padre acabou solto, mas sob ameaças do general Rebelo de deportação para a Ilha Azul ou Ilha de Santa Cruz. Pró-memória Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 20 de março de 1939.

polonês, tendo respondido diretamente à DOPS, embora o MRE buscasse garantir a ideia de liberdade de culto nos seus diálogos com a Legação Polonesa no Rio de Janeiro<sup>1255</sup>.

No memorando de março de 1939, “as medidas tomadas contra o clero polonês no Paraná e a prisão de vários súditos da Polônia, suspeitos de exercerem atividades contrárias aos interesses brasileiros, ainda exacerbavam os ânimos, provocando acirrados ataques da imprensa de Varsóvia à campanha de nacionalização levada a efeito pelo Governo brasileiro”<sup>1256</sup>. Inclusive, é importante destacar que uma lista de “agentes de propaganda polonesa” aparece no DOPS sob prontuário 1127, encontrado junto a Waldemar da Costa, tendo sido repassada pelo cônsul polonês em 1941, após a invasão polonesa<sup>1257</sup>, mostrando que os padres poloneses continuavam sendo elementos considerados desnacionalizadores, ainda que depois de iniciada a guerra. Assim, a *polonidade* representada pela ação clerical na forma de sermões em língua polonesa era o suficiente para se associar às ações que desagregavam a nacionalidade, mesmo àquelas do governo polonês, sendo, portanto, incompatíveis e, dentro de uma lógica homogeneizadora, perigosas.

##### 5.5. A DOPS E OS POLONESES: SUSPEITOS E INIMIGOS

Além da ação de protagonismo do exército, como demonstrado, a Polícia Política, como instituição vinculada ao Estado, tinha como objetivo a “defesa dos interesses coletivos, mas, a rigor, sua preocupação reside na segurança do *status quo* e dos ocupantes do aparelho do Estado” (ATHAIDES, 2015, p. 21). Como instituição voltada a pensar e, se necessário, reprimir a concepção de “crime político” ou “social”, tomava ações voltadas tanto para ameaças consideradas em certa medida como “reais”, como também àquelas com caráter de “imaginárias” ao poder estatal sob viés da garantia da defesa da propalada “Segurança Nacional” (ATHAIDES, 2015). A polícia varguista, portanto, se embasa nesta concepção, voltada para “autodefesa” do Estado e a manutenção do regime político protegendo-os diante de possíveis elementos “subversivos”, iniciando desde a Constituição de 1934, como base para a contínuo aumento do autoritarismo no Brasil (PEDROSO, 2005, p. 59).

A polícia funcionava como “braço executivo da pessoa do ditador” (CANCELLI, 1994, p. 47), tornada para com os projetos políticos encaminhados, sobretudo, na manutenção da

<sup>1255</sup> Nota MRE para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 15 de julho de 1938.

<sup>1256</sup> Memorando do cônsul Carlos S. de Ouro Preto, para o Chefe da Divisão Política e Diplomática 01 de março de 1939. Lata 1291, Maço 29633.

<sup>1257</sup> Ver anexos.

nacionalidade e assimilação. Conforme o aspecto que Arendt (2012) atribui, vinculado ao totalitarismo, atuaria na perseguição e mesmo criação de inimigos internos, os “inimigos objetivos”<sup>1258</sup> (PEDROSO, 2005, DIETRICH, 2007), no estereótipo daquele a ser perseguido (PEDROSO, 2005) e tornado criminoso, estigmatizado, individualizado<sup>1259</sup> de acordo com os interesses estatais, dentro do espectro da contradição, particularmente rotulando os estrangeiros, entre outras ameaças e conspirações, no sentido de que a desconfiança se configura em lógica para a polícia (PEDROSO, 2005, p. 128). As Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) estaduais, criadas ao longo de 1920 e 1930<sup>1260</sup> constituíam-se em um “aparato repressivo” e determinavam elementos para garantir controle, repressão, vigilância e centralização de uma perseguição política dos diferentes seguimentos sociais mobilizados e construídos como problemas ou perigos (PEDROSO, 2005, ATHAIDES, 2015).

Os elementos acusados de comunistas<sup>1261</sup> eram os preferenciais inimigos a serem descortinados e reprimidos (CANCELLI, 1999), sendo o comunismo o elemento “mobilizador do período”, garantindo a coesão de distintos setores sociais e instituições, de fato, o inimigo e o perigo personificado (DUTRA, 1997). Diferentes movimentos, no entanto, eram perseguidos em medidas distintas, como a própria presença polonesa e sua aproximação com o estado polonês ressurgido, consideradas ideologias perigosas, sejam pelo “exotismo”, vindas de fora, seja pela ameaça política direta. Junto ao comunismo e o integralismo, portanto, os perigos étnico/nacionais, o niponismo, nazismo, fascismo, como movimentos nacionalistas e autoritários, eram alvos, dada a presença imigrante e seu ideal de manutenção identitária através do envio de intelectuais ou de projetos frente os grupos diaspóricos conduzidos na prática pelas

<sup>1258</sup> A Polícia política conforme Dietrich (2007, p. 36): “tem um papel de destaque nesse contexto atuando a princípio como dispositivo de segurança em favor da governabilidade do Estado e, em um segundo momento, como, fomentadora de mitos que referendavam o projeto político de Vargas. Cerceava as ideias ditas “revolucionárias” ou “subversivas”, minando os movimentos de resistência ao regime. Funcionava em prol da prevenção e repressão à criminalidade comum, à dissidência política, à mendicância, à vadiagem e aos estrangeiros nocivos”.

<sup>1259</sup> Conforme Cancelli, a “ação policial deixava de se expressar nas consequências da ação do crime, mas dirigia-se diretamente para o sujeito do crime. Não eram mais as manifestações criminosas de um sujeito que incomodavam a sociedade, e sim o próprio sujeito. Em sua direção, a ação deveria insurgir-se” (1994, p. 29).

<sup>1260</sup> A ideologia política, que influenciava o período varguista, lastreada por elementos europeus adaptados, vai garantir um suporte legal para a ação do Estado, a fim de permitir a perseguição responsável pela garantia do regime, moldando o perfil de cidadão, assim, “A polícia, como instituição mantenedora da ordem pública, agirá a partir de uma constelação de ideias, dentre eles está a consecução das leis e diretrizes políticas do Estado, a auto-manutenção da instituição e sua promoção, entre outros” (PEDROSO, 2005, p. 94).

<sup>1261</sup> Sobre anticomunismo da polícia varguista, ver: PEDROSO, Regina Célia. **Estado Autoritário e Ideologia Policial**, São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESPE, 2005. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Ofício das sombras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 1, pp. 52-67, 2006. PRIORI, Angelo. Polícia Política e sociedade: funcionamento e métodos de ação do DOPS/PR no primeiro período do Governo Vargas (1930-1945). In: **Anais da XXVII Simpósio Nacional de História** – Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 2013.



nações de origem (incluindo compra de terras), como múltiplos trabalhos denotam<sup>1262</sup>. Segundo Pedroso (2015, p. 114), os revolucionários, contestadores, sindicalistas, estrangeiros, operários, anarquistas e subversivos eram configurados em possíveis criminosos, “responsáveis pela desarrumação da sociedade e pela influência negativa que produzem nesta mesma vida social”, trabalhando, nesse sentido, contra o projeto político autoritário de homogeneização e uniformização de diferentes âmbitos (político, racial, social, etc.), assim, produzindo variados inimigos com base em distintas características. Para Dutra (1997, p. 39), o inimigo é unificador, na medida em que encarna os males, perigos e imaginários negativos sociais, “é terrível e perigoso porque é invasor, é estrangeiro, vem de fora, é o estranho”, neste caso, o “inimigo estrangeiro” ocuparia local privilegiado, tanto no sentido do comunismo como imperialismo, particularmente articulado à promoção do nacionalismo brasileiro (DUTRA, 1997, p. 150-151). Ao “ameaçar a pátria, ele é a expressão da ruína material e moral, da instabilidade política e social, do atraso econômico e cultural, da fragmentação geográfica e da traição à nacionalidade e ao espírito cívico” (1997, p. 151), nesse sentido, portanto, o “inimigo estrangeiro” cumpre o papel de “autodefinição do grupo” nacional e construção identitária, observável numa retórica de expressões patrióticas ou nacionalistas (DUTRA, 1997).

No Paraná, a DOPS é criada em setembro de 1937, durante o governo Manoel Ribas, tendo por finalidade a ação de “investigar, prevenir e reprimir” ações para “subverter ordem pública”, como demonstra Athaides, ao analisar as atribuições da delegacia (2015, p. 32)<sup>1263</sup>. Conforme nossa pesquisa, embora tivesse alguns problemas com relação a infraestrutura e eficiência nos processos (ATHAIDES, 2015), a polícia produziu amplo material relacionado aos poloneses. Podemos destacar o apoio da população para a perseguição dos inimigos do regime, através das delações, denúncias com múltiplas motivações (inveja, disputas, etc.), comprometidos com a repressão da DOPS e com o Estado varguista (ATHAIDES, 2015, p. 43). Os autores que pesquisaram o acervo (BRAGGIO, FIUZA, 2013, ATHAIDES, 2015,

<sup>1262</sup> Ver os trabalhos de Alves (2006), Dietrich (2007), Takeuchi (2008), Wiazovski (2008), Zen (2010), Pereira (2017). Além dos alemães, japoneses e judeus, particularmente perseguidos pelo envolvimento nazista, nipônico ou comunista, também italianos (SANTOS, 2008), portugueses e espanhóis foram fruto de perseguição, assim como os poloneses, lituanos, russos, entre outros grupos. Em sua grande maioria, os vínculos com o comunismo, maiormente após 1935, ou outros movimentos de esquerda. O Estado brasileiro garantia o afastamento dos imigrantes dos “círculos de poder e do contexto político e social” (ALVES, 2006, p. 97), podendo prender ou expulsar o indivíduo em definitivo.

<sup>1263</sup> “[...] dentre outras atividades, a prevenção, repressão e processamento no município da Capital, não só dos delitos de ordem política e social, como também dos crimes contra a organização do trabalho, a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos; a investigação, prevenção, repressão e processamento no município da Capital das infrações previstas na Lei das Contravenções Penais; providenciar na permuta com as polícias dos Estados, Distrito Federal e territórios e com quaisquer delegacias ou autoridades, as informações referentes aos indivíduos considerados perigosos à ordem política e social” (DEAP/PR, s.d. apud BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 436).



PEREIRA, 2017) denotam uma ação principal, ao que se evidencia a questão quantitativa, naquilo que tange também os poloneses, era o ideal da vigilância, através da produção das *fichas nominais*, as quais traziam informações que permitiam aos agentes do estado observar os indivíduos que praticariam qualquer tipo de ação minimamente suspeita (depois a investigação partida de uma denúncia, coleta de provas e captura), sendo que poderia conduzir a prontuários e, eventualmente, a efetiva prisão ou perseguição mais direta, dada a comprovação (ou suspeita mais concreta) da eventual ameaça (BRAGGIO, FIUZA, 2013, ATHAIDES, 2015). O estrangeiro, nesse sentido, como “estranho”, que se conforma dentro dos processos de impedimentos, seleção ou perseguição ao longo da década, era “intolerado” (CANCELI, 1994, p. 121).

Mais que a concretização da atuação polonesa, nesse contexto, capaz de ser parcialmente visualizada na análise das fontes a seguir, o material do DOPS permite observar o histórico da perseguição policial aos poloneses, que vai configurando sua ação no discurso e narrativa do polonês como elemento a ser vigiado e reprimido, ou seja, as representações sobre os poloneses, imagens, estereótipos e estigmas possíveis sobre aquele grupo imigrante como percepção de alteridade, vão sendo utilizados, ainda que sua implicação como criminoso político ou atentatório à soberania e segurança nacional fosse pragmaticamente mais imaginário, que real. A documentação informa sobre o recrudescimento desse contexto nacionalista e autoritário varguista, ademais do habitual recurso da ação policial e da população polonesa no país. Assim sendo, como os trabalhos acerca da DEOPS de São Paulo<sup>1264</sup>, que nos inspiram, pensamos a construção de uma versão discursiva, representacional e, inclusive, conspiracionista policial sobre o que seriam as ameaças polonesas, conformando, nesse sentido, uma espécie de “olhar”, permeado de mitos e narrativas preconcebidas.

Estas eram balizadas como conformação persecutória, fomentados pelo Estado, no sentido de uma predileção anti-imigrante e antipolonesa, xenófoba e marcada pelo nacionalismo, ideais raciais, mesmo das conformações ideológicas de exclusão, sobre as aproximações da Polônia com os poloneses e a criação de um perigo decorrido dessa presença estrangeira, gerando múltiplos materiais (documentação e fontes) com base nos seus amplos processos classificatórios de rotulação parcial. A ação da polícia com relação às “categorias de suspeição”, termo apregoado por Dietrich (2007), visavam aqueles que em tese trabalhavam em prol de uma *polonidade* imaginada, os que possuíam cargos ou atividades, bem como comprovações de que estivessem relacionados à Polônia, como pertencer a sociedades

---

<sup>1264</sup> Como Perazzo (1999), Alves (2006), Dietrich (2007), Takeuchi (2008), Santos (2008), Zen (2010), Pedroso (2015) e outros.

polonesas ou outras instituições, ser funcionário do governo polonês ou das colonizadoras, estudar na Polônia, estar vinculado com as escolas, instrutorato, na diplomacia, ou mesmo, no serviço clerical junto aos poloneses, utilizando a língua de origem como fator de particularização identitária. Estas poderiam representar uma forma de apoio à nação de origem em detrimento do Brasil, um código ininteligível de comunicação idiomática, que conduzia aos aspectos negativos frente os imigrantes e descendentes e sua manutenção identitária étnica desde o começo da década.

Nesse sentido, privilegiamos os anos entre 1937 e 1939, embora exista documentação para a sequência do Estado Novo e algumas referências anteriores, elas desfoam das nossas análises acerca da noção constituída de “imperialismo polonês”. Sendo assim, sobre os poloneses, foram identificadas cerca de 100 *fichas nominais*<sup>1265</sup>, das quais selecionamos as mais representativas. Geralmente o formato da ficha trazia os dados pessoais na frente (raramente completos) e, entre os itens que aparecem, percebemos uma preocupação com a atuação política dos fichados, como vínculos a sindicatos (raramente preenchidos). No seu verso, segue algumas informações extras ou a causa de sua suspeição. Os nomes foram obtidos pelo entrecruzamento de dados das múltiplas fontes que analisamos com a lista encontrada no DEAP/PR. Sendo assim, buscamos identificar o máximo possível de indivíduos que pudessem ter relações com o período e com ações vinculadas aos poloneses no Brasil<sup>1266</sup>. É importante frisar que diversos nomes estavam mal grafados (certamente pela realidade fonética do idioma), diferentes do original polonês, bem como, muitos personagens importantes que apareceram ao longo da pesquisa, por alguma razão não foram fichados, outros ainda, como membros do *Sarmacja* (já brasileiros), foram vigiados apenas nas décadas posteriores, vinculados a contextos distintos que não o do Estado Novo.

Outro grupo de documentos analisados foram as *pastas individuais*. Buscamos os prontuários que nos eram referidos pelas fichas, mas raramente foram encontrados, quando não, por pura “sorte”. Organizavam-se com dados pessoais do prontuariado, os eventuais antecedentes, com histórico de ações e observações ou passagens pelas delegacias, ademais de uma série de documentos anexados produzidos ou apreendidos ao longo da investigação (autos

---

<sup>1265</sup> Segundo Athaides (2015, p. 17), estes documentos são a “materialização da ânsia da polícia política pelo controle social”.

<sup>1266</sup> Ainda assim, apesar destas fichas serem vinculadas a personagens ligados às aproximações da Polônia para com os imigrantes, muitas são indicadas ao início da década de 1940 ou contém poucas informações, de maneira que não foram analisadas com mais detalhe. Como aponta Pereira (2017, p. 118) “as possibilidades que aqui apresentamos também foram influenciadas pela percepção do poder – nesse caso das escolhas que foram feitas pelos agentes, pelas delações que foram realizadas, da conduta legal dos prontuariados e dos sentimentos que circunstanciaram esses olhares a determinados sujeitos e não a outros”.

de declarações, jornais, ofícios, livros, cartas, anotações, etc.). Analisamos cerca de 15 pastas, sendo que algumas pós-1940 foram deixadas de lado no texto. Observamos que estes materiais ocuparam menos as preocupações da DOPS, sendo pouco detalhados e maiormente constam com declarações dos prontuários para os delegados responsáveis, Mário Augusto de Queiroz e Divonsir Borba Cortes. Desta forma, as pastas existem para aqueles indivíduos que foram efetivamente chamados às delegacias para depoimentos ou outras atividades<sup>1267</sup>. Com a troca e “circulação de informações policiais sobre os indivíduos considerados perigosos” (BRAGGIO, FIUZA, 2013, p. 437), havia documentos produzidos por departamentos de diferentes estados arquivados junto à DOPS/PR<sup>1268</sup>.

O perfil dos fichados, isto é, dos “inimigos” criados ou daqueles considerados “perigosos” era múltiplo, com características variadas. Em sua maioria, membros da diplomacia polonesa, figuras de destaque de instituições como a CZP, a LMiK, militares, padres, intelectuais (especialmente professores e instrutores), entre outras pessoas que tivessem vínculos com a Polônia. Mesmo brasileiros de origem polonesa poderiam ser vigiados, como o caso dos estudantes enviados nos anos 1930. Ademais, alguns estigmas, rotulagem ou “categorias de suspeição” (DIETRICH, 2007) foram centrais para permitir agrupar os indivíduos vigiados e suspeitos de acordo com as fichas. Particularmente nos interessam dois conjuntos de nomes fichados pela DOPS/PR, o prontuário 1379 e o 743.

#### 5.5.1. “Propagandista da causa polonesa”

Uma primeira categoria que identificamos é aquela que atrela uma série de personagens como “propagandista da causa polonesa”. Estes foram fichados de acordo com um documento enviado pelo departamento de São Paulo em 30 de agosto de 1939 para a delegacia do Paraná e arquivado no prontuário numerado 1379. Este, acreditamos ser baseado no relatório “Atentado Militar da Polônia contra o Brasil”, dado que os nomes que aparecem citados estão grafados e referenciados conforme aparecem no texto sublinhados.

<sup>1267</sup> Existe uma série de *pastas temáticas*, vinculadas a nacionalização de sociedades polonesas no Paraná. A maioria referente à troca dos estatutos e nomes das instituições. Sistemáticamente é um trabalho difícil, pois já aparecem referidas pelo novo nome e a maioria com documentação referente aos anos 1940. Desta forma, em outro trabalho que avalie a nacionalização dos poloneses no Paraná de maneira mais detida, esta documentação pode ser utilizada.

<sup>1268</sup> Sobre a divisão do Arquivo DOPS/PR, pode ser analisada em Braggio e Fiuza (2013), Athaides (2015) e Pereira (2017).

QUADRO 3 - FICHADOS PELO PRONTUÁRIO 1379 DOPS/PR

NOME	DATA	NACIONALIDADE	NÚMERO	PROFISSÃO
Skarrinski [Skarzynski]	08/07/1941	Polonesa	5992	Major
Tadheu Grabowski	08/07/1941	Polonesa	17171	Embaixador da Polônia
Greburiwski [Gieburowski]	08/07/1941	Polonesa	17276	NÃO CONSTA
Groiandra [Gwiazda]	08/07/1941	Polonesa	17371	Ex-capitão do exército polonês
Gwazda [Gwiazda]	08/07/1941	Polonesa	17873	Capitão militar
Haller	08/07/1941	Polonesa	17967c	General
Kubina	08/07/1941	Polonesa	20247	Bispo polonês
Kuligowski [Kulikowski]	08/07/1941	Polonesa	20282	Cônsul
Mieceslau Lepecki	14/07/1940	Polonesa	21160	Major
Rackiewicz	08/07/1941	Polonesa	33554	Presidente da U. Mundial Pol. Est. Varsóvia
Strzeminski (general)	27/12/1938	Polonesa	43416	Militar
Szymanski (Julio)	08/07/1941	Polonesa	43606	Ex. Prof. Faculdade de Medicina de Curitiba
Umilowski	08/07/1941	Polonesa	44935	Escritor
Miguel Pankiewicz [Pankiewicz]	08/07/1941	Polonesa	31.168	Conselheiro de Emigração
Sholomeski [Choloniewski]	08/07/1940	Polonesa	39.238	Cônsul polonês em Porto Alegre

FONTE: O autor

São 15 figuras de destaque como membros da diplomacia polonesa no Brasil, autoridades, militares, incluindo intelectuais como Umilowski (romancista Zbigniew Umilowski) que esteve no Brasil em 1935 estipendiado pelo MSZ e escreveu suas memórias de viagem (MAZUREK, 2016. p. 17), mas que havia falecido em 1937. Outro é Szymański, antigo imigrante no Brasil e professor ligado à Universidade do Paraná, que retornou para a Polônia e exercia liderança junto às instituições agregadoras dos poloneses no exterior. Os personagens são identificados como elementos que fariam a propaganda de uma “causa polonesa” e, portanto, dignos de suspeição e vigilância. Neste caso, mais proeminente ainda, dado que aparecem mencionados em um documento que alarma para um perigo militar da Polônia como país capaz de atentar contra o Brasil, tendo uma coerência e organicidade de dados e uma interpretação de situações muito detalhada.

Outros nomes, como do participante da independência polonesa, General Haller, que esteve na América do Norte, enquanto seu irmão teria atuado no Brasil, aparecem vinculados, além do bispo Kubina, bem como dos visitantes Skarżyński e Rackiewicz, que podem ser observados, tendo estado, de alguma maneira, sob a ótica da polícia política, ainda que pela mera menção destas personalidades, em alguma medida, naquela altura, já distantes do Brasil. Outro nome é

de Pankiewicz, quem já identificamos como Conselheiro de Emigração, figura ligada de certa maneira à LMiK, a Lepecki e Sadowski e os demais instrutores (como Gwiazda, ligado ao *Junak*), aos quais de alguma forma coordenou por um período. Ele era personagem importante para as questões coloniais polonesas, não poderia ser deixado de fora, ainda que seu nome apareça com uma grafia distinta. Ademais, identifica-se Strzemiński e Grabowski.

Todos estes eram, portanto, os considerados “propagandistas da causa polonesa” e embora fichados tardiamente para a temporalidade de nossa pesquisa, assim como para suas atividades possivelmente perigosas, as referências são para ocorrências ao longo dos anos 1930, quando atuaram mais fortemente no país, conforme discorre o documento base para a sua observação. O que podemos notar, é que a polícia muitas vezes simplesmente poderia cumprir um protocolo ao fichar os nomes envolvidos ou mencionados em atividades consideradas potencialmente atentatórias à soberania nacional (como caso do general Haller e o literato Uniłowski), de forma a não escapar à vigilância qualquer elemento virtualmente perigoso. Assim, mais que reprimindo, evitando a consecução de algum crime político. De outra parte, determinados grupos eram considerados estratégicos para a promoção de uma possível invasão ou ameaça ao Brasil, sendo o perfil fichado em geral focado nos diplomatas, professores, militares e padres, que poderiam ser vistos como capazes de apoiar alguma forma de ingerência polonesa, um “perigo” possível a ser facilitado em contextos das posições sociais e profissionais mais estratégicas ou de liderança de alguns grupos de indivíduos.

#### 5.5.2. Os “polacos perniciosos”

Outra categoria explicitada nas fontes da DOPS/PR, foi a de um grupo de poloneses “Julgado pernicioso pelo Serviço de Nacionalização da 5ª Região militar”, isto é, pela coordenação da Campanha de Nacionalização do Estado Novo no Paraná e Santa Catarina (embora rotulassem também elementos do Rio Grande do Sul). Este grupo foi fichados sob o prontuário de número 743.

QUADRO 4 - FICHADOS SOB PRONTUÁRIO 743 DOPS/PR

NOME	DATA	NACIONALIDADE	NÚMERO	PROFISSÃO
Chmielewski	27/07/1938	Polonesa	8981	Major
José Bieszczad	26/12/1938	Polonesa	4791	Presidente da União dos Polonos. Consulado da Polônia
Nicéfaro Falarz	27/12/1938	Polonesa	12823	NÃO CONSTA
Leocadia Furmaniak	30/06/1938	Brasileira (Curitiba - PR)	15620	Professora Normalista

Romão Gajda	19/05/1938	Polonesa	15456	Professor de filosofia
Stefan Gontarski	26/12/1938	Polonesa	16968	Comerciante
Eugenio Gruda	19/05/1938	Polonesa	17410	Professor
Wladislau Grzibowski	27/12/1938	Polonesa	17425	NÃO CONSTA <sup>1269</sup>
José Issakowicz	26/12/1938	Polonesa	18842f	Professor Chefe Regional de São Mateus (Consulado da Polônia)
Stefano Jankorwski	27/12/1938	Polonesa	18965	Consulado da Polônia
Eva Jasenski	26/12/1938	Polonesa	19015	Diretora Escolar do Internato Feminino Polaco em Curitiba
Ricardo José Koch ou Kochowski	27/12/1938	Polonesa	19920	Artista pintor
João Kosera	26/12/1938	Polonesa	20057	NÃO CONSTA
Jorge Kossowski	26/12/1938	Polonesa	20068	Correspondente da Agência Tel. [telegráfica] Polaca
Fernando Malanowski	26/12/1938	Polonesa	23383	NÃO CONSTA
Halina Marcionowska	26/12/1938	Polonesa	23699	Normalista
Casimiro Mazurek	26/12/1938	Polonesa	24769	NÃO CONSTA
Ladislau Mizerskowski	26/12/1938	Polonesa	26141	NÃO CONSTA
Ladislau Neuman	26/12/1938	Polonesa	27958	Correspondente da Agência Tel. [telegráfica] Polaca
Adolfo Peplowski	26/12/1938	Polonesa	31191	NÃO CONSTA
José Perkarski	26/12/1938	Polonesa	31821	Presidente da U. C. dos Polonos (Consulado polonês)
Estanislau Postek	26/12/1938	Polonesa	32930	Diretor da Escola Nicolau Copérnico em Mallet
Alexandre Reszke	26/12/1938	Polonesa	34282	NÃO CONSTA
Konrado Sadoski Sandowski	26/12/1938 27/12/1938	Polonesa Polonesa	36259 36694	Capitão Capitão
Sikorski	26/12/1938	Polonesa	39297	Tenente Militar
Estanislau Slurzynski	26/12/1938	Polonesa	41891	Fed. Sec. Pol. RS (POA)
Alberto Stavinski [Stawinski]	26/12/1938	Polonesa	43268	NÃO CONSTA
Estanislau Wielech Stanislaw Wieloch	26/12/1938 27/12/1938	Polonesa Polonesa	46648 46652	Instrutor escolar NÃO CONSTA
Sigismundo Wierzechow	27/12/1938	Polonesa	46658	NÃO CONSTA
Ladislau Wodjcik [Wójcik]	26/12/1938	Polonesa	46736	Arquivista do Consulado da Polônia e Secretário do Junak
Luiz Wolski	26/12/1938	Brasileiro	46792	Advogado
Estanislau Zawadzki	01/07/1940	Polonesa	47232	Comerciário
Alexandre Ziolk	07/07/1938	Polonesa	47354	Comerciante. É secretário da União Central dos Polonos (Consulado Polônia)

<sup>1269</sup> Em 1938 era presidente do *Junak* (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 137).



Eduardo Czerwonka	NÃO CONST	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	Secr. Da U. C. dos Polonos (Consulado da Polônia)
Conrado Josieroeski [Jezierowski]	26/12/1938	Polonesa	19.247	Instrutor escolar polaco (consulado polaco)
Waldemiro Radomski	27/12/1938	Polonesa	33.565	Funcionário Polaco
Estanislau Hessel	05/09/1939	Polonesa	18374	Diretor de escola
Julio Walerio Skarbak Kruszewski	13/06/1938	Polonesa	20230	Engenheiro Agrônomo no Instituto Agrícola
Leszek Roguski	26/12/1938	Polonesa	35493	NÃO CONSTRA
Miguel Sekula	27/07/1938	Polonesa	38935	Comerciário
Strzeminski (general)	27/12/1938	Polonesa	43416	Militar

FONTE: Adaptada de DEAP/PR

Esta lista compreende cerca de 42 nomes, dentre os quais, novamente um grande número de militares, diplomatas, instrutores, membros do CZP, incluindo professores, comerciantes, e membros da Agência Telegráfica Polonesa, criada por Kossowski, este julgado “Polaco perniciosíssimo”, pois daria “notícias falsas sobre a nossa campanha de Nacionalização e provocou uma greve dos colonos poloneses”<sup>1270</sup>. De modo que se atentava para múltiplas características e inclusive alguns níveis específicos de perniciosidade. Alguns nomes, como Radomski e Czerwonka (que eram ligados à Associação dos Professores Poloneses) tem apenas seu nome colocados, sem maiores informações, outros como Sekula, personagem importante como instrutor educacional (MALIKOSKI, 2019), já tinham fichamentos anteriores, em razão de sua movimentação pelo país. Alguns personagens foram fichados em razão do processo nacionalizador como Wójcik e Jankowski (provável Stefan Jakowski, guarda-livros do consulado). Observa-se também o arrolamento de 3 mulheres, Eva Jazenska, Halina Marcionowska e Leocadia Furmaniak, todas professoras, inclusive a última, teria prestado declarações. O elemento feminino aparece em muito menor número, ainda assim, para o caso polonês, dado o envolvimento escolar observado como desnacionalizador, elas pudessem igualmente levantar suspeitas.

<sup>1270</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. FI 20.068 (DOPS).

FIGURA 13 - PRONTUÁRIO “RESERVADO” 743 COM LISTA DE “POLACOS PERNICIOSOS”

**POLACOS PERNICIOSOS**

3

**RESERVADO**

2557  
26/4/38

**ADOLFO PEPLOWSKI** -

**ALEBERTO STAWINSKI** - (Pe) (Braz.) - Patriota polaco. (R.G. do Sul)

**ALEXANDRE RESZKE** - Fed. Soc. Pol. R.G. do Sul (P.A.)

**ALEXANDRE ZIOLEK** - Secr. da U.C. dos Polonos (cons. da Polonia)

**CASIMIRO MAZUREK** -

**CONRADO JOSIERCESKI** - Instr. Escolar (Cons. da Polonia)

**EUGENIO GRUDA** - Instr. Escolar ambulante - Mulher brasileira profes-  
sora de Matinhos - filhos brasileiros

**ESTANISLAU POSTEK** - Instr. escolar - Marechal Mallet. Dirige o Colegio  
Copernico. (const. da Polonia)

**ESTANISLAU HESSEL** - Dirige Colegio Ladislao Reymonte - Guarani - R.G. do  
Sul. (Cons. da Polonia)

**EVA JAZENSKA** - Diretora do Internato femenino polaco de Curitiba.

**ESTANISLAU WIELECH** - Instr. Crús Machado (muito pernicioso)

**EDUARDO CZERWONKA** - Secr. da U.C. dos Polonos (cons. da Polonia)

**ESTANISLAU SLURZYNSKI** - Fed. Soc. Pol. R.G. do Sul (P.A.)

**ESTANISLAU ZWADSKI** -

**FERNANDO MALANOWSKI** -

**HALINA MARCIONOWSKA** - (Brasileira) Normalista - Patriota polaca.

**JULIO SKAREK-KRUSZEWSKI** - Inst. Agricola (Cons. da Polonia)

**JORGE KOSSOWSKI** - Correspondente da Agencia Tel. Polaca - Da noticias  
falsas s/ a campanha de nacionalização e provocaram  
a greve dos colonos polacos. (Rio)

**JOSÉ PERKARSKI** - Pres. da U.C. dos Polacos. (Cons. da Polonia)

**JOSÉ ISSAKOWICZ** - Prof. chefe regional de S. Mateus (Cons. da Polonia)

**JOSÉ BIESZCZAD** - (Braz.) da U.C. dos P. | cons. da Pannonia)

**JOAO KOZERA** -

**LADISLAU WOJCIK** - Arquivista do consulado da Polonia, Secr. da Junak.

**LADISLAU NEUMAN** - Correspondente da Agencia Tel. Polaca - Da noticias fal-  
sas s/ a campanha de nacionalização e provocaram a gre-  
ve dos colonos polacos. (Ctba) (Cons. da Polonia)

**LEOCADIA FURNIAKOWA** - (Brasileira) Normalista.

**LUTZ WOLSKI** -

**LADISLAU WIERKOWSKI** -

**LADISLAU WOJCIK** -

**LESZEK ROGUSKI** -

**MIGUEL SEKULA** -

**NICÉFORO FALARZ** -

**RICARDO KOCH-KOCHOWSKI** - Do internato masculino polaco de Curitiba.

**RAMON GAJDA** -

**STEFANO JANKOWSKI** - Funciona dentro do consulado da Polonia

**STEFAN GOMARSKI** -

**STANISLAU WIELOCH** -

**SIGISMUNDO WIERZECZOW** -

**WALDENIRO RADOMSKI** - Funcionario polaco (mulher e filho brasileiros-polono-  
nos)

**WLADISLAU GRZIBOWSKI** -

**PROVÁVEIS ESPÍOES**

**CHMIELENSKI** (Major)

**KONRADO ADWISKI OU SADOWSKI** (Capitão)

**SIKORSKI** (Ten)

**STRZEMINSKI** (General)

Documento fornecido pela 5.ª Região, serviço  
de nacionalização - em 26-12-38.

VISTO  
S. C.

ARQUIVO PUBLICO  
NA

PI 0059.276

Abaixo da primeira lista se lê “PROVÁVEIS ESPÍOES”.

FONTE: DEAP/PR.

Observa-se também personagens vinculados ao Rio Grande do Sul, como Stawinski (frei brasileiro e futuro autor de estudos sobre a imigração) e o chefe da ZZP, engenheiro Słurzyński, o que demonstram o alcance do processo de vigilância e troca de informações. Ademais diversos professores e instrutores do interior do Paraná são identificados, bem como membros do CZP e o professor (do colégio Henrique Sienkiewicz) e político brasileiro Nicéfaro Falarz, que esteve envolvido com candidaturas no Paraná nos anos 1920 e, posteriormente, em

1938, inclusive, assumiu a presidência, com apoio dos militares, do *Junak* (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 92). Há ainda um grupo de intelectuais, comerciantes, artistas e engenheiros vinculados a instituições polonesas e polono-brasileiras ou ao “instrutorato” polonês.

Com base nestes pressupostos mais elementares, outro grupo para o qual é central dedicar maior atenção, é aquele composto pelos militares. O cônsul Barbedo no final de 1937 questionava se o Estado Maior do Exército tinha conhecimento que “vários oficiais do Exército polonês palmilham o nosso Estado do Paraná em todas as direções”. Cita a permanência, conforme sabia, do General Strzemienski, Major Chmielewski, Tenente Sikorski e “figurando entre os funcionários do Consulado Polaco em Curitiba o assaz conhecido capitão (aviador) S. Konrad [Sadowski]”. Estes oficiais seriam todos fichados pela DOPS/PR em 1938<sup>1271</sup>, demonstrando a importância da troca de informações entre as diferentes instituições preocupadas com a temática da imigração e possível ameaça estrangeira.

Sadowski junto ao general Strzemienski, o major Chmielewski<sup>1272</sup> e o tenente Sikorski estão destacados com a menção “PROVÁVEL ESPIÃO”. A desconfiança com a presença de espionagem estrangeira no Brasil poderia estar embasada no fato de realmente existir uma rede de espionagem estrangeira no país, como no caso dos alemães (PERAZZO, 1997, RAHMEIER, 2009). Fatores interessantes da configuração do sentimento nacionalista defensivo varguista persecutório ou anti-imigrante e das teorias conspiracionistas que se levantavam no período, em que múltiplos alertas poderiam ser atrelados a figuras de destaque das comunidades imigrantes. O espião poderia ser um mero colaborador das ações da Polônia, como demonstra Perazzo (1999) para o caso dos espionagem nazistas, não necessariamente um indivíduo treinado para o serviço de espionagem<sup>1273</sup>. O fato de serem militares e vinculados ao *Junak*, como é o caso de Sadowski, ou à LMiK, como Strzemienski e Chmielewski, poderia ser um potencializador das desconfianças, gerador de processos ampliados de suspeição.

Outro caso ainda é de Estanislau Zawadzki, professor radicado no Brasil, que é fichado também em 1940 de acordo com Relatório sobre a Expansão Polaca no Brasil de 1938, como

<sup>1271</sup> Ofício do consulado brasileiro em Varsóvia para MRE, 17 de dezembro de 1937.

<sup>1272</sup> Jerzy Chmielewski teria chegado ao Brasil em 1923. Foi funcionário da LMiK e esteve presente nas ações em Angola junto a Franciszek Lyp (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 53-55).

<sup>1273</sup> Perazzo (1999, p. 101) amplia o conceito de “espião” e “espionagem”, ao estender a todos aqueles que colaboravam com a Alemanha, “poderia ser tanto o militante nazista, mesmo amadoristicamente, colaborava com o Eixo, como os espionagem das redes de espionagem instaladas em vários pontos da América do Sul e que, profissionalmente, eram enviados ao Brasil com propósitos definidos de espionar”. Assim, muitos indivíduos já presentes no Brasil, com diferentes atividades, poderiam ser espionagem.

sendo apoiador do Partido Polono-Brasileiro Republicano do Paraná<sup>1274</sup>, em suporte a candidatura de Júlio Prestes. Assim, para além do elemento pernicioso polonês, suas vinculações políticas internas no Brasil eram também observadas, tendo participado como representante daquele partido no 5º Congresso da União Central dos Polonos no Brasil de 26-27 junho de 1937, segundo sua ficha. A nacionalização daquela instituição era um elemento importante da campanha de nacionalização contra os poloneses no Brasil e os personagens com ela envolvidos eram igualmente vinculados fortemente a processos de vigilância. Assim, o amplo espectro que poderiam conformar as ameaças polonesas na concepção da polícia, importa na alocação de nomes específicos, os quais deveriam ser mantidos sob observação, pois seriam “perniciosos”, conforme os dados do exército, “espiões”, ou ainda tendo vinculações políticas que poderiam atentar em outro sentido, que não apenas a integridade nacional. Portanto, diversas categorias e perfis individuais eram evidenciadas para se suspeitar dos poloneses.

### 5.5.3. Outros personagens

Dentro do aspecto ainda do fichamento de poloneses, separamos outro grupo, que, por diversas razões, foram indivíduos fichados por seus vínculos com a Polônia, seja através de sua profissão, ligações institucionais ou outros elementos que definiriam sua etnicidade como contraditória à nacionalidade brasileira colocada como elemento central do período, fatores que os legaram a manutenção sob vigilância naquele contexto através do fichamento. Neste caso, menos sistemático e com muitas fichas com poucas informações, identificamos os brasileiros de origem polonesa como Henrique Kudlinski e Ceslau Las<sup>1275</sup>, com fichas direcionados a prontuários sob os quais foram investigados devido a seus estudos na Polônia, assim como Bukowski, fichado por tentar estudar aviação no país, tido como ex-atirador de Tiro de Guerra sede n. 21 em Ponta Grossa<sup>1276</sup>. Alguns personagens são notabilizados no contexto, como Jan

<sup>1274</sup> Segundo transcrição de Wachowicz (s/d, e) das “Declarações ideológicas do movimento cívico-nacional”, informa sobre a formação dos comitês eleitorais, que teriam animado a coletividade polonesa, resultando na Convenção (*Wiec Wyborczy*) no *Związek Polski* em 5 de setembro de 1937. Na qual membros de diferentes comitês de diversas cidades do Paraná e da comunidade polonesa de Curitiba se reuniram. Teriam se pronunciado Luiz Wolski, Ostoj Roguski, Vicente Flenik e Ladislau Bukowski Filho”. Entre os itens, estava formar um partido político no Paraná e atuar nas eleições de 3 de janeiro de 1938. Numa tentativa de ação conjunta entre as pessoas de origem polonesa para formar grupo que influenciasse politicamente no Paraná. APV.

<sup>1275</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. FI 20.261, 20.639 (DOPS).

<sup>1276</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. FI 6.254 (DOPS).



Lenartowicz<sup>1277</sup>, que vinha para liquidar o negócio de *Morska Wola*<sup>1278</sup>, para o qual há o cuidado de ser anotada a seguinte observação:

Ofício recebido do quartel general desta capital, sob n. 61 e datado em 20/05/1939, com o seguinte teor: - Do encarregado da Nacionalização no Q.G. da 5 Região Militar. Ao Ilmo. Snr. Cap. Chefe de Polícia do Estado do Paraná. Assunto: - Embarque do sr. João Estanislau Lenartowicz para o Rio de Janeiro ou São Paulo. 1 - Levo ao conhecimento, como informação, que deverá seguir nos dias 21 ou 22 de maio corrente, para o Rio de Janeiro ou São Paulo, o snr. JOÃO ESTANISLAU LENARTOWICZ, cidadão polaco, que dirigia clandestinamente a extinta LIGA MARÍTIMA E COLONIAL. 2 - O referido indivíduo deverá tomar passagem para a Polônia no navio PULASKI, a partir de Santos no dia 23 e do Rio de Janeiro no dia 24 ou 25 do corrente. 3 - Aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de elevado apreço e consideração. Ass. JANARY GENTIL NUNES (Encarregado de Nacionalização).

Ademais de o texto nos alertar para a troca de informações entre as polícias políticas e outras instituições como o exército, no caso, entre o Rio de Janeiro e o Paraná, aponta para um então funcionário do governo polonês como coordenador da LMiK, agora colocada na clandestinidade. A movimentação do personagem pelo país é posta sob vigilância e suspeição, de modo que há uma desconfiança sobre as possíveis ações que tomaria no território nacional, as quais deveriam ser amplamente acompanhadas. Para o MRE, o caso do polonês estava enquadrado no artigo 84 do decreto-lei 406 de 04 de maio de 1938, a qual dispunha sobre a legitimação da presença de estrangeiros de forma irregular, sendo que, cumpridas as exigências deste artigo, poderia ficar no país<sup>1279</sup>. Os aprisionamentos e perseguições fruto deste amplo processo de fichamento e suspeição, faziam com que a legação polonesa na capital federal demandasse respostas do MRE. Este buscava amenizar e justificar os casos, encontrando diálogo para a resolução dos eventuais problemas.

Bronislau Roguski, um estudante de direito atuante no *Sarmacja* e atleta do *Junak* (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 318), em 1940, era visto como “Elemento desnacionalizado, favorecendo, ardorosamente, as campanhas em favor da cultura e das tradições da Polônia, junto à respectiva colônia, neste Estado”<sup>1280</sup>, era possivelmente vinculado a Witold Roguski, um dos arautos da ideia de “Nova Polônia” e organizador da comunidade *Fazendinha* (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 319-320). Já Benrandt e Chorośnicki<sup>1281</sup>, aparecem com seus nomes apontados para possível observação, o segundo

<sup>1277</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. FI 21.106 (DOPS).

<sup>1278</sup> Ofício Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 16 de maio de 1938.

<sup>1279</sup> Nota Reservada do MRE para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938.

<sup>1280</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. FI 35.492 (DOPS).

<sup>1281</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. FI 4.401, 8.999 (DOPS).

passa por um processo, onde presta declarações, enquanto o primeiro fora fichado quando buscava documentos e atestados. Outros como Paweł Nikodem<sup>1282</sup>, quem teve grande atuação na imprensa e como instrutor, junto ao brasileiro Afonso Wisniewski, aparecem vinculados à nacionalização do jornal *Gazeta Polska w Brazylii*, em 1941<sup>1283</sup>.

No contexto geral, é importante observar que a repressão era diferente em Curitiba e seu entorno verde para com as colônias agrícolas mais distantes, tanto no impacto como na intensidade. As tensões e visibilidade urbanas deixam mais fontes as eventuais vigilâncias e personagens destacados que o âmbito rural, daí a maior facilidade de observá-las, embora a atuação de indivíduos no interior fosse também analisada. Com isso, o número de poloneses fichados e prontuariados pode ser menor em relação, por exemplo, aos alemães, embora maior numericamente, em razão de sua maior presença no interior que nas cidades<sup>1284</sup>. No entanto, podemos ter uma visualização geral do perfil dos indivíduos que foram investigados de alguma maneira, nas quais incluem vários personagens, em sua maioria vinculados profissionalmente com ações relacionados à *polonidade* (professores, diplomatas, militares), a instituições étnicas polonesas, em razão de atividades políticas, intelectuais, ou ainda, meramente por acaso.

Conforme demonstra Perazzo (1999, p. 160) na sua investigação sobre os alemães, “a partir da identificação dos suspeitos, a polícia passava a ter elementos para suspeitar, vigiar, perseguir e prender aqueles que eram considerados indesejáveis e perigosos a ordem estabelecida pelo regime Vargas”. Os elementos capazes de comprovar a culpabilidade dos suspeitos deveriam ser arrolados com cuidado (SANTOS, 2008), eram variados tipos de documentos dispostos nos prontuários de modo a “ilustrar uma história incriminatória montada a gosto da polícia” (SANTOS, 2008, p. 92). Assim sendo, outra função era “arrolar todo o material apreendido dos suspeitos para servir de “prova do crime”: artigos de jornais, fotografias, panfletos, livros, carteiras, bandeiras, etc.” (PERAZZO, 1999, p. 160),

<sup>1282</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. FI 28.160 (DOPS). Segundo Wachowicz e Malczewski (2000, p. 268-272), Nikodem (1892-1982) foi membro das legiões de Piłsudski durante a I Guerra Mundial e do PPS. Imigrou ao Brasil em 1920 sendo funcionário do consulado e conselheiro cultural, trabalhando até 1922. Em 1927 foi para a Polônia como delegado do *Związek Polski* (União Polonesa) para o desenvolvimento do I Congresso de Poloneses no Estrangeiro. Como funcionário do MSZ nos anos 1930, esteve em *Misiones* na Argentina. Objetivava a consecução dos projetos de Kłobukowski de aproximar os poloneses da província argentina e do Rio Grande do Sul e Paraná, na região do Contestado, estabelecendo a imaginada Nova Polônia. Com apoio consular, adquiriu o *Gazeta Polska w Brazylii* do pe. Trzebiatowski, mas novamente estabeleceu conflitos com o âmbito clerical polonês curitibano, assim como ocorreu na Argentina, tendo inclusive apoiado a Igreja Nacional Polonesa (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 268-272).

<sup>1283</sup> Os prontuários referidos 1128 ao *Gazeta Polska w Brazylii*, a qual passou por processo de inquérito em 1941, quando do fechamento dos periódicos em língua estrangeira e 596 referente Leocadia Furmaniak e Julio Skarbek Kruszewski não foram encontrados, podendo estar atrelados a outras pastas individuais ou temáticas no acervo do DOPS/PR, devido às mudanças na numeração e de arquivamento.

<sup>1284</sup> Afóra casos isolados relativos mais à campanha de nacionalização que a um possível imperialismo polonês no Brasil, colonos não foram fichados ou observados de maneira mais detida pela polícia política.



adicionando-os às pastas, a fim de “ilustrar o crime”, construindo a verdade de acordo com sua lógica “da desconfiança”, na qual moldavam, com base em seus objetivos, uma ação criminosa, ainda que pudesse ser fruto de sua fantasia ou da construção de uma conspiração (PERAZZO, 1999, p. 162). Nesse sentido, dois personagens se destacam, Mieczysław Lepecki e Konrad Sadowski.

## 5.6. MIECZYŚLAW LEPECKI E OS DOCUMENTOS DE COLONIZAÇÃO

Mieczysław Lepecki (1897-1969) foi um capitão do exército polonês, desde muito cedo vinculado a Piłsudski, do qual foi ajudante de ordem. O militar também desempenhou trabalho junto às questões de emigração ao ocupar cargos administrativos na Sociedade de Emigração (*Towarzystwo Emigracyjne*) e no Instituto de Pesquisas dos Problemas Emigratórios (*Institut badań dla spraw emigracyjnych i kolonizacyjnych*), sendo enviado ao Brasil, junto aos poloneses, a fim de desempenhar múltiplas funções, ademais de ser um escritor de várias obras sobre o país (WACHOWICZ, 2000, MALCZEWSKI, p. 225-226).

Segundo Szczerbiński (2013), chegou em 1922 a Curitiba, trabalhando com temas de educação física na *Kultura*, de forma que ajudou no desenvolvimento do *Strzelec* e do *Junak* e suas filiais, bem como de um Comando Geral Provisório de Atiradores e Escoteiros, retornando em 1923 para a Polônia, mas tendo em outras várias oportunidades se deslocado para o Brasil<sup>1285</sup>, incluindo pesquisas para a colonização polonesa (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 93). Seguiu também para diversos países, trabalhando em organizações financeiras (Banco da Economia Nacional) e no desenvolvimento da colonização no Peru, como chefe da expedição, a serviço do MSZ junto a vários intelectuais poloneses do final dos anos 1920 e anos 1930 (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, NALEWAJKO, 2018). Um de seus planos era do envio de judeus poloneses para a colonização de Madagascar para a Polônia<sup>1286</sup>.

Suas múltiplas visitas ao Brasil conduziram a escrita de diversas obras e eram também amplamente vigiadas<sup>1287</sup>, posto que a presença de militares era vista como motivos de preocupação, eventualmente receios com relação ao caso dos espões ou mesmo desconfiança

<sup>1285</sup> Szczerbiński (2013, p. 73) menciona os ideais de Lepecki de tornar o *Junak* uma organização militar e vinculá-la ao exército polonês.

<sup>1286</sup> Dentro do contexto colonial polonês e dos objetivos de expulsão das minorias étnicas, os judeus se destacavam. Zahra (2017, p. 185-186) demonstra os objetivos de encorajar a emigração judaica da Polônia, de forma que oficiais poloneses insistiam no direito a colônias para alocar o excesso de judeus do país, em que existia um plano para Madagascar. Mazurek (2016) e Puchalski (2018) mencionam a participação de Lepecki nas ideias voltadas a essa colonização, assim como da LMiK, nos anos 1930, embora as ideias já existissem desde o início do século.

<sup>1287</sup> Ofício Legação brasileira em Varsóvia para MRE, 12 de dezembro de 1930.

dos estudos de prospecção como fachada para intenções estratégicas de colonização. Dada a impressão inicial negativa do militar polonês como apontamos anteriormente, nos concerne pensar sua presença já no final da década, no âmago do Estado Novo e da perseguição do DOPS, quando em 1939, é preso em Foz do Iguaçu.

Ele teve seu passaporte visado em Varsóvia em 16 de junho daquele ano, sendo “Diretor de Expediente da Presidência da Polônia” quando se desloca para o Brasil<sup>1288</sup> ou também referido como “Diretor do Bureau de informações do Presidente do Conselho de Ministros da Polônia”<sup>1289</sup>. Posteriormente, segundo registro de julho de 1940<sup>1290</sup>, foi detido em Foz do Iguaçu e encaminhado para a capital, sendo fotografados todos os documentos de sua pasta, “que revelaram claramente suas atividades”, consideradas intimamente ligadas ao Governo da Polônia e “contra os interesses Brasileiros”<sup>1291</sup>. O militar, contudo, foi posto em liberdade e conduzido junto ao seu irmão Bohdan Lepecki (o mesmo que havia participado da visita de Raczkiewicz em 1933 e nas atividades do *Junak*), que seria vice-cônsul da Polônia naquela capital<sup>1292</sup>.

A pasta de Lepecki na DOPS conta com 102 páginas, trazendo uma série de documentos, fotografias, troca de correspondências entre várias outras “provas”, que o incriminavam diante de movimentos atentatórios ao ideal de Segurança Nacional<sup>1293</sup>. É o exemplo mais bem acabado do empreendimento policial persecutório frente os poloneses, sendo aquele mais volumoso, detalhado e explorado. A sua prisão, numa região tomada como estratégica na fronteira do país, onde desde muito tempo se pensava em alocar poloneses, como demonstra os debates sobre a implantação da LMiK em 1934, poderia ter aumentado as desconfianças com relação aos objetivos da Polônia no país. Tais fatores somam-se o fato que foram encontradas sob sua posse, o texto de sua própria autoria: *Polskie Żądania Kolonialne* (Demanda colonial da Polônia); e outros sem autor (mas provavelmente seus): *Brazylia a zagrożenie kolonizacji polskiej* (Brasil

---

<sup>1288</sup> Ofício n. 91, Legação brasileira em Varsóvia para MRE, ministro Joaquim Eulálio para ministro Oswaldo Aranha, 30 de junho de 1939.

<sup>1289</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 2722.432. Mieczysław Lepecki, 1939 (DOPS).

<sup>1290</sup> Ibidem.

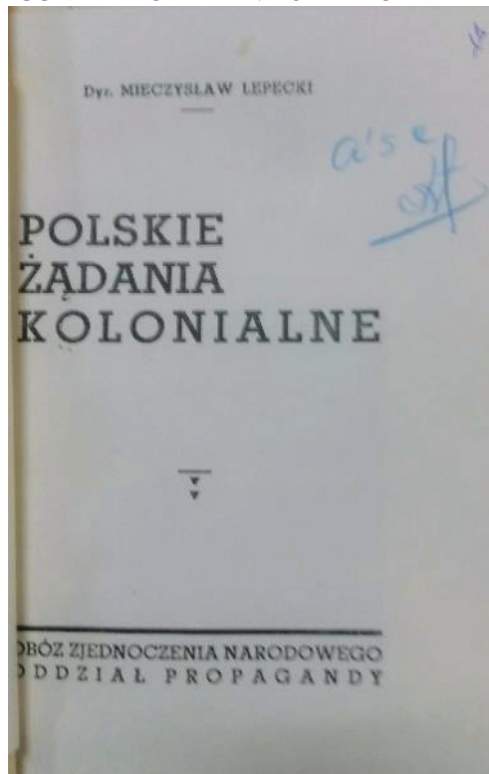
<sup>1291</sup> Ibidem.

<sup>1292</sup> Ofício n. 91, Legação brasileira em Varsóvia para MRE, ministro Joaquim Eulálio para ministro Oswaldo Aranha, 30 de junho de 1939.

<sup>1293</sup> Conforme Zen (2010, p. 32) “A Polícia Política não operava apenas por meio de espionagem e anotações de seus informantes: era necessário recolher indícios que comprovassem ser o indivíduo investigado um criminoso político”. Por esta razão buscavam livros, panfletos e jornais que mostrassem envolvimento com ideias consideradas “subversivas”.

e o problema da colonização polonesa). s/d s/a; e *Dlaczego potrzebujemy Kolonii* (Por que necessitamos de colônias). s/d s/a<sup>1294</sup>.

FIGURA 14 - CAPA LIVRO LEPECKI



*Polskie Żądania Kolonialne* (Demanda colonial da Polônia)  
FONTE: DEAP/PR.

Esta série de artigos foram acompanhados de documentos traduzidos, como o relatório de Sylwester Błaszczuk, que utilizamos para tratar do Espírito Santo; um texto sobre a colonização da Bolívia (assinado por Zarychta), vinculado à MTO. Além de uma grande gama de documentos oficiais, correspondências sobre Águia Branca, entre outras colônias polonesas recentes, ademais de documentos de instituições financeiras para as quais Lepecki prestara serviços, vinculadas a companhias colonizadoras.

O teor dos textos traduzidos, como o enviado ao MSZ por Zarychta, o “Memorando sobre assunto de Emigração”, voltavam para a necessidade de racionalização da emigração polonesa, sua direção para pontos específicos, cuidados com o ambiente e a infraestrutura social e material para os emigrantes<sup>1295</sup>. Entre os esforços, estava a necessidade de estudos sobre as

<sup>1294</sup> Estes textos, embora permeado de informações sobre a colônia polonesa no Brasil e os ideais de emigração dirigida (incluindo comparações com as ações japonesas, consideradas de sucesso), não foram traduzidos, embora algumas partes tenham sido sublinhadas, indicando a leitura dos textos pela polícia ou algum tradutor.

<sup>1295</sup> Como aponta Zarychta sobre a ocupação na Bolívia, “Escrevendo, guia-me o cuidado, para que o emigrante da Polônia independente, não compartilhe o destino de seu irmão do tempo da escravidão, o qual sem amparo lutava heroicamente e não obtendo auxílio de parte alguma, frequentemente sucumbiu em massa, como por

condições climáticas e o apoio da população local, cuidado com a escolha dos lotes, transporte, alocação, a presença de pessoal e funcionários especializados vindos da Polônia (incluindo apoio clerical e religioso), a necessidade de atenção ao recrutamento de colonos poloneses e não de minorias (a serem diluídas na colônia), saudáveis, disciplinados e com famílias. Somava ainda a necessidade de organização hierárquica da colônia, e, sobretudo, da manutenção do emigrante na nova terra, com suporte financeiro de instituições como a LMiK, pois, como alude o texto “não devemos apenas mandar o colono para além-mar e localizá-lo na floresta, mas conservá-lo para a Polônia”<sup>1296</sup>.

A necessidade militar não era deixada de lado, pensada na forma de uma estratégia específica “o governo polaco deve também, organizar o serviço militar local dos colonos, para a própria defesa e do bem coletivo polonês, em razão das frequentes desordens locais”, mas que também estivesse “preparado para o chamado da pátria. Para isso, deve ser destacado um oficial, com função fictícia na colônia e um sub-oficial que se apresente como comerciante ou barbeiro”, além de armamento<sup>1297</sup>. Ressalta-se, por exemplo, nas análises sobre os japoneses, o receio no Brasil quanto a oficiais militares disfarçados (TAKEUCHI, 2008, p. 130, 140, 200) e a preocupação da DOPS e outras autoridades brasileiras em identificar estes personagens, a fim de evitar, quiçá, a espionagem ou infiltração, ou mesmo a construção de exércitos capazes de servirem a interesses de nações estrangeiras. Ademais, outro aspecto identificado era o de impedir a assimilação e a aproximação com a Polônia, como tarefas importantes, explicando o texto que: “é necessário a instalação de 50.000 pessoas, para a criação de uma unidade colonial, de modo a evitar a desnacionalização e sendo capaz de comerciar com a pátria”, sendo um local para receber produtos fabris poloneses e para a ação de uma “propaganda de polonidade”<sup>1298</sup>.

Este projeto, como bem aponta seu autor, foi realizado “em atenção a esperada emigração para a Bolívia, mas o mesmo pode ser adotado a todos os outros terrenos, seja dentro de Estados soberanos ou seja em suas próprias colônias”, dada, talvez, a experiência “brasileira” de Zarychta e Lepecki, utilizando o exemplo negativado da colônia Cruz Machado, no Paraná, a qual não teria recebido os devidos cuidados. Estas opiniões exemplificam a imagem dos nacionalistas poloneses frente os desafios coloniais, bem como as esperanças de obter colônias

---

exemplo, na Colônia Cruz Machado no Brasil, colônia essa que, mais tarde, foi batizada com o macabro apelido de “Colônia da Morte de Mulheres”. Julgo que é meu dever, tomar a palavra nesse assunto, porque tendo vivido seis anos nas colônias polacas no Brasil, vi e passei por muitas coisas e creio que quantidade enorme de energia perdida nas agruras cotidianas da vida, poderia ser utilizada, sem dificuldades, numa organização racional da emigração, com uma solução prática do problema com maior quantidade específica”. Memorial sobre assunto de emigração, Apolonjusz Zarychta, s/d.

<sup>1296</sup> Memorial sobre assunto de emigração, Apolonjusz Zarychta, s/d.

<sup>1297</sup> Ibidem.

<sup>1298</sup> Ibidem.

ultramarinas. Estes termos denotam os amplos projetos poloneses de aproximação dos emigrantes, manutenção da *polonidade* e construção de ideais coloniais ainda em desenvolvimento no período e mesmo de criação de exércitos locais, todos objetivos imaginados pelos militares e a intelectualidade polonesa no período entreguerras. Não sabemos, no entanto, o quanto tais informações podem ter aumentado o “alerta” frente os delegados da DOPS e o aparato repressivo em geral, contudo, por terem sido traduzidos para o português, ao que parece, chamaram a atenção da polícia, a fim de registrar tais informações como “provas” das ações polonesas no Brasil contra a soberania e segurança nacionais.

Apesar destes documentos com informações específicas e detalhadas, as quais foram traduzidas e arquivadas, o “Incidente com Sr. Lepecki” chegou de forma distinta no âmbito diplomático. Conforme nota do MRE para a Legação polonesa no Rio de Janeiro, a prisão foi um “engano”, sendo ele logo posto em liberdade para seguir sua viagem a Curitiba, tendo sido colocado a sua disposição um avião militar e oferecidas desculpas<sup>1299</sup>. O MRE “deplora lamentável incidente de que foi vítima” Lepecki e que outros daquela natureza não se repetiriam. Pedia que a Legação informasse da presença de autoridades munidas de passaporte diplomático no interior<sup>1300</sup>, esse, o documento que demonstraria sua ação em prol do MSZ e a impossibilidade de manter sua detenção.

Os dossiês produzidos, como o analisado, permitiam acesso a diferentes informações, garantindo mais que uma possível confirmação da culpabilidade do suspeito, o impedimento da ocorrência de um crime, como o que se moldava acerca dos ideais poloneses. O possível despreparo dos agentes poderia induzir, com frequência, a atividades ilícitas e ou ambíguas da polícia em relação aos suspeitos, incluindo prisões arbitrárias (PERAZZO, 1999, p. 148, SANTOS, 2008, p. 96). Para Perazzo (1999, p. 148) “em nome da ordem social, da segurança pública, da soberania nacional, do nacionalismo e da proteção da sociedade com relação aos indesejáveis e perigos sociais, a polícia cumpria seu papel de órgão regulador e controlador da sociedade”, com isto, poderia acabar por extrapolar suas funções. Com base nos dados de Lepecki, podemos perceber como “a vigilância constante passava a ser essencial na prática do controle social”, a fim de manter o suspeito monitorado e reprimir instantaneamente o indesejável (PERAZZO, 1999, p. 149), possibilitando uma prisão imediata, diante de determinadas “provas” e informações. Assim, para Perazzo (1999, p. 149), “suspeição e vigilância eram fatores imprescindíveis para se implementar a repressão ao que se considerava “indesejável” ou “perigoso” à ordem social e política”.

<sup>1299</sup> Nota MRE para a Legação polonesa no Rio de Janeiro, 18 de julho de 1939.

<sup>1300</sup> Ibidem.

As investigações da DOPS permitiam múltiplas associações entre os indivíduos tomadas como possivelmente criminosas. Em um telegrama anexado na pasta de Lepecki, aparece o anúncio sem data, de sua chegada pelos jornais para a visita de seu irmão, no fim do documento é indicado o alerta: “convém enviar informações sobre seus propósitos, de atividades e intenções. Precisamos saber ligações [com] major polonês Sadowski aí residente”<sup>1301</sup>, este, com nome grafado em vermelho, é outra personagem central na conjuntura das ações do Estado Novo frente os poloneses no Brasil.

### 5.7.KONRAD SADOWSKI, UM INSTRUTOR MILITAR

Konrad Sadowski é, junto a Lepecki, um dos grandes exemplos da atuação da DOPS no Paraná em relação aos poloneses, sendo os dois aqueles que foram efetivamente apreendidos pela polícia e produziram maior quantidade de documentos. O aviador tinha como companheira Halina Kopczyńska, ambos sendo vistos geralmente pela imprensa como “distinto casal Sadowski”<sup>1302</sup>, responsáveis pela recepção de autoridades e visitantes poloneses<sup>1303</sup>, bem como tendo suas movimentações expostas nas páginas sociais dos periódicos curitibanos. No entanto, Sadowski foi prontuariado em 1938 (várias datas) sob a pasta de número 2300.407, acusado de realizar “atividades nocivas ao interesse nacional”<sup>1304</sup>.

Nascido na Polônia em 19 de fevereiro de 1902, era capitão reformado da aviação militar polonesa<sup>1305</sup>, um dos fundadores das filiais do *Junak* e teria se revoltado contra a nacionalização desta em 1938<sup>1306</sup>. Seu vínculo com a instituição, no entanto, demonstrava os múltiplos atritos internos da comunidade polonesa, entre as lideranças locais e os instrutores enviados pela Polônia. Ademais, eram considerados perigosos seus vínculos com o exército, assim como o caso de Lepecki.

Baseando-se na opinião do conselheiro para assuntos emigratórios M. Pankiewicz, avaliou de forma positiva os resultados do trabalho do instrutor de educação física K. Sadowski, assinalando no entanto que a revelação da parte dele de ligações com o exército polonês, da mesma forma que o estabelecimento de “um contato demasiadamente estreito com o corpo de oficiais no Brasil estava servindo para desvendar a nossa atividade naquela região”. O trabalho dos instrutores de educação física devia relacionar-se apenas com a educação física, sem envolvimento na política interna do país. Sugeriu que no futuro os instrutores de educação física que viajassem

<sup>1301</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 2722.432. Mieczysław Lepecki, 1939 (DOPS).

<sup>1302</sup> Diário da Tarde, 13 de novembro de 1931.

<sup>1303</sup> Diário da Tarde, 05 de março de 1932. Sadowski recepcionou Michał Pankiewicz e Bohdan Pawłowicz.

<sup>1304</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI. 2300.407. Konrad Sadowski, 1938 (DOPS).

<sup>1305</sup> Ibidem.

<sup>1306</sup> Ibidem.



ao Paraná não revelassem a sua ligação de fato com o exército (SZCZERBIŃSKI, 2013, p. 84).

A passagem permite investigar o quanto os projetos poloneses de fato eram aplicados com interesses estratégicos, vinculados ao instrutorato, como o de educação física ao mesmo tempo que poderiam balizar as ações repressoras da DOPS como elemento para a defesa da soberania e segurança nacionais, ainda que, desde meados dos anos 1930, o consulado buscasse distanciar a atuação dos instrutores de ações políticas (SZCZERBIŃSKI, 2013, p. 85).

Em 04 de maio de 1938 ocorre uma assembleia extraordinária do *Junak*, depois, o comandante General Meira de Vasconcelos, presidente da Comissão de Nacionalização acompanhou pessoalmente a posse da nova diretoria em 13 de maio (FILIPAK, KRAWCZYK, 1978, p. 131). Os instrutores Sadowski e sua companheira Kopczyńska, teriam resistido e foram presos. A presença do capitão já era alertada pelo consulado brasileiro em Varsóvia ao MRE, junto a outros militares, como vimos anteriormente<sup>1307</sup>. Era, portanto, figura vigilada desde alguns meses, no mínimo, pelas autoridades brasileiras. A sua companheira Kopczyńska seria membro do Centro Agrícola Polono-Brasileiro, trabalhando para o desenvolvimento do linho, contratada como “técnica de aplicação industrial” do produto<sup>1308</sup> e era também pintora vinculada à União Polonesa<sup>1309</sup>. Ela passou pelos mesmos procedimentos que seu companheiro.

Em 30 de março de 1938 Sadowski prestou declarações, em 06 maio prestou novamente e foi preso no quartel da Guarda Civil. Em 12 de maio prestou novas declarações, indo em 21 daquele mês, acompanhado por dois inspetores, até o Rio de Janeiro para a delegacia do DOPS<sup>1310</sup>, apesar dos múltiplos chamamentos para depoimentos, estes não estão na pasta. Em 10 de maio de 1938, é despachada para a Legação Polonesa no Rio de Janeiro, pelo MRE, o aviso da prisão de Konrad Sadowski e Halina Kopczyńska<sup>1311</sup>. Duas semanas depois, em despacho reservado “sobre a prisão de poloneses em Curitiba”, o MRE informava que a partir

<sup>1307</sup> Ofício Secreto Consulado Brasileiro em Varsóvia, Edgardo Barbedo para ministro Mário de Pimentel Brandão, MRE, 16 de dezembro de 1937.

<sup>1308</sup> Série de ofícios da Legação polonesa no Rio de Janeiro para o MRE em 1938.

<sup>1309</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. FI 20.030 (DOPS). Era também instrutora no *Junak* segundo memorando para Chefe da Divisão Política e Diplomática do MRE 01 de março de 1939. Na Ficha Nominal aponta que veio contratada pela União Polonesa como técnica de fiação de linho, trabalhando na colônia Cruz Machado, percebendo os vencimentos pelo Governo da Polônia, através do consulado polonês. Teria se revoltado contra a nacionalização da Sociedade Física *Junak* e União Polonesa. Em 05/05/1938 prestou declarações e foi presa ao quartel da Guarda Civil. 07/05/1938 prestou novas declarações. Em 21/05/1938 foi escoltada por dois inspetores para o Rio de Janeiro, sendo entregue à Delegacia do DOPS. Em 29/05/1938, esta delegacia ficou sabendo que tinha sido posta em liberdade e rumou para a Polônia.

<sup>1310</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI. 2300.407. Konrad Sadowski, 1938 (DOPS).

<sup>1311</sup> Despacho MRE para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 10 de maio de 1938. O Dia, 26 de julho de 1938. “A campanha de nacionalização nos estados do sul” do Major Nelson Bandeira Moreira, da 5ª RM, aparentemente critica a relação afetiva dos dois e aqueles que denunciavam às suas prisões.

de informações das autoridades competentes: “As atividades destes dois poloneses, em desrespeito ao decreto recentemente promulgado sobre as associações estrangeira, deram lugar a fundadas suspeitas por parte das autoridades paranaenses”<sup>1312</sup>. Ambos teriam “pela propaganda que exercem junto aos colonos poloneses, perturbando a tranquilidade que deve reinar entre os mesmos, pela qual são responsáveis as autoridades brasileiras”. Foram presos, colhidos seus depoimentos e seriam encaminhados ao Rio de Janeiro para continuidade do inquérito<sup>1313</sup>. Ou seja, estes personagens foram enquadrados como elementos geradores de movimentos contrários ao processo nacionalizador de homogeneização social congregado pelo crescente processo assimilacionista do nacionalismo brasileiro e por sua resistência. O ministro fazia questão de ressaltar a “cordialidade que, felizmente, preside as relações entre os nosso dois países” e por tais razões explicava a situação, a fim de evitar elementos que pudessem causar “fraturas” naquela relação<sup>1314</sup>.

Meses depois, o MRE encaminhou os documentos do militar<sup>1315</sup>, bem como nota intitulada “Expulsão de Conrado Sadowski”, tendo seu passaporte sido remetido à legação polonesa<sup>1316</sup>. A expulsão não teria se consumado, pois, além desta informação não constar como pedido ou efetuação na sua pasta do DOPS, ainda é informado que em 29 de maio, segundo jornais, a delegacia soube que teria sido solto, através de entendimento com a Legação Polonesa no Rio de Janeiro e do Consulado em Curitiba, e seguido para Polônia<sup>1317</sup>.

As representações diplomáticas polonesas no Brasil, bem como os jornais poloneses<sup>1318</sup> envolveram-se fortemente no caso da prisão dos dois instrutores. De forma que, diante do diálogo e das múltiplas trocas de correspondências, ambos os acusados, apesar das “provas” que foram juntadas diante de sua atuação, pudessem ser soltos e direcionados para a Polônia<sup>1319</sup>. Esse exemplo, em relação a outros grupos de estrangeiros, como os alemães vinculados ao nazismo ou como comunistas e judeus (de várias nacionalidades), demonstra como os poloneses tinham possibilidades de barganha, uma vez que poderiam ser um perigo “menor”, dada a sua imagem de inferioridade, indesejabilidade intermediária e estereótipos negativos, quiçá, de ser um perigo capaz de um impedimento mais fácil diante das ações da polícia, ou ainda, por seu

<sup>1312</sup> Despacho MRE para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 10 de maio de 1938.

<sup>1313</sup> Despacho Reservado, MRE para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 24 de maio de 1938.

<sup>1314</sup> Ibidem.

<sup>1315</sup> Despacho Reservado, MRE para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 24 junho de 1938.

<sup>1316</sup> Despacho Reservado, MRE para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 25 de julho de 1938.

<sup>1317</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI. 2300.407. Konrad Sadowski, 1938 (DOPS).

<sup>1318</sup> Vários textos foram traduzidos pela Legação brasileira em Varsóvia. Ofício RESERVADO, Legação Brasileira em Varsóvia, J. de A. Figueira de Mello para ministro Oswaldo Aranha, MRE, 27 de maio de 1938.

<sup>1319</sup> A Legação polonesa no Rio de Janeiro mandou uma série de ofícios ao MRE a fim de tratar da prisão dos dois poloneses, 09 e 21 de maio de 1938.

caráter rural e menor ocupação de posições estratégicas na sociedade. Deste modo, a expulsão, por motivos de atuação em prol da Polônia ou da “causa da polonidade”, parece, diante das fontes encontradas, não ter sido um artifício utilizado contra os poloneses. A despeito dessa hipótese, durante a era Vargas buscou-se expulsar aqueles estrangeiros “que não se adequavam ao modelo de cidadão idealizado pelo regime” (RIBEIRO, 2012, p. 26), que envolvesse prática contra o ideal de “segurança nacional”, ainda que durante o Estado Novo, as expulsões tenham sido menores que no período anterior, sendo mais relevante a restrição e deportação dos estrangeiros (RIBEIRO, 2012, p. 272).

Os poloneses foram o terceiro grupo mais expulso do Brasil entre 1930 e 1945, totalizando 67 pessoas ou cerca de 10%<sup>1320</sup> do total de estrangeiros expulsos, atrás somente de portugueses e espanhóis, mas a frente de italianos e alemães, grupos imigrantes mais numerosos (RIBEIRO, 2012, p. 153). Chama a atenção a quantidade de expulsos em relação a presença polonesa no Brasil, no entanto, a maior parte deles eram considerados comunistas e outros fruto das circulares secretas antissemitas (ZEN, 2010, RIBEIRO, 2012, KOIFMAN, 2012). Esta situação se revela no fato de a Polônia, como regime profundamente anticomunista de inspiração fascista (ZEN, 2010, p. 148) e mesmo antissemita, frequentemente recusar receber os nacionais expulsos (RIBEIRO, 2012, p. 115), pois também eram indesejáveis em seu país.

O mais comum, portanto, foi a prisão e a coleta de depoimentos, além destes casos mais específicos e amplos, como Lepecki e Sadowski, tais elementos podem ser identificados em outros prontuários vinculados à DOPS, no âmbito da vigilância e repressão dos estrangeiros durante o Estado Novo, que estiveram atrelados aos poloneses. Embora estes fossem muito menos detalhadas, contando, por vezes, com apenas uma página, eles apontam outros focos de desconfiança da polícia política com relação à presença deste grupo no Brasil, que ajudam na construção da perspectiva brasileira sobre a caracterização deste grupo no país como ideal de ameaça.

#### 5.7.1. Outros personagens

Diferentemente do caso dos nazistas, comunistas e integralistas desenvolvidos na bibliografia (ATHAIDES, 2015, PEREIRA, 2017), os poloneses foram motivo de menores preocupações sob ponto de vista quantitativo na DOPS, pelo menos se atentarmos à amostragem e em relação ao volume da nossa pesquisa das pastas. Em boa medida, os indivíduos que

---

<sup>1320</sup> Para Zen (2010, p. 148), era 8,49% de um total de 778 estrangeiros expulsos. Ribeiro considera 671 estrangeiros expulsos no total (2012, p. 152).

compõe a sequência da análise são aqueles que demandavam situações específicas às autoridades ou eram chamados a prestar declarações, geralmente em razão de casos e ocorrências isoladas, não sendo possível um amplo trabalho sistemático, pois em geral, nos balizamos nas informações de outras fontes e nos nomes evidenciados ao longo da pesquisa.

Conforme pode ser observado por Santos (2008), nas ações das polícias políticas, ao longo dos processos declaratórios, tendo em vista pressupostos investigativos, a partir dos movimentos de observância dos suspeitos, as indagações e questionamentos poderiam ser antecipadamente elaborados. A polícia estava “ávida por detectar um simples gesto, uma informação qualquer que pudesse implicar outras pessoas nas malhas de uma suposta rede de subversão existente no Brasil” (SANTOS, 2008, p. 92). O despreparo dos investigadores somado à lógica da desconfiança permitia a prisão de “inocentes”, considerada melhor que a manutenção da liberdade de potenciais “culpados” (SANTOS, 2008). Este tipo de operação geralmente era apoiado pela chamada “opinião pública”, temerosa com a possibilidade da presença de indivíduos perigosos, assim, mais que erros, as múltiplas convocações a prestação de declarações poderiam ser vistas como uma prevenção diante de possíveis ameaças (SANTOS, 2008, p. 96-97).

Entre as pastas, muitas contam com lacunas de informações e dados, bem como de arrolamento de documentos. Fundamentalmente são os interrogatórios que são desenvolvidos (raramente as transcrições eram feitas pelos declarantes, sendo datilografadas pelo escrivão<sup>1321</sup>). A própria obtenção do depoimento nos é motivo de interpretação, sendo importante ter em mente e refletir sobre a possibilidade do uso da “coerção física”, “psicológica” ou “simbólica” pelas quais os indivíduos possam ter passado, como atenta Pereira (2017, p. 201).

Segundo observado por Malikoski (2019, p. 236) naquilo que tange especificamente às ações polonesas, foram convocados no período da nacionalização os instrutores Roman Gajda, Eugeniusz Gruda, Konrad Sadowski, Konrad Jezierowski, Waldomiro Radomski, Juljusz Skarbek Kruszewski, Ewa Jazenska e os funcionários do consulado, enquanto Sekuła chegou a ser procurado. Destes, foram efetivamente apuradas declarações apenas de Gajda, Gruda e Sadowski, em março de 1938, com a presença do militar Adauto de Mello (MALIKOSKI, 2019, p. 236).

---

<sup>1321</sup> O escrivão apresentaria os dados com termos próprios, provavelmente distinto da declaração original, seguindo o padrão das perguntas, de modo que são vários filtros a serem contemplados na forma como respondem às acusações (PEREIRA, 2017, p. 28, 201).

Muitos acabavam sendo investigados quando buscavam o poder público com algum interesse específico, como o caso da naturalização, com requerimentos de “antecedentes políticos e sociais” para realizar o processo ou a confecção de modelos de carteira de identidade ou outros documentos (ALVES, 2006). Caso do então presidente da CZP em 1938, Alexandre Ziołek<sup>1322</sup> e do antigo presidente, Stefan Gontarski<sup>1323</sup>, nos anos 1940. Ziołek, inclusive, prestou declarações em junho de 1938, provavelmente em razão do fechamento da CZP. Afirmou que teria exercido a função de secretário da União Central dos Poloneses desde 01 de julho de 1937. Na sua declaração, o assunto trata do antigo caso do prédio da CZP, que já tinha sido tema no *A Tarde*, de 1932 e no *Correio do Paraná* em 1934, em que o declarante aponta que fora comprado com dinheiro enviado através da “União Mundial dos Polonos no Estrangeiro” - *Światpol* e que a CZP seria filiada a mesma, de quem cumpria ordens<sup>1324</sup>.

A organização polonesa, a qual sofreu uma importante intervenção nacionalizadora, parece ser o tema central das perguntas que conduziram a declaração. Tanto que se destaca que Ziołek confessava saber da existência de cerca de 300 escolas particulares polonesas no Paraná, de correspondências importantes trocadas entre as duas Uniões e suas cópias deixadas no consulado da Polônia em Curitiba. Assumia a responsabilidade por toda a documentação apreendida na CZP por ele assinada, documentação essa que preocupou os nacionalizadores como o tenente-coronel Bethlem e o general Meira de Vasconcellos. De forma que qualquer eventual culpa para alguma ação considerada nociva, parece ter sido confirmada pelas suas declarações. Ainda, informou que a Instrução Polonesa no Brasil era dirigida por Romão Gajda, funcionário do consulado polonês em Curitiba e colocado à disposição da União Central<sup>1325</sup>.

Romão Gajda é fichado em 29 de maio de 1938, mas consta apenas que prestou declarações na data referida, sem a transcrição<sup>1326</sup>. Outro instrutor investigado foi Eugeniusz Gruda<sup>1327</sup>, em março de 1938, quando também prestou depoimento. Nas suas declarações, afirma ter imigrado para o Brasil em 1927, aponta sua trajetória como professor, mas, diante da investigação, se destaca que em abril de 1933 fora contratado pela CZP como um de seus delegados no Brasil, a fim de tratar de interesses escolares, esportivos, associativos, econômicos, sociais, etc., “embora [fosse] conhecido num meio de colonização polonesa como

<sup>1322</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 165.282. Alexandre Ziołek. (DOPS).

<sup>1323</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 13.490.479. Stefan Gontarski (DOPS).

<sup>1324</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 165.282. Alexandre Ziołek. (DOPS).

<sup>1325</sup> Ibidem.

<sup>1326</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 3333.471. Romão Gajda (DOPS).

<sup>1327</sup> Ocupou o cargo de professor em várias escolas, além de instrutor teatral (WACHOWICZ, MALCZEWSKI, 2000, p. 136).

instrutor e mesmo inspetor”<sup>1328</sup>. Entre as informações, aparece seu “ordenado”<sup>1329</sup> destacado como sendo pago pelo consulado da Polônia. Ademais, menciona que seu chefe direto seria, desde 1933 na União Central, Gajda de quem recebia ordens “para serem cumpridas nos núcleos coloniais poloneses, que ele [...] percorria esses núcleos fazendo conferências, fundando escolas, verificando as necessidades educacionais, sociais, econômicas, agrícolas e tudo informado em relatório a União Central dos Polonos”<sup>1330</sup>. Ademais, o declarante aponta que a CZP

Para todas as escolas incorporadas por ela e por intermédio das sociedades escolares, dirigia a educação em geral no meio colonial, determinando os programas de ensino, que existia uma parte do curso em vernáculo, sendo a outra ministrada em polonês, [...] declarando sob sua palavra de honra que todas as escolas particulares polonesas só lecionavam durante uma hora em língua polonesa<sup>1331</sup>.

O ensino da língua, conforme aponta o instrutor, seria fora do horário oficial, mas para crianças brasileiras, acompanhado dos “vultos da pátria polonesa”<sup>1332</sup>. O declarante apontava, que essas noções deveriam ser lecionadas, uma vez que as crianças brasileiras, sendo de origem polonesa, deveriam conhecer a história de seus antepassados, mas conforme asseverava: “os brasileiros filhos de estrangeiros devem defender sua pátria mesmo contra a pátria de seus pais, pois ele declarante se fosse nascido no Brasil defenderia o Brasil contra a pátria de seus pais”<sup>1333</sup>. As declarações giravam acerca dos temas centrais da nacionalização, isto é, as associações e escolas étnicas, vínculos com o país de origem e seu governo através da diplomacia, ademais da presença de intelectuais estrangeiros no Brasil. Outra desconfiança da DOPS era o *Junak*, ao que Gruda asseverava ser “simplesmente sócio” não tendo vínculos com suas atividades, nem sobre ela se referido em suas viagens às colônias, igualmente não teria organizado seus destacamentos no ambiente colonial polonês, apesar de saber da existência da instituição<sup>1334</sup>. A admissão das suas ações, assim como dos outros personagens, teria alertado o consulado (MALIKOSKI, 2019).

<sup>1328</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 1.147.337. Eugeniusz Gruda (DOPS).

<sup>1329</sup> 600 mil-réis, salário que era uma reclamação recorrente nos jornais polono brasileiros, como demonstra Trindade (2015), nas disputas entre as lideranças locais e os instrutores pagos pelo governo polonês.

<sup>1330</sup> PARANÁ, Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 1.147.337. Eugeniusz Gruda (DOPS).

<sup>1331</sup> Ibidem.

<sup>1332</sup> Ibidem. Como: “Mieczyslaw Stary Katolik- Kopernik - Jan Sobieski [ilegível] - Józef Piłsudski.

<sup>1333</sup> Ibidem.

<sup>1334</sup> Ibidem. Documento enviado de São Paulo em 1944, considerava elemento a ser “conservada sob observação”. Menciona ter sido julgado “pernicioso” pela 5ª região militar, em documento de 1937 por sua ação desnacionalizadora durante a campanha, resumindo: “É recalcado quanto ao Brasil, não merecendo confiança”. O próprio consulado em Curitiba teria se surpreendido com a confissão dos instrutores “do caráter oficial de suas atividades” (MALIKOSKI, 2019, p. 237).



Além da intelectualidade imigrante e seus possíveis vínculos com a Polônia, os brasileiros de origem polonesa, igualmente, não escapavam à vigilância e eventual perseguição policial. A nacionalidade não garantia sua incolumidade, embora pudesse ser fator atenuante para a suspeição ou mesmo para a vigilância. João Chorośnicki<sup>1335</sup> começa a ser investigado a partir pelo menos de fevereiro de 1938, mas só presta declarações nos anos 1940. Foram enviadas informações sobre ele em 01 fevereiro 1938 com abertura de sindicância para a chefatura de polícia do DOPS. Ele teve seu vínculo como professor e, então, diretor do *Gazeta Polska w Brazylii*, questionado, talvez esse o motivo inicial da suspeição<sup>1336</sup>.

Outro brasileiro investigado foi Henrique Kudlinski, nascido em Ponta Grossa em 1913, quem em 14 de dezembro de 1939, prestou declarações, sendo sua pasta acompanhada de vários recortes de jornais. Em sua prestação de declarações aponta que em 1932 foi para a Polônia estudar engenharia mecânica. A isto enfatiza que teria ido com recursos próprios e empréstimo de Ladislau Bukowski, assim como apoio de familiares<sup>1337</sup>. Estas afirmações poderiam ser para corroborar que não dependia de apoio financeiro de instituições polonesas ou do governo polonês<sup>1338</sup>. Após finalizar seu curso<sup>1339</sup> e com falta de especialistas na Polônia, teria lhe sido oferecido trabalho na Companhia Civil de Navegação Aérea, mas apesar de requisitado, não quis mudar de nacionalidade, demonstrando, assim, na declaração, fidelidade ao Brasil<sup>1340</sup>.

Teve a necessidade também de negar ter trabalhado em fortalezas polonesas ou servido no exército polonês no conflito. Discordando, assim, de um artigo do jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, de 04 novembro de 1939 (adicionado em seu prontuário), o qual indicava que havia trabalhado em fortificações no início da guerra<sup>1341</sup>. Assim, ele ressalta seu esforço pelo Brasil, inclusive de propaganda e notícias sobre o país, ademais do diálogo com a diplomacia brasileira em Varsóvia, assim como ligações com um oficial do exército brasileiro<sup>1342</sup>.

<sup>1335</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 1.811.377. João Chorośnicki (DOPS). Foi investigado junto com Ana Licheski, sem motivações aparentes, sendo observado pelo investigador n. 25, Augusto Dias Parede [Ilegível], dado que ambos frequentavam mutuamente suas casas. Ao prestar declarações, afirma frequentes idas ao consulado para lecionar aos filhos do cônsul. Teria nascido no Brasil, mas vivido na Europa até 1912. Fazia reuniões para escutar rádio na sua casa, em que compareceriam Paulo Tacla, Paulo Nikodem, Vilar de Lucena, Tufi Ramos e as vezes o Doutor Ribeiro, chefe de Gabinete da Interventoria Estadual. E destacava que sempre teria combatido os professores estrangeiros no país. Na sua pasta, aparece que Humberto Ricardo Martins espionava, em 1940, no prédio da antiga União Polonesa, este era o inspetor n. 29. Ofício remetido ao Capitão Fernando Flores, chefe de polícia, por Tulio Pereira. DEAP/PR.

<sup>1336</sup> Ibidem.

<sup>1337</sup> Um ex-secretário do *Junak*, segundo Filipak e Krawczyk (1978).

<sup>1338</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 1.540.360. Henrique Kudlinski (DOPS).

<sup>1339</sup> Ibidem. Ele estudara na Escola Superior de Construção de Máquinas e Eletricidade, Politécnica de Varsóvia, concluindo o curso em junho de 1938, especializado em motores de explosão.

<sup>1340</sup> Ibidem.

<sup>1341</sup> Ibidem.

<sup>1342</sup> Nas suas declarações, teria se refugiado na embaixada brasileira até dia 21 de setembro de 1939, quando foi enviado com o corpo diplomático para Königsberg e, de lá, junto com a esposa seguiram para Berlim, de onde,

Kudlinski destacava que “sempre teve sentimentos de brasileiro, o que poderá ser comprovado pelos seus atos antes de ir para a Polônia, e que provará quando começar a trabalhar para a indústria nacional”<sup>1343</sup>. Os recortes dos jornais adicionados à pasta, do *Gazeta do Povo* de 05 de novembro de 1939 noticiavam a vinda de brasileiros que estavam na Polônia com o corpo consular no navio Oceania. Além de Kudlinski, vinham Ceslau Las, que estudava comércio desde 1932 e tinha realizado transmissões em português sobre a Guerra e Emilia Radomska<sup>1344</sup>.

Outro caso era de José Mariano Bukowski, investigado em fevereiro de 1938, que vivia em Ponta Grossa (embora fosse nascido em Santa Catarina) conhecido como “ex-atirador do Tiro de Guerra”, n. 21, com sede em Ponta Grossa. Foi prestar declarações, acompanhado do tenente ajudante de ordem do General comandante da 5ª região militar. Era comerciante e teria, após finalizar treino de tiro, afirmado ao Tenente Altino Rodrigues Dantas que iria para a Europa estudar aviação<sup>1345</sup>. Em sua declaração, destacava que iria para a Polônia, informando ser financiado pelo governo polonês e que com ele naquele ano iriam outros quatro ou cinco, como acontecia nos anos anteriores. A viagem, estadia e estudos seriam pagos pelo Governo da Polônia, embora deixasse claro que não implicava em compromisso com o referido governo e não haver obrigação, a não ser por “livre e espontânea vontade”, prestar serviço militar naquele país<sup>1346</sup>. O declarante afirmou, ainda, que no ano anterior, apenas uma moça foi com estadia de 8 meses e já regressaria ao Brasil<sup>1347</sup>. A preocupação da delegacia com relação aos estudantes brasileiros na Polônia era relacionada ao contexto nacionalizador. Brasileiros de origem polonesa, com laços mantidos com o país dos antepassados pareciam ser uma contradição

---

por ordem do MRE foram para Trieste e chegaram ao Rio de Janeiro em 02 de novembro de 1939. É adicionado que o Coronel Gaelzer Netto (que inclusive esteve envolvido nas discussões do B.I.T.), responsável pelo escritório de propaganda do Brasil em Berlim o conhecia, atestando que havia feito propaganda do café e mate brasileiro no Centro Cultural Internacional de Cracóvia e na rádio sobre as riquezas naturais do Brasil, as suas matérias-primas e seu futuro, portanto, tinha referências importantes que pudessem extirpar possíveis desconfiças. Ao chegar ao Rio de Janeiro, afirmou ter cavado valetas contra gases em defesa própria e da Embaixada em Varsóvia, o que poderia ter criado uma possível confusão relacionada às fortalezas polonesas. Teria ainda, em sua defesa, tratado com o cônsul brasileiro para as escavações mencionadas, quem o havia permitido e indicado a fazê-lo.

<sup>1343</sup> Ibidem.

<sup>1344</sup> Ibidem. O *Gazeta Polska* de 12 de novembro de 1939 afirmava a vinda do estudante Ceslau Las, chamado “speaker” desde Varsóvia, da hora brasileira na cidade. Ele contribuía para a propaganda do Brasil na Polônia, pois dirigia um curso de português no país e continuou irradiando o programa mesmo sob bombardeio. O *Diário de Notícias* de 04 de novembro de 1939, alertava para a chegada dos estudantes brasileiros (do Paraná). Ceslau Las, que irradiou o cerco da capital pela estação S.P.E9. Do mesmo grupo, estava Henrique Kudlinski que afirmou trabalhar nas obras de fortificação de Varsóvia, como voluntário (notícias do jornal que levaram ele a prestar declarações). Nawroski (2019) ao analisar cursos agrícolas para rapazes, que ocorriam na Polônia, aponta diversos estudantes que iam das cidades do interior, no entanto, estes nomes não foram encontrados entre os fichados pela DOPS.

<sup>1345</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 2198.347. José Mariano Bukowski (DOPS).

<sup>1346</sup> Ibidem.

<sup>1347</sup> Ibidem.

inerente, dada as disputas entre a etnicidade polonesa particularizante e a nacionalidade brasileira englobante nos anos 1930 e por esta razão, estavam sendo investigados.

Por fim, destacamos o caso do padre Estanislau Cebula<sup>1348</sup>, investigado em novembro de 1939. A acusação é de que teria feito sermão em polonês no dia 02 daquele mês e foi intimado a comparecer à delegacia. A delação teria ocorrido de um presente na missa, na Igreja Santo Estanislau, da qual era diretor, em Curitiba. O documento destaca que teria sido interrogado “rispidamente” na delegacia, respondendo que não existia legislação que constrangesse o uso dos sermões em polonês. A declaração teria tomado rumos mais exaltados junto a Divonsir Borba Cortês, o primeiro a interrogá-lo na delegacia no dia dois. O padre<sup>1349</sup>, assim, rememorava o caso de um homem chamado Belinski, em Guarapuava (seu antigo endereço), que Cebula considerava comunista e que diante da atitude do delegado, dava a entender que aquele fosse favorável a tais ideias. Dessa forma, o padre tentava intimidar acusando com o elemento pertencente às maiores preocupações e perseguições do regime varguista, os comunistas<sup>1350</sup>, invertendo a lógica persecutória, tentando exercer certa autoridade frente os delegados e utilizando do contexto social em seu favor, numa forma explícita de resistência.

Com base nestas múltiplas análises, tomamos a noção de que “vexação pública ocasionada pela prisão, as restrições que podem ser esperadas após uma intensa investigação, são fatores que são considerados pelos indivíduos antes de responderem os questionamentos da polícia política”, sendo assim, “serão poucos sujeitos que apresentarão respostas cujo conteúdo sejam eivados de protestos e reclamações sobre as práticas dos agentes e do delegado da DOPS/PR” (PEREIRA, 2017, p. 131). A maioria buscava retirar sua possível culpa ou motivo de suspeita maior (PEREIRA, 2017, p. 131), sendo sua resistência neste sentido mais “indireto”, expondo maneiras de escapar de acusações ou colaborar com as autoridades diante de possíveis atos considerados perigosos, como realizaram os instrutores.

Cebula, nesse caso, acabava sendo mais incisivo, a transcrição aponta “que o declarante deseja que não seja importunado quando proferir algumas palavras em polonês na Igreja onde é diretor, que o declarante fará obrigatoriamente, de agora em diante, sermão em língua nacional, porém, reservando o direito de falar também em polonês”<sup>1351</sup>. A fim de demonstrar colaboração com a polícia, no entanto, apontava possuir “um documento em língua estrangeira

<sup>1348</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. PI 1.123.336. Estanislau Cebula (DOPS).

<sup>1349</sup> Ibidem.

<sup>1350</sup> Ibidem.

<sup>1351</sup> Ibidem.

e também traduzido, que diz que os centros populosos do Brasil serão avassalados pela doutrina comunista” informando seus fiéis, “cumprindo assim um dever que lhe é imposto pelo sacerdócio”<sup>1352</sup>. Somava ainda residia há muitos anos no Paraná, prezando-a e convivendo com os seus patrícios, os quais mantinha orientados, ainda mais com a emergência da guerra, lembrando da “pátria distante e injustiçada”.

Em outra declaração, explicava possuir um almanaque em alemão, então apreendido (talvez dentro de um contexto de receio com a presença alemã no Brasil, em razão do começo do conflito mundial), de 1936, o qual demonstra ser de caráter religioso. O livro, conforme aponta, teria um capítulo sobre o Brasil versando sobre uma possível ameaça ao país e ele, padre, considerando-se “superior” (autoridade) aos frequentadores de sua Igreja, “sempre procura ministrar-lhes ensinamentos da conjuntura política e social, sem descuidar-se da religião”, fazendo-o por ser o Brasil um “país de vastidão”, não podendo o poder público controlar cada “uma de suas células” o cidadão “geralmente inculto”, sendo necessário mostrar os perigos a eles<sup>1353</sup>.

A testemunha delatora do sermão em polonês, nominado Eugenio Biazeto, tem este mesmo nome na pasta do padre da Igreja Antigo-Católica José Adamczewski mas como “inspetor de polícia”<sup>1354</sup>. Possivelmente era um investigador da DOPS, elemento infiltrado ou espião para a obtenção de informações, como era costume na ação daquela polícia (ATHAIDES, 2015). Este teria ido à delegacia delatar que comparecera à missa no dia dois e acompanhou o sermão em polonês, enxergando, a partir de então, excitação e murmúrios entre as pessoas, assim questionou o conteúdo da fala do padre Cebula, ao que lhe disseram estar tratando da impotência do Brasil em evitar a “onda organizada” que tentaria tomar conta do poder<sup>1355</sup>.

Para o delator, as pessoas teriam ficado espantadas, sendo que ele também, razão pela qual, diante da denúncia, teria comparecido à delegacia para questionar se o Brasil corria o perigo de ser tomado pelo comunismo<sup>1356</sup>. A autoridade respondeu não ser verdade e que tomaria providências. Augusto Rocha, segunda testemunha, vai ao encontro da fala de Biazeto, dizendo ter ouvido depois da missa comentários, que o padre havia aludido ao fato de que o

---

<sup>1352</sup> Ibidem.

<sup>1353</sup> Ibidem.

<sup>1354</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná. PI 1.982.387. José Adamczewski (DOPS).

<sup>1355</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. PI 1.123.336. Estanislau Cebula (DOPS).

<sup>1356</sup> Ibidem.

Brasil seria logo governado por comunistas não podendo impedir a revolução que viria. Ao comentar com colegas na mesma noite, foi intimado a depor na delegacia<sup>1357</sup>.

Assim que é aberto inquérito contra o padre, considerado “rebelde” aos conselhos do delegado, foi analisado o proceder criminoso com base no artigo 3, n. 26 do decreto-lei n. 431 de 18 de maio de 1938, o qual definia crimes contra a “personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social”. Os autos foram encaminhados ao DOPS e a Seção de Controle<sup>1358</sup>. Contudo não encontramos maiores providências, dado, possivelmente, o apoio (ou pelo menos na aparência de apoio) do sacerdote ao combate do elemento considerado principal inimigo do regime e de sua desagregação, o comunismo, fator, quiçá, atenuante para os atos pelos quais era culpabilizado.

Não buscamos reificar o trabalho policial, justificando suas ações diante daquilo que foi exposto, tampouco expor as resistências e formas de interação dos suspeitos com a polícia, mas sim, identificar os modos como os poloneses foram referidos no esforço de um momento particular por construção e perseguição de indivíduos tornados inimigos, sobretudo, imigrantes convertidos em estrangeiros e “outrificados”. A DOPS, nesse sentido, funciona como uma forma de repressão do Estado, a qual constitui e persegue aqueles “inimigos” pré-configurados, considerados e rotulados por perniciosos, perigosos, indesejáveis, subversivos, categorizados, portanto, de diferentes maneiras dependendo do perfil do seu eventual “crime”. Apesar de um aludido despreparo eventual, particularmente no contexto paranaense, a polícia foi capaz de mobilizar a população delatora, seus agentes e investigadores, moldando ou encontrando de fato motivos para constituir crimes, criminosos, suspeitos, com base nas características nacionalistas e anti-estrangeiro do período. Se pensarmos os perigos reais que os poloneses ofereceriam ao Brasil, nesse sentido, podemos dizer que a polícia pode ter exagerado na sua ação, superdimensionando a periculosidade dos poloneses, mas o fato é que estava de acordo com a percepção da população estrangeira, que se configurava desde os anos 1930, especialmente a partir de 1934 e 1937, momentos de expansão de um pensamento marcado por oposições e alteridades, que tomavam os imigrantes e seus descendentes como desordenadores ou dissonantes socialmente.

A nacionalização e assimilação compulsória lastreadas pelo nacionalismo exacerbado e defensivo do período, vinculada ao anti-imperialismo, anti-imigrantismo e crescente autoritarismo varguista, permitiram à polícia desempenhar suas atividades durante o Estado Novo, na conformação de “medos” (mais ou menos reais) como sentimento configurado com

---

<sup>1357</sup> Ibidem.

<sup>1358</sup> Ibidem.

base em ressentimentos previamente estabelecidos em relação a questões de identidade e alteridade ou mesmo perspectivas pessoais de vingança, invejas e ódios. Com base no esforço de investigação ou nas delações, observaram, vigilaram ou efetivamente perseguiram e eventualmente prenderam, intelectuais (professores), lideranças, estudantes, brasileiros de origem polonesa e sacerdotes, de forma a compor o grupo daqueles potenciais “criminosos” a serem observados diante dos seus vínculos com a *polonidade* e a Polônia, julgados como “agentes”, “perniciosos”, “desnacionalizadores”, entre outras denominações características de representações e rótulos acerca daqueles indivíduos no contexto particular.

## 5.8. OS ANOS FINAIS DA NACIONALIZAÇÃO E O FIM DOS PROJETOS POLONESES

O Paraná e, particularmente, Curitiba, foram considerados grandes centros de ação, de desenvolvimento e, também, sucesso da Campanha de Nacionalização nos anos finais da década de 1930<sup>1359</sup>. A Legação polonesa no Rio de Janeiro com frequência reclamou do “rigoroso processo de nacionalização, operado no Paraná pelos militares [...]”<sup>1360</sup>, considerando um problema de interpretação daquele estado para o excesso de rigor na aplicação das leis<sup>1361</sup>. Entre as autoridades brasileiras, algumas reconheciam que os culpados pelos conflitos com a diplomacia polonesa eram as autoridades de Santa Catarina e Paraná que aplicaram com “rigor inflexível” o decreto n. 383, criando “situações de mal-estar para os estrangeiros” e “recriminações dos Governos interessados”. Necessitando que a Secretaria de Estado do MRE se empenhasse em “restabelecer a tradicional amizade existente entre os dois povos”<sup>1362</sup>.

O que podemos observar, no entanto, é que no Brasil, na confrontação entre um perigo real x perigo imaginário, ao polonês era dada maior atenção quando ligado ao comunismo ou ao judaísmo, que seus vínculos com a *polonidade*. Até 1942, os movimentos contestadores de esquerda tiveram maiores preocupações por parte da repressão e vigilância estatal, enquanto o foco naquelas nacionalistas, como o nazismo, fascismo ou niponismo (militarismo

<sup>1359</sup> BETHLEM, op. cit., p. 71, parafraseando Mello, chamando a cidade de a “Meca do civismo nacional”.

<sup>1360</sup> Pró-Memória, Legação Polonesa no Paraná, 27 de junho de 1938.

<sup>1361</sup> Ibidem.

<sup>1362</sup> Memorando do cônsul Carlos S. de Ouro Preto, para o Chefe da Divisão Política e Diplomática 01 de março de 1939. Lata 1291, Maço 29633. Malikoski alerta para a distinção de aplicação dos decretos nacionalizadores em cada Estado, sendo o Rio Grande do Sul mais liberal que os outros dois estados do sul do país (MALIKOSKI, 2019, p. 188, 244), segundo o autor baseado em “relatos do próprio Cônsul Gieburowski, o Interventor Manuel Ribas não queria assinar esses decretos, porém, foi forçado a sancioná-los pela pressão imposta pelos militares. Porém, o próprio cônsul afirmava que o detentor do poder, no Paraná, não era o Interventor Manuel Ribas, mas o General Meira de Vasconcellos” (2019, p. 202-203).



expansionista japonês) ocorrem, maiormente, com a II Guerra Mundial e a configuração do Eixo como inimigo militar de fato.

Como exemplo prático, apesar destes vários problemas identificados no âmbito diplomático, da polícia e jornalístico, várias discussões ocorreram sobre a cota polonesa de imigrantes. Em 1939, ela é elevada para 3000 (junto a outras nacionalidades). Deste modo, continuava um interesse brasileiro em contar com a imigração polonesa<sup>1363</sup>, vista como elemento “desejável”. A Resolução CIC, n. 40, de 23 de junho de 1939 apontava que o aumento considerava “que a imigração polonesa consulta perfeitamente os interesses econômicos nos seus aspectos étnicos, econômico e cultural”. Resolvendo elevar a cota anual da imigração “destinada a nacionais da Polônia”, com base no art. 4º do Decreto-Lei n. 3010 de 20 de agosto de 1938. Ainda assim, em 1939<sup>1364</sup>, a Polônia causava apreensões com relação a possíveis intenções coloniais, a legação em Varsóvia apontava que

A esperança da Polônia em obter colônias que lhe forneçam matérias primas e estabelecimento para a sua crescente população manifestou-se ainda, há pouco, quando em princípio de fevereiro, o Conde João Szembek, Sub-secretário de Estado de Negócios Estrangeiros, afirmou, em pleno Senado, que o Governo polaco tinha por várias vezes declarado que, sempre quando o problema colonial fosse trazido às considerações dos demais países, a Polónia ali estaria e defenderia seus interesses. Disse mais que em vista da falta de ação da Liga das Nações, a Polónia procuraria por si mesma obter livre e seguro acesso às matérias primas<sup>1365</sup>.

Alguns meses antes da Guerra, portanto, a temática colonial ainda era fortemente percebida pela legação e informada ao MRE. As movimentações territoriais devido à ocupação da região de Zaolzie na Tchecoslováquia em 1938, a crise decorrente da ação nacionalizadora no Brasil, os avanços críticos da Alemanha nazista sobre o leste europeu anexando suas minorias, a percepção do esgarçamento das relações na Europa, provocavam a diplomacia brasileira a investigar os potenciais objetivos da Polónia.

Bethlem, a partir de falas do general Vasconcellos, aludia aos perigos dos processos em Genebra, em que se propunha submeter às leis do país de origem seus súditos no estrangeiro, ao que o Brasil não poderia ficar indiferente, pois era ação de “povos coloniais”, devendo evitar a tolerância aos “exotismos” e “quistos raciais”, os quais eram tão perigosos quanto o “domínio rubro” para a dissociação nacional. Temia, assim os “exércitos internacionais” que poderiam

<sup>1363</sup> Nota do MRE para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, 13 de junho de 1939.

<sup>1364</sup> Ofício n. 31, Reservado, Legação brasileira em Varsóvia, Joaquim Eulálio para ministro Cyro de Freitas Valle, MRE, 04 de março de 1939.

<sup>1365</sup> Ibidem.

ser formados e defrontados, com a “brutalidade da conquista”, dado o distanciamento da cultura e tradições brasileiras, daqueles grupos<sup>1366</sup>.

A legação visualizava, por exemplo, que o tema colonial era insistido por senadores poloneses, problema que consideravam de “importância capital” para o país e necessária uma satisfação para a opinião pública. Beck, em resposta a essas exposições, afirmou que ele próprio “era da opinião que as condições de vida na Polônia obrigavam o seu Governo a se ocupar do problema colonial”, contudo, era de “difícil solução esse plano ainda não traçado e poucas são as esperanças de uma realização rápida”<sup>1367</sup>. Para Beck, a situação se tornava cada dia mais favorável no plano estrangeiro, e assim que a questão fosse discutida internacionalmente as necessidades do Estado polonês tomariam forma mais concreta<sup>1368</sup>. O final do ano de 1938 e o de 1939 foram especialmente importantes para a questão colonial na Polônia e com maior apoio estatal na figura de Józef Beck, que prestigiava o movimento, inclusive com proposições coloniais em sua visita a Londres, o que poderia estar articulado com a ampliação da influência da LMiK, a qual ganhava mais adeptos e crescia amplamente no país (HUNCZAK, 1967, p. 654-656).

A chegada do novo legado brasileiro em Varsóvia<sup>1369</sup>, Joaquim Eulálio do Nascimento Silva, em junho de 1939, demonstrava a boa recepção e conversas com Beck e Mościcki, presidente do país, em que se preocuparam com a condição política do Brasil, a opinião sobre a situação europeia e o caso da colônia polonesa no Paraná, diante das medidas do governo brasileiro. Beck teria deixado claro que não teria “ideologias políticas a pretender impor fora das suas fronteiras e, menos ainda, ambições territoriais na América”, de forma que as situações entre Brasil e Polônia deveriam ser resolvidas sem grandes problemas, tirando o peso, ao menos, de vínculos imperialistas diretos com relação ao país na discussão diplomática<sup>1370</sup>, embora internamente o debate cada vez mais se tornasse patente. Para o novo legado, Zarychta, que havia estado no Brasil e, como analisamos, era um dos representantes dos ideais coloniais ao longo das últimas duas décadas, era então chefe da seção de política de emigração do MSZ, e teria sido menos reticente. Era visto como “homem altamente culto, que esteve no Brasil e escreveu livros e estudos muito bem documentados sobre o nosso país, o qual me disse, sem

---

<sup>1366</sup> BETHLEM, op. cit., p. 82, parafraseando general Meira.

<sup>1367</sup> Ofício n. 41, Reservado, Legação brasileira em Varsóvia para MRE, 31 de março de 1939.

<sup>1368</sup> Ibidem.

<sup>1369</sup> Ofício n. 95, Reservado Legação Brasileira em Varsóvia, Joaquim Eulálio para ministro Oswaldo Aranha, MRE, 30 de junho de 1939.

<sup>1370</sup> Ibidem. Szembeck, sub-secretário dos negócios estrangeiros, teria se manifestado sobre as leis de nacionalização e incidentes relacionados, apesar do convencimento da passagem do que seria sua “fase mais aguda”.

atenuantes, que tardaria muito antes que o Brasil possa recuperar, na Polônia, as simpatias de que gozava”, em razão da campanha de nacionalização, pois, para ele, mesmo que facilitasse a ida de poloneses, o seu interesse seria diminuto, aumentando apenas diante de uma “política liberal” da “porta aberta”, conduzida anteriormente, a qual restauraria os índices imigratórios<sup>1371</sup>.

O legado, tendo a população polonesa no Brasil como parte da política externa, teria respondido que tal processo não retornaria, preferido o país não ter “grandes massas de imigrantes”, a contar com uma falta de seleção prévia e controle posterior. Adicionava que o objetivo era evitar a criação de minorias como as da Polônia, as quais geravam dificuldades para o país. Acreditava na possibilidade de estabelecer uma política imigratória positiva com a Polônia, ainda que fosse necessário esperar alguns meses para gerar o “esquecimento sobre os incidentes” recentes no Paraná, a fim de se criarem relações em uma “atmosfera mais desapaixorada”. Ademais, a conjuntura política local “não permite cogitar sequer na saída de homens válidos do país”<sup>1372</sup>, provavelmente em razão do aumento das tensões dentro da Europa com relação a política externa e a ameaça de uma nova guerra.

Finalmente, os problemas externos da Polônia diante do avanço alemão no leste, a questão de Danzig e do “Corredor Polonês”, o jogo de equilíbrio com os vizinhos que não aceitavam as fronteiras polonesas desde o fim da Primeira Guerra, a URSS e a própria Alemanha nazista, a falta de auxílio dos aliados como a França e as diferentes conjunturas do contexto europeu conduziram à invasão em 01 de setembro de 1939 e o início da Segunda Guerra Mundial, aludida desde os anos 1920 pelas fontes que analisamos. Depois de 31 de julho, o MRE só receberia ofícios em 27 de outubro já de Paris, dado o início do conflito mundial. Nas trocas de comunicações sobre a invasão da Polônia, o MRE chamava de “agressão perversa por parte da Alemanha”, garantindo que a Polónia se defenderia “lutando até o fim”<sup>1373</sup>. O posto diplomático brasileiro em Varsóvia teria sido bombardeado motivando protestos brasileiros com relação a Alemanha (RAHMEIER, 2009, p. 204-205). Depois de 1939, os periódicos curitibanos focalizavam a resistência na II Guerra Mundial, geralmente ao lado da Polónia contra a agressão nazista<sup>1374</sup>.

---

<sup>1371</sup> Ibidem.

<sup>1372</sup> O intercâmbio comercial, entretanto, parecia mais positivo, com grandes interesses de ambas as partes, sobretudo no fornecimento de matérias primas (algodão, peles brutas e café) para a indústria polonesa, que caso facilitasse a exportação para o país, poderia ser o primeiro fornecedor. Ofício Reservado Legação Brasileira em Varsóvia, Joaquim Eulálio para ministro Oswaldo Aranha, MRE, 30 de junho de 1939.

<sup>1373</sup> Nota do MRE, em nome do ministro, J. R. Macedo Soares para Legação Polonesa no Rio de Janeiro, Ministro Tadeusz Skowronski 02 de setembro de 1939.

<sup>1374</sup> Como alude também Mazurek (2012).

De qualquer forma, a nacionalização atingiu fortemente as instituições étnicas, as quais ou tiveram de adequar seus estatutos, passando por um processo de reordenamento ou foram fechadas, deixando de existir. Para Seyferth, o resultado da “campanha não conseguiu acabar com os sentimentos de etnicidade, as identidades étnicas e as diferenças culturais, mas atingiu, de forma irreversível, uma parte substantiva da organização comunitária” (1999, p. 223), dando fim para com múltiplas instituições dos imigrantes ou desconstituindo, a partir dos processos assimilacionistas, sua vertente propriamente vinculada à identidade étnica, mais que isso, separando das conexões mais diretas com o país de origem, a partir de processos, por vezes, violentos. Ademais, a invasão da Polônia não teria arrefecido completamente os processos nacionalizadores aos poloneses no Brasil (MALIKOSKI, 2019, p. 272).

Para Walaszek (2003, p. 10), não importava o quanto irrealis eram os planos coloniais poloneses, pois a política interna de países de imigração, como o Brasil, que teria prevenido de fato a sua realização, deixando uma grande mácula na cultura polonesa, fator analisado também por Smolana<sup>1375</sup> (1996). Embora os poloneses estivessem permeados de ilusões que se somavam a dificuldades nos seus empreendimentos, é a construção por parte do Estado brasileiro diante das ameaças polonesas prefiguradas em suas formulações de nacionalismo exacerbado, que conduzem a uma construção real do imperialismo confrontando com o aspecto nacionalista defensivo. Esse atrito dialético, assim como com as particularidades étnicas, ademais da denúncia e definição, corrobora a consecução e consequente perseguição na forma de um dado objetivo dos ideais imperialistas poloneses. Fatos que se desenrolam num momento de mudanças no mundo quanto aos ideais coloniais (distintos do auge do imperialismo) e a própria imigração (já não mais de grandes levas) como é observável ao longo do tempo (NALEWAJKO, 2014, PUCHALSKI, 2017). Ademais, as marcas das políticas polonesas eram as dificuldades, tanto no projeto político emigrantista/colonial como diante dos problemas internos do país, que buscava se organizar como nação e Estado após a independência<sup>1376</sup> (NALEWAJKO, 2014, p. 142). Ainda assim, a Polônia foi até os momentos próximos da II

---

<sup>1375</sup> Segundo Smolana (1996, p. 36) “Os planos ficaram na etapa dos projetos, mas desgrazadamente, implicaram num grande desgaste material e do esforço humano, que poderia ter sido muito melhor aproveitado através da ajuda direta e concreta aos emigrantes, que dela tanto precisavam. Planos desse tipo tampouco eram bem vistos pelas autoridades dos países latino-americanos, prejudicando, dessa maneira, as relações mútuas”.

<sup>1376</sup> Contudo “tal política resultó un fracaso rotundo”, para Nalewajko (2014, p. 143) apesar de iniciativas de colonizar novos território até os últimos meses de existencia da II República e a criação de uma rede de instituições voltadas para essa tarefa, de forma que “El gobierno y, también, las empresas implicadas concebían los planes de emigración y colonización prescindiendo de sus posibilidades de ejecución” ou seja, “se pretendía enviar polacos a ultramar para que trabajaran allí por el bien de su patria sin tomar en consideración que en los años treinta ya la tendencia emigratoria prácticamente se había agotado”, ao que se somava as capacidades limitadas do país: “Faltó tanto el capital, público y privado, como también la experiencia para organizar y administrar este tipo de emprendimientos” (NALEWAJKO, 2014, p. 143).

Guerra Mundial objetivando dar continuidade aos seus planos coloniais e a política emigratória, estabelecendo acordos bilaterais e propondo ações no meio internacional (NALEWAJKO, 2014, KICINGER, 2005)<sup>1377</sup>. Estes elementos variados conformam um dado da realidade que constitui a História Contemporânea e compõe as definições narrativas de um nominado “imperialismo polonês”, como aquele conformado e denunciado a partir da perspectiva do Brasil, ao longo dos anos 1930.

---

<sup>1377</sup> Mesmo depois de iniciado o conflito, alguns projetos teriam sido continuados de forma clandestina, ocorrendo, por exemplo, a perseguição dos membros da LMiK pelos alemães, assim como ativistas coloniais poloneses no início dos anos 1940 (PUCHALSKI, 2018, p. 108).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a invasão da Polônia, em 1939, o país fica sob ocupação até em 1945. O Brasil reconheceu prontamente o governo instalado em Paris (MAZUREK, 2012) sob liderança de Racziewicz, tendo aproximações diplomáticas ampliadas naquele contexto (ŁEPKOWSKI, 1976). O projeto polonês, na prática, se encerra, sendo, a partir de então, os países envolvidos no conflito mundial aqueles mais visualizados pelas estruturas governamentais brasileiras, especialmente após 1942, quando é declarada a guerra ao Eixo, ampliando a intensidade das ações contra japoneses, italianos e alemães. Nesse ínterim, os objetivos coloniais poloneses sonhados, agora definitivamente relegados ao passado, não foram além dos projetos e das aproximações da diáspora para ideais nacionalistas, tanto na imagem constituída pelo Brasil, como sob ponto de vista objetivo das ações.

Na década de 1940, as perseguições por conta do processo de nacionalização encabeçado pelo governo brasileiro e executado pelo exército e a polícia seguiram, apesar do novo contexto, de forma contínua afetando a população polonesa. Padres poloneses são investigados pela DOPS<sup>1378</sup> em 1941, acusados de serem “propagandistas da causa polonesa”; as instituições continuavam passando por processos nacionalizadores assim como a religiosidade e a sua língua eram repreendidas. Ademais de alguns problemas vinculados ao contexto da guerra, o qual atrelava, por vezes, a confusões entre a população polonesa e a alemã no cotidiano curitibano (BOSCHILIA, 1995).

Os anos 1940 marcam também um período de contínua seleção da população imigrante, do seu perfil, do esforço de privilégio às características consideradas positivas como constituidoras da nação, assim como da repulsa dos elementos dissonantes. Por exemplo, em razão do aumento da imigração judaica, era dificultada a chegada de nacionais poloneses em 1941, embora refugiados católicos fossem positivamente avaliados (CARNEIRO, 2010, p. 218)<sup>1379</sup>. Xavier de Oliveira não recomendava os poloneses em 1944 na revista CIC em razão da sua vinculação à formação de minorias étnicas<sup>1380</sup> (TAKEUCHI, 2008, p. 110).

De outro lado, no entanto, os poloneses tinham renovadas percepções positivas. Em 1945, Oliveira Vianna aconselhava a imigração polonesa, junto a outros povos eslavos, por

<sup>1378</sup> PARANÁ. Departamento de Arquivo Público. Prontuário 1127 (DOPS). Com relação de agentes, de posse do cônsul polonês entregue a Waldemar Costa. DEAP/PR.

<sup>1379</sup> Memorando para Secretário Geral do MRE, Maurício Nabuco do chefe do departamento de passaporte, 20 de janeiro de 1941. Lata 1291, maço 29633. Ver Carneiro (2010).

<sup>1380</sup> OLIVEIRA, Antonio Xavier de. Nova Contribuição ao estatuto do problema imigratório no Brasil. Revista de Imigração e Colonização, ano V, n. 4, 1944, p. 639.



serem vistos como elementos rurais e assimiláveis, assim como outros intelectuais igualmente propugnavam (GERALDO, 2007, p. 28, 56). Os poloneses não judeus continuaram conseguindo entrar no país quando eram identificados em contraposição aos compatriotas israelitas (KOIFMAN, 2012, p. 323). A própria cota polonesa era debatida novamente para a possibilidade de um aumento, que não ocorreu, mas vinha à tona em razão dos pedidos de visto por conta do contexto europeu<sup>1381</sup>. Entre 1939 e 1940, com a situação de guerra e o aumento dos pedidos de vistos, os consulados de diversas cidades europeias demandavam disposições ao MRE. As discussões das cotas se davam pelo aumento devido à anormalidade do contexto, embora as disposições do ministério para os consulados na Europa era para que visassem os passaportes poloneses, desde que não fossem semitas e avaliando a capacitação “moral” e “física” deles, preferencialmente para os possuidores de recursos e agricultores<sup>1382</sup>.

Estas visualizações transitórias denotam o perfil das “perspectivas brasileiras” ambíguas com relação aos poloneses. De um lado, representantes de uma etnia inferiorizada desde o século XIX na comparação com outros imigrantes europeus (constituída por parte destes vínculos de relações interétnicas, especialmente com os alemães), em razão do seu caráter econômico e mesmo social, sendo sobretudo “indesejáveis” se articulados à religião judaica ou se pertencessem a movimentos de esquerda, particularmente o comunismo. De outro lado, um elemento perigoso militarmente, constituindo uma sociabilidade e vínculos com o país de origem inaceitáveis para a construção da nação e a integridade do território nacional, de modo que configuravam um medo de avanço “imperial” no Brasil, estabelecido através de diferentes tipos de ação: compra de terras, concentração populacional, institucionalização, demandas diplomáticas, alianças com nações imperialistas, contatos com o país de origem, fomento do desenvolvimento cultural e reforço da identidade polonesa, entre outras. Assim sendo, eram, portanto, os “menos desejáveis”, tanto no processo persecutório como na seleção para imigração. Por outra perspectiva, no entanto, eram vistos como elemento positivo por décadas, um agricultor laborioso, dedicado ao campo, católico como o brasileiro idealizado, branco como parte do projeto de colonização ou “colonialismo interno” do Brasil, na sua forma de uma “imigração dirigida” por parte das autoridades governamentais e das elites intelectuais que imaginavam esse processo sob ponto de vista da raça, da assimilação, da construção

<sup>1381</sup> Ofício João Carlos Muniz para Maurício Nabuco, Secretário Geral do MRE, 27 de dezembro de 1940. Lata 1291, maço 29633.

<sup>1382</sup> Ofício da Secretaria do MRE para Legação Brasileira em Helsinque, 13 de outubro de 1939. Documento Urgente e Confidencial do CIC para Secretaria do MRE, 10 de outubro de 1939. Lata 1291, maço 29633.

nacionalista do país e do seu povo, sua identidade particularizante, externamente, e homogeneizante, internamente.

Ocorrem, ao longo do período analisado, portanto, inflexões de pensamento sobre os poloneses no Brasil. Flutuações de análise constantes e concomitantes, que trabalham com essa ambivalência de rótulos e imagens, ora negativas, ora positivas, mas se precisamos definir, essencialmente contraditórias e intermediárias, na confrontação com os brasileiros e com outros grupos imigrantes. Entre os autores germanófilos ou antifascistas, num primeiro momento, utilizando a Polônia para criticar a França ou a Itália de Mussolini, para as cisões internas ao grupo e os alertas diplomáticos. Assim, ao analisar as imagens mitológicas, em boa medida, mas especialmente, as representações atreladas à figura dos poloneses no Brasil, percebemos e desenvolvemos a construção, em que os diferentes contextos são relevantes, mas, conseguimos visualizar, na medida, portanto, a noção de um “Imperialismo Polonês” no período entreguerras, sob esse aspecto difuso que significava a sua percepção ou representação no país de acolhida desde o século XIX. Assim como emerge a noção de “perigo” para os alemães, primeiramente, depois para os japoneses, e, em muito menor medida, para os italianos, o “perigo polonês” ou “perigo polaco” está alicerçado na forma como o país europeu agia no pós-Primeira Guerra Mundial e o modo como no país de acolhida os estrangeiros eram identificados. Este tema compõe a partir da análise do primeiro governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), o constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), nas suas relações com os estrangeiros e seus descendentes. Embasada nessas prefigurações, emergem respostas brasileiras com base na imposição de restrições à imigração, sob aspecto seletivo e de controle direto, inicialmente e, mais tarde, de assimilação, vigilância e repressão.

O termo, quiçá metafórico que apregoamos, de certo modo, explica o perfil das análises dos atores que o identificam, mas em boa medida, deve ser colocado no momento de sua emissão, diante dos interesses daqueles que o expõe e da ambiguidade com que tratam a figura dos poloneses e da Polônia. O lastro na realidade, com base na perspectiva polonesa, se assim quisermos, não impede a configuração narrativa, pelo contrário, a estimula como alucinação dos medos aludidos internos ao país, mais que por parte dos perpetradores do estrangeiro. Permite, em certa medida, o contraste, seja ele identitário, anti-estrangeiro ou anti-imperialista, que reforça a brasilidade e o autoritarismo no país.

O Brasil superdimensiona e alimenta pelo nacionalismo o potencial polonês, propondo sua outrificação, que torna os imigrantes e outros protagonistas verdadeiros inimigos estrangeiros, ainda que servindo mais como fórmula unificadora interna, do que como critério para definir uma ameaça legítima e constante. A falta de grandes instituições polonesas, como

grandes bancos, hospitais ou associações de caráter político, poderia delegar menores preocupações nas imagens constituídas sobre aquele grupo. Em nossa pesquisa, buscamos diferentes fontes que pudessem dar conta de uma abordagem ampla temporalmente, focalizada no Paraná, mas sendo capaz de articular elementos internacionais, nacionais, regionais e locais, entrecruzando múltiplos dados, a fim de sermos capazes de esboçar como se constituiu o projeto polonês na perspectiva narrativa brasileira. Ao objetivarmos avaliar como foi a categorização ou conceptualização deste imperialismo polonês no Brasil, descrevemos alguns aspectos centrais dessa conformação e analisamos as motivações da criação e o caráter da constituição dessa imagem no sul do país, a partir da própria e/imigração polonesa. Objetivamos especificar versões de quem formula este ideal e ao mesmo tempo, o modo como foi colocado em prática no Brasil meridional, na medida em que, através da documentação (jornais, MRE, DOPS e seus personagens), se identificou e construiu o imaginário mitológico conspiracionista através das relações da Polônia com os imigrantes no Brasil e a percepção do polonês no período, sob o pano de fundo da temática colonial. Nesse sentido, os ideais de brasilidade e da presença dos estrangeiros, com a formulação de políticas imigratórias e ações nacionalizadoras, nos dizem mais que efetivamente o imperialismo polonês em si. Não foi nosso objetivo explicar, portanto, como ele ocorreu, mas sim, como foi avaliado como configuração, que atrelava o conceito “imperialismo” ao composto adjetivo pátrio, “polonês”.

As autoridades diplomáticas e a intelectualidade que se dedicava à escrita nos jornais, desde o retorno da Polônia independente, buscaram analisar este novo país e sua população, cuja imigração, ainda que em menor medida que o período 1869-1914, continuava, através da busca de terras na América Latina como imigrantes e a partir de uma política i/emigratória estatal. As avaliações se concentraram no mesmo momento em que a própria Polônia constituía ideais de nacionalidade, de fomento da identidade polonesa, internamente, se configurando como nação após 123 anos de dominação estrangeira. Ela buscava unificar o país anteriormente tripartilhado, depurar racial e nacionalmente de suas minorias, mas também, aproveitar a perspectiva diaspórica, assim como outros países realizavam desde o último quarto do século anterior, ademais de dar lugar para o aproveitamento da contínua emigração como solucionadora de diferentes problemas internos.

As aproximações da Polônia para com seus emigrantes partiam de um jogo duplo de manutenção da identidade étnica ou nacional dos emigrantes e descendentes; atrelada à compra de terra através da “emigração dirigida” com objetivos de um colonialismo ou imperialismo pacífico. Assim, utilizando da população no exterior e do constante fluxo imigrante como base de objetivos territoriais de uma conquista imperial/colonial objetivada no ultramar, com base

nos ideais do século XIX e em proposições da ambiência internacional. Para isso, então, uma política emigratória direcionadora se aliou a ideais coloniais construídos por nacionalistas poloneses e membros do governo, buscando aproximar dos emigrantes, seja sob o aspecto direto da diplomacia e do MSZ (consulado e legação), desde 1920, seja por instituições internacionais (*Światpol*) ou entidades agregadoras de associações pré-existentes nos países de imigração (como a CZP), ou ainda, ações de aproximação através do envio de intelectuais (como os emissários e instrutores), promovendo atividades culturais que mantinham e/ou fomentavam a *polonidade* na diáspora nos anos 1930, entre os colonos e suas instituições.

Outro caminho, foi a criação de uma série de colonizadoras particulares com capitais parcialmente públicos (TK e LMiK) ou fomentar companhias locais entre os descendentes, as quais enxergavam nos contínuos desejos no Brasil de ocupação rural no interior dos estados sulinos e do sudeste, mobilizações para compra de terras, com intuito de deslocar a população polonesa faminta por terras da Europa e concentrar os poloneses de outros estados, especialmente no Paraná. Região onde aquele grupo étnico, desde o século XIX, estava em maior número, ocupando uma zona mais ou menos contígua no entorno curitibano e no sudeste do estado, articulada com lideranças laicas e religiosas, intelectuais, assim como instituições múltiplas de diferentes perfis. Conformou-se a “emigração dirigida” ligada aos desejos das políticas imigratórias brasileiras, não apenas alocando a população polonesa, mas garantindo infraestrutura básica, contatos com o país de origem e suportes variados, processos estes, em boa medida, prometidos mas descumpridos, tanto no lado dos contratos com os estados brasileiros, como com os próprios colonos, resultando em pequenos agrupamentos pouco desenvolvidos, diferentemente das colônias conformadas nas décadas anteriores, mais “espontâneas”. Para a Polônia, embora tivesse o espelho na Itália e seu “colonialismo pacífico” e “imigrantista” articulado, sob aquela lógica, teve seu o projeto se aproximando muito mais do caso japonês, em que se associavam proposições de apoio estatal a compra de terras por colonizadoras a imagens desabonadoras de preconceito e imperialismo, ainda que seja importante destacar que essa comparação se dá numa medida de dimensão essencialmente muito diferente, pois menor em todos os aspectos.

A partir destas considerações, identificamos de maneira mais detida, como foram as ações das sociedades colonizadoras polonesas desde 1930, sobretudo com base na documentação da imprensa curitibana, do ITCG e do MRE, analisando a questão da compra de terras e a configuração de uma imagem imperialista polonesa junto aos processos de nacionalismo e ressentimentos (pessoais e coletivos) brasileiros no começo da década. Ou seja, a fim de verificar os avanços a partir da década, enfocando eventos e atritos, para demonstrar

como foram analisando os momentos construídos a partir do Brasil, comparando as diferentes fontes do período. Com base nesse panorama amplo de ações polonesas, as quais tinham objetivos talvez intangíveis, mas pragmáticos de criação de “colônias” (normalmente, no sentido específico do termo para o Brasil, isto é, núcleos rurais de imigrantes estrangeiros), eram, para além das eventuais fábulas ou alucinações/ilusões, elementos da realidade (dados objetivos) observável e apreensível da factualidade histórica, que múltiplos intelectuais e agentes públicos atrelaram aos poloneses na forma de perigos imperiais de constante ameaça real à integridade nacional.

Uma construção, por vezes momentânea, por outras uma avaliação *a posteriori* de eventos ocorridos durante os anos 1930, que levaram a pensar ou imaginar a Polônia como imperialista ou a existência de um imperialismo polonês: com reverberação adjetiva entre os pioneiros nos alertas sobre a presença deste grupo, como foi o caso dos periódicos de Curitiba, já no início da década. Uma agressão de generais e ligas imperialistas, em que verificamos a configuração de um ideal de “infiltração”, sem conflitos militares, pelo apoio da população emigrada e seu avanço territorial, que transformava o pensamento polonês nacionalista sobre o processo no seu formato antibrasileiro, criando, por sua vez, um discurso “antipolonês” ou de “polonofobia” entre a intelectualidade brasileira.

Os nacionalismos brasileiro e polonês se desenvolveram quase *pari passu*, com o avanço dos anos 1920 e 1930 e ditaduras de Piłsudski, primeiro e, depois, de Vargas. O entreguerras é o auge do incremento da identidade e sociabilidade polonesa no Brasil, com influência do país de origem, assim como é um momento importante do nacionalismo brasileiro. Tais assertivas compreendem motivadores de críticas nos jornais de Curitiba, na forma de alcunhas pejorativas, proliferação de calúnias, boatos, desprezo dos vizinhos, culpa atribuída a qual é alocada também e de modo central, moralmente aos poloneses. Inicialmente, um imperialismo de difamações, posteriormente, um mito de conspiração a ser perseguido como inimigo-objetivo.

Diferentemente, no entanto, de outros grupos étnicos articulados a estados já detentores de colônias e nações fortes economicamente com imigrantes ocupando espaços de destaque no ambiente urbano das cidades sulinas brasileiras, os poloneses, mais centrados no meio rural, menos intelectualizados ou articulados a menores postos sociais, ou mesmo, parcamente enriquecidos, conduziram, na comparação, para uma menor pressão e ressentimento configurado. Embora em Curitiba e no Paraná, onde eram importantes numericamente e em alguma medida socialmente, foram criados casos importantes de ressentimentos reverberados nas páginas de periódicos e documentos oficiais, maiormente nos momentos de ampliação da visibilidade dos poloneses, as “explosões de polonidade” dos meados da década de 1930.

O país europeu, então fatalmente permeado por miragens de poder e capacidade de potência ou de superpotência mundial de uma disposição colonizadora efetiva, encontrou nas suas articulações, quiçá irrealistas, mas de algum modo construídas pragmaticamente, com o nacionalismo brasileiro em debate e em construção durante a Era Vargas, um nacionalismo defensivo, anti-imperialista, gradualmente articulado ao autoritarismo recrudescente ao longo da década, que ao mesmo tempo, estava ligado a conceitos de “falta”, de “incompletude” mesmo de “inacabamento” pensado por Bresciani (2004), os quais criavam relações de recusa ao estrangeiro ao mesmo tempo que era um quadro espelhado, invejado, a ser alcançado como ideal de organicidade ou homogeneidade. De sorte que, uma esfera anti-imigrante, xenófoba, uma relação de amor e ódio, como do “amódio” lacaniano da psicanálise analisado por Koltai (2008), se configura com aqueles que chegam e com aqueles que “estão”, mas não “são” (em razão da diferença), na sua plenitude, brasileiros, ou que, estão vinculados a culturas e identidades atreladas a elementos externos, como países de origem, mesmo que nacionais de direito, eram considerados não plenamente assimilados, e, portanto, um problema para os seus compatriotas. Cabendo sua articulação a “atentados”, “enquistamento”, “causa da polonidade”, “infiltração polaca”, “polacos perniciosos”, “prováveis espiões”, “Liga colonialista”, “imperialismo polaco”, “imperialismo polonês”, “criação de um Estado dentro de um Estado”, “conquista sem derramamento de sangue”, “gases venenosos”, “polícias secretas”, “pacatos agricultores” convertidos em “infiltração solerte” entre muitos outros substantivos adjetivados ou compostos que figuram na perspectiva das representações e mitologias constituídas sobre as aproximações da Polônia para com seus emigrantes. Estas, obedecendo ao contexto político internacional do entreguerras.

São, assim, “outros” ou “outrificados”, os “estranhos” inquietantes, que rememoram a estranheza do si de Freud (2010 [1917]), as características que nos faltam ou aquelas que queremos esquecer, de forma que permitem a emergência contrastiva do que de fato seria um “nós” específico, mas igualmente remetem constantemente a sentimentos múltiplos de medo, ódio, inveja por sua presença e proximidade, sua vizinhança, por encarnar os males a serem extirpados ou esquecidos do si (internos ou internalizados), por construírem um fenômeno inaceitável à nação que se pensava por décadas (na intelectualidade), capaz de ser uma, indivisível, homogênea, isto é, modeladamente, brasileira. São os “imigrantes” configurados em “estrangeiros”, congregando suas cargas afetivas negativas próprias, sob o ponto de vista de mitos e representações do período, mas também de ressentimentos nacionais vinculados às alteridades.



Estes elementos afetivos e sentimentais estão inerentemente marcados por episódios centrais, de acontecimentos que influenciavam ideais imperialistas poloneses como a vinda de intelectuais, lideranças, clero, políticos, navios, comemorações, entre outras. Como, nesse caso, a chegada de Raczkiewicz, Skarżyński, *Dar Pomorza*, Kubina, Grabowski, o II Congresso dos Poloneses no Exterior, os instrutores, as companhias comprando ou tendo concessões de terras, respaldadas pela retórica racista e expansionista, a existência das etnicidades, o processo de colonização particular, as denúncias sobre interesses poloneses e os ideais de nacionalistas poloneses contribuíram para exacerbar os sentimentos nacionalistas de parte da elite brasileira.

As instituições governamentais estimularam esses processos, como o Ministério das Relações Exteriores, através de suas legações e consulados, particularmente aqueles localizados na Polônia, bem como o Departamento de Ordem Política e Social, em especial, o do Paraná, num período posterior. Um tema, portanto, político e intelectual, difundido na forma de discursos, palavras e termos específicos sobre a população estrangeira, que se desenvolve no período: os “desejáveis” e “indesejáveis”, os “perigos”, o “imperialismo”, as “ameaças”, fossem sob o viés racial (como raças inferiores), fossem sob o viés político e militar (medo da conquista e do comunismo). Múltiplos sentimentos são mobilizados, variadas formas de entendimento e análise sobre a realidade existente, a partir das condições do contexto social e teorias postas para a verificação.

Nessa conjuntura, não podemos esquecer que os grupos poloneses no Brasil, configurados como grupos étnicos particularizantes, diante da postura generalizante da intelectualidade cooptada do período varguista, não era um todo coerente, no sentido de uma “colônia polonesa”, como frequentemente é ressaltado de forma genérica. Ela tem cisões, as quais remetem ao processo de construção do grupo desde o período de chegada até o ressurgimento do país de origem na Europa. Rachaduras entre clericais, as lideranças religiosas ligadas à esfera da Igreja Católica e as lideranças laicas, vinculadas a grupamentos progressistas, com vínculos políticos específicos. Mais do que isso, entre as lideranças constituídas internamente nos países de imigração, como uma identidade étnica diaspórica e os enviados pelo governo polonês, balizados em uma identidade nacional outra, que não configura diretamente um elemento unificador. Estas disputas estão postas nas instituições polonesas (CZP, *Junak*, etc) e são parte dos conflitos realçados, com elementos intestinos ao grupo, colaborando para a construção do “imperialismo polonês” como representação e mito de conspiração apreensível no real, mas também, com a perseguição e vigilância de associações e indivíduos articulados às aproximações da Polônia com seus emigrantes no Brasil.

Agrimensores, lideranças nascidas no Brasil, colaboradores brasileiros, podem ser formuladores das críticas desde 1933, associados a outros como Paulo Tacla, empenhado em “campanhas” moralizantes, dentre as quais, a das negociatas de terras da Sociedade de Colonização e da Liga Marítima e Colonial, que de críticas propriamente morais ou “econômicas”, se convertem em ameaças de imperialismo e de cessão de partes do Brasil para países estrangeiros, confundindo as sociedades com a própria Polônia. Ademais, como, talvez, nativistas brasileiros animados pelo nacionalismo do período, transformavam problemas particulares e ressentimentos internos em questões de debate público nas páginas do *Correio do Paraná*. Ressentimentos pessoais, pragmáticos, materiais, fruto de lembranças constantes não sublimadas, de injustiças pensadas e passadas, ruminadas internamente, são ampliadas para o público leitor dos periódicos e para as autoridades oficiais, como forma de reaver a capacidade de (re)ação. Ao mesmo tempo, condenando a disjunções, que se num primeiro momento, em meados da década, são troca de farpas e acusações em jornais localizados na cidade de Curitiba, como o *Correio do Paraná*, no final, se transformam em base para ações práticas por parte da polícia política, a DOPS, que conduz a prisões, fechamento ou nacionalização de instituições, processos de expulsão e diversos alertas nas trocas de correspondências por parte da diplomacia, as quais derrogam querelas entre a Polônia e o Brasil, bem como entre a comunidade polonesa constituída ao longo de décadas e os personagens vinculados ao governo polonês instalados. Estes alertas chegam no limite de violências contra os poloneses e seus descendentes, vigiados, chamados a depor, presos, ameaçados por parte de membros do exército e da polícia, inclusive de processos de expulsão. O que envolve padres, professores e instrutores, militares, diplomatas, estudantes nascidos no Brasil, ademais de uma série de associações culturais, esportivas e as próprias colonizadoras.

Com base em ações práticas da Polônia e seus intelectuais nacionalistas e membros do governo, foi no Brasil, no espaço construtor do país de acolhida, com base na intelectualidade e autoridades, que se moldou propriamente um “imperialismo polonês” baseado nas aproximações da Polônia com seus emigrantes, as quais configuram um imperialismo e colonialismo “pacífico”, “emigrantista”, particular, que o diferencia dos projetos de sucesso da Inglaterra, ou, se quisermos assim pensar, da França, e também, dos movimentos dos países com imigrantes na América Latina, como Itália e Alemanha. Aliás, estes dois países, por vezes, eram tomados pelos emissores de opinião e relatórios, como possíveis aliados na partição do sul/sudeste do Brasil, capazes de uma invasão conjunta incorporada a tropas constituídas localmente ou treinadas na Europa que iniciariam o processo desagregador nacional e unificador étnico. Assim, o aparelho estatal procurou mecanismos inibidores de possíveis

movimentos migratórios rotulados ou considerados nocivos (sob diferentes medidas) e de conflitos divisionistas possíveis pelas disputas étnicas identitárias. Investia-se, assim, na “nacionalização” (assimilação forçada) das populações avaliadas por suas etnicidades e estrangeirificadas (outrificadas) e o combate a interferências ou influências dos países de origem.

Uma tese construída com base em oposições e aproximações, entre “emigração dirigida” e “colonialismo interno”; disputas entre identidade brasileira e a identidade polonesa; entre o *Correio do Paraná* e a LMiK; internas ao elemento polonês; e entre nacionalização e desnacionalização. Por fim, após quase 400 páginas de um esforço sistemático de demonstrar nossa hipótese, ao longo deste trabalho, pensamos contribuir para a história da presença polonesa no Brasil, das disputas relacionadas ao simbólico, aos (res)sentimentos, jogo de identidades e lutas de representações e alteridades, como configuradoras do real, permitindo a infiltração do imaginário na realidade e constituindo-o na narrativa particular. Com isso, pensamos em dar concretude aos elementos dissonantes das mobilizações conspiracionistas para com um grupo particular de “pacatos agricultores” imigrantes localizadas em um estado do Brasil meridional, que construíram o “imperialismo polonês” palpável e apreensível. Ao analisar centenas de fontes, documentos oficiais, periódicos, livros, recortes, materiais anteriormente sigilosos, que fizeram a ligação entre diversas cidades e lidos em diferentes idiomas, elas permitiram um esforço de pesquisa e de busca de indícios, os quais conduziram para múltiplas possibilidades de focalização. Ao passo que, diante do prolífico material, decidimos, para a exequibilidade humana de uma tese, por encaminhar uma perspectiva brasileira, prevalecendo a importância das narrativas através das fontes nacionais, bem como, capazes de estabelecer um questionamento teórico sobre a realidade analisada. A busca documental proporcionou a reunião de documentos para a pesquisa de toda uma vida acadêmica, de maneira que aqui, deixamos nossas impressões mais centralizadoras para a conformação do espaço de uma tese, tendo ainda múltiplas questões em aberto para o aguçamento da curiosidade intelectual de um historiador (em constante formação).

## FONTES

### PERIÓDICOS

#### Hemeroteca da Biblioteca Nacional

- *Correio do Paraná*, (PR) 1932, 1933, 1934, 1935, 1937, 1938, 1939
- *O Dia*, (PR) 1923, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1938, 1942
- *A Gazeta* (SP) 1931
- *A Batalha* (RJ) 1933
- *A Federação* (RS) 1936
- *A República* (SC) 1921
- *Correio da Manhã* (RJ) 1933, 1934
- *Correio Paulistano* (SP) 1939
- *Diário Nacional* (SP) 1930
- *O Paiz* (RJ) 1934
- *A República* (SC) 1934
- *Jornal do Commercio* (RJ) 1938
- *Jornal do Brasil* (RJ) 1938
- *Diário da Tarde*, (PR) 1920, 1930, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938

#### Museu Hipólito José da Costa

- *Correio do Povo* (RS) 1933, 1934, 1937
- *Diário de Notícias* (RS) 1933, 1934, 1937

#### Arquivo Edmundo Gardolinski

- *Odrodzenie* (RS), 1933, 1934.

#### Arquivo online do Estado de São Paulo

- *O Estado de São Paulo* (SP) 1930

#### Arquivo dos Padres Vicentinos

- *A Tarde* (PR) 1932
- *Diário da Noite* (SP) 1939
- *Diário dos Campos* (PR) 1939
- *O Imparcial* (PR) 1931
- *Paraná Jornal* (PR) 1920
- *Semana Policial* (PR) 1945

#### Outros

- *Gazeta do Povo*, 1931, 1932, 1933, 2017
- *Neue Rheinische Zeitung*, 1849
- *Brasil-Polônia*, 1933.
- *Lud*, 1933, 1934

- *Gazeta Polska w Brazylii*, 1933.
- *Revista de Imigração e Colonização do Conselho de Imigração e Colonização (CIC)*, 1940-1945.

## TEXTOS

BETHLEM, Hugo. **O Vale do Itajaí**. Jornadas de Civismo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

FREDECENSIS. **A Polônia na Literatura Brasileira**: uma anthologia. Curitiba: Placido e Silva & Cia Ltda., 1927.

CHATEAUBRIAND, Assis. **Alemanha (dias idos e vividos)**. Rio de Janeiro: Tipographia do Anuário do Brasil, 1921.

FILIPAK, Paulo, KRAWCZYK, João. **Fastos da Sociedade União Juventus**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1978.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. **Os poloneses no Brasil**: Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

HEMPEL, Antoni. “Os poloneses no Brasil”. (1972 [1893]), In: SUPERINTENDÊNCIA DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA NO PARANÁ. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba, vol. 7, 1972 p. 11-99.

KLOBUKOWSKI, E. “Recordações de Viagem.” (1971 [1898]), In: SUPERINTENDÊNCIA DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA NO PARANÁ. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba, v. 6 1971, p. 14-107.

KRAWCZYK, Jan. A literatura polono-paranaense (contribuição para o estudo da criatividade literária dos poloneses no Brasil). s/d.

PITOŃ, Jan. Centralny Związek Polaków w Brazylii. **Kalendarz Ludu**, p. 156-163, 1971.

**Polska kolonizacja zamorska**. Kilka słów o potrzebie organizacji wychodźstwa i skupieniu polskiej ludności wychodźczej w brazylijskim stanie Parana (Nowa Polska). Lwów: Towarzystwo Kolonizacyjno-Handlowe, 1899.

POTOPOWICZ, Żabko. **Historja Osadnictwa Polskiego w Brazylii**. Varsóvia: Syndykat Emigracyjny Warszawa, 1936.

REYES, Alfonso. Misión diplomática, II/Alfonso Reyes; comp. y pról. de Víctor Díaz Arciniega—México: FCE, SRE, 2001.

STANCZWEWSKI, Józef. **Polska w Brazylii**: Polska i polacy w piśmiennictwie brazylijskim, Cracóvia: Frederencis, 1928.

WACHOWICZ, Ruy C. Contribuiu a imigração polonesa no Paraná à modernização? s/e, s/d. a.

WACHOWICZ, Ruy C. Sociedades Polonesas. s/d. b.

WACHOWICZ. Ruy C. Kosciol Narodowy Polski (Igreja Nacional Polonesa). s/d. c.

WACHOWICZ. Ruy C. Wśród Osadników Polskich – KUBINA. Excertos traduzidos, s/d. d.

WACHOWICZ, Ruy C. Declarações ideológicas do movimento cívico-eleitoral. s/d. e.

WIELOCH, Stanisław. **Kolonia Cruz Machado w Paranie**. Varsóvia: T-wa Pomocy Polonii Zagranicznej, 1939.

## DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS

### Arquivo Histórico do Itamaraty

#### Volumes

- Missões Diplomáticas Brasileiras, Varsóvia, Ofícios recebidos, jan 1929 – dez 1930, jan 1931 – fev 1933, mar – dez 1933, 1934, jan – set 1935, out 1935, 1936 - dez 1937, 1938, jan – dez, 1939.
- Missões Diplomáticas Brasileiras, Varsóvia, jan 1931 – jul 1940 Despachos, 1931.
- Missões Diplomáticas Brasileiras, Varsóvia, Telegramas Expedidos Minutas, 1931 1938, 1939.
- Representações Estrangeiras, Polônia, Notas expedidas, 1927-1931, 1931-1934, 1935-1939.
- Missões Diplomáticas brasileiras, Varsóvia, Telegramas recebidos, 1931-1940.
- Legação Varsóvia, Telegramas Cópias – Recebidas- Expedidas, 1921 – 1930.
- Consulados Brasileiros, Varsóvia, Despacho, 1931-1937.
- Consulados Brasileiros, Varsóvia, Ofícios recebidos, 1927-1930.
- Consulados Brasileiros, Varsóvia, Ofício recebidos, 1931 – jul 1933.
- Consulados Brasileiros, Varsóvia, Ofício recebidos, ago 1933 – 1937.
- Diversos, Telegramas recebidos, Consulado Varsóvia, 1931-1937.
- Diversos, Telegramas expedidos, Consulado Varsóvia, 1931-1937.
- Consulado Varsóvia, Telegramas e Despachos, 1913-1930.
- Representações Estrangeiras, Polônia, Notas e Telegramas recebidos, 1930, 1931 - 1933, 1934 – ago 1935, ago 1935 – jun 1938, jul 1938 – 1939.
- Diversos, Ofícios recebidos, Gdynia, 1939.
- Consulados Brasileiros, Gdynia, Ofícios recebidos, 1939.
- Diversos, Telegramas recebidos, Consulado Gdynia, 1939.
- Diversos, Telegramas enviados, Consulado Gdynia, 1939.

#### Referências temáticas

- Lata 1220, maço 26.935 –Emigração Polônia
- Lata 1133, maço 22.607 – Imigração Polônia
- Lata 622, maço 9.650 – Imigração Polônia
- Lata 1349, maço 31.387 – Estrangeiros residentes no Brasil (Polônia)
- Lata 1291, maço 29.633 – Imigração Polônia
- Lata 1219, maço 26.920 – Imigração Nicarágua – Polônia
- Lata 803 – Repartição Internacional do Trabalho
- Lata 935, maço 32.975 – Terras adquiridas por estrangeiros, sindicatos estrangeiros para cultivo ou colonização, Brasil – Polônia. 14.552 – Possessões Coloniais - Política Colonial Polônia.



- Lata 1413, maço 32.773 – Terras e colonização – Brasil-Polônia.

## **DOCUMENTOS POLICIAIS**

### **Arquivo Público do Paraná – DEAP/PR**

#### **- Pasta Individual**

Sadowski 1938 (várias datas)  
 Romão Gajda 1938  
 Stefan Gontarski 1940(várias datas)  
 Estanislau Czarniecki 1939 dezembro  
 Alexandre Ziolk 1938  
 João Chorosnicki 1938  
 Henrique Kudlinski 1939  
 Adolfo Peplowski 1938  
 Daniel Rzepkowski 1938.  
 José Mariano Bukowski 1938  
 Eugenio Gruda 1938 (declarações)  
 Estanislau Cebula 1939  
 José Adamczewski 1938  
 Mieczysław Lepecki, 1939.  
 Teofilo Bartnicki 1937

#### **- Fichas Nominais**

Skarrinski 08/07/1941  
 João Chorosnicki 05/03/1938  
 Tadheu Grabowski 08/07/1941  
 Greburiwski (cônsul Gieburowski) 08/07/1941  
 Groiaxdra 08/07/1941  
 Gwazda 08/07/1941  
 Haller 08/07/1941  
 Estanislau Hessel 05/09/1939  
 Julio Walerio Skarbak Kruszewski 13/06/1938  
 Kubina 08/07/1941  
 Kuligowski 08/07/1941  
 Mieceslau Lepecki 14/07/1940  
 Paulo Nikodem 27/10/1941  
 Estanislau Piasecki 23/04/1941  
 Racziewicz 08/07/1941  
 Leszek Roguski 26/12/1938  
 Bronislau Ostoj Roguski 13/05/1940  
 Konrado Jagmil Sadowski 29/11/1929 (provável 1939)  
 Miguel Sekula 27/07/1938  
 Strzeminski (general) 27/12/1938  
 Szymanski (Julio) 08/07/1941  
 Umiowski 08/07/1941  
 Chmielewski 27/07/1938  
 José Bieszczad 26/12/1938  
 Nicéfaro Falarz 27/12/1938  
 Leocadia Furmaniak 30/06/1938

Romão Gajda 19/05/1938  
 Stefan Gontarski 26/12/1938  
 Eugenio Gruda 19/05/1938  
 Wladislau Grzibowski 27/12/1938  
 José Issakowicz 26/12/1938  
 Stefano Jankorwski 27/12/1938  
 Eva Jasenski 26/12/1938  
 Ricardo José Koch ou Kochowski 27/12/1938  
 João Koseira 26/12/1938  
 Jorge Kossowski 26/12/1938  
 Fernando Malanowski 26/12/1938  
 Halina Marcionowska 26/12/1938  
 Casimiro Mazurek 26/12/1938  
 Ladislau Mizerskowski 26/12/1938  
 Ladislau Neuman 26/12/1938  
 Adolfo Peplowski 26/12/1938  
 José Perkarski 26/12/1938  
 Eduardo Pinocy 30/04/1940  
 Estanislau Postek 26/12/1938  
 Estevão Reszka 23/04/1938  
 Alexandre Reszka 26/12/1938  
 Konrado Sadoski 26/12/1938  
 Sandowski 27/12/1938  
 Sikorski 26/12/1938  
 Estanislau Slurzynski 26/12/1938  
 Alberto Stavinski 26/12/1938  
 Estanislau Wielech 26/12/1938  
 Stanislaw Wieloch 27/12/1938  
 Sigismundo Wierzechow 27/12/1938  
 Ladislau Wodjcik 26/12/1938  
 Luiz Wolski 26/12/1938  
 Estanislau Zawadzki 01/07/1940  
 Alexandre Ziolk 07/07/1938  
 Conrado Josieroeski 26/12/1938  
 Ceslau Las 06/11/1939  
 Ana Licheski 05/03/1938  
 Wademiro Radomski 27/12/1938  
 Halina Kopczynska 29/11/1939  
 João Estanislau Lenartowicz 22/05/1939  
 Franciszek Maszner 24/07/1939  
 Boleslau Bayer 23/04/1941  
 Roberto Bonk 23/04/1941  
 Silvestre Candora 23/04/1941  
 Aloisio Domanski 23/04/1941 e 22/10/1937  
 Tadeu Dziedzic 23/04/1941  
 Fabiano Gadzicki 23/04/1941  
 Tomaz Kania 23/04/1941  
 José Krauze 23/04/1941  
 Paulo Kupczyk 23/04/1941  
 José Lopacinski 23/04/1941

Francisco Madej 05/09/1939 e 23/04/1941  
 João Miglinski  
 Michal Nycka  
 Antonio Myska 23/04/1941  
 Aloisio Orszulik 23/04/1941  
 Miguel Pankiewics (Pankiewicz) 08/07/1941  
 João Piton 23/04/1941  
 Stanislaw Polom 23/04/1941  
 Estanislau Porzycki 23/04/1941  
 Wladislau Rup 23/04/1941  
 Sholomeski 08/07/1940  
 Paulo Warkocz (Reverendo Padre) 06/05/1938 e 23/04/1941  
 João Wróbel 23/04/1941  
 José Goral várias datas, inclui 23/04/1941  
 José Adamczewski 29/10/1937  
 Stefano Benrandt 17/07/1939  
 José Mariano Bukowski 03/02/1938  
 Estanislau Cebula 27/11/1939  
 Bornslau Kozlowski 23/04/1941  
 Henrique Kudlinski 06/11/1939  
 Adolfo Peplowski 26/12/1938  
 Afonso Wisniewski 27/10/1941  
 Teofilo Bartnicki 29/10/1937  
 Franciszek Krzeminski 29/07/1941

#### **- Pasta Temática**

Atentado Militar da Polônia ao Brasil

#### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

- DOPS/RS “Existem em Porto Alegre as seguintes sociedades estrangeiras”, 20/01/1942.

#### **OUTRAS FONTES**

##### **Arquivo dos Padres Vicentinos**

- Prospecto do Banco Polonês – Brasileiro de Comércio e Colonização, 1928.
- O Consulado da Polônia e a Sociedade de Colonização em Varsóvia Ltda, 1933.
- Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense S. A. – Parańska Spółka Kolonizacyjno Handlowa S. A., Rua Ermelino de Leão, 15, Kolonia Jagoda. Prospekt. Curitiba [s/d].
- Estatísticas de Jan Piton para colonização polonesa, s/d.
- Sprawozdanie z działalność Ligi Morskiej i Kolonjalnej, 1932.
- Pasta Nacionalização – vários documentos.

##### **Arquivo Nacional**

- Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores, cx. 75. Referência ao NP/153/9(72).(42)43

### **Arquivo Gardolinski**

- Lista de personagens poloneses.
- Fotografias personalidades.
- Program Liga Morska i Kolonialna – 1931.

### **Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná.**

- Concessão Liga Marítima e Colonial de Varsóvia- 322.

### **Outros arquivos**

- Atas da Assembleia Nacional Constituinte, 1933-1934, vol. 1 – 22.
- Diário Oficial da União, 26 de outubro de 1934.- Relatório Alcides Munhoz da Secretaria Geral do Estado do Paraná Apresentado a S. Exa. o Sr. Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha, 1924, PR.
- Relatório apresentado a sua Ex. Sr. Dr. Getúlio Vargas por Manoel Ribas, 1933, PR.
- Relatório apresentado a sua Ex. Sr. Dr. Getúlio Vargas por Manoel Ribas, 1940, PR.

### **ACERVOS E ARQUIVOS PESQUISADOS**

Acervo Pessoal de Ruy Wachowicz  
 Arquivo dos Padres Vicentinos  
 Arquivo Edmundo Gardolinski  
 Arquivo Histórico do Itamaraty  
 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul  
 Arquivo Nacional  
 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
 Arquivo Público do Estado de São Paulo  
 Biblioteca da Sociedade de Cristo.  
 Biblioteca Pública do Paraná  
 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC  
 Departamento de Arquivo Público do Paraná  
 Fundação Cultural de Curitiba  
 Hemeroteca da Biblioteca Nacional  
 Instituto de Terras, Cartografia e Geografia do Paraná  
 Narodowe Archiwum Cyfrowe

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.L.; ZULIAN, R. W. A Igreja Antigo-católica em Ponta Grossa (1932-1934): Análise da disputa religiosa na comunidade polonesa local. **Ateliê de História**, v. 2, p. 1-319, 2014. Disponível em <https://177.101.17.124/index.php/ahu/article/download/7323/4392> Acessado em 25 jun. 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDERSON, Perry. (1995). **Linhagens do Estado Absolutista**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: Questões & Debates**, v. 17, n. 33, pp. 145-164, 2000.

ANSART, Pierre. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, M. MAGALHÃES, M. (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UnB, 2002.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

ANSART, Pierre. Ideologias políticas e alteridade. In.: NAXARA, Márcia R. C., MARSON, Izabel A., MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (orgs.). **Figurações do outro na história**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

ANSART-DOURLIN, Michèle. O Ressentimento – as modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. Reflexões sobre o uso da violência. In.: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

ANUSZEWSKA, Ewa. A colonização polonesa no Brasil nos meados dos anos trinta do século XX. **Estudios Latinoamericanos**, v. 7, 1980.

ARAÚJO, Nilton S. Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. In.: **Anais VI Congresso Nacional de História da Mídia**, 2008. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf> Acessado em 25 jun. 2019.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945)**: do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”. Dissertação de mestrado em História – UEM, 2015.

ATHAIDES, Rafael. **As paixões pelo Sigma**: Afetividades Políticas e Fascismos. Tese de doutorado em História – UFPR, 2012.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BALHANA, Altiva P. Política Imigratória do Paraná. **Rev. Paran. Desenvol.**, n. 87, 1996, p. 39-50. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/339> Acessado em 27 mai. 2019.

BALOGUN, Bolaji. Polish lebensraum: the colonial ambition to expand on racial terms. **Ethnic and Racial Studies**, p. 1-19, 2017.

BAKUŁA, Bogusław. Colonial and Postcolonial Aspects of Polish Borderlands Studies: an Outline. **teksty drugie**, n. 1, p. 96-123, 2014.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

BARRILI, Lucia. **Brasileiros-Poloneses**: uma identidade construída nas comunidades de Casca e Santo Antônio do Palma – RS (1990-2010). Casca: Hoje Edições, 2013.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas Fronteiras**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BERTONHA, José F. . O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 40, n.2, 1997, pp. 106-130.

BERTONHA, José F. **Sob o Signo do fascio**: O fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943. tese de Doutorado em História Social, Campinas, UNICAMP, 1998.

BERTONHA, José F. A diplomacia a serviço da história: os arquivos diplomáticos brasileiros, italianos, ingleses e americanos. **História Social**, n. 6, p. 149-155, 1999.

BEAUVOIS, Daniel. **Trójkąt ukraiński**: Szlachta, carat i lud na Wołyniu, Podolu i Kijowszczyźnie 1713-1914. Lublin: Towarzystwo Opieki nad Archiwum Instytutu Literackiego w Paryżu and Wydawnictwo Uniwersytetu Marii Curie-Skłodowskiej, 2005.

BOCZCZOWSKI, Mário Venício. Aspectos da colonização polonesa no distrito de Warta Município de Londrina – Estado do Paraná. **Projeções**: Revista de estudos polono-brasileiros, ano XI, 2009.

BOÇÕEN, Rodrigo. **Escolas étnicas polonesas no Paraná**: organização e coesão dos grupos imigrantes (171-1930). Dissertação de mestrado em educação, PUCPR, 2016.

BONETI, Lindomar W. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. ZARTH, Paulo A., [et. al.]. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.



BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. In: **BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGGIO, Ana Karine, FIUZA, Alexandre Felipe. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Tempo & Argumento**, v. 5, n. 10, 2013, pp. 430-452. Disponível em <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013430/0> Acessado em 25 jun. 2019.

BRESCIANI, Stella, ANSART, Pierre. Apresentação. In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, M. MAGALHÃES, M. (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UnB, 2002.

BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella. Reconhecer-se no “outro”: a alteridade como espelho da semelhança. In: NAXARA, Márcia R. C., MARSON, Izabel A., MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (orgs.). **Figurações do outro na história**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

BUENO, Wilma. L. **Uma cidade bem-amanhecida**: vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BYTSENKO, Anastassia. **Imigração da Rússia para o Brasil no início do século XX**. Visões do Paraíso e do Inferno. São Paulo, 2006. Tese [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação de Literatura e Cultura Russa, USP, 2006.

CANAL, Jordi. Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade. In: **LER HISTÓRIA**, 68, 2015, p. 1-6. Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1780?lang=en>. Acesso: 14 ago 2018.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Chain Editora, 1986.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-semitismo na Era Vargas**. Fantasmas de uma Geração. 1ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. República, identidade nacional e anti-semitismo (1930-1945), **Revista de História**, n. 129-131, 1994, pp. 153-163. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18726/20789> Acessado em 25 jun. 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Força, medo, liberdade: censura e auto-censura no Brasil do século XX. In: LENER J. **Cidadania, verso e reverso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; 1997/1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In.: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A imagem do imigrante indesejável. **Seminários**[S.l: s.n.], 2003. Disponível em [http://www.usp.br/proin/download/revista/revista\\_seminarios3\\_imagemimigrante.pdf](http://www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios3_imagemimigrante.pdf) Acessado em 25 jun. 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Brasil. Retrato en blanco, negro y amarillo. **Puentes (La Plata)**, v. 16, pp. 24-31, 2005. Disponível em [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_puentes.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_puentes.pdf) Acessado em 25 jun. 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os poloneses judeus como *Grupo de risco*. In.: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cidadão do Mundo: O Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cidadão do Mundo: O Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)**. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do entiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, pp. 115-130, 2018.

CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHODAKIEWICZ, Marek Jan. **Intermarium: The Land between the Black and Baltic Seas** New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2012.

CICHOCKA, Marta , Les Polonais en Amérique latine: un autre regard, **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM**, 4, 2002. <<http://journals.openedition.org/alhim/483>> Acessado em 13 nov. 2018.

CIENCIALA, Anna M. The Foreign Policy of Józef Piłsudski and Józef Beck, 1926–1939: Misconceptions and Interpretations. **The Polish Review**, 2011.

COSTA, Cláudia Ferreira da. **Eugenia e identidade: a campanha contra a imigração assíria para o Norte do Paraná, em 1934**. Trabalho de conclusão de curso em História – UFPR, 2002.

COSTA, Vidal Antonio de Azevedo. **Visões Ascendentes**: Fragmentos do olhar curitibano aos mais leves que o ar. Dissertação de mestrado (UFPR), 1997.

CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221> Acessado em 25 jun. 2019.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Estado-Nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, M. MAGALHÃES, M. (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UnB, 2002.

DE LUCA, Tânia. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

DELOYÉ, Yves. A respeito do ressentimento identitário – religião, passado e nacionalismo ideológico na Fraça (séculos XIX e XX). In.: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEMBICZ, Andrzej, SMOLANA, Krzysztof. **A presença polonesa na América Latina**. Varsóvia: CESLA, 1996.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas**: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2007.

DOUSTDAR, Neda M. **Imigração Polonesa**: raízes históricas de um preconceito. Curitiba: UFPR, 1990.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**. Imaginário político no Brasil dos anos 1930. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

DVORAK, Anna. **A hidden immigration**: The geography of Polish-Brazilian Cultural Identity. Tese de Doutorado, Universidade da Califórnia, 2013.

DWOREK, Tadeusz. **Zmaganie Polonijne w Brazylii**. Warszawa: Akademia Teologii Katolickiej, 1980.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma Aventura com o Última Hora: O jornal e a pesquisa histórica. **Conferência de abertura do Colóquio Fontes periódicas**: imprensa política e cultural latino-americana do PPG da UFRGS, 2007.

ENRIQUEZ, E. O Judeu como Figura Paradigmática do Estrangeiro. In: K. KOLTAI (Org.), **O Estrangeiro**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998.

FABRINI, Flávio. O processo de formação socioespacial no noroeste do Paraná e as atividades realizadas pela companhia Byington. In.: ROMPATTO, Maurílio, GUILHERME, Cássio Augusto, CRESTANI, Leandro de Araújo (orgs.). **História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado**. Toledo: Editora Fasul, 2016.

FALCON, F. História e Poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS R. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

FANTA, Daniel. Max Weber e os trabalhadores alemães a leste do Elba. LUCENA, Célia Toledo, GUSMÃO, Neusa Maria Mendes (orgs.). **Discutindo Identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERNANDES, Leonardo Nunes Pereira. “**Perigo alemão ou germanofobia**”? Os alemães em São Paulo entre 1889 e 1918. Mestrado em História Social – PUCSP, São Paulo, 2011.

FERRO, Marc. **O Ressentimento na História**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2009.

FIKTUS, Paweł. Roman Dmowski wobec problemów polskiego osadnictwa na terenie brazylijskiej Parany w latach 1899–1900, **Wrocławskie Studia Erazmianskie. Zeszyty Studenckie**, p. 48-57, 2010.

FIKTUS, Paweł. „Nowa Polska” w polskiej myśli kolonialnej do 1939 r. **Acta Erasmiana**, v. 2, p. 107-124, 2012a.

FIKTUS, Paweł. **Pojęcie „kolonii” oraz „kolonializmu” w dyskursie polityczno-prawnym Ligi Morskiej i Kolonialnej**. Wrocław: Prawnicza i Ekonomiczna Biblioteka Cyfrowa, 2012b.

FILIPAK, Paulo, KRAWCZYK, João. **Fastos da Sociedade União Juventus**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1978.

FRANCISCA, Maria. Imperialismo e totalitarismo em Hannah Arendt: ruptura, racismo, ideologia e terror na destruição da condição humana. Trabalho apresentado no **VI Encontro Hannah Arendt – Pluralidade, Mundo e Política**, na Universidade Federal de Pelotas/RS, em maio de 2012. Acessado em 25 jun. 2016

FREUD, Sigmund. “O Inquietante”. In: FREUD, Sigmund. **História de uma neurose infantil (O homem dos lobos)**: além do princípio do prazer e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GABACCIA, Donna R. HOERDER, Dirk, WALASZEK, Adam. Emigration and nation building during the mass migrations from Europe. GREEN, Nancy, WEIL, François.

**Citizenship and Those Who Leave:** The Politics of Emigration and Expatriation. Chicago: University of Illinois Press, 2007.

GALVÃO, Carlos. Autocracia, ressentimento e engajamento político no principado romano. In.: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento:** Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

GARDOLINSKI, Edmundo. “Imigração e colonização polonesa.” In: BECKER, Klaus (org.) **Enciclopédia Rio-grandense.** v. 5. Canoas: Regional, 1956.

GERALDO, Endrica. **O perigo alienígena:** política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). Tese de doutorado em História – Unicamp, 2007.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cad. AEL**, v.15, n.27, pp. 174-209, 2009. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2575> Acessado em 25 jun. 2019.

GERTZ, René. **O perigo alemão.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

GERTZ, René. O Brasil verdadeiro contra o falso Brasil. In.: DALMOLIN, Cátia (org.). **Mordaça Verde e Amarela:** imigrantes e descendentes no Estado Novo. Santa Maria: Pallotti, 2005.

GERTZ, René. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha. **Revista Espaço Plural**, v. 9, n. 19, pp. 67-73, 2008. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1929> Acessado em 25 jun. 2019.

GERTZ, René. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. **Textos de História**, vol. 16, n. 2, pp. 119-149, 2008b. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/28024/24082> Acessado em 25 jun. 2019.

GERTZ, René. Etnias e nacionalização no sul do Brasil. In.: QUADROS, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga:** itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2014.

GERTZ, René. O mundo colonial gaúcho e a política regional após 1945. **Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional**, 2015. Disponível em <https://www.renegertz.com/arquivos/UPF2015.pdf> Acessado em 25 jun. 2019.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GIL, J. Nação. In **Enciclopédia Einaudi**, Estado-Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GIRON, Loraine Slomp. **As Sombras do Littorio:** o Fascismo no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Ed. UCS, 2017.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. **Os poloneses no Brasil**: Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Direito e História: Genny Gleiser, o anti-semitismo na era Vargas e o Habeas Corpus nº 25906/1935. Um estudo de caso. **Jus Navigandi**, ano 11, n. 1550, 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10474>>. Acessado em: 30 jun. 2008.

GONÇALVES, Paulo C. **Mercadores de braços**: riqueza e acumulação na organização da emigração européia para o novo mundo. Tese de doutoramento - USP, 2008.

GONÇALVES, Paulo C. Um Imperialismo Possível Fluxos migratórios e estratégias colonialistas na Europa mediterrânea (1870-1914). **História**. São Paulo, v.30, n.2, 2011 pp. 335-358. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742011000200016&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200016&lng=pt&tlng=pt) Acessado em 25 jun. 2019.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. A emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

HALECKI, Oskar. Imperialism in Slavic and East European History., **American Slavic and East European Review**, Vol. 11, pp. 1-26, 1952.

HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In.: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

HEHN, Paul N. **A low dishonest decade**: The Great Powers, Eastern Europe, and the Economic Origins of World War II, 1930-1941. Nova York: Continuum, 2002.

HEIN, Benjamin P. **Nation, Identity, and German “Particularities”**: The case of the Ruhr, 1871-1908. Tese de doutorado em Bachelor of Arts – Emory Univeristy, 2010.

HEMPEL, Antonio. Os poloneses no Brasil. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. 7, 1972 p. 11-99.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 6ª ed, 2002.

HOBSON, John Atkinson. **Imperialism**: A Study. Cosimo: Nova York, 2005.

HUNCZAK, Taras. Polish Colonial Ambitions in the Inter-War Period. **Slavic Review**, Illinois, Vol. 26, No. 4, pp. 648-656, 1967.

IANNI, Otávio. O estudo da situação racial brasileira. **Revista Brasiliense**, n. 19, p 79-86, 1958.

IANNI, Otávio. Do polonês ao polaco. **Revista do Museu Paulista**, v. 13, n. 4, p. 375-388, 1960.



IANNI, Otávio. A situação social do polonês em Curitiba. **Sociologia**, v. 33, n. 4, 1961, pp. 375-388.

IANNI, Octávio. A situação social do polonês. In: \_\_\_\_\_. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IAROCHINSKI, Ulisses. **Polaco** – Identidade Cultural do Brasileiro descendente de imigrantes da Polônia. Curitiba, Edição do autor, 2010.

IAROCHINSKI, Ulisses. **A Saga dos polacos** – a história da Polônia e seus emigrantes no Brasil. Curitiba: Edição do autor, 2000.

IGNATOWICZ, Maria Anna. Emigração dos trabalhadores agrários polonêses para São Paulo. **Estudios Latinoamericanos**, v. 7, 1980.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

KANASHIRO, M. **Paisagens Étnicas em Curitiba**: um olhar histórico – espacial para a busca de entopia. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, 2006.

KAUFFMAN, Jesse. **Ellusive Alliance**: The german occupation of Poland in World War I. London: Harvard Univesity Press, 2015.

KAWKA, Mariano. A presença polonesa no Brasil. DEMBICZ, Andrzej, KULA, Marcin. **Relações entre Polônia e Brasil**. Varsóvia: CESLA, 1996.

KICINGER, Anna. **Polityka emigracyjna II Rzeczpospolitej**. Central European Forum for Migration Research Working Paper 4, 2005.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.

KOLTAI, Caterina. Racismo: uma questão cada vez mais delicada. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 31, n. 47, p. 66-69, dez. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062008000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000200011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 27 maio 2019.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 1999.

KLOBUKOWSKI, Estanislau. 1972. Recordações de viagem. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. 4, 1973, p. 15-107.

KLUZA, Waldemar. Polônia-Brasil: 90 Anos de Relações Diplomáticas. **Polonicus**, v. 2, n. 1, 2011, pp. 16-35.

KOPP, Kristin. **Germany's Wild East**: Constructing Poland as Colonial Space. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012.

KOUBI, Geneviève. Entre sentimentos e ressentimento: as incertezas de um direito das minorias. In.: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KROETZ, Lando Rogério. **Estradas de Ferro do Paraná 1880-1940**. Tese de Doutorado em História Econômica - USP São Paulo, 1985.

KULA, Marcin. Algumas observações sobre a emigração polonesa para o Brasil. **Estudios Latinoamericanos**, v. 3, pp. 171-178, 1976.

KULA, Marcin, Cartas dos Emigrantes Poloneses. Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná. **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. Vol. VIII, 1977.

KULCZYK, John J. The Prussian Authorities and the Poles of the Ruhr. **The International History Review**, Vol. 8, No. 4 p. 593-603, 1986.

LANDO, Aldair M.; BARROS, E. C. Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair M. et al. (Orgs.) **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 9-46.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Global, 1982.

ŁEPKOWSKI, Tadeusz, La presencia de la emigración polaca en América Latina y la política cultural de Polonia en este continente. **Estudios Latinoamericanos**, vol. 4, Wrocław, pp. 221-232, 1978.

LEVINE, R. L. **O regime de Vargas**: os anos críticos 1934-1938, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LESSER, Jeffrey. The immigration and Integration of Polish jews in Brazil, 1924-1934. **The Americas**, v. 51, n. 2, p. 173-191, 1994.

LESSER, Jeffrey. Legislação imigratória e dissimulação racista no Brasil (1920-1934). **Arché**. Rio de Janeiro: v. 3, n. 8, 79-98, 1994.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LI, Mingsheng. Nationalism and Imperialism In.: FORTNER, R., FACKLER, P. **International handbook of media and mass communication theory**. Oxford: Wiley-Blackwell, Editors: R. Fortner & M. Fackler, 2014.

LIMA, Solange de. **O “perigo alemão”**: a comunidade teuta e a DOPS em Curitiba. Trabalho de Conclusão de Curso em História- UFPR, Curitiba, 2009.

LIMA, Ana Paula Pereira. **Assis Chateaubriand e Silvio Santos**: Patrimônios da Imprensa Nacional. Monografia Projetos Experimentais - FACOM, 2001. Disponível em <https://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/ALima1.pdf> Acessado em 07 jul. 2020.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a Imigração no Brasil: Imperialismo, identidade nacional e germanismo. **Revista Espaço Plural**, n. 19, 2008, pp. 95-104. Disponível em <https://biblat.unam.mx/hevila/Espacoplural/2008/vol9/no19/11.pdf> Acessado em 25 jun. 2019.

LUIZETTO, F. L. **Os Constituintes em face da imigração**: Estudos sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

ŁUKOWSKA, Maria, STEPIEŃ, Justyna. Postcolonialism ant the polish colonial ideology. COURTNEY, Krystyna Kujawińska, PENIER, Izabella, CHAKRABARTI, Sumit. **The Post-Marked World**: Theory and Practice in the 21st Century. Newcastle: Cambridge Scholar Publishing, 2013.

LUCASSEN, Leo. **The Immigrant Threat**: The Integration of Old and New Migrants of Western Europe since 1850. Chicago: University of Chicago, 2005.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação Polonesa: os fundamentos da Educação Escolar étnica Revisitados. In: **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**, 2012. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.64.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.64.pdf). Acessado em: 27 mai. 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. **Alemanha, mãe-pátria distante**: a utopia pangermanista no Sul do Brasil. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 1993.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. A Gestão das Paixões Políticas. In: Anais do Seminário Leituras na História, 2007, disponível em [http://people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Marion\\_Brepohl.doc](http://people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Marion_Brepohl.doc) Acessado em 27 mai. 2019.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. A recusa à alteridade: Martin Luther King e o amor na política. In.: NAXARA, Márcia R. C., MARSON, Izabel A., MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (orgs.). **Figurações do outro na história**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. **Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo (1880-1945)**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MALACARNE, Altair. **Águia Branca: uma rapsódia polono-brasileira na selva capixaba**. São Gabriel da Palha: Gráfica Comer, 2004.

MALCZEWSKI, Zdzislaw. Clero e sacerdócio polonês no Brasil. DEMBICZ, Andrzej, KULA, Marcin. **Relações entre Polônia e Brasil**. Varsóvia: CESLA, 1996.

MALCZEWSKI, Zdzislaw. Editorial da 1ª edição. **Projeções**. Revista de estudos polono-brasileiros, vol. 1 no. 1, 1998.

MALCZEWSKI, Zdzisław. Sobre o Marechal Józef Piłsudski no Brasil. **Polonicus**: Revista de reflexão Brasil-Polônia, Curitiba, n. 14, pp. 33-41, jan/jun. 2017. Semestral. Disponível em <https://www.polonicus.com.br/arquivos/pdf-pt-2017-05-28%2023-25-58.pdf>. Acessado em 02 jun. 2020.

MALIKOSKI, Adriano, KREUTZ, Lúcio. Nacionalização do ensino e o processo escolar entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul. **Conjectura: Filosofia e Educação**, n. 1, pp. 164-181, 2015. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/2657>. Acessado em 25 jun. 2019.

MALIKOSKI, Adriano. **Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul (1875-1939)**. Dissertação de mestrado, UCS, Caxias do Sul, 2015.

MALIKOSKI, Adriano, KREUTZ, Lúcio. Escolas entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul e a Nacionalização do Ensino. **Revista do centro de educação da UFSM**, pp. 67-80, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/13868>. Acessado em 25 jun. 2019.

MALIKOSKI, Adriano. **A nacionalização das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1918-1942)**. Tese de doutorado em educação – UCS, 2019.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Interpretações clássicas do imperialismo. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 216, pp. 1-43, fev. 2013. Disponível em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/03/Mariutti-Imperialismo.pdf>. Acessado em 25 jun. 2019.

MARQUETTI, Delcio. **"Matem que eu respondo!"**: militares e imigrantes poloneses na zona estratégica do Paraná (virada do século XIX para o XX); Tese de doutorado em História, UNISINOS, 2015.

MARTINS, Cláudia. R. K. **A presença eslava na formação de Arapongas**. 1. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2007.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MASKE, Wilson. Brasil e Alemanha: Imigração e Imperialismo: **História: Debates e Tendências**, v. 14, n.1, pp. 182-192, 2014. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/4174> Acessado em 25 jun. 2019.

MAZOWER, Mark. **Continente sombrio**: a Europa no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAZUREK, Jerzy. Brasil e Polônia – 90 Anos de Relações Diplomáticas. **Polonicus: Revista de reflexão Brasil-Polônia**, Curitiba, n. 1, pp. 75-85, fev. 2010. Semestral. Disponível em: <https://www.polonicus.com.br/arquivos/pdf-pt-2016-07-13%2011-38-04.pdf>. Acessado em: 02 jun. 2020.

MAZUREK, Jerzy. As transformações da comunidade polônica e o seu papel nas relações polono-brasileiras. DÍAZ-SZMIDT, Renata (org.). **Identidades Revisitadas, Identidades Reinventadas** – transformações dos espaços sociais, políticos e culturais nos países de língua oficial portuguesa. Varsóvia: Muzeum Historii Polskiego Ruchu Ludowego: Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoamerykańskich UW, 2012.

MAZUREK, Jerzy. **A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

MAZUREK, Jerzy. O Brasil e a Independência da Polônia em 1918. **Revista del Cesla**, n. 20, 2017.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de Sangue**: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2011.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. **Antíteses**, v. 8, n. 16, 2015, pp. 204-226. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20729/17810> Acessado em 27/05/2019.

MENEZES, Djacir. Uma Reportagem de 1921 de Assis Chateaubriand. **R. C. pol.**, v. 30, n.4, pp. 88-89, 1987.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890 – 1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

MENEZES, Lená Medeiros de. Imigração: das práticas às representações. Um ensaio sobre a longa duração. **Revista Maracanan**, vol. 1, n. 1, pp. 78-93, 1999. Disponível em

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13245> Acessado em 25 jun. 2019.

MENEZES, Lená Medeiros de. Discursos em oposição: Imagens e representações do imigrante no Brasil (1850-1945). **Confluente**, vol. 9, n. 1, pp. 6-24, 2017. Disponível em <https://confluente.unibo.it/article/view/7074> Acessado em 25 jun. 2019.

MICK, Christoph. Colonialism in the Polish eastern borderlands 1919–1939. In: HEALY, R.; DAL LAGO, Enrico, (eds.). **The shadow of colonialism on Europe's modern past**. Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series. Basingstoke, England ; New York: Palgrave Macmillan, 2014.

MIKI, Bianca Sayuri. **Os inassimiláveis**: o antiniponismo na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34. Dissertação de mestrado em história social – PUCRJ, 2015.

MILEWSKA, Elżbieta. Relações literárias polono-brasileiras. In: DEMBICZ, Andrzej, KULA, Marcin (orgs.) **Relações entre Polônia e Brasil**. Varsóvia: CESLA, 1996.

MOMMSEN, Wolfgang J. **Theories of Imperialism**. Nova York: Random House, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ofício das Sombras. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. v.XLII, n.1, pp. 52-67, 2006. Disponível em [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/O\\_oficio\\_das\\_sombras.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_oficio_das_sombras.PDF) Acessado em 25 jun. 2019.

MOTTER, F. ; PEGORARO, É. . Fragmentos de memória no jornal A Cidade: a construção da Ferrovia Riozinho-Guarapuava (1934). In: **Intercom Sul**, 2016, Curitiba, 2016. Disponível em <https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0285-1.pdf> Acessado em 25 jun. 2019.

MOYA, José. Immigrants and associations. A Global and Historical Perspective. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 31, pp. 833-864, 2005.

NADALIN, Sérgio O. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

NALEWAJKO, Malgorzata. Los polacos hacia América Latina. La política emigratoria del gobierno polaco en el período de entre guerra. In.: GONZÁLEZ, E Martínez, FERNÁNDEZ, A. **Migraciones internacionales, actores sociales y Estados**. Perspectivas del análisis histórico, Madri: Iberoamericana-Vervuert, 2014.

NALEWAJKO, Malgorzata. Los inmigrantes polacos en Brasil en sus testimonios. GONZÁLEZ, E. Martínez, GONZÁLEZ, R. Leandri (orgs.). **Migraciones transatlánticas**. Desplazamientos, etnicidad y políticas. Madri: Catarata, 2015, p. 248-267.

NALEWAJKO, Malgorzata. Los polacos en Perú y la imagen del país en sus testimonios. ELMIR, Cláudio P., WITT, Marcos A, TRUZZI, Oswaldo. **Imigração nas Américas**: estudos de história comparada. São Leopoldo: Oikos, 2018.



NAWROSKI, Alcione. A educação na sociedade rural e o curso agrícola para rapazes brasileiros na Polônia (1918 - 1938). **TEMPO E ARGUMENTO**, v. 11, p. 67-97, 2019. Disponível em <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180311282019067/10655> Acessado em 03 jul. 2020.

NAXARA, M.; MARSON, I.; BREPOHL, M. (Org.). **Figurações do outro**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

NAXARA, Márcia. Pertencimento e alteridade: romance e formação – leituras de Brasil. In.: NAXARA, Márcia R. C., MARSON, Izabel A., MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (orgs.). **Figurações do outro na história**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

NEUMANN, Iver B. Poland as a Regional Great Power: the inter-war heritage. In.: NEUMANN, Iver B. **Regional Great Powers in International Politics**. Nova York: St. Martin's Press, 1992.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). Porto Alegre, 2009. 2 v. 632 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 10, n. 10, p. pp. 29-51, jan. 2002. ISSN 2175-7976. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/23336>>. Acessado: 11 nov. 2018.

OBERACKER JR. Carlos H. Os intelectuais brasileiros e a cultura alemã 1800-1930. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas** = Anuario de Historia de América Latina, n. 25, p. 591-606, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Márcio de. Sociedades esportivas e imigração: o caso dos poloneses em Curitiba, 1890-1940. **Anais do I Encontro da ALESDE**, Curitiba, 2008. Disponível em <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/sociedades-esportivas-imigracao-o-caso-dos-poloneses-curitiba-1890-1940.pdf> Acessado em 25 jun. 2019.

OLIVEIRA, Márcio de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. **Estudos Históricos**, vol. 22, n. 44, 2009a, pp. 218-237. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a12.pdf> Acessado em 05 fev. 2018.

OLIVEIRA, Márcio de. **Os poloneses do Paraná (Brasil) e a questão da nacionalização dos imigrantes (1920-1945)**. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, 2009b. Disponível em [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192\\_f6e47e605f57df24d1af54047ea2aa8b.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_f6e47e605f57df24d1af54047ea2aa8b.pdf) Acessado em 27 mai. 2019.

OLIVEIRA, Márcio de. De la double colonisation au préjugé : polonais dans le sud du Brésil. **Migrations Société**, v. 3, 4, n. 123, 124, p. 287-304, 2009c. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-migrations-societe-2009-3-page-287.htm> Acessado em 25 jun. 2019.

OLIVEIRA, Márcio de. Organizações sociais dos imigrantes poloneses e seus descendentes em Curitiba (1890-1938). In MARTINS, Ismênia L. & HECKER, Alexandre. **E/imigrações**. Histórias, culturas, trajetórias. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.

OLIVEIRA, Márcio de. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 73-100, Mar. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582014000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 14 Nov. 2018.

OLIVEIRA, Márcio de. A inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre o preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, pp. 799-817, 2015. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922015000300799](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000300799) Acessado em 03 jul. 2020.

OLIVEN, Ruben. Que país é este? A (des)construção da identidade nacional. **Psicanálise e colonização**: leituras do sintoma social no Brasil. SOUSA, Edson L. A. de (org.). Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, 2009, p. 30-45. Disponível em <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708> Acessado em 25 jun. 2019.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado Autoritário e Ideologia Policial**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESPE, 2005.

PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, 1999, pp. 117-144. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a07.pdf> Acessado em 25 jun. 2019.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. Coleção Teses e Monografias. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PEREIRA, Márcio J. **Politizando o cotidiano**: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. Dissertação de mestrado em História, UEM, 2010.

PEREIRA, Márcio J. A imprensa como veículo do ressentimento entre alemães e brasileiros no Paraná durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945). Disponível em [http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/27/1364919767\\_ARQUIVO\\_PEREIRA,MarcioJose.pdf](http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/27/1364919767_ARQUIVO_PEREIRA,MarcioJose.pdf) Acessado em 25 jun. 2019.

PEREIRA, Márcio J. **Sentimentos, ressentimentos e violência**: a ação da polícia política no Paraná em relação aos indivíduos de origem germânica (1942-1945). Tese de doutorado em História, UFPR, 2017.

PERES, Elena Pájaro. Proverbial hospitalidade? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). **Revista do Arquivo Nacional**, v. 10, n. 2, pp. 53-70, 1997.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 1976.

PITÓN, Jan. Periódicos de língua polonesa no Brasil, in SUPERINTENDÊNCIA DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO POLONESA NO PARANÁ. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**, v. III, 1971.

POLAK, W.. **Milênio da Polônia Cristã**. 1966-966. Curitiba, s.n.t, 1966.

POLAK-SPRINGER, Peter. **Recovered Territory: A German-Polish Conflict over Land and Culture, 1919-1989**. Nova York: Berghahn Books, 2015.

POSADZY, Ignacy. O início da colonização polonesa em Águia Branca - ES na descrição do pe. Inácio Posadzy. **Projeções**: Revista de estudos polono-brasileiros, Ano XI, 2009.

PRIORI, Angelo. Legislação e política fundiária no estado do Paraná (1889-1945). **SÆCULUM**, Revista de História, n. 26, pp. 123-147, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/15040> Acessado em 25 jun. 2019.

PRIORI, Angelo. Polícia Política e sociedade: funcionamento e métodos de ação do DOPS/PR no primeiro período do Governo Vargas (1930-1945). In: **Anais da XXVII Simpósio Nacional de História** – Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 2013.

PRIORI, Angelo; IPOLITO, Verônica Karina. DOPS, a cidade de Rolândia (PR) e a repressão aos imigrantes de origem alemã (1942-1945). **Varia hist.**, Belo Horizonte , v. 31, n. 56, p. 547-580, ago. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752015000200547&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000200547&lng=pt&nrm=iso)>. acessado em 02 jun. 2020.

PROCHASSON, Cristophe. Emoções e política: Primeiras aproximações. **Varia História**, v. 14, n. 33, pp. 21-57, 2011. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752005000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000200004) Acessado em 25 jun. 2019.

PUCHALSKI, Piotr. The Polish Mission to Liberia, 1934–1938: Constructing Poland's Colonial Identity. **The Historical Journal**, 2017, pp. 1–26.

PUCHALSKI, Piotr. Polityka kolonialna międzywojennej Polski w świetle źródeł krajowych i zagranicznych: nowe spojrzenie (1918–1945). **RES GESTAE. CZASOPISMO HISTORYCZNE**, n. 7, 2018, pp. 68-121.

QUEIROZ, Thaíla Guimarães de. As restrições imigratórias na “Revista de Imigração e Colonização” (1940 – 1945). **Recôncavo**: Revista de História da UNIABEU, vol. 3, n. 5, pp. 136-150, 2013.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil**: da proximidade ao rompimento (1937-1942). Tese de doutorado em História – PUCRS, 2009.

RAMOS, Jair S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

RENK Valquíria E. **Aprendi falar português na escola!** O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. Tese de doutorado em educação, UFPR, 2009.

RIBEIRO, Mariana Cardoso. **Venha o decreto de Expulsão**: A legitimação da ordem autoritária no Governo Vargas (1930-1945). São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2012.

RINKE, Stefan. Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): nova emigração e mudança de identidades **Revista Espaço Plural**, n. 19, pp.39-48, 2008. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1926> Acessado em 25 jun. 2019.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada**: os japoneses no Brasil, tese de doutoramento em ciências sociais - Unicamp, 2000.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In.: FAUSTO, B. (org.) **Fazer a América**. A Imigração em Massa para a América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Nomes, laços e interesses**. Formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945). Dissertação de mestrado em História – UNISINOS, 2016.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Livrai-nos do maléfico Perigo Amarelo: A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e a campanha contra a imigração japonesa no Brasil (1932-1946). **FACES DA HISTÓRIA**, v. 6, p. 364-384, 2019. Disponível em <http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1279> Acessado em 16 jul. 2020.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. O nacionalismo brasileiro em uma área de imigração: São Leopoldo e as ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres durante o Estado Novo (1937-1945). **Métis: História & Cultura**, v. 13, p. 217-231, 2015. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/3470> Acessado em 25 jul. 2019.

SANTOS, Viviane Teresinha dos. **Italianos sob a mira da polícia política**: vigilância e repressão no estado de São Paulo (1924-1945). São Paulo: Humanitas, 2008.

SAYAD, Abdelmalek O que é o imigrante? In.: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHUNBRING, Gert. Relações culturais entre Alemanha e Brasil: “Imperialismo Cultural” versus “Nacionalização”. **Zetetike**, v. 11, n. 2, 2003, pp. 56-109. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646957> Acessado em 25 jun. 2019.

SCHULTZE-RHONHOF, Gerd. **1939 - the War that Had Many Fathers**. Munique: Olzog Verlag GmbH, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **Espetáculos das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIXAS, Jacy. A imaginação do outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a invisibilidade [o mal-estar de Flaubert no Orkut]. In.: NAXARA, Márcia R. C., MARSON, Izabel A., MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (orgs.). **Figurações do outro na história**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SEIXAS, Xavier M.N. Modelos de liderazgo en comunidades emigradas: algunas reflexiones a partir de los españoles en América (1870-1940). In: A. BERNASCONI; C. FRID, **De Europa a las Américas: dirigentes y liderazgos (1860-1960)**. Buenos Aires, Biblos, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, Colonização e Identidade Étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 29, p. 57-71, 1987.

SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o Perigo Alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. **História: Questões e Debates**, v. 10, n. 18-19, 1989 pp. 113-155.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, 20, 1991.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 91, 1993, p. 31-63.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In.: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, Apr. 1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 27 jun. 2019.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 143-176, Nov. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832000001400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 27 mai. 2019.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Porto Seguro: **ABA, 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/mesas\\_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20seyferth.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20seyferth.pdf) Acessado em: 28 mai 2019.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (org.). (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V.II: Formas Dirigidas de Constituição do Campesinato. 1ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 47-62, Oct. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092011000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 30 Set. 2020.

SHIZUNO, Elena Camargo. **Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo**: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40. Dissertação de mestrado em História – UFPR, 2001.

SIEMIRADZKI, Józef. Les chemins de fer du Sud du Brésil KULA, Marcin. Paraná – 1900. In.: **Estudios Latinoamericanos**, vol. 1, 1972, pp. 369 – 364.

SIEMIRADZKI, Józef. **Polska kolonizacja zamorska**. Kilka słów o potrzebie organizacji wychodźstwa i skupienia polskiej ludności wychodźczej w brazylijskim stanie Parana (Nowa Polska). Lwów, 1899.

SILVA, Fabiana R.; TRINDADE, Rhuan T. Z. Estado Novo, Campanha de Nacionalização e a restrição aos processos de sociabilidade étnica entre os polono-brasileiros no sul do Brasil: União das Sociedades Oswiata. **SEMINA** (UPF), v. 16, p. 39-60, 2018. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/8181> Acessado em 25 jun. 2019.

SILVA, Fabiana R. da. **Associações polonesas União das Sociedades Kultura e Oswiata** (Curitiba-PR): antagonismos e Polonidade(s) na Diáspora (1890-1939). Tese de doutorado em História – UFSM, 2019.



SILVA, Henrique Alves Fernandes. **Nacionalismo e ressentimento**: a contribuição de Oliveira Vianna para o projeto de nação do Brasil. Dissertação de mestrado em Ciência Política – Universidade de Brasília, 2010.

SILVA, Márcia Pereira da, FRANCO, Gilmara Yoshinara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, v. 4, n. 8, p. 1-11, 2010.

SILVA, Nívia Celine da. **Imprensa, intelectuais e os discursos acerca da educação no jornal Diário da Tarde (Paraná, década de 1920)**. Monografia em História – UFPR, 2009.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In.: SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Religião na construção da identidade étnica dos polono-brasileiros. AUGUSTO, Isabel Regina, DADALTO, Maria. Cristina, SIUDA-AMBROZIAK, Renata. **Subjetividades em trânsito**: memória, emoção, e-imigração, identidades. Macapá/Rio de Janeiro: UNIFAP/Bonecker, 2017.

SMOLANA, Krzysztof. Sobre a gênese do estereótipo polonês na América Latina (caso brasileiro). **Estudios Latinoamericanos**, v. 5, p. 69-80, 1979.

SMOLANA, Krzysztof. Recenseamento da população polonesa no Brasil 1934-1938. **Estudios Latinoamericanos**, v. 7, 1980.

SMOLANA, Krzysztof. Roteiros poloneses na América Latina. In.: DEMBICZ, Andrzej, SMOLANA, Krzysztof. **A presença polonesa na América Latina**. Varsóvia: CESLA, 1996.

SMOLANA, Krzysztof, BARYS, Dorota. **Consulado Geral da Polônia em Curitiba**: 90 anos de história do mais antigo consulado polonês na América Latina. Curitiba: Ed. ATP, 2010.

SMYGARLA, Dominik. Intermarium: from the battle of Varna to the war in Ukraine. Tiempo devorado. **Revista de Historia Intelectual**, n. 1, 2014, p. 29-38.

SOARES, Ricardo Santos. **O foot-ball de todos**: uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903-1918. Tese de doutorado em História – PUCRS, 2014.

SOLHEID DA COSTA, Maria Cecília. El violin que sólo tocaba en polaco: del estigma a la reconstrucción de la identidad de los polacos en Paraná. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, ano 10, n. 29, 1995.

SODRÉ, Caroline Almeida. **Descrição, acesso e difusão dos acervos das Dops no Brasil**. Dissertação Mestrado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SNYDER, Louis L. **Macro-nationalisms**: a history of the pan-movements. Westport, Conn: Greenwood Press 1984.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. Porto Alegre: EST/UCS. Caxias do Sul, 1976.

STEPAN, Nancy. A eugenia no Brasil - 1917 a 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/7b3c/ac6eb679167b4414d1a608aa741a23093bbe.pdf> Acessado em 25 jun. 2019.

STREIFF, Jocelyne Fenart & POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

STYRNA, Paweł. "Defense of Western Civilization or "Polish Imperialism?"". **The Polish Review** 58, no. 4, pp. 3-27, 2013.

SZCZERBIŃSKI, Marek. A cultura física polônica no Brasil nos anos 1897-1939. **Polonicus**, ano IV, n. 1-2, p. 51-97, 2013. Disponível em <https://www.polonicus.com.br/arquivos/pdf-pt-2013-12-28%2009-40-04.pdf> Acessado em 25 jun. 2019.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo**: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). São Paulo: Humanitas, 2008.

TAZBIR, Janusz. Marzenia o "Newej Polsce". **Nauka**, v. 1, p. 25-34, 2005.

TELEGINSKI, Neli. **Sensibilidades na cozinha**: a transmissão de tradições alimentares entre descendentes de imigrantes poloneses no centro-sul do Paraná, século XX. Tese de doutorado em história, UFPR, 2016.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, v. 9, n. 15, 2001, p. 7-23.

TOMACHESKI, Mauro. **A terra prometida da Virgem Maria**: imigrantes, viajantes, intelectuais e colonos na imigração polaca. Dissertação de mestrado, UNISINOS, 2014.

TRINDADE, Rhuan T. Z. Polskosc, identidade e etnicidade polonesa: conceitos em construção. **Anais do II Congresso Internacional de História Regional UPF**, 2013.

TRINDADE, Rhuan T. Z.. **Um cientista entre colonos**: Ceslau Biezanko, educação, associação rural e o cultivo da soja no Rio Grande do Sul no início da década de 1930. Porto Alegre, RS. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

TRINDADE, Rhuan. T. Z. O trabalho e a imigração: os poloneses na Porto Alegre dos imigrantes no início do século XX. In: **I Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos**, 2015b, pp. 502-510.

TRINDADE, Rhuan T Z. A II República da Polônia e os imigrantes poloneses no Brasil meridional (1918-1939). **Revista História Helikon**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 126-142, 2016.

TRINDADE, R. T. Z.; FREDER, S. M. . Organizações polono-brasileiras: origens, constituição jurídica e planos de sucessão. **Polonicus**, v. 13, p. 95-116, 2016.

TRINDADE, Rhuan T. Z. A polonidade e a religião: Pe. Jan Wróbel e a ação étnica entre os poloneses no Rio Grande do Sul. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis dos (Org.). **Migrações: religiões e espiritualidades**. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2016, v. 1, pp. 513-529.

TRINDADE, Rhuan T. Z. Os periódicos polono-brasileiros: historiografia, fontes e temas de pesquisa. **História Unicap**, v. 3, p. 280-293, 2016. Disponível em <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/884> Acessado em 25 jun. 2019.

TRINDADE, Rhuan. T. Z. Intelectuais na “selva brasileira”: representações de imigrantes poloneses sobre o Brasil e seus habitantes a partir da perspectiva da “cultura do imperialismo” no final do século XIX. **Diálogos**, v. 22, n. 3, 2018. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41597> Acessado em 25 jun. 2019.

TRINDADE, Rhuan T. Z. MALIKOSKI, Adriano. Imigração polonesa no Rio Grande do Sul e a I Guerra Mundial: as divisões na colônia polonesa através do relatório “A Missão Polaca”. **Revista de História Regional**, v. 23, n. 2, p. 256-278, 2018. Disponível em <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/12114> Acessado em 25 jun. 2019.

TRINDADE, Rhuan T. Z. Chłopi, os camponeses e a imigração: as teorias do campesinato e os colonos poloneses no Paraná e no Rio Grande do Sul. TEDESCO, João C. NEUMANN, Rosane. (orgs.). **Colonos, colônias e colonizadoras**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019 v. 5, p. 87-110.

FREDER, Schirlei, TRINDADE, Rhuan T. Z. Organizações Polono-brasileiras: origens, constituição jurídica e planos de sucessão. **Polonicus**, v. 13, pp. 95-116, 2016.

TRINDADE, Rhuan. T. Z.; AZEVEDO, P. S. de Souza. Crime e etnicidade no Rio Grande do Sul: o caso da família Massuda em Ijuhy (1891-1914). In: SILVA, Camila; FOCHESSATTO, Cyanna Missaglia; BENEVENUTO, Estela Carvalho; SILVA, Jonathan, Fachini da; FRIEDERICH, Lidiane Elisabeth; ALMALEH, Priscila. (Org.). **Estudos históricos latino-americanos: conexões Brasil e América Latina**. 1ed. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2016, v. 1.

TRINDADE, Rhuan, SZYMANSKI, Konrad. Juliusz Szymanski: um polonês entre dois continentes. **Boletim TAK**, n. 3, pp. 8-9, 2017.

TRINDADE, Rhuan T. Z. Os poloneses no Espírito Santo e a política colonial polonesa (1928-1939). In: ARENDT, Isabel Cristina; CUNHA, Jorge Luiz da; SANTOS, Rodrigo Luis dos (Org.). **Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos**. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2019, v. 1, pp. 795-809.

TRINDADE, Rhuan T. Z., GILLIES, Ana M. **Entre a brasilidade e polonidade: sociabilidade étnica, as instituições polonesas e a campanha de nacionalização na obra de Hugo Bethlem (1939) (no prelo)**.

TRONCA, Ítalo A. História como alegoria: lepra e Aids: a transfiguração do medo. In: SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, Stella Maria, BREPOHL, Marion, (orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: Editora UnB, 2002.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930**: a dominação oculta. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

UREÑA, Lenny A. Valerio. **The Stakes of Empire**: colonial fantasies, civilizing agendas, and biopolitics in the Prussian-polish provinces (1840-1914). Dissertação de mestrado em História – University of Michigan, 2010.

VICENTE, José J. N. B. Arendt: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. **Ensaio filosóficos**, vol. VI, pp. 144-155, 2012.

VIECHNIESKI, Selma A. P. **TENSÕES NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA POLONESA**: o caso da Colônia Amola-Faca/Virmond (PR). Dissertação de mestrado – UEPG, 2017.

VOGT, Olgario Paulo. O Alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo**, v. 32, n. 53, 2007, pp. 225-258.

WACHOWICZ, Ruy C. A “Febre Brasileira” na imigração polonesa. In: **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Imprimax Ltda. v. I. Curitiba, 1970. p. 29- 58.

WACHOWICZ, Ruy .C. **O camponês polonês no Brasil**: Raízes medievais da mentalidade emergente. Curitiba, PR. Tese de Livre Docência. Universidade Federal do Paraná. 1974

WACHOWICZ, Ruy C. Saporski: Um pioneiro polono-paranaense. **Projeções**: Revista de estudos polono-brasileiros, v. 2, n. 2, p. 107-147, 2000.

WACHOWICZ, Ruy C. Messianismo, Polonidade e Nova Polônia no Brasil. **Projeções**: Revista de estudos polono-brasileiros, Ano III, 2001.

WACHOWICZ, Ruy C. **As escolas de colonização polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.

WACHOWICZ, Ruy C. Aspectos políticos da imigração polonesa (1869-1964). **Projeções**: Revista de estudos polono-brasileiros, ano XI, 2009.

WACHOWICZ, Ruy C.; MALCZEWSKI Schr, Zdzislaw. **Perfis polônicos no Brasil**. Curitiba: Vicentina, 2000.

WALASZEK, Adam. “Wychodźcy, Emigrants or Poles? Fears and Hopes about Emigration in Poland 1870-1939.” **AEMI Journal**, 1, Aalborg, 2003.

WANDYCZ, Piotr. **Polish Diplomacy, 1914 – 1945**: Aims and Achievements. Londres: Orbis Books, 1962.

WANDYCZ, Piotr. The Second Republic, 1921 – 1939. **The Polish Review**, v. 54, n. 2, p. 159-171, 2009.

WEBER, Max. O Estado Nacional e a Política Econômica. In.: COHN, G. (org.), **Weber**: Sociologia. São Paulo, Ed Ática, 1979.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: editora UNB, 3. ed. v. 1., 1994.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. **Dimensões - Revista de História da Ufes**, v. 18, p. 236-250, 2006. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148537> Acessado em 25 jun. 2019.

WEBER, Regina. Grupos étnicos, estratégias étnicas. In: SIDEKUM, Antonio, GRÜTZMANN, Imgart, ARENDT, Isabel Cirstina (orgs.). **Campos múltiplos**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WEBER, Regina. Agentes e intelectuais étnicos entre os poloneses. **Tempos Históricos**, v. 19, n. 1, 2015, pp. 253-273. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/11712> Acessado em 03 jul. 2020.

WEBER, Regina, WENCZENOVICZ, Thaís J. Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do Sul. In: **História UNISINOS**. São Leopoldo, RS Vol. 16, n. 1, 2010, p. 159-170. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.161.14> Acessado em 25 jun. 2019.

WEBER, Regina, TRINDADE, Rhuan T. Z. Polish Immigrants in Brazil in the Context of Austrian Domination. **Revista del CESLA**, [S.l.], n. 19, p. 269-290, 2016. Disponível em: <<https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/15>>. Acessado em 27 mai. 2019.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. **Montanhas que furam as nuvens!** Imigração Polonesa em Áurea (1910-1945). Passo Fundo: Ediupf, 2002.

WIAZOVSKI, Taciane. **O Mito do Complô Judaico-Comunista no Brasil**: Gênese, Difusão e desdobramentos. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2008.

WOLNY, Anna. A polaca – mulata ao avesso? **Romanica Cracoviensa**, v. 12, 338-348, 2012.

WYWIAŁ, Przemysław. Towarzystwo Wychowania Fizycznego 'Junak' w Brazylii, 1923-1938. **Przegląd Historyczno-Wojskowy**. N° 13. (64)/1 (239) p. 198-210, 2012.

ZAHRA, Tara. Zionism, Emigration, and East European Colonialism. In.: KATZ, Ethan B., LEFF, Lisa Moses, MANDEL, Maud S. **Colonialism and the Jews**. Bloomington: Indiana University Press, 2017.

ŻAK, Marek. Propaganda polskiego wychodźstwa do Brazylii w świetle miesięcznika "Morze" (1924-1939). **Zeszyt Naukowe Państwowej Wyższej Szkoły Zawodowej im. Witelona w Legnicy**, n. 69-92, 2017. Disponível em <http://yadda.icm.edu.pl/yadda/element/bwmeta1.element.ekon-element-000171473608> acessado em 23 jun. 2020.

ZAMOYSKI, Adam. **Varsóvia 1920**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

ZARTH, Paulo. Os esquecidos da história: a exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul. ZARTH, Paulo A., [et. al.]. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

ZARTH, Paulo A., [et. al.]. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

ZAWADZKI, Paul. O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In.: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

ZEN, Erick Godliauskas. **Imigração e Revolução**: Lituanos, Poloneses e Russos sob Vigilância do Deops. São Paulo: Edusp, 2010.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP**, n. 4, p. 90, p. 89-102, 1985. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410> Acessado em 25 jun. 2019.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. Entre ortodoxia e heresia: uma releitura da tradição católica polonesa na Diocese de Ponta Grossa (PR). **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 6, n. 16, p. 143-159, 2013. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/22631> Acessado em 25 jun. 2019.



## ANEXOS

Participantes da expedição ao Peru, em 1928.



Estão sentados a partir da esquerda: o capitão Mieczysław Lepecki, Michał Pankiewicz, engenheiro Feliks Gadowski, Apoloniusz Zarychta. Em pé: NN e Freyd.  
 FONTE: Narodowe Archiwum Cyfrowe 1-N-989-2.

Reunião CZP, em 1931



Censor da CZP Dr. Szymon Kossobudzki, Presidente dr. Jan Grabski FONTE: Narodowe Archiwum Cyfrowe 1-Z-206.

Baile do ZAS em homenagem a Skarżyński, em Curitiba em 31 de maio de 1933.



FONTE: Archiwum Cyfrowe 1-S-1242.

Władysław Raczkiewicz (de pé) no banquete em sua homenagem no Rio de Janeiro em 28 de junho de 1933.



FONTE: Narodowe Archiwum Cyfrowe 1-A-1142a.

## PRONTUÁRIO 1127 – RELAÇÃO DE “AGENTES DE PROPAGANDA POLONESA” –DOPS

NOME	ANO	NACIONALIDADE	NÚMERO	PROFISSÃO
Estanislau Piasecki	23/04/1941	Polonesa	31993	Sacerdote (dos vicentinos, pois consta endereço da Jaime Reis, que colocam como Cong. S. Vicente de Paulo), o padre trabalhava na Serrinha
Eduardo Pinocy	30/04/1940	Brasileiro naturalizado	32283	Padre
Estevão Reszka	23/04/1938	NÃO CONSTA	34281	Sacerdote
Boleslau Bayer	23/04/1941	Polonesa	4.088	Padre ordenado - Tomás Coelho
Roberto Bonk	23/04/1941	Polonesa	5.212	Padre Ponta Grossa
Silvestre Candora	23/04/1941	Polonesa	7.102	Padre Campo Comprido
Aloisio Domanski	23/04/1941 e 22/10/1937 (prontuário 257)	Polonesa	11940 e 11941	Padre Campo Comprido
Tadeu Dziedzic	23/04/1941	Polonesa	12.319	Padre Prudentópolis
Fabiano Gadzicki	23/04/1941	Polonesa	15.422	Padre Canoinhas SC
Tomaz Kania	23/04/1941	NÃO CONSTA	19.460	Padre Imbituva
José Krauze	23/04/1941	NÃO CONSTA	20.151	Padre Princesa Isabel no RS
Paulo Kupeczyk	23/04/1941	NÃO CONSTA	20.308	Padre na Colônia Murici
José Lopacinski	23/04/1941	Polonesa	22.062	Padre em Araucária
Francisco Madej	05/09/1939 e 23/04/1941	NÃO CONSTA	23.100	Padre em Calmon - Ivaí
Antonio Myska	23/04/1941	NÃO CONSTA	27.374	Padre em São Feliciano
Aloisio Orszulik	23/04/1941	NÃO CONSTA	30.041	Padre em Itaiópolis
João Piton	23/04/1941	Brasileiro naturalizado	32.593	Padre em Guarani das Missões
Stanislao Polom	23/04/1941	NÃO CONSTA	32.741	Padre em Floresta (José Bonifácio) no RS
Estanislau Porzycki	23/04/1941	Polonesa	32.908	Padre em São Mateus
Wladislau Rup	23/04/1941	NÃO CONSTA	36.062	Padre em Cruz Machado
Paulo Warkocz (Reverendo Padre)	06/05/1938 e 23/04/1941	Alemã	46.428	Padre em Irati
João Wróbel	23/04/1941	NÃO CONSTA	46.816	Padre em Porto Alegre
José Goral	várias datas, inclui 23/04/1941	Russa	17.066	Ótico
Bornslau Kozlowski	23/04/1941	Polonesa	20.111	Sacerdote

FONTE: O autor